ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 157

Brasília - DF, quarta-feira, 15 de agosto de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Legislativo ... 1
Atos do Congresso Nacional ... 65
Atos do Poder Executivo ... 65
Presidência da República ... 75
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ... 83
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ... 86
Ministério da Cultura ... 90
Ministério da Defesa ... 93
Ministério da Educação ... 94
Ministério da Fazenda ... 102
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços ... 110
Ministério da Integração Nacional ... 110
Ministério da Justiça ... 111
Ministério da Saúde ... 114
Ministério da Segurança Pública ... 150
Ministério das Cidades ... 150
Ministério de Minas e Energia ... 151
Ministério do Esporte ... 167
Ministério do Meio Ambiente ... 167
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ... 169
Ministério do Trabalho ... 173
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ... 174
Ministério Público da União ... 177
Tribunal de Contas da União ... 177
Poder Legislativo ... 213
Poder Judiciário ... 213
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 213

Total de páginas desta edição: ... 215

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.707, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias da União para 2019, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração pública federal;

II - a estrutura e a organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União;

IV - as disposições para as transferências;

V - as disposições relativas à dívida pública federal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, empregados e seus dependentes;

VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;

VIII - as disposições sobre adequação orçamentária das alterações na legislação;

IX - as disposições sobre a fiscalização pelo Poder Legislativo e sobre as obras e os serviços com indícios de irregularidades graves;

X - as disposições sobre transparência; e

XI - as disposições finais.

CAPÍTULO II
DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário para o setor público consolidado não financeiro de R$ 132.000.000.000,00 (cento e trinta e dois bilhões de reais), sendo R$ 139.000.000.000,00 (cento e trinta e nove bilhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e R$ 3.500.000.000,00 (três bilhões e quinhentos milhões de reais) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de resultado primário, de que trata o **caput**, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º A meta de superávit primário estimada para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios é de R$ 10.500.000.000,00 (dez bilhões e quinhentos milhões de reais).

§ 3º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2019, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o art. 10, **caput**, inciso VI, e para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 3º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2019, atendidas as despesas contidas no Anexo III e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às programações orçamentárias constantes do Anexo VII.

Parágrafo único. Incluem-se entre as prioridades da administração pública federal para o exercício de 2019 as metas inscritas no Plano Nacional de Educação - PNE e as ações relativas ao enfrentamento à violência contra a mulher.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - subtítulo - o menor nível da categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

II - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente - o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União destinados à execução de ações orçamentárias;

V - convenente - o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo, bem como a organização da sociedade civil, com os quais a administração pública federal pactue a execução de ações orçamentárias com transferência de recursos financeiros;

VI - unidade descentralizadora - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VII - unidade descentralizada - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente recebedora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VIII - produto - o bem ou o serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - unidade de medida - a unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto;

X - meta física - a quantidade estimada para o produto no exercício financeiro;

XI - atividade - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

XII - projeto - o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo; e

XIII - operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou o aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto e não é gerada contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedadas, na especificação dos subtítulos:

I - alterações do produto e da finalidade da ação; e

II - referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 3º A meta física deve ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o projeto, a atividade ou operação especial, devendo ser estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e montante de recursos alocados.

§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária de 2019, deve ser atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, um código sequencial, que não constará da respectiva Lei, e as modificações propostas nos termos do § 5º do art. 166 da Constituição devem preservar os códigos sequenciais da proposta original.

§ 5º As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser classificadas sob um único código, independentemente da unidade executora.

§ 6º O projeto deve constar de uma única esfera orçamentária, sob um único programa.

§ 7º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

§ 8º A ação orçamentária, entendida como atividade, projeto ou operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vincula e referir-se a um único produto.

§ 9º Nas referências ao Ministério Público da União, constantes desta Lei, considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo:

I - os fundos de incentivos fiscais, que figurarão exclusivamente como informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019;

II - os conselhos de fiscalização de profissão regulamentada, constituídos sob a forma de autarquia; e

III - as empresas públicas ou as sociedades de economia mista que recebam recursos da União apenas em virtude de:

a) participação acionária;

b) fornecimento de bens ou prestação de serviços;

c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e

d) transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos da alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 e no § 1º do art. 239 da Constituição.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível, dotações respectivas, especificando a esfera orçamentária, o Grupo de Natureza de Despesa - GND, o identificador de resultado primário, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal - F, da Seguridade Social - S ou de Investimento - I.

§ 2º Os GNDs constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

I - pessoal e encargos sociais (GND 1);

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

II - juros e encargos da dívida (GND 2);

III - outras despesas correntes (GND 3);

IV - investimentos (GND 4);

V - inversões financeiras, incluídas as despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 12, será classificada no GND 9.

§ 4º O identificador de Resultado Primário - RP auxilia a apuração do resultado primário previsto no art. 2º, devendo constar do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e da respectiva Lei em todos os GNDs, identificando, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento, cujo demonstrativo constará anexo à Lei Orçamentária de 2019, nos termos do inciso IX do Anexo I, se a despesa é:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

a) obrigatória, cujo rol deverá constar do Anexo III (RP 1);

b) discricionária não abrangida pelas demais alíneas deste inciso (RP 2);

c) discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3);

d) discricionária decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e de execução obrigatória nos termos do art. 166, § 9º e § 11, da Constituição (RP 6); ou

e) discricionária decorrente de programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual e de execução obrigatória nos termos do art. 68 (RP 7); ou

III - primária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

a) discricionária e não abrangida pelo PAC (RP 4); ou

b) discricionária e abrangida pelo PAC (RP 5).

§ 5º Nenhuma ação conterá, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a Reserva de Contingência.

§ 6º Os subtítulos enquadrados no PAC poderão abranger dotações com identificadores de resultado primário iguais a 3, 5, 6 e 7 (RP 3, RP 5, RP 6 e RP 7).

§ 7º A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades, ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes federativos ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais.

§ 8º A especificação da modalidade de que trata o § 7º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

V - Aplicações Diretas (MA 90); e

VI - Aplicação Direta decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 9º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação "a definir" (MA 99).

§ 10. É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita a sua identificação precisa.

§ 11. O Identificador de Uso - IU tem por finalidade indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou se são destinados a outras aplicações, constando da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais, no mínimo, pelos seguintes dígitos, que antecederão o código das fontes de recursos:

I - recursos não destinados à contrapartida ou à identificação de despesas com ações e serviços públicos de saúde, ou referentes à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (IU 0);

II - contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

III - contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU 2);

IV - contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - contrapartida de doações (IU 5);

VII - recursos para identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde, de acordo com os art. 2º e art. 3º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (IU 6); e

VIII - recursos para identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no âmbito do Ministério da Educação (IU 8).

§ 12. O identificador a que se refere o inciso I do § 11 poderá ser substituído por outros, a serem criados pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com a finalidade de identificar despesas específicas durante a execução orçamentária.

§ 13. (VETADO).

Art. 7º Todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput**, bem como à vedação contida no inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91.

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária de 2019, o qual será encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, e a respectiva Lei serão constituídos de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados relacionados no Anexo I;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contendo:

a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertencem e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 6º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, na forma definida nesta Lei.

§ 1º Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do título respectivo, o dispositivo legal a que se referem.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei conterão anexo específico com a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, cujas execuções observarão o disposto no Capítulo X.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Os anexos da despesa prevista na alínea "b" do inciso III do **caput** deverão conter, no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, quadros-síntese por órgão e unidade orçamentária, discriminando os valores por função, subfunção, GND e fonte de recursos:

I - constantes da Lei Orçamentária de 2017 e dos créditos adicionais;

II - empenhados no exercício de 2017;

III - constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2018;

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2018; e

V - propostos para o exercício de 2019.

§ 4º Na Lei Orçamentária de 2019, serão excluídos os valores a que se refere o inciso I do § 3º e incluídos os valores aprovados para 2019.

§ 5º Os anexos do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, do seu autógrafo e da respectiva Lei, terão as mesmas formatações dos correspondentes anexos da Lei Orçamentária de 2018, exceto quanto às alterações previstas nesta Lei.

§ 6º O Orçamento de Investimento deverá contemplar as informações previstas nos incisos I, III, IV e V do § 3º e no § 4º, por função e subfunção.

Art. 9º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional no prazo de até quinze dias, contado da data de envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, contendo as informações complementares relacionadas no Anexo II.

Art. 10. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterá:

I - resumo da política econômica do país, análise da conjuntura econômica e atualização das informações de que trata o § 4º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com indicação do cenário macroeconômico para 2019, e suas implicações sobre a proposta orçamentária de 2019;

II - resumo das principais políticas setoriais do governo;

III - avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, explicitando as receitas e despesas, e os resultados primário e nominal implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, na Lei Orçamentária de 2018 e em sua reprogramação, e aqueles realizados em 2017, de modo a evidenciar:

a) a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento; e

b) os parâmetros utilizados, informando, separadamente, as variáveis macroeconômicas de que trata o Anexo de Metas Fiscais referido no inciso II do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, verificadas em 2017 e suas projeções para 2018 e 2019;

IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal, para fins de avaliação do cumprimento das metas;

V - demonstrativo sintético dos principais agregados da receita e da despesa;

VI - demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispêndios Globais, informando as fontes de financiamento, com o detalhamento mínimo igual ao estabelecido no § 3º do art. 44, bem como a previsão da sua respectiva aplicação, e o resultado primário dessas empresas com a metodologia de apuração do resultado; e

VII - demonstrativo da compatibilidade dos valores máximos da programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 com os limites individualizados de despesas primárias calculados na forma do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Art. 11. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - às ações descentralizadas de assistência social para cada Estado e seus Municípios e o Distrito Federal;

II - às ações de alimentação escolar;

III - ao pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

IV - ao pagamento de benefícios assistenciais custeados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

V - às despesas com os benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes, exceto com assistência médica e odontológica;

VI - às despesas com assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e aos seus dependentes;

VII - à concessão de subvenções econômicas e subsídios, que deverão identificar a legislação que autorizou o benefício;

VIII - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

IX - ao atendimento das operações relativas à redução da presença do setor público nas atividades bancária e financeira, autorizadas até 5 de maio de 2000;

X - ao pagamento de precatórios judiciários, de sentenças judiciais de pequeno valor e ao cumprimento de sentenças judiciais de empresas estatais dependentes;

XI - ao pagamento de assistência jurídica a pessoas carentes, nos termos do § 1º do art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, do art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e do art. 5º, **caput**, inciso LXXIV, da Constituição;

XII - às despesas com publicidade institucional e publicidade de utilidade pública, inclusive quando for produzida ou veiculada por órgão ou entidade integrante da administração pública federal;

XIII - à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, nos termos da legislação vigente;

XIV - ao atendimento de despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive resultante de alteração de estrutura de carreiras e do provimento de cargos, empregos e funções, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 98, que, no caso do Poder Executivo, constará do orçamento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

XV - ao auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento das exportações;

XVI - às transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para compensação das perdas de arrecadação decorrentes da desoneração das exportações, nos termos do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XVII - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o **caput**, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;

XVIII - à realização de eleições, referendos e plebiscitos pela Justiça Eleitoral;

XIX - à doação de recursos financeiros a países estrangeiros e organizações internacionais nominalmente identificados;

XX - ao pagamento de despesas decorrentes de compromissos firmados por meio de contrato de gestão entre órgãos e entidades da administração pública e as organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

XXI - à capitalização do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas;

XXII - ao pagamento de benefícios e pensões especiais concedidas por legislações específicas e/ou sentenças judiciais, não classificadas como "Pessoal e Encargos Sociais", nos termos do § 2º do art. 94;

XXIII - ao pagamento de cada categoria de despesa com saúde relacionada nos art. 3º e art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com o respectivo Estado e o Distrito Federal, quando se referir a ações descentralizadas;

XXIV - ao pagamento do seguro-desemprego;

XXV - às despesas com ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União;

XXVI - (VETADO);

XXVII - às ações destinadas à promoção da igualdade entre homens e mulheres;

XXVIII - às ações destinadas ao enfrentamento à violência contra a mulher; e

XXIX - ao pagamento de anuidades de certificadores internacionais necessárias à representação do país por meio da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 1º As dotações destinadas à finalidade de que trata o inciso XVII do **caput**:

I - deverão ser aplicadas diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, na forma do inciso V do § 8º do art. 6º; e

II - ficarão restritas ao atendimento, respectivamente, de obrigações decorrentes de atos internacionais ou impostas por leis específicas.

§ 2º Quando as dotações previstas no § 1º se referirem a organismos ou entidades internacionais:

I - deverão ser destinadas exclusivamente ao repasse de recursos com a finalidade de cobertura dos orçamentos gerais dos organismos e das entidades internacionais, admitindo-se ainda:

a) pagamento de taxas bancárias relativas a esses repasses;

b) pagamentos eventuais a título de regularizações decorrentes de compromissos regulamentares; e

c) situações extraordinárias devidamente justificadas;

II - não se aplicará a exigência de programação específica quando o valor referido no inciso XVII do **caput** for ultrapassado, na execução orçamentária, em decorrência de variação cambial ou aditamento do tratado, da convenção, do acordo ou de instrumento congênere;

III - caberá ao órgão responsável pelo pagamento da despesa realizar a conversão para reais da moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, a fim de mensurar o valor previsto, tanto para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 quanto para as solicitações de créditos adicionais; e

IV - caberá à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no âmbito do Poder Executivo, estabelecer os procedimentos necessários para os pagamentos decorrentes de atos internacionais de que trata o inciso XVII do **caput**.

§ 3º (VETADO).

Art. 12. A Reserva de Contingência, observado o inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto e na Lei Orçamentária de 2019, a, no mínimo, dois décimos por cento da receita corrente líquida constante do referido Projeto.

§ 1º Não serão consideradas, para os efeitos do **caput**, as eventuais reservas:

I - à conta de receitas próprias e vinculadas; e

II - para atender programação ou necessidade específica.

§ 2º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o **caput**, considera-se como eventos fiscais imprevistos, a que se refere a alínea "b" do inciso III do **caput** do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2019.

§ 3º O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 conterá reservas específicas para atendimento de programações decorrentes de emendas individuais e de bancada estadual estabelecidas no § 2º do art. 62.

§ 4º Os valores das reservas previstas no § 3º serão equivalentes, respectivamente, ao montante da execução obrigatória de emendas individuais ao Orçamento de 2018, calculado nos termos do art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e ao montante da reserva específica de que trata o inciso II do § 3º do art. 12 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, corrigidos de acordo com o inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 13. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 com sua despesa regionalizada e, nas informações disponibilizadas em meio magnético de processamento eletrônico, apresentará detalhamento das dotações por plano orçamentário e elemento de despesa.

Parágrafo único. Para fins do atendimento do inciso XIII do Anexo I, os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão informar, adicionalmente ao detalhamento a que se refere o **caput**, os subelementos das despesas de tecnologia da informação e comunicação, inclusive **hardware**, **software** e serviços, conforme relação divulgada previamente pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 14. Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção presidencial do autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e as informações relativos ao autógrafo, indicando, de acordo com os detalhamentos estabelecidos no art. 6º:

I - em relação a cada categoria de programação do projeto original, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, realizados pelo Congresso Nacional; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - as novas categorias de programação com as respectivas denominações.

Parágrafo único. As categorias de programação modificadas ou incluídas pelo Congresso Nacional por meio de emendas individuais deverão ser detalhadas com as informações a que se refere a alínea "e" do inciso II do § 1º do art. 131.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Seção I
Das diretrizes gerais

Art. 15. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão:

I - atender ao disposto no art. 167 da Constituição e no Novo Regime Fiscal, instituído pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

II - propiciar o controle dos valores transferidos conforme o disposto no Capítulo V, e dos custos das ações, e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá, em ato próprio, as normas, os critérios e procedimentos necessários à execução do disposto neste artigo.

§ 2º O controle de custos de que trata o inciso II deste artigo será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 16. Os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento deverão disponibilizar, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, no que couber, informações referentes aos contratos e convênios ou instrumentos congêneres firmados, inclusive com o georreferenciamento das obras, e a identificação das categorias de programação e fontes de recursos quando se tratar de convênios ou instrumentos congêneres, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - início de construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais;

II - aquisição, locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais;

III - aquisição de automóveis de representação;

IV - ações de caráter sigiloso;

V - ações que não sejam de competência da União, dos Estados ou dos Municípios, nos termos da Constituição;

VI - clubes e associações de agentes públicos ou quaisquer outras entidades congêneres;

VII - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VIII - compra de títulos públicos por parte de entidades da administração pública federal indireta;

IX - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado, ou órgãos ou entidades de direito público;

X - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas à moradia, hospedagem, ao transporte ou similar, seja sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

XI - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

XII - transferência de recursos a entidades privadas destinados à realização de eventos, no âmbito do Ministério do Turismo e do Ministério da Cultura;

XIII - pagamento de diária, para deslocamento no território nacional, em valor superior a R$ 700,00 (setecentos reais), incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa;

XIV - concessão de ajuda de custo para moradia ou de auxílio-moradia e auxílio-alimentação, ou qualquer outra espécie de benefício ou auxílio, sem previsão em lei específica e com efeitos financeiros retroativos ao mês anterior ao da protocolização do pedido;

XV - aquisição de passagens aéreas em desacordo com o disposto no § 7º;

XVI - pavimentação de vias urbanas sem a prévia ou concomitante implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana ou manejo de águas pluviais, quando necessária; e

XVII - pagamento a agente público de qualquer espécie remuneratória ou indenizatória com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor da respectiva lei que estabeleça a remuneração ou indenização, ou reajuste, altere ou aumente seus valores.

§ 1º Desde que o gasto seja discriminado em categoria de programação específica ou comprovada a necessidade de execução da despesa, excluem-se das vedações previstas:

I - nos incisos I e II do **caput**, à exceção de reforma voluptuária, as destinações para:

a) unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares;

b) representações diplomáticas no exterior; e

c) residências funcionais, em faixa de fronteira, no exercício de atividades diretamente relacionadas com o combate a delitos fronteiriços, para:

1. magistrados da Justiça Federal;

2. membros do Ministério Público da União;

3. policiais federais;

4. auditores-fiscais e analistas-tributários da Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

5. policiais rodoviários federais.

II - no inciso IV do **caput**, quando as ações forem realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado, e que tenham como precondição o sigilo;

III - no inciso V do **caput**, as despesas que não sejam de competência da União, relativas:

a) ao processo de descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros, urbanos e suburbanos, até o limite dos recursos aprovados pelo Conselho Diretor do Processo de Transferência dos respectivos sistemas;

b) ao transporte metroviário de passageiros;

c) à construção de vias e obras rodoviárias estaduais destinadas à integração de modais de transporte;

d) à malha rodoviária federal, cujo domínio seja descentralizado aos Estados e ao Distrito Federal;

e) às ações de segurança pública nos termos do **caput** do art. 144 da Constituição; e

f) (VETADO);

IV - no inciso VI do **caput**:

a) às creches; e

b) às escolas para o atendimento pré-escolar;

V - no inciso VII do **caput**, o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados estiverem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que:

a) esteja previsto em legislação específica; ou

b) refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência:

1. com recursos repassados às organizações sociais, nos termos dos contratos de gestão; ou

2. realizados por professores universitários na situação prevista na alínea "b" do inciso XVI do **caput** do art. 37 da Constituição, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor;

VI - no inciso VIII do **caput**, a compra de títulos públicos para atividades que foram legalmente atribuídas às entidades da administração pública federal indireta;

VII - no inciso IX do **caput**, o pagamento a militares, servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do convenente;

b) pertencentes ao quadro de pessoal da administração pública federal, vinculado ao objeto de convênio, quando o órgão for destinatário de repasse financeiro oriundo de outros entes federativos; ou

c) em atividades de pesquisa científica e tecnológica; e

VIII - no inciso X do **caput**, quando:

a) houver lei que discrimine o valor ou o critério para sua apuração;

b) em estrita necessidade de serviço, devidamente justificada; e

c) de natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

§ 2º A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquela realizada no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, somente será autorizada para execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração pública federal, no âmbito do órgão ou da entidade, publicando-se, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, da qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão.

§ 3º A restrição prevista no inciso VII do **caput** não se aplica ao servidor que se encontre em licença sem remuneração para tratar de interesse particular.

§ 4º O disposto nos incisos VII e XI do **caput** aplica-se também aos pagamentos à conta de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público.

§ 5º A vedação prevista no inciso XII do **caput** não se aplica às destinações, no Ministério da Cultura e no Ministério do Turismo, para realização de eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há, no mínimo, cinco anos ininterruptamente, desde que haja prévia e ampla seleção promovida pelo órgão concedente ou ente público convenente.

§ 6º O valor de que trata o inciso XIII do **caput** aplica-se a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até que lei disponha sobre valores e critérios de concessão de diárias e auxílio deslocamento.

§ 7º Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores e membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, no estrito interesse do serviço público, inclusive no caso de colaborador eventual.

§ 8º Até que lei específica disponha sobre valores e critérios de concessão, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União fica condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições, além de outras estabelecidas em lei:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo agente público;

II - o cônjuge ou companheiro, ou qualquer outra pessoa que resida com o agente público, não ocupe imóvel funcional nem receba ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia;

III - o agente público ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua mudança de lotação;

IV - o agente público deve encontrar-se no exercício de suas atribuições em localidade diversa de sua lotação original;

V - a indenização será destinada exclusivamente ao ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas com aluguel de moradia ou hospedagem administrada por empresa hoteleira; e

VI - natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 18. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 e os créditos especiais, observado o disposto no art. 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal e atendido o disposto no art. 2º desta Lei, somente incluirão ações ou subtítulos novos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas mencionadas no art. 3º; e

b) os projetos e seus subtítulos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas de que trata o § 1º do art. 78; e

III - a ação estiver compatível com a Lei do Plano Plurianual 2016-2019.

§ 1º Serão entendidos como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles, constantes ou não da proposta, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2018, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado.

§ 2º Entre os projetos ou subtítulos de projetos em andamento, terão precedência na alocação de recursos aqueles que apresentarem maior percentual de execução física.

§ 3º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes, são responsáveis pelas informações que comprovem a observância do disposto neste artigo.

Art. 19. Somente poderão ser incluídas, no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, dotações relativas às operações de crédito externas contratadas ou cujas cartas-consulta tenham sido recomendadas pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofiex, no âmbito do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 15 de julho de 2018.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo a emissão de títulos da dívida pública federal e as operações a serem contratadas junto aos organismos multilaterais de crédito destinadas a apoiar programas de ajustes setoriais ou relativas a empréstimos por desempenho.

Art. 20. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 poderá considerar modificações constantes de projeto de lei de alteração do Plano Plurianual 2016-2019, de que trata a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

Art. 21. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei poderão conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

§ 1º Os montantes das receitas e das despesas a que se refere o **caput** serão equivalentes à diferença positiva, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, entre o total das receitas de operações de crédito e o total das despesas de capital.

§ 2º A Mensagem de que trata o art. 10 desta Lei apresentará as justificativas para a escolha das programações referidas no **caput**, bem como a metodologia de apuração e a memória de cálculo da diferença de que trata o § 1º e das respectivas projeções para a execução financeira dos exercícios de 2019 a 2021.

§ 3º O Chefe do Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional plano de revisão de despesas e receitas, inclusive de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia, para o período de 2019 a 2022, acompanhado das correspondentes proposições legislativas e das estimativas dos respectivos impactos financeiros anuais.

§ 4º O plano de que trata o § 3º e as correspondentes proposições legislativas:

I - (VETADO);

II - (VETADO); e

III - no que tange às receitas:

a) priorizarão medidas voltadas à redução de renúncia e ao aumento de receita, ao combate à sonegação, à progressividade tributária e à recuperação de créditos tributários; e

b) estabelecerão, em relação aos benefícios tributários:

1. prazo de vigência para cada benefício; e

2. cronograma de redução de cada benefício, de modo que a renúncia total da receita, no prazo de 10 (dez) anos, não ultrapasse 2% (dois por cento) do produto interno bruto.

§ 5º (VETADO).

Art. 22. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei destinarão recursos para as despesas do Ministério da Educação em montante, no mínimo, igual ao aprovado na Lei Orçamentária de 2018, corrigido na forma do inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias..

Art. 23. Os recursos destinados para as programações da subfunção defesa civil na Lei Orçamentária de 2019 não serão inferiores aos destinados a essas programações no respectivo Projeto.

Art. 24. (VETADO).

Art. 25. (VETADO).

Seção II
Das diretrizes específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União

Art. 26. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, até 15 de agosto de 2018, suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhadas nos termos do **caput**, deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os art. 103-B e art. 130-A da Constituição, respectivamente, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até 28 de setembro de 2018, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 27. Para fins de elaboração de suas propostas orçamentárias para 2019, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como limites orçamentários para a despesa primária os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2018, excluídas as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições, as despesas com o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário, e as despesas com assistência jurídica gratuita do Poder Judiciário, corrigidos na forma do inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sem prejuízo do disposto nos §§ 2º e 4º deste artigo.

§ 1º Aos valores estabelecidos de acordo com o **caput** serão acrescidas as dotações destinadas:

I - às despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições;

II - ao Fundo Partidário, não podendo as dotações aprovadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei ser superiores ao valor pago no exercício de 2016 corrigido na forma do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

III - às despesas com assistência jurídica gratuita do Poder Judiciário, no valor autorizado no exercício de 2017 corrigida na forma do **caput**.

§ 2º Nos limites de que trata o **caput** e os incisos II e III do § 1º, inclui-se a compensação autorizada nos termos dos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º Os limites de que trata o **caput** serão informados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União até 12 de julho de 2018.

§ 4º A utilização dos limites a que se refere este artigo para o atendimento de despesas primárias discricionárias, classificadas nos GND 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, somente poderá ocorrer após o atendimento das despesas primárias obrigatórias relacionadas no Anexo III, observado, em especial, o disposto no Capítulo VII.

§ 5º Independentemente da utilização dos limites definidos na forma deste artigo para elaboração de suas propostas orçamentárias, os órgãos com excesso de despesas primárias compensado na forma dos §§ 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias deverão adotar medidas com vistas ao retorno aos limites individualizados definidos de acordo com o § 1º do referido artigo até o final do prazo de compensação estabelecido no mencionado § 7º.

§ 6º Respeitado o somatório do inciso III do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica autorizada a compensação entre os limites individualizados no âmbito do Poder Legislativo, a ser formalizada mediante ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, conforme indicado no inciso I do § 1º do art. 47, com vigência adstrita ao exercício de 2019.

§ 7º Fica vedado, no exercício de 2019, o reajuste da verba destinada aos gabinetes parlamentares e aos demais benefícios relativos ao exercício da atividade parlamentar.

§ 8º Observado o limite estabelecido no § 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 poderá ampliar a compensação apurada na forma deste artigo, caso a correção estabelecida na forma do **caput** resulte em valor menor do que o impacto anualizado para 2019 decorrente das Leis nºs 13.316 e 13.317, ambas de 20 de julho de 2016.

§ 9º Respeitado o somatório do inciso IV do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica autorizada a compensação entre os limites individualizados no âmbito do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público, a ser formalizada mediante ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, conforme indicado no inciso III do § 1º do art. 47, com vigência adstrita ao exercício de 2019.

Seção III
Dos débitos judiciais

Art. 28. A Lei Orçamentária de 2019 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I - certidão de trânsito em julgado:

a) dos embargos à execução; ou

b) da impugnação ao cumprimento da sentença; ou

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação ao cumprimento da sentença.

Art. 29. O Poder Judiciário encaminhará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, à Advocacia-Geral da União, aos órgãos e às entidades devedores e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, conforme determinado pelo § 5º do art. 100 da Constituição, discriminada por órgão da administração pública direta, autarquia e fundação, e por GND, conforme detalhamento constante do art. 6º, especificando:

I - número da ação originária, no padrão estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça;

II - data do ajuizamento da ação originária;

III - número do precatório;

IV - tipo de causa julgada, com especificação precisa do objeto da condenação transitada em julgado;

V - data da autuação do precatório;

VI - nome do beneficiário e número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

VII - valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago, atualizados até 1º de julho de 2018;

VIII - data do trânsito em julgado;

IX - identificação da Vara ou da Comarca de origem; e

X - natureza do valor do precatório, se referente ao objeto da causa julgada, aos honorários sucumbenciais fixados pelo Juiz da Execução ou aos honorários contratuais.

§ 1º As informações previstas no **caput** serão encaminhadas até 20 de julho de 2018, na forma de banco de dados, por intermédio dos seus órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes.

§ 2º Caberá aos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal encaminhar à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no prazo previsto no § 1º, a relação única contendo todos os débitos de precatórios acidentários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, com as especificações mencionadas nos incisos I a X do **caput**, acrescida de campo que contenha a sigla da unidade federativa.

§ 3º Os órgãos e as entidades devedores referidos no **caput** comunicarão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no prazo máximo de dez dias, contado da data de recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º A falta da comunicação a que se refere o § 3º pressupõe a inexistência de divergências entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios, sendo a omissão, quando existir divergência, de responsabilidade solidária do órgão ou da entidade devedora e de seu titular ou dirigente.

Art. 30. O Poder Judiciário disponibilizará mensalmente, de forma consolidada por órgão orçamentário, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a relação dos precatórios e das Requisições de Pequeno Valor - RPVs autuados e pagos, considerando as especificações estabelecidas nos incisos do **caput** do art. 29, com as adaptações necessárias.

Art. 31. A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição, bem como das RPVs expedidas no ano de 2019, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2019, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, exceto se houver disposição superveniente que estabeleça outro índice de correção.

§ 1º Na atualização monetária dos precatórios tributários, da data do cálculo exequendo até o seu efetivo depósito, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a fazenda pública devedora corrige seus créditos tributários.

§ 2º Os precatórios e RPVs cancelados nos termos da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que eventualmente venham ser objeto de novo ofício requisitório, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente a todo período em que estiveram depositados na instituição financeira.

§ 3º Os precatórios e RPVs expedidos nos termos do § 2º deste artigo serão atualizados da data da transferência dos valores cancelados para a Conta Única do Tesouro Nacional até o novo depósito, observada a remuneração referida no **caput** e no § 1º.

§ 4º Aplica-se o disposto no **caput** aos precatórios parcelados nos termos do § 20 do art. 100 da Constituição.

Art. 32. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, deverão ser integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal aos órgãos setoriais de planejamento e orçamento do Poder Judiciário, ou equivalentes, que se incumbirão em descentralizá-las aos Tribunais que proferirem as decisões exequendas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

§ 1º A descentralização de que trata o **caput** deverá ser feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais.

§ 2º Caso o valor descentralizado seja insuficiente para o pagamento integral do débito, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar, junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a complementação da dotação descentralizada, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadores.

§ 3º Se as dotações descentralizadas referentes a precatórios forem superiores ao valor necessário para o pagamento integral dos débitos relativos a essas despesas, o Tribunal competente, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar a devolução imediata do saldo da dotação apurado e, se for o caso, dos correspondentes recursos financeiros, da qual dará conhecimento aos órgãos ou às entidades descentralizadores e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e ao Ministério da Fazenda, respectivamente, exceto se houver necessidade de abertura de créditos adicionais para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

§ 4º As liberações dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias descentralizadas na forma deste artigo deverão ser realizadas diretamente para o órgão setorial de programação financeira das unidades orçamentárias responsáveis pelo pagamento do débito, de acordo com as regras de liberação para os órgãos do Poder Judiciário previstas nesta Lei e a programação financeira estabelecida na forma do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, e serão informadas aos beneficiários pela vara de execução responsável.

§ 5º O pagamento da Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, decorrente de precatórios e requisições de pequeno valor devidos pela União, ou por suas autarquias e fundações, será efetuado por meio de programação específica no âmbito de Encargos Financeiros da União.

Art. 33. Até sessenta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário discriminarão, no Siafi, a relação dos precatórios relativos às dotações a elas descentralizadas de acordo com o art. 32, especificando a ordem cronológica dos pagamentos, valores a serem pagos e o órgão ou a entidade em que se originou o débito.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias do Poder Judiciário deverão discriminar no Siafi a relação das requisições relativas a sentenças de pequeno valor e o órgão ou a entidade em que se originou o débito, no prazo de até sessenta dias, contado da data de sua autuação no tribunal.

Art. 34. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Advocacia-Geral da União, pelo prazo de noventa dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações daquela unidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no **caput**, o Advogado-Geral da União poderá incumbir os órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas, que lhe são vinculados, do exame dos processos pertinentes aos precatórios devidos por essas entidades.

Art. 35. Aplicam-se as mesmas regras relativas ao pagamento de precatórios constantes desta Seção, quando a execução de decisões judiciais contra empresas estatais dependentes ocorrerem mediante a expedição de precatório, nos termos do art. 100 da Constituição.

Art. 36. Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 15 de junho de 2018, informações contendo a necessidade de recursos orçamentários para 2019, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, autor, número do processo, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.

§ 1º Para a elaboração das informações requeridas no **caput**, deverão ser consideradas exclusivamente:

I - sentenças com trânsito em julgado e em fase de execução, com a apresentação dos documentos comprobatórios; e

II - depósitos recursais necessários à interposição de recursos.

§ 2º A apresentação de documentos comprobatórios para as pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais somente será necessária quando se tratar da concessão de indenizações ainda não constantes de leis orçamentárias anteriores.

Seção IV
Dos empréstimos, financiamentos e refinanciamentos

Art. 37. Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observarão o disposto no art. 27 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial e a apuração será **pro rata temporis**.

§ 2º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro, exceto as despesas de remuneração previstas no contrato entre o agente e a União.

Art. 38. Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos indicarão a lei que definiu encargo inferior ao custo de captação.

Art. 39. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social dependem de autorização expressa em lei específica.

Seção V
Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 40. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do **caput** do art. 167, nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203 e 204 e no § 4º do art. 212 da Constituição e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o § 5º do art. 212 e aquelas destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;

III - do Orçamento Fiscal; e

IV - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**, que deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

§ 1º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 195 da Constituição, no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação e terão a destinação prevista no inciso XI do **caput** do art. 167 da Constituição.

§ 2º Todas as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusive as financeiras, deverão constar do Projeto e na Lei Orçamentária de 2019.

§ 3º As despesas relativas ao pagamento dos benefícios assistenciais a que se refere o **caput** do art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, mantidas as suas fontes de financiamento, serão realizadas à conta do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 4º Será divulgado, a partir do primeiro bimestre de 2019, junto com o relatório resumido da execução orçamentária a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição, demonstrativo das receitas e despesas da seguridade social, na forma do art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal, do qual constará nota explicativa com memória de cálculo das receitas desvinculadas por força de dispositivo constitucional.

§ 5º Independentemente da opção de custeio ou investimento, as emendas parlamentares que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares a serem realizadas pela União a ente federativo serão executadas, em conformidade com atos a serem editados pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Social, e da Saúde, e publicados no Diário Oficial da União, como acréscimo ao valor financeiro:

I - **per capita** destinado à Rede do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, constituindo valor a ser somado aos repasses para cumprimento de metas por integrantes da referida Rede; ou

II - dos tetos transferidos à Rede do Sistema Único de Saúde - SUS, constituindo valor a ser somado aos repasses para cumprimento de metas contratualizadas por integrantes da citada Rede, inclusive em relação às ações de assistência para medicamentos necessários destinados ao controle e tratamento de programas específicos de hemodiálise, hipertensão, bem como para o custeio das internações das Unidades de Tratamento Intensivo.

§ 6º (VETADO).

§ 7º A classificação das receitas próprias e vinculadas de que trata o inciso IV do **caput** deverá conter nível de detalhamento que permita a identificação dos respectivos órgãos, fundos e entidades, inclusive no que se refere a multas, juros e dívida ativa.

Art. 41. As ações e os serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses, bem como de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, contemplarão recursos voltados ao desenvolvimento e execução de ações, atividades e estratégias de controle da população de animais, que devam ser executadas em situações excepcionais, inclusive com a castração de animais e atenção veterinária.

Art. 42. No âmbito da programação do Ministério da Saúde, são fixadas como diretrizes para elaboração e execução do orçamento de 2019:

I - (VETADO);

II - priorizar as conclusões dos projetos em andamento, a funcionalidade e efetividade da infraestrutura instalada, e, em caso de investimentos voltados à conclusão de novas unidades de saúde, observar vazios assistenciais e o planejamento da oferta regional de ações e serviços de saúde, inclusive em unidades para hemodiálise, ortopedia e oncologia, verificadas as limitações da legislação vigente; e

III - (VETADO).

§ 1º O Ministério da Saúde adotará medidas para promover a redução de diferenças regionais nas programações de que trata o inciso III.

§ 2º (VETADO).

§ 3º (VETADO).

Art. 43. (VETADO).

Seção VI
Do Orçamento de Investimento

Art. 44. O Orçamento de Investimento, previsto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, abrangerá as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ressalvado o disposto no § 5º, e dele constarão todos os investimentos realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas atualizações, serão consideradas investimento, exclusivamente, as despesas com:

I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados aqueles que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros, valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado e transferências de ativos entre empresas pertencentes ao mesmo Grupo, controladas diretamente e/ou indiretamente pela União, cuja aquisição tenha constado do Orçamento de Investimento;

II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do art. 6º, considerando para as fontes de recursos a classificação 495 - Recursos do Orçamento de Investimento.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - de participação da União no capital social;

III - da empresa controladora sob a forma de:

a) participação no capital; e

b) de empréstimos;

IV - de operações de crédito junto a instituições financeiras:

a) internas; e

b) externas; e

V - de outras operações de longo prazo.

§ 4º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º As empresas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal ou do Orçamento da Seguridade Social, de acordo com o disposto no art. 5º, não integrarão o Orçamento de Investimento.

§ 6º As normas gerais da Lei nº 4.320, de 1964, não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e às demonstrações contábeis.

§ 7º Excetua-se do disposto no § 6º a aplicação, no que couber, dos arts. 109 e 110 da Lei nº 4.320, de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 8º As empresas de que trata o **caput** deverão manter atualizada a sua execução orçamentária no Siop, de forma **online**.

Seção VII
Das alterações da Lei Orçamentária

Art. 45. As classificações das dotações previstas no art. 6º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento, as codificações orçamentárias e suas denominações poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§ 1º As alterações de que trata o **caput** poderão ser realizadas, justificadamente, se autorizadas por meio de:

I - ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para abertura de créditos autorizados na lei orçamentária, no que se refere a:

a) GND "3 - Outras Despesas Correntes", "4 - Investimentos" e "5 - Inversões Financeiras", no âmbito do mesmo subtítulo; e

b) GND "2 - Juros e Encargos da Dívida" e "6 - Amortização da Dívida", no âmbito do mesmo subtítulo;

II - portaria da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que se refere ao Orçamento de Investimento para:

a) as fontes de financiamento, os identificadores de uso e de resultado primário e as esferas orçamentárias;

b) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

c) ajustes na codificação orçamentária decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e finalidade da programação; e

III - portaria da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que se refere aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para:

a) as fontes de recursos, inclusive as de que trata o § 3º do art. 117, observadas as vinculações previstas na legislação, para os identificadores de uso e de resultado primário, e as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário 6 (RP 6) e 7 (RP 7);

b) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

c) ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer na abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, observado o disposto no art. 57, bem como na reabertura de créditos especiais e extraordinários.

§ 3º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Siafi ou no Siop pela unidade orçamentária.

§ 4º Consideram-se como excesso de arrecadação, para fins do § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, os recursos disponibilizados em razão das modificações efetivadas nas fontes de financiamento e de recursos, nos termos da alínea "a" do inciso II e da alínea "a" do inciso III, respectivamente, ambos do § 1º, sendo consideradas receitas financeiras as modificações que envolverem fontes de recursos dessa espécie.

Art. 46. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, por Poder, sem prejuízo do disposto no § 11 e no § 13.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do **caput** do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2019.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção da meta de resultado primário prevista nesta Lei.

§ 5º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - estimativas de receitas constantes da Lei Orçamentária de 2019, de acordo com a classificação de que trata a alínea "a" do inciso III do **caput** do art. 8º;

II - estimativas atualizadas para o exercício financeiro;

III - parcelas do excesso de arrecadação já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldos do excesso de arrecadação, de acordo com a classificação prevista no inciso I deste parágrafo.

§ 6º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2019;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV - saldo do superávit financeiro do exercício de 2018, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, será publicado, junto com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao primeiro bimestre do exercício financeiro de 2019, demonstrativo do superávit financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, devendo o superávit financeiro por fonte detalhada de recursos ser disponibilizado em sítio eletrônico.

§ 8º A abertura de créditos prevista no § 6º para o aumento de dotações autorizadas por esta Lei deve ser compatível com a obtenção da meta de resultado primário fixada nesta Lei, obedecidos os limites de despesas primárias, e observado o disposto no parágrafo único do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 9º No caso de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 7º deverá identificar as unidades orçamentárias.

§ 10. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e a publicação da respectiva lei.

§ 11. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais, relativos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, poderão ser apresentados de forma consolidada.

§ 12. A exigência de encaminhamento de projetos de lei por Poder, constante do **caput**, não se aplica quando o crédito for:

I - destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e aos seus dependentes constantes do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e os auxílios funeral e natalidade; ou

II - integrado exclusivamente por dotações orçamentárias classificadas com RP 6 e RP 7.

§ 13. Serão encaminhados projetos de lei específicos, quando se tratar de créditos destinados ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes constantes do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial; e sentenças judiciais, inclusive as relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 14. Os projetos de lei de que trata o § 13 poderão ser integrados por despesas não relacionadas no referido parágrafo, quando forem necessárias à manutenção do resultado primário ou dos limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 15. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro, ainda que envolva concomitante troca de fontes de recursos, as respectivas exposições de motivos deverão estar acompanhadas dos demonstrativos exigidos pelos §§ 5º e 6º deste artigo.

§ 16. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal, benefícios aos servidores e aos seus dependentes, sentenças judiciais e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até trinta dias, contado da data de recebimento do pedido de alteração orçamentária pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 47. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019, ressalvado o disposto no § 1º, no art. 55 e no art. 56, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos das anulações de dotações, observado o disposto no § 5º do art. 46.

§ 1º Os créditos a que se refere o **caput**, com indicação de recursos compensatórios dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito desses Poderes e órgãos, verificados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o disposto no § 2º, por atos:

I - dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II - dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e

III - do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal.

§ 2º Quando a aplicação do disposto no § 1º envolver mais de um órgão orçamentário, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, os créditos serão abertos por ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, conforme indicado nos incisos I, II e III do § 1º, respectivamente, e não poderão alterar os limites individualizados de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º Na abertura dos créditos na forma do § 1º, fica vedado o cancelamento de despesas financeiras para suplementação de despesas primárias.

§ 4º Os créditos de que trata o § 1º serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

§ 5º Para fins do disposto no **caput**, somente serão submetidas ao Presidente da República as propostas de créditos suplementares que cumpram os requisitos e as condições previstos na legislação em vigor, para efeito de sua abertura e da execução da despesa correspondente.

Art. 48. Na abertura dos créditos suplementares de que tratam os arts. 46 e 47, poderão ser incluídos GNDs, além dos aprovados no subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente.

Art. 49. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e título para ação já existente.

§ 1º O crédito aberto por medida provisória deverá ser classificado, quanto ao identificador de resultado primário, de acordo com o disposto no § 4º do art. 6º.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Os GNDs decorrentes da abertura ou da reabertura de créditos extraordinários durante o exercício poderão ser alterados, justificadamente, por ato do Poder Executivo, para adequá-los à necessidade da execução.

Art. 50. Os Anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2019.

Art. 51. As dotações das categorias de programação anuladas em decorrência do disposto no § 1º do art. 47 não poderão ser suplementadas, exceto se por remanejamento de dotações no âmbito do próprio órgão ou em decorrência de legislação superveniente.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no **caput** as dotações das unidades orçamentárias do Poder Judiciário que exerçam a função de setorial de orçamento, quando anuladas para suplementação das unidades do próprio órgão.

Art. 52. A reabertura dos créditos especiais, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato próprio dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, após a primeira avaliação de receitas e despesas a que se refere o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, observado o disposto no § 4º deste artigo e no art. 50.

§ 1º Os créditos reabertos na forma deste artigo, relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

§ 2º O prazo de que trata o **caput** não se aplica ao Orçamento de Investimento.

§ 3º A programação objeto da reabertura dos créditos especiais poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2019, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

§ 4º A reabertura dos créditos de que trata o **caput**, relativa aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, fica condicionada à anulação de dotações orçamentárias, relativas a despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019, no montante que exceder o limite a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais ao Orçamento de Investimento para o atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2018, mediante a utilização, em favor da correspondente empresa estatal e da respectiva programação, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social.

Art. 54. Ato do Poder Executivo poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 4º, inclusive os títulos, descritores, as metas e os objetivos, assim como o detalhamento por esfera orçamentária, GND, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, e de resultado primário.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

Art. 55. O Presidente da República poderá delegar:

I - ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão as alterações orçamentárias previstas nos arts. 47, **caput**, 49, § 2º, 52, 53, 54 e 60, § 2º; e

II - ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos a que se refere o § 5º do art. 167 da Constituição, observados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 47 desta Lei.

Art. 56. A. Os dirigentes indicados no § 1º do art. 47 desta Lei poderão delegar, no âmbito de seus órgãos, vedada a subdelegação, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2019 que contenham a indicação de recursos compensatórios, nos termos do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, desde que observadas as exigências e restrições constantes do art. 47 desta Lei, especialmente aquelas a que se refere o seu § 3º.

Art. 57. As dotações destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos, bem como ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, ressalvado o disposto no parágrafo único, somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais por intermédio de projeto de lei.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o **caput** poderão ser remanejados para outras categorias de programação, por meio de decreto ou de ato dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, observados os limites autorizados na Lei Orçamentária de 2019 e o disposto no art. 47, desde que mantida a destinação, respectivamente, à contrapartida nacional e ao serviço da dívida.

Seção VIII
Da limitação orçamentária e financeira

Art. 58. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão, em milhões de reais:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, demonstrando que a programação atende à meta estabelecida no art. 2º;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a contribuição para o salário-educação, as concessões e permissões, compensações financeiras, receitas próprias das fontes 50 e 81 e demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa, e administrativa;

III - cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias discricionárias à conta de recursos do Tesouro Nacional e de outras fontes, incluídos os restos a pagar, que serão demonstrados na forma do inciso IV;

IV - demonstrativo do montante dos restos a pagar, por órgão, distinguindo-se os processados dos não processados;

V - metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, destacando as principais empresas e separando, nas despesas, os investimentos; e

VI - quadro geral da programação financeira, detalhado em demonstrativos distintos segundo a classificação da despesa em financeira, primária discricionária e primária obrigatória, evidenciando-se por órgão:

a) dotação autorizada na lei orçamentária e em créditos adicionais; limite ou valor estimado para empenho; limite ou valor estimado para pagamento; e diferenças entre montante autorizado e limites ou valores estimados; e

b) estoque de restos a pagar ao final de 2018 líquido de cancelamentos ocorridos em 2019; limite ou valor estimado para pagamento; e respectiva diferença.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá no ato referido no **caput** as despesas primárias obrigatórias constantes do Anexo III, que estarão sujeitas a controle de fluxo, com o respectivo cronograma de pagamento.

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 59. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União, até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 3º.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo e pelos órgãos referidos no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2019 na forma das alíneas "b", "c", "d" e "e" do inciso II do § 4º do art. 6º, excluídas as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União constantes da Lei Orçamentária de 2019.

§ 2º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e a movimentação financeira.

§ 3º O Poder Executivo divulgará em sítio eletrônico e encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**, no prazo nele previsto, relatório que será apreciado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, contendo:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXI do Anexo II e o Anexo de Metas Fiscais;

III - a justificativa das alterações de despesas primárias obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XI do Anexo II, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores; e

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas primárias obrigatórias com controle de fluxo financeiro, a identificação das respectivas ações e dos valores envolvidos.

§ 4º Aplica-se somente ao Poder Executivo a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade tenha sido identificada fora da avaliação bimestral, devendo o relatório a que se refere o § 3º ser divulgado em sítio eletrônico e encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até sete dias úteis, contado da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 5º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 3º ser divulgado em sítio eletrônico e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**.

§ 6º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, ou de restabelecimento desses limites, editado nas hipóteses previstas no **caput** e no § 1º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos §§ 4º e 5º, conterá as informações relacionadas no § 1º do art. 58.

§ 7º O relatório a que se refere o § 3º será elaborado e divulgado em sítio eletrônico também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 8º O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 3º no prazo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 9º Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes manterão atualizado em seu sítio eletrônico demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.

§ 10. Para os órgãos que possuam mais de uma unidade orçamentária, os prazos para publicação dos atos de restabelecimento de limites de empenho e movimentação financeira, quando for o caso, serão de até:

I - trinta dias após o encerramento de cada bimestre, quando decorrer da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

II - sete dias úteis após o encaminhamento do relatório previsto no § 5º, se não for resultante da referida avaliação bimestral.

§ 11. Observada a disponibilidade de limites de empenho e movimentação financeira, estabelecida na forma deste artigo, os órgãos e as unidades executoras, ao assumirem os compromissos financeiros, não poderão deixar de atender às despesas essenciais e inadiáveis, além da observância do disposto no art. 3º.

§ 12. No caso de receitas próprias, de convênios e de doações obtidas pelas instituições federais de ensino, deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - as despesas custeadas com as referidas receitas não serão consideradas para fins de apuração do montante a que se refere o § 1º deste artigo, nem de limitação de empenho e movimentação financeira; e

II - no caso de abertura de créditos adicionais à conta de excesso de arrecadação ou de superávit financeiro referentes às mencionadas receitas, cancelamentos compensatórios de dotações não incidirão sobre as programações do Ministério da Educação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Seção IX
Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 60. Se o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas no Anexo III;

II - ações de prevenção a desastres classificadas na subfunção Defesa Civil ou relativas a operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO);

III - concessão de financiamento ao estudante;

IV - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, classificadas com o Identificador de Uso 6 - IU 6;

V - outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei; e

VI - realização de eleições e continuidade da implantação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores pela Justiça Eleitoral.

§ 1º Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2019 a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados entre o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 enviado ao Congresso Nacional e a respectiva Lei serão ajustados, considerando-se a execução prevista neste artigo, por ato do Poder Executivo, após a sanção da Lei Orçamentária de 2019, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de vinte por cento da programação objeto de anulação, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§ 3º O disposto no art. 45 aplica-se, no que couber, aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 4º A autorização de que trata o inciso I do **caput** não abrange as despesas a que se refere o art. 101.

Seção X
Do regime de execução das programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais e de bancada estadual

Art. 61. O regime de execução estabelecido nesta Seção tem como finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas individuais ou de bancada estadual, independentemente de autoria.

Art. 62. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas de que trata esta Seção.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, as emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o **caput** compreende, cumulativamente, o empenho e pagamento, observado o disposto no § 16 do art. 166 da Constituição e no § 2º do art. 68.

§ 3º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida no art. 2º, os montantes de execução obrigatória das programações de que trata esta Seção poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

Art. 63. As programações de que trata esta Seção não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

Art. 64. O identificador da programação incluída ou acrescida mediante emendas de que trata esta Seção, que constará dos sistemas de acompanhamento da execução financeira e orçamentária, tem por finalidade a identificação do proponente da inclusão ou do acréscimo da programação.

Art. 65. Para o cumprimento dos prazos previstos nos incisos III e IV do § 14 do art. 166 da Constituição, prevalece a data que ocorrer primeiro.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica, relativamente ao inciso III, na hipótese de a Lei Orçamentária de 2019 ser sancionada após 31 de março de 2019.

§ 2º Os demais Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União exercerão, por ato próprio, o remanejamento previsto no inciso IV a que se refere o **caput**, a contar do término do prazo para deliberação do projeto de lei encaminhado nos termos do inciso III citado no **caput**, no caso de o aludido projeto de lei ser considerado prejudicado.

Art. 66. Os autores das emendas de que trata esta Seção deverão indicar, nos prazos estabelecidos pelo Poder Executivo, os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para efeito da aplicação dos limites de execução, com vistas ao atendimento do disposto no art. 61.

Art. 67. O remanejamento de dotações entre programações decorrentes de emendas de mesmo autor deverá observar os limites individualizados autorizados na lei orçamentária.

Art. 68. A obrigatoriedade de execução referente a programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual aprovadas na Lei Orçamentária de 2019 com RP 7 compreende, no exercício de 2019, cumulativamente, o empenho e o pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto do § 3º do art. 62.

§ 1º O empenho a que se refere o **caput** restringe-se ao valor global aprovado por meio de emendas de bancada estadual.

§ 2º O pagamento a que se refere o **caput** restringe-se ao montante efetivamente liquidado, observado o disposto no § 3º.

§ 3º Os pagamentos de restos a pagar relativos a programações decorrentes de emendas de bancada estadual de execução obrigatória poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira prevista no **caput**.

§ 4º As programações de que trata o **caput**, custeadas com recursos da reserva de que trata o § 3º do art. 12, **in fine**, priorizarão projetos em andamento e restringir-se-ão a até 6 (seis) por bancada, das quais pelo menos 1 (uma) será destinada à área de educação, pelo menos 1 (uma) à de saúde e pelo menos 1 (uma) à de segurança pública.

Art. 69. As emendas parlamentares destinadas à implantação e gestão de equipamentos e sistemas de videomonitoramento urbano, no âmbito do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, poderão ser executadas mediante contrato de Parceria Público-Privada.

Art. 70. As emendas direcionadas às programações do Ministério da Educação poderão alocar recursos para qualquer programação de custeio de natureza discricionária.

Parágrafo único. As emendas alocadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação poderão ser destinadas ao apoio ao desenvolvimento da educação básica em todas as suas etapas e modalidades.

Art. 71. (VETADO).

CAPÍTULO V
DAS TRANSFERÊNCIAS

Seção I
Das transferências para o setor privado

Subseção I
Das subvenções sociais

Art. 72. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observada a legislação em vigor, quando tais entidades:

I - sejam constituídas sob a forma de fundações incumbidas regimental e estatutariamente para atuarem na produção de fármacos, medicamentos, produtos de terapia celular, produtos de engenharia tecidual, produtos de terapia gênica, produtos médicos definidos em legislação específica e insumos estratégicos na área de saúde; ou

II - prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Parágrafo único. A certificação de que trata o inciso II do **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos da legislação vigente; e

II - dispensada, para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

a) atenção à saúde dos povos indígenas;

b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou da dependência de substâncias psicoativas;

c) combate à pobreza extrema;

d) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência;

e) prevenção, promoção à saúde e atenção às pessoas com Vírus da Imunodeficiência Humana - HIV, hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária e dengue; e

f) vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, inclusive por meio de castração de animais, desde que a entidade preste atendimento universal e gratuito e tenha regular funcionamento nos últimos três anos.

Subseção II
Das contribuições correntes e de capital

Art. 73. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o caput do art. 72, observada a legislação em vigor.

Parágrafo único. A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada em lei específica, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, objeto, prazo do instrumento e a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 74. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior conforme § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964.

Subseção III
Dos auxílios

Art. 75. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964 somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no inciso II do **caput** do art. 72 e sejam voltadas para a:

a) educação especial; ou

b) educação básica;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, incluídas aquelas relacionadas à aquisição e instalação de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais a cargo do citado Ministério, bem como àquelas cadastradas junto a esse Ministério para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - de atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e:

a) obedeçam ao estabelecido no inciso II do **caput** do art. 72; ou

b) sejam signatárias de contrato de gestão celebrado com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos da Lei nº 9.637, de 1998;

IV - qualificadas ou registradas, e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e tenham contrato de gestão firmado com órgãos públicos;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, formalizados instrumentos jurídicos adequados que garantam a disponibilização do espaço esportivo implantado visando o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstradas, pelo órgão concedente, as necessidades de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância no que concerne ao setor público;

VI - de atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social e cumpram o disposto no inciso II do **caput** do art. 72, devendo suas ações se destinar a:

a) idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social; ou

b) habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência;

VII - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, e constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

IX - colaboradoras na execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, com base na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - direcionadas às atividades de extrativismo, manejo de florestas de baixo impacto, sistemas agroecológicos, pesca, aquicultura e agricultura de pequeno porte realizadas por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares, e constituídas sob a forma de associações e cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos; ou

XI - canalizadas para atividades humanitárias desenvolvidas por entidade reconhecida por ato do governo federal como de natureza auxiliar do Poder Público.

Subseção IV
Disposições gerais

Art. 76. Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 72 a 75, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá da justificação pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) construção, ampliação ou conclusão de obras:

1. (VETADO); ou

2. no âmbito de contratos de gestão firmados com entidades qualificadas como organizações sociais nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação "50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos";

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, em seu sítio eletrônico ou, na falta deste, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que definam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias, e de alocação de recursos e prazo do benefício, prevendo-se, ainda, cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2019;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Dívida Ativa da União, certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de regularidade junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e dos instrumentos congêneres às normas referentes à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante os últimos três anos, de atividades relacionadas à matéria objeto da parceria.

§ 1º A transferência de recursos públicos a instituições privadas de educação, nos termos do art. 213 da Constituição, deve ser obrigatoriamente vinculada ao plano de expansão da oferta pública no nível, na etapa e na modalidade de educação respectivos.

§ 2º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações que viabilizem o acesso à moradia, bem como a elevação de padrões de habitabilidade e qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivam em localidades urbanas e rurais.

§ 3º A exigência constante do inciso III do **caput** não se aplica quando a transferência dos recursos ocorrer por intermédio de fundos estaduais, distrital e municipais, nos termos da legislação pertinente.

§ 4º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público ou Defensores Públicos da União, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I - o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais da Saúde, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde e o Conselho Nacional de Secretários de Educação, a União Nacional dos Dirigentes de Educação, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e o Fórum Nacional de Secretarias de Assistência Social;

II - as associações de entes federativos, limitada à aplicação dos recursos de capacitação e assistência técnica; ou

III - os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

§ 5º O disposto nos incisos VII, VIII, no que se refere à garantia real, X e XI do **caput** não se aplica às entidades beneficiárias de que tratam os incisos VII, VIII e X do **caput** do art. 75.

§ 6º As organizações da sociedade civil, nos termos do inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de fomento ou de colaboração, caso em que deverá ser observada a Lei nº 13.019, de 2014, sua regulamentação e demais legislações aplicáveis; e

II - convênio ou outro instrumento congênere, celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição, caso em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 7º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de parceria, observada a legislação específica pertinente a essas entidades, e processo seletivo de ampla divulgação;

II - termo de colaboração ou de fomento, atendidas as disposições da Lei nº 13.019, de 2014, e sua regulamentação, bem como as demais legislações aplicáveis; e

III - convênio ou outro instrumento congênere, celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do art. 199 da Constituição, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 8º Para a garantia da segurança dos beneficiários, as exigências constantes dos incisos II, IV e V do **caput** devem observar as especificidades dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

§ 9º As disposições relativas a procedimentos previstos no art. 79 aplicam-se, no que couber, às transferências para o setor privado.

§ 10. É vedada a destinação de recursos à entidade privada que mantenha, em seus quadros, dirigente que incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 11. A comprovação a que se refere o inciso XIII do **caput**:

I - será regulada pelo Poder Executivo;

II - alcançará, no mínimo, os três anos imediatamente anteriores à data prevista para a celebração do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, a qual deve ser previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos; e

III - será dispensada para entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços ao SUS, habilitadas até o ano de 2014 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

§ 12. O disposto no inciso X do **caput**, no que se refere à regularidade econômico-fiscal, poderá ser apresentado por filiais ou entidades vinculadas aos órgãos centrais, que atuará como interveniente, aplicando-se essa exceção somente para transferências voltadas aos projetos e programas para atuação na área de proteção e defesa civil, meio ambiente, saúde, assistência social e educação.

§ 13. A localização física de que trata o inciso I do art. 4º independe da localização geográfica da entidade privada signatária do instrumento administrativo.

Art. 77. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para as transferências previstas na forma dos arts. 72, 73 e 75, facultada a contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis, ressalvado o disposto em legislação específica.

Seção II
Das transferências voluntárias

Art. 78. A realização de transferências voluntárias, conforme definida no **caput** do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, dependerá da comprovação, por parte do convenente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º A contrapartida, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando a capacidade financeira da unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, tendo como limite mínimo e máximo:

I - no caso dos Municípios:

a) um décimo por cento e quatro por cento, para Municípios com até cinquenta mil habitantes;

b) dois décimos por cento e oito por cento, para Municípios com mais de cinquenta mil habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;

c) um por cento e vinte por cento, para os demais Municípios;

d) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em áreas vulneráveis a eventos extremos, tais como secas, deslizamentos e inundações, incluídas na lista classificatória de vulnerabilidade e recorrência de mortes por desastres naturais fornecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

e) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em região costeira, ou de estuário, com áreas de risco provocadas por elevações do nível do mar, ou por eventos meteorológicos extremos, incluídos na lista classificatória de vulnerabilidade fornecida pelo Ministério do Meio Ambiente;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) um décimo por cento e dez por cento, se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da Sudene, da Sudam e da Sudeco; e

b) dois por cento e vinte por cento, para os demais Estados; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, um décimo por cento e quatro por cento.

§ 2º Os limites mínimos e máximos de contrapartida fixados no § 1º poderão ser reduzidos ou ampliados mediante critérios previamente definidos ou justificativa do titular do órgão concedente, quando:

I - necessário para viabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas;

II - necessário para transferência de recursos, conforme disposto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004; ou

III - decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais.

§ 3º Sem prejuízo dos requisitos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui exigência para o recebimento das transferências voluntárias a observância das normas publicadas pela União relativas à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, inclusive na modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, devendo ser utilizada preferencialmente a sua forma eletrônica.

§ 4º Não será exigida contrapartida:

I - dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a transferência de recursos no âmbito do SUS, inclusive aquela efetivada por meio de convênios ou similares;

II - dos Municípios com nível de IDH classificado como baixo ou muito baixo, para os programas na área de educação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º As transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída na lei orçamentária por emendas poderão ser utilizadas para os pagamentos relativos à elaboração de projetos básicos e executivos, além das despesas necessárias ao licenciamento ambiental.

§ 6º As transferências no âmbito do SUS, inclusive aquelas efetivadas por meio de convênios ou similares, permitirão, nos termos de regulamentação a ser promovida pelo Ministério da Saúde, a aquisição de veículo para transporte sanitário eletivo dentro da rede de atenção à saúde.

§ 7º É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

§ 8º As transferências voluntárias para a realização de despesas de capital dependerão de comprovação do Estado, Distrito Federal ou Município convenente de que possui condições orçamentárias para arcar com as despesas dela decorrentes e meios que garantam o pleno funcionamento do objeto.

§ 9º (VETADO).

Art. 79. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo, a título de transferência voluntária, nos termos do art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou do contrato de repasse, bem como dos aditamentos de valor correspondentes, e não se confunde com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto no convênio ou no contrato de repasse.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 80. A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2019, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública.

Art. 81. A entrega de recursos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente quando resulte na preservação ou no acréscimo no valor de bens públicos federais, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

§ 1º A destinação de recursos nos termos do **caput** observará o disposto nesta Seção, exceto quanto à exigência prevista no **caput** do art. 87.

§ 2º É facultativa a exigência de contrapartida na delegação de que trata o **caput**.

Art. 82. Na hipótese de igualdade de condições entre Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos para o recebimento de transferências de recursos nos termos desta Seção, os órgãos e as entidades concedentes deverão dar preferência aos consórcios públicos.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** também às associações de Municípios que firmem instrumentos de cooperação com a União.

Seção III
Disposições gerais sobre transferências

Art. 83. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º O Poder Executivo adotará providências com vistas ao registro e à divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de instrumentos de parceria, convênios ou instrumentos congêneres.

§ 2º Nos momentos de aceitação do projeto e execução da obra, o órgão concedente ou a sua mandatária deverá considerar a observância dos elementos técnicos de acessibilidade, conforme normas vigentes.

Art. 84. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais que, na impossibilidade de atuação do órgão concedente, poderão atuar como mandatárias da União para execução e supervisão, e a nota de empenho deve ser emitida até a data da assinatura do acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no **caput** correrão à conta:

I - prioritariamente de dotações destinadas às respectivas transferências; ou

II - de categoria de programação específica.

§ 2º A prerrogativa estabelecida no § 1º, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo.

§ 3º Os valores relativos às despesas administrativas com tarifas de serviços da mandatária:

I - compensarão os custos decorrentes da operacionalização da execução dos projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos pactuados; e

II - serão deduzidos do valor total a ser transferido ao ente ou entidade beneficiária, conforme cláusula prevista no instrumento de celebração correspondente, quando se tratar de programação de que trata o § 9º do art. 166 da Constituição, até o limite de 4,5%.

§ 4º Eventual excedente da tarifa de serviços da mandatária em relação ao limite de que trata o inciso II do § 3º correrá à conta de dotação própria do órgão concedente.

Art. 85. No Projeto e na Lei Orçamentária para 2019, os recursos destinados aos investimentos programados no Plano de Ações Articuladas - PAR deverão, preferencialmente, priorizar as conclusões dos projetos em andamento visando a sua funcionalidade e à efetividade da infraestrutura instalada, o que representa para os entes federados instrumentos eficazes na implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação e consequentemente dos indicadores educacionais.

Art. 86. Os pagamentos à conta de recursos recebidos da União, abrangidos pela Seção I e pela Seção II deste Capítulo, estão sujeitos à identificação, por CPF ou CNPJ, do beneficiário final da despesa.

§ 1º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo, por parte de convenentes ou executores, somente será realizada se observado os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou do prestador de serviços, ressalvado o disposto no § 3º; e

III - transferência, em meio magnético, à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, pelos bancos responsáveis, na forma a ser regulamentada por aquela Secretaria, das informações relativas à movimentação na conta mencionada no inciso I, contendo, no mínimo, a identificação do banco, da agência, conta bancária e do CPF ou CNPJ do titular das contas de origem e de destino, quando houver, a data e o valor do pagamento.

§ 2º O Poder Executivo poderá estender as disposições deste artigo, no que couber, às transferências da União que resultem de obrigações legais, e não configurem repartição de receitas.

§ 3º Ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, considerada a regulamentação em vigor.

§ 4º A exigência contida no inciso I do § 1º poderá ser substituída pela execução financeira direta, por parte do convenente, no Siafi.

Art. 87. As transferências previstas neste Capítulo serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais", conforme o caso, e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 84.

Parágrafo único. A exigência constante do **caput** não se aplica à execução das ações previstas no art. 81.

Art. 88. Os valores mínimos para as transferências previstas neste Capítulo serão fixados por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. O valor mínimo da transferência será de R$ 100.000,00 (cem mil reais) quando for suficiente para:

I - execução integral de obra; ou

II - conclusão de etapa do cronograma de execução da obra necessária à garantia da funcionalidade do objeto pactuado.

CAPÍTULO VI
DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Art. 89. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2019, a variação do Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

Art. 90. As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2019, em seus anexos, e nos créditos adicionais separadamente das demais despesas com o serviço da dívida, constando o refinanciamento da dívida mobiliária em programação específica.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, acrescido da atualização monetária da dívida pública federal, realizado com a receita proveniente da emissão de títulos.

Art. 91. Será consignada, na Lei Orçamentária de 2019 e nos créditos adicionais, estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal, para fazer frente, estritamente, a despesas com:

I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no **caput** seja autorizada por Lei ou Medida Provisória.

Art. 92. Os recursos de operações de crédito contratadas junto aos organismos multilaterais que, por sua natureza, estão vinculados à execução de projetos com fontes orçamentárias internas deverão ser destinados à cobertura de despesas com amortização ou encargos da dívida externa ou à substituição de receitas de outras operações de crédito externas.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** às operações na modalidade enfoque setorial amplo (**sector wide approach**) do BIRD e aos empréstimos por desempenho (**performance driven loan**) do BID.

Art. 93. Serão mantidas atualizadas, em sítio eletrônico, informações a respeito das emissões de títulos da dívida pública federal, compreendendo valores, objetivo e legislação autorizativa, independentemente da finalidade e forma, incluindo emissões para fundos, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

CAPÍTULO VII
DAS DESPESAS COM PESSOAL, DOS ENCARGOS SOCIAIS E DOS BENEFÍCIOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

Seção I
Das despesas de pessoal e dos encargos sociais

Art. 94. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2019, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto no art. 101, observados os limites estabelecidos no art. 27.

§ 1º Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, entre outras, as relacionadas ao pagamento de assistência pré-escolar de dependentes de servidores civis, militares e empregados públicos, saúde suplementar de servidores civis, militares, empregados públicos e seus dependentes, diárias, fardamento, auxílios alimentação ou refeição, moradia, transporte de qualquer natureza, ajuda de custo concernente a despesas de locomoção e instalação decorrentes de mudança de sede, e de movimentação de pessoal, de caráter indenizatório no exterior e quaisquer outras indenizações, exceto as de caráter trabalhista previstas em lei.

§ 2º As despesas decorrentes da concessão de pensões especiais previstas em leis específicas só serão classificadas como pessoal se vinculadas a cargo público federal.

Art. 95. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão e manterão atualizada, em seus sítios eletrônicos, no portal "Transparência" ou similar, preferencialmente, na seção destinada à divulgação de informações sobre recursos humanos, em formato de dados abertos, tabela, por níveis e denominação, de:

I - quantitativo de cargos efetivos vagos e ocupados por servidores estáveis e não estáveis e postos militares, segregado por pessoal ativo e inativo;

II - remuneração e/ou subsídio de cargo efetivo/posto/graduação, segregado por pessoal ativo e inativo;

III - quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública federal;

IV - remuneração de cargo em comissão ou função de confiança; e

V - quantitativo de pessoal contratado por tempo determinado, observado o disposto no § 1º do art. 105.

§ 1º No caso do Poder Executivo, a responsabilidade por disponibilizar e atualizar as informações constantes no **caput**, será:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - de cada empresa estatal dependente, no caso de seus empregados;

III - do Ministério da Defesa, no caso dos militares dos Comandos das Forças Armadas;

IV - da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores; e

V - de cada Ministério, relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista a ele vinculadas.

§ 2º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá a modelo a ser definido pelas Secretarias de Orçamento Federal, e de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conjunto com os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 3º Para efeito deste artigo, não serão considerados como cargos e funções vagos as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão, e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 4º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça editar as normas complementares para a organização e a disponibilização dos dados referidos neste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, exceto o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral e do Ministério Público da União, consolidar e disponibilizar em seus sítios eletrônicos, as informações divulgadas pelos tribunais regionais ou unidades do citado Ministério.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão às Secretarias de Orçamento Federal, e de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 31 de março de 2019, o endereço no sítio eletrônico no qual foi disponibilizada a tabela a que se refere o **caput**.

§ 7º As informações disponibilizadas nos termos do § 6º comporão quadro informativo consolidado da administração pública federal a ser disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seu sítio eletrônico, no portal "Transparência" ou similar.

§ 8º Os quantitativos físicos relativos ao pessoal inativo, referido no inciso I do **caput** deste artigo, serão segregados em nível de aposentadoria, reforma/reserva remunerada, instituidor de pensões e pensionista.

§ 9º Nos casos em que as informações previstas nos incisos I a V do **caput** sejam enquadradas como sigilosas ou de acesso restrito, a tabela deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos contendo nota de rodapé com a indicação do dispositivo que legitima a restrição, conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 96. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão até o dia 30 de setembro de cada exercício, com a finalidade de possibilitar a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis, na forma da alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, base de dados relativa a todos os seus servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes.

§ 1º No caso do Poder Executivo, a responsabilidade por disponibilizar as bases de dados previstas no **caput**, será:

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores.

§ 2º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento ou de pessoal das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral, e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar as bases de dados relativas aos respectivos tribunais regionais ou unidades.

§ 3º As bases de dados a que se refere o **caput** serão entregues à Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, a qual editará ato normativo disciplinando o conteúdo e forma de envio.

Art. 97. As empresas estatais dependentes disponibilizarão os acordos coletivos, convenções coletivas e/ou dissídios coletivos de trabalho aprovados, nos seus respectivos sítios eletrônicos.

Art. 98. No exercício de 2019, observado o disposto no art. 169 da Constituição e no art. 101, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 95;

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

III - for observado o limite previsto no art. 94.

Parágrafo único. Nas autorizações previstas no art. 101 deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

Art. 99. No exercício de 2019, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto para o caso previsto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos decorrentes de situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no **caput**, é de exclusiva competência do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 100. As proposições legislativas relacionadas ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhadas de:

I - premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por poder ou órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas;

III - manifestação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no caso do Poder Executivo, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, sobre o mérito, e o impacto orçamentário e financeiro; e

IV - parecer ou comprovação de solicitação sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

§ 1º Não se aplica o disposto no inciso IV do **caput** aos projetos de lei referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público Federal e ao Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º As proposições legislativas previstas neste artigo, e as Leis delas decorrentes:

I - não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor ou à plena eficácia da norma;

II - deverão conter cláusula suspensiva de sua eficácia até constar a autorização para criação de cargos, funções e empregos, e a respectiva dotação para provimento em anexo à lei orçamentária correspondente ao exercício em que entrarem em vigor, e o provimento não será autorizado enquanto não publicada a lei orçamentária com dotação suficiente ou sua alteração.

§ 3º Não se aplica o disposto neste artigo à transformação de cargos vagos que, justificadamente, não implique aumento de despesa.

Art. 101. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observado o inciso I do referido parágrafo, bem como as condições estabelecidas no art. 98 desta Lei, ficam autorizados:

I - a transformação de cargos e funções, que justificadamente, não impliquem em aumento de despesa;

II - os provimentos em cargos efetivos, funções ou cargos em comissão que estavam ocupados no mês citado no **caput** do art. 94, cuja vacância não tenha resultado em pagamento de proventos de aposentadoria ou pensão por morte;

III - a contratação de pessoal por tempo determinado, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, desde que comprovada a disponibilidade orçamentária; e

IV - a criação de cargos e funções e os provimentos de civis ou militares, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2019, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, não abrangidos nos incisos anteriores.

§ 1º O anexo a que se refere o inciso IV do **caput** terá os limites orçamentários correspondentes discriminados, por Poder, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, com:

I - as quantificações para a criação de cargos e funções, identificando especificamente a lei correspondente;

II - as quantificações para o provimento de cargos, funções e empregos;

III - as dotações autorizadas para 2019, correspondentes ao valor igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado; e

IV - os valores relativos à despesa anualizada.

§ 2º (VETADO).

§ 3º É facultada a atualização pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, dos valores previstos nos incisos III e IV do § 1º, durante a apreciação do projeto de lei orçamentária anual no Congresso Nacional, no prazo fixado pelo § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 4º A autorização constante do inciso I do **caput** não afasta a necessidade de deliberação do Congresso Nacional sobre as matérias referidas no inciso X do art. 48 da Constituição.

§ 5º Para fins de elaboração do anexo previsto inciso IV do **caput**, cada órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União apresentará o detalhamento das admissões pretendidas com base no inciso IV do § 2º à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão até o prazo estabelecido no art. 26 desta Lei.

Art. 102. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em órgão oficial de imprensa e disponibilizados nos sítios eletrônicos dos órgãos.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão em subelemento específico.

Art. 103. O pagamento de quaisquer aumentos de despesa com pessoal decorrente de medidas administrativas ou judiciais que não se enquadrem nas exigências dos arts. 94, 100 e 101 dependerá de abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações de despesas primárias, observados os limites estabelecidos nos termos do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 104. O relatório resumido da execução orçamentária de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive o quantitativo de pessoal, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos, e encargos sociais para:

I - pessoal civil da administração pública direta;

II - pessoal militar;

III - servidores das autarquias;

IV - servidores das fundações;

V - empregados de empresas que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VI - despesas com cargos em comissão; e

VII - contratado por prazo determinado, quando couber.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão unificará e consolidará as informações relativas a despesas de pessoal e encargos sociais do Poder Executivo.

Art. 105. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas as relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 1993, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos.

§ 1º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado a que se refere o **caput**, quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, deverão ser classificadas no GND 1, salvo disposição em contrário constante da legislação vigente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 2º Aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, não se constituindo em despesas classificáveis no GND 1, o disposto no § 1º do art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujas despesas deverão ser classificadas no elemento de despesa 34, como outras despesas correntes.

Art. 106. Aplicam-se aos militares das Forças Armadas e às empresas estatais dependentes, no que couber, os dispositivos desta Seção.

Seção II
Das despesas com benefícios aos agentes públicos e seus dependentes

Art. 107. O limite relativo à proposta orçamentária de 2019, para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, relativo aos benefícios aos agentes públicos, e seus dependentes constantes do Anexo III, corresponderá à projeção anual, calculada a partir da despesa vigente em março de 2018, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês, com os totais de beneficiários e valores **per capita** divulgados nos sítios eletrônicos, nos termos do art. 108 e os eventuais acréscimos legais, observado o disposto nos arts. 27 e 110.

§ 1º O montante de recursos incluído no Projeto e na Lei Orçamentária de 2019 para atender às despesas de que trata o **caput** deve estar compatível com o número efetivo de beneficiários informado nas respectivas metas, existente em março de 2018, acrescido do número previsto de ingresso de beneficiários oriundos de posses e contratações ao longo dos anos de 2018 e 2019.

§ 2º O resultado da divisão entre os recursos alocados nas ações orçamentárias relativas aos benefícios relacionados no **caput** e o número previsto de beneficiários deverá corresponder ao valor **per capita** vigente no âmbito de cada órgão ou unidade orçamentária.

Art. 108. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão e manterão atualizadas, nos sítios eletrônicos, no portal "Transparência" ou similar, preferencialmente, na seção destinada à divulgação de informações sobre recursos humanos, em formato de dados abertos, tabela com os totais de beneficiários e valores **per capita**, segundo cada benefício referido no art. 107, por órgão e entidade, bem como os atos legais relativos aos seus valores **per capita**.

§ 1º No caso do Poder Executivo, a responsabilidade pela disponibilização das informações previstas no **caput** será:

I - do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e seus dependentes;

II - de cada empresa estatal dependente, no caso de seus empregados e dependentes;

III - do Ministério da Defesa, no caso dos militares dos Comandos das Forças Armadas e seus dependentes;

IV - da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores e dependentes; e

V - de cada Ministério, relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista a ele vinculadas, no caso de seus empregados e dependentes.

§ 2º A tabela referida no **caput** obedecerá a modelo a ser definido pelas Secretarias de Orçamento Federal, e de Gestão de Pessoas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em conjunto com os órgãos técnicos dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão o endereço no sítio eletrônico no qual foi disponibilizada a tabela a que se refere o **caput** à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão até 31 de março de 2019.

§ 4º As informações disponibilizadas nos termos do § 3º comporão quadro informativo consolidado da administração pública federal a ser disponibilizado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em seu sítio eletrônico, no portal "Transparência" ou similar.

§ 5º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça editar normas complementares para a organização e disponibilização dos dados referidos neste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, exceto o Supremo Tribunal Federal.

§ 6º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral, e do Ministério Público da União, consolidar e disponibilizar em seus sítios eletrônicos, as informações divulgadas pelos tribunais regionais ou unidades do Ministério Público da União.

§ 7º Nos casos em que as informações previstas no **caput** sejam enquadradas como sigilosas ou de acesso restrito, a tabela deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos contendo nota de rodapé com a indicação do dispositivo que legitima a restrição, conforme disposto na Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 109. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias classificadas como despesas primárias obrigatórias, relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes, fardamento e movimentação de militares, somente poderão ser remanejadas para o atendimento de outras despesas após atendidas todas as necessidades de suplementação das mencionadas dotações no âmbito das unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Art. 110. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2019, de auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-moradia e assistência pré-escolar.

Art. 111. Aplicam-se aos militares das Forças Armadas e às empresas estatais dependentes, no que couber, os dispositivos desta Seção.

CAPÍTULO VIII
DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 112. As agências financeiras oficiais de fomento terão como diretriz geral a preservação e geração do emprego e, respeitadas suas especificidades, as seguintes prioridades:

I - para a Caixa Econômica Federal, redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, mulheres chefes de família e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;

II - para o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno, especialmente integrantes da cesta básica e por meio de incentivos a programas de segurança alimentar e nutricional, de agricultura familiar e agroecologia, e produção orgânica, a ações de implementação de políticas agroambientais, de fomento para povos indígenas, e povos e comunidades tradicionais, e da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do país com seus parceiros com vistas a incentivar a competividade de empresas brasileiras no exterior;

III - para o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, estímulo à criação de empregos e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular mediante o apoio à expansão e ao desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores artesanais, do extrativismo, do manejo de florestas de baixo impacto, das atividades desenvolvidas pelos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, da agricultura de pequeno porte, dos sistemas agroecológicos, da pesca, dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e das microempresas, pequenas e médias empresas, especialmente daquelas localizadas na faixa de fronteira prioritárias definidas na PNDR;

IV - para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o estímulo à criação e preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, proteção e conservação do meio ambiente, ao aumento da capacidade produtiva e incremento da competitividade da economia brasileira, especialmente, por meio do apoio:

a) à inovação, difusão tecnológica, às iniciativas voltadas ao aumento da produtividade e às exportações de bens e serviços;

b) às microempresas, pequenas e médias empresas;

c) à infraestrutura nacional, entre outros, nos segmentos de energia, logística e mobilidade urbana;

d) à modernização da gestão pública e ao desenvolvimento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos serviços sociais básicos, tais como saneamento básico, educação, saúde e segurança alimentar e nutricional;

e) aos investimentos socioambientais, à agricultura familiar, agroecologia, inclusão produtiva e ao microcrédito, aos povos indígenas, e povos e comunidades tradicionais; e

f) à adoção das melhores práticas de governança corporativa e ao fortalecimento do mercado de capitais inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país;

V - para a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, a promoção do desenvolvimento da infraestrutura e indústria, agricultura e agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao **software** público, **software** livre, à capacitação científica e tecnológica, melhoria da competitividade da economia, estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercado Comum do Sul - Mercosul, geração de empregos e redução do impacto ambiental;

VI - para o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco do Brasil S.A., a redução das desigualdades nas Regiões Norte, Nordeste, com ênfase na região do semiárido, e Centro-Oeste do país, observadas as diretrizes estabelecidas na PNDR mediante apoio a projetos para melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social sustentável e maior eficiência dos instrumentos gerenciais dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO, cujas aplicações em financiamentos rurais deverão ser destinadas preferencialmente ao financiamento da produção de alimentos básicos por meio do Pronaf; e

VII - para o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, o financiamento de projetos que promovem modelos produtivos rurais sustentáveis associados às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida - INDC, Objetivo de Desenvolvimento Sustentável - ODS e outros compromissos assumidos na política de clima, especialmente, no Plano Nacional de Adaptação à Mudança Climática, desde que haja demanda habilitada.

§ 1º A concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento não será permitida para:

I - empresas e entidades do setor privado ou público, inclusive aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como suas entidades da administração pública indireta, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, que estejam inadimplentes com a União, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta, e o FGTS;

II - aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização;

III - importação de bens ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes, exceto se constatada a impossibilidade do fornecimento do bem ou da prestação do serviço por empresa nacional, a ser aferida de acordo com metodologia definida pela agência financeira oficial de fomento; e

IV - instituições cujos dirigentes sejam condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, ou racismo.

§ 2º Em casos excepcionais, o BNDES poderá, no processo de privatização, financiar o comprador, desde que autorizado por lei específica.

§ 3º Integrarão o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição demonstrativos consolidados relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive operações não reembolsáveis, dos quais constarão, discriminados por região, unidade federativa, setor de atividade, porte do tomador e origem dos recursos aplicados, em consonância com o inciso XIII do Anexo II:

I - saldos anteriores;

II - concessões no período;

III - recebimentos no período, discriminando as amortizações e os encargos; e

IV - saldos atuais.

§ 4º O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, em maio e setembro, convocada com antecedência mínima de trinta dias, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, de que trata este artigo, à política estipulada nesta Lei, bem como a execução do plano de aplicação previsto no inciso XVIII do Anexo II.

§ 5º As agências financeiras oficiais de fomento deverão ainda:

I - observar os requisitos de sustentabilidade, transparência e controle previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como nas normas e orientações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;

II - observar a diretriz de redução das desigualdades, quando da aplicação de seus recursos;

III - considerar, como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental; promovam a aquisição e instalação, ou adquiram e instalem sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica e/ou eólica; integrem as cadeias produtivas locais; empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; ou empresas privadas que adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

IV - adotar medidas que visem à simplificação dos procedimentos relativos à concessão de empréstimos e financiamentos para micro e pequenas empresas;

V - priorizar o apoio financeiro a segmentos de micro e pequenas empresas e a implementação de programas de crédito que favoreçam a criação de postos de trabalhos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - publicar bimestralmente, na internet, demonstrativo que discrimine os financiamentos a partir de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) concedidos aos Estados, Distrito Federal, Municípios e governos estrangeiros, informando ente beneficiário e execução financeira;

VII - fazer constar, dos contratos de financiamento de que trata o inciso VI, cláusulas que obriguem o favorecido a publicar e manter atualizadas, em endereço eletrônico na internet, informações relativas à execução física do objeto financiado; e

VIII - publicar, até o dia 30 de abril de 2019, em suas respectivas páginas de transparência na internet, na Seção a que se refere o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades mencionadas no inciso II deste parágrafo.

§ 6º É vedada a imposição de critérios ou requisitos para concessão de crédito pelos agentes financeiros habilitados que não sejam delineados e fixados originalmente pelas agências financeiras oficiais de fomento para as diversas linhas de crédito e setores produtivos.

§ 7º Nos casos de financiamento para redução do déficit habitacional e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, deverá ser observado o disposto no inciso I do art. 32 da Lei nº 13.146, de 2015.

§ 8º A vedação de que trata o inciso I do § 1º não se aplica às renegociações previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Art. 113. Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

CAPÍTULO IX
DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Seção I
Disposições gerais sobre adequação orçamentária das alterações na legislação

Art. 114. As proposições legislativas e as suas emendas, conforme o art. 59 da Constituição, que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois exercícios subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação para efeito de adequação orçamentária e financeira, e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, dispensada deliberação expressa do colegiado, no prazo máximo de sessenta dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º Os órgãos mencionados no § 1º atribuirão a órgão de sua estrutura administrativa a responsabilidade pelo cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro deverá ser elaborada ou homologada por órgão competente da União e acompanhada da respectiva memória de cálculo.

§ 4º A remissão à futura legislação, o parcelamento de despesa ou a postergação do impacto orçamentário-financeiro não elidem a necessária estimativa e correspondente compensação previstas no **caput**.

§ 5º As disposições deste Capítulo aplicam-se também às proposições decorrentes do disposto nos incisos XIII e XIV do **caput** do art. 21 da Constituição.

§ 6º Será considerada incompatível a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, nos termos dos arts. 49, 51, 52, 61, 63, 96 e 127 da Constituição;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do art. 169, § 1º, da Constituição, concedendo aumento que resulte em:

a) somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite fixado no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição;

b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos nos arts. 20 e 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

c) descumprimento do limite imposto pelo art. 107, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou utilização da compensação a que se referem os §§ 7º e 8º do mesmo artigo; ou

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da União e:

a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e controle do fundo; ou

b) fixem atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal; e

IV - determine ou autorize a indexação ou atualização monetária de despesas públicas, inclusive aquelas tratadas no inciso V do **caput** do art. 7º da Constituição.

§ 7º As disposições desta Lei aplicam-se inclusive às proposições legislativas mencionadas no **caput** em tramitação no Congresso Nacional.

§ 8º As propostas de atos que resultem em criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, que constitui ou venha a se constituir em obrigação constitucional ou legal da União, além de atender ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão, previamente à sua edição, ser encaminhadas aos órgãos a seguir para que se manifestem sobre a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira:

I - no âmbito do Poder Executivo, ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e ao Ministério da Fazenda; e

II - no âmbito dos demais Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, aos órgãos competentes, inclusive os referidos no § 1º do art. 26.

§ 9º Somente por meio de lei poderá ser concedido aumento de parcelas transitórias que não se incorporem a vencimentos ou proventos, relativas a férias, abono de permanência, exercício de função eleitoral e outras de natureza eventual como retribuições, parcelas ou vantagens com previsão constitucional.

§ 10. Para fins da avaliação demandada pela alínea "b" do inciso II do § 6º e do cálculo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, será utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

§ 11. A proposição legislativa ou o ato normativo regulamentador de norma constitucional ou legal, para constituir transferência obrigatória, deverá conter:

I - critérios e condições para identificação e habilitação das partes beneficiadas;

II - fonte e montante máximo dos recursos a serem transferidos;

III - definição do objeto e da finalidade da realização da despesa; e

IV - forma e elementos pormenorizados para a prestação de contas.

§ 12. Fica dispensada a compensação de que trata o **caput** para proposições cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício de 2018.

§ 13. O disposto no § 12 não se aplica às despesas com:

I - pessoal, de que trata o art. 101; e

II - benefícios ou serviços da seguridade social criados, majorados ou estendidos, nos termos do art. 195, § 5º, da Constituição.

§ 14. As proposições de autoria do Poder Executivo que concedam ou ampliem benefícios tributários deverão estar acompanhadas de avaliação do Ministério da Fazenda quanto ao mérito e objetivos pretendidos, bem como da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, e de sua compensação, de acordo com as condições previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 15. Considera-se atendida a compensação a que se refere o **caput** nas seguintes situações:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária de 2019, na forma do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no Anexo IV; ou

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 16. O impacto conjunto das proposições aprovadas com base no § 12 não poderá ultrapassar um centésimo por cento da receita corrente líquida implícita na Lei Orçamentária do exercício em que ocorreu a aprovação.

Art. 115. Salvo cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória, fica vedada no exercício de 2019 a aprovação de proposições legislativas de que trata o **caput** do art. 114 desta Lei relativas a despesas obrigatórias sujeitas ao Novo Regime Fiscal.

Seção II
Das alterações na legislação tributária e das demais receitas

Art. 116. Somente será aprovado o projeto de lei ou editada a medida provisória que institua ou altere receita pública quando acompanhado da correspondente demonstração da estimativa do impacto na arrecadação, devidamente justificada.

§ 1º Ficam vedadas a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, exceto a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo menos dez por cento ao ano e que o respectivo ato seja acompanhado dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, bem como da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação.

§ 2º Os projetos de lei aprovados ou as medidas provisórias que vinculem receitas deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

§ 3º A criação ou a alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício de poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

Art. 117. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2019:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º aplica-se às propostas de modificação do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, enviadas de acordo com o § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 3º A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2019, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO E SOBRE AS OBRAS E OS SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

Art. 118. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, permanecendo a execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, das etapas, parcelas ou dos subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 8º condicionada à prévia deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto no art. 71, §§ 1º e 2º, da Constituição, e observado o disposto no art. 123, §§ 6º e 8º, desta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entendem-se por:

I - execução física - a realização da obra, o fornecimento do bem ou a prestação do serviço;

II - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

III - execução financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IV - indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação - IGP - os atos e fatos materialmente relevantes em relação ao valor total contratado que apresentem potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e que:

a) possam ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configurem graves desvios relativamente aos princípios constitucionais a que está submetida a administração pública federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores - IGR - aquele que, embora atenda à conceituação contida no inciso IV do § 1º, permite a continuidade da obra desde que haja autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário até a decisão de mérito sobre o indício relatado; e

VI - indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade - IGC - aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida nos incisos IV ou V do § 1º.

§ 2º Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de orçamento deverão providenciar o bloqueio, nos sistemas próprios, da execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, das etapas, parcelas ou dos subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 8º, permanecendo nessa situação até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 3º Não estão sujeitos ao bloqueio da execução, a que se refere o § 2º, os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, nos termos da legislação pertinente, sem prejuízo do disposto no art. 71, §§ 1º e 2º, da Constituição, sendo permitido apresentar as garantias à medida que sejam executados os serviços sobre os quais recai o apontamento de irregularidade grave.

§ 4º Os pareceres da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves deverão ser fundamentados, explicitando as razões da deliberação.

§ 5º A inclusão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e na respectiva Lei, assim como em créditos adicionais, de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das leis orçamentárias anteriores, ajustada à lei do plano plurianual, conforme o caso.

§ 6º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput**, cujas despesas foram inscritas em restos a pagar.

§ 7º Os titulares dos órgãos e das entidades executoras e concedentes deverão suspender as autorizações para execução física, orçamentária e financeira dos empreendimentos, contratos, convênios, das etapas, parcelas ou dos subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput**, situação esta que deverá ser mantida até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto no art. 71, §§ 1º e 2º, da Constituição, e no art. 122 desta Lei.

§ 8º A suspensão de que trata o § 7º, sem prejuízo do disposto no art. 71, §§ 1º e 2º, da Constituição, poderá ser evitada, a critério da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, caso os órgãos e as entidades executores ou concedentes adotem medidas corretivas para o saneamento das possíveis falhas ou se forem oferecidas garantias suficientes à cobertura integral dos supostos prejuízos potenciais ao erário, nos termos do § 3º.

§ 9º A classificação, pelo Tribunal de Contas da União, das constatações de fiscalização nas modalidades previstas nos incisos IV e V do § 1º, ocorrerá por decisão monocrática ou colegiada, que deve ser proferida no prazo máximo de quarenta dias corridos, contado da data de conclusão da auditoria pela unidade técnica, dentro do qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar, em quinze dias corridos, aos órgãos e às entidades aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades.

§ 10. O enquadramento na classificação a que se refere o § 9º poderá ser revisto a qualquer tempo mediante decisão posterior, monocrática ou colegiada, do Tribunal de Contas da União, em face de novos elementos de fato e de direito apresentados pelos interessados.

Art. 119. O Congresso Nacional considerará, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de obras e serviços com indícios de irregularidades graves:

I - a classificação da gravidade do indício, nos termos estabelecidos nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 118; e

II - as razões apresentadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução, que devem abordar, em especial:

a) os impactos sociais, econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento pela população;

b) os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local, decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

c) a motivação social e ambiental do empreendimento;

d) o custo da deterioração ou perda de materiais adquiridos ou serviços executados;

e) as despesas necessárias à preservação das instalações e dos serviços já executados;

f) as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;

g) as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;

h) o custo total e o estágio de execução física e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas;

i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;

j) custos para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato; e

k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

§ 1º A apresentação das razões a que se refere o inciso II **caput** é de responsabilidade:

I - do titular do órgão ou da entidade federal, executor ou concedente, responsável pela obra ou serviço em que se tenha verificado indício de irregularidade, no âmbito do Poder Executivo; ou

II - do titular do órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para as obras e os serviços executados em seu âmbito.

§ 2º As razões de que trata este artigo poderão ser encaminhadas ao Congresso Nacional, por escrito, pelos responsáveis mencionados no § 1º:

I - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso I do **caput** do art. 120, no prazo a que se refere o art. 9º;

II - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso II do **caput** do art. 120, no prazo de até quinze dias, contado da data de publicação do acórdão do Tribunal de Contas da União que aprove a forma final da mencionada relação; e

III - no caso das informações encaminhadas na forma do art. 123, no prazo de até quinze dias, contado da data de recebimento da decisão monocrática ou da publicação do acórdão a que se refere o § 9º do art. 118.

§ 3º A omissão na prestação das informações, na forma e nos prazos do § 2º, não impedirá as decisões da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, e do Congresso Nacional, nem retardará a aplicação de quaisquer de seus prazos de tramitação e deliberação.

§ 4º Para fins deste artigo, o Tribunal de Contas da União subsidiará a deliberação do Congresso Nacional, com o envio de informações e avaliações acerca de potenciais prejuízos econômicos e sociais advindos da paralisação.

Art. 120. Para fins do disposto no inciso V do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no § 2º do art. 8º desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará:

I - à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de 2018, a relação das obras e dos serviços com indícios de irregularidades graves, com o correspondente banco de dados, especificando as classificações institucional, funcional e programática vigentes, com os números dos contratos e convênios, na forma do Anexo VI da Lei Orçamentária de 2018, acrescida do custo global estimado de cada obra ou serviço listado e do estágio da execução física, com a data a que se referem essas informações; e

II - à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até cinquenta e cinco dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, a relação atualizada de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves, classificados na forma disposta nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 118, bem como a relação daqueles que, embora tenham tido recomendação de paralisação da equipe de auditoria, não foram objeto de decisão monocrática ou colegiada no prazo previsto no § 9º do art. 118, acompanhadas de cópias em meio eletrônico das decisões monocráticas e colegiadas, dos relatórios e votos que as fundamentarem e dos relatórios de auditoria das obras e dos serviços fiscalizados.

§ 1º É obrigatória a especificação dos empreendimentos, dos contratos, convênios ou editais relativos a etapas, parcelas ou subtrechos nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves, bem como da decisão monocrática ou do acórdão ao qual se refere o § 9º do art. 118.

§ 2º O Tribunal de Contas da União e a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição manterão as informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves de que trata este artigo atualizadas em seu sítio eletrônico.

§ 3º Para fins de atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do art. 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Contas da União deve enviar subsídios à Comissão Mista a que se refere o art. 166 da Constituição acerca de fatos e situações que possam comprometer a gestão fiscal e o atingimento das metas previstas nesta Lei, em especial a necessidade de limitação de empenho e pagamento de que trata o art. 9º da referida Lei.

Art. 121. A seleção das obras e dos serviços a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União deve considerar, entre outros fatores:

I - o valor autorizado e empenhado no exercício anterior e exercício atual;

II - a regionalização do gasto;

III - o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores e a reincidência de irregularidades cometidas; e

IV - as obras contidas no Anexo VI - Subtítulos relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária em vigor que não foram objeto de deliberação posterior do Tribunal de Contas da União pela regularidade.

§ 1º O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, enviar informações sobre outras obras ou serviços nos quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos doze meses, contados da data de publicação desta Lei, com o grau de detalhamento definido no § 2º e observados os incisos IV, V e VI do § 1º e o § 9º do art. 118.

§ 2º Da seleção referida no **caput** constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com a Lei Orçamentária de 2018;

II - a sua localização e especificação, com as etapas, parcelas ou os subtrechos e seus contratos e convênios, conforme o caso;

III - o CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou do serviço nos quais foram identificados indícios de irregularidades graves, nos termos dos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 118, bem como o nome do órgão ou da entidade responsável pela contratação;

IV - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades de acordo com sua gravidade, bem como o pronunciamento acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e de elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra;

V - as providências já adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

VI - o percentual de execução físico-financeira;

VII - a estimativa do valor necessário para conclusão;

VIII - as manifestações prévias do órgão ou da entidade fiscalizada aos quais tenham sido atribuídas as supostas irregularidades, bem como as correspondentes decisões, monocráticas ou colegiadas, com os relatórios e votos que as fundamentarem, quando houver;

IX - o conteúdo das eventuais alegações de defesa apresentadas e sua apreciação; e

X - as eventuais garantias de que trata o § 3º do art. 118, identificando o tipo e valor.

§ 3º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do Anexo a que se refere o § 2º do art. 8º, devem informar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de até trinta dias após o encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, as providências tomadas para sanar as irregularidades apontadas em decisão do Tribunal de Contas da União em face da qual não caiba mais recurso perante aquela Corte.

§ 4º Para efeito do que dispõe o § 6º do art. 123, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações das quais constará pronunciamento conclusivo quanto a irregularidades graves que não se confirmaram ou ao seu saneamento.

§ 5º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do **caput**, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a correspondente decisão reformadora.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 122. A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes do Tribunal de Contas da União, dos órgãos e das entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras tomadas e as razões pelas quais as obras sob sua responsabilidade não devam ser paralisadas, inclusive aquelas a que se refere o art. 119, acompanhadas da justificação por escrito do titular do órgão ou da entidade responsável pelas contratações e dos respectivos documentos comprobatórios.

§ 2º A deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição que resulte na continuidade da execução de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais forem identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação ainda não sanados dependerá da avaliação das informações recebidas na forma do § 2º do art. 119 e de prévia realização da audiência pública prevista no **caput**, quando deverão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a administração pública e para a sociedade.

§ 3º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 7º do art. 123.

Art. 123. Durante o exercício de 2019, o Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional e ao órgão ou à entidade fiscalizada, no prazo de até quinze dias, contado da data da decisão ou do acórdão aos quais se refere o art. 118, § 9º e § 10, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2019, inclusive com as informações relativas às execuções física, orçamentária e financeira, acompanhadas das manifestações dos órgãos e das entidades responsáveis pelas obras que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio das respectivas execuções física, orçamentária e financeira.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e serviços.

§ 2º Os processos relativos a obras ou serviços que possam ser objeto de bloqueio nos termos dos arts. 118 e 119 serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, devendo a decisão indicar, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de até quatro meses, contado da data da comunicação prevista no **caput**.

§ 3º A decisão mencionada no § 2º deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4º Após a manifestação do órgão ou da entidade responsável quanto à adoção das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o efetivo cumprimento dos termos da decisão de que trata o § 2º, no prazo de até três meses, contado da data de entrega da citada manifestação.

§ 5º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos estipulados nos §§ 2º e 4º, o Tribunal de Contas da União deverá informar e justificar ao Congresso Nacional as motivações do atraso.

§ 6º Após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o bloqueio e o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira nos termos deste Capítulo ocorrerão mediante decreto legislativo baseado em deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à qual cabe divulgar, em sítio eletrônico, a relação atualizada dos subtítulos de que trata o **caput**.

§ 7º O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2019, à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição relatório contendo as medidas saneadoras adotadas e pendências relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

§ 8º A decisão pela paralisação ou continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, nos termos do § 2º do art. 122 e do **caput** e do § 4º deste artigo, ocorrerá sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 9º Aplica-se às deliberações de que trata este artigo a exigência do § 2º do art. 122.

Art. 124. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de até trinta dias após o encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, quadro-resumo relativo à qualidade da implementação e ao alcance de metas e objetivos dos programas e das ações governamentais objeto de auditorias operacionais realizadas para subsidiar a discussão do Projeto de Lei Orçamentária de 2019.

Art. 125. Com vistas à apreciação da proposta orçamentária de 2019, ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, será assegurado aos membros e órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas ou informações, bem como o recebimento de seus dados, em meio digital:

I - Siafi;

II - Siop;

III - Sistema de Análise Gerencial da Arrecadação, bem como as estatísticas de dados agregados relativos às informações constantes das declarações de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte;

IV - Sistema de Informação das Estatais;

V - Siasg, inclusive ComprasNet;

VI - Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação - Informar;

VII - cadastro das entidades qualificadas como OSCIP, mantido pelo Ministério da Justiça;

VIII - CNPJ;

IX - Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

X - Siconv;

XI - Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento;

XII - Sistema de Acompanhamento de Contratos, do DNIT;

XIII - CNEA, do Ministério do Meio Ambiente;

XIV - Siops;

XV - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - Siope;

XVI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi;

XVII - Sistemas de informação e banco de dados mantidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

XVIII - Sistema utilizado pela Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda para elaboração da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Civis, constante do Anexo IV.7 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019;

XIX - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE;

XX - Sistema Único de Benefícios - SIUBE;

XXI - Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas - SINTESE;

XXII - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência - CADPREV;

XXIII - Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - SISOBI;

XXIV - Sistema Nacional de Informações de Registros Civis - SIRC;

XXV - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS; e

XXVI - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads.

§ 1º Os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos, credenciados segundo requisitos estabelecidos pelos órgãos gestores dos sistemas, poderão ser habilitados para consulta aos sistemas e cadastros de que trata este artigo.

§ 2º Para fins de elaboração de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Civis da União, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, poderão solicitar, aos demais órgãos e poderes da União e às suas entidades vinculadas, informações cadastrais, funcionais e financeiras dos seus servidores, aposentados e pensionistas.

Art. 126. Em cumprimento ao **caput** do art. 70 da Constituição, o acesso irrestrito e gratuito referido no art. 125 desta Lei será igualmente assegurado:

I - aos membros do Congresso Nacional, para consulta aos sistemas ou às informações referidos nos incisos II e IV do **caput** do art. 125, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e

II - aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas referidos no art. 125, ressalvados os dados e as informações protegidos por sigilo legal, em formato e periodicidade a serem definidos em conjunto com o órgão competente do Poder Executivo.

CAPÍTULO XI
DA TRANSPARÊNCIA

Art. 127. Os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União divulgarão e manterão atualizada, no sítio eletrônico do órgão concedente, relação das entidades privadas beneficiadas nos termos dos arts. 72 a 77, contendo, pelo menos:

I - nome e CNPJ;

II - nome, função e CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;

VI - órgão transferidor;

VII - valores transferidos e respectivas datas;

VIII - edital do chamamento e instrumento celebrado; e

IX - forma de seleção da entidade.

Art. 128. Os órgãos orçamentários manterão atualizados em seu sítio eletrônico a relação dos contratados, com os valores pagos nos últimos três anos, e a íntegra dos contratos e convênios, e dos termos ou instrumentos congêneres vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação.

Parágrafo único. Serão também divulgadas as informações relativas às alterações contratuais e penalidades.

Art. 129. Os instrumentos de contratação de serviços de terceiros deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação em sítio eletrônico.

§ 1º Os órgãos e as entidades federais deverão divulgar e atualizar quadrimestralmente as informações previstas no **caput**.

§ 2º A divulgação prevista no **caput** deverá ocultar os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores do CPF.

Art. 130. Os sítios de consulta à remuneração e ao subsídio recebidos por membros de Poder e ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público disponibilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União devem possibilitar a consulta direta da relação nominal dos ocupantes e as respectivas remunerações, bem como permitir a gravação de relatórios em formatos eletrônicos abertos e não proprietários de planilhas, contendo a integralidade das informações disponibilizadas na consulta.

Parágrafo único. Deverão também ser disponibilizadas as informações relativas ao recebimento de quaisquer vantagens, gratificações ou outras parcelas de natureza remuneratória, compensatória ou indenizatória.

Seção I
Da publicidade na elaboração e na aprovação dos Orçamentos

Art. 131. A elaboração e a aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e clareza, promovendo a transparência da gestão fiscal e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Serão divulgados nos respectivos sítios eletrônicos:

I - pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2019, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2019 e os seus anexos;

d) os créditos adicionais e os seus anexos;

e) a execução orçamentária e financeira, inclusive de restos a pagar, com o detalhamento das ações e dos subtítulos, identificando a programação classificada com identificador de resultado primário 3 (RP 3), por órgão, unidade orçamentária, função e subfunção, mensal e acumulada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

f) até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparando a arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das receitas administradas ou acompanhadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, líquida de restituições e incentivos fiscais, com as estimativas mensais constantes do demonstrativo de que trata o inciso XI do Anexo II, bem como com as eventuais reestimativas realizadas por força de lei;

g) até o vigésimo quinto dia de cada mês, relatório comparando a receita realizada, mensal e acumulada, com a prevista na Lei Orçamentária de 2019 e no cronograma de arrecadação, discriminando as parcelas primária e financeira;

h) até o sexagésimo dia após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, cadastro de ações contendo, no mínimo, o código, título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

i) até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, consolidados por agência de fomento, elaborados de acordo com as informações e critérios constantes do § 3º do art. 112;

j) até 30 de abril de cada exercício, relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas voltados ao combate das desigualdades;

k) até o sexagésimo dia após cada semestre, relatório de avaliação das ações do PAC e das metas consolidadas, bem como dos resultados de implementação e execução orçamentária, financeira, inclusive de restos a pagar, e, sempre que possível, o estágio das ações monitoradas, discriminando os valores acumulados até o exercício anterior, e os do exercício em curso;

l) demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, discriminando as classificações funcional e por programas, a unidade orçamentária, a contratada ou o convenente, o objeto e os prazos de execução, os valores e as datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

m) posição atualizada mensalmente dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo;

n) demonstrativo mensal indicando a arrecadação, no mês e acumulada no exercício, separadamente, relativa a depósitos judiciais e a parcelamentos amparados por programas de recuperação fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, os montantes dessa arrecadação classificados por tributo, os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativamente a parcelas não classificadas; e os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em caráter definitivo;

o) demonstrativo bimestral das transferências voluntárias realizadas, por ente federativo beneficiado;

p) demonstrativo do fluxo financeiro do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais, com a discriminação das despesas por categoria de beneficiário e das receitas por natureza;

q) até o vigésimo dia de cada mês, a arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das contribuições a que se refere o art. 149 da Constituição destinadas aos serviços sociais autônomos, bem como sua destinação por entidade beneficiária; e

r) demonstrativo dos investimentos públicos em educação, considerada a definição utilizada no Plano Nacional de Educação, com a sua proporção em relação ao Produto Interno Bruto - PIB, detalhado por níveis de ensino e com dados consolidados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição:

a) a relação atualizada dos contratos e convênios nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves;

b) o relatório e parecer preliminar, os relatórios setoriais e final e o parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e autógrafo respectivos, relativos ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019;

c) o relatório e parecer preliminar, relatório e parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e autógrafo respectivos, relativos ao projeto desta Lei;

d) o relatório e parecer da Comissão, as emendas e os pareceres e autógrafos respectivos, relativos aos projetos de lei e às medidas provisórias sobre créditos adicionais;

e) a relação das emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019, identificando, em cada emenda, o tipo de autor, o número e ano da emenda, o autor e respectivo código, a classificação funcional e programática, o subtítulo e a dotação aprovada pelo Congresso Nacional; e

f) a relação dos precatórios constantes das programações da Lei Orçamentária, no prazo de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019; e

III - pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, no sítio eletrônico de cada unidade jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União, o relatório de gestão, relatório e certificado de auditoria, parecer do órgão de controle interno e pronunciamento do Ministro de Estado supervisor, ou da autoridade de nível hierárquico equivalente responsável pelas contas, integrantes das tomadas ou das prestações de contas, no prazo de até trinta dias após o seu envio ao referido Tribunal.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto na alínea "h" do inciso I do § 1º, a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição deverá enviar ao Poder Executivo, no prazo de até quarenta e cinco dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, as informações relativas às ações que tenham sido incluídas no Congresso Nacional.

§ 3º O não encaminhamento das informações de que trata o § 2º implicará a divulgação somente do cadastro das ações constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019.

Art. 132. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até três dias antes da referida audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 1º Os relatórios previstos no **caput** conterão também:

I - os parâmetros constantes do inciso XXI do Anexo II, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano;

II - o estoque e serviço da dívida pública federal, comparando o resultado do final de cada quadrimestre com o do início do exercício e o do final do quadrimestre anterior;

III - o resultado primário obtido até o quadrimestre, comparando com o programado e o discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício; e

IV - o saldo de dívidas vencidas do Tesouro Nacional.

§ 2º O relatório referente ao terceiro quadrimestre de 2019 conterá, adicionalmente, demonstrativo do montante das despesas primárias pagas pelos órgãos naquele exercício e das demais operações que afetaram o resultado primário, comparando-o com os limites estabelecidos na forma dos §§ 1º, 7º e 8º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º O demonstrativo a que se refere o § 2º será encaminhado, nos prazos previstos no **caput**, aos órgãos relacionados nos incisos II a V do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 4º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá, por solicitação do Poder Executivo ou iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no **caput**.

Seção II
Disposições finais sobre transparência

Art. 133. A empresa destinatária de recursos na forma prevista na alínea "a" do inciso III do parágrafo único do art. 5º deve divulgar, mensalmente, em sítio eletrônico, as informações relativas à execução das despesas do Orçamento de Investimento, discriminando os valores autorizados e executados, mensal e anualmente.

Art. 134. As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários deverão divulgar, trimestralmente, em seu sítio eletrônico, em local de fácil visualização:

I - os valores arrecadados com as referidas contribuições, especificando o montante transferido pela União e o arrecadado diretamente pelas entidades;

II - as demonstrações contábeis;

III - a especificação de cada receita e de cada despesa constantes dos orçamentos, discriminadas por natureza, finalidade e região, destacando a parcela destinada a serviços sociais e formação profissional; e

IV - a estrutura remuneratória dos cargos e das funções e a relação dos nomes de seus dirigentes e dos demais membros do corpo técnico.

§ 1º As entidades previstas no **caput** divulgarão também em seus sítios eletrônicos:

I - seus orçamentos de 2019;

II - demonstrativos de alcance de seus objetivos legais e estatutários, e de cumprimento das respectivas metas;

III - resultados dos trabalhos de auditorias independentes sobre suas demonstrações contábeis; e

IV - demonstrativo consolidado dos resultados dos trabalhos de suas unidades de auditoria interna e de ouvidoria.

§ 2º As informações disponibilizadas para consulta nos sítios eletrônicos devem permitir a gravação, em sua integralidade, de relatórios de planilhas, em formatos eletrônicos abertos e não proprietários.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo aos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada constituídos sob a forma de autarquia.

Art. 135. As instituições de que trata o **caput** do art. 84 deverão disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, informações relativas à execução física e financeira, inclusive a identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere, acompanhada dos números de registro no Siconv e no Siafi, observadas as normas de padronização estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 136. Os órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal disponibilizarão, por meio do Siconfi, os relatórios de gestão fiscal, no prazo de até quarenta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

Art. 137. O Poder Executivo informará ao Congresso Nacional sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a banco oficial federal, nos termos da alínea "e" do inciso VII do Anexo II.

Art. 138. (VETADO).

Art. 139. O Poder Executivo adotará providências com vistas a:

I - elaborar metodologia de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários, incluindo o cronograma e a periodicidade das avaliações, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade; e

II - designar os órgãos responsáveis pela supervisão, pelo acompanhamento e pela avaliação dos resultados alcançados pelos benefícios tributários.

Art. 140. O relatório resumido de execução orçamentária a que se refere o art. 165, § 3º da Constituição conterá demonstrativo da disponibilidade da União por fontes de recursos agregadas, indicando o saldo inicial de 2019, a arrecadação, a despesa executada no objeto da vinculação, o cancelamento de restos a pagar e o saldo atual.

Art. 141. O Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso IX, da Constituição, julgará as contas de 2019 a serem prestadas pelo Presidente da República e apreciará os relatórios de 2019 sobre a execução dos planos de governo até o encerramento da sessão legislativa de 2020.

CAPÍTULO XII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 142. A execução da Lei Orçamentária de 2019 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública federal, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 143. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e das demais consequências advindas da inobservância ao disposto no **caput**.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do Siafi, após 31 de dezembro de 2019, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto quanto a ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ser efetuados até o trigésimo dia de seu encerramento, na forma estabelecida pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

§ 3º Com vistas a atender o prazo máximo estabelecido no § 2º, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal poderá definir prazos menores para ajustes a serem efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal.

§ 4º Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

§ 5º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no Siafi, conforme estabelecido no **caput** do art. 5º.

Art. 144. Até o recebimento do demonstrativo a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 132, relativo ao terceiro quadrimestre de 2018, fica vedada a adoção de medidas no exercício financeiro de 2019 que impliquem na criação ou majoração de despesas primárias obrigatórias.

Art. 145. Para os efeitos do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - no que se refere ao disposto em seu § 3º, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

III - no que se refere ao inciso I do seu § 1º, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária de 2019, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores e metas constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 146. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou do instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços existentes e destinados à manutenção da administração pública federal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 147. O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil na execução de suas políticas serão demonstrados nas notas explicativas dos balanços e dos balancetes trimestrais, para fins do disposto no § 2º do art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, divulgados em sítio eletrônico, e conterão:

I - os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - os custos de manutenção das reservas cambiais, demonstrando a composição das reservas internacionais com metodologia de cálculo de sua rentabilidade e do custo de captação; e

III - a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** constarão também de relatório a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no mínimo, até dez dias antes da reunião conjunta prevista no § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 148. A avaliação de que trata o art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal será efetuada com fundamento no anexo específico sobre os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, bem como as metas de inflação estimadas para o exercício de 2019, conforme o disposto no § 4º do art. 4º daquela Lei Complementar, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 10 desta Lei.

Parágrafo único. A avaliação mencionada no **caput** incluirá a análise e justificativa da evolução das operações compromissadas do Banco Central do Brasil no período.

Art. 149. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento, às solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluindo eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados posteriormente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2019.

Art. 150. O Poder Executivo incluirá despesas na relação de que trata o Anexo III em razão de emenda constitucional ou lei que crie obrigações para a União.

§ 1º O Poder Executivo poderá incluir outras despesas na relação de que trata o **caput**, desde que demonstre que constituem obrigação constitucional ou legal da União.

§ 2º A inclusão a que se refere o **caput** e o § 1º será publicada no Diário Oficial da União e a relação atualizada será incluída no relatório de que trata o § 3º do art. 59, relativo ao bimestre em que ocorrer a publicação.

Art. 151. A retificação dos autógrafos dos Projetos da Lei Orçamentária de 2019 e de créditos adicionais, no caso de comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer:

I - até o dia 17 de julho de 2019, no caso da Lei Orçamentária de 2019; ou

II - até trinta dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União e dentro do exercício financeiro, no caso dos créditos adicionais.

Parágrafo único. Vencidos os prazos de que trata o **caput**, a retificação será feita mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais, observado o disposto nos arts. 46 e 47, ou de acordo com o previsto no art. 45, e dentro do correspondente exercício financeiro.

Art. 152. Os projetos e os autógrafos das leis de que trata o art. 165 da Constituição, bem como de suas alterações, inclusive daquelas decorrentes dos incisos I e II do § 14 do art. 166 da Constituição, deverão ser, reciprocamente, disponibilizados em meio eletrônico, inclusive em bancos de dados, quando for o caso, na forma definida por grupo técnico integrado por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 1º A integridade entre os projetos de lei de que trata o **caput**, bem como do inciso I do § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade das unidades correspondentes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 2º A integridade entre os autógrafos referidos neste artigo, bem como em relação ao envio de informações decorrentes do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade do Congresso Nacional.

§ 3º O banco de dados com as indicações de remanejamento de emendas individuais, enviado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo nos termos do inciso II do § 14 do art. 166 da Constituição, deverá conter a mesma estrutura do banco de dados das justificativas de impedimentos a que se refere o inciso I do referido parágrafo.

Art. 153. Para cumprimento do disposto no § 2º do art. 21 da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra divulgará em seu sítio eletrônico a relação dos imóveis a serem alienados, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação desta Lei.

Art. 154. Integram esta Lei:

I - Anexo I - Relação dos quadros orçamentários consolidados;

II - Anexo II - Relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2019;

III - Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho;

IV - Anexo IV - Metas fiscais, constituídas por:

a) Anexo IV.1 - Metas fiscais anuais; e

b) Anexo IV.2 - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

V - Anexo V - Riscos fiscais;

VI - Anexo VI - Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial; e

VII - Anexo VII - Prioridades e metas.

Art. 155. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.**

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia
Esteves Pedro Colnago Junior

ANEXO I
RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

I - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I da Lei nº 4.320, de 1964;

II - resumo das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas;

III - receitas de todas as fontes, por órgão e unidade orçamentária;

IV - resumo das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

V - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo o Poder, órgão e unidade orçamentária, por fontes de recursos e grupos de natureza de despesa;

VI - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo a função e subfunção, e programa;

VII - fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, por grupos de natureza de despesa;

VIII - programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino em nível de órgão, detalhando fontes de recursos e valores por categoria de programação;

IX - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, evidenciando-se receitas e despesas primárias e financeiras;

X - serviço da dívida contratual e mobiliária por órgão e unidade orçamentária, detalhando fontes de recursos e grupos de natureza de despesa;

XI - fontes de recursos que financiam as despesas do Orçamento da Seguridade Social, destacando as transferências do Orçamento Fiscal;

XII - quadro com relação, em ordem alfabética, das ações classificadas na esfera da seguridade social, respectivo órgão orçamentário e dotação;

XIII - relação das ações e respectivos subtítulos, discriminada por órgão e unidade orçamentária, nos quais serão apropriadas despesas de tecnologia da informação, inclusive **hardware**, **software** e serviços, a qual deverá ser mantida atualizada na **internet**;

XIV - demonstração da vinculação entre as ações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os objetivos do Plano Plurianual 2016-2019, em atendimento ao § 3º do art. 8º da Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, especificando as unidades orçamentárias executoras; e

XV - resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, por órgão, função, subfunção e programa.

ANEXO II

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2019

I - Critérios utilizados para a discriminação, na programação de trabalho, do identificador de resultado primário previsto no art. 6º, § 4º, desta Lei;

II - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os principais serviços e investimentos, justificando os valores adotados;

III - programação orçamentária, detalhada por operações especiais, relativa à concessão de quaisquer empréstimos, os respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IV - em relação às áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação, informações sobre gastos por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados;

V - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2016 e 2017, a execução provável em 2018 e o programado para 2019, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei de Responsabilidade Fiscal, e demonstração da memória de cálculo;

VI - despesas liquidadas e pagas dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, por ação orçamentária, executadas nos exercícios de 2016 e 2017, e a execução provável em 2018, destacando os benefícios decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os demais;

VII - memória de cálculo das estimativas para 2019:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, explicitando separadamente as hipóteses quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluindo o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. benefícios do Regime Geral de Previdência Social, destacando os decorrentes de sentenças judiciais, a compensação financeira entre o RGPS e os regimes de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e os demais;

2. benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

3. Renda Mensal Vitalícia;

4. Seguro-Desemprego; e

5. Abono Salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, explicitando os valores correspondentes aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos, e demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais a Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

e) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, relacionados por espécie de benefício, identificando, para cada um, o órgão gestor, banco operador, a respectiva legislação autorizativa e região contemplada, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 6º, da Constituição, considerando:

1. discriminação dos subsídios orçamentários, com identificação dos códigos das respectivas ações orçamentárias e dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

2. discriminação dos subsídios não orçamentários, com identificação dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

3. valores realizados em 2016 e 2017;

4. valores estimados para 2018 e 2019, acompanhados de suas memórias de cálculo; e

5. efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

f) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso XXVII deste Anexo;

VIII - demonstrativos:

a) das receitas de compensações, por item de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e respectivos valores, arrecadadas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, este mês a mês, até junho;

b) dos efeitos, por região, decorrente dos benefícios tributários, com indicação, por tributo, da perda de receita que lhes possa ser atribuída;

c) dos efeitos decorrentes das remissões e anistias, com indicação da perda de receita que lhes possa ser atribuída; e

d) dos efeitos decorrentes da instituição de demais medidas que provoquem redução de receitas não enquadradas nas modalidades de que tratam os demonstrativos das alíneas "b" e "c" deste inciso;

IX - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta Orçamentária de 2019, explicitando a metodologia utilizada;

X - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por natureza de receita orçamentária;

XI - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e inclusão do efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, destacando os seguintes agregados:

a) Receitas Primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, neste caso desdobrada em contribuição patronal sobre a folha de pagamento, contribuição previdenciária sobre a receita bruta, compensação prevista na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e demais, com os exercícios de 2017 a 2019 apresentados mês a mês, com destaque para 2019 efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. Concessões e Permissões, por serviços outorgados, apresentados mês a mês;

3. Compensações Financeiras;

4. Receitas Próprias (fonte 50) e de Convênios (fonte 81), por órgão; e

5. Demais Receitas Primárias; e

b) Receitas Financeiras:

1. Operações de Crédito;

2. Receitas Próprias (fonte 80), por órgão; e

3. Demais Receitas Financeiras;

XII - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, bem como o consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, contendo dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, número de beneficiários, custo médio e valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, número e data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

a) assistência médica e odontológica;

b) auxílio-alimentação/refeição;

c) assistência pré-escolar; e

d) auxílio-transporte;

XIII - plano de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, com os valores realizados nos exercícios de 2016 e 2017, a execução provável para 2018 e as estimativas para 2019, consolidadas e discriminadas por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador dos empréstimos e fontes de recursos, evidenciando, ainda, a metodologia de elaboração dos quadros solicitados, da seguinte forma:

a) os empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, deverão ser apresentados demonstrando os saldos anteriores, as concessões, os recebimentos no período com a discriminação das amortizações e encargos e os saldos atuais;

b) a metodologia deve explicitar, tanto para o fluxo das aplicações, quanto para os empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, os recursos próprios, os recursos do Tesouro Nacional e de outras fontes; e

c) a definição do porte do tomador dos empréstimos levará em conta a classificação atualmente adotada pelo BNDES;

XIV - relação das entidades, organismos ou associações, nacionais e internacionais, aos quais foram ou serão destinados diretamente recursos a título de subvenções, auxílios ou de contribuições correntes ou de capital nos exercícios de 2017, 2018 e 2019, informando para cada entidade:

a) os valores totais transferidos ou a transferir por exercício;

b) a categoria de programação, detalhada por elemento de despesa, à qual serão apropriadas as referidas transferências em cada exercício;

c) a prévia e específica autorização legal que ampara a transferência, nos termos do art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e

d) a finalidade e motivação do ato, bem como a importância para o setor público de tal alocação, quando a transferência não for amparada em lei específica;

XV - relação das dotações do exercício de 2019, detalhadas por subtítulos e elementos de despesa, destinadas a entidades privadas a título de subvenções, auxílios ou contribuições correntes e de capital, não incluídas no inciso XIV deste Anexo, especificando os motivos da não identificação prévia e a necessidade da transferência;

XVI - contratações de pessoal por organismos internacionais para desenvolver projetos junto ao governo, na situação vigente em 31 de julho de 2018 e com previsão de gastos para 2019, informando, relativamente a cada órgão:

a) Organismo Internacional contratante;

b) objeto do contrato;

c) categoria de programação, nos termos do art. 4º, § 1º, desta Lei, que irá atender as despesas em 2019;

d) número de pessoas contratadas, por faixa de remuneração com amplitude de R$ 1.000,00 (um mil reais);

e) data de início e fim do contrato com cada organismo; e

f) valor total do contrato e forma de reajuste;

XVII - estoque e arrecadação da Dívida Ativa da União, no exercício de 2017, e as estimativas para os exercícios de 2018 e 2019, segregando por item de receita e identificando, separadamente, as informações do Regime Geral de Previdência Social;

XVIII - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2016 e 2017, destacando as principais empresas das demais, a execução provável para 2018 e a estimada para 2019, separando-se, nas despesas, as correspondentes a investimentos;

XIX - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em 1 (um) ponto percentual e em R$ 1,00 (um real);

XX - dotações de 2019, discriminadas por programas e ações destinados às Regiões Integradas de Desenvolvimento - Ride, conforme o disposto nas Leis Complementares nºs 94, de 19 de fevereiro de 1998, 112 e 113, ambas de 19 de setembro de 2001, e ao Programa Grande Fronteira do Mercosul, nos termos da Lei nº 10.466, de 29 de maio de 2002;

XXI - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, contendo ao menos, para os exercícios de 2018 e 2019, as variações real e nominal do PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses dois exercícios, média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em dólar, das importações, exceto combustíveis, das aplicações financeiras, do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cujas atualizações serão encaminhadas, em 22 de novembro de 2018, pelo Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição;

XXII - com relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2019, separando o pagamento ao Banco Central do Brasil e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos três últimos anos, em 30 de junho de 2018, e as previsões para 31 de dezembro de 2018 e 2019; e

c) demonstrativo, por Identificador de Doação e de Operação de Crédito - IDOC, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos "Encargos Financeiros da União" e "Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal", em formato compatível com as informações constantes do SIAFI;

XXIII - gastos do Fundo Nacional de Assistência Social, por unidade da Federação, com indicação dos critérios utilizados, discriminados por serviços de ação continuada, executados nos exercícios de 2016 e 2017 e a execução provável em 2018 e 2019, estadualizando inclusive os valores que constaram nas Leis Orçamentárias de 2016 e 2017 na rubrica nacional e que foram transferidos para os Estados e Municípios;

XXIV - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título e descrição de cada uma das ações;

XXV - evolução da receita da União, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em espécies, discriminando cada imposto e contribuição de que trata o art. 195 da Constituição;

XXVI - evolução da despesa da União, segundo as categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

XXVII - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019, evidenciando receitas e despesas primárias e financeiras, de acordo com a metodologia apresentada, identificando a evolução dos principais itens, comparativamente aos três últimos exercícios;

XXVIII - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, conforme disposto no inciso II do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XXIX - relação das ações relativas ao Plano Brasil sem Miséria por órgão e unidade orçamentária;

XXX - demonstrativo do cumprimento do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXXI - diretrizes e critérios gerais utilizados na definição e criação da estrutura de Planos Orçamentários - POs, bem como a relação de POs atribuída a cada ação orçamentária;

XXXII - demonstrativo, por Unidade Orçamentária e projeto orçamentário, contendo o custo total previsto, a execução de 2017, o programado para 2018, o previsto para 2019 e as projeções para 2020 e 2021;

XXXIII - atualização do anexo de riscos fiscais;

XXXIV - demonstrativo sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) contendo os valores consolidados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, 30 de junho de 2018, e estimados para 31 de dezembro de 2018 e de 2019 referentes às seguintes informações:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

a) perfil da carteira do FIES, discriminando a quantidade de contratos e os respectivos valores financiados e do saldo devedor, por fase em que se encontra o contrato (em desembolso, suspensos, encerrados, em amortização), e explicitando a inadimplência da carteira e os critérios utilizados para classificar os contratos;

b) quantidade de financiamentos concedidos, distinguindo os novos contratos e aditamentos;

c) quantidade de contratos referentes ao ensino superior (diferenciando os da graduação e os da pós-graduação) e à educação profissional e tecnológica (diferenciando os contratos de estudantes e os de empresas);

d) quantidade de contratos que se beneficiam do abatimento de 1,00% (um por cento) previsto no art. 6º-B da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, diferenciando os de professores e de médicos;

e) valores de financiamentos concedidos, de amortização de financiamentos e de benefícios ou subsídios creditícios; e

f) informações sobre o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC):

1. tipos de riscos garantidos e volume de recursos alocados;

2. perfil médio das operações de crédito garantidas e do período de cobertura;

3. composição dos cotistas e valorização das cotas desde o início das operações pelo fundo;

4. alocação dos recursos disponíveis do fundo, discriminado por tipo de aplicação; e

5. volume de honras realizado;

XXXV - relação dos blocos de financiamento das ações e serviços públicos de saúde e respectivas ações orçamentárias que os integrem e, no caso de uma ação compor mais de um bloco, seu desdobramento por plano orçamentário ou outro classificador; e

XXXVI - relação dos subtítulos relativos às obras e serviços de engenharia constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2019 que superem dez milhões de reais e cuja execução orçamentária não tenha sido iniciada, discriminando se possuem, ou não, estudos de viabilidade e projeto básico, com as respectivas datas de realização.

ANEXO III

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO

1. Alimentação Escolar (Lei nº 11.947, de 16/06/2009);

2. Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

3. Piso de Atenção Básica em Saúde (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

4. Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13/11/1996);

5. Benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

6. Bolsa de Qualificação Profissional para Trabalhador com Contrato de Trabalho Suspenso (Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001);

7. Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (Lei Complementar nº 61, de 26/12/1989);

8. Dinheiro Direto na Escola (Lei nº 11.947, de 16/06/2009);

9. Subvenção Econômica no Âmbito das Operações Oficiais de Crédito e Encargos Financeiros da União;

10. Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES (art. 239, § 1º, da Constituição);

11. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006);

12. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário;

13. Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006);

14. Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

15. Incentivo Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

16. Incentivo Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios Certificados para a Vigilância em Saúde (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

17. Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, incidentes a partir da vigência da Lei nº 8.171, de 17/01/1991;

18. Pagamento do Benefício Abono Salarial (Lei nº 7.998, de 11/01/1990);

19. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993);

20. Pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993);

21. Pagamento do Seguro-Desemprego (Lei nº 7.998, de 11/01/1990);

22. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal (Lei nº 10.779, de 25/11/2003);

23. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Doméstico (Lei nº 10.208, de 23/03/2001);

24. Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condições de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 09/01/2004);

25. Pessoal e Encargos Sociais;

26. Sentenças judiciais, inclusive as consideradas de pequeno valor e débitos periódicos vincendos;

27. Serviço da dívida;

28. Transferências a Estados e ao Distrito Federal da Cota-Parte do Salário-Educação (art. 212, § 5º, da Constituição);

29. Transferências constitucionais ou legais por repartição de receita;

30. Transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615, de 24/03/1998 - Lei Pelé e Lei nº 11.345, de 14/09/2006);

31. Benefícios aos servidores civis, empregados e militares, e a seus dependentes, relativos às despesas com auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílios transporte, funeral e natalidade;

32. Subvenção econômica aos consumidores finais do sistema elétrico nacional interligado (Lei nº 10.604, de 17/12/2002);

33. Subsídio ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica (Lei nº 10.604, de 17/12/2002);

34. Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 09/07/2003);

35. Complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 29/06/2001);

36. Manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como assistência financeira a esse ente para execução de serviços públicos de saúde e educação (Lei nº 10.633, de 27/12/2002);

37. Expansão e Consolidação da Atenção Básica - PNAB (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

38. Incentivo Financeiro a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

39. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Idade (Lei nº 6.179, de 11/12/1974);

40. Pagamento de Renda Mensal Vitalícia por Invalidez (Lei nº 6.179, de 11/12/1974);

41. Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo (Lei nº 10.608, de 20/12/2002);

42. Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde - Programa "De Volta Para Casa" (Lei nº 10.708, de 31/07/2003);

43. Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos (Componentes Estratégico e Especializado) da Assistência Farmacêutica (Lei nº 8.142, de 28/12/1990);

44. Bolsa-Educação Especial paga aos dependentes diretos dos trabalhadores vítimas do acidente ocorrido na Base de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18/12/2003);

45. Pagamento de Benefícios de Legislação Especial, envolvendo as pensões especiais indenizatórias, as indenizações a anistiados políticos e as pensões do Montepio Civil;

46. Apoio ao Transporte Escolar (Lei nº 10.880, de 09/06/2004);

47. Despesas relativas à aplicação das receitas da cobrança pelo uso de recursos hídricos, à que se referem os incisos I, III, IV e V do art. 12 da Lei nº 9.433, de 08/01/1997 (Lei nº 10.881, de 09/06/2004, e Decreto nº 7.402, de 22/12/2010);

48. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações (art. 91 do ADCT);

49. Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação (Leis nºs 9.432, de 08/01/1997, 10.893, de 13/07/2004, e 11.482, de 31/05/2007);

50. Financiamentos no âmbito dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte - FNO, do Nordeste - FNE e do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 7.827, de 27/09/1989);

51. Assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão carente (art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição);

52. Ressarcimento de Recursos Pagos pelas Concessionárias e Permissionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei nº 12.111, de 09/12/2009);

53. Pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11/01/2013);

54. Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças (Lei nº 6.259, de 30/10/1975, e Lei nº 8.080, de 19/09/1990);

55. Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD (Lei nº 12.058, de 13/10/2009);

56. Concessão de Bolsa Educação Especial aos Dependentes dos Militares das Forças Armadas, Falecidos no Haiti (Lei nº 12.257, de 15/06/2010);

57. Remissão de Dívidas Decorrentes de Operações de Crédito Rural (Lei nº 12.249, de 11/06/2010);

58. Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 14/12/2011);

59. Fardamento dos Militares das Forças Armadas (alínea "h" do inciso IV do art. 50 da Lei nº 6.880, de 09/12/1980, art. 2º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001, e arts. 61 a 64 do Decreto nº 4.307, de 18/07/2002) e dos ex-Territórios (alínea "d" do inciso I do art. 2º combinado com o art. 65 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002);

60. Indenização devida a ocupantes de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços (Lei nº 12.855, de 02/09/2013);

61. Assistência Financeira Complementar e Incentivo Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios - Agentes Comunitários de Saúde/ACS (art. 198, § 5º, da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 05/10/2006);

62. Assistência Financeira Complementar e Incentivo Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios - Agentes de Combate a Endemias/ACE (art. 198, § 5º, da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 05/10/2006);

63. Movimentação de Militares das Forças Armadas (alíneas "b" e "c" do inciso I do art. 2º combinado com o inciso X e alínea "a" do inciso XI do art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001) e dos ex-Territórios (alíneas "b" e "c" do inciso I do art. 2º combinado com o art. 65 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002);

64. Auxílio-Familiar e Indenização de Representação no Exterior devidos aos servidores públicos e militares em serviço no exterior (art. 8º da Lei nº 5.809, de 10/10/1972);

65. Despesas do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB (art. 21, inciso XII, alínea "c", da Constituição, combinado com o art. 18, incisos I e II, da Lei Complementar nº 97/1999 e art. 8º da Lei nº 6.009/1973); e

66. Despesas do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen (Lei Complementar nº 79, de 07/01/1994, e ADPF 347/DF, de 2015).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

Metas Fiscais

Introdução
(Art. 4º, § 1º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

a) Avaliação do cumprimento das metas relativas a 2017;

b) Metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário e montante da dívida, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evidenciando a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

c) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

d) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

e) Avaliação de projeções atuariais:

do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, elaborada pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Fazenda - SPREV/MF, com base em modelo demográfico-atuarial, levando em conta a estrutura previdenciária existente, o comportamento demográfico, a trajetória do mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para a inatividade para determinação dos montantes de receita e de despesa;

do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Civis, elaborada pela SPREV/MF;

do Regime de Previdência dos Militares, elaborada pelo Ministério da Defesa - MD;

dos Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS, tomando por base o modelo de concessão de benefícios, sua tendência, a evolução do nível de renda da população e o comportamento demográfico; e

do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Ministério do Trabalho - MTb, considerando o desempenho econômico-financeiro do fundo e as projeções de receitas e despesas; e

f) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

ANEXO IV

Metas Fiscais

IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1) Do estabelecimento da meta de resultado primário

O estabelecimento de metas anuais de resultado primário para o exercício a que se refere a LDO e os dois subsequentes, requisito introduzido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, considera a estimativa de receitas e despesas primárias aderentes às normas vigentes e às ações adequadas à estratégia da política fiscal.

Para o ano de 2019, fica estabelecido como meta de resultado primário do Setor Público o déficit de R$ 132,0 bilhões, equivalente a 1,75% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para o ano. A meta decompõe-se da seguinte forma: déficit de R$ 139,0 bilhões do Governo Central, déficit de R$ 3,5 bilhões das estatais federais e superávit de R$ 10,5 bilhões de estados e municípios.

Para os anos de 2020 e 2021, as metas indicadas de resultado primário do Setor Público são de déficit de R$ 99,7 bilhões e R$ 56,5 bilhões, respectivamente, o equivalente a 1,23% e 0,65% do PIB.

2) Da base legal

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do art. 4º que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

3) Da conjuntura

As perspectivas para o cenário econômico internacional no período 2019 a 2021 são positivas, com crescimento mundial estimado de 3,9% em 2018 (WEO/FMI de janeiro/2018). O cenário atual contempla uma elevação gradual da taxa de juros dos EUA, em resposta a um aumento igualmente gradual nos núcleos de inflação e salários. De modo semelhante, é contemplada também elevação gradual de juros na Zona do Euro, em linha com o avanço nas taxas de crescimento e de inflação.

Todavia, esse cenário embute riscos. Um cenário de crescimento sincronizado entre estas economias em conjuntura com pouca capacidade de reação por parte da oferta poderia levar a uma pressão mais aprofundada no mercado de trabalho, com efeitos mais contundentes sobre o ritmo de elevação de juros e, por conseguinte, sobre o ritmo de crescimento do resto do mundo. Some-se a isto o risco de uma amplificação da guerra comercial entre EUA e China. Um desempenho econômico chinês abaixo do esperado teria ramificações importantes para o crescimento global, com efeitos relevantes para o Brasil, sendo aquele país um importante parceiro comercial.

No cenário doméstico, o ano de 2017 marcou o fim da profunda recessão iniciada em meados de 2014. O PIB elevou-se em 1,0% em termos reais, interrompendo uma sequência de 2 anos de retração, ao passo que a inflação desacelerou e o desemprego e os juros registraram queda. O ano fechou com a inflação de 2,95% a.a (IPCA) e com taxa de juros básica da economia de 7,0% a.a. (Meta Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic), patamar mais baixo de juros, até então, do período de vigência do Regime de Metas para a Inflação iniciado em 1999. Esse cenário mantém-se neste 1º trimestre de 2018, com o IPCA registrando 2,68% a.a. em 12 meses até março e a taxa Selic reduzida para 6,5% a.a. na reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) de 21 de março. As condições de sustentabilidade externa continuam fortes, com superávits recordes da balança comercial e manutenção da atratividade do País ao investimento estrangeiro.

Os resultados positivos auferidos pela economia decorrem diretamente das mudanças na diretriz da política econômica iniciadas em maio de 2016, desde quando foi apresentada uma agenda abrangente para restaurar a confiança na economia brasileira, que incluiu reformas estruturais visando ao equilíbrio fiscal, medidas administrativas que permitem ganhos de eficiência e modernização do Estado, além da revisão de políticas públicas e as mudanças nos quadros legais regulatórios e de infraestrutura.

A agenda de reformas também resgatou a confiança dos agentes econômicos. O *Credit Default Swap* (CDS) de cinco anos recuou dos 507 pontos registrados em janeiro de 2016 para 162 pontos-base em dezembro de 2017. Atualmente, já está em patamar comparável aos registrados no período em que a economia obteve a avaliação de grau de investimento (entre abril de 2008 e setembro de 2015), em torno dos 170 pontos. Na mesma direção, a taxa de câmbio média, que alcançou R$/US$ 4,05, em janeiro de 2016, registrou, em dezembro de 2017, R$/US$ 3,29.

Dentre as reformas estruturais implementadas, são exemplos: (i) a Emenda Constitucional nº 95/2016, responsável por criar o Novo Regime Fiscal, que limita o crescimento do gasto público; (ii) a Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467/2017, que admitiu flexibilização dos acordos trabalhistas e tornou a legislação brasileira mais aderente ao desenvolvimento do mercado de trabalho e à maior empregabilidade; (iii) a Taxa de Longo Prazo (TLP) instituída pela Lei nº 13.483/2017, que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como referência das operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aumentando a eficácia da política monetária e reduzindo o gasto público com a equalização de taxas de juros; (iv) a Lei nº 13.530/2017, que altera a legislação do FIES com o objetivo de aumentar a eficiência e a sustentabilidade fiscal do programa, principalmente por meio da redução do risco de crédito, do redesenho de incentivos para diminuir a inadimplência e do aprimoramento da governança; e (v) a Lei nº 13.429/2017, que normatizou a terceirização no País; dentre outras.

Outro aspecto de relevância foi o aperfeiçoamento de marcos regulatórios, ampliando a atratividade para investimentos do setor privado em vários setores. Em especial, cabe ressaltar: (i) a Resolução CNPE nº 07/2017, que reduziu as exigências e simplificou as regras de conteúdo local para o setor de petróleo e gás; (ii) a Revisão da Lei do Pré-sal, que desobrigou a Petrobras de participar de todos os consórcios de exploração; (iii) a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), com funções de regulação e fiscalização do setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que será extinto; e (iv) a modernização das regras sobre alienação fiduciária por meio da Lei 13.465/2017, que define valor mínimo em leilão, prazo de averbação e de pagamento de parcelas vencidas, além de incluir a possibilidade de intimação via terceiros e reduzir fatores que incitam a anulação do processo.

Também merecem destaque diversas medidas de modernização da gestão e redução de custo para Estado em 2017: (i) a queda, em termos reais, de 1,1% das despesas de custeio administrativo em 2017, em relação ao ano anterior; (ii) a redução no quadro de pessoal efetivo das empresas estatais em mais de 28 mil colaboradores (de um total de cerca de 51 mil empregados entre o final de 2015 e o primeiro trimestre de 2018); (iii) a publicização do Painel de Preços, que confere maior transparência e controle às compras públicas; (iv) o aperfeiçoamento do sistema de transferências voluntárias para maior transparência, governança e gestão de risco (Rede Siconv, Painel Siconv, Siconv Cidadão); (v) o Programa Nacional de Regularização Fundiária, com vistas à simplificação do processo; (vi) o SPUnet - Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais; e, finalmente, (vii) a continuação da alienação de imóveis da União, que gerou R$ 55,7 milhões em 2017. Além disto, cabe mencionar projetos de simplificação tributária, como a nova fase do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que simplifica o cumprimento das obrigações acessórias e amplia a eficiência do compartilhamento de informações entre os fiscos; a Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias, com o intuito de reduzir as mais de 30 declarações regionais, que possuem alto nível de redundância; a regulamentação de um padrão nacional para a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica; e o Portal Único do Comércio Exterior como único ponto de entrada para encaminhamento de documentos ou dados exigidos para importação, exportação ou trânsito de bens.

A rápida queda da inflação elevou o poder de compra da população, reforçado também pelo aumento de renda e a redução do endividamento das famílias, ocorrido nos últimos dois anos. Esse movimento contou com o auxílio da facilitação do acesso a recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que injetou R$ 44 bilhões na economia por meio do saque de contas inativas e atendeu a 26 milhões de beneficiários em 2017. Outra medida foi a antecipação do saque do Programa Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) para cotistas idosos, que liberou cerca de R$ 2,2 bilhões e beneficiou 1,6 milhão de pessoas em 2017 e tem potencial para liberar mais R$ 21,4 bilhões para 10,9 milhões de beneficiários em 2018.

Além do equilíbrio fiscal, a atual orientação da política econômica brasileira visa a robustecer a recuperação econômica, que já vem ocorrendo de forma gradual, aumentando a taxa de investimento, a intensidade de capital por trabalhador e a produtividade. Para este fim, o Governo expandiu e melhorou o programa de concessões e, assim, estabeleceu um impulso adicional ao crescimento. O Programa Avançar Parcerias aborda investimentos privados viáveis em infraestrutura e outros projetos considerados prioritários pelo governo federal. O Programa também seleciona ativos públicos para venda, a fim de reduzir os dispêndios públicos com gastos correntes e garantir uma gestão de ativos mais eficiente. Do portfólio total de 175 projetos, 71 já foram concluídos, sendo 68 projetos em 2017. Dentre estes, cabe destacar: (i) a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais; (ii) a 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural sob o regime de concessão; (iii) as 2ª e 3ª Rodada de licitações sob o regime de partilha de produção (Pré-Sal); (iv) a Concessão de 4 Usinas Hidrelétricas; (v) a Desestatização da CELG-D; (vi) a concessão de 4 aeroportos; (vii) os leilões de portos; e (viii) as concessões de 46 linhas de transmissão elétrica. No total, os projetos geraram receita de cerca de R$ 28 bilhões em bônus de assinatura e investimentos esperados de cerca de R$ 142 bilhões. Os 104 projetos em desenvolvimento, por sua vez, representam investimentos futuros da ordem de R$ 134 bilhões.

4) Da estratégia da política fiscal

Garantir a solidez dos fundamentos da economia é uma condição necessária para que o país possa traçar qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável. No âmbito da política fiscal, esse fundamento é assegurado quando os resultados fiscais do setor público são suficientes para garantir a sustentabilidade da sua dívida pública no longo prazo. Ou seja, quando há sinalização de que o governo possa honrar suas obrigações ao longo do tempo.

Desde 2012, o resultado fiscal alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Esta tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, e da rigidez orçamentária com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão de 51,5% do PIB em 2013 para 70% do PIB ao final de 2016.

A mudança na diretriz da política econômica, observada a partir de meados de 2016, focou em reestabelecer as condições de sustentabilidade das contas públicas, por meio de um processo de consolidação fiscal, assim como uma agenda de reformas microeconômicas com foco em aumento de produtividade e na melhoria do ambiente de negócios.

O processo de consolidação fiscal foi liderado pelo estabelecimento do Novo Regime Fiscal, que cria uma regra de crescimento para as despesas primárias. Esse regramento levou o governo a adotar medidas de contenção de despesas primárias, além de outras medidas importantes para a mitigação do crescimento do endividamento, como as devoluções dos aportes no BNDES e a substituição da TJLP pela TLP.

Observou-se, a partir de 2016, que os níveis de confiança dos agentes econômicos iniciaram trajetória de recuperação, ocasionando em melhores condições financeiras para o refinanciamento da dívida pública, por meio da redução do risco e dos juros, bem como o início da retomada da atividade econômica. Esses fatores impactaram positivamente as contas públicas em 2017, quando o resultado primário do governo central registrou -1,8% do PIB, comparado com o déficit de 2,5% no ano anterior. Da mesma forma, o déficit nominal reduziu para 7% do PIB, em relação a 7,6% em 2016, bem como diminuiu a velocidade de crescimento da dívida bruta em relação ao projetado, passando de 70% do PIB em 2016 para 74% do PIB ao final de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apesar da melhora observada, a manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio futuro que está posto à gestão da política fiscal. A natureza estrutural do desequilíbrio fiscal passou a exigir reformas relacionadas à dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias e ao aperfeiçoamento no arcabouço institucional fiscal capaz de recolocar a dívida pública em trajetória sustentável.

O retorno a um patamar sustentável das contas públicas envolve uma série de medidas para serem implementadas. Dentre elas, pode-se citar: (i) redução da rigidez orçamentária por meio de reformas nas vinculações; (ii) revisão e aperfeiçoamento dos programas de benefícios tributários que, de acordo com o Demonstrativo de Gastos Tributários para o PLOA 2018, estima-se que alcançará cerca de 4% do PIB; (iii) aprimoramento e revisão dos programas de benefícios creditícios e financeiros, cujo montante alcançou 1,7% do PIB; (iv) medidas para redução do crescimento das despesas obrigatórias e (v) revisão dos programas de governo objetivando melhorias na focalização, eficiência e efetividade da prestação dos serviços públicos.

Dentre as reformas estruturais para controle das despesas obrigatórias, a mais urgente é a reforma da previdência, devido à dinâmica que está posta pela demografia brasileira. Trata-se de uma reforma essencial para garantir da sustentabilidade da Previdência Social e buscar equidade dos direitos previdenciários para toda população. Nas condições atuais, o déficit da previdência passará de 2,8% do PIB em 2018 para 3,1% do PIB em 2021 (um incremento de R$ 60 bilhões em termos nominais). É a medida estrutural de maior impacto fiscal, mas seus efeitos só serão sentidos em médio prazo, especialmente em decorrência do envelhecimento da população e pelas regras de transição dispostas na proposta de reforma. Nesse sentido, a postergação de sua discussão impacta a velocidade do processo de consolidação fiscal e compromete o espaço para a realização de investimentos e programas sociais.

O Novo Regime Fiscal reflete uma opção por um ajustamento gradual das contas públicas, dado que um ajuste abrupto seria inviável pelo elevado nível de rigidez orçamentária, bem como pelas indesejáveis consequências negativas para o andamento de políticas públicas. Importante mencionar que o Novo Regime Fiscal depende de ações estruturantes para a continuidade dos benefícios por ele proporcionados. Sem a aprovação das reformas, o risco de seu descumprimento é alto, o que levaria o governo a adotar posturas ineficientes às políticas públicas, como a queda na qualidade da prestação de serviços.

A estratégia de consolidação fiscal explicitada neste anexo reflete hipóteses conservadoras sobre a evolução dos agregados fiscais, observada a legislação em vigor. Não foram consideradas medidas tributárias ou receitas não-recorrentes como, por exemplo, novas concessões. O reflexo dessa estratégia de convergência do resultado primário ao requerido para estabilização da dívida é em parte compensada pela melhoria das condições de refinanciamento da dívida pública, fruto da melhoria do ambiente macroeconômico e de inflação, com a redução das taxas de juros reais observadas.

Importante destacar que a manutenção do crescimento econômico projetado para os próximos anos que consta neste anexo de metas fiscais dependerá da manutenção dos fundamentos econômicos e dos indicadores de confiança dos agentes econômicos. Para isso, o setor público deve ser capaz de implementar as reformas estruturais necessárias para manter o processo de consolidação fiscal em curso e sinalizar a sustentabilidade das contas públicas.

5) Das projeções

As estimativas oficiais de crescimento real do PIB são de 3,0% em 2019, 2,4% em 2020 e leve desaceleração para 2,3% em 2021. Este cenário implica ampla recuperação da atividade econômica, do emprego e da renda, com repercussões positivas para a arrecadação federal e para o avanço do ajuste fiscal. O cenário de retomada da atividade econômica ocorre em meio a um cenário de inflação sob controle, no âmbito do regime de metas. Espera-se que o IPCA em 2019 apresente ligeira elevação, com o índice alcançando 4,25%, avançando para o centro da meta em 2020 e em 2021, de 4,0%.

Nesse ambiente, a política monetária encontra espaço para manutenção da Selic em níveis relativamente baixos dentro do processo que se iniciou em setembro de 2016. Naquele mês, a taxa Selic, que registrava 14,25% ao ano, iniciou importante ciclo de flexibilização monetária, alcançando 13,75% ao fim de 2016 e recuando significativamente para 7,0% em dezembro de 2017. A taxa básica de juros prevista é de 8,0% para o triênio de 2019 a 2021.

O regime de câmbio flutuante garante o equilíbrio externo e, somado à elevada quantidade de reservas internacionais, permite que a economia se ajuste de maneira suave às condições externas. Diante desse arcabouço, o cenário de referência prevê que a taxa de câmbio de R$/US$ 3,4 para o fim de 2019, R$/US$ 3,5 em 2020 e 2021. O cenário macroeconômico para o triênio é apresentado na Tabela seguinte.

Tabela 1 - Cenário macroeconômico de referência

	2019	2020	2021
PIB (crescimento real %a.a.)	3,0	2,4	2,3
Inflação (IPCA acumulado - var. %)	4,25	4,0	4,0
Selic (fim de período - %a.a.)	8,0	8,0	8,0
Câmbio (fim de período - R$/US$)	3,4	3,5	3,5

Fonte: Grade de Parâmetros de 12/03/2018. Secretaria de Política Econômica/Ministério da Fazenda.

As projeções fiscais partem dos dados macroeconômicos expostos acima e da premissa da manutenção da legislação fiscal vigente. No âmbito das receitas administradas pela RFB e das receitas previdenciárias, as projeções sinalizam estabilidade até 2021, no sentido de manutenção da proporção dessas receitas sobre o PIB nominal. Quanto às receitas não administradas pela RFB, as projeções consideraram a elevação dos ganhos com a exploração de recursos naturais, notadamente do petróleo, e consideraram apenas as receitas de concessões já realizadas, tais como pagamentos de outorgas, que ocorrem de forma regular. Destaca-se que não estão incluídas no cenário de receita quaisquer arrecadações atípicas ou não recorrentes.

No âmbito da despesa, o art. 107 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias determina um limite de gastos, corrigido anualmente pela variação da inflação de julho do ano anterior a junho do ano corrente. Nesse sentido, as projeções para despesa total dos anos de 2019 a 2021 foram elaboradas de forma a respeitar o aludido dispositivo constitucional. Os benefícios previdenciários e assistenciais foram estimados sem incluir os efeitos de eventuais modificações constitucionais ou legislativas, tais como as discutidas no âmbito da reforma da previdência.

Destaca-se a importância da implementação de reformas estruturais que reduzam o crescimento das despesas obrigatórias e evitem a compressão dos gastos discricionários, que incluem investimentos e custeio da máquina pública. Essa compressão pode comprometer a prestação de importantes serviços públicos no âmbito da União.

Nesse contexto, para 2019, fica estabelecida a meta de déficit primário de R$ 132,0 bilhões para o Setor Público não-financeiro, que está dividida em déficits de R$ 139,0 bilhões para o Governo Central, R$ 3,5 bilhões para as Estatais Federais e superávit de R$ 10,5 bilhões para os Estados, Distrito Federal e Municípios. As metas definidas para o ano de 2019 e as metas indicativas para os anos seguintes são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 - Metas de Resultado Primário

	2019		2020*		2021*	
	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB	R$ bilhões	% PIB
Setor Público Não Financeiro	-132,0	-1,75	-99,7	-1,23	-56,5	-0,65
Governo Central	-139,0	-1,84	-110,0	-1,36	-70,0	-0,81
Estados, Distrito Federal e Municípios*	10,5	0,14	14,0	0,17	17,5	0,20
Estatais Federais	-3,5	-0,05	-3,7	-0,05	-4,0	-0,05

* Metas indicativas.

Para as empresas estatais federais, as projeções foram preparadas com base na manutenção dos resultados apurados dos últimos anos. Eventuais medidas de otimização da gestão e de racionalização da carteira de participações societárias da União podem afetar positivamente o resultado indicado.

As metas indicativas para os Estados, Distrito Federal e Municípios têm por base a projeção do resultado primário agregado dos entes subnacionais, usando informações disponíveis até o momento da sua elaboração. Dentre os fatores que compõem essa projeção, merece destaque a estimativa dos fluxos de pagamentos das dívidas dos entes com a União para o período de 2019 a 2021. A esse fator são agregadas premissas sobre os fluxos de liberações e pagamentos das operações de crédito contratadas, e a contratar, pelos governos regionais e suas respectivas estatais.

A projeção de resultados primários dos entes subnacionais apresenta uma evolução importante em relação a 2018, ainda que a trajetória do endividamento em relação ao PIB deva ser monitorada ao longo dos próximos anos. Isso ocorre porque, à semelhança da União, a situação fiscal dos estados e municípios está fortemente comprometida com a elevada rigidez dos seus gastos, pressionados pelas despesas com pessoal e previdência, e sem perspectiva de arrefecimento no médio prazo. Tal cenário reforça a importância de reformas, em particular a da previdência, para garantir o equilíbrio fiscal estrutural dos entes subnacionais.

Com base nas projeções de resultado primário e nas variáveis macroeconômicas acima discutidas, têm-se as trajetórias de dívida apresentadas na tabela abaixo.

Tabela 3 - Trajetória estimada para a dívida do setor público

Variáveis (em % do PIB)	2019	2020	2021
Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro	-1,75	-1,23	-0,65
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,2	0,2	0,2
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	58,9	61,8	64,3
Dívida Bruta do Governo Geral	77,7	79,7	81,1
Resultado Nominal	-7,1	-6,9	-6,6

Fonte: Projeção da Secretaria do Tesouro Nacional para Dívida Bruta e Líquida, com base nas metas fiscais e na Grade de Parâmetros de 12/03/2018 da Secretaria de Política Econômica/Ministério da Fazenda.

Anexo de Metas Fiscais

Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019

(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2019 a 2021

Preços Correntes

Discriminação	2019		2020		2021	
	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB	R$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	1.543.229	20,44	1.655.879	20,48	1.771.172	20,45
II. Despesa Primária	1.682.229	22,28	1.765.879	21,84	1.841.172	21,26
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	-139.000	-1,84	-110.000	-1,36	-70.000	-0,81
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	-3.500	-0,05	-3.700	-0,05	-4.000	-0,05
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	-142.500	-1,89	-113.700	-1,41	-74.000	-0,85
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-489.280	-6,48	-509.067	-6,30	-522.214	-6,03
VII. Dívida Líquida Governo Federal	3.560.960	47,17	4.060.515	50,22	4.583.563	52,93

Preços Médios de 2018 - IGP-DI

Discriminação	2019	2020	2021
	R$ milhões	R$ milhões	R$ milhões
I. Receita Primária	1.480.839	1.526.180	1.569.683
II. Despesa Primária	1.614.220	1.627.564	1.631.720
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	-133.381 -3.359 -136.739	-101.384	-62.037
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais		-3.410	-3.545
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)		-104.794	-65.582
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-469.499	-469.194	-462.807
VII. Dívida Líquida Governo Federal	3.416.998	3.742.470	4.062.137

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

Metas Fiscais

IV.2 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). Além de medidas específicas descritas a seguir, considera-se como ampliação da base de cálculo nessa estimativa a expectativa de crescimento real da atividade econômica, mensurada pela expansão marginal da arrecadação, a ser provocada isoladamente pelo efeito quantidade sobre a arrecadação ajustada e devidamente atualizada pelos efeitos legislação.

Desse modo, para estimar o aumento permanente de receita específico do crescimento real da atividade econômica, que será de R$ 33,5 bilhões em 2018, considerou-se o acréscimo resultante da variação real do Produto Interno Bruto - PIB, estimado em 3,0% para o período em pauta; crescimento nas vendas de veículos de 3,8%; do crescimento do volume de importações, de 15,1%; crescimento do volume de aplicações financeiras de 11,1%; crescimento vendas de bebidas de 2,4%; e outras variáveis com menor impacto no conjunto das receitas.

Já o aumento de receita proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição reduzirá o aumento de receita proveniente do crescimento da atividade econômica em R$ 10,3 bilhões, conforme detalhamento a seguir:

1) COFINS e PIS/PASEP: - R$ 5.849 milhões

a. Retorno do Reintegra ao percentual de 3%;

b. Efeitos da rejeição dos vetos presidenciais à Lei 13.606/18 pelo Congresso Nacional.

2) CSLL e IRPJ: - R$ 4.767 milhões

a. IRPJ/CSLL: Efeitos da rejeição dos vetos presidenciais à Lei 13.606/18 pelo Congresso Nacional;

b. CSLL: Retorno das alíquotas da instituições financeiras e cooperativas de crédito à 15%.

3) RGPS - Contribuição para o Regime Geral da Previdência Social: R$ 296 milhões

Contribuição incidente sobre folha de pagamento: aumento do salário mínimo e do teto previdenciário, parcelamentos especiais PERT/PRT, Programa de Regularização Rural inclusive os efeitos da rejeição dos vetos presidenciais à Lei 13.606/18, pelo Congresso Nacional

Desse modo, o aumento permanente de receita total, descontadas as transferências aos entes federados e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- Fundeb, será de R$ 24,9 bilhões.

Adicionalmente, foi calculado o aumento de outras despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2019. Tal aumento será provocado por dois fatores: (i) a correção real do valor do salário mínimo, correspondente ao crescimento real do PIB em 2017 (1,00%), com impacto de R$ 4,5 bilhões; e (ii) o crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários, do seguro-desemprego, do abono salarial e dos benefícios concedidos com base na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, responsável pela ampliação em R$ 24,4 bilhões.

Por outro lado, foi contabilizada também a redução permanente de despesa, o que eleva a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2019. Essa redução permanente de despesa, no montante de R$ 202,0 milhões, corresponde ao decréscimo vegetativo dos benefícios da renda mensal vitalícia, uma vez que esse tipo de benefício, não tendo mais novas concessões, vai sendo reduzido à medida que os beneficiários vão a óbito.

Importante ressaltar que o aumento nominal do salário mínimo, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulada nos últimos doze meses que antecedem o pagamento do salário-mínimo, feito de forma a manter o poder de compra do salário em questão, conforme previsto no art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, não é considerado como aumento permanente de despesa obrigatória. Isso ocorre por analogia à não consideração da inflação como aumento permanente de receita.

Dessa maneira, o saldo da margem de expansão é estimado em, aproximadamente, - R$ 3,8 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Eventos	Valor Previsto para 2019 (R$ milhões)
Aumento de Receita Permanente	**33.474**
I. Crescimento Real da Atividade Econômica	43.793
I.1. Receita Administrada pela RFB	34.874
I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS	2.049
I.3. Demais Receitas	6.871
II. Situações descritas no § 3º do art. 17 da LRF*	(10.320)
II.1. IRPJ	(1.289)
II.1. CSLL	(3.477)
II.2. COFINS	(4.809)
II.3. PIS/PASEP	(1.040)
II.4. RGPS	296
Deduções da Receita	**8.620**
Transferências Constitucionais e Legais	7.242
Transferências ao FUNDEB	1.253
Complementação da União ao FUNDEB	125
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita	**24.853**
Redução Permanente de Despesa (II)	202
Margem Bruta (III)= (I) + (II)	25.055
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	28.896
IV.1. Crescimento vegetativo dos gastos sociais	24.424
RGPS	20.583
LOAS/RMV	1.590
Abono e Seguro-Desemprego	2.252
IV.2. Aumento real do salário mínimo	4.472
RGPS	2.940
LOAS/RMV	658
Abono e Seguro-Desemprego	874
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	(3.841)

* Elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Limite à expansão das despesas obrigatórias calculado a partir do teto da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - EC 95/2016

Na metodologia apresentada, vigente desde antes do Novo Regime Fiscal - NRF, a compensação necessária ao aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado poderia ser provida pelo aumento permanente de receita, que, efetuados os devidos ajustes e deduções, configura a margem líquida de expansão. Trata-se de limite máximo disponível para amparar, para fins de atendimento da compensação prevista no § 2º do art. 17 da LRF, novos aumentos de despesas obrigatórias de caráter continuado durante o exercício financeiro, sem necessidade de compensação adicional. Para 2019 não existe tal possibilidade, uma vez que a referida margem foi negativa.

Além disso, o NRF passou a fixar limites para as despesas primárias, criando uma restrição adicional à expansão de despesas primárias obrigatórias a ele sujeitas. Sob a EC 95/2016, a identificação de incremento na receita permanente é inócua para sustentar a ampliação dessas despesas.

Portanto, deve-se agregar ao cálculo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, segundo o método já utilizado, outra condição, mais restritiva, voltada às despesas primárias obrigatórias sujeitas ao NRF. Essa segunda limitação deve levar em conta a observância e a sustentabilidade do teto das despesas primárias previsto na EC 95/2016.

A existência dos limites de gastos faz que os aumentos reais de despesas sujeitas ao NRF tenham que ser sempre compensados, ou por redução real de outras despesas obrigatórias, ou por novas restrições às despesas discricionárias.

Portanto, caso fosse identificada eventual margem de expansão com base na metodologia anterior que toma por base o aumento permanente da receita, o que não foi verificado para o exercício de 2019, a existência de um limite para as despesas primárias (obrigatórias e discricionárias), como previsto na EC 95/2016, impede esse aproveitamento para efeito de compensação.

As despesas primárias sujeitas ao NRF, a serem autorizadas no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para 2019, encontrar-se-ão já nos limites fixados conforme a regra estabelecida na EC 95/2016. Dessa forma, a avaliação da possibilidade de expandir despesa primária deve ter como base apenas o ganho advindo da variação nominal do limite obtida pela aplicação da correção pelo IPCA de acordo com o referido texto constitucional.

Deve-se ainda levar em conta que parte substancial desse reajuste se destina a cobrir a variação inflacionária incidente sobre as despesas. Além disso, desse valor deve ser deduzido o aumento previsto das despesas obrigatórias para 2019, mantida a legislação vigente e o crescimento vegetativo. Esse montante já é mais do que suficiente para consumir a referida margem bruta, o que indica a inexistência de uma margem líquida.

Os aumentos já concedidos e o crescimento vegetativo previsto para o conjunto de despesas obrigatórias sujeitas ao teto ultrapassam a variação nominal do limite, não havendo espaço para novas despesas obrigatórias. Exceção se faz, evidentemente, se o ato for acompanhado de redução permanente de outra despesa de mesma natureza. Diante disso, a aprovação de projetos de lei, medidas provisórias e atos normativos em 2019 deverá depender sempre de cancelamento compensatório de outra despesa permanente.

Conclui-se, assim, que a possibilidade de expansão das despesas obrigatórias, durante a vigência do NRF, deve observar, de forma concomitante, o atendimento de duas condições: a primeira, relacionada à observância da margem líquida de expansão, calculada a partir do aumento permanente da receita; e a segunda, aplicável às despesas obrigatórias sujeitas ao teto da EC 95/2016, calculada a partir do limite nominal de correção das despesas primárias, prevalecendo e aplicando-se sempre a mais restritiva.

Ressalte-se, por óbvio, que a segunda condição não se aplica às modalidades de despesas obrigatórias que foram excluídas do NRF (art. 109, incisos I, IV, V e VIII, do ADCT).

Anexo V

Riscos Fiscais
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

1. Introdução

Com o objetivo de prover maior transparência na apuração dos resultados fiscais dos governos, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, determinou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual (LDO) deve estabelecer meta de superávit primário e conter Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

De modo amplo, existem duas classes de eventos de risco que podem afetar as contas públicas. A primeira se refere aos eventos cujo impacto se materializa através da afetação dos parâmetros macroeconômicos projetados para a elaboração do cenário base contido na Lei Orçamentária Anual (LOA). A segunda classe trata daqueles cujo impacto se dá de forma direta nas receitas e/ou despesas constantes no cenário base, sem necessariamente afetar, *a priori*, os parâmetros projetados para a sua construção.

Os principais parâmetros macroeconômicos projetados pelo Governo para a construção do cenário base são os seguintes: (i) de atividade econômica, envolvendo o PIB e a produção industrial de alguns setores específicos; (ii) do mercado de trabalho; (iii) da inflação; (iv) do setor externo, incluindo taxa de câmbio; (v) dos agregados monetários e taxa de juro básica da economia; e (vi) do preço do petróleo. Para efeitos deste Relatório, todas as demais variáveis incorporadas na construção do cenário base ou que podem vir a afetá-lo são consideradas de cunho não macroeconômico.

O cenário base é a referência para a projeção das receitas do governo e para o estabelecimento do nível de despesas compatível com a meta de superávit primário estabelecida no corpo da LDO, assim como para as projeções de dívida pública.

As principais premissas desse cenário são descritas no Anexo de Metas Fiscais Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, e norteiam a elaboração dos demais Anexos do projeto de lei, quais sejam: (i) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, que trata da projeção da arrecadação para os anos futuros e o espaço fiscal existente para o aumento da despesa de forma compatível com as metas de superávit primário futuras estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais; (ii) Objetivos das Políticas Monetárias, Creditícia e Cambial, embora a política monetária seja independente na consecução do seu objetivo, esse é afetado pela trajetória da política fiscal e da atividade econômica; e (iii) Anexo de Renúncias Tributárias. Todavia, é importante salientar que o próprio lapso temporal entre a elaboração da LDO e o início do ano a que ela se aplica resulta na majoração dos riscos em torno da consecução do cenário base originalmente projetado.

Como exemplo desse processo de afetação do cenário base pela ocorrência de riscos, seja relacionados a parâmetros macroeconômicos ou não, a Tabela 1 evidencia as diferentes previsões de receita elaboradas para o ano de 2017 e os montantes efetivamente arrecadados.

Tabela 1: Previsão das Receitas Administradas pela RFB em 2017 (R$ milhões)

RECEITAS	LEGISLATIVO	EXECUTIVO (RFB/COTAD)						ARRECADAÇÃO EFETIVA 2017 [H]
	LOA/2017 [A]	DEC. Nº 8.961/17 [B]	DEC. Nº 9.018/17 [C]	DEC. Nº 9.062/17 [D]	DEC. Nº 9.113/17 [E]	DEC. Nº 9.164/17 [F]	DEC. Nº 9..205/17 [G]	
IMPOSTOS SOBRE A IMPORTAÇÃO	38.770	38.770	33.414	34.716	31.882	31.299	32.025	32.426
IMPOSTOS SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	52.210	52.210	47.618	47.667	45.302	45.360	46.704	48.033
IMPOSTOS SOBRE A RENDA	352.853	352.853	344.507	342.584	335.279	336.069	338.751	339.841
I.O.F. - IMPOSTOS/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	37.657	37.657	36.759	36.408	35.516	35.258	34.984	34.984
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	222.797	222.797	211.856	207.988	215.225	214.147	214.567	235.759
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	59.701	59.701	56.575	56.097	57.031	56.956	56.974	62.561
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	78.965	78.965	75.239	73.156	70.418	69.428	69.868	75.651
CIDE - COMBUSTÍVEIS	6.023	6.023	5.895	5.907	5.807	5.954	5.920	5.827
OUTRAS ADMINISTRADAS PELA RFB	32.611	32.611	38.207	37.162	36.427	29.534	27.702	482
SUBTOTAL [A]	881.588	881.588	850.071	841.685	832.886	824.000	827.494	835.564
RECEITA PREVIDENCIÁRIA [B]	364.606	364.606	360.485	361.777	359.563	361.134	361.171	360.883
TOTAL [A]+[B]	1.246.193	1.246.193	1.210.556	1.203.462	1.192.450	1.185.134	1.188.665	1.196.447

Fonte: RFB. Observação: não contempla CPSS.

A arrecadação como um todo, é explicada pelo comportamento dos parâmetros macroeconômicos e, pelas arrecadações extraordinárias, em 2017, especialmente relacionadas com o parcelamento especial PERT/PRT. O desempenho do IRPJ e da CSLL é explicado, principalmente, pela queda nos recolhimentos das estimativas mensal em decorrência de queda da lucrativa, especialmente em instituições financeiras.

O comportamento do PIS/Cofins foi influenciado pela redução de parâmetros, em relação aos estimados no PLOA/17, em combinação com a elevação das alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis. O desempenho do item Outras Receitas Administradas pela RFB é explicado pelas reclassificações de receitas, especialmente pela reclassificação do estoque de parcelamentos, ocorrida no mês de novembro/17. O desempenho da Receita Previdenciária, por sua vez, é explicado, principalmente, pelo comportamento da massa salarial ao longo de 2017. Ao se comparar o valor total da receita previsto na LOA 2017 e aquele efetivamente realizado, verifica-se que houve uma arrecadação a menor no importe de **R$ 49.746 bilhões.**

Tabela 2 - Arrecadação prevista e realizada 2017

Receitas	**LOA 2017 (1)**	**Arrecadação efetiva 2017 (2)**	**Diferença (2 -1)**
Impostos sobre a importação	38.770	32.426	-6.344
Impostos sobre Produtos Industrializados	52.210	48.033	-4.177
Impostos sobre a Renda	352.853	339.841	-13.012
I.O.F. Impostos s/ Operações Financeiras	37.657	34.984	-2.673
COFINS- Contribuição Seguridade Social	222.797	235.759	12.962
Contribuição para o PIS/PASEP	59.701	62.561	2.860
CSLL - Contribuição Social S/ Lucro Líquido	78.965	75.651	-3.314
CIDE- Combustíveis	6.023	5.827	-196
Outras Administradas pela RFB	32.611	482	-32.129
Subtotal (A)	881.588	835.564	-46.024
Receita Previdenciária (B)	364.606	360.883	-3.723
TOTAL (A + B)	1.246.193	1.196.447	**-49.746**

Ainda tomando como exemplo a arrecadação federal para o ano de 2017, a Tabela 2 elenca eventos e riscos de caráter não macroeconômico que contribuíram positivamente para as receitas, sem os quais seu valor teria sido R$ 28,9 bilhões menor.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 3: Receitas atípicas de 2017 (R$ milhões)

RECEITAS	VALOR	PRINCIPAIS FATORES ORIGINÁRIOS
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	-19.300	PERT/PRT - Recolhimento dos valores de entrada dos Parcelamentos Especiais - PERT/PRT
IRPJ	-3.900	Recolhimento atípico, em janeiro, do setor financeiro; Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
CSLL	-1.680	Recolhimento atípico, em janeiro, do setor financeiro; Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
COFINS	-1.380	Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
IRRF Remessas ao Exterior	-1.100	Arrecadação atípica, no item juros e comissões em geral;
IRPF	-570	Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
IPI Outros	-390	Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
IOF	-300	Arrecadação atípica, em abri/17, no item entrada de moedas
PIS/PASEP	-270	Recolhimentos de parcelas do PERT/PRT referentes a parcelamentos da dívida ativa
TOTAL	(28.890)	

Fonte: RFB/MF.

A partir das definições expostas acima, o presente Anexo de Riscos Fiscais está estruturado em três seções, além desta Introdução e das Conclusões Finais: Análise Macroeconômica do Risco; Riscos não Incorporados na Análise Macroeconômica e Gestão de Riscos.

2 Análise Macroeconômica do Risco

Nesta seção são analisados os riscos fiscais gerados a partir da variabilidade dos parâmetros macroeconômicos utilizados para a construção do cenário base de receitas, despesas e resultado primário do governo, assim como da dívida pública.

2.1 Sensibilidade da Receita

No que se refere às questões metodológicas, cabe esclarecer que a projeção das receitas para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária é feita com base no modelo adotado pela RFB, considerando-se as estimativas de variáveis macroeconômicas que afetam a arrecadação da União, como a variação do PIB, taxa de inflação, taxa de câmbio, taxa de juros e massa salarial, entre outras.

A Tabela 4 mostra o efeito da variação de 1 p.p. dos principais parâmetros sobre o total de tributos que compõem a receita administrada pela RFB, tomando-se como base os parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica (SPE/MF). A análise de sensibilidade mostra que a taxa de crescimento econômico e de inflação são os parâmetros que mais afetam a receita total administrada pela RFB. Observe-se que os tributos são afetados ao mesmo tempo por mais de um parâmetro e, portanto, o efeito da variação desses parâmetros na receita é resultado da combinação de dois fatores: preço e quantidade.

Tabela 4: Efeito na Receita Administrada pela RFB pela variação de 1 p.p. em cada parâmetro

PARÂMETRO	RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	
	EXCETO PREVIDENCIÁRIA	PREVIDENCIÁRIA
PIB	0,62%	0,15%
Inflação (IER)	0,59%	0,15%
Câmbio	0,10%	-
Massa Salarial	0,09%	0,79%
Juros (OVER)	0,03%	-

Fonte: RFB/MF.

A maior elasticidade encontrada foi da massa salarial sobre a receita previdenciária. No entanto, o maior efeito sobre as receitas administradas, exceto previdenciária, é de uma variação na atividade econômica medida pela taxa de crescimento real do PIB, que afeta diversos tributos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), particularmente o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

A inflação também tem impacto relevante na maioria dos itens de receitas. Para mensurar seu efeito, utiliza-se uma combinação de índices com uma ponderação que demonstra maior correlação com a arrecadação realizada nos últimos exercícios. O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI.

A taxa de câmbio tem impacto menor, pois a sua variação influencia diretamente apenas o Imposto de Importação - II, o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), vinculado à Importação, e o IR incidente sobre as remessas ao exterior. Da mesma forma, a taxa de juros também tem impacto reduzido, pois afeta diretamente a arrecadação do IR sobre aplicações financeiras e os impostos arrecadados com atraso, nos quais incidem juros.

2.2 Sensibilidade da Despesa

Os riscos de previsão de despesa decorrem, em geral, de ações judiciais em andamento e/ou de eventuais variações em parâmetros de projeção e no quantitativo estimado.

Para as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, não há risco de índice de preço, uma vez que o percentual de reajuste dos salários dos servidores já está definido. Tampouco há risco quantitativo, tendo em vista que o ingresso de novos servidores é controlado pelo Anexo V da Lei Orçamentária Anual.

Os benefícios previdenciários e assistenciais obrigatórios têm como principal parâmetro o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-INPC, que reajusta os benefícios previdenciários, a tabela para cálculo do benefício seguro-desemprego e o salário mínimo, cuja atual estimativa leva em consideração a regra estabelecida pela Lei nº 13.152, de 29 de junho de 2015. Essa regra determina que a correção do salário mínimo, para 2019, corresponda à variação acumulada do INPC verificada no período de janeiro a dezembro de 2018, acrescida de percentual equivalente à taxa de variação real do Produto Interno Bruto - PIB de 2017, ambos os índices apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diante disso, chega-se a um salário mínimo de R$ 1002,00 em 2019[1] frente ao de R$ 954,00 estabelecido para 2018 pelo Decreto nº 9.255, de 29 de dezembro de 2017.

O crescimento vegetativo dos benefícios decorre de estudos das séries históricas. A Tabela 4 mostra os impactos das despesas primárias selecionadas decorrentes da variação de um ponto percentual no INPC. O impacto na variação do INPC está segregado entre os benefícios que recebem até um salário mínimo e aqueles acima deste valor.

Tabela 5: Efeito em despesas primárias selecionadas da variação de 1 p.p. em cada parâmetro

Item	INPC
Despesa Previdenciária	0,9%
RMV	0,9%
LOAS	0,9%
Abono Salarial	1,0%
Seguro-Desemprego	0,7%

Fonte: SOF/MP.

Na Tabela 6, a sensibilidade das despesas é mostrada em termos de milhões de reais em resposta à variação de R$ 1 real no salário mínimo ou de 0,1 p.p. no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Conforme se pode observar, cada um real de aumento no salário mínimo gera um incremento de R$ 303,9 milhões ao ano nas despesas do governo. Por seu turno, a inflação afeta o reajuste de um número maior de beneficiários, gerando um acréscimo de R$ 590,9 milhões nas contas públicas.

Tabela 6: Efeito nas despesas primárias selecionadas em resposta à variação de R$ 1 real no salário mínimo ou de 0,1 p.p. no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

Em milhões

Descrição	Aumento do SM	Aumento do INPC		
		Impacto 0,1 p.p.		
	Impacto de R$ 1 nos benefícios até 1 S.M.	Benefícios até 1 S.M.	Benefícios acima de 1 S.M.	Impacto Total
I. Arrecadação Previdenciária	37,8	36,5	25,3	61,8
II. Despesa Previdenciária	243,0	234,1	322,6	556,7
III. Déficit (II - I)	205,2	197,6	297,4	494,9
IV. RMV	1,1	1,1	-	1,1
V. LOAS	53,3	51,3	-	51,3
VI. FAT	44,3	43,5	-	43,5
VI.1 Abono Salarial	18,0	18,0	-	18,0
VI.2 Seguro-Desemprego	26,4	25,6	-	25,6
TOTAL (III+IV+V+VI)	**303,9**	**293,5**	**297,4**	**590,9**

Fonte: SOF/MP.

Embora o uso do crescimento vegetativo dos benefícios sociais para estimação das despesas seja razoavelmente confiável para as análises de curto prazo, há riscos não negligenciáveis de médio prazo decorrentes do aumento das despesas associadas a variáveis institucionais e estruturais que nem sempre estão sob controle do Governo. O caso do Benefício de Prestação Continuada[2] é ilustrativo. Nele, os potenciais efeitos nos gastos oriundos da transformação demográfica, por exemplo, são significativos, o que sugere a necessidade de maior atenção para esse aspecto.

O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de sobrevida, aliados ao aumento anual do salário mínimo superior ao aumento da renda média sugerem que as despesas com o BPC deverão aumentar substancialmente no futuro próximo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.3 Sensibilidade da Dívida

2.3.1 Riscos da Dívida Pública Federal (Dpf)

Uma forma de se avaliar o risco de mercado da dívida é estimar a sensibilidade do valor de seu estoque a alterações marginais de variáveis macroeconômicas[3]. Neste caso, para uma melhor análise, toma-se como parâmetro a relação DPF/PIB. Nesse caso, os efeitos de um aumento (redução) de 1% nas taxas de câmbio real/dólar, de inflação e de juros (Selic) podem ser observados na tabela abaixo. Vale destacar que a parcela da dívida cambial ainda remanescente encontra ampla proteção no volume de reservas cambiais do país.

Tabela 7 - Previsões de Sensibilidade do Estoque da DPF a Choques de 1% nas Variáveis Macroeconômicas - % PIB

Variáveis Macroeconômicas	2017	2018*	2019**
Câmbio	0,02	0,02	0,02
Inflação	0,16	0,15	0,15
Juros	0,17	0,19	0,20

** Projeções com base no PAF 2018;*

*** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018*

Fonte: COGEP/STN.

É possível observar na tabela um aumento da sensibilidade da DPF a alterações nos juros e maior estabilidade da sensibilidade da DPF a alterações no câmbio e inflação. Tal resultado está alinhado às alterações de composição observadas desde 2015 e constantes ainda nas metas do PAF 2018 e projeções para 2019, que permitem o aumento para a participação de dívida com taxas de juros flutuantes na DPF no curto prazo, em um cenário macroeconômico que ainda guarda incertezas quanto ao ritmo de retomada da atividade econômica. Nesse sentido, a retomada da redução da dívida flutuante será função da evolução de outros indicadores da DPF, como o percentual vincendo em 12 meses, bem como de uma avaliação de custos, que dependerá das condições de mercado. A STN garantirá, assim, que a melhoria na composição da dívida não implique em retrocesso de outros indicadores, igualmente relevantes.

Outro ponto a destacar refere-se à sensibilidade da DPF à variação da inflação. A esse respeito, a parcela da dívida indexada à inflação (em sua grande maioria, ao IPCA) encontra hedge natural no fato de as receitas do governo apresentarem correlação positiva com choques nas taxas de inflação, o que contribui para reduzir a relevância desse fator de risco.

Adicionalmente, cabe analisar o cronograma de maturação e a sensibilidade da despesa orçamentária da dívida às mesmas variáveis. Tendo como referência projeções baseadas nos cenários do PAF 2018 e considerando os vencimentos de dívida previstos para 2018 e 2019, os efeitos de um aumento (redução) de 1% nas taxas de câmbio real/dólar, de inflação e de juros podem ser observadas na tabela abaixo.

Tabela 8 - Previsões de Sensibilidade da Despesa Orçamentária a Choques de 1% nas Variáveis Macroeconômicas - % PIB

	2017	2018*	2019**
Câmbio	0,002	0,001	0,001
Inflação	0,018	0,018	0,020
Juros	0,008	0,019	0,009

** Projeções com base no PAF 2018;*

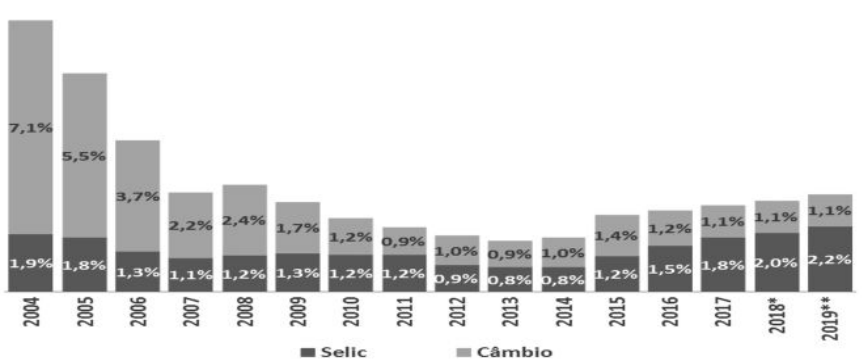
*** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018.*

Fonte: COGEP/STN.

A sensibilidade apresentada na tabela acima variará conforme o cronograma de maturação dos títulos da DPF, de forma que a sensibilidade será maior nos anos em que haja grande vencimentos de títulos indexados a cada variável econômica. Observa-se na tabela que a sensibilidade da despesa orçamentária é bem menor do que a sensibilidade da DPF, porque considera apenas o montante da dívida que está vincendo em determinado exercício. Não obstante, é uma sensibilidade relevante porque mede o impacto de curto prazo na gestão da despesa orçamentária para o pagamento da dívida.

Por fim, o teste de estresse evidencia a evolução do risco de aumento no estoque da DPF em situações de grandes e persistentes turbulências. Considerando os estoques da DPF ao final dos períodos, o impacto de um cenário de estresse nos juros e no câmbio corresponderia a um incremento da dívida de 9,0% do PIB em 2004 e de apenas 3,3% do PIB em 2019, conforme podemos observar na figura a seguir, o que demonstra a expressiva redução desses riscos ao longo dos últimos anos.

Gráfico 1 - Teste de Estresse de Juros e Câmbio sobre a DPF



** Projeções com base no PAF 2018;*

*** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018. Fonte: COGEP/STN.*

Assim, do ponto de vista do risco de mercado, o aspecto mais relevante decorrente de choques nas variáveis macroeconômicas atualmente é o risco de taxa de juros que, apesar de estar maior em relação aos anos anteriores, encontra-se em patamar bem mais confortável do que no início do período observado, devido a uma maior participação hoje das dívidas prefixadas e indexadas à inflação na DPF.

2.3.2 Riscos da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Na seção anterior, foram avaliados os riscos da Dívida Pública Federal (DPF). Esta abrange a dívida do Governo Federal em mercado, incluindo os títulos da dívida interna (cerca de 95%) e os títulos e contratos da dívida externa.

Outro conceito de dívida amplamente utilizado é a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que tem se tornado a principal referência para a elaboração de políticas econômicas e para sinalizar a solvência do Estado brasileiro. A DBGG abrange a dívida do Governo Federal (a DPF), mais as dívidas dos governos estaduais e municipais com o setor privado, mais as operações compromissadas do Banco Central do Brasil (BCB).

A DPF e a DBGG são métricas que só incluem passivos e, portanto, não medem a acumulação de ativos pelo governo. Assim, é útil avançar para o conceito de endividamento líquido, que traz um balanço entre débitos e créditos do governo frente aos agentes privados. Essa característica está presente na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP). Para além do Governo Geral, o Setor Público abrange ainda as empresas estatais não financeiras e o BCB.

Os riscos avaliados para estes dois indicadores serão o risco de mercado, especificamente o risco de taxa de juros e os riscos decorrentes de flutuações nos resultados primários.

2.3.3 Avaliação dos riscos da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)

Inicialmente, foi gerado um cenário base para a projeção da DLSP/PIB e DBGG/PIB para os próximos 3 anos. Sobre este cenário foram feitas análises de risco de taxa de juros, da taxa de crescimento do PIB e de variações no resultado primário.

As projeções indicam que a DLSP e a DBGG crescem ao longo do horizonte de análise. De forma a se avaliar o risco de taxas de juros foi feito uma análise de estática comparativa nas projeções, considerando-se uma variação de 1 ponto percentual na taxa SELIC para cima e para baixo em relação ao cenário Base. Os resultados mostram uma sensibilidade relevante da trajetória da dívida ao choque proposto na DLSP/PIB e DBGG/PIB, respectivamente:

Tabela 9 - Sensibilidade da DLSP/PIB e DBGG/PIB à Taxa de Juros

DLSP	2018	2019	2020	2021	DBGG	2018	2019	2020	2021
SELIC - 1 p.p.	-0,4%	-0,9%	-1,4%	-2,0%	SELIC - 1 p.p.	-0,4%	-0,8%	-1,3%	-1,9%
SELIC + 1 p.p	0,4%	0,9%	1,4%	2,0%	SELIC + 1 p.p	0,4%	0,8%	1,4%	1,9%

* Diferença em relação ao Cenário Base. *Fonte: COGEP/ STN*

Outra variável bastante sensível para as projeções de endividamento é o PIB real. Também foi feita uma análise de estática comparativa, sensibilizando as projeções de dívida com um cenário de 1 ponto percentual a mais de crescimento do PIB real e com um cenário de 1 ponto percentual a menos, ambos em relação ao cenário base[4].

Tabela 10 - Sensibilidade da DLSP/PIB e DBGG/PIB ao crescimento do PIB real

DLSP	2018	2019	2020	2021	DBGG	2018	2019	2020	2021
PIB - 1 p.p.	1,0%	1,7%	2,3%	3,1%	PIB - 1 p.p.	1,5%	2,4%	3,2%	4,1%
PIB + 1 p.p.	-1,0%	-1,6%	-2,2%	-2,9%	PIB + 1 p.p	-1,5%	-2,3%	-3,1%	-3,9%

*Diferença em relação ao cenário base

2.4 Estresse dos Parâmetros Macroeconômicos e Simulações de Receitas, Despesas e Dívida

O cenário de indicadores macroeconômicos sob estresse utilizou como ponto médio da distribuição os valores da Grade de Parâmetros de 12/3/2018, fornecida pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, SPE/MF[5], a qual serviu como mediana (cenário base) para todos os indicadores.

Para calcular o cenário de estresse dos parâmetros macroeconômicos, foram adicionados 10 mil choques gaussianos[6] ao caminho médio do crescimento do PIB (Grade de Parâmetros), multiplicando-os pelo desvio padrão de seu valor histórico. Desta forma, foram gerados diversos cenários de estresse para a variação do PIB até 2021.

No entanto, é necessário que os choques do PIB reflitam nas outras variáveis macroeconômicas. Desta forma, estimaram-se algumas equações para obter as relações entre os indicadores. Para as variáveis de atividade real, como produção física da indústria de transformação, licenciamento de veículos produzidos nacionalmente e outros, calculou-se a elasticidade com o PIB e aplicaram-se os choques para avaliar o seu impacto nestas séries econômicas. Para os indicadores de mercado de trabalho, estimou-se uma equação que determina os valores dos indicadores como taxa de desemprego e população ocupada. O último passo foi estimar a relação entre o nível de ociosidade da economia, mediante a diferença entre o crescimento obtido pelos choques e o PIB potencial. Estimou-se a relação entre o hiato da atividade com a inflação ao consumidor e ao atacado. Assim, com as variações aleatórias adicionadas ao crescimento do PIB, pode-se verificar o efeito nos diversos indicadores macroeconômicos e posteriormente o seu efeito nas variáveis fiscais como receita, despesa, superávit e endividamento público.

A partir do PIB, estimou-se a relação entre este indicador e a produção da indústria de transformação, a qual foi utilizada para estimar o impacto na produção de bebidas. Outras variáveis utilizadas que foram revistas com base no cenário de estresse do PIB foram: vendas de veículos e vendas de fumo, população economicamente ativa, nível de ocupação, rendimento real e nominal e massa salarial. Por fim, valores de taxa de câmbio (R$/US$), inflação (IPCA, INPC e IGP-DI) foram atualizados com base em valores já observados. Elegeu-se o decil 30[7] da distribuição de valores aleatórios para o crescimento do PIB como o cenário de estresse. A Tabela 11 mostra a comparação entre os parâmetros do cenário base e os parâmetros no cenário de estresse.

Tabela 11 - Comparação de parâmetros do Cenário Base x Estresse para 2019

	Cenário Base	Cenário de Estresse
PIB real (var %)	3,0	1,71
PIB nominal (R$ milhões)	7.549.333	7.353.670
Ind. Transformação (var %)	5,9	3,84
PEA (var %)	1,2	1,08

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ocupação (var %)	1,9	1,53
Rendimento real (var %)	2,2	1,95
Massa salarial real (var %)	4,1	3,51
Importação sem Combustível (US$ milhões)	175.972	171.295
Salário Mínimo (R$)	1.002	999
INPC (fim de período)	4,2	3,75
IPCA (fim de período)	4,2	3,77

Fonte: SEPLAN/MP

Além do exercício descrito acima para elaboração do espectro de risco dos parâmetros macroeconômicos[8], foram aplicados esses diversos cenários de estresse nas principais variáveis fiscais, quais sejam: receita, despesa, resultado primário e dívida pública. O exercício se baseia em efetuar as projeções das variáveis fiscais com cenários aleatórios, ou seja, são utilizados diversos cenários para estas variáveis, construídos em função do seu comportamento histórico, para sensibilizar as projeções de arrecadação, gastos e endividamento.

Os cenários aleatórios apresentam a vantagem de combinar diversos cenários alternativos de PIB e das demais variáveis da Grade de Parâmetros com seus efeitos nas mencionadas variáveis fiscais. Este tipo de análise permite que se obtenham intervalos de confiança em torno do cenário base, sendo possível atribuir probabilidades para as variáveis fiscais ao longo do tempo. Os resultados são exibidos a seguir.

Com base no cenário de estresse, na Tabela 12 estima-se uma receita total para a União de R$ 1.516 bilhões em 2019, queda de R$ 26,9 bilhões ante o cenário base constante no Anexo de Metas Fiscais. Descontadas as transferências de receita para entes subnacionais, a receita líquida no cenário de estresse atinge R$ 1.250 bilhões no período, queda de R$ 26,6 bilhões ante o cenário base.

Do ponto de vista da despesa, as estimativas resultantes do cenário de estresse implicam uma redução de R$ 4,7 bilhões em 2019. Da conjugação de receitas e despesas estressadas, obtém-se o déficit primário do Governo Central de R$ 160.878 bilhões, valor 15,7% superior à meta original. Por fim, o impacto dos parâmetros e do resultado primário estressados resultam em uma relação Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) sobre PIB de 60,2%, elevação de mais de quase dois pontos base. Do ponto de vista da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), o acréscimo é de 1,9 ponto base, atingindo 79,6% do PIB ao final do período.

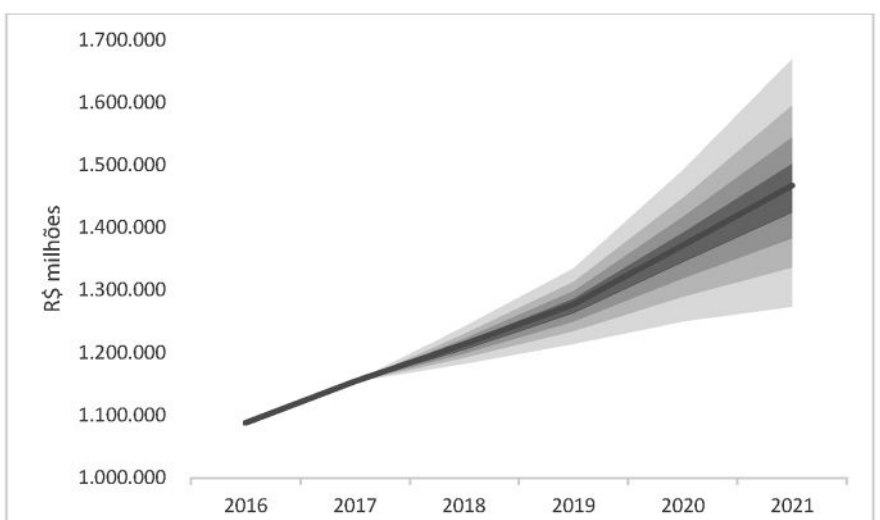
Tabela 12 - Cenário Base x Estresse para as variáveis fiscais em 2019 (R$ milhões)

	Cenário Base	Cenário de Estresse
Receita Total	1.543.229	1.516.248
Transferências	266.304	265.980
Receita Líquida	1.276.924	1.250.268
Despesa primária	1.415.924	1.411.146
Resultado Primário Governo Central	-139.000	-160.878
% do PIB	-1,8	-2,2
Resultado Primário Estados e Municípios	10.500	10.500
% do PIB	0,1	0,1
Resultado Primário Estatais Federais	-3.458	-3.458
% do PIB	0,0	0,0
Resultado Primário Setor Público	-131.958	-153.835
% do PIB	-1,7	-2,1
Dívida Líquida do Setor Público - DLSP (% do PIB)	58,9	60,2
Dívida Bruta do Governo Geral - DBGG (% do PIB)	77,7	79,6

Fontes: RFB/MF e STN/MF

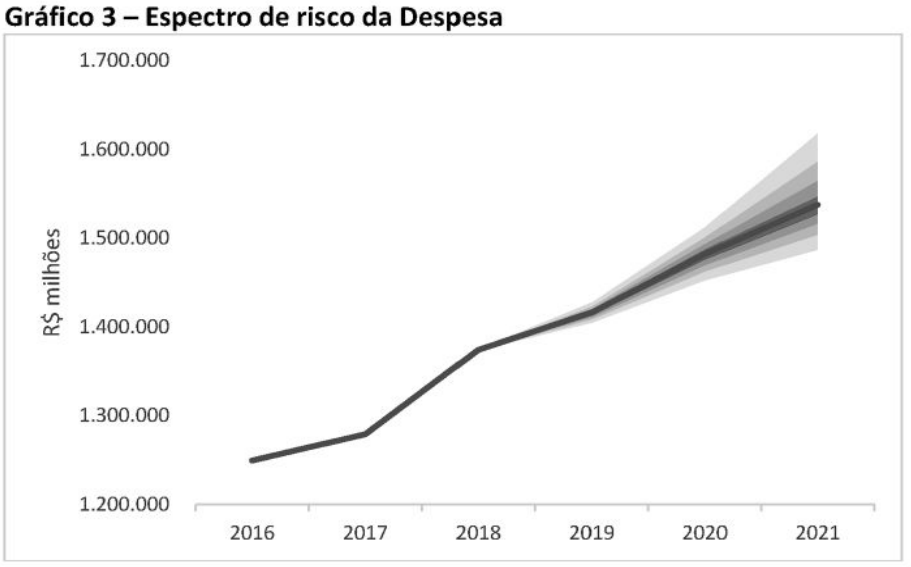
Nos gráficos 2 a 6 a seguir, são mostrados os resultados de estresse para os diversos decis que compõem a distribuição de valores aleatórios descritos acima. Mais especificamente, partiu-se da média definida pela Grade de Parâmetros e acrescentaram-se 10 decis acima e abaixo dessa média, resultando em um espectro de risco para as principais variáveis fiscais que varia entre a 10ª e a 90ª partição entre os anos de 2019 e 2021:

Gráfico 2 – Espectro de risco da Receita Líquida



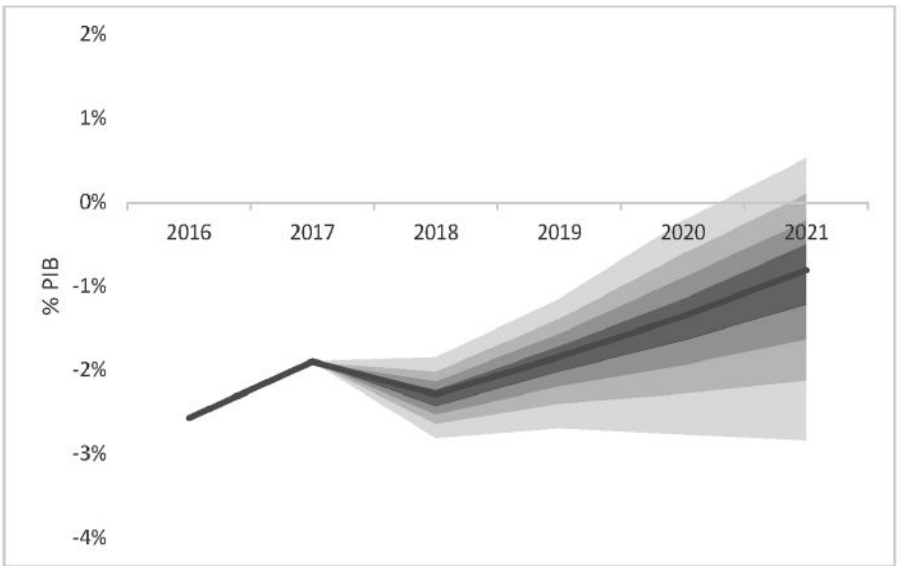
Fonte: STN/MF.

Gráfico 3 – Espectro de risco da Despesa



Fonte: STN/MF.

Gráfico 4 – Espectro de risco do Superávit Primário do Governo Central



Fonte: STN/MF.

Gráfico 5 – Espectro de risco da DLSP

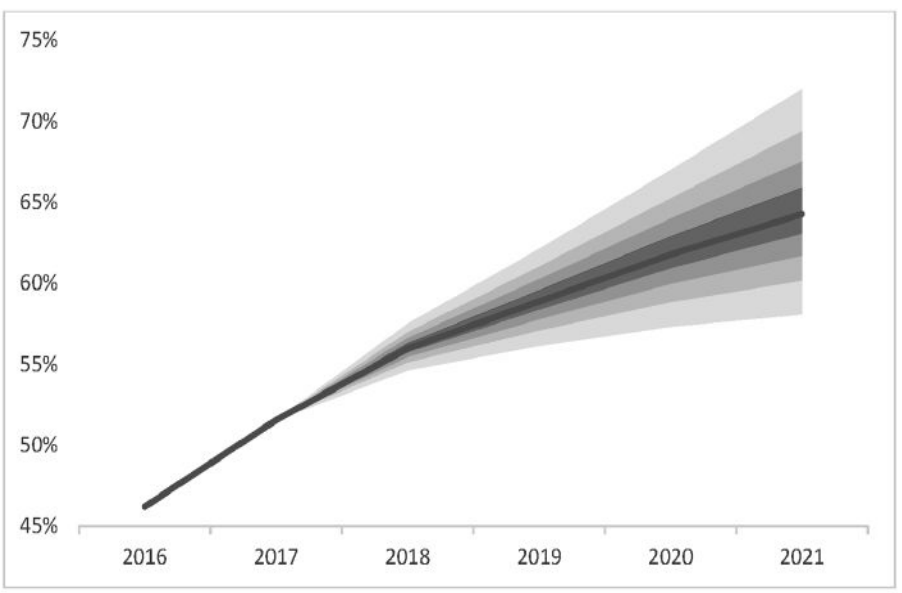
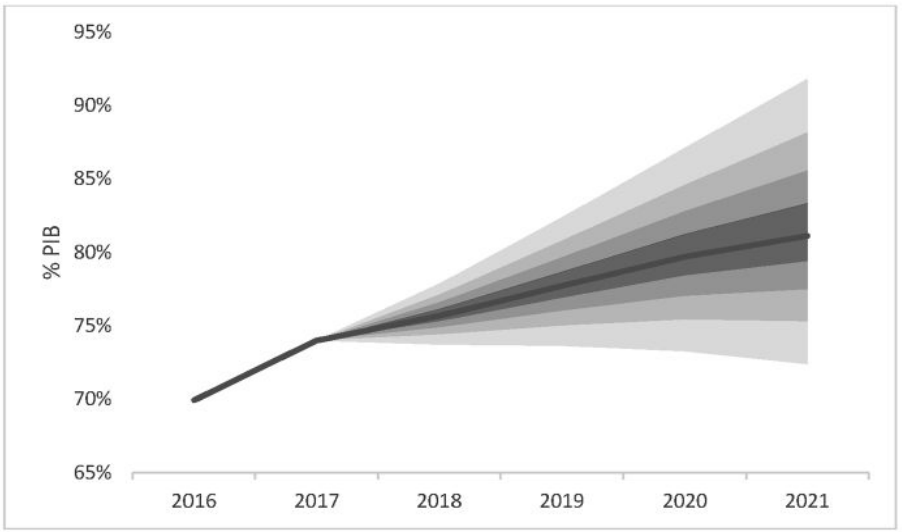


Gráfico 6 – Espectro de risco da DBGG



Fonte: STN/MF.

As simulações da DLSP mostram que a mediana da distribuição apresenta trajetória crescente ao longo do horizonte de tempo considerado. A mediana indica que a probabilidade de que a DLSP esteja abaixo deste nível em 2021 é de 50%. A distribuição também indica que é improvável a reversão da trajetória de crescimento da DLSP até 2021.

De maneira análoga, as simulações da DBGG mostram que a mediana apresenta valor crescente. Além disso, a distribuição também indica que há baixa probabilidade de reversão da trajetória de crescimento da DBGG até 2021.

3. Riscos não incorporados na Análise Macroeconômica

Nesta seção são avaliadas as fontes mais relevantes de perturbação do planejamento orçamentário-fiscal do Governo e que não foram objeto do crivo da seção anterior. Quando não imbuídos de elevado grau de previsibilidade que justifique sua incorporação no cenário base, esses elementos constituem fontes de risco tanto positivo quanto negativo, do ponto de vista do resultado fiscal. Adicionalmente, os riscos expostos nesta seção podem impactar não apenas o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido no corpo LDO, mas também a projeção de resultado nominal e de dívida.

3.1 Passivos Contingentes

As contingências passivas referem-se a possíveis novas obrigações cuja confirmação depende da ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, ou que a probabilidade de ocorrência e magnitude dependem de condições exógenas imprevisíveis. São também consideradas contingentes as obrigações que surgem de eventos passados, mas que ainda não são reconhecidas por ser improvável a necessidade de liquidação ou porque o valor ainda não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Há passivos contingentes que não são mensuráveis com suficiente segurança em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial, ou por envolverem análises e decisões que não se pode prever, como é o caso das demandas judiciais. Nestes casos, são incluídas no presente Anexo as demais informações disponíveis sobre o risco, como tema em discussão, objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial, conforme recomenda a norma internacional de contabilidade. Ainda em relação às demandas judiciais, até o ano de 2014, a avaliação dos passivos contingentes da União tomava por base parâmetros internos das Procuradorias. A partir de 2015, foram considerados os parâmetros definidos na Portaria AGU Nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela Advocacia-Geral da União na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

O mencionado normativo prevê que sejam informadas as ações ou grupos de ações semelhantes com impacto financeiro estimado em, no mínimo, R$ 1 bilhão. Além disso, define critérios para classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (risco provável, possível ou remoto), levando em consideração especialmente a fase processual das ações.

Este anexo compreende processos com probabilidade de perda considerada **possível**, tendo em vista que, de acordo com o Tribunal de Contas da União (ofício nº 171/2014-TCU/SEMAG), processos com risco considerado como provável deverão ser provisionados pela STN.

Com a edição da Portaria AGU nº 40/2015, alcançou-se maior harmonia nas informações prestadas pelos órgãos de direção superior da Advocacia-Geral da União, esclarecendo-se que a Procuradoria-Geral do Banco Central continuará a utilizar critérios próprios.

Por fim, ressalte-se que as ações judiciais passam por diversas instâncias e tem longa duração e, portanto, constam do Anexo de Riscos Fiscais de vários exercícios. Por esta razão podem ser reclassificadas de acordo com o andamento do processo judicial, sempre e quando fatos novos apontarem alteração das chances de ganho ou perda pela União.

Os riscos decorrentes de passivos contingentes podem ser classificados conforme a natureza dos fatores que lhes dão origem, bem como órgãos responsáveis pela sua gestão, conforme se segue:

- Demandas judiciais contra a administração direta da união - PGU.

- Demandas judiciais de natureza tributária - PGFN.

- Demandas judiciais contra as autarquias e fundações - PGF.

- Demandas judiciais das empresas estatais.

- Demandas judiciais contra o Banco Central - PGBC.

- Dívidas da união em processo de reconhecimento pelo Tesouro Nacional.

- Operações de aval e garantias prestadas pela união e outros riscos, sob responsabilidade do Tesouro Nacional.

- Outros passivos da União.

3.1.1 Demandas Judiciais contra a Administração Direta da União - Procuradoria Geral da União - PGU

Compete à Advocacia-Geral da União - AGU, por intermédio da PGU, a representação judicial e extrajudicial da Administração Direta da União.

Importante destacar que parte considerável das ações em trâmite perante os Tribunais está pendente de julgamento final, não tendo ocorrido ainda o trânsito em julgado de possíveis condenações. Além disso, deve-se considerar que as decisões desfavoráveis à União sempre contam com a possibilidade de reversão em instâncias superiores em decorrência de mudanças dos entendimentos jurisprudenciais ao longo do tempo. Nesse sentido, a AGU realiza intenso trabalho para tentar reverter todas as decisões judiciais que lhe são desfavoráveis.

Em que pese ser possível traçar um panorama em instâncias atuais dos processos, não há precisão em qualquer estimativa temporal a respeito do término e do pagamento das ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos ou ser resolvido em curto prazo.

Ressalta-se, ainda, que, na fase de execução dos processos judiciais, é normal que a União venha a impugnar, mediante verificação técnica e jurídica, os valores dela cobrados. Nestas impugnações são questionados: a falta de atendimento pelos exequentes e dos preceitos legais que determinam a necessidade de prévia liquidação antes da execução; os parâmetros de cálculos utilizados; os índices de expurgos a serem aplicados; a incidência ou não de juros, seus patamares e diversos outros aspectos que podem ocasionar considerável variação nos valores finais a serem pagos.

Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido, uma vez que é normal que as partes que litigam contra a Fazenda Pública subestimem os valores informados nas causas, visando reduzir as despesas processuais ou mesmo os superestimem, nos casos de isenção de despesas processuais, acarretando um alto índice de imprecisão de valores. Nas ações listadas, as fontes para informação a respeito dos montantes são: os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos públicos federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e as estimativas da área técnica responsável pelos cálculos na AGU.

É importante destacar que as informações apresentadas no Relatório de Riscos Fiscais elaborado pela PGU não implicam qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam, em face de seu elevado valor, oferecer ao orçamento federal, caso a União não saia vencedora.

Da listagem encaminhada em fevereiro de 2018, somente um processo judicial pode ser considerado como de risco possível. Esse processo foi reincluído devido às circunstancias judiciais, após ter sido excluído em 2017. Para os efeitos da análise do risco fiscal dos passivos contingentes, foram considerados os parâmetros fixados na portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, sendo considerado como risco possível o seguinte tema:

Tema: Quintos.
Parte: MPDG (Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão).
Passivo Contingente
Objeto: Quintos: Apesar de julgamento favorável à União pelo STF em sede de Repercussão Geral, os Tribunais estão se recusando a suspender o pagamento administrativo até o trânsito em julgado da decisão, uma vez que há Embargos de declaração pendente de julgamento.
Instância atual: STF.
Estimativa de impacto: R$ 1,097 bilhão.
Probabilidade de perda: Possível, nos termos do art. 3º, II, da Portaria AGU nº 40/2015.

Por derradeiro, a ação judicial em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foi classificada como passivos contingentes e, assim, não foi provisionada pela STN, totalizou **R$ 1,097 bilhão**. Houve, portanto, redução do valor em comparação com o ano anterior, quando os riscos possíveis contabilizaram R$ 4 bilhões.

3.1.2 Demandas Judiciais contra a União de Natureza Tributária, inclusive Previdenciária - PGFN

Compete à PGFN representar a União nas ações judiciais relativas à tributação federal, inclusive aquelas referentes às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS. No âmbito do STJ, a PGFN atua nas ações judiciais de natureza tributária em que a União é parte, bem como nas ações de seu interesse. Já no âmbito do Supremo Tribunal Federal - STF, a PGFN atua nos recursos extraordinários e agravos que tratam de matéria tributária e acompanha as ações originárias representadas judicialmente pelo Advogado Geral da União. Cumpre esclarecer que, no STF, com o instituto de repercussão geral, são eleitos recursos extraordinários relativos a temas tributários, cujo julgamento poderá afetar a arrecadação da União.

Ressalte-se que as discussões no STJ se referem aos questionamentos sob o enfoque da legislação infraconstitucional, enquanto no Supremo Tribunal Federal versam sobre questões constitucionais. Por esta razão, algumas ações podem estar sendo discutidas simultaneamente nas duas casas sob enfoques distintos.

Por fim, é importante ressaltar que a PGFN informa seus riscos com base na Portaria AGU n° 40/2015. A estimativa de cálculo é fornecida pela Receita Federal do Brasil e leva em consideração, na maioria dos casos, a perda total de arrecadação anual e uma estimativa de impacto de devolução, considerados os últimos cinco anos e a totalidade dos contribuintes, de modo que representa o máximo de impacto ao erário, que pode não se concretizar em sua totalidade.

Ações de Repercussão Geral Reconhecida no STF - PGFN

O instituto da repercussão geral passou a ser adotado pelo STF a partir de 2007, com suporte na Emenda Constitucional nº 45/2004. Uma vez que um tema em discussão da Suprema Corte por meio de recurso extraordinário é reconhecido como de repercussão geral, sua decisão final aplica-se a todas as ações judiciais em que essa mesma questão esteja sendo versada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tramitam atualmente perante o Supremo Tribunal Federal cerca de 156 temas tributários com repercussão geral reconhecida e que podem ter algum risco fiscal ao orçamento da União. A classificação dos riscos, de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 2015, leva ao resultado de que a probabilidade de perda da maioria absoluta é remota. Com isso, de acordo com os termos da referida portaria, pode ser considerado como risco possível os seguintes temas:

01: PIS e COFINS. Base de cálculo, inclusão do ICMS.
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, "e" e § 2º. Justificativa: julgado pelo Plenário do STF em repercussão geral desfavorável à Fazenda Pública. Houve oposição de embargos de declaração pela PGFN postulando a modulação dos efeitos da decisão.
Objeto: questiona-se a inclusão da parcela relativa ao ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e da COFINS (sistemática da tributação por dentro).
Instância: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, impacto estimado de R$89,44 bilhões, no período de 2003 a 2008. Este valor foi atualizado pela Nota Cetad/Coest nº 146, de 7 de outubro de 2014, utilizando a SELIC como indexador e chegou-se ao seguinte valor: 2003 a 2008: R$ 133,6bilhões, totalizando um valor de devolução aos contribuintes em caso de derrota da União de R$ 250,3 bilhões e uma perda de arrecadação projetada para 2015 de R$ 27,12 bilhões. Para o ano de 2016 foi fornecido um novo cálculo pela Receita Federal do Brasil, em 02.06.2016, no valor de R$ 19,7 bilhões e para o período de 2012 a 2016 um valor de R$ 101,7 bilhões.

Tema 02: PIS/COFINS das instituições financeiras
Autor: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - art. 3º, II, e
Objeto: Discussão a respeito da possibilidade de incidência de PIS/COFINS sobre as receitas de instituições financeiras que decorrem de seu objeto social e incluiriam, portanto, as receitas de natureza financeiras, com fulcro na Lei 9.718/98.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: Cálculo para 1 ano (2016): R$ 26,9 bilhões; cálculo para 05 anos: R$ 135,69 bilhões (2012 a 2016). Cálculos elaborados pelo CETAD/RFB e encaminhados via e-mail em 27.05.2016.

Tema 03: IPI na revenda de produto importado
Réu: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - art. 3º, II c/c §2º.
Objeto: Discussão a respeito da possibilidade de incidência de IPI sobre a revenda do produto importado no mercado interno pelo estabelecimento importador.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: Cálculo para 1 ano (2016): R$ 13 bilhões; cálculo para 05 anos: R$ 67 bilhões. Cálculos elaborados pela RFB na Nota CETAD/COEST N.º 189 de 02/12/2016.

Tema 04: Inclusão do IPI na base de cálculo do PIS/COFINS no regime de substituição tributária
Réu: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - art. 3º, II c/c §2º.
Objeto: Discussão a respeito da inclusão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na base de cálculo das contribuições PIS e Cofins exigidas e recolhidas pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: Cálculo para 5 anos (2016): R$ 8 bilhões. Cálculos elaborados pela RFB na Nota CETAD/COEST N.º 164 de 17/10/2016.

Tema 05: CIDE sobre remessas ao exterior
Réu: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - art. 3º, II c/c §2º.
Objeto: Discussão a respeito da incidência da contribuição de intervenção no domínio econômico criada pela Lei nº 10.168, de 29/12/2000, destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: Cálculo para 2016: R$ 3,3 bilhões e para 5 anos: R$ 14,6 bilhões. Cálculos elaborados pela RFB na Nota CETAD/COEST N.º 189 de 02/12/2016.

Tema 06: PIS e COFINS. Base de cálculo, inclusão do ISS
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, e § 2º. Justificativa: Há precedente recente do Plenário contrário à União quanto à inclusão do ICMS (que pode impactar no julgamento da presente tese) e relevância do caso para os cofres públicos. Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional enquadramos esse caso no §2º do Art. 3º da Portaria AGU n.º 40/2015, em razão dos valores envolvidos.
Objeto: questiona-se a inclusão da parcela relativa ao ISS na base de cálculo da contribuição para o PIS e da COFINS (sistemática da tributação por dentro).
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, enviados por e-mail em 13/06/2016, impacto estimado de R$ 3,9 bilhões, para 2014 e R$ 4,2 bilhões para 2015.

Tema 07: PIS/COFINS. Regime não-cumulativo. Prestadoras de serviços e demais empresas.
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, e § 2º. Justificativa: Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional enquadramos esse caso no §2º do Art. 3º da Portaria AGU n.º 40/2015, em razão dos valores envolvidos. Julgamento já iniciado com votação parcial favorável à União (7x0).
Objeto: questiona-se a constitucionalidade das Medidas Provisórias nº 66/02 e 135/2003, as quais inauguraram a sistemática da não cumulatividade das contribuições para o PIS e a COFINS, com a consequente majoração da alíquota associada à possibilidade de aproveitamento de créditos compensáveis para a apuração do valor efetivamente devido.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, para as prestadoras de serviço em 2014 o valor é de R$ 21,7 bilhões e para 05 anos é de R$ 56 bilhões. Para as demais empresas, em 2014 é de R$ 38,4 bilhões e para 05 anos é de R$ 90,2 bilhões.

Tema 08: Multa por indeferimento administrativo de pedidos de ressarcimento, compensação e restituição
Autor: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, "e".
Objeto: discussão sobre a aplicação das multas de 50% (cinquenta por cento) dos §§ 15 e 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na redação que lhes foi conferida pelo art. 62 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, em caso de indeferimento de pedidos de ressarcimento de compensação já efetuados (ou que venham a ser efetuados), ressalvando-se a possibilidade da incidência de multa em caso de má-fé do contribuinte.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, com relação às multas lançadas após 2010 o impacto é de R$ 3,7 bilhões.

Tema 09: PIS sobre locação de bens imóveis
Autor: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, "e".
Objeto: discussão sobre a incidência de PIS sobre as receitas decorrentes da locação de bens imóveis, inclusive no que se refere às empresas que alugam imóveis esporádica ou eventualmente**.**
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, para 2014: R$ 798 milhões e entre 2010 e 2014: R$ 3,4 bilhões.

Tema 10: Majoração de alíquota da COFINS para instituições financeiras
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c §2º. Justificativa: Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional enquadramos esse caso no §2º do Art. 3º da Portaria AGU n.º 40/2015, em razão dos valores envolvidos. Julgamento já iniciado com vitória parcial para a União.
Objeto: discussão sobre a Majoração de alíquota da COFINS para instituição financeira, prevista no Art. 18 da Lei n.º 10.684/03.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, para 2014 o valor é de R$ 4,8 bilhões e para 2010 a 2014 é de R$ 22,4 bilhões.

Tema 11: PIS/COFINS e CSLL sobre atos cooperativos
Autor: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, e.
Objeto: discussão sobre a incidência do PIS, COFINS e CSLL sobre os valores resultantes dos atos cooperativos próprios das sociedades cooperativas.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, p/ a CSLL em 2014 o valor é de R$ 220 milhões (2014) e para 5 anos é de R$ 1 bilhão. Para o PIS/COFINS consideradas as cooperativas financeiras em 2014 o valor é de R$ 1,2 bilhões e para 05 anos é de R$ 6,7 bilhões; para todas as cooperativas em 2014 o valor é de R$ 13,5 bilhões e para 05 anos é de R$ 64,9 bilhões.

Tema 12: Contribuição previdenciária sobre o salário maternidade
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a incidência contribuição previdenciária a cargo do empregador sobre os valores pagos a suas empregadas a título de salário-maternidade.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, para 2014: R$ 890 milhões e entre 2010 e 2014: R$ 4,1 bilhões.

Tema 13: Contribuições para o SEBRAE, APEX, ABDI e INCRA.
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a constitucionalidade das contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDEs) pagas ao SEBRAE, APEX, ABDI e INCRA.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, entre 2012 e 2016, para SEBRAE, APEX e ABDI: R$ 18,8 bilhões; para o INCRA: R$ 7,4 bilhões.

Tema 14: Contribuição ao SENAR
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, em 2015: R$ 584 milhões e de 2011 a 2015: R$ 2,6 bilhões.

Acrescentou-se, em relação às Notas anteriores, os seguintes feitos identificados posteriormente:

Tema 15: Contribuição da Agroindústria
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a constitucionalidade da contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei n.º 10.256/2001.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, em 2017: R$ 19,8 bilhões (p/ 5 anos)

Tema 16: Contribuição Previdenciária dos Segurados Especiais
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a validade da contribuição a ser recolhida pelo produtor rural pessoa física que desempenha suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção
Instância Atual: Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, R$ 12,98 bilhões nos últimos 5 anos (NOTA CETAD 154/2017).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tema 17: Aumento da alíquota do PIS/COFINS por Decreto
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: discussão sobre a possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei nº. 10.865/2004
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, R$ 8 bilhões ao ano e R$ 671 milhões por mês.

Foi excluído, em relação às Notas anteriores, o seguinte feito, por conter impacto inferior a R$ 1 bilhão:

Tema: SIMPLES. Compatibilização do regime com imunidades
Ré: União
Passivo Contingente
Risco: Possível - artigo 3º, II, c/c § 2º
Objeto: Possibilidade de se reconhecer a contribuinte optante pelo SIMPLES as imunidades previstas no art. 149, §2°, I e § 3º, III da CF.
Instância Atual: STF
Estimativa de Impacto: conforme dados da Receita Federal do Brasil, a renúncia estimada para 2018 é de R$ 20,90 milhões; para 2017 é de R$ 17,42 milhões; para 2016 é de R$ 14,52 milhões; para 2015 é de R$ 12,10 milhões; para 2014 é de R$ 10,08 milhões; para 2013 é de R$ 8,32 milhões; para 2012 é de R$ 6,64 milhões.

Ações contra a União no âmbito do STJ

Tema 01: CSSL e IRPJ sobre ganhos de entidades fechadas de previdência complementar.
Réu: União.
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 3º, II, "d", cumulado com o Art. 3º, §2º
Objeto: Julgar-se-á a legitimidade da incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre os ganhos das entidades fechadas de previdência complementar - equiparadas por lei a instituições financeiras - a partir de mandado de segurança coletivo impetrado por associação que representa diversas dessas entidades. As contribuintes entendem não existir fato gerador quanto à CSLL e ao IRPJ, por supostamente serem proibidas de auferir lucros. O julgamento ainda não foi iniciado.
Instância atual: STJ
Estimativa de impacto: R$ 19,98 bilhões (Período de 5 anos - 2010 a 2014) e R$ 3,96 bilhões (2014) segundo dados fornecidos pela RFB.

Tema 02: Aproveitamento de crédito de PIS e COFINS
Réu: União
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 30, II, "d", cumulado com o Art. 30, §20
Objeto: Julgar-se-á acerca do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo (decorrente da venda facilitada' de aparelhos celulares) aos débitos existentes no regime cumulativo de apuração daqueles tributos (decorrente da prestação de serviços de telecomunicação). O julgamento ainda não foi iniciado.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: R$ 1,05 bilhão para 2014 e R$ 6,66 bilhões para os últimos 5 anos (2010 a 2014), segundo dados fornecidos pela RFB.

Tema 03: Creditamento de insumos na base de cálculo do PIS e da COFINS.
Réu: União
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 30, II, "d", cumulado com o Art. 30, §2
Objeto: Julgar-se-á sobre qual o conceito de insumos para fins de abatimento de crédito do valor a ser pago de PIS/COFINS no regime não cumulativo. O julgamento ainda não foi iniciado.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: R$ 50 bilhões somente em 2015 (Memorando 35/2015 da RFB/Gabinete).

Tema 04: Ação regressiva contra a União. Juros e correção monetária. Empréstimos compulsórios.
Réu: União
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 30, II, "d", c/c com o Art. 30, §2
Objeto: Julgar-se-á a possibilidade de execução regressiva da ELETROBRAS contra a União, em razão de condenações à devolução das diferenças de juros e correção monetária do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica. O julgamento ainda não foi iniciado.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: Segundo dados fornecidos pela Eletrobrás o valor total da demanda é de R$ 13,04 bilhões (setembro/2016), considerando que em razão da solidariedade a União arcaria com 50% deste valor, o impacto deste caso para o erário é de R$ 6,52 bilhões.

Tema 05: Valor aduaneiro e inclusão dos gastos relativos à descarga de mercadorias no território nacional.
Autora e Réu: União
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 3º, II, "d", c/c com o Art. 3º, §2
Objeto: Julgar-se-á a possibilidade de inclusão das despesas de capatazia no valor aduaneiro. Reflexos em todos os tributos que tenham por base de cálculo o valor aduaneiro. O julgamento foi iniciado, porém não finalizado.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: R$ 2 bilhões de reais apenas para o ano de 2016.R$ 12 bilhões (considerando um período de 5 anos). (Nota CETAD/COEST nº 14/2015).

Acrescentou-se, em relação às Notas anteriores, o seguinte feito identificado posteriormente:

Tema 06: Legalidade da Portaria nº 257/2011 do Ministro da Fazenda - majoração da alíquota do Siscomex
Autora e Réu: União
Passivo contingente
Risco: Possível, Art. 3º, II, "d", c/c com o Art. 3º, §2
Objeto: Julgar-se-á a ilegalidade da portaria nº 257/2011 do Ministro da Fazenda, que com base no prescrito pela Lei 9.716/98 (art. 3º), majorou a alíquota do Siscomex de 29,05 reais para aproximadamente 185 reais.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: média anual arrecadada com o Siscomex de 2012 a 2016 foi de cerca de R$ 629 milhões. Comparando-se esse número com a arrecadação do ano de 2010 (último ano inteiro antes do aumento, já que o ano de 2011 tem valores com e sem o aumento), que foi de cerca de R$ 130 milhões, teríamos um acréscimo de quase R$ 500 milhões por ano. Nos últimos cinco anos: 2,5 bilhões. Informações da Receita Federal do Brasil.

3.1.3 Demandas Judiciais Contra As Autarquias e Fundações - Procuradoria-Geral Federal - PGF

Compete à PGF exercer a representação judicial, extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. Assim, as ações que discutem os benefícios previdenciários pagos pelo RGPS/INSS estão incluídas a seguir.

O impacto financeiro dessas ações é estimado e revela a expectativa da repercussão econômica em caso de decisão judicial desfavorável, seja pela criação de despesa ou pela redução de receita. Quando não especificado de forma contrária, os custos estimados computam não só as despesas iniciais com o pagamento de atrasados, mas, também, o impacto futuro da questão nas contas públicas. Assim, os impactos referidos podem ser diluídos ao longo do tempo, não sendo necessariamente realizados em um único exercício fiscal.

Por fim, nos casos em que não foi possível estimar o impacto financeiro por não haver parâmetros judiciais disponíveis ou por haver um grande número de variáveis que trazem elevada incerteza quanto ao impacto financeiro, consta a informação "não mensurado com suficiente segurança".

Para os efeitos da análise do risco fiscal dos passivos contingentes, foram considerados os parâmetros fixados na portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, sendo considerado como risco possível somente o tema abaixo. Destaque-se, por oportuno, que não houve alteração em relação aos riscos possíveis apontados no ano anterior.

Tema: Discussão de valores envolvendo desapropriações para fins de reforma agrária.
Parte: INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).
Ativo/Passivo: Passivo.
Tipo de risco: Agrário.
Objeto: Discussões acerca dos valores devidos a título de indenização de desapropriações para fins de reforma agrária. O presente risco diz respeito ao valor complementar supostamente devido pelo INCRA em razão de desapropriações já realizadas, mas cujo pagamento ainda vem sendo discutido em juízo.
Instância atual: STJ.
Estimativa de impacto: R$ 8,3 bilhões. Este valor poderá ser alterado, na hipótese de afastamento do risco III.2. Esta estimativa poderá ser revista no futuro.
Probabilidade de perda: Possível, nos termos do art. 3º, II, "d" da Portaria AGU nº 40/2015.

3.1.4 Demandas Judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União que fazem parte do Orçamento Fiscal

Segundo as informações prestadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, órgão responsável pela supervisão e controle das empresas estatais federais, coletadas junto às empresas, as ações judiciais em que o risco de perda foi considerado possível e, portanto, classificadas como passivos contingentes totalizam **R$ 2,35 bilhões** (ver Tabela 13).

Os passivos contingentes das Empresas Estatais que fazem parte do Orçamento Geral da União são constituídos por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível.

As reclamações trabalhistas totalizam R$ 1,08 bilhão. Em geral, estas ações advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos, como as ações de reposição dos 28,8% do Plano Bresser e dos 3,17% do Plano Real. Também estão incluídas neste grupo as demais ações relativas aos empregados como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade e incorporação de gratificação.

As lides da ordem tributária somam R$ 73,05 milhões e derivam de não recolhimento de impostos pelas Empresas, notadamente os devidos aos estados e municípios. As demandas previdenciárias totalizaram R$ 44,89 milhões e correspondem aquelas em que as Empresas são acionadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados.

As ações cíveis se referem a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não-criminal, podendo se tratar de conflitos nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real. No caso das empresas estatais federais, as ações se referem a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, dentre outros. As ações cíveis das Estatais Federais somaram R$ 1,14 bilhões.

Tabela 13: Demandas judiciais das empresas estatais federais

R$milhões

Empresa	Tipo de Risco				Total
	Trabalhista	Cível	Previdenciário	Tributário	
Empresa de Planejamento e Logística - EPL	2,2	48,9	0,0	0,6	51,8
Empresa Brasileira de serviçoes hospitalares - EBSERH	36,9	14,0	0,0	0,0	50,9
Empresa Pesquisa Energética EPE	0,2	0,0	0,0	0,0	0,2
Empresa Brasil de Comunicação EBC	82,4	30,0	9,3	1,6	123,2
Cia Bras. De Trens Urbanos CBTU	257,2	50,1	23,6	2,9	333,7
Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	8,7	3,8	0,0	0,1	12,7
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. INB	89,4	284,0	0,1	0,5	373,9
Nuclebras Equipamentos Pesados S/A NUCLEP	32,3	6,9	0,0	4,9	44,1
Hosp. Clínica Porto Alegre HCPA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A - AMAZUL	0,6	0,0	0,0	0,0	0,6
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A TRENSURB	244,7	6,9	0,0	0,0	251,6
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA	20,0	1,5	12,0	2,0	35,5
Indústria de Material Bélico do Brasil IMBEL	17,3	1,2	0,0	0,0	18,5
Cia Nacional de Abastecimento CONAB	220,7	221,1	0,0	55,7	497,5
Cia Desenv. V. S. Francisco e Parnaíba CODEVASF	23,7	107,1	0,0	4,7	135,5
Engenharia, Construições e Ferrovias VALEC	48,4	372,3	0,0	0,0	420,7
Grupo Hospitar Conceição GHC	1,7	0,9	0,0	0,0	2,6
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A CEITEC	3,1	0,0	0,0	0,0	3,1
0	**1.089,4**	**1.148,8**	**44,9**	**73,1**	**2.356,2**

Fonte: SEST

3.1.5 Demandas Judiciais Contra o Banco Central Do Brasil - BCB

O BCB era parte em 9.525 ações em 31 de dezembro de 2017 (2.892 no polo ativo, 6.535 no polo passivo e 98 tendo o BCB como interessado) em função de assuntos diversos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações. Em 31 de dezembro de 2016, o total era de 9.478 ações, sendo 3.004 no pólo ativo, 6.425 no pólo passivo e 49 tendo o BCB como interessado.

A área jurídica do BCB avalia todas essas ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda. O risco de perda é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

São contabilizadas provisões de 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável. Em 2017, foram contabilizadas provisões para 880 ações (911 em 2016). Os valores das ações judiciais são corrigidos pela taxa Selic.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e, assim, não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2017, havia 895 ações (904 em 2016) nessa situação, totalizando R$41.025 milhões (R$41.318 milhões em 2016).

Demandas Judiciais relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, administrado pelo Banco Central

O Programa garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam rebanhos e plantações, na forma estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Foi criado pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973 e regido pela Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 175, de 10 de maio de 1991

O PROAGRO é custeado por recursos alocados pela União, pela receita do adicional/prêmio do PROAGRO pago pelo produtor rural, bem como das receitas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos do adicional recolhido.

Cabe ao BCB a administração do PROAGRO e a operação aos agentes, representados pelas instituições financeiras autorizadas a operar em crédito rural. Cabe aos agentes, a contratação das operações de custeio, a formalização da adesão do mutuário ao Programa, a cobrança do adicional, a análise dos processos e da decisão dos pedidos de cobertura, o encaminhamento dos recursos à Comissão Especial de Recursos - CER, e os pagamentos e registros das despesas.

Quando o pedido de cobertura do PROAGRO é negado pelo agente financeiro, o produtor pode recorrer à Comissão Especial de Recursos - CER, única instância administrativa do PROAGRO, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Na condição de administrador do PROAGRO, o BCB é acionado judicialmente por produtores em relação à cobertura do Programa. O BCB contabiliza, então, provisões de 100% do valor em risco para todas as ações em que a probabilidade de perda seja avaliada como maior que 50%.

As ações em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto (probabilidade de perda avaliada como maior que 25% e menor que 50%) foram consideradas como passivos contingentes e, assim, não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2017 havia 166 ações nesta situação (165 em 2016), totalizando R$ 64,5 milhões (R$ 24,2 milhões em 2016).

3.1.6 Passivos contingentes administrados pelo Tesouro Nacional

Os passivos contingentes administrados pelo Tesouro Nacional são divididos em três grandes grupos, quais sejam: (i) Passivos contingentes em fase de reconhecimento, (ii) Garantias e contragarantias prestadas pelo Tesouro; e (iii) Passivos contingentes referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO).

3.1.6.1 Passivos Contingentes em fase de reconhecimento

Os passivos contingentes da União em processo de regularização no âmbito da STN são referidos, também, em diversas publicações, como "*dívidas em processo de reconhecimento*". Para melhor compreensão, podem ser assim classificados:

Dívidas decorrentes da extinção/dissolução de entidades da Administração Federal;

Dívidas diretas da União;

Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

No caso dos mencionados passivos, dada a restrição financeira da União, o pagamento aos credores, salvo raras exceções, dá-se mediante a emissão direta de títulos da dívida pública mobiliária federal, modalidade denominada securitização.

Dívidas Decorrentes da Extinção/Dissolução de Entidades

Por força da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e de outras leis específicas que extinguiram entidades da Administração Pública Federal, a União sucedeu tais entidades em seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Estão neste grupo, portanto, os compromissos assumidos pela União em virtude da extinção/dissolução de autarquias/empresas, como, por exemplo: Empresas Nucleares Brasileiras S/A - Nuclebrás, Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA, Centrais de Abastecimento do Amazonas - CEASA/AM e Petrobrás Mineração S/A - Petromisa.

Dívidas Diretas

As dívidas de responsabilidade direta da União originam-se de eventos tais como: (i) a Constituição de 1988 determinou a criação dos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins, livres dos compromissos decorrentes dos investimentos feitos nos respectivos territórios, que foram atribuídos à União; e (ii) dispositivos legais que autorizaram as instituições financeiras federais a prestar auxílio financeiro, ou participar de alguma política pública, com o compromisso de posterior ressarcimento, pela União.

Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

A regularização, pela União, das obrigações oriundas do FCVS tem amparo na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45/2001. Trata-se do maior passivo contingente em regularização. Os credores dessa dívida são os agentes integrantes do Sistema Financeiro da Habitação - SFH (ou seus cessionários) que celebraram, com os mutuários finais, os contratos de financiamento com cláusulas de equivalência salarial e cobertura do saldo devedor pelo FCVS (especialmente nas décadas de 1970 e 1980).

Adicionalmente, a MP nº 513, de 26 de novembro de 2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, autorizou o FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do seu Conselho Curador - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, constituindo-se assim o "FCVS - Garantia".

A Caixa Econômica Federal - CAIXA é a administradora do FCVS. A estimativa do estoque a ser ainda pago resulta: (i) da apuração dos saldos nos contratos já apresentados à habilitação (pelos agentes à Caixa); e (ii) das avaliações atuariais periódicas efetuadas por empresa contratada pela Caixa, e que inclui a parcela de contratos não apresentados à habilitação.

A mencionada Lei nº 10.150, de 2000, prevê a celebração, entre a União e os credores do FCVS, de contratos de novação de dívida, que estabelecem o pagamento mediante títulos denominados CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, com vencimento em 1º de janeiro de 2027, os quais, porém, pagam parcelas mensais de juros desde 1º de janeiro de 2005, e parcelas mensais do principal desde 1º de janeiro de 2009.

As tabelas 14 e 15 abaixo resumem as regularizações ocorridas nos exercícios de 2016 e de 2017, bem como a estimativa dos estoques das obrigações remanescentes e a previsão acerca das que poderão vir a ser liquidadas proximamente.

Tabela 14 - Obrigações oriundas de passivos contingentes regularizadas em 2016 e 2017 (R$ milhões)

	Classificação	Regularizado em 2016 (Pos. dez/2016)		Regularizado em 2017 (Pos. dez/2017)		Títulos utilizados no pagamento
		Executado	Previsto (PLOA)	Executado	Previsto (PLOA)	
1	Extinção de entidades	-	3.000,0	3.408,4 (b)	4.600,0	NTN-B 2023, 2024, 2030 e 2040
2	Dívida direta	-		-		
3	FCVS	4.437,9 (a)	12.500,0	973,3 (c)	12.500,0	CVS (A, B, C, D) 2027
	Total	4.437,9	15.500,0	4381,7	17.100,0	

(a) Seis contratos com agentes financeiros do SFH, ou seus cessionários, foram celebrados.
(b) Um contrato, com a Fundação REFER, decorrente de dívida da ex-RFFSA, foi celebrado. Posteriormente, a obrigação ex-RFFSA x Fundação REFER foi liquidada mediante a celebração do Contrato n° 23/PGFN/CAF, de 31/10/2017 (Contrato de Assunção Legal, com Reconhecimento de Dívida, entre a União e a REFER), o qual estabeleceu o pagamento por meio da emissão de títulos da dívida pública federal. Essa emissão, no valor de R$ 3.408.426.539,17, foi autorizada pela Portaria STN n° 972, de 22/11/2017."
(c) Seis contratos com agentes financeiros do SFH, ou seus cessionários, foram celebrados.
Fonte: GEROB/CGFIS/STN/MF.

Cabe esclarecer que o fluxo das novações do FCVS esteve interrompido entre maio de 2012 e agosto de 2015 em virtude das ressalvas e/ou apontamentos levantados pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU. A retomada ocorreu após adequações nos sistemas e procedimentos operacionais da Administradora/Caixa, e de alterações na Lei nº 10.150/2000, resultando nas regularizações de 2016 e 2017 registradas na tabela acima, ainda bem abaixo dos montantes previstos. No entanto, sobreveio nova paralisação, no início de 2016, em razão de outros apontamentos do órgão de controle interno, o que aumenta a incerteza quanto ao efetivo cumprimento da previsão de emissão de títulos CVS em 2018, de R$12,5 bilhões.

Tabela 15 - Obrigações oriundas de passivos contingentes a regularizar (Valores em R$ milhões)

	Classificação	Credores	Previsão regulariz. 2018	Previsão regulariz. 2019	Estimativa do Estoque (a)	BGU 31/12/2017
1	Extinção de entidades	Diversos	230,0	800,0	1.500,0 (a)	218,7 (b)
2	Dívida direta	Caixa (predominantemente)	4.900,0 (c)	0,0	4.900,0	4.884,5
3	FCVS	Agentes do SFH ou seus cessionários	12.500,0	12.500,0	96.000,0	109.390,0 Passivo (d)
						(13.800,0) Ativo (d)
Total			17.630,0	13.300,0	102.400,0	100.693,2

(a) As estimativas dos estoques de obrigações decorrentes da extinção de entidades levam em conta a fase inicial do projeto em andamento no ano 2018, de levantamento da situação dos processos de regularização que ingressaram na STN e que deverão ser formal e definitivamente concluídos.
(b) O BGU comtempla o montante já reconhecido como dívida líquida e certa, com elevada probabilidade de pagamento, e que compõe, naturalmente, o total lançado como "Estimativa do Estoque. O avanço do projeto mencionado na nota (a) permitirá a evidenciação no BGU, do passivo consolidado representado pelo conjunto dos processos inconclusos, de modo que "Estimativa do Estoque" e 'BGU" irão progressivamente convergir.
(c) Importante notar que a Dívida direta da Caixa não tem relação com o FCVS. Esses R$4,9 bi referem-se a passivos contingentes da União com a Caixa, pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. No BGU, esse passivo compõe a categoria "Riscos Fiscais".
(d) Valores provenientes do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial-DRAA-FCVS elaborado pela DuoCons Consultoria, para a Caixa.
Fonte: GEROB/CGFIS/STN/MF, Caixa e DRAA-FCVS DuoCons Consultoria.

Há que se ressaltar que essas obrigações geram impacto fiscal no endividamento público via emissão de títulos, mas não impactam a apuração do resultado primário, por ser feito um ajuste patrimonial pelo Banco Central do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.1.6.2 Garantias e contragarantias prestadas pelo Tesouro

Esta classe de passivos contingentes inclui as garantias prestadas pela União, que nos termos do art. 29, IV e do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, podem ser classificadas em dois tipos. O primeiro, mais comum e abrangente, são as garantias às operações de crédito, que são os avais concedidos pela União aos entes federados e da administração indireta, das três esferas de governo, para a concessão de crédito, nos termos da lei. O segundo tipo de garantia abrange diversos fundos compostos pelo Governo Federal com a finalidade de financiar ou dar liquidez a determinadas atividades, específicas para cada fundo.

Em relação à origem, os fundos pertencem apenas às garantias internas, tendo em vista que os recursos avalizados são de origem doméstica. Por outro lado, as garantias referentes às operações de crédito podem ser internas ou externas, conforme a origem do financiamento que é objeto da garantia.

Outra função da STN é monitorar os eventuais atrasos no pagamento de dívidas garantidas, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando aos devedores quanto às sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente, inclusive a execução das contragarantias.

A tabela a seguir sintetiza as dívidas garantidas pela União conforme relatório do terceiro quadrimestre de 2017, segundo as diferentes naturezas e origens das operações.

Tabela 16 - Dívidas Garantidas pela União (posição em 31/12/2017, em R$ milhões)

	Interna	Externa	Total
Operações de Crédito	111.499,83	121.849,10	233.348,93
Fundos	67.665,88	-	67.665,88
Total	179.165,71	121.849,10	301.014,81

Fonte: CODIV/STN/MF.

O histórico do saldo devedor das garantias da União demonstra um crescimento de aproximadamente 163% no período entre dezembro de 2011 e dezembro de 2017, saindo de R$114,4 bilhões para os atuais R$301,0 bilhões, sendo R$233,3 bilhões em operações de crédito (R$111,5 bilhões em operações internas e R$121,8 bilhões em operações externas) e R$67,7 bilhões em fundos. O saldo da dívida garantida alcançou 41,4% da Receita Corrente Líquida.

Entre os credores, destacam-se os bancos federais (BNDES, BB e CAIXA), concentrando 97,1% (R$108,3 bilhões) das garantias internas, e os organismos multilaterais (BIRD e BID), respondendo por 85,5% (R$104,3 bilhões) das garantias externas. Entre os mutuários, os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo são os que apresentam o maior saldo em operações de crédito garantidas, com 14,5% (R$33,9 bilhões) e 11,4% (R$26,5 bilhões) do total garantido, respectivamente.

Quanto às honras de parcelas inadimplidas por mutuários, entre 2005 e 2015, não houve necessidade de a União honrar compromissos decorrentes de garantias prestadas a entes da federação e entidades da administração indireta. Entretanto, no ano de 2016, a União honrou dívidas referentes a contratos de responsabilidade de Estados e Municípios, no montante de R$2.377,7 milhões, sendo que o estado do Rio de Janeiro representou 93,7% do total honrado. Em 2017, o total pago pela União em parcelas garantidas foi de R$4,1 bilhões, com o Rio de Janeiro respondendo por 98,3% (R$4,0 bilhões) do total honrado no ano. A tabela 17 abaixo detalha o histórico de honras ocorridas entre 1999 e 2017:

Tabela 17 - Garantias honradas pela União (Valores em R$ milhões)

Anos	Valor dos Pagamentos
1999/2000	187,33
2001	15,27
2002	28,02
2003	6,49
2004	36,13
2005 a 2015	-
2016	2.377,68
2017	4.059,80

Fonte: CODIV/STN/MF.

No que concerne à natureza do impacto, o pagamento de garantias pela União é exclusivamente financeiro. As fontes utilizadas para a honra de garantias são 143 e 144, ambas alimentadas por receitas de emissões de títulos, sendo a 143 para amortização de principal e a 144 para juros.

Além das honras já mencionadas acima, a tabela 18 a seguir apresenta o demonstrativo de atrasos de pagamento, representando as situações nas quais a União foi notificada pelo credor, sem que tenha ocorrido efetivamente a honra da garantia, já que o devedor original regularizou a dívida dentro do prazo estabelecido nas notificações emitidas pela STN. A tabela 5 traz abertura tanto por categoria de dívida, quanto por categoria de mutuário.

Tabela 18 - Ocorrências de atrasos não honrados pela União

Categorias	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Obrigações Externas	5	2	4	6	2	14	17	25	75
Obrigações Internas	-	-	-	-	5	13	49	67	134
Total (2010-2017)	5	2	4	6	7	27	66	92	209
Mutuários	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Total**
Governos Municipais e suas Entidades	2	-	3	4	1	7	9	10	36
Governos Estatuais e suas Entidades	3	2	1	2	6	20	57	82	173
Total (2010-2017)	5	2	4	6	7	27	66	92	209

Fonte: CODIV/STN/MF.

Cabe informar que a concessão de garantias pela União tem como contrapartida a vinculação, pelo tomador de crédito, de contragarantias em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei. Dessa forma, sempre que a União honra compromissos de outrem em decorrência de garantias por ela oferecidas, são acionadas as contragarantias correspondentes visando a recuperação dos valores dispendidos na operação. Além do valor original devido, são incluídos juros de mora, multas e outros encargos eventualmente previstos nos contratos de financiamento. As contragarantias vinculadas, previstas nos contratos de contragarantia, podem ser, entre outras: Cotas do Fundo de Participação dos Estados - FPE; Fundo de Participação dos Municípios - FPM; além do fluxo de outras receitas próprias do ente da federação.

Com a adesão do Estado do Rio de Janeiro ao Regime de Recuperação Fiscal - instituído pela Lei Complementar nº 159/2017 e homologado em 5 de setembro de 2017 - a recuperação das contragarantias de honras realizadas pela União em parcelas inadimplidas pelo estado passou a estar bloqueada. De acordo com o art. 17 da referida lei, o montante honrado e não recuperado irá compor saldo de conta gráfica, que será capitalizado e cobrado apenas depois de 36 meses.

Na tabela abaixo, são apresentadas as estimativas do total a ser honrado pela União, ao longo de 2018 e de 2019, em contratos garantidos.

Tabela 19 - Previsão dos fluxos financeiros das dívidas garantidas pela União (em R$ milhões)

	2018	2019
Fluxo previsto para o ano	4.436,05	4.504,94

Fonte: CODIV/STN.

Dessa forma, o impacto dessas operações de honra das garantias nas estatísticas fiscais é financeiro sobre o endividamento público.

Operações de Seguro de Crédito à Exportação - SCE, ao amparo do Fundo de Garantia às Exportações - FGE

O SCE tem a finalidade de garantir as operações de crédito à exportação contra os riscos comerciais, políticos e extraordinários que possam afetar:

I - A produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira; e

II - As exportações brasileiras de bens e serviços.

O SCE poderá ser utilizado por exportadores e instituições financeiras que financiarem ou refinanciarem a produção de bens e a prestação de serviços destinados à exportação brasileira, bem como as exportações brasileiras de bens e serviços.

De acordo com a Lei nº 11.281 de 20 de fevereiro de 2006, a União poderá, por intermédio do Ministério da Fazenda, conceder garantia da cobertura dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários assumidos em virtude do SCE e contratar instituição habilitada a operar o SCE para a execução de todos os serviços a ele relacionados, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados.

A Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 256, de 11.05.2015, delegou competência à Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN/MF para autorizar a garantia de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação, ao amparo do FGE.

De janeiro de 2004 a dezembro de 2017, o montante de operações aprovadas com cobertura do FGE totalizou US$ 68,8 bilhões, de acordo com a Tabela 20.

Tabela 20: Operações de Seguro de Crédito Lastreadas no FGE - Em US$

Ano	Operações Aprovadas	Operações Concretizadas	Operações Notificadas*
2004	1.377.128.553	576.787.792	-
2005	1.329.438.399	646.627.588	-
2006	5.094.929.969	1.069.700.731	-
2007	2.514.618.887	1.512.879.970	-
2008	2.426.265.237	1.173.453.382	-
2009	8.966.803.228	2.376.754.011	-
2010	6.346.666.429	2.720.986.266	3.974.452
2011	8.334.974.618	4.005.802.603	2.541.632.223
2012	8.985.825.160	2.774.531.937	2.784.829.693
2013	9.060.987.992	5.713.261.119	1.823.559.457
2014	7.267.263.800	2.922.471.590	1.157.882.126
2015	4.590.035.805	4.375.460.218	1.853.250.097
2016	2.403.603.381	2.399.686.820	763.078.708
2017	191.345.930	768.886.403	-
TOTAL	**68.889.887.388**	**33.037.290.430**	**10.928.206.756**

Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais/MF.
* A partir de outubro de 2010, as operações que foram notificadas pela alçada competente como novas concretizações, mas que ainda não tiveram suas apólices emitidas, passaram a ser classificadas como Notificadas.

3.1.6.3 Dos passivos contingentes referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO)

A Constituição Federal de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com isso, foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), para os quais são transferidos aqueles recursos.

Tendo em vista que os Fundos têm natureza pública e compõem o patrimônio da União, as provisões reduzem, indiretamente, o patrimônio da União. Por esta razão, estão contidos no Anexo de Riscos Fiscais.

A Portaria Interministerial nº 11, de 28 de dezembro de 2005, editada pelos Ministérios da Integração Nacional - MI e da Fazenda - MF, estabelece as normas de contabilização e de estruturação dos balanços dos fundos FNO, FNE e FCO, bem como os critérios para provisões e registro de prejuízos. De acordo com os critérios estabelecidos em seu artigo 3º, nas operações em que os Fundos detenham o risco integral ou compartilhado, o banco administrador de cada Fundo deve constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes às parcelas do principal e encargos vencidos há mais de cento e oitenta dias. Tais provisionamentos resultam em déficit primário no momento de sua ocorrência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Com base no balanço dos Fundos Constitucionais de 31 de dezembro de 2017 para o FCO, o FNE e o FNO, constata-se que as provisões para devedores duvidosos somaram em 2017, respectivamente, R$ 22,4 milhões, R$ 896,1 milhões e R$ 381,4 milhões, totalizando R$ 1.299,9 milhões. Tais valores estão apresentados nas contas de resultado dos balanços dos respectivos fundos. Adicionalmente, os bancos administradores destes fundos projetam os valores de provisão esperados para os anos futuros. A tabela abaixo resume essas informações:

Tabela 21 - Riscos dos Fundos Constitucionais: Provisão para Devedores Duvidosos (Valores em R$ milhões)

Fundos	Anos					Impacto Financeiro (F) ou Primário (P)
	2017	2018	2019	2020	2021	
FCO	22,4	37,0	35,0	34,0	*	P
FNE	896,1	1124,7	1254,5	1346,9	1361,7	P
FNO	381,4	337,3**	337,3**	*	*	**P**
Total	**1299,9**	**1498,9**	**1626,8**	*	*	**P**

* Valores não estão disponíveis. ** Valores projetados com base no resultado observado de 2015.
Fonte: Balanços Patrimoniais dos Fundos Constitucionais e informações enviadas pelos bancos administradores.

Por outro lado, os créditos baixados como prejuízo e registrados em contas de compensação podem ser futuramente recuperados, mesmo que em pequena fração. Estes créditos, que outrora geraram impacto fiscal negativo no momento da provisão, poderão afetar positivamente o resultado primário na eventualidade de recuperação. Com base nos balanços de 31/12/2017, para o FCO, o FNE e o FNO, os valores baixados como prejuízo relativos a operações com risco dos Fundos foram de R$ 2.993,9 milhões para o FCO, R$ 9.558,2 milhões para o FNE e R$ 3.359,9 milhões para o FNO, totalizando R$ 15.912,1 milhões. Tais valores referem-se ao estoque informado nos balanços dos respectivos fundos.

Tabela 22 - Créditos baixados como prejuízo até 2017 - estoque (R$ milhões)

	Recuperação de créditos baixados como prejuízo 2017 (A)	Créditos baixados como prejuízo (estoque 31/12/2017) (B)	Quociente de recuperação (A/B)
FCO (1)	2,30	2.993,95	0,08%
FNO	335,28	3.359,91	9,98%
FNE	567,85	9.558,24	5,94%
TOTAL	905,43	15.912,10	5,69%

(1) O dado do FCO está descrito como "recuperação de perdas". Como há outra conta descrita como "reversão de PCLD", supõem-se que "recuperação de perdas" seja somente em relação a créditos baixados.

Fonte: Balanços Patrimoniais dos Fundos Constitucionais e informações enviadas pelos bancos administradores.

O impacto dessas operações nas estatísticas fiscais, seja de provisão ou de recuperação de créditos, se dá na rubrica de resultado dos fundos constitucionais e afeta o resultado primário do Governo Central.

3.2 ATIVOS CONTINGENTES

Em oposição aos passivos contingentes, existem os ativos contingentes, que são direitos que estão sendo cobrados, judicialmente ou administrativamente e, sendo recebidos, geram receita. A seguir são apresentados os conceitos e estimativas dos ativos contingentes da União e Autarquias e Fundações, de acordo com a seguinte classificação:

- Dívida Ativa da União

- Depósitos Judiciais

- Créditos do Banco Central

- Empréstimos compulsórios

- Haveres financeiros da União administrados pelo Tesouro Nacional

3.2.1 Dívida Ativa Da União

A Dívida Ativa constitui-se em um conjunto de direitos ou créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, com prazos estabelecidos na legislação pertinente, vencidos e não pagos pelos devedores, por meio de órgão ou unidade específica instituída para fins de cobrança na forma da lei.

A inscrição de créditos em Dívida Ativa gera um ativo para a União, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. Por esta razão, considera-se a Dívida Ativa um ativo contingente.

Segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, classifica-se, como Dívida Ativa Tributária, o crédito da Fazenda Pública proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e, como Dívida Ativa não Tributária, os demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece que compete à PGFN, após análise de regularidade - liquidez, certeza e exigibilidade - proceder à inscrição em DAU dos créditos tributários - previdenciários ou não - ou não tributários, encaminhados pelos diversos órgãos de origem, bem como efetuar a sua respectiva cobrança amigável e/ou judicial. Também compete à PGFN a competência pela gestão administrativa e judicial da Dívida Ativa da União.

De acordo com o levantamento elaborado pela PGFN e demonstrado a seguir, observa-se que a arrecadação e o estoque referente à Dívida Ativa da União de 2017 apresentaram crescimento nominal de 53,95% e 8,17%, respectivamente, em relação a 2016. Os dados da tabela incluem os créditos não tributários e tributários, inclusive dos relativos à previdência social, bem como os parcelados e não parcelados (ver Tabela 23). No tocante à arrecadação de 2017, trata-se do maior valor já recuperado pela PGFN no período de um ano.

Tabela 23: Evolução da Dívida Ativa da União sob administração da PGFN - R$ milhões

	2016	2017	Variação
Recuperação/Arrecadação	13.394,4	20.620,4	53,95%
Estoque	1.844.964,4	1.995.633,4	8,17%

Fonte: PGFN/MF

Ademais, o valor arrecadado mediante Depósitos Judiciais Eletrônicos (DJE) pertinentes a créditos inscritos em Dívida Ativa em 2017 foi de R$ 5,30 bilhões, enquanto que em 2016 foi de R$ 1,02 bilhão, perfazendo um crescimento de 418,41%.

Em 2017, ao se analisar o estoque previdenciário consolidado, parcelado e não parcelado, observa-se que este cresceu R$ 2,68 bilhões, ou 0,63%, conforme elucida a tabela abaixo:

Tabela 24: Variação percentual do estoque da DAU

Em R$ 1,00

Natureza da Receita Principal	VARIAÇÃO PERCENTUAL DO ESTOQUE 2016-2017		
	2016	2017	%
Não Tributários	119.677.349.264,13	128.980.441.504,49	7,77%
Tributários não Previdenciários	1.297.551.930.836,49	1.436.233.957.373,80	10,69%
Tributários Previdenciários	427.735.148.856,50	430.419.091.380,22	0,63%
Total	**1.844.964.428.957,12**	**1.995.633.490.258,51**	**8,17%**

Fonte: DWSIGPGFN - Extração SIDA 07/01/2018; Extração SISPAR 07/01/2018; Extração DÍVIDA 12/01/2018

Especificamente quanto ao estoque de créditos previdenciários parcelados, verifica-se que houve um acréscimo de R$ 31,54 bilhões, o que corresponde a um incremento de 78,65% em relação a 2016. Por outro lado, houve uma redução de -7,44% nos créditos previdenciários não parcelados.

Nota-se, também, que a PGFN elevou o montante de créditos previdenciários ajuizados e que são objeto de parcelamentos em 95,56%. No entanto, em relação a 2016, o montante total não ajuizado e não parcelados reduziu -60,25% em termos nominais, conforme a Tabela 25.

Tabela 25: Valor consolidado do estoque previdenciário – em R$ bilhões

Natureza dos Créditos	2016			2017			Crescimento Nominal (%)		
	ajuizados	não ajuizados	TOTAL	ajuizados	não ajuizados	TOTAL	ajuizados	não ajuizados	TOTAL
Parcelados	30,40	9,70	40,10	59,45	12,19	71,64	95,56	25,67	78,65
Não parcelados	319,20	68,40	387,60	331,58	27,19	358,77	3,88	-60,25	-7,44
Total	**349,60**	**78,10**	**427,70**	**391,03**	**39,38**	**430,41**	**11,85**	**-49,58**	**0,63**

Fonte: PGFN

Quanto ao estoque não previdenciário, houve incremento de 10,43% em relação ao ano de 2016, alcançando o montante de R$ 1.565,09 bilhões em 2017, conforme Tabela 26.

Tabela 26: Estoque de créditos não previdenciários – em R$ bilhões

Natureza dos Créditos	2016					2017					Crescimento Nominal				
	Parcelados		Não Parcelados		TOTAL	Parcelados		Não Parcelados		TOTAL	Parcelados		Não Parcelados		TOTAL
	ajuizados	não ajuizados	ajuizados	não ajuizados		ajuizados	não ajuizados	ajuizados	não ajuizados		ajuizados	não ajuizados	ajuizados	não ajuizados	
Não Tributários	4,70	2,05	99,03	13,90	119,68	6,70	2,74	104,32	15,20	128,96	42,55	33,66	5,34	9,35	7,75
Tributários não previdenciários	116,53	19,11	1048,70	113,20	1297,54	159,48	22,74	1150,51	103,40	1.436,13	36,86	19,00	9,71	-8,66	10,68
Total	**121,23**	**21,16**	**1147,73**	**127,10**	**1417,22**	**166,18**	**25,48**	**1254,83**	**118,60**	**1.565,09**	**37,08**	**20,42**	**9,33**	**-6,69**	**10,43**

Fonte: PGFN.

3.2.2 Depósitos Judiciais da União

Os depósitos judiciais são efetuados a favor da União com a finalidade de garantir o pagamento de dívidas, relativas a tributos e contribuições previdenciárias, que estão sendo discutidas judicialmente. Como estes depósitos ingressaram na conta única do Tesouro Nacional, a sua variação líquida, de um exercício para o outro, afeta a apuração do resultado primário. Por esta razão, podem gerar um risco fiscal ativo ou passivo, dependendo do saldo líquido do exercício.

Em 2017, o total de depósitos judiciais da União arrecadados até dezembro correspondeu a R$ 14,2 bilhões. Desse montante, foram devolvidos aos depositantes R$ 3,4 bilhões. Os dados são apresentados sob a ótica do regime de caixa.

Tabela 27 - Depósitos Judiciais

Em R$ milhões

Ação	Anos				Impacto Financeiro (F) ou Primário (P)
	2014	2015	2016	2017	
Arrecadação	10.144,04	14.430,76	11.486,52	14.207,85	P
Devolução ao depositante	3.493,96	8.055,91	5.637,80	3.442,12	P

Fonte: RFB.

3.2.3 Créditos do Banco Central do Brasil - BCB

Os créditos do BCB referem-se, basicamente, aos créditos com as instituições em liquidação, originários de operações de assistência financeira (PROER) e de saldos decorrentes de saques a descoberto na conta Reservas Bancárias.

A correção desses créditos é efetuada a partir da aplicação do art. 124, parágrafo único, da Lei de Falências (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), pelo qual a parcela dos créditos originada de operações com o PROER deve ser atualizada pelas taxas contratuais até o limite das garantias e o restante pela TR, ressaltando-se que as taxas contratuais são as decorrentes das garantias das operações originais.

Sua realização está sujeita aos ritos legais e processuais definidos na Lei das Liquidações (Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974) e na Lei de Falências, que determinam, entre outros pontos, o que segue:

- A suspensão dos prazos anteriormente previstos para a liquidação das obrigações;

- O pagamento dos passivos observando a ordem de preferência estabelecida pela lei: despesas da administração da massa, créditos trabalhistas, créditos com garantias reais, créditos tributários e créditos quirografários;

- O estabelecimento do quadro geral de credores, instrumento pelo qual se identificam todos os credores da instituição, o valor efetivo de seu crédito e sua posição na ordem de preferência para o recebimento;

- Os procedimentos necessários à realização dos ativos, como, por exemplo, a forma da venda (direta ou em leilão, ativos individuais ou conjunto de ativos).

Cabe mencionar que esses ativos são, desde 1999, avaliados pelo seu valor de realização, para efeitos gerenciais e contábeis.

O valor justo desses créditos é avaliado pelo valor justo das garantias originais, constituídas por LFT, NTN-A3 e FCVS/CVS, excluídos os créditos preferenciais ao BCB (pagamentos de despesas essenciais à liquidação, encargos trabalhistas e encargos tributários). A posição em 31.12.2017 está demonstrada na Tabela 28.

Tabela 28: Créditos do Banco Central*

R$ milhões

	Valor Nominal	Ajuste a Valor Justo	Valor Contábil
Créditos parcelados	38.073	(9.998)	28.075
Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial	27.860	(6.262)	21.597
Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial	9.883	(3.584)	6.298
Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial	330	(151)	179
	-	-	-
Empréstimos e Recebíveis	9.369	-	9.369
Empréstimos vinculados a crédito rural	8.608	-	8.608
Centrus	463	-	463
Outros	297	-	297
Total	47.442	(9.998)	37.444

Fonte: BCB
* Posição dez/2017

A cada apuração de balanço do Banco Central, o valor desses créditos é atualizado de acordo com as características originais considerando-se as garantias e metodologia definida. Além disto, realiza-se ajuste visando aproximar o valor atualizado do valor recuperável. O confronto entre o valor atualizado e o valor ajustado pode gerar um aumento ou redução do crédito recuperável. Esta variação afeta o resultado do Banco Central e representa risco fiscal.

3.2.4 Empréstimos compulsórios

O empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis e aquisição de veículos foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288/1986. A MP nº 1.789/1998 (cuja última edição foi a MP 2.179-36/2001), estabeleceu que fossem transferidos para a União, até 31 de março de 1999, os direitos e obrigações decorrentes dos empréstimos compulsórios existentes no Banco Central do Brasil. Desde então, o Tesouro Nacional controla o saldo dos empréstimos compulsórios em contas de passivo, atualizado por meio de taxa equivalente ao das cadernetas de poupança, conforme §1º artigo 14 do Decreto-Lei nº 2.288/1986.

Em 2017, o Acórdão TCU nº 1320/2017 - Plenário, em seu item 5.3.1, "x", considerou que os valores registrados a título de empréstimos compulsórios, no total de R$42,2 bilhões, não representariam passivos para a União, uma vez que não havia meios para a identificação dos credores nem previsão de saída dos recursos correspondentes, já que não estão estabelecidos na legislação vigente o prazo e as condições para a devolução dos recursos.

Diante do exposto e em cumprimento à recomendação contida no referido Acórdão, foi feita, em 18/10/2017 a baixa do saldo no Siafi referente a empréstimos compulsórios sobre o consumo de combustíveis, no valor de R$ 33,9 bilhões, e referente à aquisição de veículos, no valor de R$ 8,2 bilhões.

3.2.5 Haveres Financeiros da União

Os Haveres financeiros da União podem ser classificados nos seguintes grupos:

(i) haveres financeiros relacionados a entes federados;

(ii) haveres financeiros não relacionados a entes federados operações estruturadas.

3.2.5.1Haveres Financeiros Relacionados a Entes Federativos

(i) Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas

Lei nº 8.727/1993: Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta. O prazo inicial de 240 meses encerrou-se em 2014, remanescendo os pagamentos dos devedores que ainda apresentavam resíduo de limite de comprometimento, os quais, no caso de Estados, deverão ser quitados em prazo adicional de até 240 meses, conforme autorização concedida pela LC nº 156/2016. Os recursos recebidos dessa parcela de dívida remanescente são transferidos pela União aos credores originais, exceto os montantes de sua titularidade, que constituem a maior parte, e que são destinados ao pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. Adicionalmente, restam também vigentes os contratos das dívidas denominadas vincendas, cujos pagamentos são repassados integralmente para a CAIXA, com prazos de pagamento variados que vão até junho de 2027;

Lei nº 9.496/1997: Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal, a ser pago no prazo de 30 anos. Integram-se a este refinanciamento os empréstimos concedidos pela União aos Estados que aderiram ao Programa de Incentivo à Redução da Presença do Estado nas Atividades Financeiras - PROES, amparado pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24.08.2001, e suas edições anteriores. Programa com encerramento de contratos previsto originalmente para o período de maio/2027 a outubro/2029, com exceção dos mutuários que apresentassem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deveria ser quitado em prazo adicional de até 10 anos.

Novas condições decorrentes da LC nº 148/2014 aplicadas aos refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/1997: Com a vigência da referida LC, a União ficou autorizada a reprocessar as dívidas refinanciadas a Estados e Municípios pela variação acumulada da taxa SELIC, desde a data de contratação até 01/01/2013, com aplicação de desconto sobre o saldo devedor existente naquela data, no montante correspondente à diferença entre a referida taxa e a variação acumulada IGP-DI mais juros anuais de 6,0% ou 7,5%, conforme o caso; os novos encargos decorrentes dessa medida poderão ser utilizados para atualização da dívida remanescente a partir de 01/01/2013, de acordo com a variação acumulada do IPCA + 4,0% a.a. ou da taxa SELIC, o que for menor, também com abatimento da diferença no saldo devedor. A referida LC foi regulamentada pelos Decretos Presidenciais nºs 8.616 e 8.665, de 29/12/2015 e 10/02/2016, respectivamente. Até 31/12/2017, 23 Estados já haviam aderido às condições da LC no 148/2014, entes cujos compromissos correspondem a aproximadamente 99,9% do saldo total do programa.

Novas condições decorrentes da LC nº 156/16 aplicadas aos refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/97: De Abril/2016 a Junho/2016, 17 Estados entraram com liminares junto ao Superior Tribunal Federal - STF, obstando a imposição de sanções por inadimplência por 60 dias. Em 01/07/2016 o STF adaptou a liminar concedida em 27.04.2016 ao acordo firmado em 20/06/2016 entre Governadores e o Ministro da Fazenda, estendendo, em linhas gerais, a sua decisão às demais liminares concedidas aos Estados pela Corte. Com isso, passaram a ser aplicadas aos Estados que entraram com liminares, e a mais outros 2 que protocolaram pedidos semelhantes posteriormente, as condições dispostas no Projeto de Lei Complementar nº 257 - PLP 257, o qual foi aprovado e sancionado como Lei Complementar no 156/2016.

Até 23/12/2017, data-limite para celebração dos termos aditivos que possibilitariam o alongamento do prazo de amortização original em mais 240 meses, 17 Estados (16 que obtiveram decisões judiciais e 1 que não recorreu ao Poder Judiciário) haviam aderido ao benefício.

Novas condições decorrentes da LC nº 159/17 aplicadas aos refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/1997: Com a publicação da Lei Complementar nº 159/17, foi instituído o Regime de Recuperação Fiscal - RRF, dos Estados e do Distrito Federal. Com a adesão do ente federativo ao referido Regime, fica reconhecida sua situação de desequilíbrio financeiro, sendo dessa forma detalhadas medidas de ajuste ao Estado. Do ponto de vista do refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/1997, a partir do momento em que o Estado adere ao RRF, a União concede redução extraordinária das prestações relativas aos contratos das dívidas que farão parte do escopo do RRF pelo período de 36 meses, podendo ser prorrogado por igual período, durante o qual os pagamentos das prestações serão retomados de forma progressiva e linear, até que seja atingido o valor integral da prestação ao término do prazo da prorrogação. Os valores não pagos devem ser registrados em "Conta Gráfica" nos termos da referida LC.

Até o momento, somente o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao RRF, cujo Regime prevê a inclusão das dívidas da Lei no 9.496/1997 e da MP no 2.179/2001 - Acordo BACEN-BANERJ, bem como daquelas originárias de avais honrados pela União, nos termos do art. 17 da mencionada LC.

MP nº 2.185/2001: Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios, a ser paga no prazo de 30 anos. A grande maioria das operações do Programa deverá se encerrar entre junho/2029 a maio/2030, com exceção dos mutuários que eventualmente possuírem resíduo de limite de comprometimento no vencimento, cujo saldo deverá ser quitado em prazo adicional de até 10 anos. Atualmente nenhum mutuário se encontra nessa situação.

Novas condições decorrentes da LC nº 148/14 aplicadas aos refinanciamentos ao amparo da MP nº 2.185/2001: Com a vigência da referida Lei Complementar, a União ficou autorizada a reprocessar as dívidas refinanciadas pela União a Estados e Municípios pela variação acumulada da taxa SELIC desde a data de contratação até 01/01/2013, com aplicação de desconto sobre o saldo devedor existente naquela data, no montante correspondente à diferença entre a referida taxa e a variação acumulada IGP-DI mais juros anuais de 9%, conforme o caso; os novos encargos poderão ser utilizados para atualização da dívida remanescente a partir de 01/01/2013, de acordo com a variação acumulada do IPCA + 4,0% a.a. ou da taxa SELIC, o que for menor, também com abatimento da diferença no saldo devedor. A referida LC, como já informado, foi regulamentada pelos Decretos Presidenciais nºs 8.616 e 8.665, de 29/12/2015 e 10/02/2016, respectivamente. Até 31/12/2017, 153 Municípios já haviam aderido às condições da LC nº 148/2014, sendo que estes Municípios correspondem a aproximadamente 97,85% do saldo total de mutuários do programa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MP nº 2.179/2001: Crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29/07/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.- BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/07/1998. Programa com encerramento previsto para julho/2028. Conforme mencionado anteriormente, o referido crédito também foi incluído no escopo do Regime de Recuperação Fiscal - RRF, do Estado do Rio de Janeiro, ao amparo da LC nº 159/2014.

(ii) Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

DMLP - Dívida de Médio e Longo Prazos: Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas de principal vencidas e vincendas e juros devidos e não pagos no período de 01/01/1991 a 15/04/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros, mediante a emissão, em 15/04/1994, de sete tipos de bônus pela União, constituídos de seis de principal *(Debt Conversion Bond, New Money Bond, Flirb, C-Bond, Discount Bond e Par Bond*) e um de juros (*EI Bond*). Com exceção do *Par* e do *Discount Bond,* que possuem vencimento previsto para abril de 2024, todos os demais bônus já se encontram liquidados.

(iii) Retorno de Repasses de Recursos Externos

Acordo Brasil-França: Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços. Os Acordos Brasil-França I e Brasil-França II foram liquidados em dezembro/2016, ao passo que o Acordo Brasil-França III encerra-se em dezembro/2021.

(iv) Saneamento de Instituições Financeiras Federais12

Carteira de Saneamento: Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196, de 2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento. O programa contém atualmente 89 contratos vigentes, conforme posição de 31/12/2017. O último vencimento de contrato da Carteira de Saneamento está previsto para agosto/2034 (dados extraídos do Sistema de Acompanhamento de Haveres junto a Estados e Municípios - SAHEM).

(v) Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais

Participações Governamentais: Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Os créditos foram adquiridos pela União mediante autorização concedida pelo art. 16 da Medida Provisória nº 2.181, de 2001, alterada pela Lei nº 10.712, de 2003. No caso dos *royalties* e participações especiais devidos pelo Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos estão previstos até fevereiro/2021. Por sua vez, no caso dos *royalties* e compensações financeiras decorrentes de exploração de recursos hídricos, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná possuem pagamentos previstos até dezembro/2020.

a.1.1) Fluxo previsto para 2018 e anos posteriores

A Tabela seguinte contém a programação financeira de receitas para o exercício de 2018, bem como o total do estoque de haveres/créditos com posição de 31/12/2017. Seguem também as Tabelas 30 a 35, referentes aos exercícios de 2019 a 2021, contemplando as receitas e despesas previstas para os créditos sob gestão da STN.

No caso do refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/1997 - Estados, as receitas estimadas já incorporam as condições das Leis Complementares nºs 148/2014, 156/2016 e nº 159/2017 (esta última concernente ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF). Finalmente, para o refinanciamento ao amparo da MP nº 2.185/2001 - Municípios, as receitas projetadas já incorporam as condições da LC nº 148/2014.

Tabela 29 - Estoque de créditos em 2017 e fluxo previsto para 2018 (R$ milhões)

PROGRAMAS	Totais - 2018			Estoque de créditos dez/17	Financeiro (F) ou Primário (P)
	Juros	Principal	Total	Total	
Ac. Brasil-França	0,21	3,66	3,88	12,52	F
Carteira de Saneamento	33,98	80,20	114,18	546,86	F
DMLP	195,98	0,00	195,98	5.105,75	F
Royalties	0,00	406,26	406,26	2.226,54	F
Lei nº 8.727/93	387,55	1.424,82	1.812,38	9.735,32	F
Lei nº 9.496/97	11.700,29	5.739,04	17.439,34	510.745,99	F
MP 2.185	1.194,31	1.959,05	3.153,37	31.752,97	F
RJ/BANERJ-contrato 069-cessão de crédito - BACEN	0	0	0	16.851,32	F
TOTAIS	**13.512,33**	**9.613,04**	**23.125,37**	**576.977,27**	**F**

Tabela 30: Previsão de Receitas para 2019 (R$ milhões)

FONTE	PROGRAMA	TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
159		**344,50**	**1.450,89**	**1.795,40**
	AC. BRASIL-FRANÇA	0,14	3,74	3,89
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	0,00	42,24	42,25
	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00
	ESTADO DO PARANÁ - ROYALTIES	165,59	251,62	417,22
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00
	Lei nº 8.727/93 - RECEITAS DA UNIÃO	178,77	1.153,28	1.332,05
171		**0,00**	**383,08**	**383,08**
	DMLP	0,00	383,08	383,08
173		**13.586,08**	**8.013,78**	**21.599,86**
	Lei nº 9.496/97	12.225,42	5.890,80	18.116,22
	MP 2.185	1.160,48	2.122,99	3.283,46
	RJ/BANERJ-CT.069-CESSÃO DE CRÉDITO - BACEN	0,00	0,00	0,00
	Lei nº 8.727/93 - DEMAIS CREDORES	200,18	0,00	200,18
TOTAIS		**13.930,58**	**9.847,76**	**23.778,35**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Tabela 31: Previsão de Despesas para 2019 (R$ milhões)

FONTE		TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
100		**0,00**	**0,36**	**0,36**
	PNAFE	0,00	0,00	0,00
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	0,00	0,36	0,36
173	**Lei 8.727/93**	**200,18**	**0,00**	**200,18**
TOTAIS		**200,18**	**0,36**	**200,55**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Tabela 32: Previsão de Receitas para 2020 (R$ milhões)

FONTE	PROGRAMA	TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
159		**191,05**	**4.371,77**	**4.562,81**
	AC. BRASIL-FRANÇA	0,07	3,82	3,89
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	22,36	41,91	64,27
	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - ROYALTIES	0,00	43,96	43,96
	ESTADO DO PARANÁ - ROYALTIES	0,00	402,19	402,19
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROYALTIES	0,00	3.623,68	3.623,68
	Lei nº 8.727/93 - RECEITAS DA UNIÃO	168,61	256,21	424,82
171		**204,71**	**0,00**	**204,71**
	DMLP	204,71	0,00	204,71
173		**14.362,65**	**9.458,48**	**23.821,13**
	Lei nº 9.496/97	12.941,55	6.385,12	19.326,67
	MP 2.185	1.118,66	2.301,31	3.419,97
	RJ/BANERJ-CT.069-CESSÃO DE CRÉDITO - BACEN	181,98	0,00	181,98
	Lei nº 8.727/93 - DEMAIS CREDORES	120,46	772,05	892,51
TOTAIS		**14.758,41**	**13.830,25**	**28.588,65**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 33: Previsão de Despesas para 2020 (R$ milhões)

FONTE		TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
100	**PNAFE**	**0,00**	**0,55**	**0,55**
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	0,00	0,55	0,55
173	**Lei 8.727/93**	**120,46**	**772,05**	**892,51**
TOTAIS		**120,46**	**772,60**	**893,06**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Tabela 34: Previsão de Receitas para 2021 (R$ milhões)

FONTE	PROGRAMA	TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
159		**191,21**	**468,78**	**659,99**
	AC. BRASIL-FRANÇA	0,01	0,70	0,71
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	19,62	35,57	55,19
	ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00
	ESTADO DO PARANÁ - ROYALTIES	0,00	0,00	0,00
	ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ROYALTIES	0,00	171,78	171,78
	Lei nº 8.727/93 - RECEITAS DA UNIÃO	171,58	260,72	432,31
171		**214,09**	**0,00**	**214,09**
	DMLP	214,09	0,00	214,09
173		**18.266,84**	**10.231,53**	**28.498,37**
	Lei nº 9.496/97	16.375,16	6.911,40	23.286,56
	MP 2.185	1.065,97	2.490,97	3.556,94
	RJ/BANERJ-CT.069-CESSÃO DE CRÉDITO - BACEN	731,71	176,96	908,67
	Lei nº 8.727/93 - DEMAIS CREDORES	94,00	652,21	746,21
TOTAIS		**18.672,14**	**10.700,31**	**29.372,45**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Tabela 35: Previsão de Despesas para 2021 (R$ milhões)

FONTE		TOTAIS		
		Juros	Principal	Total
100		**0,00**	**0,47**	**0,47**
	PNAFE	0,00	0,00	0,00
	CARTEIRA DE SANEAMENTO - MP 2196	0,00	0,47	0,47
173	**Lei 8.727/93**	**94,00**	**652,21**	**746,21**
TOTAIS		**94,00**	**652,68**	**746,69**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Na avaliação dos haveres acima relacionados, foram mapeados os seguintes riscos fiscais:

a.1.2) Riscos relativos às variações nas receitas dos haveres apresentados: As receitas previstas para os exercícios subsequentes são estimadas pela STN de acordo com premissas conservadoras, utilizando cenários de indexadores fornecidos pela própria STN e encaminhadas anualmente para a SPOA/MF de forma a compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, do ano subsequente. As receitas decorrentes dos haveres junto aos Estados e Municípios sofrem impacto das seguintes variáveis, a saber:

Variações da Receita Líquida Real - RLR: Essa variável não apresentará mais impacto nos recebimentos sob gestão da STN a partir de 2018, em vista da adesão dos entes às condições da LC nº 156/16, de forma que não haverá mais necessidade de cálculo do limite de comprometimento.

Variações nos indexadores das dívidas: Os créditos geridos pela STN apresentam diversos indexadores, conforme mostrado na Tabela 36 abaixo, de forma que as variações nos indexadores de cada dívida podem impactar de forma positiva ou negativa os recebimentos previstos para determinado exercício.

Tabela 36: Indexadores por Programa - 2014 a 2017

Programa	Indexadores
Acordo Brasil-França	Euro
Acordo BACEN/BANERJ	IGP-DI
Carteira de Saneamento	TR
Contrato de Cessão do Estado do RJ (*Royalties)*	IGP-DI
Contrato de Cessão dos Estados de MS e PR (*Royalties)*	IGP-M e TAR*
DMLP	Dólar
Lei nº 8.727/93	TR, TJLP e IGP-M
Lei nº 9.496/97	IGP-DI ou CAM**
MP nº 2.185/01	IGP-DI ou CAM**
PNAFE	Dólar

Fonte: COAFI/STN/MF.
(*).: Tarifa Atualizada de Referência (TAR) utilizada no cálculo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) para geração hidrelétrica e publicada regularmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.
(**) Cabe ressaltar que, com a vigência da Lei Complementar nº 148/2014, os Estados e Municípios com refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/01, respectivamente, que aderiram às condições da referida LC, passarão a ter suas dívidas atualizadas pelo Coeficiente de atualização monetária - CAM, o qual é impactado mensalmente pelos valores do índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os valores atualizados do CAM são publicados mensalmente no site do Tesouro Nacional em: https://sahem.tesouro.gov.br/sahem/public/consultar_cam.jsf.

Recebimentos a menor decorrentes de inadimplementos pontuais: A ocorrência de inadimplementos pontuais é mitigada por meio do mecanismo de resgate de garantias previstas em contrato, tais como repasses referentes aos Fundos de Participação dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios - FPE e FPM, e receitas próprias dos entes. A operacionalização do resgate das garantias é efetuada por meio do agente financeiro.

Recebimentos a menor decorrentes de inadimplementos sistemáticos e/ou ações judiciais: A ocorrência de inadimplementos sistemáticos (inadimplências durante períodos superiores a 180 dias) decorre em geral de situações em que o Tesouro Nacional fica impedido de utilizar o mecanismo de execução de garantias para quitação dos valores inadimplidos. Por outro lado, as ações judiciais, principais e subsidiárias, podem implicar em frustração parcial ou total de recebimentos, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides. No item **a.1.4** do presente texto são descritos detalhadamente os riscos relativos às ações judiciais impetradas contra a União.

As Tabelas 37 e 38 demonstram as receitas e despesas orçamentárias previstas versus realizadas para os exercícios de 2014 a 2017:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 37: Receitas Previstas versus realizadas - 2014 a 2017 (R$ milhões)

PROGRAMA	2014			2015		
	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%
Acordo Brasil-França	3,034	3,604	18,77%	3,478	4,334	24,62%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	266,558	308,165	15,61%	205,749	185,350	-9,91%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	337,299	429,187	27,24%	215,520	488,508	126,67%
Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul	32,295	28,361	-12,18%	34,949	28,304	-19,02%
Royalties - Estado do Paraná	230,937	320,032	38,58%	271,759	277,616	2,16%
Royalties - Estado do Rio de Janeiro	1.231,506	1.200,346	-2,53%	1.065,017	1.004,631	-5,67%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	3.307,986	1.664,628	-49,68%	2.232,003	1.380,165	-38,16%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	1.280,752	1.119,754	-12,57%	499,847	577,013	15,44%
Lei nº 9.496/97	31.337,510	30.912,518	-1,36%	33.171,783	30.581,185	-7,81%
MP nº 2.185/01	5.275,784	5.025,425	-4,75%	4.580,069	3.452,481	-24,62%
PNAFE	74,285	84,365	13,57%	88,179	113,152	28,32%
BACEN/BANERJ	1.247,787	1.338,694	7,29%	1.435,564	1.434,907	-0,05%
BNDES	-	-	-	1.949,097	1.968,071	0,97%
PNAFM	61,290	-	-100,00%	-	-	-
Honra Garantia - Op. Interna	-	-	-	-	-	-
Honra Garantia - Op. Externa	-	-	-	-	-	-
Totais	**44.687,022**	**42.435,080**	**-5,04%**	**45.753,014**	**41.495,716**	**-9,30%**

Fonte: COAFI/STN/MF.

PROGRAMA	2016			2017		
	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%
Acordo Brasil-França	3,837	3,890	1,39%	3,898	4,119	5,68%
Carteira de Saneamento - MP nº 2.196/01	133,050	141,242	6,16%	118,444	129,997	9,75%
Dívidas de Médio e Longo Prazo - DMLP	269,686	239,407	-11,23%	194,188	216,706	11,60%
Royalties - Estado do Mato Grosso do Sul	38,943	37,941	-2,57%	40,574	29,904	-26,30%
Royalties - Estado do Paraná	532,830	555,682	4,29%	351,474	413,886	17,76%
Royalties - Estado do Rio de Janeiro	1.036,982	1.036,982	0,00%	1.010,457	1.012,179	0,17%
Lei nº 8.727/93 - Demais Credores	1.546,413	1.074,255	-30,53%	1.599,160	841,586	-47,37%
Lei nº 8.727/93 - Receitas da União	667,277	641,143	-3,92%	506,924	564,400	11,34%
Lei nº 9.496/97	13.995,488	14.791,191	5,69%	13.129,235	13.982,012	6,50%
MP nº 2.185/01	3.248,152	2.877,786	-11,40%	3.092,274	3.082,717	-0,31%
PNAFE	121,833	122,748	0,75%	56,618	51,677	-8,73%
BACEN/BANERJ	1.148,661	1.406,285	22,43%	137,045	442,153	222,63%
BNDES	-	-	-	-	-	-
PNAFM		-	-	-	-	-
Honra Garantia - Op. Interna	-	1.424,906	-	-	-	-
Honra Garantia - Op. Externa	-	588,833	-	-	-	-
Totais	**22.743,152**	**24.942,291**	**9,67%**	**20.240,291**	**21.783,528**	**7,62%**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Tabela 38: Despesas Previstas versus realizadas - 2014 a 2017 (R$ milhões)

Programa	2014			2015		
	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%
Carteira de Saneamento	1,505	1,142	-24,10%	2,121	1,192	-43,79%
PNAFE	0,479	0,225	-53,07%	0,758	0,629	-16,99%
Lei 8.727/93 - C R C	57,227	39,543	-30,90%	-	-	-
Lei 8.727/93	3.307,986	1.735,591	-47,53%	2.518,156	1.383,328	-45,07%
Devoluções LC 148/14	-	-	-	-	-	-
Total	**3.367,197**	**1.776,501**	**-47,24%**	**2.521,036**	**1.385,150**	**-45,06%**
Programa	**2016**			**2017**		
	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%	PREVISTO	REALIZADO	Dif.%
Carteira de Saneamento	1,075	0,615	-42,77%	1,037	0,513	-50,54%
PNAFE	0,750	0,514	-31,41%	0,556	0,222	-60,05%
Lei 8.727/93 - C R C	-	-	-	-	-	-
Lei 8.727/93	1.847,092	1.083,684	-41,33%	1.903,977	6.911,165	262,99%
Devoluções LC 148/14	400,000	220,219	-44,95%	-	135,695	-
Total	**2.248,917**	**1.305,033**	**-41,97%**	**1.905,571**	**7.047,596**	**269,84%**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A medida de mitigação do risco para as reduções de receitas decorrentes dos indexadores dos créditos geridos pela STN é o encaminhamento de projeções conservadoras para as receitas, para compor a PLOA. Por outro lado, de forma a mitigar as inadimplências pontuais, a STN se utiliza do mecanismo de obtenção de garantias constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação previstas nos contratos firmados com os devedores. Finalmente, para os riscos decorrentes das reduções de receitas em virtude de ações judiciais, a principal medida tomada é a intensificação do relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, uma postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais.

Ressalta-se que essas operações são financeiras e o impacto fiscal da ocorrência dos riscos se dá sobre o endividamento público.

a.1.3) Riscos relativos à execução das despesas

As despesas para o exercício subsequente são estimadas pela STN de acordo com premissas conservadoras, contendo margens de segurança em virtude dos riscos envolvidos. Também para as estimativas das despesas são utilizados cenários de indexadores fornecidos pela STN, sendo as respectivas estimativas encaminhadas anualmente para a SPOA/MF com o objetivo de compor o PLOA, do ano subsequente. As despesas decorrentes dos haveres junto aos Estados e Municípios são classificadas em dois grupos, a saber:

Despesas Obrigatórias - distribuída em duas ações:

÷ Programa 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações), Ação 0272 - Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, refinanciadas pela União - Lei n° 8.727, de 1993

A despesa obrigatória em questão se refere à obrigação do Tesouro Nacional, conforme disposto no art. 11 na Lei no 8.727/1993, de repassar no prazo máximo de dois dias úteis os valores destinados ao pagamento das entidades originalmente credoras do referido refinanciamento. Via de regra, as referidas despesas estão vinculadas à fonte 173. Com a quitação das divergências entre os contratos de cessão e de confissão no âmbito da referida Lei, restaram apenas dívidas denominadas "vincendas", referentes a dívidas cedidas pela Caixa no início do referido programa.

Principais riscos envolvidos na execução das despesas da Ação 0272:

- ocorrência de amortizações extraordinárias ao longo do exercício, as quais aumentam de forma proporcional as despesas obrigatórias do programa;

- impacto do indexador das dívidas vincendas da Lei nº 8.727/1993 (no caso, a TR), o qual aumenta de forma proporcional as despesas obrigatórias do programa;

- novação/decurso dos contratos originais das dívidas vincendas da Lei nº 8.727/1993: os contratos originais das dívidas vincendas preveem valores reduzidos de parcelas, os quais nem sempre permitem a quitação integral do saldo devedor. Quando isso ocorre, a partir dos saldos devedores restantes dos contratos originais, a CAIXA gera novos contratos, denominados "decursados", com prazo padrão de 60 meses. Como para esses novos contratos não há teto para valor das parcelas, a depender do montante do saldo devedor restante do respectivo contrato original, o valor da parcela do novo contrato poderá ser muito superior ao valor da parcela do contrato que lhe deu origem. Isso amplia os recebimentos previstos no âmbito da Lei nº 8.727/1993, e por consequência aumenta as respectivas despesas obrigatórias.

Com o objetivo de mitigar o risco de não execução das despesas geridas pela STN, quando da preparação do PLOA, as previsões orçamentárias para o exercício subsequente apresentam margens de segurança para prevenir eventuais quitações antecipadas, e cortes nos créditos solicitados por meio do PLOA quando da publicação da LOA e do Decreto de LME. Ademais, ressaltamos para esse caso a postura proativa da STN de solicitar de forma tempestiva créditos adicionais para situações em que se verifica que o valor disponibilizado será insuficiente para quitação das despesas do exercício, e a solicitação antecipada de cota financeira à STN, com o objetivo de evitar atraso no pagamento das faturas.

Importa registrar que a LC nº 156/2016 concedeu autorização para a União efetuar a quitação das obrigações assumidas pela Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, denominadas "dívidas vincendas", que envolvem recursos oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, perante a Caixa Econômica Federal, mediante cessão definitiva dos direitos creditórios derivados das operações firmadas ao amparo da referida Lei com Estados, Distrito Federal, municípios ou com as respectivas entidades da administração indireta. Até o momento nenhum pedido formal de cessão ingressou na STN. Entretanto, cabe registrar que a cessão dos créditos deverá ser realizada concomitante à repactuação das dívidas entre os devedores e o agente operador do FGTS.

Na Tabela 38 mostrada anteriormente é possível verificar as despesas previstas versus realizadas para os exercícios de 2014 a 2017.

÷ Programa 0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações), Ação 00PQ - Ressarcimento a Municípios de Dívidas Contratuais Internas assumidas e refinanciadas pela União (Lei Complementar nº 148, de 2014)

A despesa em vista consiste no ressarcimento a Municípios decorrentes da alteração retroativa de indexadores das dívidas de Municípios com a União, no âmbito da MP nº 2.185/2001. As despesas no âmbito da Ação 00PQ foram executas nas fontes 143 (principal) e 144 (juros).

A referida Ação foi prevista inicialmente para o exercício de 2016, sendo que o valor orçado foi de R$ 400 milhões, enquanto o montante executado alcançou a cifra de R$ 220,3 milhões, 55,1% do valor orçado. O valor não executado foi inscrito em restos a pagar não processados, e o montante de R$ 135,7 milhões foi devolvido aos Municípios credores ao longo do exercício de 2017.

Como ao longo do exercício de 2017 restaram poucos Municípios credores, a referida Ação foi prevista para o orçamento de 2018 no montante de R$ 12 milhões. No momento atual restam 3 Municípios credores com saldo credor de R$ 2,9 milhões (posição de 10/01/2018, fornecida pelo agente financeiro Banco do Brasil- BB).

Principais riscos envolvidos na execução das despesas da Ação 00PQ:

- não execução das devoluções ao longo do exercício de 2018, sendo sua execução adiada para os exercícios subsequentes;

- não execução ao longo do exercício de 2018, de forma que o total dos valores credores dos Municípios se torne superior ao valor total orçado na LOA 2018.

Finalmente, informamos que as devoluções só podem ser efetivadas mediante celebração dos respectivos termos aditivos por parte dos Municípios em adesão às condições estabelecidas na LC nº 148/14. Segue na Tabela 39 a lista das devoluções efetuadas aos Municípios a partir de 01.02.2016.

Tabela 39: Devoluções aos Municípios - LC nº 148/14 (em R$)

Município	Estado	Data Devolução	Principal - Fonte 143	Juros - Fonte 144	Total
AMPARO	SP	15/06/2016	R$ 7.581,44	R$ 14.079,83	R$ 21.661,27
ANDRADAS	MG	23/02/2017	R$ 15.122,67	R$ 28.084,95	R$ 43.207,62
ANGRA DOS REIS	RJ	03/10/2017	R$ 785.537,13	R$ 1.458.854,68	R$ 2.244.391,81
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	SC	03/08/2016	R$ 460.703,21	R$ 855.591,67	R$ 1.316.294,88
BAMBUÍ	MG	25/07/2017	R$ 74.206,77	R$ 137.812,56	R$ 212.019,33
BARBACENA	MG	12/05/2016	R$ 199.311,02	R$ 370.149,03	R$ 569.460,05
BARRA MANSA	RJ	06/10/2016	R$ 409.850,21	R$ 761.150,38	R$ 1.171.000,59
BELO HORIZONTE	MG	21/06/2016	R$ 49.784.839,65	R$ 92.457.559,34	R$ 142.242.398,99
BIRIGUI	SP	12/05/2016	R$ 18.140,26	R$ 33.689,05	R$ 51.829,31
BRASILÂNDIA	MS	11/10/2016	R$ 2.186,57	R$ 4.060,78	R$ 6.247,35
CANOINHAS	SC	03/08/2016	R$ 26.254,93	R$ 48.759,16	R$ 75.014,09
CORDEIRÓPOLIS	SP	05/05/2017	R$ 42.380,26	R$ 78.706,19	R$ 121.086,45
DIAS D'ÁVILA	BA	10/04/2017	R$ 62.642,40	R$ 116.335,89	R$ 178.978,29
DIVINOLÂNDIA	SP	17/08/2017	R$ 20.267,07	R$ 37.638,85	R$ 57.905,92
DIVINÓPOLIS	MG	15/06/2016	R$ 260.740,60	R$ 484.232,55	R$ 744.973,15
DOURADOS	MS	15/06/2016	R$ 328.761,31	R$ 610.556,72	R$ 939.318,03
GRAVATAL	SC	25/10/2017	R$ 74.282,93	R$ 137.954,01	R$ 212.236,94
GUARULHOS	SP	22/03/2017	R$ 43.137.475,36	R$ 80.112.454,25	R$ 123.249.929,61
IBIÁ	MG	28/03/2016	R$ 34.624,35	R$ 64.302,36	R$ 98.926,70
IGARAPÉ	MG	30/06/2016	R$ 71.026,32	R$ 131.906,02	R$ 202.932,34
IGUAPE	SP	28/11/2017	R$ 264.183,88	R$ 490.627,20	R$ 754.811,08
IMBITUBA	SC	01/12/2017	R$ 109.694,63	R$ 203.718,59	R$ 313.413,22
INDAIATUBA	SP	13/09/2016	R$ 7.533.745,32	R$ 13.991.241,31	R$ 21.524.986,63
IPAUSSU	SP	24/03/2017	R$ 22.742,52	R$ 42.236,10	R$ 64.978,62
ITÁ	SC	14/10/2016	R$ 7.069,23	R$ 13.128,57	R$ 20.197,80
ITAPAGIPE	MG	16/11/2016	R$ 27.954,63	R$ 51.915,73	R$ 79.870,36
ITAPECERICA DA SERRA	SP	17/04/2017	R$ 231.065,14	R$ 429.120,98	R$ 660.186,12
ITAPIRA	SP	12/05/2016	R$ 103.305,56	R$ 191.853,19	R$ 295.158,75
ITAPIRA	SP	11/10/2016	R$ 56.511,25	R$ 104.949,46	R$ 161.460,71
ITUPEVA	SP	01/11/2017	R$ 81.155,12	R$ 150.716,66	R$ 231.871,78

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JOAÇABA	SC	12/05/2016	R$ 335.292,88	R$ 622.686,77	R$ 957.979,65
JUIZ DE FORA	MG	12/05/2016	R$ 208.010,43	R$ 386.305,08	R$ 594.315,51
JUNDIAÍ	SP	28/03/2016	R$ 727.043,70	R$ 1.350.224,02	R$ 2.077.267,72
LAVRAS	MG	29/06/2017	R$ 405.785,67	R$ 753.601,96	R$ 1.159.387,63
LUZ	MG	12/05/2016	R$ 37.885,23	R$ 70.358,29	R$ 108.243,52
MARACAJU	MS	21/11/2016	R$ 99.442,58	R$ 184.679,08	R$ 284.121,66
MOGI-GUAÇU	SP	13/09/2016	R$ 13.170,05	R$ 24.458,66	R$ 37.628,71
MOGI-GUAÇU	SP	11/10/2016	R$ 49.605,96	R$ 92.125,36	R$ 141.731,32
NATAL	RN	12/05/2016	R$ 404.943,30	R$ 752.037,55	R$ 1.156.980,85
NAVIRAÍ	MS	11/08/2017	R$ 282.632,64	R$ 524.889,19	R$ 807.521,83
NOVA LIMA	MG	21/11/2016	R$ 452.167,93	R$ 839.740,45	R$ 1.291.908,38
PARAOPEBA	MG	15/06/2016	R$ 49.506,65	R$ 91.940,93	R$ 141.447,58
PATOS DE MINAS	MG	28/03/2016	R$ 11.279,81	R$ 20.948,22	R$ 32.228,03
PEDRO LEOPOLDO	MG	28/03/2016	R$ 144.696,24	R$ 268.721,58	R$ 413.417,82
PINDAMONHAGABA	SP	20/09/2016	R$ 1.096,15	R$ 2.035,74	R$ 3.131,89
PIQUEROBI	SP	21/11/2016	R$ 36.151,91	R$ 67.139,25	R$ 103.291,16
PONTA PORÃ	MS	22/12/2016	R$ 339.592,46	R$ 630.671,71	R$ 970.264,17
POUSO ALEGRE	MG	28/03/2016	R$ 25.421,93	R$ 47.212,15	R$ 72.634,08
RECIFE	PE	03/10/2017	R$ 1.041.461,89	R$ 1.934.143,52	R$ 2.975.605,41
REGISTRO	SP	15/06/2016	R$ 57.892,72	R$ 107.515,06	R$ 165.407,78
REGISTRO	SP	11/10/2016	R$ 31.226,67	R$ 57.992,40	R$ 89.219,07
RESENDE	RJ	28/03/2016	R$ 59.249,01	R$ 110.033,87	R$ 169.282,88
RIO GRANDE DA SERRA	SP	12/05/2016	R$ 72.829,18	R$ 135.254,20	R$ 208.083,38
SALTO GRANDE	SP	06/06/2017	R$ 81.848,62	R$ 152.004,57	R$ 233.853,19
SALVADOR	BA	28/03/2016	R$ 1.790.001,78	R$ 3.324.289,02	R$ 5.114.290,80
SANTA BÁRBARA	MG	13/09/2016	R$ 3.531,98	R$ 6.559,39	R$ 10.091,37
SANTO AMARO DE IMPERATRIZ	SC	06/07/2017	R$ 38.760,13	R$ 71.983,11	R$ 110.743,24
SÃO FRANCISCO DE SALES	MG	15/06/2016	R$ 19.954,31	R$ 37.058,00	R$ 57.012,31
SÃO GOTARDO	MG	12/05/2016	R$ 12.184,23	R$ 22.627,86	R$ 34.812,09
SÃO VICENTE	SP	07/12/2017	R$ 219.253,69	R$ 407.185,41	R$ 626.439,10
SERTÃOZINHO	SP	28/03/2016	R$ 82.019,79	R$ 152.322,46	R$ 234.342,25
SOROCABA	SP	28/03/2016	R$ 11.448.778,26	R$ 21.262.016,78	R$ 32.710.795,04
TIROS	MG	13/09/2016	R$ 6.644,92	R$ 12.340,58	R$ 18.985,50
TRÊS LAGOAS	MS	09/05/2017	R$ 502.911,56	R$ 933.978,61	R$ 1.436.890,17
UBATUBA	SP	15/06/2016	R$ 78.524,15	R$ 145.830,55	R$ 224.354,70
UBERABA	MG	22/06/2016	R$ 773.122,62	R$ 1.435.799,15	R$ 2.208.921,77
VÁRZEA PAULISTA	SP	12/05/2016	R$ 372.932,95	R$ 692.589,77	R$ 1.065.522,72
TOTAL			**R$ 124.570.215,70**	**R$ 231.344.686,37**	**R$ 355.914.902,07**

Para mitigar este risco, a medida a ser tomada seria comunicar os Municípios que dispõem de créditos junto ao Tesouro Nacional, para que possam aderir às condições da LC no 148/2014, tornando possível os recebimentos dos recursos relacionados. Entretanto, a maior parte dos Municípios restantes com saldos credores apresenta pendências na Certidão Negativa de Débitos - CND, da Receita Federal do Brasil - RFB, as quais impossibilitam à STN a devolução dos respectivos recursos. A eventual não regularização destas pendências pelos Municípios apresenta duas implicações:

- com a não regularização no exercício de 2018, haverá a necessidade de inscrição em restos a pagar, ou a necessidade de pedido de crédito orçamentário para a referida Ação para o exercício de 2019;

- a não regularização das pendências até o final do próximo exercício pode acarretar a eventual situação em que o valor total dos créditos devidos supere o valor incluído na LOA 2018, de R$ 12 milhões.

Na Tabela 38, mostrada anteriormente, é possível verificar as despesas previstas versus realizadas para os exercícios de 2014 a 2017.

Despesas Discricionárias - Fonte 100

Trata-se do Programa 0911 - Operações Especiais: Remuneração de Agentes Financeiros Ação 00M4 Plano Orçamentário 000N - Remuneração do Agente Financeiro pela gestão do contrato do Programa da Carteira de Saneamento. A despesa administrativa em questão consiste na remuneração, por parte da União, a seu agente financeiro - Caixa, no montante de 0,43% sobre o valor total arrecadado no mês.

Principais riscos envolvidos na execução das despesas da Ação 00M4 Plano Orçamentário 000N:

- ocorrência de amortizações extraordinárias ao longo do exercício, as quais aumentam de forma proporcional as despesas relacionadas;

- redução do valor disponibilizado na Lei Orçamentária Anual - LOA, face ao solicitado no PLOA;

- Limites de Movimentação e Empenho (LME), publicados por meio de Decretos do Poder Executivo, os quais reduzem os créditos orçamentários disponibilizados por meio da LOA;

- não disponibilização de créditos adicionais, solicitados junto à SPOA/MF, face à necessidade de créditos verificada após a publicação dos LME;

- não disponibilização de cota financeira: trata-se de risco referente à última etapa de execução da despesa, tendo em vista a disponibilização pela STN dos valores destinados à ordem bancária de pagamento.

Na Tabela 38, mostrada anteriormente, é possível verificar as despesas previstas versus realizadas para os exercícios de 2014 a 2017.

a.1.4) Riscos relativos às ações judiciais

Contratos geridos pela STN

As operações controladas pela STN estão distribuídas num total de 413 contratos ativos, existindo, em janeiro de 2018, 176 ações judiciais, entre principais e subsidiárias, que podem implicar em frustração parcial ou total de recebimentos, conforme o caso, dos créditos da União envolvidos nas lides.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres - prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc., atende estritamente ao que a legislação específica determina, e está claramente definida nos competentes instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe:

"Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente. "

Esses créditos contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador - Estado ou Município.

Portanto, no caso dos contratos em situação de normalidade de execução, os pagamentos são realizados regularmente conforme as condições contratadas e previsão legal. Inadimplências eventualmente ocorridas são solucionadas em curtíssimo prazo mediante a execução das garantias contratuais, não se registrando inadimplência persistente ou prolongada.

A administração desses contratos encontra-se a cargo de agentes financeiros da União designados legal e/ou contratualmente para tanto. São eles o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Esses agentes são responsáveis pelo cálculo das prestações devidas, cobrança e execução das garantias contratuais em caso de inadimplência.

Contudo, como dito, a STN registra alguns débitos/inadimplências decorrentes de decisões liminares deferidas no âmbito de ações judiciais que suspendem, parcial ou integralmente, os pagamentos à União ou a impedem de executar as garantias contratuais. Nestes casos, não há solução ou providência administrativa para a cobrança, uma vez que existem impedimentos judiciais. A solução será alcançada pela via judicial com o apoio da AGU.

Para fins de adequação a um novo roteiro contábil, os valores que se encontravam provisionados inicialmente na conta patrimonial 121119902, conta corrente 999, foram integralmente transferidos para a conta 121119904, permitindo informar conta contábil de referência específica, em julho de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Posteriormente, foi realizada a reclassificação dos valores da conta 121119904 (Ajuste de Perdas - Empréstimos Concedidos) entre as contas 121149904 (Ajuste de Perdas - Empréstimos Concedidos - ESTADOS) e 121159904 (Ajuste de Perdas - Empréstimos Concedidos - Municípios), o que explica a grande variação de saldo na conta 121119904 no período analisado, conforme a Tabela 21.

Tabela 40: Contas de Ajustes de Empréstimos - STN (R$ milhões)

AJUSTE DE PERDAS EMPRESTIMO/FINANC CONCEDIDOS - Dezembro/2017 - Dezembro/2016				
Conta		**dez/17**	**dez/16**	**Variação %**
121119904	**AJUSTE DE PERDAS COM DEVEDORES DUVIDOSOS**	125,865	26.734,796	-99,53%
121149904	**AJUSTE PERDAS - LC148/2014 - ESTADOS**	907,929	9.223,844	-90,16%
	AJUSTE DE PERDAS COM DEVEDORES DUVIDOSOS - ESTADOS	54.950,116	-	-
121159904	**AJUSTE DE PERDAS - LC148/2014 - MUNICÍPIOS**	491,820	805,600	-38,95%
	AJUSTE DE PERDAS COM DEVEDORES DUVIDOSOS - MUNICÍPIOS	1.797,035	-	-
TOTAL		**58.272,768**	**36.764,241**	**58,50%**

Fonte: COAFI/STN/MF.

O aumento de 58,5%, na comparação dos saldos provisionados em 31/12/2016 com aqueles referenciados em 31/12/2017, se deve ao provisionamento dos valores não pagos pelos Estados no âmbito da Lei nº 9.496/97 em decorrência das liminares junto ao Superior Tribunal Federal - STF, impedindo a imposição de sanções por inadimplência.

Avais honrados pela União

A concessão de garantias pela União tem como contrapartida a vinculação, pelo tomador de crédito, de contragarantias em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei. Dessa forma, sempre que a União honra compromissos de outrem em decorrência de garantias por ela oferecidas, são acionadas as contragarantias correspondentes visando a recuperação dos valores dispendidos na operação. Ao longo do exercício de 2016 a STN promoveu a recuperação para a União de R$ 2 bilhões, correspondentes a 84,7% dos valores honrados pela União, devidamente atualizados. Entretanto, em 2017, do total de R$ 4,1 bilhões honrados, a STN recuperou R$ 1 bilhão, ou seja, 24,7% do total honrado pela União.

Quanto a esse ponto, torna-se relevante destacar que, em 02.01.2017, o Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Cível Originária nº 2.972, proferiu liminar favorável ao Estado do Rio de Janeiro, prejudicando a execução de 5 contratos de contragarantia, em montante de R$ 396,5 milhões, com posição em 22/02/2017. A referida liminar não permitiu mais a execução imediata das contragarantias, pois condiciona esse procedimento à notificação e à oportunidade de defesa prévias. Na sequência a decisão nos autos da Ação Cível Originária nº 2.981 impediu por completo a execução de contragarantias ofertadas pelo mencionado ente. Com a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal em 05/09/2017, os valores pendentes de recebimento à época, assim como aqueles que se tornaram exigíveis posteriormente, passaram a integrar a Conta Gráfica constituída nos termos da Lei Complementar nº 159/2017, para cobrança futura.

O Relatório Quadrimestral de Garantias, atualizado periodicamente pela STN, demonstrando os valores honrados ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, encontra-se disponível no site do Tesouro Nacional por meio do link:
https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/541691/Relat%C3%B3rio+Quadrimestral+de+Garantias+-+2%C2%BA%20Quadrimestre+2016/cbc08962-e8d7-451d-aaa1-da2a3e8f406e.

Com vistas a mitigar o referido risco, a STN tem intensificado o relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, adotando, inclusive, postura mais atuante em relação ao acompanhamento das ações judiciais. Esse procedimento tem permitido, em diversos casos, que, ao verificar movimentações processuais importantes, a STN antecipe para a AGU os subsídios e/ou questionamentos cabíveis sem precisar aguardar o demorado trâmite das notificações judiciais.

a.1.5) Riscos relativos à diferença entre os saldos de cessão e confissão da Lei nº 8.727/93

Esses riscos foram eliminados, tendo em vista a quitação das divergências entre os contratos de cessão e de confissão do programa, efetuadas nos meses de agosto a outubro de 2017 com os respectivos credores, conforme mostrado na Tabela 41 abaixo.

Tabela 41: Quitação das divergências no âmbito da Lei nº 8.727/93 (R$ milhões)

Credor	Valor	Documento SIAFI	Data
Eletrosul	781,733	2017EC000114	01/08/2017
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	560,969	2017EC000115	01/08/2017
Furnas	607,027	2017EC000116	01/08/2017
Banco do Brasil	140,172	2017EC000117	01/08/2017
FINEP	3,318	2017EC000139	01/09/2017
Banco Central do Brasil	272,619	2017EC000140	01/09/2017
Caixa Econômica Federal	3.633,360	2017EC000141	01/09/2017
FINAME	67,148	2017EC000157	02/10/2017
Total	**6.066,352**		

a.1.6) Riscos de frustração de receitas em decorrência da modificação nas legislações concernentes aos haveres sob gestão da STN

As receitas previstas pela STN apresentam o risco de redução e até não recebimento em determinados períodos em decorrência de novas legislações que se traduzam em carências de pagamento aos mutuários ou abatimentos nos estoques dos ativos junto aos Estados e Municípios. A seguir, elencaremos as Leis Complementares cujos efeitos impactaram os recebimentos da STN:

a.1.6.1) Lei Complementar nº 148/14

A referida Lei Complementar previu a alteração retroativa de indexadores das dívidas de Estados e Municípios com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/01, de forma que parte dos estoques de ativos geridos pela STN sofreria forte redução (em especial no caso dos Municípios) na medida em que os Estados e Municípios assinassem os respectivos aditivos contratuais e após satisfeitas todas as condições e procedimentos apresentados no Decreto nº 8.616/2015, que normatiza a referida Lei Complementar.

Como não seria possível precisar o momento exato em que esses aditivos seriam assinados, o Grupo de Trabalho do Tesouro Nacional - GT-TN, constituído pela Portaria nº 389, de 27.07.2015, recomendou à STN a constituição de provisão para a referida baixa de estoque. Adicionalmente, foi elaborada Nota Técnica por meio da qual os lançamentos contábeis de contabilização dos haveres foram detalhados, em linha com as recomendações do GT-TN, e de acordo com orientações fornecidas pela STN.

Neste sentido, constituíram-se provisões em duas contas denominadas "Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Outros Ajustes de Perda em Empréstimos Concedidos", uma para Estados e outra para Municípios, nos valores de R$ 34,2 bilhões e R$ 55,2 bilhões, respectivamente, em linha com o padrão do novo Plano de Contas - PCASP. Posteriormente, a CCONT/STN reclassificou os valores para contas retificadoras do Ativo Não Circulante, 121149904 (Estados) e 121159904 (Municípios), após constatar a impossibilidade de previsão exata da realização dessas baixas de ativos ao longo do exercício de 2016. Ademais, a redução seria aplicada primeiramente sobre os estoques de principal e resíduo alocados no longo prazo. Caso a redução para determinados Estados ou Municípios implicasse em cancelamento total de suas dívidas de longo prazo, então seria aplicada a redução para seus respectivos estoques de curto prazo. As estimativas realizadas pela STN foram feitas com base em informações financeiras fornecidas pelo agente financeiro - Banco do Brasil. Segue Tabela contendo os Ajustes de perdas de empréstimos e financiamentos concedidos - Exercício de 2016 versus Exercício de 2017 - STN.

Atualmente, a maior parte dos Estados e Municípios que possui refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/97 e da MP nº 2.185/01 já aderiu às condições da LC nº 148/14, conforme demonstrado na Tabela 42. Por esse motivo, as referidas contas de ajuste apresentam saldos reduzidos em relação aos seus valores iniciais, e os saldos de ativo de ambos os programas já foram impactados pela adesão dos entes às condições da referida LC.

Tabela 42: Estados e Municípios com contratos aditados no âmbito da LC nº 148/14 - Posição de 31.12.2017 (R$ milhões)

Estado	Saldo Devedor nas condições anteriores à nº LC 148/14 - Posição de 31.01.2016 (A)	Saldo Devedor nas condições da LC nº 148/14 - Posição de 31.12.2017 (B)	Saldo Devedor Estado / Saldo Devedor da Lei nº 9.496/97 - Posição de 31.01.2016 (%)
TOTAL ESTADOS	464.538,046	510.388,208	99,92%
TOTAL MUNICÍPIOS	85.832,686	29.443,458	97,85%

Fonte: COAFI/STN/MF.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Finalmente, segue na Tabela 43 a estimativa dos impactos decorrentes da implementação da LC nº 148/14, conforme informado em junho/2015 à SPOA/MF, para compor a proposta orçamentária do exercício de 2016.

Tabela 43 - Impactos estimados em 2015 em decorrência dos efeitos da LC nº 148/14 (antes PLC nº 148/14) quanto aos refinanciamentos ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185 (R$ milhões)

PROGRAMA	Proposta Orçamentária de 2015 - Cenário original		Proposta Orçamentária de 2016 - Cenário LC nº 148/14		Impactos do PLC 148 sobre o fluxo:	
	Previsão para 2016	Previsão para 2017	Previsão para 2016	Previsão para 2017	Previsão para 2016	Previsão para 2017
LEI Nº 9.496/97	34.955,010	37.824,377	33.473,727	36.257,128	-1.481,282	-1.567,249
MP Nº 2.185/01	5.686,902	6.172,131	2.696,195	2.829,810	-2.990,706	-3.342,321

Obs: Esses valores correspondem a estimativas de recebimentos constantes nas Propostas Orçamentárias enviadas à SPOA/MF pela STN. Fonte: COAFI/STN/MF.

Relativamente à materialização dos riscos, em consonância com o descrito no parágrafo acima, destacamos que, com o advento da LC nº 156/16 e das medidas judiciais que a antecederam, os valores recebidos pela União passaram a ser regulados por aquela norma desde o segundo semestre de 2016, não havendo, portanto, no caso dos Estados, mais sentido de se efetuar comparações com a situação vigente sobre a égide da LC nº 148/2014.

Por sua vez, quanto aos Municípios, na Tabela 44 é apresentada a materialização dos impactos decorrentes da referida LC para aqueles entes, em comparação com os riscos estimados anteriormente.

Tabela 44: Materialização dos riscos em 2017 - Impactos da LC nº 148/14 (R$ milhões)

Impacto sobre o fluxo da MP nº 2.185/01 devido à LC nº 148/14 - Municípios					
Previsto para 2016 (A)	Verificado em 2016 (B)	Diferença (B-A) (%)	Previsto para 2017 (C)	Verificado em 2017 (D)	Diferença (D-C)
2.990,706	2.222,864	-25,7%	3.423,221	2.297,365	-32,9%

Para o caso da LC nº 148/14, a medida de mitigação do risco aplicada foi o provisionamento em duas contas denominadas "Ajustes de Perdas de Créditos a Curto Prazo - Outros Ajustes de Perda em Empréstimos Concedidos", uma para Estados e outra para Municípios, nos valores de R$ 907,9 milhões e R$ 491,8 milhões, respectivamente, em linha com o padrão do novo Plano de Contas - PCASP - conforme apresentado anteriormente na Tabela 39.

a.1.6.2) Lei Complementar nº 156/16

Ao longo do período compreendido entre os meses de abril/2016 e junho/2016, 16 (dezesseis) Estados obtiveram junto ao Supremo Tribunal Federal-STF mandados de segurança que lhes permitiam efetuar os pagamentos devidos na forma da LC nº 148/2014, contudo calculados da forma que entendessem correta, e impediam a União de executar as garantias contratuais em caso de inadimplemento. Em 20/06/2016, a União e os Estados celebraram Acordo Federativo no qual ficou pactuado que se aplicariam às dívidas estaduais, em especial às obrigações daqueles que obtiveram mandados de segurança, as seguintes medidas:

- Ampliação dos prazos originais para pagamento das dívidas em 240 meses adicionais;
- Parcelamento em 24 meses, a partir de julho/2016, dos valores devidos e não pagos em razão de liminares concedidas pelo STF;
- Carência integral para os pagamentos compreendidos no período de julho/2016 a dezembro/2016, limitado o desconto concedido a R$ 500 milhões;
- Aplicação de descontos decrescentes para os pagamentos compreendidos no período de janeiro/2017 a julho/2018;
- Incorporação ao saldo principal da dívida dos valores não pagos entre julho/2016 e junho/2018, decorrente da carência integral e parcial, e retomada da amortização integral a partir de julho/2018.

O principal impacto decorrente dos mandados de segurança e dos acordos no STF foi a redução da receita referente à Lei nº 9.496/97 prevista para os exercícios de 2016 a 2018. A estimativa dos impactos decorrentes da implementação da LC nº 156/16 (à época, denominado PLP nº 257/16) face aos fluxos projetados com base nas condições da LC nº 148/16, conforme informada em julho/2016 à SPOA/MF, é apresentada na Tabela 45:

Tabela 45: Impacto no refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/97 (R$ milhões)

CENÁRIOS LC Nº 148/2014 VERSUS PLC Nº 257/2016			
	LEI Nº 9.496/97		
	LC Nº 148/2014 (A)	LC 156/2016 (B)	IMPACTO (A - B)
2016 (jun a dez)	17.206,656	4.609,362	12.597,293
2017	36.245,980	15.021,784	21.224,196
2018	39.167,435	28.831,531	10.335,903
2019	41.318,084	32.409,309	8.908,774
TOTAL	**133.938,155**	**80.871,987**	**53.066,168**

Por sua vez, na Tabela 46 é apresentada a materialização dos impactos decorrentes da referida LC para os Estados, em comparação com os riscos estimados anteriormente.

Tabela 46: Materialização dos riscos em 2017 - Impactos da LC nº 156/16 (R$ milhões)

Impacto sobre o fluxo da Lei nº 9.496/97 devido aos efeitos da LC nº 156/16 - Estados		
Previsto para 2016 - jun a dez (A)	Verificado em 2016 - jun a dez (B)	Diferença (B-A) (%)
12.597,293	13.902,993	10,4%

Impacto sobre o fluxo da Lei nº 9.496/97 devido aos efeitos da LC nº 156/16 - Estados		
Previsto para 2017 (C)	Verificado em 2017 (D)	Diferença (D-C) (%)
21.224,196	21.899,625	3,2%

Para os impactos decorrentes da aplicação do disposto na LC nº 156/16, as medidas de mitigação do risco não foram aplicadas, visto que as receitas previstas foram reestimadas em face, principalmente, do alongamento das dívidas em 240 meses adicionais.

a.1.6.3) Lei Complementar nº 159/17 - Regime de Recuperação Fiscal

O projeto de Lei que institui o Regime de Recuperação Fiscal para os Estados em situação de grave situação financeira permite, aos entes que aderirem às suas condições, carência integral de até 36 meses nos pagamentos destinados à União, e faculta a concessão de prazo adicional também de até 36 meses, para a recuperação do valor da prestação de forma gradual e linear. Como resultado da carência, estima-se que o impacto decorrente da implementação do Regime de Recuperação Fiscal será de até R$ 37,2 bilhões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, conforme Tabela 46.

Tabela 47 - Estimativa de Impacto da LC 159/17 - Regime de Recuperação Fiscal (R$ milhões)

	2017	2018	2019	TOTAL
MINAS GERAIS	-2.307,078	-4.834,764	-5.331,533	-12.473,376
RIO GRANDE DO SUL	-1.513,643	-3.319,832	-3.656,701	-8.490,176
RIO DE JANEIRO	-3.159,357	-6.405,492	-6.676,055	-16.240,906
TOTAL	**-6.980,079**	**-14.560,089**	**-15.664,291**	**-37.204,460**

Para os impactos decorrentes da aplicação do disposto na LC nº 159/17, as medidas de mitigação do risco não foram aplicadas, visto que as receitas previstas foram reestimadas com base na eventual perspectiva de adesão dos três Estados que constam na Tabela 46.

Quanto à materialização dos riscos relativos à implementação da referida LC, como apenas o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao RRF, no mês de setembro/2017, entendemos ser ainda muito cedo para estimativa da referida materialização de riscos.

Riscos de não cumprimento pelos Estados dos pré-requisitos para adesão às condições da LC nº 156/16 e da LC nº 159/17 - Regime de Recuperação Fiscal

Um dos pré-requisitos para que os Estados possam aderir às condições da LC nº 156/16 é a desistência das ações judiciais contra a União impetradas junto ao Superior Tribunal Federal - STF. Entretanto, apesar de grande parte dos Estados ter aderido às condições da referida LC no final de 2017, os mesmos dispõem do prazo de dois meses para a desistência das referidas ações judiciais. Caso isso não ocorra, os aditivos firmados com a União devem ser rescindidos, perdendo sua validade, o que implica em aumento dos valores devidos mensalmente pelos Estados. Em situações como essa, os Estados podem entrar com novas ações judiciais, implicando em potencial redução dos recebimentos previstos pela STN.

Na Tabela 48 são apresentados os valores resumindo os montantes provisionados no Balanço Geral da União:

Tabela 48 - Valores provisionados pela STN no Balanço Geral da União (R$ milhões)

Programa	dez/16	dez/17
Ajuste de Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	26.734,80	56.873,02
Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos concedidos - LC 148/2014	10.158,42	1.501,73
Provisão para Riscos Fiscais de Longo Prazo - Lei nº 8.727/1993	6.490,01	0,00

Fonte: COAFI/STN/MF.

÷ Distinção entre os valores de estoque e fluxo apresentados

Conforme apresentado a seguir, seguem as Tabelas 49 e 50 e seus respectivos gráficos discriminando as informações de estoque com posição de 31/12/2017 e 31/12/2016, bem como recebimentos (fluxo) referentes ao exercício de 2017 e 2016 para os créditos geridos pela STN.

Tabela 49: Receitas administradas pela STN - Comparação Exercício 2017 versus Exercício 2016 (R$ milhões)

RECEITAS SOB GESTÃO DA STN			
PROGRAMA	dez/17	dez/16	Variação %
LEI Nº 9.496/97	13.982,011	14.791,191	-5,47%
LEI Nº 8.727/93	1.405,986	1.715,398	-18,04%
MP 2.185	3.082,717	2.877,785	7,12%
ROYALTIES	1.455,968	1.630,604	-10,71%
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ	442,152	1.406,285	-68,56%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DMLP	216,705	239,406	-9,48%
CARTEIRA DE SANEAMENTO	129,997	141,241	-7,96%
PNAFE	51,676	122,748	-57,90%
AC. BRASIL-FRANÇA	4,119	3,889	5,89%
HONRA DE AVAL - OP. EXTERNA	237,328	588,832	-59,70%
HONRA DE AVAL - OP. INTERNA	774,864	1.424,906	-45,62%
TOTAL	**21.783,527**	**24.942,290**	-12,66%

Fonte: COAFI/STN/MF.

Gráfico 7 – Recebimentos referentes aos créditos devidos por Estados e Municípios – Exercício de 2017 - STN

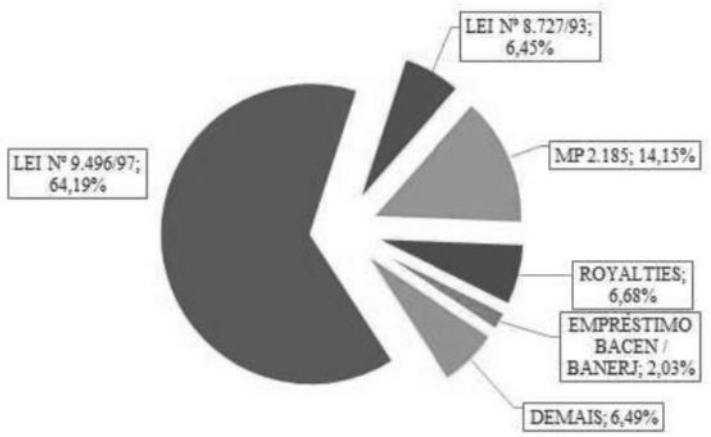
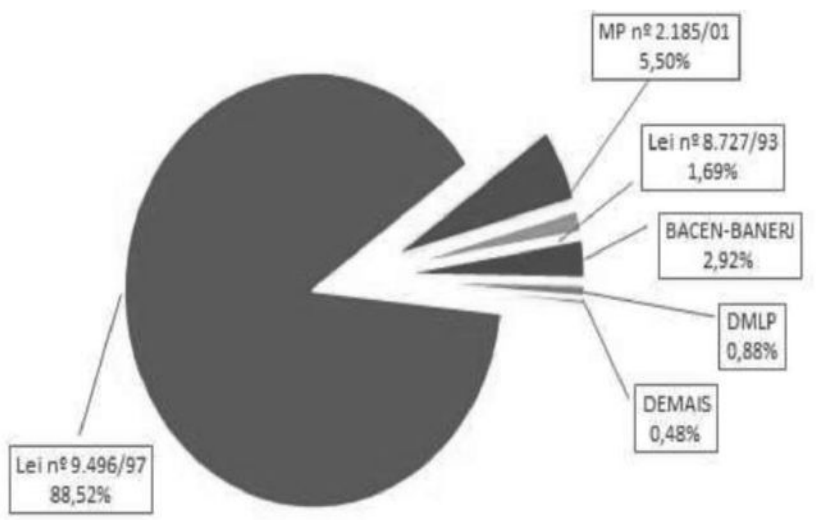


Tabela 50: Estoque de créditos financeiros junto a Estados e Municípios administrados pela STN (R$ milhões)

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - Dezembro/2017 - Dezembro/2016			
PROGRAMA	**dez/17 (R$ milhões)**	**dez/16 (R$ milhões)**	**Variação %**
Lei nº 9.496/97	510.745,993	488.083,607	**4,64%**
MP nº 2.185/01	31.752,968	32.364,325	**-1,89%**
Lei nº 8.727/93	9.735,316	11.347,150	**-14,20%**
BACEN-BANERJ	16.851,324	15.394,838	**9,46%**
ROYALTIES	2.226,541	3.404,209	**-34,59%**
DMLP	5.105,746	5.057,173	**0,96%**
BNDES-CONTRATO 517	0,00	0,00	**-**
CART. DE SANEAMENTO	546,855	621,885	**-12,06%**
PNAFE	0,00	53,637	**-100,00%**
ACORDO BRASIL-FRANÇA	12,524	14,286	**-12,33%**
TOTAL	**576.977,271**	**556.341,113**	**3,71%**

Fonte: COAFI/STN/MF.

Gráfico 8 – Distribuição dos créditos junto a Estados e Municípios administrados pela STN – Posição de 31/12/2017



Pelo fato das receitas e despesas desses haveres serem financeiras, o impacto fiscal da realização a maior ou menor em relação ao previsto se dá exclusivamente nos indicadores de endividamento.

3.2.5.2 Haveres Financeiros não Relacionados a Entes Federativos

Os haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos podem ser classificados em quatro classes distintas conforme a norma ou ato que lhe deu origem, sendo elas:

(i) Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, e Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, a União deve suceder, nos seus direitos e obrigações, as entidades da Administração Pública Federal que venham a ser extintas ou dissolvidas em decorrência de norma legal, ato administrativo ou contrato. Por conseguinte, parte dos créditos oriundos de empresas extintas são controlados pela STN.

(ii) Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

(iii) Haveres Originários de Legislação Específica

Configura-se como o grupamento de haveres mais relevante tanto em termos de saldo devedor, como no que se refere ao fluxo de arrecadação de juros e principal. Estão caracterizados dentro deste grupo, os contratos derivados de operações do Tesouro Nacional autorizadas em diversas legislações específicas.

(iv) Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

÷ **Securitização** - créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/1995 e da Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas que contaram com recursos do BNDES/Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A. (BB);

÷ **Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa)** - operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do Pesa do Banco do Brasil.

Tabela 51 - Haveres Financeiros não relacionados a entes federativos - Estoque em 2017 e fluxos previstos para 2018 e 2019 (R$ milhões)

Classe	**Saldo em 31/12/2017**	**Fluxo de recebimentos previsto**	
		2018	**2019**
EMPRESAS EXTINTAS	18,034	7,530	1,129
OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	18.285,162	5.380,383	5.196,058
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	512.894,123	2.613,136	2.628,718
HAVERES AGRÍCOLAS	17.433,873	1.698,279	1.287,432
TOTAL	**548.631,193**	**9.699,329**	**9.103,852**

a.2.1) Empresas extintas

Dentre os haveres oriundos de empresas extintas, o único que apresenta um fluxo constante e que, portanto, vem sendo previsto nas Leis Orçamentárias Anuais é o relativo ao extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC, cujo saldo em 31/12/2017 era de R$ 18.034.623,44. Esse haver refere-se às operações de créditos, nos programas de Securitização e de PESA, contratadas entre mutuários e o extinto BNCC. Atualmente, esses créditos são de titularidade da União, por sucessão, sendo os créditos administrados pelo BB.

No que tange ao risco fiscal é importante destacar que a previsão de recebimentos elaborada pelo BB e incluída nas Leis Orçamentárias Anuais já contempla a possível inadimplência dos mutuários. Assim, uma vez que os recebimentos dessa classe vêm se comportando de acordo com o modelo preditivo, não se verifica a necessidade de provisionar recursos dessa origem no orçamento de 2019.

Importa salientar ainda que a receita prevista de R$ 7,5 milhões, para 2018, e parte da receita prevista de R$ 1,1 milhão, para o exercício de 2019, diz respeito em parte ao vencimento do principal da dívida, a qual foi garantida em títulos de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, adquiridas pelos mutuários na origem dos citados Programas e, dessa forma, tal parcela não apresenta risco de inadimplência.

Tabela 52 - Haveres Originados de Empresas Extintas (R$ milhões)

Órgãos extintos	***Valor de recebimento previsto***		***% de Risco Fiscal***	***Valor de recebimento previsto 2019, após provisão***	***Receita Financeiro (F); Primário (P)***
	2018	***2019***			
BNCC	7,530	1,129	0%	1,129	F

Fonte**:** GERAT/COFIS/STN/MF.

a.2.2) Operações estruturadas

Na segunda classe de ativos, encontram-se os haveres originados de operações estruturadas, cujo saldo devedor é de R$ 18,3 bilhões, posição de 31/12/2017. Neste grupo estão os recebíveis originados de operações com as seguintes empresas: (i) Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás/Itaipu, saldo devedor de R$ 13,1 bilhões; (ii) Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, saldo devedor de R$ 522,7 milhões; (iii) parcelas de arrendamento da extinta RFFSA, saldo devedor de R$ 4,7 bilhões.

O primeiro recebível é um ativo oriundo dos créditos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS com a ITAIPU Binacional, adquiridos pela União, por meio dos Contratos nº 424 e 425, nos termos da Medida Provisória - MPV nº 1.755, atual MPV nº 2.181, de 24.8.01.

No exercício de 2017, verificou-se que houve o reajuste da tarifa de energia, solicitado pela Eletrobrás, e a regularização dos compromissos assumidos, por aquela Empresa com a União, relativos ao exercício de 2016, com correção, a partir de final de março, em duodécimos. Dessa forma, por meio do citado reajuste da tarifa de energia, aquela Empresa buscou garantir as receitas necessárias para honrar o fluxo de pagamentos contratado com a União.

No que diz respeito aos ativos decorrentes das operações junto à Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, esses referem-se aos Contratos de Cessão de Créditos n° 18, de 12/05/2000, e n° 26, de 14/09/2000, celebrados com amparo nas MPVs n° 1.985-27, de 04/05/2000, e n° 1.985-31, de 28/08/2000. Por meio desses instrumentos, a CDRJ cedeu à União 268 (duzentas e sessenta e oito) prestações mensais vencíveis entre 2001 e 2023 decorrentes do ajuste para exploração do Terminal de Contêineres I do Porto do Rio de Janeiro, firmado entre a CDRJ e a arrendatária Libra Terminal Rio S.A.

Ainda, tais ativos têm amparo no Contrato de Cessão de Créditos s.n., de 28.12.1998, e seu Termo Aditivo, de 09.08.2002, firmados com força na MPV n° 1.755-9, de 14.12.1998, e na MPV nº 2.181-45, de 24.08.2001. Por meio dos referidos contratos, a CDRJ cedeu à União 276 (duzentos e setenta e seis) prestações mensais, com o último vencimento em 01.10.2025, que decorrem de ajuste para exploração do terminal de contêineres do Porto de Sepetiba - TECON I, firmado entre a CDRJ e a arrendatária Sepetiba Tecon S.A.

Considerando a inadimplência observada no exercício de 2017, calcula-se a probabilidade de frustração dessas receitas em 54,23%. Vale ressaltar que esse inadimplemento decorre de questões contratuais da concessão do serviço portuário, sendo a própria CDRJ garantidora do crédito da União. Entretanto, como essa Empresa Pública não vem honrando a garantia prestada, os valores em atraso têm sido encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com vistas a sua inscrição em Dívida Ativa da União - DAU.

No que diz respeito aos ativos contratados com a extinta RFFSA, aquela Empresa cedeu, antes de sua extinção, à União créditos originários de Contratos de Arrendamento de Bens Vinculados à Prestação de Serviço Público de Transporte Ferroviário.

Quanto ao risco fiscal, deve ser destacado que parte desses recebíveis estão sendo contestados judicialmente pelas arrendatárias. Destarte, para a parcela de recebíveis nessa situação, liminarmente, as mesmas têm sido depositadas em juízo e/ou vem sendo afiançadas por meio de seguro-garantia, sem que, contudo, ocorra o efetivo recolhimento dos valores. Dessa forma, considerando que não há previsão de receita, para o exercício de 2019, quanto à parcela de recebíveis em exame e que existe a possibilidade de decisão judicial desfavorável à União, para a presente situação não há previsão da inclusão dessas receitas na LOA para 2019.

Posto isto, no que se refere à parcela dos recebíveis contratados com a extinta RFFSA que apresentam pagamentos regulares, não há necessidade de provisionamentos, considerado o histórico de recolhimentos de exercícios anteriores.

Tabela 53 - Haveres Originados de Operações Estruturadas (R$ milhões)

	Valor de recebimento previsto		*% de Risco Fiscal*	*Valor de recebimento previsto 2019, após provisão*	*Receita Financeira (F); Primária (P)*
Operações estruturadas	***2018***	***2019***			
Eletrobrás/Itaipu	4.921,111	4.753,377	0%	4.753,377	F
CDRJ	67,937	68,776	54,23%	31,478	F
RFFSA - Demais contratos	391,333	373,904	0%	373,904	F
TOTAL	**5.380,383**	**5.196,058**	**-**	**5.158,760**	**-**

Fonte: GEATI/COFIS/STN/MF.

a.2.3) Legislação específica

Quanto à terceira classe de ativos, que compreende as operações decorrentes de legislação específica, os valores de recebimentos previstos para 2019 são oriundos das seguintes fontes:

(i) Instrumento Elegível a Capital Principal - IECP firmado com o Banco da Amazônia;

(ii) IECP firmado com o Banco do Brasil;

(iii) IECP firmado com o Banco do Nordeste do Brasil;

(iv) Contratos de financiamento e IECPs firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

(v) IECPs firmados com a Caixa Econômica Federal; e

(vi) Votos CMN relativo à Itaipu/ANDE.

Os instrumentos contratuais em tela não têm apresentado risco de crédito, haja vista que as instituições devedoras possuem situação financeira sólida e um bom histórico de pagamentos. Assim, não se verifica a necessidade de provisionar recursos dessas origens.

Tabela 54 - Operações Decorrentes de Legislação Específica (R$ milhões)

Legislação específica	*Valor de recebimento previsto*		*% de Risco Fiscal*	*Valor de recebimento previsto 2019, após provisão*	*Receita Financeira (F); Primária (P)*
	2018	***2019***			
BASA (Banco da Amazônia)	66,685	66,685	0%	66,685	F
BB - Instrumento Elegível a Capital Principal	84,210	84,210	0%	84,210	F
BNB (Banco do Nordeste)	217,716	217,716	0%	217,716	F
BNDES	1.760,353	1.760,834	0%	1.760,834	F
CAIXA - Instrumento Elegível a Capital Principal	467,959	483,060	0%	483,060	F
Voto CMN - ANDE	16,210	16,210	0%	16,210	F
Total	**2.613,136**	**2.628,718**	**-**	**2.628,718**	**-**

Fonte: GEATI/COFIS/STN/MF.

a.2.4) Haveres agrícolas

No que diz respeito à quarta classe de ativos, que abrangem os haveres agrícolas, destacam-se os valores relativos aos créditos das operações ao amparo do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA e do Programa de Securitização, ambos autorizados pela Lei nº 9.138/1995.

Aproximadamente 80% desses créditos estão sob administração do Banco do Brasil, para acompanhamento, controle e cobrança dos mutuários e posterior repasse à União, sob a gestão da STN.

Cabe informar que, no caso dos citados programas e no que se refere aos recursos operados pelo Banco do Brasil S.A., houve a aquisição e a desoneração do risco, pela União, com amparo na Medida Provisória n° 2.196-3, de 24/08/2001. Dessa forma, para essas operações, quando verificada inadimplência, é realizada a inscrição do débito em Dívida Ativa da União - DAU. Assim, tendo em vista que a gestão dos créditos inscritos em DAU compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, tais valores não são previstos, pela STN, como valores de recebimentos previstos para 2019.

Cumpre ressaltar ainda que, a partir do exercício de 2018, os citados programas tiveram os valores de receita e de despesa ampliados. Tal modificação foi suscitada pela necessidade de se realizar a previsão das despesas e receitas em função do valor bruto, com vistas a aumentar a transparência do gasto público, em linha com o previsto no art. 6º e art 54 da Lei n° 4.320, de 1964.

No entanto, deve ser esclarecido que a citada elevação da receita e da despesa, em igual magnitude, não aponta para uma melhora da situação fiscal, sendo que tão somente explicita no orçamento as subvenções concedidas no caso de créditos adquiridos pela União.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Quanto ao risco fiscal, tendo em vista que os recebimentos têm se comportado conforme a previsão apresentada pelo Banco do Brasil e que o valor previsto na Lei orçamentária já exclui o risco de crédito, não se verifica a necessidade de provisionamento adicional para qualquer valor relativo a essa classe.

Tabela 55 - Operações decorrentes de haveres agrícolas (R$ milhões)

Haveres rurais	*Valor de recebimento previsto*		*% de Risco Fiscal*	*Valor de recebimento previsto 2019, após provisão*	*Receita Financeira (F); Primária (P)*
	2018	*2019*			
PESA	703,544	345,839	0%	345,839	F
Securitização	994,734	941,593	0%	941,593	F
TOTAL	**1.698,279**	**1.287,432**		**1.287,432**	**-**

Fonte: GEATI/COFIS/STN/MF.

a.2.5) Riscos previstos e efetivamente realizados em 2017

Para o ano de 2017, foi previsto risco de 0,11% do total das receitas incluídas na Lei Orçamentaria Anual relativamente aos haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos.

Ao comparar os valores previstos e realizados para o exercício de 2017, foi verificado que as variações mais significativas dizem respeito à liquidação antecipada, pelo BNDES, no valor de R$ 50 bilhões em contratos de financiamento que aquele Banco possui com a União, evento que elevou a arrecadação acima da previsão, para o grupo Legislação Específica.

Deve ser destacado ainda que, no que diz respeito ao agregado Operações Estruturadas, a receita realizada em 2017 foi 7,24% inferior ao valor previsto, uma vez que esse grupo inclui os ativos da União com Eletrobrás que são atualizados monetariamente pelo dólar, sendo que o mesmo oscilou de R$ 3,9986, em 01/02/2016, quando da confecção da PLDO 2017, para uma taxa efetiva média de R$ 3,1925, verificada no período de 02/01/2017 a 29/12/2017, correspondendo a uma queda de 20,16% no valor da taxa de câmbio.

A tabela a seguir compara o valor provisionado com o efetivamente arrecadado no exercício de 2017.

Tabela 56 - Comparação do valor provisionado com o efetivamente arrecadado no exercício de 2017 (R$ milhões)

Agregados	*Valor de recebimento previsto 2017*	*% de Inadimplência*	*Valor de recebimento previsto para 2017 após o provisionamento*	*Valor de recebimento Realizado 2017*	*Diferença entre o valor após provisionamento e o efetivamente recebido*
Empresas Extintas	Sem previsão	100,0%	Sem previsão	0,748	-
Operações Estruturadas	5.827,292	0,35%	5.806,819	5.386,120	-7,24%
Legislação Específica	11.810,178	0,0%	11.810,178	53.819,032	355,70%
Haveres Rurais	338,744	0,0%	338,744	378,802	11,83%
TOTAL	**17.976,215**		**17.955,742**	**59.584,703**	**231,84%**

Fonte: GEATI/COFIS/STN/MF.

3.2.5.3 Haveres decorrentes de Programas Específicos e do Fundo de Financiamento às Exportações - Finex

O programa que apresenta o maior percentual de não recebimento é o de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), com 94%, seguido pelo programa do Fundo de Financiamento às Exportações (FINEX), com 77% e pelo programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com 32%. Os valores registrados no SIAFI como perdas prováveis têm alto risco de não recebimento e, consequentemente, de inscrição em Dívida Ativa da União-DAU. Para que ocorra a inscrição na DAU, primeiramente, os bancos gestores dos programas tentam regularizar administrativamente a situação inadimplente dos mutuários. Esgotadas as medidas administrativas, sem sucesso de quitação da dívida, os bancos formalizam o pedido de inscrição em Dívida Ativa da União- DAU. Uma vez aprovada a inscrição pela PGFN, o valor referente à inadimplência é retirado da carteira do Tesouro, ficando a cargo daquela procuradoria o controle e recebimento dos valores referentes aos haveres em litígio.

A natureza do risco é financeira, tendo em vista que o impacto no resultado primário já ocorreu quando foi realizada a operação de financiamento. O risco está relacionado ao não recebimento de empréstimos realizados com recursos da União para programas de recuperação da lavoura cacaueira baiana, fortalecimento de agricultura familiar, incentivos às exportações e de revitalização de cooperativas de produção agropecuária. A operacionalização do programa, bem como o processo de negociação administrativa junto aos inadimplentes, cabem ao banco gestor do programa.

Em caso de materialização do risco, representado pelo não pagamento dos empréstimos, os bancos operadores dos programas adotam medidas de mitigação, que são definidas como negociação administrativa. Esgotadas essas ações administrativas, a providência adotada pelo banco é a solicitação de inscrição na DAU.

Ademais, vale mencionar os haveres decorrentes dos Programas de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (PRLCB), de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), de Financiamento às Exportações (Proex) e de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), assim como do Fundo de Financiamento às Exportações (Finex), que constam da tabela a seguir:

Tabela 57 - Haveres decorrentes de Programas Específicos e do Finex (R$ milhões)

Programa	**Saldo da Carteira**	**% (risco) de não Recebimento**	**Saldo após risco**	**Receita Financeira (F) ou Primária (P)**
CACAU - Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana - PRLCB	47,544	100%	0	F
PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar	4.074,515	32%	2.775,502	F
Subtotal Segmento Rural	**4.122,059**	**33%**	**2.775,502**	**F**
Programa de Financiamento às Exportações - Proex*	2.024,160	6%	1.905,531	F
Fundo de Financiamento às Exportações - Finex*	1.835,284	77%	427,522	F
Subtotal Fomento às Exportações	**3.859,444**	**40%**	**2.333,053**	**F**
RECOOP - Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária	25,897	94%	1,429	F

OBS: * Haver não passível de inscrição em DAU por se tratar de devedores estrangeiros. A cobrança de haver de devedores do setor público se dá no âmbito do Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior - COMACE e de devedores do setor privado nos termos da Lei nº 11.281/2006.
Fonte: COPEC/STN/MF - posição dos saldos devedores e registro contábil das provisões no SIAFI em 31/12/2017, com base nos dados enviados pelos Bancos Operadores - com posição em 30/11/2017.

Tabela 58 - Haveres decorrentes de Programas Específicos - valores previstos (R$ milhões)

	2016	2017*	2018*	2019*	Impacto Financeiro (F) ou Primário (P)
PRONAF	330,947	104,840	112,603	94,397	F
RECOOP	20,624	5,392	0,696	0	F
PROEX	1.404,553	1.226,120	907,383	941,864	F

*Previsto. Fonte: COPEC/STN/MF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3 OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS

3.3.1 RISCOS RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA

a) Avaliação dos riscos decorrentes da administração da Dívida Pública

São dois principais riscos que afetam a administração da Dívida Pública Federal (DPF). O primeiro, o risco de refinanciamento, é consequência do perfil de maturação da dívida. O segundo, risco de mercado, decorre de flutuações nas taxas de juros, de câmbio e de inflação. Tais variações acarretam impactos no orçamento anual, uma vez que alteram o volume de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida, afetando inclusive os orçamentos dos anos posteriores. Esses riscos são especialmente relevantes, pois afetam a relação Dívida Líquida do Setor Público/Produto Interno Bruto - DLSP/PIB e Dívida Bruta do Governo Geral/Produto Interno Bruto - DBGG/PIB, considerados os indicadores mais importantes de endividamento do setor público.

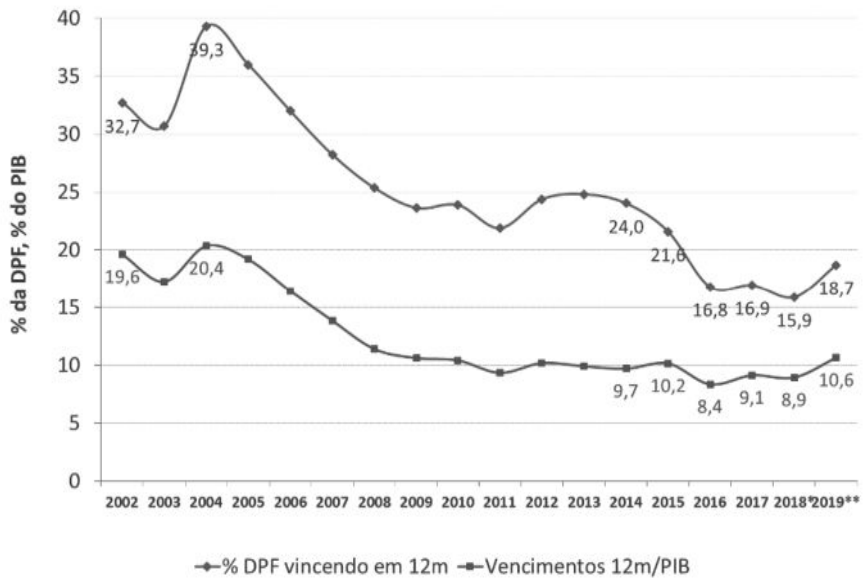
O risco de refinanciamento representa a possibilidade de a STN ter de suportar elevados custos para se financiar no curto prazo ou, no limite, não conseguir captar recursos suficientes para honrar seus vencimentos. O risco de mercado, por sua vez, captura a possibilidade de elevação no estoque nominal da dívida decorrente de alterações nas condições de mercado que afetem os custos dos títulos públicos, tais como as variações nas taxas de juros, de câmbio e de inflação. Particularmente, importante para este Anexo de Riscos Fiscais é a análise de sensibilidade da dívida, que mede o possível aumento nos valores de pagamento ou no estoque da Dívida Pública no ano, decorrente de flutuações nas variáveis macroeconômicas.

b) Avaliação dos riscos da Dívida Pública Federal

Risco de Refinanciamento

O risco de refinanciamento é consequência do perfil de maturação da dívida. A redução do percentual vincendo em 12 meses é um importante passo para a diminuição desse risco, pois essa métrica indica a proporção do estoque da dívida que deverá ser honrada no curto prazo. Na figura abaixo, pode-se ver que a STN tem trabalhado no sentido de reduzir essa concentração, mantendo esse indicador abaixo de 25%, valor considerado confortável, especialmente quando se leva em consideração a política da STN de manutenção da reserva de liquidez em torno de 6 meses do serviço da dívida.

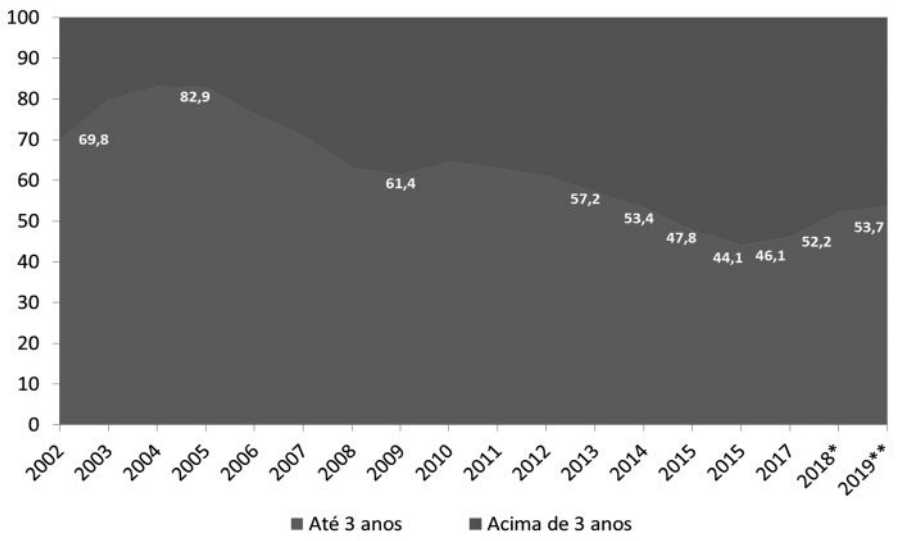
Gráfico 9 - DPF Vincenda em 12 Meses



** Projeções com base no PAF 2018; ** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018. Fonte: COGEP/STN.*

A análise da concentração da DPF vincenda em 12 meses apresenta limitação como indicador do risco de refinanciamento, uma vez que não antecipa concentrações de vencimentos em períodos superiores a 12 meses. Dessa forma, a STN tem dado cada vez mais relevância ao acompanhamento da estrutura mais completa de vencimentos. O gráfico seguinte mostra que a redução do percentual vincendo em 12 meses da Dívida Pública tem sido acompanhada por melhor distribuição dos vencimentos nos demais períodos.

Gráfico 10 - Perfil de vencimentos do estoque da DPF



** Projeções com base no PAF 2018; ** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018. Fonte: COGEP/STN.*

Fonte: COGEP/STN.

Risco de Mercado

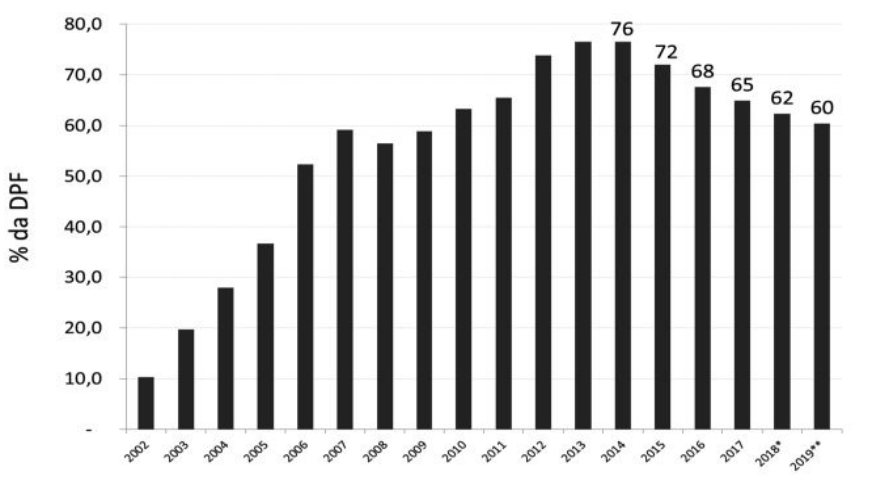
A composição da DPF é o indicador mais imediato do risco de mercado, pois seu estoque possui títulos com diferentes características, de acordo com o tipo de remuneração a que estão condicionados.

Em anos recentes, a estratégia para a composição da dívida optou por tolerar um aumento de participação de títulos remunerados a taxas flutuantes para evitar um custo excessivo atribuído aos títulos prefixados e aos remunerados por índices de preços. Isso porque a emissão de títulos flutuantes teve papel importante no objetivo de alcançar um percentual mínimo de refinanciamento de 100% da DPF. De fato, o volume adicional de emissões de LFT em um período com baixos vencimentos desses títulos gerou um aumento na participação de flutuantes na composição da DPF sem que houvesse, necessariamente, uma menor colocação de títulos prefixados. Este efeito deve ocorrer mais uma vez em 2018, o que tem provocado um recuo temporário na estratégia de substituição dos títulos flutuantes por prefixados ou remunerados por índices de preços.

Cabe pontuar que esse resultado reflete movimentos conjunturais, marcados pela recuperação econômica e fiscal em curso, e não implicam alterações das diretrizes observadas pela gestão da DPF para médio e longo prazo. Com a superação dos desafios de curto prazo, espera-se retomar a convergência da composição da DPF em direção à estrutura desejada para a dívida no longo prazo, de modo que os atuais desvios na composição sejam temporários.

A figura seguinte mostra que a soma das parcelas atreladas a juros prefixados ou indexadas à inflação, após atingir um máximo de 76% da DPF em 2014, deverá cair nos próximos dois anos para valores próximos a 60% da DPF. É um patamar que preserva os esforços realizados no passado recente para o aperfeiçoamento no perfil da dívida, partindo-se de uma base, em 2002, em que apenas 10% da DPF correspondiam a essa parcela menos arriscada. A menor exposição a riscos conquistada ao longo dos últimos anos cria espaço na gestão da dívida para a adoção de uma estratégia de financiamento que privilegia menores custos no curto prazo, mesmo que isso signifique um recuo na participação de títulos prefixados e remunerados por índices de preço no financiamento público.

Gráfico 11 - Composição da DPF: Prefixados mais remunerados por índices de preços



** Projeções com base no PAF 2018; ** Projeções para 2019 com base em um cenário de continuidade do PAF 2018. Fonte: COGEP/STN.*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3.2 RISCOS EM CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPPs)

A União, considerando sua administração direta e indireta, possui atualmente um único contrato de PPP, que é o Complexo Data Center contratado por um consórcio formado por Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal junto à GBT S/A.

As empresas estatais envolvidas não são dependentes e os contratos não preveem qualquer tipo de garantia do poder concedente ao concessionário, portanto não existem riscos alocados à União.

Concessões

÷ Ótica das Despesas:

Com relação às Concessões de infraestrutura, a prática da União nesses contratos tem sido a de transferência dos riscos mais relevantes para o concessionário, como é o caso dos riscos de construção, de demanda e macroeconômico. Sobre a União normalmente recai a responsabilidade sobre eventos extraordinários, que venham a ser reconhecidos como caso fortuito, força maior ou fato do príncipe. Mesmo nesses casos, o Poder Concedente dispõe de mecanismos de compensação que não causam impacto fiscal, como por exemplo, reajuste tarifário ou dilatação do prazo contratual.

Um levantamento foi realizado, em conjunto com Agências Reguladoras, abarcando os contratos de concessão vigentes nos setores de Exploração e Produção de Petróleo e Gás natural; Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica; Aeroportos, Rodovias e Ferrovias. Não foram identificadas obrigações financeiras explícitas ou contingentes deles decorrentes para o período entre os anos de 2019 e 2021.

÷ Ótica das Receitas:

No que tange às projeções de receitas de concessões, os valores arrecadados provêm da obrigação de pagamento de outorga por parte do concessionário, definida em contrato. Parte das receitas advém de contratos vigentes e parte da celebração de novos contratos. Nesse contexto, os principais riscos fiscais decorrem, por um lado, da possibilidade de inadimplência de concessionários com contratos vigentes, e, por outro lado, da não celebração dos novos contratos previstos para aquele período.

Em termos de possibilidade de não pagamento de outorgas de concessões vigentes, os fatores de riscos estão relacionados a questionamentos judiciais, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiros ou mesmo insolvência do concessionário.

Já em termos da possibilidade de não realização de leilões previstos, os principais fatores de risco a serem considerados para elaboração da Lei Orçamentária Anual são a exequibilidade do cronograma dos leilões e a ausência de propostas de potenciais interessados ("leilão deserto"). Para mitigar o risco de cronograma é feito monitoramento dos processos e qualquer alteração de estimativa é refletida nas avaliações bimestrais de receitas e despesas primárias. Com relação ao risco de leilão deserto, sua mitigação passa por garantir que haja aderência entre o modelo econômico desenhado e a expectativa do mercado, assim como garantir que a condução do processo licitatório seja feita de maneira a minimizar as incertezas, favorecendo a previsibilidade e transparência.

A Tabela 59 apresenta o histórico recente de receitas de concessões e permissões. O comparativo entre a projeção constante da Lei Orçamentária e o valor efetivamente arrecadado a cada ano mostra a importância de uma adequada avaliação de riscos de realização dessas receitas.

Tabela 59: Receita de Concessões (R$ milhões)

Receita de Concessões				
	PLOA	LOA	Realizado	Realizado/LOA
2013	3.321	15.679	21.111	135%
2014	9.751	13.451	8.053	60%
2015	13.304	15.461	5.885	38%
2016	10.007	28.507	21.931	77%
2017	23.963	23.963	32.134	134%

Fontes: PLOA; LOA; SIAFI

A Tabela 59 decompõe as receitas entre contratos vigentes e novos leilões realizados no período. Como pode ser constatado, as variações entre previsto e realizado estão presentes inclusive nos contratos de concessões vigentes. Dessa forma, a elaboração do PLOA deve observar todos esses fatores de risco de forma abrangente.

Tabela 60: Receita de Concessões (novas concessões x contratos vigentes) - (R$ milhões)

Receita de Concessões					
		PLOA	LOA	Realizado	Realizado/LOA
2014	Vigentes	3.841,0	3.841,0	2.976,0	77%
	Novas	5.910,0	9.610,0	5.077,0	53%
	Total 2014	9.751,0	13.451,0	8.053,0	60%
2015	Vigentes	6.223,0	6.223,0	5.885,0	95%
	Novas	7.081,0	9.238,0	0	0%
	Total 2015	13.304,0	15.461,0	5.885,0	38%
2016	Vigentes	5.007,0	22.007,0	21.931,0	100%
	Novas	5.000,0	6.500,0	0	0%
	Total 2016	10.007,0	28.507,0	21.931,0	77%
2017	Vigentes	4.735,0	4.735,0	8.536,0	180%
	Novas	19.228,0	19.228,0	23.598,0	123%
	Total 2017	23.963,0	23.963,0	32.134,0	134%

Fonte: COAPI/STN/MF

Desafios

Como relatado anteriormente, foram realizados diversos avanços na avaliação de riscos em concessões e parcerias público-privadas. No sentido de prosseguir neste processo de aperfeiçoamento, as melhores práticas internacionais, difundidas por organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, apontam para outras oportunidades na avaliação de riscos decorrentes de contratos de Concessões e PPPs no Brasil. Nessa linha, é importante avançar nos seguintes quesitos: (i) mapeamento de eventuais riscos assumidos pela União em cada contrato de concessão, com a colaboração das agências reguladoras, especialmente risco de pagamento de indenizações ou reequilíbrio econômico-financeiro, além do risco de frustração de receitas de outorga; (ii) desenvolvimento de metodologia para mensuração e avaliação sistemática desses riscos; (iii) divulgação consolidada da carteira de contratos vigentes de Concessões e PPPs; (iv) diretrizes para alocação de riscos em novos contratos de PPPs e Concessões, de forma alinhada com as restrições fiscais.

Abaixo, a Tabela 61 apresenta informações relativas aos contratos de concessões vigentes dos setores de infraestrutura logística e energética, conforme informações fornecidas pelas respectivas agências reguladoras.

Tabela 61: Contratos de Concessões Vigentes (Infraestrutura logística e energética)

Setor da Concessão	Objeto do contrato de concessão	Dimensão	Início Concessão	Vencimento da Concessão
Rodovia	BR 381 (MG/SP)	562 km	2008	2033
Rodovia	BR 101 (RJ)	320 Km	2008	2033
Rodovia	BR 101/116/376 (SC/PR)	405,94 Km	2008	2033
Rodovia	BR 116 (PR/SC)	413 Km	2008	2033
Rodovia	BR 116 (PR/SP)	402 Km	2008	2033
Rodovia	BR 393 (RJ)	200 Km	2008	2033
Rodovia	BR 153 (SP)	321 Km	2008	2033
Rodovia	BR 324/116 e BA 526/528	680 Km	2009	2033
Rodovia	BR 050 (GO/MG)	436,6 Km	2014	2044
Rodovia	BR 163 (MS)	847,2 Km	2014	2037
Rodovia	BR 163 (MT)	850,9 Km	2014	2038
Rodovia	BR 040 (MG/GO/DF)	936,8 Km	2014	2039
Rodovia	BR 101 - Ponte Rio-Niterói	13,2 Km	2015	2045
Rodovia	BR 116 (RJ/SP)	402 Km	1996	2021
Rodovia	BR 040 (RJ/MG)	180 Km	1996	2021
Rodovia	BR 116 (RJ) Rio - Teresópolis	142,5 Km	1996	2021
Rodovia	BR 290/116	121 Km	1997	2017
Rodovia	BR 116/392	457,3 Km	1998	2018
Rodovia	BR 060/153/262 (DF/GO/MG)	1.176,5 Km	2014	2035
Rodovia	BR 153 (GO/TO)	624,8 Km	2014	2044
Rodovia	BR 101 (ES/BA)	475,9 Km	2014	2039
Ferrovia	Malha Sul RS/SC/PR	7.223 Km	1996	2026
Ferrovia	Malha Nordeste	4.295 Km	1997	2027
Ferrovia	Ferrovia de Integração Oeste Leste EF-334	-	1997	2057
Ferrovia	EFC - Estrada de Ferro Carajás - Vale - Sistema Norte (PA/TO/MA)	978 Km	1997	2027
Ferrovia	Malha Oeste PR	248 Km	1997	2027
Ferrovia	Estrada de Ferro Vitória a Minas	895 Km	1997	2027
Ferrovia	Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	7.223 Km	1996	2026
Ferrovia	Malha Norte MS/MG/GO/MT/RO/PA	5.228 Km	1989	2079
Ferrovia	Ferrovia Norte Sul	675 Km	2007	2037
Ferrovia	Malha Oeste MS/SP	1.973 Km	1996	2026
Ferrovia	Trecho Minas SC - Porto Tubarão SC	163 km	1997	2027
Ferrovia	Malha Paulista SP	2.055 Km	1998	2028
Ferrovia	MRS Logística - Malha Sudeste RJ/MG/SP	1.686 Km	1996	2026
Aeroporto	Aeroporto Internacional De São Gonçalo Do Amarante - Asga	15.220.146,99 m²	2012	2040
Aeroporto	Aeroporto Internacional Juscelino Kubistschek / Brasília - Bsb	9.947.560 m²	2012	2037
Aeroporto	Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro / Guarulhos - Gru	11.905.056,52m²	2012	2032
Aeroporto	Aeroporto Internacional De Campinas / Viracopos - Vcp	8.579.300 m²	2012	2042
Aeroporto	Aeroporto Internacional Do Rio De Janeiro / Galeão - Gig	14.462.076,82 m²	2014	2039
Aeroporto	Aeroporto Internacional Tancredo Neves / Confins - Cnf	15.175.129,34 m²	2014	2044
Aeroporto	Aeroporto De Florianópolis / Hercílio Luz - Fln	4.796.332,01 m²	2017	2047
Aeroporto	Aeroporto Pinto Martins / Fortaleza - For	4.550.951,27 m²	2017	2047
Aeroporto	Aeroporto Internacional De Porto Alegre - Salgado Filho - Poa	4.236.855,42 m²	2017	2042
Aeroporto	Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães / Salvador - Ssa	8.248.488,25 m2	2017	2047
Geração de Energia Hidrelétrica	Itumbiara[1]	2.082 MW	1970	2020
Geração de Energia Hidrelétrica	Sobradinho[1]	1.050,3 MW	1972	2022
Geração de Energia Hidrelétrica	Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)[1]	1.676 MW	1973	2023
Geração de Energia Hidrelétrica	Tucuruí I e II[1]	8.370 MW	1974	2024
Geração de Energia Hidrelétrica	Emborcação[1]	1.192 MW	1975	2025
Geração de Energia Hidrelétrica	Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)[1]	1.540 MW	1978	2028
Geração de Energia Hidrelétrica	Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)[1]	1.260 MW	1979	2029
Geração de Energia Hidrelétrica	Governador José Richa (Salto Caxias)[1]	1.240 MW	1980	2030
Geração de Energia Hidrelétrica	Serra da Mesa[1]	1.275 MW	1981	2039
Geração de Energia Hidrelétrica	34 contratos - Usinas Hidrelétricas[1]	4.911 MW	1944	2035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Geração de Energia Hidrelétrica	Santa Cruz[1]	1.000 MW	1967	2015
Geração de Energia Hidrelétrica	Presidente Médici A, B [1]	446 MW	1969	2015
Geração de Energia Hidrelétrica	Piratininga[1]	390 MW	1957	2015
Geração de Energia Hidrelétrica	Camaçari[1]	360 MW	1977	2017
Geração de Energia Hidrelétrica	30 contratos - Usinas Termelétricas	413 MW	1968	2029
Transmissão de Energia Elétrica	282 contratos Linhas de Transmissão	> 72.476 km	1984	2047
Distribuição de Energia Elétrica	Boa Vista Energia S.A[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Amazonas Distribuidora de Energia S.A[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Companhia Energática de Alagoas - CEAL[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Centrais elétricas de Rondônia S.A - CERON[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Companhia Energética do Piauí - CEPISA[2]	-	2001	2015
Distribuição de Energia Elétrica	Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A.[2]	-	1990	2020
Distribuição de Energia Elétrica	46 Contratos de concessão	-	1990	2045
Exploração e Produção de Petróleo e Gás natural	220 Contratos	142.687 km²	2000	2021
Exploração e Produção de Petróleo e Gás natural	549 Contratos	108.688 km²	1998	2044
Cessão onerosa de área dentro do porto organizado	22 Contratos	506.159 m²	1995	2021
Cessão onerosa de área dentro do porto organizado	97 Contratos	9.631.724 m²	1986	2052
Concessão florestal	17 Contratos	1.018.671 (ha)	2008	2056

[1]As hidrelétricas listadas são aquelas que ainda tem contratos de concessão a vencer e não foram objeto de relicitação.

[2] 6(seis) contratos de Distribuição estão vencidos. A continuidade da prestação do serviço foi estabelecida por meio das Portaria de Designação nº 421, 422, 423, 424 e 425, de 03 de agosto 2016, com validade até 31/07/2018.

Fonte: COAPI/STN/MF

3.3.3 RISCOS REFERENTES ÀS ESTATAIS FEDERAIS

Nesta seção, avaliam-se os riscos de empresas estatais federais que podem ser classificados nos seguintes grupos:

÷ Da avaliação dos aportes de capital em Estatais não Dependentes;

÷ Da avaliação das Instituições Financeiras públicas federais;

÷ Do setor não financeiro público federal;

÷ Das Estatais Federais

Os riscos relacionados a empresas estatais federais referem-se principalmente à análise da necessidade de capitalização nas estatais não dependentes, nas instituições financeiras e empresas não financeiras públicas federais, além dos riscos decorrentes da exigência legal de compensação entre as metas do Governo Central e das estatais federais, onde um resultado primário abaixo do esperado implicaria maior esforço sobre o resultado do Tesouro Nacional como um todo. Tratam-se de elementos como aporte de capital, indicadores de alavancagem, receita de dividendos, resultado primário, dentre outros.

3.3.3.1 Dos aportes de capital em Estatais não Dependentes

As capitalizações rotineiras para investimento não são consideradas no cálculo do risco de aporte de capital em empresas estatais, fato que ocorrem anualmente com base em dotações orçamentárias previamente discutidas, principalmente para as companhias Docas e empresas dependentes. O risco referente ao aporte de caráter eventual e não programado para garantir a sustentabilidade financeira ou operacional de empresas estatais não dependentes é o principal item a ser levado em conta.

A análise dos riscos fiscais relacionados à necessidade de capitalização em empresas estatais deve levar em conta as características específicas do setor de atividade econômica em que atua: setor financeiro ou setor produtivo.

3.3.3.2 Da avaliação das Instituições Financeiras Públicas Federais

O risco referente a necessidade de eventual capitalização nas instituições financeiras, em geral, não é relacionado à escassez de caixa (liquidez), mas sim de insuficiência de capital regulatório com a finalidade de cumprir os requisitos dos indicadores de alavancagem (Basileia, Capital Nível I e Capital Principal,). A capitalização necessária a este cumprimento pode ser efetuada com ativos não financeiros (ações de empresas, outros ativos mobiliários), sendo que, nesse caso, não haveria um impacto/risco fiscal direto. A tabela a seguir apresenta o índice mínimo regulatório dos 3 indicadores de capital de Basileia III (já incluídos os adicionais de capital principal de conservação e sistêmico) e seu cronograma de implantação até 2019 (janeiro).

Tabela 62 - Indicadores de Alavancagem

Indicador	2017	2018	2019
Índ. Basileia	10,750%	11,000%	11,500%
Ind. Capital Nível I	7,500%	8,375%	9,500%
Ind. Capital Principal	6,000%	6,875%	8,000%

Fonte: COPAR/STN/MF

A tabela 63 apresenta os coeficientes das 5 instituições financeiras federais na posição de setembro de 2017 (último dado disponível quando da elaboração deste texto, publicado em suas demonstrações financeiras trimestrais em meados de novembro/2017).

Tabela 63 - Indicadores de Alavancagem de Instituições Financeiras

Indicador	BNDES	BB	CEF	BNB	BASA
Índ. Basileia	25,90%	19,15%	15,24%	15,78%	15,50%
Ind. Capital Nível I	17,27%	13,29%	9,54%	10,35%	15,50%
Ind. Capital Principal	17,27%	10,04%	9,54%	10,35%	15,50%

Fonte: Demonstrações Financeiras das Instituições Financeiras, setembro 2017. Tabela de elaboração da STN/COPAR.

Podemos observar que CEF e BNB apresentam atualmente um índice de Capital Nível I muito próximo ao mínimo regulatório a ser requerido em 2019. Caso estas instituições não apresentem resultados suficientes, terão dificuldades de cumprir o mínimo regulatório dos indicadores em janeiro de 2019.

É importante ressaltar que instituições devem manter uma margem de segurança de forma a mitigar eventuais choques ao longo do ano. Tal margem seria praticamente inexistente para o índice de capital de Nível I da CEF, caso o mesmo desempenho desta empresa permaneça o mesmo.

Em um cenário de desenquadramento da estrutura de capital da companhia, será necessária intervenção do Estado por meio da capitalização, e tal possibilidade é considerada maior no exercício de 2018. Todavia, para manter os indicadores em patamares acima dos mínimos requeridos, as instituições deverão apresentar resultados consistentes vis a vis ao crescimento de suas carteiras de crédito, o que não nos permite descartar riscos de capitalizações também em 2019. Ademais, haveria o risco de não pagamento de dividendo obrigatório[9], considerando que o pagamento está condicionado ao cumprimento dos limites prudenciais. O risco de que a União tenha que realizar algum tipo de aporte de capital a uma instituição financeira em 2019 para que possa cumprir, com segurança, os seus limites operacionais, pode ser considerado médio, considerando um risco alto para o exercício de 2018.

Importante dizer que ações podem ser tomadas para melhorar a situação das instituições citadas, como a restrição de expansão da carteira de crédito (contingenciamento) ou a de captação de dívida subordinada via instrumento elegível a capital complementar (Nível I).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3.3.3 Do setor não financeiro público federal

O risco de capitalização de uma empresa não financeira em geral pode ser observado pela análise da sua situação econômico-financeira, principalmente pelo acompanhamento do desempenho e projeções de seu fluxo de caixa. A deterioração da performance da companhia sem eventuais medidas saneadoras denota que, em algum momento, ela demandará suporte de seu acionista controlador.

Há expectativa de que empresas não dependentes enfrentem dificuldades de caixa para 2018 e 2019, com destaque para Eletrobras, Casa da Moeda, Emgea, Correios, Serpro e Companhias Docas. Essas empresas vêm adotando medidas de saneamento como programas de demissão voluntária, reestruturações societárias, redução de custos com planos de saúde e outros benefícios, dentre outros. Por isso, o risco de aporte de capital em 2019 destas estatais pode ser considerado baixo.

Um risco fiscal de maior impacto reside no fato de as empresas controladas pela União não disporem de capacidade de geração de caixa suficiente para suas necessidades e demandarem recursos do Tesouro Nacional para despesas de custeio por mais de um exercício financeiro. Além do impacto fiscal direto dos respectivos valores, neste caso, há o risco de tais empresas sejam reclassificadas e entrem para o rol de estatais dependentes nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF)[10] e art. 2º da Resolução nº 48/2007[11] do Senado Federal:

Assim, no caso de reclassificação de quaisquer empresas como estatais dependentes, o risco fiscal assume proporções de maior complexidade, uma vez que as empresas terão suas programações (totalidade de suas receitas e despesas) incluídas no orçamento fiscal, com impactos significativos especialmente considerando as limitações globais de gastos instituídas nos termos dos arts. nºs 106 a 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzidos pela Emenda Constitucional nº 95/2016 (emenda do "teto de gastos"). O risco de que empresas hoje consideradas não dependentes sejam classificadas em 2019 como empresas dependentes pode ser considerado médio.

3.3.3.4 Das Estatais Federais

O risco fiscal relacionado às estatais federais reside no fato de a LDO determinar a compensação entre as metas do Governo Central e destas companhias. Uma frustração do resultado primário das estatais implicaria em uma maior necessidade de esforço no resultado do Tesouro Nacional.

Cabe ressaltar que a apuração do resultado pelo critério "acima da linha" é de competência da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e pelo critério "abaixo da linha" é feito pelo BCB, sendo este último o critério oficial para efeito de demonstração do cumprimento das metas.

A tabela a seguir apresenta o histórico do resultado das estatais nos últimos anos.

Tabela 64 - Resultado Primário das Estatais Federais (Em R$ milhões)

ANO	META	RESULTADO PRIMÁRIO (abaixo da linha)
2010	0	-623,58
2011	0	579,08
2012	0	-1.055,96
2013	0	-543,85
2014	0	-2.007,59
2015	0	-1.728,67
2016	0	-835,79
2017	-3.000	-952,27
2018	-3.500	N/D

Essas sociedades dependem de suas performances para o cumprimento das estimativas do resultado primário. Eventuais mudanças do cenário econômico ao longo do exercício financeiro podem alterar esse resultado pela conjugação de outras variáveis e suas estratégias de atuação.

Em razão da diversidade das atividades econômicas envolvidas, não é possível quantificar os riscos possíveis para o exercício de 2019. Pode-se considerar que o risco de discrepância entre o resultado estimado das estatais e o resultado efetivo tende a ser alto.

Ressalte-se que as instituições financeiras federais são excluídas do escopo de apuração do resultado primário das estatais federais, por definição. Excepcionalmente, também vêm sendo excluídas as empresas Petrobras e Eletrobrás.

3.3.4 RESTOS A PAGAR

A despesa pública passa por várias fases: gasto planejado, autorizado, empenhado, liquidado e pago. Quando a despesa é liquidada, significa que o serviço que deu origem a esse gasto já foi efetuado e reconhecido pelo ordenador de despesas, faltando, apenas, o desembolso efetivo do dinheiro. É justamente esse tipo de despesa (liquidada, mas ainda não paga) que dá origem aos Restos a Pagar Processados.

Com relação aos Restos a Pagar Não Processados, a despesa foi planejada, autorizada e empenhada, mas o ordenador de despesas ainda não reconheceu a prestação do serviço ou a execução do investimento. Ou seja, ainda não ocorreu liquidação nem pagamento do gasto.

Conceitualmente falando, os restos a pagar não representam risco fiscal, pois são despesas que foram empenhadas ou liquidadas em orçamentos anteriores e, portanto, se transformaram em passivos contabilizados pela administração pública. No entanto, a sua gestão pode comprometer a apuração do resultado primário basicamente de duas formas: primeiro, quando a despesa já foi liquidada e se posterga o pagamento (aumentando os Restos a pagar processados) ou quando ocorre atraso no reconhecimento de um serviço já prestado ao governo ou de um investimento já executado (aumentando os Restos a pagar não processados).

A Secretaria do Tesouro Nacional informa que este risco não mais é aplicável, tendo em vista que a Ação relativa ao Ressarcimento a Municípios de Dívidas Contratuais Internas assumidas e refinanciadas pela União (Lei Complementar nº 148, de 2014), não mais está sendo executada com restos a pagar, mas sim com orçamento do próprio exercício, conforme descrito no item a.1.3 - Programa 0905 Ação 00PQ.

3.3.5 FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES

O Tribunal de Contas da União, nos termos dos Acórdãos nº 3001/2016- TCU-Plenário e nº 539/2017-TCU-Plenário, dentre outros apontamentos, determinou a inclusão do impacto fiscal do FIES no Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos seguintes termos:

"9.4.3.2. quando da elaboração das leis de diretrizes orçamentárias anuais, inclua o Fies em seu Anexo de Riscos Fiscais, com a apresentação, a cada ano, da projeção dos impactos fiscais estimados decorrentes do programa, a curto, médio e longo prazos;"

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um fundo de natureza contábil destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes de menor renda matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC). O Programa foi instituído em 1999, pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de maio de 1999, que foi convertida na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, alterada recentemente pela Medida Provisória nº 785, de 6 de junho de 2017 e convertida na Lei 13.530, de 7 de dezembro de 2017.

Em relação ao Risco Fiscal, destaca-se que a Exposição de Motivos Interministerial EMI n° 00037/2017, elaborada por ocasião do envio da Medida Provisória nº 785, de 2017, ao Congresso Nacional, apresentou comentário acerca das três principais causas que podem levar a insustentabilidade fiscal do Fies: (i) risco de crédito, (ii) subsídio implícito e (iii) governança do programa.

A concessão de crédito aos estudantes expõe a União ao risco de crédito do Fies, indicador que é monitorado mensalmente. O valor da exposição relativa às operações do Fies, em 31.12.17, é de R$ 85,5 bilhões, sendo que R$ 82,1 bilhões são referentes aos contratos formalizados a partir de 2010, conforme a tabela abaixo:

Tabela 65: Valores da Dívida por safra de concessão

Ano*	Valor da Dívida A.F
2010	R$ 3.048.297.770,23
2011	R$ 5.983.595.736,02
2012	R$ 13.777.255.091,26
2013	R$ 20.420.457.671,97
2014	R$ 24.885.873.694,16
2015	R$ 9.140.377.719,25
2016	R$ 3.508.403.248,37
2017	R$ 1.417.864.779,63
Total	**R$ 82.182.125.710,89**

*Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017 *contratos assinados a partir de 15.01.2010*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os contratos de crédito do Fies possuem a particularidade de preverem desembolsos mensais para as instituições de ensino e renovações semestrais mediante os processos de aditamento, na medida em que o estudante avança na conclusão do curso. Em decorrência desse fato, a União submete-se a uma exposição adicional de R$ 37,1 bilhões em recursos contratados ainda por liberar, chegando a uma exposição total de R$ 122,7 bilhões em 31.12.17 (Tabela 66).

Tabela 66: Exposição ao Risco de Crédito

Exposição	dez/16	jun/16	dez/17
Contratos Legados (até 2010)	R$ 3.766.489.650,64	R$ 3.581.900.346,18	R$ 3.408.407.833,56
Contratos Atuais	R$ 64.690.685.502,19	R$ 73.767.542.159,17	R$ 82.182.125.710,89
Exposição por Valores já Liberados	**R$ 68.457.175.152,83**	**R$ 77.349.442.505,35**	**R$ 85.590.533.544,45**
Valores a Liberar (estimativa)			R$ 37.130.191.548,80
Exposição Total			**R$ 122.720.725.093,25**

Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017

Em 31.12.17, os atrasos nos pagamentos, contados a partir de um dia, foram observados em 52,51% dos contratos (1.347.667). Juntos, se considerado o saldo devedor integral desses contratos, respondem por um valor total de R$ 36,2 bilhões, equivalente a 44,16% do total da carteira. O maior volume de operações em atraso se concentra na faixa de 15 a 30 dias (Tabela 67).

Tabela 67: Adimplência e atrasos

Situação do Contrato	Contratos	Valor da Dívida (R$)	Atraso Médio (dias)
Adimplente	1.219.011	45.887.336.396,63	0,0
1 a 14 dias de Atraso	92.451	3.442.202.065,11	8,4
15 a 30 dias de Atraso	521.435	17.788.075.565,73	22,1
31 a 60 dias de Atraso	13.453	281.460.663,79	45,2
61 a 90 dias de Atraso	8.501	174.498.530,75	76,8
91 a 180 dias de Atraso	163.090	4.936.481.317,39	135,8
181 a 360 dias de Atraso	142.333	3.541.092.739,91	273,0
> 360 dias de Atraso	406.404	6.130.978.431,58	971,7
Total	**2.566.678**	**82.182.125.710,89**	

*Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017 *contratos assinados a partir de 15.01.2010*

A inadimplência, calculada a partir da dívida dos estudantes com 90 dias ou mais de atraso, cujos contratos estejam na fase de amortização, alcançou o valor de R$ 3,7 bilhões, representando 33,82% do valor total da dívida na fase de amortização.

Na hipótese de constituir-se uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa-PCLD do Fies, considerando, por similaridade, os critérios definidos pela Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil para a classificação de cada operação de crédito em função dos dias de atraso, desconsiderando o impacto dos instrumentos mitigadores, ter-se-ia um valor total de R$ 11,78 bilhões provisionados no Fies (Tabela 68).

Tabela 68: Perda estimada

Rating	Fator de provisão	Valor Provisionado (R$)
A	1%	17.493.864,32
AA	1%	232.361.672,88
B	1%	178.395.869,54
C	3%	9.008.832,04
D	10%	18.015.456,64
E	30%	1.387.929.137,68
F	50%	56.946.700,98
G	70%	150.617.614,10
H	100%	3.561.353.013,87
HH	100%	6.170.699.531,98

Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017

No entanto, os contratos de crédito do Fies contam com instrumentos mitigadores, como fiança convencional, fiança solidária e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Do total de contratos por modalidades de garantias, observa-se que cerca de 67% da carteira do Fies é garantida exclusivamente pelo FGEDUC:

Tabela 69 - Modalidade de Garantia

Tipo de Garantia	Contratos	Valor da Dívida no AF
FGEDUC	1.723.905	47.778.687.464,97
FGEDUC + FIANÇA	273.404	10.101.501.941,70
FIANÇA	569.369	24.301.936.304,22
Total Geral	**2.566.678**	**82.182.125.710,89**

Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017

De acordo com o art. 21 do Estatuto do FGEDUC, a honra da garantia relativa ao saldo devedor da operação inadimplida, observados os encargos de normalidade do financiamento e o percentual de 80% ou 90%, poderá ser solicitada pelo agente operador do Fies após decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias consecutivos da inadimplência verificada a partir da fase de amortização do financiamento. Em 31.12.17, 116.969 contratos apresentam condições passíveis de honra pelo FGEDUC (Tabela 70).

Tabela 70 - FGEDUC - Atrasos superiores a 360 dias na fase de amortização

FGEDUC	Contratos em atraso	Valor da dívida no AF	Valor Garantido
FGEDUC 80%	29.636	R$ 614.355.805,73	R$ 491.484.644,58
FGEDUC 90%	87.333	R$ 1.177.322.355,75	R$ 1.059.590.120,18
Total	116.969	R$ 1.791.678.161,48	R$ 1.551.074.764,76

Fonte: FNDE. Posição 31.12.2017

Por outro lado, o patrimônio do FGEDUC, em março de 2018, alcançou cerca de R$ 8,8 bilhões, o que, conforme o Estatuto, poderia oferecer garantia para uma carteira de crédito teórica de até R$88 bilhões. Atualmente, a carteira de crédito garantida pelo FGEDUC alcançou o valor total de R$ 57,88 bilhões.

Por fim, com o intuito de limitar os impactos fiscais do Fies no longo prazo, foi editada a Medica Provisória nº 785, de 6 de julho de 2017, convertida na Lei nº 13.530, de 8 de dezembro de 2017, que promoveu o aperfeiçoamento do programa de financiamento estudantil com foco na sustentabilidade e na melhoria da gestão.

Em relação à governança do programa, foi instituído o Comitê Gestor do Fies (Decreto de 19 de setembro de 2017), com competência para definir as diretrizes e prioridades da política de financiamento estudantil, assim como definir os requisitos de concessão, as condições técnicas e operacionais e aprovar o Plano Trienal do Fundo e seus ajustes anuais.

Em relação ao risco moral do estudante, desde o segundo semestre de 2015 não é mais possível a concessão de 100% de financiamento dos encargos educacionais com recursos do Fies, em razão da implementação de nova metodologia de cálculo de coparticipação do estudante quando da concessão do financiamento. Com isso, o estudante tem condições de compreender desde a contração que se trata de um programa de financiamento estudantil e não de uma bolsa de estudo. Adicionalmente, essa medida induz o estudante a ficar mais atento às variações ocorridas no valor das mensalidades, uma vez que o valor não financiado deve ser pago com recursos próprios do grupo familiar.

A partir de 2018, a oferta de novos financiamentos foi condicionada à adesão das entidades mantenedoras de instituições de ensino ao novo modelo do financiamento estudantil (Novo Fies) e ao Fundo Garantidor do Fies - FG-Fies. Dentre outras, foram implementadas medidas que contribuirão para mitigar o risco fiscal ocasionado até então pelo Fies:

a. Ausência de carência após a conclusão do curso;

b. Participação das instituições de ensino como cotistas do FG-Fies

c. Contribuições para o FG-Fies em percentual proporcional à inadimplência observada na carteira de cada instituição de ensino;

d. Pagamento consignado em folha e vinculado à renda do estudante financiado;

e. Possibilidade de renegociação do saldo devedor;

f. Seguro prestamista para assegurar a liquidação do financiamento no caso de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado; e

g. Coparticipação paga pelo estudante diretamente ao Agente Financeiro.

Ademais, as alterações que buscam atender ao primado da sustentabilidade do Fundo em obediência aos princípios e normativos sobre responsabilidade fiscal, acabam por contemplar indiretamente o objetivo de incremento da contribuição da política pública educacional em debate às metas relativas à educação superior do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, pois, no longo prazo, aquelas tendem a representar retorno de orçamento de forma mais contínua e em maior volume para Fundo, o que, no futuro, poderá proporcionar oferta maior ou igual, garantindo crescimento contínuo e sustentável ao programa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3.6 RISCOS REFERENTES AO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O risco atinente ao sistema financeiro nacional refere-se à eventual ocorrência de uma grave crise que enseje o aporte de recursos por parte do Tesouro Nacional a fim de estabilizá-lo.

Nesse contexto, faz-se necessário acompanhar a estabilidade do sistema a fim de identificar eventuais riscos que, em um cenário de elevado estresse, possam afetar a despesa e/ou o endividamento públicos.

As avaliações da liquidez, crédito, rentabilidade, solvência, testes de estresse de capital, da Pesquisa de Estabilidade Financeira e das Infraestruturas do mercado financeiro sistemicamente importantes disponíveis no Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central[12] apontam para a inexistência de riscos relevantes que justifiquem eventual aporte de recursos do Tesouro Nacional no sistema.

4. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos fiscais deve ser composta por seis funções necessárias:

1) Identificação do tipo e exposição do risco;

2) Mensuração dessa exposição;

3) Estimativa do grau de tolerância das contas públicas;

4) Decisão estratégica sobre as opções para enfrentar os riscos;

5) Implementação de condutas de controle; e

6) Monitoramento contínuo da exposição.

A gestão de riscos no âmbito do Governo Federal tem sido objeto de diversos aprimoramentos, em especial no período recente, muito embora se vislumbrem diversas oportunidades de melhoria ainda por serem implementadas. O reconhecimento da importância desse tema levou a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a implementar projeto específico que trata da gestão de riscos no processo de elaboração do Orçamento Geral da União. O projeto tem duração de trinta e dois meses e previsão de término para junho/2018.

Na mesma linha, a Secretaria do Tesouro Nacional criou uma equipe dedicada à gestão de riscos fiscais, aprovada no Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, denominada Coordenação-Geral de Planejamento e Riscos Fiscais (COPEF). Uma das atribuições da COPEF é coordenar a avaliação de riscos fiscais, no âmbito da STN, e propor medidas para corrigir desvios capazes de afetar o cumprimento das metas fiscais.

Paralelamente, do ponto de vista dos mecanismos já implementados e em pleno funcionamento, não apenas o presente Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias constitui uma ferramenta para o devido gerenciamento de riscos fiscais, mas a própria dinâmica de funcionamento do sistema orçamentário-financeiro contempla mecanismos para a devida divulgação, acompanhamento e mitigação desses riscos. Nesse sentido, é salutar observar que a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, prevê o acompanhamento periódico do cumprimento da meta de resultado primário estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, em caso de perturbações no cenário base traçado, o Governo é obrigado a promover limitações de gastos requeridas para o atingimento da meta.

Por fim, é relevante apontar que o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos no âmbito do Governo Federal com o foco em ações de médio e longo prazos pode viabilizar a adoção sustentável de políticas anticíclicas, na medida em que confere transparência e legitimidade a tais políticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de prover maior previsibilidade e transparência no planejamento e apuração dos resultados fiscais e dar cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, este anexo da LDO 2019 elencou as principais fontes de riscos fiscais para consecução do cenário base determinado no Anexo de Metas da mencionada lei.

Este documento tem sido objeto de contínuos aprimoramentos, a fim de prover-lhe maior funcionalidade e efetividade no mapeamento de riscos fiscais. Desde a LDO 2017, foi dada especial atenção para que o documento também seja utilizado como instrumento no Planejamento Fiscal e buscou-se a convergência com padrões internacionais de divulgação de riscos fiscais.

Nesse sentido, alguns itens foram realocados em seções com as quais guardam maior afinidade, de modo a tornar a classificação proposta dos riscos fiscais mais transparente. Adicionalmente, a metodologia de estresse dos parâmetros macroeconômicos foi aprimorada, assim como das estimativas das principais variáveis fiscais nos cenários estressados. Relevante destacar que este Anexo de Riscos Fiscais da LDO-2019 é o segundo a conter exercício de estresse que simula simultaneamente receitas, despesas, resultado primário e dívida pública.

As inovações contidas neste documento refletem o esforço dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão na realização de uma gestão mais eficiente dos riscos fiscais. Espera-se, com isto, colaborar para aperfeiçoar o planejamento fiscal e dar suporte aos diagnósticos e às ações necessárias para o crescimento econômico.

---

[1] - Valor do Salário Mínimo para 2019 estimado na Grade de Parâmetro de 12 de março de 2018.

[2] - O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício assistencial instituído pela Constituição Federal de 1988 (art. 203, inciso V), garantido no âmbito da proteção social não contributiva da Seguridade Social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 7/12/1993, alterada pelas Leis nº 12.435, de 6/7/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011; e pelo Decreto nº 6.214/2007, alterado pelos Decretos 6.564/2008, 7.617/2011 e 8.805/2016. Esse direito também está previsto na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146, de 6/7/2015) e no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1/10/2003). Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social - MDS a gestão desse benefício e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a sua operacionalização. Por meio do BPC, a Política de Assistência Social garante a transferência mensal de um salário mínimo ao seu público-alvo composto por (i) idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e (ii) pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo (aqueles que produzem efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, conforme as Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram a LOAS), de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Além disso, outro critério objetivo de elegibilidade ao BPC é a renda familiar mensal per capita inferior a ¼ (um quarto) do salário-mínimo, conforme definido no art.20, §3º da LOAS.

[3] - Trata-se de uma análise estática, onde analisa-se o efeito isolado da variação de apenas uma variável (taxa de câmbio, taxa de juros ou inflação) sobre os indicadores desejados (DPF, Despesa Orçamentária e DLSP). Dessa forma, não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre as outras variáveis. Também não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre outros fatores da economia que poderiam também afetar os indicadores desejados, tais como resultado fiscal, PIB e necessidade líquida de financiamento do setor público.

[4] - Esta análise tem a fragilidade de subestimar os efeitos do aumento do PIB real por não alterar o resultado fiscal em função deste novo PIB, o mesmo raciocínio vale para a redução do PIB real, que não se reflete em um cenário de fiscal mais deteriorado. Entretanto, a análise é importante por mostrar o quão sensível as projeções de dívida são ao crescimento da economia. Fonte COGEP/STN.

[5] - A Grade de Parâmetros de 12/03/2018 também foi utilizada para elaboração do cenário base constante no Anexo de Metas Fiscais da PLDO.

[6] - São choques aleatórios extraídos de uma distribuição de probabilidade normal padrão com média igual a zero e desvio-padrão igual a um.

[7] - O decil 30 foi selecionado pelo fato de ser o decil mais próximo do valor equivalente a um desvio-padrão em relação à média para uma distribuição bicaudal.

[8] - Sendo um deles, conforme explicado no parágrafo anterior, selecionado para compor o cenário de estresse.

[9] - Conforme o art. nº 16 da Lei nº 12.838, de julho de 2013, a distribuição dos dividendos previstos nos arts. 202 e 203 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, aos acionistas de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fica sujeita ao cumprimento dos requisitos prudenciais estabelecidos pelo CMN.

[10] - Conforme o art. nº 2º da Lei Complementar nº 101/2002, entende-se como empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

[11] - O art. nº 2 considera a definição de empresa estatal dependente a empresa controlada pela União, que tenha recebido, no exercício anterior, recursos financeiros de seu controlador destinados ao pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, e tenha, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade.

[12] - Banco Central. Relatório de Estabilidade Financeira. Volume 16, Número 2, Outubro/2017. Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/ref/ref.asp?idpai=economia. Consulta realizada em 02/04/2018.

ANEXO VI

Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial
(Art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

Anexo à Mensagem da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000: "A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício seguinte."

As políticas monetária, creditícia e cambial têm como objetivos o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que assegure a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante, respectivamente. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O ano de 2017 foi caracterizado por queda acentuada da inflação, redução consistente e substancial da taxa básica de juros e recuperação da atividade econômica. Cabe ressaltar que o recuo da inflação contribuiu para a elevação do poder de compra da população e, juntamente com outros fatores, propiciou a retomada do consumo.

A atuação recente do BCB em relação ao processo inflacionário pode ser dividida em dois períodos. O primeiro, ainda em 2016, foi marcado pela manutenção da taxa Selic em 14,25% ao ano (a.a.), com o propósito de reduzir o movimento de alta de preços e de convergir as expectativas dos agentes de mercado em direção às metas de inflação definidas pelo CMN. Note-se que esse patamar da taxa básica de juros perdurou por cerca de quinze meses, entre julho de 2015 e outubro de 2016. O segundo período foi caracterizado pela flexibilização da política monetária, tendo em vista a dinâmica mais favorável da inflação, com sinais de menor persistência e contribuição relevante da deflação dos alimentos. Desde o início do processo de flexibilização monetária, a taxa básica de juros recuou de 14,25% a.a. para 7,0 % a.a. em dezembro de 2017, patamar historicamente baixo desde a implementação do sistema de metas para a inflação.

Relativamente à conjuntura internacional em 2017, o cenário externo se mostrou favorável, com recuperação da atividade econômica global, mas sem pressionar em demasia as condições financeiras nas economias avançadas. Isso contribuiu para manter o apetite ao risco em relação às economias emergentes. Entretanto, a perspectiva de aumento da inflação nos países centrais realçou o cenário de avanço do processo de normalização da política monetária, que pode, em algum momento, produzir aperto das condições financeiras globais e trazer maior volatilidade aos mercados. Nesse contexto, deve-se ressaltar a maior capacidade da economia brasileira em absorver eventual revés no cenário internacional, devido à situação robusta de seu balanço de pagamentos e ao ambiente com inflação baixa, expectativas ancoradas e perspectiva mais consistente de recuperação econômica.

Para 2018 e 2019, a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o sistema de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção da estabilidade monetária. A meta para a inflação fixada para 2018 é de 4,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.), conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.499, de 30 de junho de 2016. Para 2019, a meta para a inflação foi fixada em 4,25%, com o mesmo intervalo de tolerância de 2018 (Resolução CMN nº 4.582, de 29 de junho de 2017).

A programação dos agregados monetários para 2018 considerou cenário esperado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, e de outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes, considerando-se as trajetórias esperadas do produto e da taxa Selic, bem como a sazonalidade característica daqueles agregados. Em consequência, a variação em doze meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento restritos foi estimada em 5,1% para dezembro de 2018. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, como variáveis exógenas, a evolução das operações de crédito do sistema financeiro e da massa salarial.

Tendo em vista as projeções para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação de 6% para o saldo médio da base monetária restrita em 2018.

As projeções da base monetária ampliada, medida do passivo monetário e da dívida pública mobiliária federal, considerando cenários para resultados primários do Governo Central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, apontam expansão de 8,6% em 2018.

Para os meios de pagamento ampliados, as previsões foram baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que compreendem as operações de crédito do sistema financeiro, os financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e os ingressos líquidos de poupança financeira externa. Como resultado, projeta-se crescimento de 7,7% para esse agregado monetário, em 2018.

Em 2017, o mercado de crédito seguiu evoluindo de forma consistente com a recuperação da atividade econômica e os estímulos provenientes do atual ciclo de política monetária, porém com dinâmica assimétrica entre o crédito concedido às pessoas físicas e jurídicas.

O saldo total do crédito do sistema financeiro alcançou R$3.091 bilhões em dezembro de 2017, com recuo de 0,5% no ano (após variações de -3,5% em 2016 e 6,7% em 2015). A relação crédito/PIB atingiu 47,1%, após contração de 2,5 p.p. no ano, explicada em sua maior parte pelas operações com empresas. As carteiras destinadas às corporações e famílias totalizaram, na ordem, R$1.442 bilhões e R$1.649 bilhões, variações de -6,7% e 5,6% em 2017 (-9,5% e 3,2% no ano anterior, respectivamente). O crédito concedido pelos bancos públicos alcançou R$1.672 bilhões em dezembro (-3,3% no ano), enquanto o saldo contratado com as instituições privadas totalizou R$1.418 bilhões, crescimento de 3,0% no ano.

A redução da taxa básica de juros e a melhora de diversos indicadores macroeconômicos contribuíram para os recuos dos custos de financiamento e dos *spreads* ao longo de 2017. A taxa média de juros das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional - computadas as operações com recursos livres e direcionados - registrou recuo de 6,6 p.p. em 2017 (aumento de 2,5 p.p. em 2016), atingindo 25,6% a.a. em dezembro. O *spread* bancário situou-se em 18,9 p.p. (variação de -3,8 p.p. na comparação anual). A inadimplência do sistema financeiro, referente a operações com atrasos superiores a noventa dias, atingiu 3,2% em dezembro de 2017, com queda de 0,5 p.p. no ano (variação de 0,3 p.p. em 2016), refletindo variações de -0,5 p.p. na carteira de pessoas jurídicas e -0,4 p.p. no segmento de pessoas físicas.

Para 2018, projeta-se crescimento de 3,5% do saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, com expansão mais elevada no segmento de crédito livre (6,0%), em linha com o processo de retomada da atividade econômica, e elevação de 1,0% da carteira de crédito direcionado.

No que diz respeito às contas externas, o *deficit* em transações correntes, que alcançou US$23,5 bilhões em 2016, manteve trajetória declinante em 2017, atingindo US$9,8 bilhões. Essa trajetória esteve fundamentalmente associada à evolução da balança comercial, que apresentou *superavit* recorde de US$64 bilhões em 2017, favorecido pela safra agrícola e pelo cenário externo. Cabe destacar os crescimentos de 17,8% e de 9,9% nos valores exportados e importados no período, que atingiram US$217,2 bilhões e US$153,2 bilhões, respectivamente. Houve, ainda, elevações nas despesas líquidas de serviços (11,2%) e de renda primária (3,6%) em relação ao ano anterior, que atingiram, nesta ordem, US$33,9 bilhões e US$42,6 bilhões. Vale ressaltar que a intensificação da atividade econômica e o crescimento da renda interna foram fatores que influenciaram tanto o crescimento das importações como os aumentos das despesas líquidas de serviços e da renda primária.

Com relação à conta financeira, o cenário externo benigno e a melhora de percepção de risco sobre a economia brasileira contribuíram para manter os ingressos líquidos de investimentos diretos no país (IDP) em níveis elevados e também para minimizar as saídas líquidas dos investimentos em carteira passivos. Em 2017, os ingressos líquidos de IDP totalizaram US$70,3 bilhões e corresponderam a 3,42% do PIB, montante equivalente a mais de sete vezes o *deficit* em transações correntes. Já as saídas líquidas de investimentos em carteira passivos recuaram 94,6% em relação à 2016, alcançando US$1,1 bilhão em 2017.

Ao final de 2017, as reservas internacionais no conceito liquidez internacional totalizaram US$382,0 bilhões, após aumento de US$9,8 bilhões em relação ao ano anterior. Entre os determinantes da variação do estoque de reservas internacionais, destacaram-se as receitas de juros, US$3,8 bilhões, e as variações por paridades dos ativos, com elevação de US$5,8 bilhões. O estoque de reservas internacionais, importante elemento para mitigar choques externos, manteve-se em patamar elevado, representando 18,6% do PIB, trinta meses de importações de bens ou, aproximadamente, quatro vezes as amortizações vincendas nos doze meses subsequentes.

As perspectivas para 2018 são de aumento moderado no *deficit* em transações correntes, projetado em 1,09% do PIB, ante 0,47% do PIB em 2017. O aumento estimado do *deficit* se deve, principalmente, à diminuição do saldo comercial, decorrente da projeção de maior crescimento das importações (10,3%) em relação ao das exportações (3,6%). Adicionalmente, espera-se elevação do *deficit* na conta de serviços em US$4,2 bilhões, destacando-se o aumento de US$4,1 bilhões nas despesas líquidas com viagens internacionais em relação a 2017. Finalmente, o cenário externo benigno, com crescimento global disseminado, e as melhores expectativas para a economia doméstica devem influenciar a atração líquida de US$80,0 bilhões em IDP, aumento de US$9,7 bilhões em relação a 2017, o que permitirá o financiamento confortável do *deficit* projetado de transações correntes.

No âmbito das contas públicas, o resultado primário do setor público atingiu *deficit* de 1,69% do PIB em 2017, ante *deficit* de 2,49% do PIB no ano anterior, situando-se R$52,5 bilhões abaixo da meta oficial de R$163,1 bilhões. No que diz respeito à Emenda Constitucional n° 95, de 15 de dezembro de 2016, as despesas sujeitas ao limite de gastos primários atingiram R$1.259 milhões em 2017, cerca de R$50 bilhões menores do que o valor máximo legal estabelecido. Em relação à regra de ouro (art. 167, inciso III, da Constituição Federal), as despesas de capital superaram em R$28,8 bilhões a realização de operações de crédito em 2017.

Os juros nominais apropriados totalizaram R$401 bilhões (6,11% do PIB) em 2017, reduzindo-se 0,39 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram para a redução dos juros apropriados no ano os consecutivos cortes da taxa Selic, combinados à redução nos índices de preços, que servem como base para correção de parcela significativa do endividamento líquido. O *deficit* nominal do setor público, calculado pela soma do resultado primário e dos juros nominais, alcançou 7,80% do PIB, reduzindo-se 1,19 p.p. do PIB quando comparado ao ano anterior.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 51,6% do PIB em 2017, elevando-se 5,4 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram para essa elevação, em especial, a continuidade de um resultado primário deficitário e a apropriação de juros nominais, diretamente proporcional ao nível do endividamento. As principais alterações na composição da DLSP em 2017 ocorreram nas parcelas credoras vinculadas ao câmbio (4,1 p.p.) e à TJLP (3,4 p.p.) e devedoras vinculadas à Selic (-3,5 p.p.) e aos índices de preços (-3,1 p.p.), que registraram, na ordem, participações de -29,8%, -20,4%, 69,1% e 31,0% no total do endividamento.

Importa destacar que a Dívida Bruta do Governo Geral, que inclui Governo Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), governos estaduais e municipais, atingiu R$4.854,7 bilhões (74,0% do PIB) em dezembro de 2017, permanecendo em trajetória ascendente.

Mais recentemente, o conjunto dos indicadores de atividade econômica mostra sinais compatíveis com a recuperação consistente da economia brasileira, a despeito do nível elevado de ociosidade dos fatores de produção. O comportamento da inflação permanece favorável, com diversas medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis ou baixos, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
2012	**Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**	
210V	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
210W	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**	
12L5	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
216O	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
4525	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
8535	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
8581	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
8585	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2016	**Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência**	
218B	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2017	**Aviação Civil**	
14UB	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**	
20I4	*Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas*	
	Projeto apoiado (unidade)	2
20UQ	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20US	*Fomento à Pesquisa Voltada para a Geração de Conhecimento, Novas Tecnologias, Produtos e Processos Inovadores*	
	Projeto apoiado (unidade)	98
20UT	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20V6	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**	
20ZR	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
212N	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**	
14U2	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
20ZF	*(VETADO)*	
	(VETADO	*(VETADO)*
2028	**Defesa Agropecuária**	
214W	*Implementação da Defesa Agropecuária*	
	Atividade realizada (unidade)	3.170
2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**	
210L	*(VETADO*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7K66	*(VETADO*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7W59	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2033	**Energia Elétrica**	
14NC	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2E75	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2034	**Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo**	
210H	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
210Z	*Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas*	
	Área reconhecida (ha)	711
213Q	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**	
20JP	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
5450	*(VETADO)*	*(VETADO)*
	(VETADO)	
2037	**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**	
2A60	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2B31	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2039	**Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente d**	
15EH	*Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira*	
	Projeto concluído (% de execução física)	
20Z8	*(VETADO)*	
	(VETADO)	
2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**	
10SG	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
12QB	*Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN Centro implantado (% de execução física)*	1
20GB	*Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN Área de risco monitorada (unidade)*	821
2041	**Geologia, Mineração e Transformação Mineral**	
213Y	*Levantamento Geológico e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras Área analisada (km²)*	135.000
2042	**Pesquisa e Inovações para a Agropecuária**	
20Y6	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
8924	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2047	**Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil**	
210C	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**	
10SS	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2D49	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
7XB8	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2049	**Moradia Digna**	
00CW	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
00CY	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2050	**Mudança do Clima**	
20G4	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
20V9	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2054	**Planejamento Urbano**	
1D73	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
2058	**Defesa Nacional**	
1211	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
123B	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*
14LW	*(VETADO)* *(VETADO)*	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
14T0	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
14T4	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
14T5	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
14XJ	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2062	**Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**	
210M	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2063	**Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**	
210N	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2064	**Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**	
20ZN	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
215J	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2065	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**	
20UF	*Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados*	
	Terra indígena protegida (unidade)	265
2066	**Reforma Agrária e Governança Fundiária**	
211C	*Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009*	
	Área destinada (ha)	6.166
2068	**Saneamento Básico**	
7656	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2069	**Segurança Alimentar e Nutricional**	
2B81	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2071	**Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária**	
20Z1	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
215F	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2076	**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**	
10V0	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20Y5	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2077	**Agropecuária Sustentável**	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
1O28	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20ZV	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2078	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**	
20VP	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
214O	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
214P	*Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais*	
	Unidade de conservação protegida (unidade)	180
8499	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2079	**Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços**	
210E	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2080	**Educação de qualidade para todos**	
0E53	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
00QC	*Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos*	
	Bolsa concedida (unidade)	4.021
0048	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
0509	*Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica*	
	Iniciativa apoiada (unidade)	201.122
12KU	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20RG	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20RL	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20RP	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20RW	*Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica*	
	Vaga ofertada (unidade)	14.996
20RX	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
214V	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
4002	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
8282	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**	
00QS	*(VETADO)*	
15F9	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
155N	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2B00	*Força Nacional de Segurança Pública*	
	Servidor aprestado (unidade)	927
20ID	*Apoio à Modernização das Instituições de Segurança Pública*	
	Projeto apoiado (unidade)	18
20I7	*Política Nacional de Justiça*	
	Evento apoiado (unidade)	10
2334	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2586	*Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros*	
	Documento emitido (unidade)	3.037.371
2723	*Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais*	
	Procedimento realizado (unidade)	18.801
2726	*Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União*	
	Operação realizada (unidade)	1.434
7XC1	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
8855	*Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública*	
	Projeto apoiado (unidade)	35
2083	**Qualidade Ambiental**	
20W6	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
214N	*Controle e Fiscalização Ambiental*	
	Processo instruído (unidade)	12.500
2084	**Recursos Hídricos**	
10DC	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
14VI	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
15DX	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
15E7	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
1851	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
5900	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
7X91	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2086	**Transporte Aquaviário**	
4349	*Manutenção das Hidrovias*	
	Hidrovia mantida (km)	6.395
2087	**Transporte Terrestre**	
110Q	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
110R	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
1248	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
13OZ	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
13XG	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
15CM	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
20VL	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7G66	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7R82	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7S57	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7S64	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7S75	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7V25	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7V89	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7W95	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7XB5	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7XB9	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7XC0	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
7XC2	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7X33	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7X75	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7X76	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7X90	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
7X98	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*
2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**	
4892	*(VETADO)*	
	(VETADO)	*(VETADO)*

LEI Nº 13.708, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

§ 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na Estratégia Saúde da Família e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

....." (NR)

"Art. 5º .....

.....

§ 2º A cada 2 (dois) anos, os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias frequentarão cursos de aperfeiçoamento.

§ 2º-A Os cursos de que trata o § 2º deste artigo serão organizados e financiados, de modo tripartite, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

....." (NR)

"Art. 9º-A .....

§ 1º (VETADO).

§ 2º A jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei será integralmente dedicada às ações e aos serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias em prol das famílias e das comunidades assistidas, no âmbito dos respectivos territórios de atuação, e assegurará aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias participação nas atividades de planejamento e avaliação de ações, de detalhamento das atividades, de registro de dados e de reuniões de equipe.

I - (revogado);

II - (revogado);

.....

§ 5º (VETADO).

§ 6º (VETADO)." (NR)

"Art. 9º-H Compete ao ente federativo ao qual o Agente Comunitário de Saúde ou o Agente de Combate às Endemias estiver vinculado fornecer ou custear a locomoção necessária para o exercício das atividades, conforme regulamento do ente federativo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Eduardo Refinetti Guardia
Gilberto Magalhães Occhi
Esteves Pedro Colnago Junior

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Art. 2º A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos:

I - o respeito à privacidade;

II - a autodeterminação informativa;

III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião;

IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem;

V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação;

VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e

VII - os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Art. 3º Esta Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados, desde que:

I - a operação de tratamento seja realizada no território nacional;

II - a atividade de tratamento tenha por objetivo a oferta ou o fornecimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de indivíduos localizados no território nacional;

III - os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no território nacional.

§ 1º Consideram-se coletados no território nacional os dados pessoais cujo titular nele se encontre no momento da coleta.

§ 2º Excetua-se do disposto no inciso I deste artigo o tratamento de dados previsto no inciso IV do **caput** do art. 4º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais:

I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;

II - realizado para fins exclusivamente:

a) jornalístico e artísticos; ou

b) acadêmicos, aplicando-se a esta hipótese os arts. 7º e 11 desta Lei;

III - realizado para fins exclusivos de:

a) segurança pública;

b) defesa nacional;

c) segurança do Estado; ou

d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou

IV - provenientes de fora do território nacional e que não sejam objeto de comunicação, uso compartilhado de dados com agentes de tratamento brasileiros ou objeto de transferência internacional de dados com outro país que não o de proveniência, desde que o país de proveniência proporcione grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei.

§ 1º O tratamento de dados pessoais previsto no inciso III será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos nesta Lei.

§ 2º É vedado o tratamento dos dados a que se refere o inciso III do **caput** deste artigo por pessoa de direito privado, exceto em procedimentos sob tutela de pessoa jurídica de direito público, que serão objeto de informe específico à autoridade nacional e que deverão observar a limitação imposta no § 4º deste artigo.

§ 3º A autoridade nacional emitirá opiniões técnicas ou recomendações referentes às exceções previstas no inciso III do **caput** deste artigo e deverá solicitar aos responsáveis relatórios de impacto à proteção de dados pessoais.

§ 4º Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados de que trata o inciso III do **caput** deste artigo poderá ser tratada por pessoa de direito privado.

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável;

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

III - dado anonimizado: dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;

IV - banco de dados: conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico;

V - titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;

VI - controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

VII - operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

VIII - encarregado: pessoa natural, indicada pelo controlador, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional;

IX - agentes de tratamento: o controlador e o operador;

X - tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;

XI - anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

XIII - bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

XIV - eliminação: exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;

XV - transferência internacional de dados: transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

XVI - uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

XVII - relatório de impacto à proteção de dados pessoais: documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco;

XVIII - órgão de pesquisa: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico;

XIX - autoridade nacional: órgão da administração pública indireta responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei.

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

CAPÍTULO II
DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Seção I
Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - para a realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

VII - para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

VIII - para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias;

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

§ 1º Nos casos de aplicação do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo e excetuadas as hipóteses previstas no art. 4º desta Lei, o titular será informado das hipóteses em que será admitido o tratamento de seus dados.

§ 2º A forma de disponibilização das informações previstas no § 1º e no inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei poderá ser especificada pela autoridade nacional.

§ 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no **caput** deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

§ 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do **caput** deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei.

§ 6º A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

Art. 8º O consentimento previsto no inciso I do art. 7º desta Lei deverá ser fornecido por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do titular.

§ 1º Caso o consentimento seja fornecido por escrito, esse deverá constar de cláusula destacada das demais cláusulas contratuais.

§ 2º Cabe ao controlador o ônus da prova de que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto nesta Lei.

§ 3º É vedado o tratamento de dados pessoais mediante vício de consentimento.

§ 4º O consentimento deverá referir-se a finalidades determinadas, e as autorizações genéricas para o tratamento de dados pessoais serão nulas.

§ 5º O consentimento pode ser revogado a qualquer momento mediante manifestação expressa do titular, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação, nos termos do inciso VI do **caput** do art. 18 desta Lei.

§ 6º Em caso de alteração de informação referida nos incisos I, II, III ou V do art. 9º desta Lei, o controlador deverá informar ao titular, com destaque de forma específica do teor das alterações, podendo o titular, nos casos em que o seu consentimento é exigido, revogá-lo caso discorde da alteração.

Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do controlador;

IV - informações de contato do controlador;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei.

§ 1º Na hipótese em que o consentimento é requerido, esse será considerado nulo caso as informações fornecidas ao titular tenham conteúdo enganoso ou abusivo ou não tenham sido apresentadas previamente com transparência, de forma clara e inequívoca.

§ 2º Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

§ 3º Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou de serviço ou para o exercício de direito, o titular será informado com destaque sobre esse fato e sobre os meios pelos quais poderá exercer os direitos do titular elencados no art. 18 desta Lei.

Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:

I - apoio e promoção de atividades do controlador; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

§ 1º Quando o tratamento for baseado no legítimo interesse do controlador, somente os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade pretendida poderão ser tratados.

§ 2º O controlador deverá adotar medidas para garantir a transparência do tratamento de dados baseado em seu legítimo interesse.

§ 3º A autoridade nacional poderá solicitar ao controlador relatório de impacto à proteção de dados pessoais, quando o tratamento tiver como fundamento seu interesse legítimo, observados os segredos comercial e industrial.

Seção II

Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

f) tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área da saúde ou por entidades sanitárias; ou

g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

§ 1º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer tratamento de dados pessoais que revele dados pessoais sensíveis e que possa causar dano ao titular, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º Nos casos de aplicação do disposto nas alíneas "a" e "b" do inciso II do **caput** deste artigo pelos órgãos e pelas entidades públicas, será dada publicidade à referida dispensa de consentimento, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei.

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do Poder Público, no âmbito de suas competências.

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.

Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

§ 1º A determinação do que seja razoável deve levar em consideração fatores objetivos, tais como custo e tempo necessários para reverter o processo de anonimização, de acordo com as tecnologias disponíveis, e a utilização exclusiva de meios próprios.

§ 2º Poderão ser igualmente considerados como dados pessoais, para os fins desta Lei, aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural, se identificada.

§ 3º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões e técnicas utilizados em processos de anonimização e realizar verificações acerca de sua segurança, ouvido o Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 13. Na realização de estudos em saúde pública, os órgãos de pesquisa poderão ter acesso a bases de dados pessoais, que serão tratados exclusivamente dentro do órgão e estritamente para a finalidade de realização de estudos e pesquisas e mantidos em ambiente controlado e seguro, conforme práticas de segurança previstas em regulamento específico e que incluam, sempre que possível, a anonimização ou pseudonimização dos dados, bem como considerem os devidos padrões éticos relacionados a estudos e pesquisas.

§ 1º A divulgação dos resultados ou de qualquer excerto do estudo ou da pesquisa de que trata o **caput** deste artigo em nenhuma hipótese poderá revelar dados pessoais.

§ 2º O órgão de pesquisa será o responsável pela segurança da informação prevista no **caput** deste artigo, não permitida, em circunstância alguma, a transferência dos dados a terceiro.

§ 3º O acesso aos dados de que trata este artigo será objeto de regulamentação por parte da autoridade nacional e das autoridades da área de saúde e sanitárias, no âmbito de suas competências.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a pseudonimização é o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro.

Seção III

Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.

§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

Seção IV

Do Término do Tratamento de Dados

Art. 15. O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - verificação de que a finalidade foi alcançada ou de que os dados deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade específica almejada;

II - fim do período de tratamento;

III - comunicação do titular, inclusive no exercício de seu direito de revogação do consentimento conforme disposto no § 5º do art. 8º desta Lei, resguardado o interesse público; ou

IV - determinação da autoridade nacional, quando houver violação ao disposto nesta Lei.

Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

II - estudo por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

III - transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados dispostos nesta Lei; ou

IV - uso exclusivo do controlador, vedado seu acesso por terceiro, e desde que anonimizados os dados.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS DO TITULAR

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

§ 4º Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata o § 3º deste artigo, o controlador enviará ao titular resposta em que poderá:

I - comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente; ou

II - indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

§ 5º O requerimento referido no § 3º deste artigo será atendido sem custos para o titular, nos prazos e nos termos previstos em regulamento.

§ 6º O responsável deverá informar de maneira imediata aos agentes de tratamento com os quais tenha realizado uso compartilhado de dados a correção, a eliminação, a anonimização ou o bloqueio dos dados, para que repitam idêntico procedimento.

§ 7º A portabilidade dos dados pessoais a que se refere o inciso V do **caput** deste artigo não inclui dados que já tenham sido anonimizados pelo controlador.

§ 8º O direito a que se refere o § 1º deste artigo também poderá ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.

Art. 19. A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular:

I - em formato simplificado, imediatamente; ou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.

§ 1º Os dados pessoais serão armazenados em formato que favoreça o exercício do direito de acesso.

§ 2º As informações e os dados poderão ser fornecidos, a critério do titular:

I - por meio eletrônico, seguro e idôneo para esse fim; ou

II - sob forma impressa.

§ 3º Quando o tratamento tiver origem no consentimento do titular ou em contrato, o titular poderá solicitar cópia eletrônica integral de seus dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial, nos termos de regulamentação da autoridade nacional, em formato que permita a sua utilização subsequente, inclusive em outras operações de tratamento.

§ 4º A autoridade nacional poderá dispor de forma diferenciada acerca dos prazos previstos nos incisos I e II do **caput** deste artigo para os setores específicos.

Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar revisão, por pessoa natural, de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, inclusive de decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

§ 1º O controlador deverá fornecer, sempre que solicitadas, informações claras e adequadas a respeito dos critérios e dos procedimentos utilizados para a decisão automatizada, observados os segredos comercial e industrial.

§ 2º Em caso de não oferecimento de informações de que trata o § 1º deste artigo baseado na observância de segredo comercial e industrial, a autoridade nacional poderá realizar auditoria para verificação de aspectos discriminatórios em tratamento automatizado de dados pessoais.

Art. 21. Os dados pessoais referentes ao exercício regular de direitos pelo titular não podem ser utilizados em seu prejuízo.

Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.

CAPÍTULO IV
DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

Seção I
Das Regras

Art. 23. O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, desde que:

I - sejam informadas as hipóteses em que, no exercício de suas competências, realizam o tratamento de dados pessoais, fornecendo informações claras e atualizadas sobre a previsão legal, a finalidade, os procedimentos e as práticas utilizadas para a execução dessas atividades, em veículos de fácil acesso, preferencialmente em seus sítios eletrônicos;

II - (VETADO); e

III - seja indicado um encarregado quando realizarem operações de tratamento de dados pessoais, nos termos do art. 39 desta Lei.

§ 1º A autoridade nacional poderá dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento.

§ 2º O disposto nesta Lei não dispensa as pessoas jurídicas mencionadas no **caput** deste artigo de instituir as autoridades de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 3º Os prazos e procedimentos para exercício dos direitos do titular perante o Poder Público observarão o disposto em legislação específica, em especial as disposições constantes da Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997 (Lei do Habeas Data), da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei Geral do Processo Administrativo), e da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas referidas no **caput** deste artigo, nos termos desta Lei.

§ 5º Os órgãos notariais e de registro devem fornecer acesso aos dados por meio eletrônico para a administração pública, tendo em vista as finalidades de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 24. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito privado particulares, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos deste Capítulo.

Art. 25. Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

§ 1º É vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso, exceto:

I - em casos de execução descentralizada de atividade pública que exija a transferência, exclusivamente para esse fim específico e determinado, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);

II - (VETADO);

III - nos casos em que os dados forem acessíveis publicamente, observadas as disposições desta Lei.

§ 2º Os contratos e convênios de que trata o § 1º deste artigo deverão ser comunicados à autoridade nacional.

Art. 27. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, exceto:

I - nas hipóteses de dispensa de consentimento previstas nesta Lei;

II - nos casos de uso compartilhado de dados, em que será dada publicidade nos termos do inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei; ou

III - nas exceções constantes do § 1º do art. 26 desta Lei.

Art. 28. (VETADO).

Art. 29. A autoridade nacional poderá solicitar, a qualquer momento, às entidades do Poder Público, a realização de operações de tratamento de dados pessoais, informe específico sobre o âmbito e a natureza dos dados e demais detalhes do tratamento realizado e poderá emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei.

Art. 30. A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais.

Seção II
Da Responsabilidade

Art. 31. Quando houver infração a esta Lei em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação.

Art. 32. A autoridade nacional poderá solicitar a agentes do Poder Público a publicação de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e sugerir a adoção de padrões e de boas práticas para os tratamentos de dados pessoais pelo Poder Público.

CAPÍTULO V
DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Art. 33. A transferência internacional de dados pessoais somente é permitida nos seguintes casos:

I - para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto nesta Lei;

II - quando o controlador oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime de proteção de dados previstos nesta Lei, na forma de:

a) cláusulas contratuais específicas para determinada transferência;

b) cláusulas-padrão contratuais;

c) normas corporativas globais;

d) selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos;

III - quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução, de acordo com os instrumentos de direito internacional;

IV - quando a transferência for necessária para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;

V - quando a autoridade nacional autorizar a transferência;

VI - quando a transferência resultar em compromisso assumido em acordo de cooperação internacional;

VII - quando a transferência for necessária para a execução de política pública ou atribuição legal do serviço público, sendo dada publicidade nos termos do inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei;

VIII - quando o titular tiver fornecido o seu consentimento específico e em destaque para a transferência, com informação prévia sobre o caráter internacional da operação, distinguindo claramente esta de outras finalidades; ou

IX - quando necessário para atender as hipóteses previstas nos incisos II, V e VI do art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. Para os fins do inciso I deste artigo, as pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), no âmbito de suas competências legais, e responsáveis, no âmbito de suas atividades, poderão requerer à autoridade nacional a avaliação do nível de proteção a dados pessoais conferido por país ou organismo internacional.

Art. 34. O nível de proteção de dados do país estrangeiro ou do organismo internacional mencionado no inciso I do **caput** do art. 33 desta Lei será avaliado pela autoridade nacional, que levará em consideração:

I - as normas gerais e setoriais da legislação em vigor no país de destino ou no organismo internacional;

II - a natureza dos dados;

III - a observância dos princípios gerais de proteção de dados pessoais e direitos dos titulares previstos nesta Lei;

IV - a adoção de medidas de segurança previstas em regulamento;

V - a existência de garantias judiciais e institucionais para o respeito aos direitos de proteção de dados pessoais; e

VI - outras circunstâncias específicas relativas à transferência.

Art. 35. A definição do conteúdo de cláusulas-padrão contratuais, bem como a verificação de cláusulas contratuais específicas para uma determinada transferência, normas corporativas globais ou selos, certificados e códigos de conduta, a que se refere o inciso II do **caput** do art. 33 desta Lei, será realizada pela autoridade nacional.

§ 1º Para a verificação do disposto no **caput** deste artigo, deverão ser considerados os requisitos, as condições e as garantias mínimas para a transferência que observem os direitos, as garantias e os princípios desta Lei.

§ 2º Na análise de cláusulas contratuais, de documentos ou de normas corporativas globais submetidas à aprovação da autoridade nacional, poderão ser requeridas informações suplementares ou realizadas diligências de verificação quanto às operações de tratamento, quando necessário.

§ 3º A autoridade nacional poderá designar organismos de certificação para a realização do previsto no **caput** deste artigo, que permanecerão sob sua fiscalização nos termos definidos em regulamento.

§ 4º Os atos realizados por organismo de certificação poderão ser revistos pela autoridade nacional e, caso em desconformidade com esta Lei, submetidos a revisão ou anulados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 5º As garantias suficientes de observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular referidas no **caput** deste artigo serão também analisadas de acordo com as medidas técnicas e organizacionais adotadas pelo operador, de acordo com o previsto nos §§ 1º e 2º do art. 46 desta Lei.

Art. 36. As alterações nas garantias apresentadas como suficientes de observância dos princípios gerais de proteção e dos direitos do titular referidas no inciso II do art. 33 desta Lei deverão ser comunicadas à autoridade nacional.

CAPÍTULO VI
DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Seção I
Do Controlador e do Operador

Art. 37. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.

Art. 38. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.

Parágrafo único. Observado o disposto no **caput** deste artigo, o relatório deverá conter, no mínimo, a descrição dos tipos de dados coletados, a metodologia utilizada para a coleta e para a garantia da segurança das informações e a análise do controlador com relação a medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco adotados.

Art. 39. O operador deverá realizar o tratamento segundo as instruções fornecidas pelo controlador, que verificará a observância das próprias instruções e das normas sobre a matéria.

Art. 40. A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões de interoperabilidade para fins de portabilidade, livre acesso aos dados e segurança, assim como sobre o tempo de guarda dos registros, tendo em vista especialmente a necessidade e a transparência.

Seção II
Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

Art. 41. O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;

III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 3º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.

Seção III
Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos

Art. 42. O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo.

§ 1º A fim de assegurar a efetiva indenização ao titular dos dados:

I - o operador responde solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei;

II - os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei.

§ 2º O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do **caput** deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

§ 4º Aquele que reparar o dano ao titular tem direito de regresso contra os demais responsáveis, na medida de sua participação no evento danoso.

Art. 43. Os agentes de tratamento só não serão responsabilizados quando provarem:

I - que não realizaram o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído;

II - que, embora tenham realizado o tratamento de dados pessoais que lhes é atribuído, não houve violação à legislação de proteção de dados; ou

III - que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.

Art. 44. O tratamento de dados pessoais será irregular quando deixar de observar a legislação ou quando não fornecer a segurança que o titular dele pode esperar, consideradas as circunstâncias relevantes, entre as quais:

I - o modo pelo qual é realizado;

II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;

III - as técnicas de tratamento de dados pessoais disponíveis à época em que foi realizado.

Parágrafo único. Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 desta Lei, der causa ao dano.

Art. 45. As hipóteses de violação do direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.

CAPÍTULO VII
DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS

Seção I
Da Segurança e do Sigilo de Dados

Art. 46. Os agentes de tratamento devem adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

§ 1º A autoridade nacional poderá dispor sobre padrões técnicos mínimos para tornar aplicável o disposto no **caput** deste artigo, considerados a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, especialmente no caso de dados pessoais sensíveis, assim como os princípios previstos no caput do art. 6º desta Lei.

§ 2º As medidas de que trata o **caput** deste artigo deverão ser observadas desde a fase de concepção do produto ou do serviço até a sua execução.

Art. 47. Os agentes de tratamento ou qualquer outra pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento obriga-se a garantir a segurança da informação prevista nesta Lei em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

Art. 48. O controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

§ 1º A comunicação será feita em prazo razoável, conforme definido pela autoridade nacional, e deverá mencionar, no mínimo:

I - a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

II - as informações sobre os titulares envolvidos;

III - a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

IV - os riscos relacionados ao incidente;

V - os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e

VI - as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

§ 2º A autoridade nacional verificará a gravidade do incidente e poderá, caso necessário para a salvaguarda dos direitos dos titulares, determinar ao controlador a adoção de providências, tais como:

I - ampla divulgação do fato em meios de comunicação; e

II - medidas para reverter ou mitigar os efeitos do incidente.

§ 3º No juízo de gravidade do incidente, será avaliada eventual comprovação de que foram adotadas medidas técnicas adequadas que tornem os dados pessoais afetados ininteligíveis, no âmbito e nos limites técnicos de seus serviços, para terceiros não autorizados a acessá-los.

Art. 49. Os sistemas utilizados para o tratamento de dados pessoais devem ser estruturados de forma a atender aos requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos nesta Lei e às demais normas regulamentares.

Seção II
Das Boas Práticas e da Governança

Art. 50. Os controladores e operadores, no âmbito de suas competências, pelo tratamento de dados pessoais, individualmente ou por meio de associações, poderão formular regras de boas práticas e de governança que estabeleçam as condições de organização, o regime de funcionamento, os procedimentos, incluindo reclamações e petições de titulares, as normas de segurança, os padrões técnicos, as obrigações específicas para os diversos envolvidos no tratamento, as ações educativas, os mecanismos internos de supervisão e de mitigação de riscos e outros aspectos relacionados ao tratamento de dados pessoais.

§ 1º Ao estabelecer regras de boas práticas, o controlador e o operador levarão em consideração, em relação ao tratamento e aos dados, a natureza, o escopo, a finalidade e a probabilidade e a gravidade dos riscos e dos benefícios decorrentes de tratamento de dados do titular.

§ 2º Na aplicação dos princípios indicados nos incisos VII e VIII do **caput** do art. 6º desta Lei, o controlador, observados a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados e a probabilidade e a gravidade dos danos para os titulares dos dados, poderá:

I - implementar programa de governança em privacidade que, no mínimo:

a) demonstre o comprometimento do controlador em adotar processos e políticas internas que assegurem o cumprimento, de forma abrangente, de normas e boas práticas relativas à proteção de dados pessoais;

b) seja aplicável a todo o conjunto de dados pessoais que estejam sob seu controle, independentemente do modo como se realizou sua coleta;

c) seja adaptado à estrutura, à escala e ao volume de suas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados;

d) estabeleça políticas e salvaguardas adequadas com base em processo de avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade;

e) tenha o objetivo de estabelecer relação de confiança com o titular, por meio de atuação transparente e que assegure mecanismos de participação do titular;

f) esteja integrado a sua estrutura geral de governança e estabeleça e aplique mecanismos de supervisão internos e externos;

g) conte com planos de resposta a incidentes e remediação; e

h) seja atualizado constantemente com base em informações obtidas a partir de monitoramento contínuo e avaliações periódicas;

II - demonstrar a efetividade de seu programa de governança em privacidade quando apropriado e, em especial, a pedido da autoridade nacional ou de outra entidade responsável por promover o cumprimento de boas práticas ou códigos de conduta, os quais, de forma independente, promovam o cumprimento desta Lei.

§ 3º As regras de boas práticas e de governança deverão ser publicadas e atualizadas periodicamente e poderão ser reconhecidas e divulgadas pela autoridade nacional.

Art. 51. A autoridade nacional estimulará a adoção de padrões técnicos que facilitem o controle pelos titulares dos seus dados pessoais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO

Seção I
Das Sanções Administrativas

Art. 52. Os agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas nesta Lei, ficam sujeitos às seguintes sanções administrativas aplicáveis pela autoridade nacional:

I - advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II - multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III - multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;

IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;

V - bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI - eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;

VII - suspensão parcial ou total do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;

VIII - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;

IX - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

§ 1º As sanções serão aplicadas após procedimento administrativo que possibilite a oportunidade da ampla defesa, de forma gradativa, isolada ou cumulativa, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e considerados os seguintes parâmetros e critérios:

I - a gravidade e a natureza das infrações e dos direitos pessoais afetados;

II - a boa-fé do infrator;

III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

IV - a condição econômica do infrator;

V - a reincidência;

VI - o grau do dano;

VII - (VETADO);

VIII - (VETADO);

IX - (VETADO);

X - a pronta adoção de medidas corretivas; e

XI - a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção.

§ 2º O disposto neste artigo não substitui a aplicação de sanções administrativas, civis ou penais definidas em legislação específica.

§ 3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII e IX do **caput** deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

§ 4º No cálculo do valor da multa de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, a autoridade nacional poderá considerar o faturamento total da empresa ou grupo de empresas, quando não dispuser do valor do faturamento no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, definido pela autoridade nacional, ou quando o valor for apresentado de forma incompleta ou não for demonstrado de forma inequívoca e idônea.

Art. 53. A autoridade nacional definirá, por meio de regulamento próprio sobre sanções administrativas a infrações a esta Lei, que deverá ser objeto de consulta pública, as metodologias que orientarão o cálculo do valor-base das sanções de multa.

§ 1º As metodologias a que se refere o **caput** deste artigo devem ser previamente publicadas, para ciência dos agentes de tratamento, e devem apresentar objetivamente as formas e dosimetrias para o cálculo do valor-base das sanções de multa, que deverão conter fundamentação detalhada de todos os seus elementos, demonstrando a observância dos critérios previstos nesta Lei.

§ 2º O regulamento de sanções e metodologias correspondentes deve estabelecer as circunstâncias e as condições para a adoção de multa simples ou diária.

Art. 54. O valor da sanção de multa diária aplicável às infrações a esta Lei deve observar a gravidade da falta e a extensão do dano ou prejuízo causado e ser fundamentado pela autoridade nacional.

Parágrafo único. A intimação da sanção de multa diária deverá conter, no mínimo, a descrição da obrigação imposta, o prazo razoável e estipulado pelo órgão para o seu cumprimento e o valor da multa diária a ser aplicada pelo seu descumprimento.

CAPÍTULO IX
DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

Seção I
Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)

Art. 55. (VETADO).

Art. 56. (VETADO).

Art. 57. (VETADO).

Seção II
Do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade

Art. 58. (VETADO).

Art. 59. (VETADO).

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. A Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....
.....

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei e na que dispõe sobre a proteção de dados pessoais;

....." (NR)

"Art. 16. .....
.....

II - de dados pessoais que sejam excessivos em relação à finalidade para a qual foi dado consentimento pelo seu titular, exceto nas hipóteses previstas na Lei que dispõe sobre a proteção de dados pessoais." (NR)

Art. 61. A empresa estrangeira será notificada e intimada de todos os atos processuais previstos nesta Lei, independentemente de procuração ou de disposição contratual ou estatutária, na pessoa do agente ou representante ou pessoa responsável por sua filial, agência, sucursal, estabelecimento ou escritório instalado no Brasil.

Art. 62. A autoridade nacional e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no âmbito de suas competências, editarão regulamentos específicos para o acesso a dados tratados pela União para o cumprimento do disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e aos referentes ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), de que trata a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Art. 63. A autoridade nacional estabelecerá normas sobre a adequação progressiva de bancos de dados constituídos até a data de entrada em vigor desta Lei, consideradas a complexidade das operações de tratamento e a natureza dos dados.

Art. 64. Os direitos e princípios expressos nesta Lei não excluem outros previstos no ordenamento jurídico pátrio relacionados à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Art. 65. Esta Lei entra em vigor após decorridos 18 (dezoito) meses de sua publicação oficial**.**

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Aloysio Nunes Ferreira Filho
Eduardo Refinetti Guardia
Esteves Pedro Colnago Junior
Gilberto Magalhães Occhi
Gilberto Kassab
Wagner de Campos Rosário
Gustavo do Vale Rocha
Ilan Goldfajn
Raul Jungmann
Eliseu Padilha

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 143, DE 2018 (*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos ou instrumentos subsidiários que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2018
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 25/4/2018.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.469, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, para dispor sobre diretrizes e critérios para a qualificação de Organizações Sociais - OS.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput,** inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.4º .....

.....

§ 1º A entidade privada poderá entregar de forma provisória, no ato da inscrição, declaração que contenha o compromisso de apresentar os documentos exigidos para a qualificação como organização social, acompanhada da Ata da Assembleia que aprovou a emissão da declaração, nos termos estabelecidos nos art. 2º, art. 3º e art. 4º da Lei nº 9.637, de 1998, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

§ 2º A entidade privada que optar pelo procedimento previsto no § 1º entregará os documentos probatórios no prazo de quarenta e cinco dias, contado da publicação da decisão final de seleção.

§ 3º A entidade privada somente poderá ser qualificada como organização social após apresentar a documentação comprobatória hábil, conforme o disposto nos art. 2º, art. 3º e art. 4º da Lei nº 9.637, de 1998.

§ 4º A entidade privada será desclassificada na hipótese de descumprimento do prazo de que trata o § 2º." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Esteves Pedro Colnago Junior

DECRETO Nº 9.470, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Promulga a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, firmada pela República Federativa do Brasil, em Kumamoto, em 10 de outubro de 2013.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil firmou a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, em Kumamoto, em 10 de outubro de 2013;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção, por meio do Decreto Legislativo nº 99, em 6 de julho de 2017; e

Considerando que o Governo brasileiro depositou, junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 8 de agosto de 2017, o instrumento de ratificação à Convenção e que este entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 8 de novembro de 2017, nos termos de seu Artigo 31;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção de Minamata sobre Mercúrio, firmada em Kumamoto, em 10 de outubro de 2013, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Aloysio Nunes Ferreira Filho

CONVENÇÃO DE MINAMATA SOBRE MERCÚRIO

As Partes desta Convenção,

Reconhecendo que o mercúrio é uma substância química que causa preocupação global devido à sua propagação atmosférica de longa distância, sua persistência no meio ambiente depois de introduzido antropogenicamente, sua habilidade de se bioacumular nos ecossistemas e seus efeitos significativamente negativos na saúde humana e no meio ambiente,

Lembrando a decisão 25/5 de 20 de fevereiro de 2009 do Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de iniciar uma ação internacional para gerir o mercúrio de forma eficiente, efetiva e coerente,

Lembrando o parágrafo 221 do documento resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, "O Futuro que Queremos", que conclamava um resultado exitoso das negociações sobre um instrumento globalmente vinculante sobre mercúrio que abordasse os riscos à saúde humana e ao meio ambiente,

Lembrando que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável reafirmou os princípios da declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo, entre outros, o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e reconhecendo as circunstâncias e capacidades respectivas dos Estados e a necessidade de uma ação global,

Conscientes das preocupações sanitárias, especialmente nos países em desenvolvimento, resultantes da exposição ao mercúrio por populações vulneráveis, especialmente mulheres, crianças, e, por meio dessas, as futuras gerações,

Tomando nota das vulnerabilidades particulares dos ecossistemas árticos e das comunidades indígenas devido à biomagnificação do mercúrio e contaminação de alimentos tradicionais, bem como das preocupações com as comunidades indígenas de forma mais ampla no que diz respeito aos efeitos do mercúrio,

Reconhecendo as importantes lições da Doença de Minamata, em particular os sérios efeitos sobre a saúde e o meio ambiente decorrentes da poluição por mercúrio, e a necessidade de assegurar a gestão apropriada do mercúrio e a prevenção de tais eventos no futuro,

Enfatizando a importância do apoio financeiro, técnico, tecnológico, e de capacitação, especialmente para os países em desenvolvimento e países com economias em transição, a fim de fortalecer as capacidades nacionais para a gestão de mercúrio e promover a implementação efetiva da Convenção,

Reconhecendo também as atividades da Organização Mundial de Saúde para a proteção da saúde humana com relação ao mercúrio e os papéis desempenhados pelos acordos ambientais multilaterais pertinentes, especialmente a Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito e a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado para o Comércio Internacional de Certas Substâncias Químicas e Agrotóxicos Perigosos,

Reconhecendo que esta Convenção e outros acordos internacionais na área de meio ambiente e comércio apoiam-se mutuamente,

Enfatizando que nenhum dispositivo desta Convenção tem a finalidade de afetar direitos e obrigações de qualquer Parte, resultantes de qualquer acordo internacional já vigente,

Entendendo que o disposto acima não pretende criar uma hierarquia entre esta Convenção e qualquer outro instrumento internacional,

Tomando nota que nenhuma das disposições desta Convenção proíbe uma Parte de tomar medidas domésticas adicionais consistentes com os dispositivos desta Convenção no sentido de proteger a saúde humana e o meio ambiente da exposição ao mercúrio, em conformidade com as obrigações dessa Parte sob o direito internacional aplicável,

Acordaram no que se segue:

Artigo 1
Objetivo

O objetivo desta Convenção é proteger a saúde humana e o meio ambiente das emissões e liberações antropogênicas de mercúrio e de compostos de mercúrio.

Artigo 2
Definições

Para os efeitos desta Convenção:

(a)"Mineração de ouro artesanal e em pequena escala" significa a mineração de ouro conduzida por mineradores individuais ou pequenos empreendimentos com investimento de capital e produção limitados;

(b)"Melhores técnicas disponíveis" são aquelas mais eficientes para prevenir e, onde isso não seja factível, reduzir as emissões e liberações de mercúrio na atmosfera, água e solos e os impactos de tais emissões e liberações sobre o meio ambiente como um todo, tendo-se em conta considerações econômicas e técnicas para uma determinada Parte ou uma determinada instalação no território dessa Parte. Neste contexto:

i.Por "melhores" entende-se mais eficientes para alcançar um alto nível geral de proteção do meio ambiente como um todo;

ii.Por "disponíveis" entende-se, em relação a uma determinada Parte ou determinada instalação no território desta Parte, aquelas técnicas desenvolvidas em uma escala que permita sua implementação em um setor industrial relevante sob condições econômica e técnicamente viáveis, tendo-se em conta os custos e os benefícios, quer essas técnicas sejam usadas ou desenvolvidas no território dessa Parte ou não, contanto que sejam acessíveis ao operador da instalação conforme determinado pela Parte; e

iii.Por "técnicas" entende-se as tecnologias usadas, as práticas operacionais e as formas em que as instalações são projetadas, construídas, mantidas, operadas e desmanteladas;

(c)"Melhores práticas ambientais" significa a aplicação da combinação mais apropriada de medidas e estratégias de controle ambiental;

(d)"Mercúrio" significa o elemento mercúrio elementar (Hg(0), CAS No. 7439-97-6);

(e)"Composto de mercúrio" significa qualquer substância consistindo de átomos de mercúrio e um ou mais átomos de outros elementos químicos que possam ser separados em componentes diferentes apenas por meio de reações químicas;

(f)"Produto com mercúrio adicionado" significa um produto ou componente de produto que contenha mercúrio ou um composto de mercúrio adicionado intencionalmente;

(g)"Parte" significa um Estado ou organização regional de integração econômica que tenha consentido em vincular-se a esta Convenção e para os quais a Convenção está em vigor;

(h)"Partes presentes e votantes" significa as Partes presentes e com poder de voto, afirmativo ou negativo, em uma reunião das Partes;

(i)"Mineração primária de mercúrio" significa a mineração em que o principal produto procurado é o mercúrio;

(j)"Organização regional de integração econômica" significa uma organização constituída por Estados soberanos de uma determinada região para a qual seus Estados-membros tenham transferido a competência relativa a assuntos regidos por esta Convenção e que tenha sido devidamente autorizada, em conformidade com seus procedimentos internos, a assinar, ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a esta Convenção; e

(k) "Uso permitido" significa qualquer uso por uma das Partes de mercúrio ou compostos de mercúrio de acordo com as disposições desta Convenção, incluindo, mas não limitado a, usos consistentes com os Artigos 3, 4, 5, 6 e 7.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 3
Fontes de oferta de mercúrio e comércio

1. Para os efeitos deste Artigo:

(a)Referências a "mercúrio" incluem misturas de mercúrio com outras substâncias, incluindo ligas de mercúrio, com concentração de mercúrio de pelo menos 95 por cento por peso; e

(b)Por "compostos de mercúrio" entende-se cloreto de mercúrio (I) (também conhecido como calomelano), óxido de mercúrio (II), sulfato de mercúrio (II), nitrato de mercúrio (II), cinábrio mineral e sulfeto de mercúrio.

2.As disposições deste Artigo não se aplicam a:

(a)Quantidades de mercúrio ou compostos de mercúrio a serem usados em pesquisas laboratoriais ou como padrão de referência; ou

(b)Quantidades traço de mercúrio ou compostos de mercúrio que ocorram naturalmente em produtos como metais diferentes de mercúrio, minérios, ou produtos minerais, incluindo carvão, ou produtos derivados desses materiais, e quantidades traço não intencionais presentes em produtos químicos, ou

(c)Produtos com mercúrio adicionado.

3.Nenhuma Parte permitirá a mineração primária de mercúrio que não estiver sendo realizada em seu território na data de entrada em vigor desta Convenção para si.

4.Cada Parte deverá permitir a mineraçao primária de mercúrio que estiver sendo realizada em seu território na data de entrada em vigor desta Convenção para si apenas por um período de até 15 anos após essa data. Durante esse período, o mercúrio dessa atividade mineradora deverá ser usado apenas na manufatura de produtos com mercúrio adicionado em conformidade com o Artigo 4, em processos de manufatura em conformidade com o Artigo 5, ou ser disposto em conformidade com o Artigo 11, por meio de operações que não levem à sua recuperação, reciclagem, reabilitação, reutilização direta ou usos alternativos.

5. Cada Parte deverá:

(a)Empenhar-se para identificar estoques individuais de mercúrio ou compostos de mercúrio que excedam 50 toneladas métricas, bem como fontes de oferta de mercúrio que gerem estoques que excedam 10 toneladas métricas por ano que estejam localizados em seu território;

(b) Tomar medidas para garantir que, onde a Parte determinar que haja excesso de mercúrio por ocasião do desmantelamento de instalações de produção de cloro-álcalis, esse mercúrio deverá ser disposto em conformidade com as diretrizes de gestão ambiental saudável, mencionadas no parágrafo 3(a) do Artigo 11, por meio de operações que não levem à sua recuperação, reciclagem, reabilitação, reutilização direta ou usos alternativos.

6.Nenhuma Parte permitirá a exportação de mercúrio, exceto:

(a)Para uma Parte que tenha fornecido à Parte exportadora um consentimento por escrito, e apenas com o objetivo de:

(i)Um uso permitido pela Convenção para a Parte importadora; ou

(ii)Armazenamento provisório ambientalmente saudável, conforme estabelecido no Artigo 10; ou

(b)Para uma não-Parte que tenha fornecido à Parte exportadora um consentimento por escrito, incluindo certificação que demonstre que:

(i)A não-Parte possui medidas em vigor que assegurem a proteção da saúde humana e do meio ambiente, bem como sua conformidade com os dispositivos dos Artigos 10 e 11; e

(ii)O mercúrio será usado apenas para usos permitidos pela Convenção para uma Parte ou para armazenamento provisório ambientalmente saudável na forma estabelecida no Artigo 10.

7.Uma Parte exportadora poderá considerar uma notificação geral ao Secretariado pela Parte importadora ou não-Parte como o consentimento por escrito requerido pelo parágrafo 6. Essa notificação geral deverá estabelecer os termos e condições para que a Parte importadora ou não-Parte dê consentimento. A notificação poderá ser revogada a qualquer momento pela Parte ou não-Parte. O Secretariado deverá manter um registro público de todas essas notificações.

8. Nenhuma Parte permitirá a importação de mercúrio de uma não-Parte a quem dará consentimento por escrito a menos que a não-Parte apresente certificação de que o mercúrio exportado não provém de fontes identificadas como não permitidas pelo parágrafo 3 ou 5(b).

9. A Parte que enviar a notificação geral de consentimento de acordo com o parágrafo 7 pode decidir não aplicar o parágrafo 8, contanto que mantenha restrições abrangentes à exportação de mercúrio e tenha medidas domésticas em vigor para garantir que o mercúrio importado tenha gestão ambientalmente saudável. A Parte deverá enviar uma notificação de tal decisão ao Secretariado, incluindo informações sobre suas restrições de exportação e medidas domésticas regulatórias, bem como informações sobre quantidades e países de origem do mercúrio importado de não-Partes. O Secretariado deverá manter um registro público de todas essas notificações. O Comitê de Implementação e Cumprimento deverá revisar e avaliar essas notificações e as informações complementares de acordo com o Artigo 15 e poderá fazer recomendações, conforme apropriado, à Conferência das Partes.

10. O procedimento estabelecido no parágrafo 9 deverá permanecer disponível até a conclusão da segunda reunião da Conferência das Partes. Após esse período, não deverá estar mais disponível, a menos que a Conferência das Partes decida em contrário por maioria simples das Partes presentes e votantes, exceto em relação a uma Parte que tenha enviado notificação de acordo com o parágrafo 9 antes do fim da segunda reunião da Conferência das Partes.

11. Cada Parte deverá incluir em seus relatórios, apresentados conforme o Artigo 21, informações comprobatórias da consecução dos requisitos estabelecidos neste Artigo.

12.A Conferência das Partes deverá, em sua primeira reunião, fornecer orientações adicionais com relação a este Artigo, particularmente em relação aos parágrafos 5(a), 6 e 8, e deverá desenvolver e adotar o conteúdo requerido da certificação mencionada nos parágrafos 6(b) e 8.

13. A Conferência das Partes deverá avaliar se o comércio de compostos de mercúrio específicos compromete o objetivo desta Convenção e considerar se esses compostos devem, ao serem listados em um anexo adicional adotado em conformidade com o Artigo 27, sujeitar-se aos parágrafos 6 e 8.

Artigo 4
Produtos com mercúrio adicionado

1.Cada Parte deverá proibir, por meio de medidas apropriadas, a manufatura, importação ou exportação de produtos com mercúrio adicionado listados na Parte I do Anexo A após a data especificada para a eliminação desses produtos, exceto quando uma exclusão for especificada no Anexo A ou a Parte houver registrado uma isenção de acordo com o Artigo 6.

2. Uma Parte pode indicar como alternativa ao parágrafo 1, no momento da ratificação ou quando da entrada em vigor de uma emenda ao Anexo A, que implementará medidas ou estratégias diferentes para lidar com os produtos listados na Parte I do Anexo A. A Parte apenas poderá escolher esta alternativa se puder demonstrar que já reduziu a um nível mínimo a manufatura, importação e exportação da grande maioria dos produtos listados na Parte I do Anexo A e que implementou medidas ou estratégias para reduzir o uso de mercúrio em produtos adicionais não listados na Parte I do Anexo A quando notificar o Secretariado de sua decisão de usar esta alternativa. Além disso, a Parte que escolher esta alternativa deverá:

(a)Relatar à Conferência das Partes, na primeira oportunidade, uma descrição de medidas ou estratégias implementadas, inclusive uma quantificação das reduções atingidas;

(b)Implementar medidas ou estratégias para reduzir o uso de mercúrio em qualquer produto listado na Parte I do Anexo A para qual o valor mínimo ainda não tenha sido atingido;

(c) Considerar medidas adicionais para atingir mais reduções; e

(d)Não ser elegível para reivindicar isenções de acordo com o Artigo 6 para qualquer categoria de produto para qual esta alternativa for escolhida.

No prazo máximo de cinco anos após a data da entrada em vigor da Convenção, a Conferência das Partes deverá, como parte do processo de revisão previsto no parágrafo 8, revisar o progresso e a efetividade das medidas tomadas ao amparo deste parágrafo.

3.Cada Parte deverá tomar medidas em relação aos produtos com mercúrio adicionado listados na Parte II do Anexo A em conformidade com as disposições nela estabelecidas.

4.O Secretariado deverá, com base em informações dadas pelas Partes, coletar e manter informações sobre produtos com mercúrio adicionado e suas alternativas, disponibilizando essas informações ao público. O Secretariado deverá também disponibilizar ao público quaisquer informações relevantes enviadas pelas Partes.

5.Cada Parte deverá tomar medidas para evitar a incorporação, em produtos montados, de produtos com mercúrio adicionado de manufatura, importação e exportação não autorizadas por este Artigo.

6.Cada Parte deverá desencorajar a manufatura e distribuição no comércio de produtos com mercúrio adicionado cujo uso conhecido não seja contemplado pela categoria de produtos adicionados de mercúrio antes da data da entrada em vigor da Convenção para si, a não ser que uma avaliação dos riscos e benefícios do produto demonstre benefícios para o meio ambiente ou para a saúde humana. A Parte deverá enviar ao Secretariado, como convier, as informações sobre cada produto, inclusive qualquer informação sobre riscos e benefícios ao meio ambiente e saúde humana do produto. O Secretariado deverá disponibilizar esta informação ao público em geral.

7.Qualquer Parte poderá submeter propostas ao Secretariado para incluir um produto com mercúrio adicionado no Anexo A, que deverá conter informações relacionadas à disponibilidade, viabilidade técnica e econômica, riscos e benefícios ambientais e à saúde humana das alternativas sem mercúrio para este produto, considerando a informação disposta no parágrafo 4.

8.No prazo máximo de cinco anos após a data da entrada em vigor da Convenção, a Conferência das Partes deverá revisar o Anexo A e poderá considerar emendas a ele, em conformidade ao Artigo 27.

9.Ao revisar o Anexo A em conformidade com o parágrafo 8, a Conferência das Partes deverá levar em conta ao menos:

(a)Qualquer apresentada ao amparo do parágrafo 7;

(b)A informação disponibilizada de acordo com o parágrafo 4; e

(c)A disponibilidade de alternativas sem mercúrio que sejam técnica e economicamente viáveis, considerando os riscos e benefícios ambientais e para a saúde humana.

Artigo 5
Processos de manufatura nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio são utilizados

1. Para os efeitos deste Artigo e do Anexo B, processos de manufatura nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio são utilizados não incluem processos que utilizem produtos com mercúrio adicionado, processos de manufatura de produtos com mercúrio adicionado, ou processos que processem resíduos contendo mercúrio.

2. Nenhuma Parte permitirá, tomando para tanto medidas apropriadas, o uso de mercúrio ou compostos de mercúrio nos processos de manufatura listados na Parte I do Anexo B após a data de eliminação nele especificada para processos individuais, exceto quando a Parte houver registrado uma isenção de acordo com o Artigo 6.

3.Cada Parte deverá tomar medidas para restringir o uso de mercúrio ou compostos de mercúrio nos processos listados na Parte II do Anexo B de acordo com as disposições nele estabelecidas.

4.O Secretariado deverá, com base nas informações prestadas pelas Partes, coletar e manter informações sobre processos que utilizem mercúrio ou compostos de mercúrio e suas alternativas, e deverá disponibilizar essas informações publicamente. Outras informações relevantes também podem ser apresentadas pelas Partes e devem ser disponibilizadas publicamente pelo Secretariado.

5. Cada Parte com uma ou mais instalações que utilizem mercúrio ou compostos de mercúrio nos processos de manufatura listados no Anexo B deverá:

(a) Adotar medidas para lidar com emissões e liberações de mercúrio ou compostos de mercúrio dessas instalações;

(b) Incluir em seus relatórios, apresentados conforme o Artigo 21, informações sobre as medidas tomadas de acordo com este parágrafo; e

(c)Empenhar-se para identificar as instalações em seu território que utilizem mercúrio ou compostos de mercúrio para os processos listados no Anexo B e encaminhar ao Secretariado, no prazo máximo de três anos após a data de entrada em vigor da Convenção para essa Parte, informações sobre o número e os tipos de instalações e a quantidade anual estimada de mercúrio ou compostos de mercúrio utilizado. O Secretariado deverá disponibilizar essas informações publicamente.

6. Nenhuma Parte permitirá o uso de mercúrio ou compostos de mercúrio em instalações que não existiam antes da data de entrada em vigor da Convenção para si e que utilizem os processos de manufatura listados no Anexo B. Nenhuma isenção se aplicará a essas instalações.

7.Cada Parte deverá desencorajar o desenvolvimento de qualquer instalação inexistente antes da data de entrada em vigor da Convenção que utilize processos de manufatura onde o mercúrio e seus compostos sejam usados intencionalmente, salvo quando a Parte possa demonstrar, a contento da Conferência das Partes, que o processo de manufatura oferece benefícios significativos ao meio ambiente e à saúde humana e que não há alternativas técnica e economicamente viáveis livres de mercúrio que ofereçam os mesmos benefícios.

8. Encorajam-se as Partes a trocar informações sobre novos desenvolvimentos tecnológicos pertinentes, alternativas técnica e economicamente viáveis sem mercúrio, e sobre possíveis medidas e técnicas para reduzir, e quando factível, eliminar o uso de mercúrio e compostos de mercúrio dos processos de manufatura listados no Anexo B, assim como as emissões e liberações de mercúrio e compostos de mercúrio procedentes desses processos.

9.Qualquer Parte poderá apresentar uma proposta de emenda ao Anexo B no sentido de incluir um processo de manufatura em que mercúrio e compostos de mercúrio sejam utilizados. A proposta

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

deverá incluir informações relacionadas à disponibilidade, à viabilidade técnica e econômica e aos riscos e benefícios para o meio ambiente e a saúde humana das alternativas sem mercúrio.

10.No prazo máximo de cinco anos após a data de entrada em vigor da Convenção, a Conferência das Partes deverá revisar o Anexo B e poderá considerar emendas ao Anexo em conformidade com o Artigo 27.

11.Em qualquer revisão do Anexo B de acordo com o parágrafo 10, a Conferência das Partes deverá considerar pelo menos:

(a)Qualquer proposta apresentada ao amparo do parágrafo 9;

(b)A informação disponibilizada de acordo com o parágrafo 4; e

(c)A disponibilidade de alternativas sem mercúrio que sejam técnica e economicamente viáveis, considerando os riscos e benefícios ambientais e para a saúde humana.

Artigo 6
Isenções disponíveis mediante solicitação de uma Parte

1.Qualquer Estado ou organização regional de integração pode registrar uma ou mais isenções das datas de eliminação listadas no Anexo A e no Anexo B, doravante referidas como "isenções", por meio de notificação por escrito ao Secretariado:

(a)Ao se tornar Parte nesta Convenção; ou

(b) No caso de produtos com mercúrio adicionado incluídos por emenda ao Anexo A ou de processos de manufatura no qual o mercúrio seja utilizado que sejam incluídos por emenda ao Anexo B, no prazo máximo da data em que a emenda aplicável entre em vigor para a Parte.

Qualquer registro deverá ser acompanhado de uma declaração explicando a necessidade da Parte para a isenção.

2. Uma isenção pode ser registrada tanto para uma categoria listada no Anexo A ou B, ou para uma subcategoria identificada por qualquer Estado ou organização regional de integração econômica.

3.Cada Parte que tenha uma ou mais isenções deverá ser identificada em um registro. O Secretariado deverá estabelecer e manter esse registro, disponibilizando-o ao público.

4.O registro deverá incluir:

(a)Uma lista das Partes que tenham uma ou mais isenções;

(b)A isenção ou isenções registradas para cada Parte; e

(c)A data de validade de cada isenção.

5.A menos que um período mais curto seja indicado no registro por uma Parte, todas as isenções ao amparo do parágrafo 1 expirarão cinco anos após a data de eliminação correspondente estabelecida nos Anexos A ou B.

6.A Conferência das Partes poderá, quando solicitada por uma Parte, decidir prorrogar uma isenção por cinco anos, salvo se a Parte solicitar um período mais curto. Ao tomar esta decisão, a Conferência das Partes deverá considerar:

(a)Um relatório da Parte justificando a necessidade de prorrogar o período da isenção e descrevendo as atividades realizadas e planejadas para eliminar a necessidade da isenção assim que factível;

(b)As informações disponíveis, inclusive a respeito da disponibilidade de produtos e processos alternativos que não utilizem mercúrio ou envolvam o consumo de menos mercúrio do que a uso isento; e

(c)As atividades planejadas ou em curso para proporcionar o armazenamento ambientalmente saudável do mercúrio e a disposição de resíduos de mercúrio.

Uma isenção só poderá ser prorrogada uma vez por produto por data de eliminação.

7.Uma Parte poderá, a qualquer momento, retirar uma isenção por meio de notificação escrita ao Secretariado. A retirada de uma isenção deverá valer a partir da data especificada na notificação.

8.Não obstante o disposto no parágrafo 1, nenhum Estado ou organização regional de integração econômica poderá registrar uma isenção após cinco anos da data de eliminação do produto ou processo correspondente listado nos Anexos A ou B, a menos que uma ou mais Partes permaneçam registradas para isenção desse produto ou processo por haver recebido uma prorrogação de acordo com o parágrafo 6. Nesse caso, o Estado ou organização regional de integração econômica poderá, nos momentos estabelecidos pelos parágrafos 1 (a) e (b), registrar uma isenção desse produto ou processo que expirará dez anos após a data de eliminação correspondente.

9.Nenhuma Parte terá isenções válidas em nenhum momento transcorridos dez anos da data de eliminação de um produto ou processo incluído nos anexos A ou B.

Artigo 7
Mineração de ouro artesanal e em pequena escala

1.As medidas neste Artigo e no Anexo C aplicam-se à mineração e ao processamento de ouro artesanal e em pequena escala onde a amalgamação com mercúrio é utilizada para extrair o ouro do minério.

2.Cada Parte em cujo território sejam realizadas atividades de mineração e processamento de ouro artesanal e em pequena escala sujeitas a este Artigo deverá adotar medidas para reduzir, e quando viável eliminar, o uso de mercúrio e compostos de mercúrio nessas atividades, bem como as emissões e liberações de mercúrio no meio ambiente resultantes dessas atividades.

3.Cada Parte deverá notificar o Secretariado se, a qualquer momento, determinar que a mineração e processamento de ouro artesanal e em pequena escala em seu território é mais que insignificante. Caso assim determine, a Parte deverá:

(a) Desenvolver e implementar um plano nacional de ação em conformidade com o Anexo C;

(b)Apresentar seu plano nacional de ação ao Secretariado no prazo máximo de três anos após a entrada em vigor da Convenção para essa Parte ou três anos após a notificação ao Secretariado, caso essa data seja posterior; e

(c)Posteriormente, revisar, a cada três anos, o progresso realizado no cumprimento de suas obrigações sob este Artigo e incluir essas revisões em seus relatórios apresentados conforme o Artigo 21.

4.As Partes poderão cooperar entre si e com organizações intergovernamentais e outras entidades relevantes, conforme apropriado, para alcançar os objetivos deste Artigo. Tal cooperação pode incluir:

(a)Desenvolvimento de estratégias para prevenir o desvio de mercúrio ou compostos de mercúrio para uso em mineração e processamento de ouro artesanal e em pequena escala;

(b)Iniciativas para educação, divulgação e capacitação;

(c) Promoção de pesquisa de práticas alternativas sustentáveis sem o uso de mercúrio;

(d)Provisão de assistência técnica e financeira;

(e)Parcerias para auxiliar na implementação dos compromissos dispostos neste Artigo; e

(f)Uso de mecanismos existentes de troca de informações para promover o conhecimento, melhores práticas ambientais e tecnologias alternativas que sejam viáveis do ponto de vista ambiental, técnico, social e econômico.

Artigo 8
Emissões

1.Este Artigo trata do controle e, quando viável, da redução de emissões de mercúrio e compostos de mercúrio, frequentemente referidos como "mercúrio total", na atmosfera por meio de medidas de controle de emissões a partir de fontes pontuais que se enquadrem nas categorias listadas no Anexo D.

2.Para os efeitos deste Artigo:

(a)Por "emissões" entendem-se as emissões de mercúrio ou compostos de mercúrio na atmosfera;

(b)Por "fonte relevante" entende-se uma fonte que se enquadre nas categorias listadas no Anexo D. Uma Parte poderá, caso queira, estabelecer critérios para identificar as fontes enquadradas dentro de uma categoria listada no Anexo D, contanto que esses critérios para qualquer categoria incluam pelo menos 75 por cento das emissões dessa categoria;

(c) Por "nova fonte" entende-se qualquer fonte relevante dentro de uma categoria listada no Anexo D, cuja construção ou modificação substancial seja iniciada pelo menos um ano depois da data de:

(i)Entrada em vigor desta Convenção para a Parte interessada; ou

(ii)Entrada em vigor para a Parte interessada de uma emenda ao Anexo D onde a fonte esteja sujeita às disposições desta Convenção apenas em virtude de tal emenda;

(d)Por "modificação substancial" entende-se a modificação de uma fonte relevante que resulte em um aumento significativo de emissões, exceto qualquer mudança em emissões que resulte da recuperação de um subproduto. Caberá à Parte decidir se a modificação é substancial ou não;

(e) Por "fonte existente" entende-se qualquer fonte relevante que não seja uma nova fonte;

(f) Por "valor limite de emissão" entende-se um limite de concentração, massa ou taxa de emissão de mercúrio ou compostos de mercúrio, geralmente referida como "mercúrio total", emitido a partir de uma fonte pontual.

3.Uma Parte com fontes relevantes deverá adotar medidas para controlar as emissões e poderá preparar um plano nacional estabelecendo as medidas a serem tomadas para tanto, assim como as metas, objetivos e resultados desejados. Qualquer plano deverá ser apresentado à Conferência das Partes dentro de quatro anos da data de entrada em vigor da Convenção para essa Parte. Caso desenvolva um plano de implementação de acordo com o Artigo 20, a Parte poderá incluir neste o plano preparado conforme este parágrafo.

4.No que se refere a novas fontes, cada Parte deverá requerer o uso de melhores técnicas disponíveis e melhores práticas ambientais para controlar e, quando viável, reduzir as emissões, assim que possível, mas no prazo máximo de cinco anos após a data de entrada em vigor da Convenção para essa Parte. A Parte poderá usar valores limites de emissões que sejam consistentes com a aplicação das melhores técnicas disponíveis.

5.No que se refere a fontes existentes, cada Parte deverá incluir e implementar, em qualquer plano nacional, uma ou mais das seguintes medidas, levando-se em conta suas circunstâncias domésticas, a viabilidade econômica e técnica das medidas, além de sua acessibilidade, assim que possível mas não mais que dez anos após a data da entrada em vigor da Convenção para essa Parte:

(a)Uma meta quantificada para controlar, e, quando viável, reduzir as emissões de fontes relevantes;

(b)Valores limites de emissões para controlar e, quando viável, reduzir emissões de fontes relevantes;

(c)O uso das melhores técnicas disponíveis e das melhores práticas ambientais para controlar as emissões de fontes relevantes;

(d)Uma estratégia de controle de multi-poluentes que resulte em co-benefícios para o controle de emissões de mercúrio;

(e)Medidas alternativas para reduzir as emissões de fontes relevantes.

6. As Partes poderão aplicar as mesmas medidas a todas as fontes relevantes existentes ou poderão adotar medidas diferentes a respeito de categorias diferentes de fontes. O objetivo deve ser que as medidas aplicadas por uma Parte permitam atingir progresso razoável na redução de emissões ao longo do tempo.

7. Cada Parte deverá estabelecer, assim que praticável mas no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor da Convenção para si, um inventário de emissões de fontes relevantes, que deverá ser mantido a partir de então.

8.A Conferência das Partes deverá, em sua primeira reunião, adotar diretrizes sobre:

(a)Melhores técnicas disponíveis e melhores práticas ambientais, levando em consideração qualquer diferença entre novas fontes e as já existentes, e a necessidade de minimizar efeitos cruzados entre os meios distintos; e

(b)Apoio às Partes na implementação das medidas descritas no parágrafo 5, especialmente a determinação de metas e de valores limites de emissões.

9. A Conferência das Partes deverá, assim que possível, adotar diretrizes sobre:

(a)Critérios que as Partes poderão desenvolver em conformidade com o parágrafo 2 (b);

(b)A metodologia para preparar inventários de emissões.

10. A Conferência das Partes deverá manter sob revisão, e atualizar conforme apropriado, as diretrizes desenvolvidas ao amparo dos parágrafos 8 e 9. As Partes deverão ter em conta tais diretrizes ao implementarem as disposições relevantes deste Artigo.

11.Cada Parte deverá incluir informações sobre a implementação deste Artigo em seus relatórios apresentados conforme o Artigo 21, especialmente informações sobre as medidas tomadas em conformidade com os parágrafos 4 a 7 e a efetividade dessas medidas.

Artigo 9
Liberações

1.Este Artigo trata do controle e, quando viável, da redução de liberações de mercúrio e compostos de mercúrio, geralmente referidos como "mercúrio total", nos solos e na água de fontes pontuais relevantes não abordadas em outros dispositivos desta Convenção.

2.Para os efeitos deste Artigo:

(a)Por "liberações" entendem-se os lançamentos de mercúrio ou compostos de mercúrio nos solos e na água;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(b)Por "fonte relevante" entende-se uma fonte pontual de liberação antropogênica, identificada pela Parte e que não esteja abordada em outros dispositivos desta Convenção;

(c)Por "nova fonte" entende-se qualquer fonte relevante cuja construção ou modificação substancial seja iniciada pelo menos um ano após a data da entrada em vigor desta Convenção para a Parte interessada;

(d)Por "modificação substancial" entende-se a modificação de uma fonte relevante que resulte em um aumento significativo de liberações, exceto qualquer mudança em liberações que resulte da recuperação de um subproduto. Caberá à Parte decidir se a modificação é substancial ou não;

(e)Por "fonte existente" entende-se qualquer fonte relevante que não seja uma nova fonte;

(f)Por "valor limite de liberação" entende-se um limite de concentração, massa ou taxa de emissão de mercúrio ou compostos de mercúrio, geralmente referido como "mercúrio total", liberado a partir de uma fonte pontual.

3.Cada Parte deverá, no prazo máximo de três anos após a data de entrada em vigor da Convenção e regularmente após essa data, identificar categorias de fontes pontuais relevantes.

4.Uma Parte com fontes relevantes deverá adotar medida para controlar as liberações e poderá preparar um plano nacional estabelecendo as medidas a serem tomadas para tanto, assim como as metas, objetivos e resultados desejados. Qualquer plano deverá ser apresentado à Conferência das Partes dentro de quatro anos da data de entrada em vigor da Convenção para essa Parte. Caso desenvolva um plano de implementação de acordo com o Artigo 20, a Parte poderá incluir neste o plano preparado conforme este parágrafo.

5.As medidas devem incluir um ou mais dos seguintes itens, conforme apropriado:

(a)Valores limites de liberações para controlar e, quando viável, reduzir os lançamentos de fontes relevantes;

(b)O uso das melhores técnicas disponíveis e das melhores práticas ambientais para controlar as liberações de fontes relevantes;

(c)Uma estratégia de controle de multi-poluentes que resulte em cobenefícios para o controle das liberações de mercúrio;

(d)Medidas alternativas para reduzir as liberações de fontes relevantes.

6.Cada Parte deverá estabelecer, assim que praticável mas no prazo máximo de cinco anos após a entrada em vigor da Convenção para si, um inventário de liberações de fontes relevantes, que deverá ser mantido a partir de então.

7.A Conferência das Partes deverá, assim que possível, adotar diretrizes sobre:

(a)Melhores técnicas disponíveis e melhores práticas ambientais, levando em consideração qualquer diferença entre novas fontes e as já existentes, e a necessidade de minimizar efeitos cruzados entre os meios distintos; e

(b)A metodologia para preparar inventários de liberações.

8.Cada Parte deverá incluir informações sobre a implementação deste Artigo em seus relatórios apresentados conforme o Artigo 21, especialmente informações sobre as medidas tomadas em conformidade com os parágrafos 3 a 6 e a efetividade dessas medidas

Artigo 10
Armazenamento provisório ambientalmente saudável de mercúrio, diferente de resíduos de mercúrio

1.Este Artigo aplica-se ao armazenamento provisório ambientalmente saudável de mercúrio e compostos de mercúrio definidos no Artigo 3 que não sejam compreendidos no significado da definição de resíduos de mercúrio estabelecida no Artigo 11.

2.Cada Parte deverá tomar medidas para garantir que o armazenamento provisório de mercúrio e compostos de mercúrio para fins de um uso permitido a uma Parte nesta Convenção, que seja realizado de forma ambientalmente saudável, levando-se em conta todas as diretrizes e em conformidade com quaisquer requisitos adotados de acordo com o parágrafo 3.

3.A Conferência das Partes deverá adotar diretrizes sobre o armazenamento provisório ambientalmente saudável de mercúrio e compostos de mercúrio, levando-se em conta quaisquer diretrizes pertinentes desenvolvidas sob a égide da Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito e outras orientações relevantes. A Conferência das Partes poderá adotar requisitos para o armazenamento provisório em um anexo adicional a esta Convenção, de acordo com o Artigo 27.

4.As Partes deverão cooperar, conforme apropriado, entre si e com organizações intergovernamentais e outras entidades relevantes, para elevar a capacitação para o armazenamento provisório e ambientalmente saudável de mercúrio e compostos de mercúrio.

Artigo 11
Resíduos de mercúrio

1.As definições relevantes da Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito aplicam-se a resíduos cobertos por esta Convenção para as Partes na Convenção de Basileia. As Partes desta Convenção que não sejam Partes na Convenção de Basileia deverão usar tais definições como orientação aplicável a resíduos cobertos por esta Convenção.

2. Para os efeitos desta Convenção, por resíduos de mercúrio entendem-se substâncias ou objetos:

(a)Que consistam em mercúrio ou compostos de mercúrio;

(b)Que contenham mercúrio ou compostos de mercúrio; ou

(c)Contaminados com mercúrio ou compostos de mercúrio,

em uma quantidade acima dos limites pertinentes definidos pela Conferência das Partes, em colaboração com os órgãos relevantes da Convenção de Basileia de forma harmonizada, que foram dispostos ou destinados para disposição ou que têm disposição exigida de acordo com os dispositivos da legislação nacional ou desta Convenção. Esta definição exclui rochas de capeamento, de resíduos e refugos de mineração, exceto os derivados de mineração primária de mercúrio, a menos que contenham mercúrio ou compostos de mercúrio acima dos limites definidos pela Conferência das Partes**.**

3.Cada Parte deverá tomar as medidas apropriadas para que os resíduos de mercúrio sejam:

(a)Geridos de forma ambientalmente saudável, levando-se em consideração as diretrizes desenvolvidas sob a Convenção de Basileia e em conformidade com os requisitos que a Conferência das Partes deverá adotar em um anexo adicional, de acordo com o Artigo 27. Ao desenvolver os requisitos, a Conferência das Partes deverá levar em conta as regulamentações e programas de gestão de resíduos das Partes;

(b)Apenas recuperados, reciclados, regenerados ou re-utilizados diretamente para usos permitidos a uma Parte nesta Convenção ou para a disposição ambientalmente saudável de acordo com o parágrafo 3 (a);

(c)Para as Partes na Convenção de Basileia, não sejam transportados através de fronteiras internacionais, exceto para fins de disposição ambientalmente saudável em conformidade com este Artigo e com aquela Convenção. Nas circunstâncias em que não se aplica a Convenção de Basileia sobre o transporte entre fronteiras internacionais, as Partes deverão permitir tal transporte apenas depois de considerar as regras, padrões e orientações internacionais relevantes.

4.A Conferência das Partes deverá buscar cooperação próxima com os órgãos relevantes da Convenção de Basileia na revisão e atualização, conforme apropriado, das diretrizes mencionadas no parágrafo 3 (a).

5.Encorajam-se as Partes a cooperar entre si e com as organizações intergovernamentais e outras entidades relevantes, conforme apropriado, para desenvolver e manter a capacidade global, nacional e regional para o gerenciamento de resíduos de mercúrio de forma ambientalmente saudável.

Artigo 12
Áreas contaminadas

1.Cada Parte deverá engajar-se no desenvolvimento de estratégias apropriadas para identificar e avaliar as áreas contaminadas com mercúrio ou compostos de mercúrio.

2.Quaisquer ações para reduzir os riscos gerados por áreas contaminadas deverão ser conduzidas de forma ambientalmente saudável, incorporando, quando apropriado, uma avaliação dos riscos para a saúde humana e o meio ambiente advindos do mercúrio ou compostos de mercúrio nelas contidos.

3.A Conferência das Partes deverá adotar orientações sobre a gestão de áreas contaminadas que podem incluir métodos e abordagens para:

(a)Identificação e caracterização das áreas;

(b)Envolvimento do público;

(c)Avaliação dos riscos ao meio ambiente e à saúde humana;

(d)Opções para gerenciamento dos riscos gerados pelas áreas contaminadas;

(e)Avaliação dos benefícios e custos; e

(f)Validação dos resultados.

4.Encorajam-se as Partes a cooperar no desenvolvimento de estratégias e na implementação de atividades de identificação, avaliação, priorização, gestão e, conforme apropriado, remediação de áreas contaminadas.

Artigo 13
Recursos financeiros e mecanismo financeiro

1.Cada Parte compromete-se a fornecer, dentro de suas capacidades, os recursos relativos às atividades nacionais que tenham por objetivo implementar esta Convenção, de acordo com suas políticas, prioridades, planos e programas nacionais. Tais recursos podem incluir financiamento doméstico por meio de políticas relevantes, estratégias de desenvolvimento e orçamentos nacionais e financiamento bilateral e multilateral, bem como o envolvimento do setor privado.

2. A eficácia geral da implementação desta Convenção pelas Partes que são países em desenvolvimento estará relacionada à efetiva implementação deste Artigo.

3. Encorajam-se fontes multilaterais, regionais e bilaterais de assistência técnica e financeira, bem como capacitação e transferência de tecnologia, que ampliem e melhorem, urgentemente, suas atividades relacionadas com o mercúrio em apoio às Partes que são países em desenvolvimento na implementação desta Convenção, no que diz respeito aos recursos financeiros, assistência técnica e transferência de tecnologia.

4. As Partes, em suas ações relacionadas a financiamento, deverão considerar plenamente as necessidades específicas e circunstâncias especiais das Partes que são pequenos Estados insulares em desenvolvimento ou países de menor desenvolvimento relativo.

5.Fica definido um Mecanismo para a provisão de recursos financeiros adequados, previsíveis, e oportunos. Esse mecanismo se designa a apoiar as Partes que são países em desenvolvimento e as Partes com economias em transição na implementação de suas obrigações sob esta Convenção.

6. O Mecanismo deve incluir:

(a) O Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente; e

(b) Um Programa internacional específico para apoiar capacitação e assistência técnica.

7.O Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente deverá prover recursos financeiros novos, previsíveis, adequados e oportunos, para custear a implementação desta Convenção conforme acordado pela Conferência das Partes. Para os efeitos desta Convenção, o Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente deverá ser operado sob as orientações da Conferência das Partes, a quem prestará contas. A Conferência das Partes deverá prover diretrizes sobre estratégias, políticas, prioridades de programas e elegibilidade em geral para o acesso e utilização de recursos financeiros. Ademais, a Conferência das Partes deverá prover diretrizes sobre uma lista indicativa de categorias de atividades que poderão receber apoio do Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente. O Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente deverá prover recursos para atender aos custos adicionais acordados que permitam obter benefícios ambientais globais e para os custos totais acordados de algumas atividades de apoio.

8. Ao prover recursos para uma atividade, o Fundo Fiduciário do Fundo Global para o Meio Ambiente deverá levar em conta o potencial de redução de mercúrio da atividade proposta relativa aos custos.

9.Para os efeitos desta Convenção, o Programa referido no parágrafo 6 (b) será operado sob as orientações da Conferência das Partes, a quem prestará contas. A Conferência das Partes deverá, em sua primeira reunião, decidir sobre a instituição sede do Programa, que será uma entidade existente, e fornecer diretrizes a ela, inclusive sobre a duração do Programa. Todas as Partes e outros interessados relevantes são convidados a aportar recursos ao Programa, de forma voluntária.

10.A Conferência das Partes e as entidades que compõem o Mecanismo devem, na primeira reunião da Conferência das Partes, acordar os arranjos que tornarão efetivos os parágrafos acima.

11.A Conferência das Partes deverá revisar, até sua terceira reunião, e posteriormente de forma periódica, o nível de financiamento, as orientações dadas pela Conferência das Partes às entidades incumbidas de operacionalizar o Mecanismo estabelecido por este Artigo e a eficácia de tais entidades, bem como sua capacidade para tratar das diferentes necessidades das Partes que são países em desenvolvimento e Partes com economias em transição. Deverá também, com base nessa revisão, adotar as medidas apropriadas para melhorar a eficácia do Mecanismo.

12.Todas as Partes, dentro de suas capacidades, são convidadas a contribuir com o Mecanismo. O Mecanismo deverá estimular o provimento de recursos de outras fontes, incluindo o setor privado, e deverá procurar alavancar tais recursos para as atividades que apoiar.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 14
Capacitação, assistência técnica e transferência de tecnologia

1.As Partes deverão cooperar para prover, dentro de suas respectivas capacidades e de maneira oportuna e adequada, capacitação e assistência técnica às Partes que são países em desenvolvimento, especialmente as Partes que de menor desenvolvimento relativo ou pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e Partes que são economias em transição, para auxiliá-los na implementação de suas obrigações sob esta Convenção.

2.A capacitação e assistência técnica de que tratam o parágrafo 1 e o Artigo 13 podem ser entregues por meio de arranjos regionais, sub-regionais e nacionais, incluindo centros regionais e sub-regionais já existentes, por meio de outros meios multilaterais e bilaterais, e por meio de parcerias, incluindo parcerias envolvendo o setor privado. A cooperação e coordenação com outros acordos ambientais multilaterais na área de químicos e resíduos devem ser estimuladas, a fim de aumentar a eficácia da assistência técnica e sua entrega.

3.As Partes que são países desenvolvidos e outras Partes dentro de suas capacidades deverão promover e facilitar, apoiadas pelo setor privado e outras partes interessadas relevantes, conforme apropriado, o desenvolvimento, a transferência e difusão, e o acesso a tecnologias alternativas atualizadas e ambientalmente saudáveis para as Partes que são países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativoe os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, e as Partes com economias em transição, a fortalecer sua capacidade de implementar esta Convenção efetivamente.

4.A Conferência das Partes deverá, até sua segunda reunião e posteriormente de forma periódica, levando em conta informações e os relatórios apresentados pelas Partes, inclusive aqueles apresentados conforme o Artigo 21, e as informações enviadas por outras partes interessadas:

(a)Considerar informações sobre iniciativas existentes e o progresso feito em relação a tecnologias alternativas;

(b)Considerar as necessidades das Partes, especialmente as Partes que são países em desenvolvimento, por tecnologias alternativas; e

(c)Identificar os desafios vividos pelas Partes, especialmente as Partes que são países em desenvolvimento, com transferência de tecnologia.

5.A Conferência das Partes deverá fazer recomendações sobre como a criação de capacitação, assistência técnica e transferência de tecnologia, de que tratam este Artigo, podem ser melhoradas.

Artigo 15
Comitê de Implementação e Cumprimento

1. Fica estabelecido um mecanismo, incluindo um Comitê como órgão subsidiário da Conferência das Partes, para promover a implementação e examinar o cumprimento de todos os dispositivos desta Convenção. O mecanismo, incluindo o Comitê, terá um caráter facilitador por natureza, dando atenção especial às respectivas capacidades nacionais e circunstâncias das Partes.

2. O Comitê deverá promover a implementação e examinar o cumprimento de todos os dispositivos desta Convenção. O Comitê examinará questões individuais e sistêmicas de implementação e cumprimento, e fazer recomendações, conforme apropriado, à Conferência das Partes.

3. O Comitê será composto por 15 membros, indicados pelas Partes e eleitos pela Conferência das Partes, com a devida consideração de representação geográfica equitativa com base nas cinco regiões das Nações Unidas; os primeiros membros deverão ser eleitos na primeira reunião da Conferência das Partes e, posteriormente, de acordo com as regras de procedimento por ela aprovadas de acordo com o parágrafo 5; os membros do Comitê terão competência em áreas relevantes a esta Convenção e refletirão um equilíbrio apropriado de especialização.

4.O Comitê pode considerar questões com base em:

(a)Solicitações por escrito de qualquer Parte a respeito de sua própria conformidade;

(b)Relatórios nacionais de acordo com o Artigo 21; e

(c)Solicitações da Conferência das Partes.

5.O Comitê deverá elaborar suas regras de procedimento, as quais serão sujeitas à aprovação, na segunda reunião da Conferência das Partes; a Conferência das Partes poderá adotar termos de referência adicionais para o Comitê.

6.O Comitê deverá envidar todos os esforços para adotar suas recomendações por consenso. Caso todos os esforços para chegar a um consenso tenham sido exauridos e nenhum consenso alcançado, tais recomendações deverão ser adotadas, como último recurso, por maioria de três quartos dos membros presentes e votantes, com base em um quórum de dois terços dos membros.

Artigo 16
Aspectos de Saúde

1.Encorajam-se as Partes a:

(a)Promover o desenvolvimento e a implementação de estratégias e programas para identificar e proteger as populações em situação de risco, particularmente as vulneráveis, e que possam incluir adoção de diretrizes de saúde, com bases científicas, relativas à exposição ao mercúrio e aos compostos de mercúrio, estabelecimento de metas para a redução dessa exposição, quando apropriado, e educação pública, com a participação dos setores de saúde pública e outros setores envolvidos;

(b)Promover o desenvolvimento e a implementação de programas educacionais e preventivos, com bases científicas, sobre a exposição ocupacional ao mercúrio e aos compostos de mercúrio;

(c)Promover serviços de cuidados com a saúde apropriados para a prevenção, tratamento e cuidado para populações afetadas pela exposição ao mercúrio e aos compostos de mercúrio; e

(d)Estabelecer e fortalecer, conforme apropriado, as capacidades profissionais e institucionais de saúde para a prevenção, diagnóstico, tratamento e monitoramento de riscos à saúde relativos à exposição ao mercúrio e aos compostos de mercúrio.

2.A Conferência das Partes, ao considerar questões ou atividades relacionadas à saúde, deverá:

(a)Consultar e colaborar com a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e outras organizações intergovernamentais relevantes, conforme apropriado; e

(b)Promover a cooperação e a troca de informações com a Organização Mundial da Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e outras organizações intergovernamentais relevantes, conforme apropriado.

Artigo 17
Intercâmbio de Informações

1.Cada Parte deverá facilitar o intercâmbio de:

(a)Informações científicas, técnicas, econômicas e legais com relação a mercúrio e compostos de mercúrio, inclusive informações toxicológicas, ecotoxicológicas e de segurança;

(b)Informações sobre a redução ou eliminação da produção, uso, comércio, emissões e liberações de mercúrio e compostos de mercúrio;

(c)Informações sobre alternativas técnica e economicamente viáveis para:

(i)Produtos com mercúrio adicionado;

(ii)Processos de manufatura nos quais o mercúrio ou compostos de mercúrio sejam usados; e

(iii)Atividades e processos que emitam ou liberem mercúrio ou compostos de mercúrio;

inclusive informações sobre riscos à saúde e ao meio ambiente e sobre os custos e benefícios econômicos e sociais de tais alternativas; e

(d)Informações epidemiológicas a respeito dos impactos na saúde associados à exposição ao mercúrio e aos compostos de mercúrio, em estrita cooperação com a Organização Mundial de Saúde e outras organizações relevantes, conforme apropriado.

2.As Partes podem trocar as informações de que trata o parágrafo 1 diretamente, por meio do Secretariado ou em cooperação com outras organizações relevantes, incluindo secretarias de convenções sobre químicos e resíduos, conforme apropriado.

3.O Secretariado deverá facilitar a cooperação no intercâmbio de informações, conforme referidas neste Artigo, bem como com as organizações relevantes, inclusive as secretarias de acordos ambientais multilaterais e outras iniciativas internacionais. Além das informações proporcionadas pelas Partes, esta informação deverá incluir informações de organizações intergovernamentais e não governamentais com conhecimento especializado na área de mercúrio, e de instituições nacionais e internacionais com tal conhecimento.

4.Cada Parte deverá designar um ponto focal nacional para o intercâmbio de informações sob a égide desta Convenção, inclusive com relação ao consentimento das Partes importadoras, de acordo com o Artigo 3.

5.Para os efeitos desta Convenção, informações sobre saúde e segurança humana e ambiental não deverão ser tratadas como confidenciais. As Partes que intercambiarem outro tipo de informação, de acordo com esta Convenção, deverão proteger quaisquer informações confidenciais na forma que acordem mutuamente.

Artigo 18
Informações Públicas, Conscientização, Educação

1.Cada Parte deverá, de acordo com suas capacidades, promover e facilitar:

(a)O acesso público a informações disponíveis sobre:

(i)Efeitos do mercúrio e dos compostos de mercúrio à saúde e ao meio ambiente;

(ii)Alternativas ao mercúrio e aos compostos de mercúrio;

(iii)Tópicos identificados no parágrafo 1 do Artigo 17;

(iv)Resultados de atividades de pesquisa, desenvolvimento e monitoramento, sob a égide do Artigo 19; e

(v)Atividades destinadas a cumprir suas obrigações sob esta Convenção;

(b)Educação, treinamento e conscientização pública relacionados aos efeitos da exposição ao mercúrio e aos compostos de mercúrio sobre a saúde humana e o meio ambiente em colaboração com organizações intergovernamentais e não-governamentais relevantes e populações vulneráveis, conforme apropriado.

2.Cada Parte deverá usar os mecanismos existentes ou considerar o desenvolvimento de mecanismos, tais como registros de emissões e transferência de poluentes, se aplicável, para a coleta e disseminação de informações sobre estimativas de quantidades anuais de mercúrio e compostos de mercúrio que são emitidas, liberadas ou dispostas através das atividades humanas.

Artigo 19
Pesquisa, desenvolvimento e monitoramento

1.As Partes deverão empenhar-se para cooperar, levando em consideração suas respectivas circunstâncias e capacidades, no desenvolvimento e aperfeiçoamento de:

(a)Inventários de uso, consumo, e emissões antropogênicas no ar e liberações antropogênicas na água e solo, de mercúrio e compostos de mercúrio;

(b)Modelagem e monitoramento geográfico representativo dos níveis de mercúrio e compostos de mercúrio em populações vulneráveis e no meio ambiente, incluindo meio biótico como peixes, mamíferos marinhos, tartarugas e pássaros , bem como colaboração na coleta e troca de amostras apropriadas e relevantes;

(c)Avaliações sobre o impacto do mercúrio e dos compostos de mercúrio sobre a saúde humana e o meio ambiente, além de impactos sociais, econômicos, e culturais, especialmente no que diz respeito às populações vulneráveis;

(d)Metodologias harmonizadas para atividades realizadas sob a égide dos subparágrafos (a), (b) e (c) acima;

(e)Informações sobre o ciclo ambiental, transporte (inclusive transporte de longa distância e deposição), transformação e destino do mercúrio e dos compostos de mercúrio em um conjunto de ecossistemas, levando em conta a distinção entre emissões e liberações antropogênicas e naturais de mercúrio e a remobilização do mercúrio de sua deposição histórica;

(f)Informações sobre comércio e intercâmbio de mercúrio, compostos de mercúrio e produtos com mercúrio adicionado; e

(g)Informações e pesquisa sobre a viabilidade técnica e econômica de produtos e processos livres de mercúrio e sobre as melhores técnicas disponíveis e melhores práticas ambientais para reduzir e monitorar as emissões e liberações de mercúrio e compostos de mercúrio.

2.As Partes poderão, conforme apropriado, partir de redes de monitoramento e programas de pesquisa existentes para conduzir as atividades identificadas no parágrafo 1.

Artigo 20
Planos de Implementação

1.Cada Parte poderá, após avaliação inicial, desenvolver e executar um plano de implementação, levando em conta suas circunstâncias domésticas, para cumprir com as obrigações desta Convenção. Qualquer plano deverá ser transmitido ao Secretariado tão logo seja elaborado.

2.Cada Parte poderá revisar e atualizar seu plano de implementação, levando em conta suas circunstâncias domésticas e as orientações elaboradas pela Conferência das Partes e outras orientações relevantes.

3.As Partes deverão, ao conduzir o trabalho estabelecido pelos parágrafos 1 e 2, consultar os interessados nacionais para facilitar o desenvolvimento, implementação, revisão e atualização de seus planos de implementação.

4.As Partes podem também coordenar planos regionais para facilitar a implementação desta Convenção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 21
Apresentação de Relatórios

1.Cada Parte deverá relatar à Conferência das Partes, por meio do Secretariado, sobre as medidas tomadas para implementar os dispositivos desta Convenção e sobre a eficácia de tais medidas e os possíveis desafios no cumprimento de seus objetivos.

2.Cada Parte deverá incluir em seu relatório as informações requisitadas nos Artigos 3, 5, 7, 8 e 9 desta Convenção.

3.A Conferência das Partes deverá, em sua primeira reunião, decidir sobre a frequência e formato do relatório a ser seguido pelas Partes, levando em conta o desejo de coordenar os relatórios com outras convenções relevantes sobre químicos e resíduos.

Artigo 22
Avaliação de Eficácia

1.A Conferência das Partes deverá avaliar a eficácia desta Convenção, começando no prazo máximo de seis anos após a data de sua entrada em vigor e posteriormente em intervalos periódicos a serem decididos pela Conferência.

2.Para facilitar a avaliação, a Conferência das Partes deverá, em sua primeira reunião, iniciar o estabelecimento de arranjos para provisão de dados de monitoramento comparáveis sobre a presença e movimento de mercúrio e compostos de mercúrio no meio ambiente, bem como tendências nos níveis de mercúrio e compostos de mercúrio observados em meio biótico e populações vulneráveis.

3. A avaliação deverá ser conduzida com base em informações científicas, ambientais, técnicas, financeiras e econômicas disponíveis, incluindo:

(a)Relatórios e outras informações de monitoramento fornecidas à Conferência das Partes, de acordo com o parágrafo 2;

(b)Relatórios submetidos de acordo com o Artigo 21;

(c)Informações e recomendações que sejam formuladas de acordo com o Artigo 15; e

(d)Relatórios e outras informações relevantes sobre o funcionamento dos arranjos de assistência financeiras, transferência de tecnologia, e capacitação estabelecidos nesta Convenção.

Artigo 23
Conferência das Partes

1.Fica estabelecida uma Conferência das Partes.

2.A primeira reunião da Conferência das Partes deverá ser convocada pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente no prazo máximo de um ano após a data da entrada em vigor desta Convenção. Posteriormente, reuniões ordinárias deverão ser realizadas em intervalos regulares a serem decididos pela Conferência.

3.Reuniões extraordinárias da Conferência das Partes deverão ser realizadas quando assim for considerado necessário pela Conferência ou mediante solicitação por escrito de qualquer Parte, contanto que, dentro de seis meses após este pedido ter sido comunicado às Partes pelo Secretariado, ele receba o apoio de pelo menos um terço das Partes.

4.A Conferência das Partes deverá, por consenso, acordar e adotar, em sua primeira reunião, regras de procedimento e regras financeiras para si e quaisquer de seus órgãos subsidiários, bem como dispositivos financeiros para reger o funcionamento do Secretariado.

5.A Conferência das Partes deverá manter sob contínua revisão e avaliação a implementação desta Convenção. Desempenhará as funções que lhe forem atribuídas por esta Convenção, e para tanto, deverá:

(a)Estabelecer os órgãos subsidiários que considerar necessários para a implementação desta Convenção;

(b)Cooperar, quando apropriado, com as organizações internacionais e as agências intergovernamentais e não governamentais competentes;

(c)Revisar regularmente todas as informações disponíveis para si e para o Secretariado de acordo com o Artigo 21;

(d)Considerar quaisquer recomendações submetidas pelo Comitê de Implementação e Cumprimento;

(e)Considerar e conduzir qualquer ação adicional que possa ser requerida para a consecução dos objetivos desta Convenção; e

(f)Revisar os Anexos A e B em conformidade com o Artigo 4 e o Artigo 5.

6.As Nações Unidas, suas agências especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, bem como qualquer Estado que não seja Parte desta Convenção, poderão ser representados nas reuniões da Conferência das Partes como observadores. Qualquer órgão ou agência, seja nacional ou internacional, governamental ou não governamental, que se qualifique nos assuntos descritos por esta Convenção e que tenha informado ao Secretariado sobre seu desejo de ser representado em uma reunião da Conferência das Partes como observador poderá ser admitido, salvo se ao menos um terço das Partes apresente objeção. A admissão e participação de observadores estarão sujeitas às regras de procedimento adotadas pela Conferência das Partes.

Artigo 24
Secretariado

1.Fica estabelecido um Secretariado.

2.As funções do Secretariado serão:

(a)Organizar as reuniões da Conferência das Partes e seus órgãos subsidiários e prestar-lhes os serviços necessários;

(b)Facilitar a prestação de assistência às Partes, especialmente Partes que são países em desenvolvimento e economias em transição, quando solicitado, para a implementação desta Convenção;

(c)Coordenar-se, conforme apropriado, com os secretariados de órgãos internacionais relevantes, especialmente de outras Convenções sobre químicos e resíduos;

(d)Auxiliar as Partes no intercâmbio de informações relacionadas à implementação desta Convenção;

(e)Preparar e disponibilizar às Partes relatórios periódicos com base nas informações recebidas de acordo com os Artigos 15 e 21 e outras informações disponíveis;

(f)Firmar, sob a orientação geral da Conferência das Partes, arranjos administrativos e contratuais que possam ser necessários para o desempenho eficaz de suas funções; e

(g)Desempenhar as outras funções de secretariado especificadas nesta Convenção e outras funções que sejam determinadas pela Conferência das Partes.

3.As funções de secretariado para esta Convenção serão conduzidas pelo Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, exceto se a Conferência das Partes, por maioria de três quartos das Partes presentes e votantes, decidir atribuir tais funções a outra ou outras organizações internacionais.

4.A Conferência das Partes, em consulta com os órgãos internacionais pertinentes, poderá dotar dispositivos para fomentar uma maior cooperação e coordenação entre o Secretariado e os secretariados de outras Convenções sobre químicos e resíduos. A Conferência das Partes, em consulta com outros órgãos internacionais pertinentes, poderá prover orientações adicionais sobre este assunto.

Artigo 25
Solução de Controvérsias

1.As Partes deverão buscar a resolução de quaisquer controvérsias entre si relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção por meio de negociação ou outros meios pacíficos de sua própria escolha.

2.Ao ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a esta Convenção, ou a qualquer momento posterior, uma Parte que não seja uma organização regional de integração econômica poderá declarar em um instrumento escrito apresentado ao Depositário que, com relação a qualquer controvéria relativa à interpretação ou aplicação desta Convenção, tal Parte reconhece, como compulsórios em relação a qualquer Parte que aceite a mesma obrigação, um ou ambos os seguintes meios para a solução da controvérsia:

(a)Arbitragem de acordo com o procedimento estabelecido na Parte I do Anexo E;

(b)Submissão da controvérsia à Corte Internacional de Justiça.

3.Uma Parte que seja uma organização regional de integração econômica poderá fazer uma declaração com efeitos semelhantes em relação à arbitragem, de acordo com o parágrafo 2.

4.Uma declaração feita sob a égide dos parágrafos 2 ou 3 deverá permanecer em vigor até sua data de validade, de acordo com seus termos ou até três meses depois de notificação por escrito de sua revogação tiver sido depositada com o Depositário.

5.A expiração de uma declaração, notificação de revogação, ou nova declaração não deve, de forma alguma, afetar os procedimentos pendentes perante um tribunal de arbitragem ou a Corte Internacional de Justiça, salvo se a Partes envolvidas na controvérsia concordarem.

6.Caso as partes de uma disputa não tenham aceitado o mesmo meio de solução de controvérsia de acordo com os parágrafos 2 ou 3, e não tenham sido capazes de solucionar sua controvérsia através dos meios citados no parágrafo 1 dentro de um prazo de doze meses após a notificação de uma das Partes à outra com a qual existe a controvérsia, tal controvérsia deverá ser submetida a uma comissão de conciliação a pedido de quaisquer das partes da controvérsia. O procedimento estabelecido na Parte II do Anexo E deverá ser aplicado à conciliação de que trata este Artigo.

Artigo 26
Emendas à Convenção

1.Emendas a esta Convenção poderão ser propostas por qualquer Parte.

2.Emendas a esta Convenção deverão ser adotadas em reuniões da Conferência das Partes. O texto de qualquer proposta de emenda deverá ser comunicado às Partes pelo Secretariado com pelo menos seis meses de antecedência antes da reunião específica em que se proponha sua adoção. O Secretariado deverá também comunicar a proposta de emenda aos signatários desta Convenção e ao Depositário, a título de informação.

3.As Partes deverão envidar todos os esforços para chegar a um acordo sobre propostas de emendas a esta Convenção por consenso. Caso todos os esforços tiverem sido exauridos e nenhum acordo tiver sido alcançado, a emenda, como último recurso, será adotada pelo voto da maioria de três quartos das Partes presentes e votantes na reunião.

4.Uma emenda adotada deverá ser comunicada pelo Depositário a todas as Partes para ratificação, aceitação ou aprovação.

5.A ratificação, aceitação ou aprovação de uma emenda deverá ser notificada por escrito ao Depositário. Uma emenda adotada de acordo com o parágrafo 3 deverá entrar em vigor para as Partes que tiverem consentido serem vinculadas a ela até o nonagésimo dia após a data de depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação por pelo menos três quartos das Partes que eram Partes à época da adoção da emenda. Posteriormente, a emenda deverá entrar em vigor para qualquer outra Parte no nonagésimo dia após a data em que essa Parte tiver depositado seu instrumento de ratificação, aceite ou aprovação da emenda.

Artigo 27
Adoção e emenda dos anexos

1.Anexos a esta Convenção formam parte integral dela e, salvo disposição expressa em contrário, uma referência a esta Convenção constitui ao mesmo tempo uma referência aos anexos nela constantes.

2.Quaisquer anexos adicionais adotados após a entrada em vigor desta Convenção deverão ser restritos a questões procedimentais, científicas, técnicas ou administrativas.

3.O seguinte procedimento aplicar-se-á a proposta, adoção e entrada em vigor de novos anexos adicionais a esta Convenção:

(a)Anexos adicionais deverão ser propostos e adotados de acordo com o procedimento descrito nos parágrafos 1-3 do Artigo 26;

(b)Qualquer Parte que não aceite um anexo adicional deverá notificar o Depositário a respeito, por escrito, dentro de um ano a partir da data de comunicação pelo Depositário da adoção de tal anexo. O Depositário deverá, sem atraso, notificar todas as Partes sobre o recebimento dessa notificação. Uma Parte pode, a qualquer momento, notificar o Depositário, por escrito, de que retira uma notificação prévia de não aceitação em relação a um anexo adicional, e esse anexo então entrará em vigor para essa Parte de acordo com o subparágrafo (c); e

(c)Ao fim do prazo de um ano da data de comunicação pelo Depositário sobre a adoção de um anexo adicional, esse anexo deverá entrar em vigor para todas as Partes que não tenham submetido notificações de não aceitação, de acordo com os dispositivos do subparágrafo (b).

4.A proposta, adoção e entrada em vigor de emendas aos anexos a esta Convenção estarão sujeitas aos mesmos procedimentos para a proposta, adoção e entrada em vigor dos anexos adicionais à Convenção, com a exceção de que uma emenda a um anexo não entrará em vigor para qualquer Parte que tenha feito uma declaração com respeito à emenda de anexos em conformidade com o parágrafo 5 do Artigo 30, caso em que qualquer emenda desse tipo entrará em vigor para essa Parte no nonagésimo dia após a data do depósito, pelo Depositário, de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão com respeito a tal emenda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5.Caso um anexo adicional ou uma emenda a um anexo tenha relação com uma emenda a esta Convenção, o anexo adicional ou emenda não entrarão em vigor até que entre em vigor a emenda à Convenção.

Artigo 28
Direito a Voto

1.Cada Parte desta Convenção terá direito a um voto, salvo disposição expressa no parágrafo 2.

2.Uma organização regional de integração econômica, em questões de sua competência, deverá exercer o direito de voto em número igual ao de seus Estados-membros que sejam Partes desta Convenção. Tais organizações não deverão exercer seu direito a voto caso quaisquer de seus Estados-membros exerça seu direito a voto, e vice-versa.

Artigo 29
Assinatura

Esta Convenção estará aberta para assinaturas em Kumamoto, Japão, por todos os Estados e organizações regionais de integração econômica nos dias 10 e 11 de outubro de 2013, e posteriormente na Sede das Nações Unidas em Nova York até 9 de outubro de 2014.

Artigo 30
Ratificação, aceitação, aprovação ou adesão

1.Esta Convenção estará sujeita a ratificação, aceitação, ou aprovação pelos Estados e organizações regionais de integração econômica. A Convenção deverá ser aberta para adesão de Estados e organizações regionais de integração econômica a partir do dia seguinte à data em que for fechada para assinatura. Instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão deverão ser depositados em poder do Depositário.

2.Qualquer organização regional de integração econômica que se torne Parte desta Convenção sem que qualquer de seus Estados-membros sejam Parte estará sujeita a todas as obrigações desta Convenção. Nos casos em que um ou mais Estados-membros sejam Parte desta Convenção, a organização e seus Estados-membros deverão decidir suas respectivas responsabilidades para o desempenho de suas obrigações sob a Convenção. Nesses casos, a organização e os Estados-membros não deverão exercer direitos sob a Convenção concomitantemente.

3.Em seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, uma organização regional de integração econômica deverá declarar a extensão de sua competência em relação aos assuntos regidos por esta Convenção. Qualquer dessas organizações deverá também informar ao Depositário sobre qualquer modificação relevante na extensão de sua competência, e este, por sua vez, deverá informar as Partes a respeito.

4.Encoraja-se que cada Estado ou organização regional de integração econômica transmita ao Secretariado, quando de sua ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, as informações sobre as medidas a serem tomadas para implementação da Convenção.

5.Em seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, qualquer Parte poderá declarar que, em relação a ela, qualquer emenda a um anexo deverá entrar em vigor apenas após o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão com respeito a tal emenda.

Artigo 31
Entrada em vigor

1.Esta Convenção deverá entrar em vigor no nonagésimo dia após a data de depósito do quinquagésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2.Para cada Estado ou organização regional de integração econômica que ratificar, aceitar ou aprovar esta Convenção ou a ela aderir depois do depósito do quinquagésimo instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, a Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia após o depósito de tal Estado ou organização regional de integração econômica de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

3.Para fins dos parágrafos 1 e 2 acima, quaisquer instrumentos depositados por uma organização regional de integração econômica não deverão ser considerados como adicionais àqueles depositados pelos Estados-membros dessa organização.

Artigo 32
Reservas

Nenhuma reserva poderá ser feita a esta Convenção.

Artigo 33
Denúncia

1.A qualquer momento após três anos a partir da data de entrada em vigor desta Convenção em relação a uma determinada Parte, essa Parte poderá denunciar esta Convenção mediante notificação por escrito ao Depositário.

2.A denúncia terá efeito após um ano a partir da data de recebimento, pelo Depositário, da notificação correspondente ou, posteriormente, na data indicada na notificação.

Artigo 34
Depositário

O Secretário-Geral das Nações Unidas será o Depositário desta Convenção.

Artigo 35
Autenticidade dos textos

O original desta Convenção, cujas textos em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol são igualmente autênticos, será depositado em poder do Depositário.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados para tal efeito, firmaram a presente Convenção.

Em Kumamoto, Japão, aos dez dias de outubro de dois mil e treze.

ANEXO A
Produtos com mercúrio adicionado

Os seguintes produtos estão excluídos deste Anexo:

(a)Produtos essenciais para a proteção civil ou uso militar;

(b)Produtos para pesquisa, calibração de instrumentos, para uso como padrão de referência;

(c)Onde não houver alternativas livres de mercúrio viáveis para peças de reposição, interruptores e relés, lâmpadas fluorescentes de cátodo frio e lâmpadas fluorescentes de elétrodo externo (LFCF e LFEE) para painéis eletrônicos e aparelhos de medição;

(d)Produtos utilizados em práticas tradicionais ou religiosas; e

(e)Vacinas contendo timerosal como conservante.

Parte I: Produtos sujeitos ao Artigo 4, parágrafo 1

Produtos com mercúrio adicionado	Data após a qual a manufatura, importação ou exportação do produto não serão permitidas (data de eliminação)
Baterias, exceto pilhas-botão de óxido de prata-zinco contendo < 2% em mercúrio e pilhas-botão de zinco-ar contendo < 2% em mercúrio	2020
Comutadores e interruptores (**switches** e relés), exceto aqueles de alta capacidade de precisão, de pontes de perda de medição e de alta radiofrequência usados em monitoramento e instrumentos de controle, que não excedam 20 mg de mercúrio por ponte, comutador ou interruptor	2020
Lâmpadas fluorescentes compactas (LFCs) para iluminação em geral que sejam de ≤ 30 **watts** com conteúdo de mercúrio acima de 5 mg por bulbo	2020
Lâmpadas fluorescentes lineares (LFLs) para iluminação em geral: a) Fósforo tribanda de < 60 **watts** com conteúdo de mercúrio acima de 5 mg por lâmpada; b) Fósforo em halofosfato de ≤ 40 **watts** com conteúdo de mercúrio acima de 10 mg por lâmpada	2020
Lâmpadas de vapor de mercúrio de alta pressão (VMAP) para iluminação em geral	2020
Mercúrio em lâmpadas fluorescentes de cátodo frio e lâmpadas fluorescentes de eletrodo externo (LFCF e LFEE) para painéis eletrônicos: (a) tamanho curto (≤ 500 mm) com conteúdo de mercúrio acima de 3,5 mg por lâmpada (b) tamanho médio (> 500 mm e ≤ 1 500 mm) com conteúdo de mercúrio acima de 5 mg por lâmpada (c) tamanho longo (> 1 500 mm) com conteúdo de mercúrio acima de 13 mg por lâmpada	2020
Cosméticos (com conteúdo de mercúrio acima de 1 ppm), incluindo sabonetes e cremes para clareamento de pele, e não incluindo cosméticos para a área dos olhos onde o mercúrio seja usado com conservante e não haja um conservante substituto com a mesma eficácia e segurança[1]	2020
Pesticidas, biocidas e antissépticos tópicos	2020
Os seguintes equipamentos não eletrônicos destinados à medição instalados em equipamentos de larga-escala ou usados para medidas de alta precisão, onde não esteja disponível alternativas viáveis livre de mercúrio: (a) barômetros; (b) higrômetros; (c) manômetros; (d) termômetros; (e) esfigmomanômetros	2020

Parte II: Produtos sujeitos ao Artigo 4, parágrafo 3

Produtos com mercúrio adicionado	Dispositivos
Amálgama dentário	Medidas a serem tomadas por uma Parte para a redução do uso dos amálgamas dentários, tendo em conta as circunstâncias nacionais da Parte e orientações internacionais relevantes, e devem incluir duas ou mais medidas dentre as listadas abaixo: (i) Estabelecer objetivos nacionais visando à prevenção de cáries e promoção de saúde, minimizando assim a necessidade de restaurações dentárias; (ii) Estabelecer objetivos nacionais visando a minimizar seu uso; (iii) Promover o uso de alternativas sem mercúrio com bom custo-benefício e clinicamente eficazes para restaurações dentárias; (iv) Promover pesquisa e desenvolvimento de materiais de qualidade e livre de mercúrio para restaurações dentárias; (v) Incentivar organizações representativas de profissionais e escolas de odontologia a educar e qualificar alunos e profissionais odontólogos no uso de restaurações dentárias sem mercúrio e na promoção de melhores práticas de gestão; (vi) Desencorajar políticas e programas de seguros que favoreçam o uso de amálgamas dentários em vez de alternativas sem mercúrio para restaurações dentárias; (vii) Incentivar políticas e programas de seguro que favoreçam o uso de alternativas de qualidade para amálgamas dentários em restaurações dentárias; (viii) Restringir o uso de amálgamas dentários à sua forma encapsulada; (ix) Promover o uso de melhores práticas ambientais em consultórios odontológicos a fim de reduzir as liberações de mercúrio e compostos de mercúrio na água e no solo.

ANEXO B

Processos de manufatura em que mercúrio ou compostos de mercúrio são utilizados

Parte I: Processos sujeitos ao Artigo 5, parágrafo 2

Processos de manufatura que utilizam mercúrio ou compostos de mercúrio	Data de eliminação
Produção de cloro-álcalis	2025
Produção de acetaldeído em que mercúrio ou compostos de mercúrio são usados como catalisadores	2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parte II: Processos sujeitos ao Artigo 5, parágrafo 3

Processo que utiliza mercúrio	Dispositivos
Produção de monômeros de cloreto de vinila	Medidas a serem tomadas pelas Partes devem incluir, mas não se limitar a: (i)Reduzir o uso de mercúrio, em termos de produção por unidade, em 50 % até o ano 2020, em comparação a 2010; (ii)Promover medidas que reduzam a dependência de mercúrio da mineração primária; (iii)Tomar medidas para reduzir as emissões e liberações de mercúrio no meio ambiente; (iv)Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de catalisadores e processos sem mercúrio; (v)Não permitir o uso de mercúrio cinco anos após a Conferência das Partes estabelecer que catalisadores sem mercúrio, baseados em processos existentes, tenham se tornado técnica e economicamente viáveis; (vi)Relatar à Conferência das Partes os esforços realizados para desenvolver e/ou identificar alternativas e para a eliminação do uso do mercúrio, de acordo com o Artigo 21.
Metilato ou Etilato de Sódio ou Potássio	Medidas a serem tomadas pelas Partes devem incluir, mas não se limitar a: (i)Reduzir o uso de mercúrio visando a eliminação de seu uso o mais rápido possível e dentro de 10 anos contados a partir da entrada em vigor da Convenção; (ii)Reduzir as emissões e liberações de mercúrio, em termos de produção por unidade em 50 % até o ano 2020 em comparação a 2010; (iii)Proibir o uso de mercúrio novo procedente da mineração primária; (iv)Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de processos sem mercúrio; (v) Não permitir o uso de mercúrio cinco anos após a Conferência das Partes estabelecer que processos sem mercúrio tenham se tornado técnica e economicamente viáveis; (vi)Relatar à Conferência das Partes os esforços realizados para desenvolver e/ou identificar alternativas e para a eliminação do uso do mercúrio, de acordo com o Artigo 21.
Produção de poliuretano usando catalisadores contendo mercúrio	Medidas a serem tomadas pelas Partes devem incluir, mas não se limitar a: (i) Tomar providências para reduzir o uso de mercúrio, visando à sua eliminação o mais rápido possível, dentro de 10 anos a partir da entrada em vigor da Convenção; (ii) Tomar providências para reduzir a dependência de mercúrio procedente da mineração primária; (iii) Tomar providências para reduzir as emissões e liberações de mercúrio no meio ambiente; (iv) Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de catalisadores e processos sem mercúrio; (v) Reportar à Conferência das Partes os esforços realizados para desenvolver e/ou identificar alternativas e para a eliminação do uso do mercúrio, de acordo com o Artigo 21. O Parágrafo 6 do Artigo 5 não se aplica a este processo de manufatura.

ANEXO C
Mineração de ouro artesanal e em pequena escala
Planos de Ação Nacionais

1.Cada Parte sujeita aos dispositivos do parágrafo 3 do Artigo 7 deverá incluir em seus Planos Nacionais:

(a)Objetivos nacionais e metas de redução;

(b)Ações para eliminar:

(i)Amalgamação do minério bruto;

(ii)Queima a céu aberto de amálgama ou amálgama processado;

(iii)Queima de amálgama em áreas residenciais; e

(iv)Lixiviação de cianeto em sedimento, minério bruto ou rejeitos onde o mercúrio tenha sido adicionado sem primeiro remover o mercúrio;

(c)Medidas para facilitar a formalização ou regulamentação do setor de mineração de ouro artesanal e em pequena escala;

(d)Estimativas de referência sobre as quantidades de mercúrio utilizadas e as práticas empregadas em mineração de ouro artesanal e em pequena escala e processamento em seu território;

(e)Estratégias para a promoção da redução de emissões e liberações de mercúrio, e da exposição ao mercúrio, em processos de mineração de ouro artesanal e em pequena escala, inclusive de métodos livres de mercúrio;

(f)Estratégias para gerir o comércio e evitar o desvio de mercúrio e compostos de mercúrio de fontes nacionais e estrangeiras para uso em mineração ou processamento de ouro artesanal e em pequena escala;

(g)Estratégias para envolver parceiros interessados na implementação e desenvolvimento contínuo do Plano de Ação Nacional;

(h)Uma estratégia de saúde pública sobre a exposição ao mercúrio de mineradores de ouro artesanal e em pequena escala e suas comunidades. Tal estratégia deverá incluir, entre outros, a coleta de dados de saúde, treinamento para trabalhadores da área de saúde, e conscientização por meio de instalações de saúde;

(i)Estratégias para prevenir a exposição de populações vulneráveis, particularmente crianças e mulheres em idade reprodutiva, especialmente as mulheres grávidas, ao mercúrio utilizado em mineração de ouro artesanal e em pequena escala;

(j)Estratégias para fornecer informações para mineradores de ouro artesanal e em pequena escala e comunidades afetadas; e

(k)Um cronograma para a implementação do Plano de Ação Nacional.

2.Cada Parte poderá incluir em seu Plano de Ação Nacional, estratégias adicionais para atingir seus objetivos, inclusive o uso ou introdução de padrões para a mineração de ouro artesanal e em pequena escala livre de mercúrio e mecanismos de mercado ou ferramentas de marketing.

ANEXO D
Lista de fontes pontuais de emissões de mercúrio
e compostos de mercúrio na atmosfera
Categoria de fonte pontual:

Usinas elétricas movidas a carvão mineral;

Caldeiras industriais movidas a carvão mineral;

Processos de fundição e torrefação utilizados para a produção de metais não ferrosos[2];

Instalações para a incineração de resíduos;

Instalações de produção de cimento clínquer.

ANEXO E
Procedimentos de arbitragem e conciliação
Parte I: Procedimento de Arbitragem

O procedimento de arbitragem para os propósitos do parágrafo 2º (a) do Artigo 25 desta Convenção deve ser feito como se segue:

Artigo 1

1.Uma Parte poderá iniciar um recurso para arbitragem de acordo com o Artigo 25 desta Convenção por meio de notificação por escrito endereçada à outra Parte ou Partes na controvérsia. Essa notificação deverá ser acompanhada por uma petição inicial, incluindo quaisquer documentos de apoio. A notificação deverá descrever o objeto de arbitragem e incluir, em particular, os Artigos desta Convenção cuja interpretação ou aplicação estejam em questão.

2.A Parte reclamante deverá notificar o Secretariado de que está levando uma controvérsia para arbitragem de acordo com o Artigo 25 desta Convenção. A notificação deverá ser acompanhada da notificação por escrito da Parte reclamante e os documentos de apoio mencionados no parágrafo 1 deste artigo. O Secretariado deverá transmitir a informação recebida a todas as Partes.

Artigo 2

1.Caso uma controvérsia seja encaminhada para arbitragem de acordo com o Artigo 1 acima, um tribunal de arbitragem deverá ser estabelecido. Esse tribunal deverá consistir de três membros.

2.Cada Parte da controvérsia deverá nomear um árbitro, e os dois árbitros nomeados deverão designar, consensualmente, o terceiro árbitro, que será o Presidente do tribunal. Nas controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes com o mesmo interesse deverão nomear somente um árbitro, conjuntamente, em comum acordo. O Presidente do Tribunal não poderá ser da mesma nacionalidade de nenhuma das Partes envolvidas na controvérsia, nem ter seu domicílio no território de qualquer uma dessas Partes, nem ser empregado por elas, nem ter lidado com o caso em qualquer outra capacidade.

3.Qualquer vaga deverá ser preenchida da maneira descrita na designação inicial.

Artigo 3

1.Caso uma das Partes da controvérsia não nomeie um árbitro dentro de dois meses, contados a partir da data em que a Parte reclamada tenha recebido a notificação de arbitragem, a outra Parte poderá informar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, que então fará a designação dentro de um período adicional de dois meses.

2.Caso o Presidente do tribunal de arbitragem não tenha sido designado dentro de dois meses contados a partir da data de nomeação do segundo árbitro, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá, a pedido de uma Parte, designar o Presidente dentro de um período adicional de dois meses.

Artigo 4

O tribunal de arbitragem deverá tomar suas decisões de acordo com os dispositivos desta Convenção e o direito internacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Artigo 5

Salvo acordo em contrário pelas Partes envolvidas na controvérsia, o tribunal de arbitragem deverá determinar suas próprias regras de procedimento.

Artigo 6

O tribunal de arbitragem poderá, a pedido de uma das Partes envolvidas na controvérsia, recomendar interinamente medidas de proteção essenciais.

Artigo 7

A Partes envolvidas na controvérsia deverão facilitar o trabalho do tribunal de arbitragem e, em particular, usando todos os meios a seu alcance, deverão:

(a)Fornecer ao tribunal todos os documentos, informações e facilidades relevantes; e

(b)Permitir que o tribunal, quando necessário, convoque as testemunhas ou especialistas e receba suas evidências.

Artigo 8

As Partes da controvérsia e os árbitros têm a obrigação de proteger a confidencialidade de qualquer informação ou documentos que recebam em sigilo durante os procedimentos do tribunal de arbitragem.

Artigo 9

Salvo determinação em contrário do tribunal de arbitragem, devido a alguma circunstância específica do caso, os custos do tribunal serão cobertos pelas partes envolvidas na controvérsia em igual proporção. O tribunal deverá manter um registro de todos os custos, elaborando uma declaração final às Partes.

Artigo 10

Uma Parte que tenha interesse de natureza legal no tema objeto da controvérsia e que possa ser afetada pela decisão poderá manifestar-se no processo com o consentimento do tribunal de arbitragem.

Artigo 11

O tribunal de arbitragem poderá ouvir e determinar pedidos de reconvenção surgidos diretamente do assunto da controvérsia.

Artigo 12

As decisões do tribunal de arbitragem, tanto em matéria de procedimento quanto de mérito, deverão ser tomadas pela maioria dos membros.

Artigo 13

1.Caso uma das Partes da controvérsia não compareça perante o tribunal de arbitragem ou não defenda seu caso, a outra Parte poderá solicitar que o tribunal continue com o procedimento e tome uma decisão. A ausência ou a não defesa de uma Parte não deverá constituir óbice aos procedimentos.

2.Antes de proferir sua decisão final, o tribunal de arbitragem deverá se convencer de que o pleito está bem fundamentado, de fato e de direito.

Artigo 14

O tribunal de arbitragem deverá proferir sua decisão final dentro de cinco meses contados a partir da data de sua plena constituição, salvo considere necessário prorrogar o prazo por um período que não excederá outros cinco meses.

Artigo 15

A decisão final do tribunal de arbitragem deverá se ater ao assunto da controvérsia e deverá descrever as razões nas quais se baseia. Deverá conter os nomes dos membros participantes e a data da decisão final. Qualquer membro do tribunal poderá anexar um parecer separado ou discrepante ao final da decisão.

Artigo 16

A decisão final será vinculante para as Partes envolvidas na controvérsia. A interpretação desta Convenção dada pela decisão final também deverá ser vinculante para toda Parte interveniente de acordo com o Artigo 10 acima, desde que esteja relacionado com as questões a respeito das quais a Parte tenha se manifestado. À decisão final não deverá caber recurso, salvo acordo prévio entre as Partes envolvidas na controvérsia em um procedimento de apelação.

Artigo 17

Qualquer discordância entre as Partes vinculadas pela decisão final tomada de acordo com o Artigo 16 acima, relacionada à sua interpretação ou modo de implementação, poderá ser submetida por quaisquer das Partes à decisão do tribunal de arbitragem que a arbitrou.

II: Procedimento de conciliação

O procedimento de conciliação para os propósitos do parágrafo 6 do Artigo 25 desta Convenção deve ser feito como se segue:

Artigo 1

Uma solicitação de uma parte em controvérsia para estabelecer uma comissão de conciliação de acordo com o parágrafo 6 do Artigo 25 desta Convenção deverá ser enviada por escrito ao Secretariado, com uma cópia para a outra Parte ou Partes da controvérsia. O Secretariado deverá informar imediatamente todas as Partes, de forma adequada.

Artigo 2

1.A comissão de conciliação deverá, salvo acordo em contrário entre as partes da controvérsia, incluir três membros, um indicado por cada Parte envolvida e um Presidente escolhido conjuntamente por esses membros.

2. Em controvérsias entre mais de duas Partes, as Partes com o mesmo interesse deverão nomear somente um árbitro, conjuntamente, em comum acordo.

Artigo 3

Caso alguma indicação das Partes da controvérsia não seja feita dentro de dois meses da data de recebimento, pelo Secretariado, da solicitação por escrito de que trata o Artigo 1 acima, o Secretário-Geral das Nações Unidas deverá, ao pedido de quaisquer das Partes da controvérsia, fazer tal nomeação dentro de um período adicional de dois meses.

Artigo 4

Caso o Presidente da comissão de conciliação não tenha sido escolhido dentro de dois meses da nomeação do segundo membro da Comissão, o Secretário-Geral das Nações Unidas, a pedido de quaisquer Parte da controvérsia, designará o Presidente dentro de um período adicional de dois meses.

Artigo 5

A comissão de conciliação deverá auxiliar as Partes da controvérsia de forma independente e imparcial em sua tentativa de chegar a uma resolução amigável.

Artigo 6

1.A comissão de conciliação poderá conduzir o procedimento de conciliação da maneira que julgar adequada, considerando plenamente as circunstâncias do caso e as opiniões das Partes da controvérsia, inclusive quaisquer solicitações por uma rápida resolução. A comissão poderá adotar suas próprias regras de procedimento conforme necessário, salvo acordo em contrário pelas Partes.

2.A comissão de conciliação poderá, a qualquer momento durante o processo, fazer propostas ou recomendações para a resolução da controvérsia.

Artigo 7

As Partes da controvérsia deverão cooperar com a comissão de conciliação. Especialmente, deverão empenhar-se em atender às solicitações da comissão relativas à apresentação de materiais por escrito, fornecimento de provas e participação em reuniões. As Partes e os membros da comissão de conciliação têm a obrigação de proteger a confidencialidade de qualquer informação ou documentos recebidos em sigilo durante os procedimentos da comissão.

Artigo 8

A comissão de conciliação deverá tomar suas decisões por maioria dos votos de seus membros.

Artigo 9

A menos que a controvérsia já tenha sido solucionada, a comissão de conciliação deverá elaborar um relatório com recomendações para a resolução de controvérsia, no prazo máximo de doze meses após de ter sido constituída, da qual as Partes da controvérsia deverão considerar de boa fé.

Artigo 10

Qualquer discordância sobre a competência da comissão de conciliação em examinar uma questão recebida deverá ser decidida pela comissão.

Artigo 11

Os custos da comissão de conciliação serão cobertos pelas Partes da controvérsia em igual proporção, salvo acordo em contrário pelas Partes. A comissão deverá manter um registro de todos seus custos e fornecer uma declaração relativa a eles às Partes.

[1]A intenção não é abranger cosméticos, sabonetes ou cremes com contaminantes em concentrações traço de mercúrio.

[2]Para os propósitos deste Anexo, "metais não ferrosos" são chumbo, zinco, cobre, e ouro industrial.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECRETO Nº 9.471, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta foi firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 110, de 18 de abril de 2018; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 13 de junho de 2018, nos termos de seu Artigo V;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de agosto de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

Aloysio Nunes Ferreira Filho

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE RODOVIÁRIA INTERNACIONAL SOBRE O RIO PARAGUAI ENTRE AS CIDADES DE PORTO MURTINHO E CARMELO PERALTA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Paraguai (doravante denominados "Partes"),

Considerando o interesse recíproco em desenvolver infraestrutura para promover a integração viária de seus territórios;

Convencidos de que a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai, unindo as cidades de Porto Murtinho, no Brasil, e Carmelo Peralta, no Paraguai, contribuirá para promover o desenvolvimento sustentável em ambos os lados da fronteira comum;

Tendo em conta a prioridade atribuída pelas Partes à integração física sul-americana, mediante o estabelecimento de corredores bioceânicos; e

Tendo presentes os princípios de igualdade de direitos e obrigações, responsabilidade socioambiental e respeito às populações locais, transparência, igualdade de oportunidades e de participação, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes se comprometem a dar prosseguimento, por intermédio de suas respectivas autoridades competentes, e com a brevidade requerida, às atividades referentes à construção de uma ponte rodoviária internacional sobre o Rio Paraguai, para unir as cidades de Porto Murtinho, no Brasil, e de Carmelo Peralta, no Paraguai, incluída a infraestrutura complementar necessária, seus respectivos acessos e postos de fronteira.

Artigo II

1. Para os fins mencionados no Artigo I do presente Acordo, as Partes criam uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia, doravante denominada Comissão Mista, integrada por representantes de cada país, conforme designação que cada Parte comunicará à outra, por via diplomática, a partir da entrada em vigor deste Acordo e desprovida de personalidade jurídica própria.

2. Os entes executores das ações relativas a este Acordo serão:

a) Pela Parte brasileira: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes do Brasil;

b) Pela Parte paraguaia: o Ministério de Obras Públicas e Comunicações (MOPC).

Artigo III

1.Será da competência da Comissão Mista:

a) Encomendar ao DNIT e ao MOPC os documentos necessários à elaboração dos Termos de Referência relativos aos aspectos físicos, ambientais, técnicos, legais e econômico-financeiros dos estudos, dos projetos de engenharia e dos Editais de Binacionais de Bases e Condições para a construção e supervisão da obra da ponte, nos termos da legislação interna de cada país.

b) Aprovar os Editais Binacionais de Bases e Condições, os estudos, projetos e outros documentos ou procedimentos necessários para a construção da ponte.

c) Adjudicar o resultado da licitação da obra da ponte.

d) Acompanhar a supervisão da construção da ponte até o seu término e monitorar sua conservação e manutenção mediante vistorias, a serem realizadas pelos respectivos entes executores.

2. A Comissão Mista terá poderes para solicitar assistência técnica e toda informação que considerar necessária para o cumprimento de suas funções.

3. Cada Parte será responsável pelas despesas decorrentes de sua representação na Comissão Mista.

4. A Comissão Mista reger-se-á por Regulamento acordado entre as Partes e comunicado reciprocamente por via diplomática.

Artigo IV

1. Os custos decorrentes da elaboração dos estudos, projetos e construção da ponte sobre o Rio Paraguai serão compartilhados igualmente pelas Partes.

2. Os procedimentos licitatórios da ponte estarão consubstanciados em Editais Binacionais de Bases e Condições, devendo as obras ser executadas exclusivamente por empresas estabelecidas no Brasil e/ou no Paraguai, cuja participação se dará conforme as respectivas legislações nacionais.

3. Cada parte ficará responsável pelas respectivas obras complementares, os acessos à ponte e os postos de fronteira.

4. Cada Parte arcará com os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em seus respectivos territórios.

Artigo V

1. As Partes se comprometem a notificar reciprocamente, por via diplomática, o cumprimento das respectivas formalidades legais internas necessárias para a implementação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data de recebimento da última notificação.

2. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo será dirimida por negociação entre as Partes, por via diplomática.

3. Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data de recebimento da referida notificação.

Feito em Brasília, em 8 de junho de 2016, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

_____

José Serra

Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

_____

Eladio Loizaga

Ministro de Relações Exteriores

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 437, de 13 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 6.972.

Nº 448, de 14 de agosto de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 2.027, de 18 de abril de 2018, que "Outorga permissão à Fundação João Paulo II, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São José dos Campos, estado de São Paulo".

Nº 449, de 14 de agosto de 2018.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 2, de 2018-CN, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências".

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§ 13 do art. 6º

"§ 13. Não serão consideradas, para fins do disposto no inciso II do § 4º, as despesas financiadas por meio de receitas próprias, de convênios ou de doações, quando forem relacionadas à execução de projetos ou atividades, contratos ou convênios direcionados ao apoio e desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica; à manutenção e ao desenvolvimento do ensino; a programas de pós-graduação e extensão; à realização de exames educacionais; bem como à avaliação, ao monitoramento e à realização de estudos e pesquisas para o desenvolvimento de políticas educacionais."

Razões do veto

"A proposição contraria metodologia empregada e utilizada internacionalmente para classificação de despesas públicas como despesas primárias. A manutenção do dispositivo tem como consequência deturpação no cálculo e na apuração de importantes indicadores fiscais, dado que interfere no conceito de despesa primária para fins de programação orçamentária.

Nesse sentido, o dispositivo elevaria artificialmente o resultado primário do Governo Central no orçamento, exigido pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, por meio da reclassificação de despesas primárias para "não-primárias". Ademais, imporia modificação na programação orçamentária, aumentando artificialmente as dotações orçamentárias financiadas com fontes de recursos próprios nas áreas da educação e ciência e tecnologia.

Além disso, o conceito e a abrangência das despesas primárias no orçamento impactariam ainda a gestão relativa ao Novo Regime Fiscal, institucionalizado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - EC 95, provocando, também artificialmente, aumento no teto de gastos estabelecidos pela referida Emenda Constitucional. O rol de despesas elencadas, por se tomarem não-primárias, ficariam excluídas da limitação de gastos estabelecida na EC 95 no momento de programação do orçamento.

Essa mudança metodológica na apuração do limite para despesas primárias pode gerar revisão geral da apuração ocorrida até o momento, para os exercícios financeiros de 2017 e 2018, com reflexo em todos os órgãos e Poderes englobados pela EC 95.

Vale ressaltar, ainda, que a falta de estabilidade na elaboração e utilização de estatísticas fiscais prejudica a credibilidade do país perante organismos internacionais, bem como junto a todo e qualquer usuário da informação pública, na sociedade e no mercado.

Além disso, ressoa inequívoca a violação do dispositivo ao conteúdo do artigo 107 do ADCT, impondo-se, assim, o seu veto."

§ 3º do art. 11

"§ 3º As dotações destinadas à finalidade de que trata o inciso VII do **caput**, no caso da subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural de que trata a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, deverão considerar seus respectivos custos de fiscalização."

Razões do veto

"O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural tem como diretriz promover a universalização do acesso ao seguro rural, assegurá-lo como instrumento para a estabilidade da renda agropecuária, induzir o desenvolvimento de tecnologias e modernizar a gestão do empreendimento agropecuário. A inclusão de despesas com a fiscalização dessas operações, isto é, despesas de caráter administrativo, na ação específica destinada ao pagamento da subvenção econômica, contraria o interesse público, uma vez que o custo com a fiscalização não guarda relação direta com a subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, o que acabaria por distorcer os valores e reduzir a transparência dos gastos."

Arts. 24, 25, Incisos I e III, e §§ 2º e 3º do art. 42 e art; 43

"Art. 24. A alocação de recursos na área de Educação, no Projeto e na Lei Orçamentária de 2019, terá por objetivo o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Parágrafo único. A alocação de recursos de que trata o **caput** deverá buscar a implantação do Custo Aluno Qualidade inicial - CAQi, nos termos da estratégia 20.6 do Plano Nacional de Educação.

Art. 25. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei destinarão recursos:

I - para a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para fomento das exportações em montante, no mínimo, igual ao aprovado na Lei Orçamentária de 2018;

II - do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC para:

a) desapropriação de áreas necessárias à expansão de aeroportos; e

b) continuidade das obras de construção e recuperação dos aeroportos na região amazônica sob a responsabilidade da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA; e

III - para a realização, no Brasil, da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas."

"I - em relação às ações e serviços públicos de saúde de que trata o § 2º do art. 198 da Constituição, garantir a aplicação equivalente, no mínimo, ao montante apurado na forma do inciso II do art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para aplicação em 2019, acrescido da taxa de crescimento populacional estimada pelo IBGE para 2018;"

"III - ampliar as dotações obrigatórias do Ministério da Saúde para custeio do piso de atenção básica em saúde e da atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade em pelo menos 5% (cinco por cento) do montante empenhado nas respectivas programações em 2018."

"§ 2º Atendidas as exigências previstas em ato próprio do Ministério da Saúde, pedidos de habilitação ou credenciamento para custeio obrigatório de unidades do Sistema Único de Saúde deverão ser apreciados no prazo de 120 (cento e vinte) dias, cabendo ao órgão adotar as medidas cabíveis para prover os recursos orçamentários e financeiros necessários.

§ 3º As programações decorrentes de emendas de bancada estadual com obrigatoriedade de execução de que trata o art. 68 serão executadas em acréscimo ao montante apurado na forma do inciso I deste artigo, quando incidirem em despesas classificadas como ações e serviços públicos de saúde."

"Art. 43. O Projeto de Lei Orçamentária de 2019 e a respectiva Lei destinarão recursos para as ações discricionárias do Fundo Nacional de Assistência Social em montante, no mínimo, igual ao empenhado em 2016, corrigido na forma do inciso II do § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Razões dos vetos

"Os referidos dispositivos restringem a discricionariedade alocativa do Poder Executivo na implementação das políticas públicas, provocam aumento do montante de despesas primárias com execução obrigatória e elevam, ainda mais, a alta rigidez do orçamento, dificultando não apenas o cumprimento da meta fiscal, como também do teto de gastos, estabelecido pela EC 95, e da Regra de Ouro, constante do inciso III, do art. 167 da Constituição.

Alerta-se para o fato de que o não cumprimento dessas regras, ou mesmo a mera existência de risco de não cumprimento, poderia provocar insegurança jurídica e impactos econômicos adversos para o país, tais como elevação de taxas de juros, inibição de investimentos externos e elevação do endividamento.

Por fim, a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde estará assegurada no orçamento de 2019, nos termos do estabelecido pelo art. 110 do ADCT. Não obstante, a fixação de parâmetros de reajustamento diversos dos constitucionalmente previstos geraria engessamento dos recursos da saúde e dificultaria seu eventual remanejamento entre ações de atenção básica e de procedimentos de alta complexidade."

Item 1 da alínea c do inciso I do art. 76

"1. em entidades privadas que atendam ao disposto no inciso II do **caput** do art. 72 ou em seu parágrafo único, nas áreas de saúde, assistência social ou educação especial;"

Razões dos vetos

"O item amplia de forma significativa o rol de despesas de capital passíveis de serem repassadas para entidades privadas, o que era vedado em anos anteriores. Tal transferência promove o aumento do patrimônio dessas entidades, sem que haja obrigação de continuidade na prestação de serviços públicos por um período mínimo de tempo, condizente com os montantes transferidos, de forma a garantir que os recursos públicos empregados sejam de fato convertidos à prestação de serviços para os cidadãos. Acresça-se, ainda, que, para que a ampliação das instalações dessas instituições possam reverter, de fato, em benefícios à sociedade, em termos de aumento da prestação de serviços, será necessário que o órgão que propiciou a construção das mencionadas instalações aumente as transferências de recursos para a sua manutenção e funcionamento, o que poderá causar impacto fiscal indesejável ou resultar na redução da consecução de outras políticas públicas e do atendimento da população de outras regiões."

Diversas ações do ANEXO VII - PRIORIDADES E METAS

"

ANEXO VII
PRIORIDADES E METAS

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2019
2012	**Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar**	
210V	*Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar* *Agricultor familiar beneficiado (unidade)*	10.000
210W	*Apoio à Organização Econômica e Promoção da Cidadania de Mulheres Rurais* *Mulher atendida (unidade)*	1.000
2015	**Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**	
12L5	*Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS* *Unidade construída/ampliada (unidade)*	10

216O	*Apoio à manutenção das Santas Casas de Misericórdia, estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos (Lei nº 11.345, de 2006)*	
	Entidade beneficiada (unidade)	100
4525	*Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde*	
	Unidade apoiada (unidade)	10.000
8535	*Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde*	
	Unidade estruturada (unidade)	50
8581	*Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde*	
	Serviço estruturado (unidade)	100
8585	*Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade*	
	Procedimento realizado (unidade)	100
2016	**Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência**	
218B	*Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*	
	Iniciativa apoiada (unidade)	6
2017	**Aviação Civil**	
14UB	*Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional*	
	Aeroporto adequado (unidade)	5
2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**	
.....	.....	
	.....	.....
20UQ	*Apoio a Projetos de P&D para Tecnologias Sociais, Assistivas, Extensão Tecnológica e de Inovação para Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável*	
	Projeto apoiado (unidade)	20
.....	.....	
	.....	.....
20UT	*Promoção da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação em Tecnologias Digitais, Componentes e Dispositivos Eletrônicos e Gestão das Obrigações de Contrapartida Relacionadas a Incentivos Fiscais*	
	Projeto apoiado (unidade)	1
20V6	*Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo*	
	Projeto apoiado (unidade)	10
2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**	
20ZR	*Política Produtiva e Inovação Tecnológica*	
	Projeto apoiado (unidade)	1
212N	*Implementação de Projetos de Cidades Digitais*	
	Cidade digital implantada (unidade)	2
2027	**Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento**	
14U2	*Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais*	
	Espaço cultural implantado/modernizado (unidade)	2
20ZF	*Promoção e Fomento à Cultura Brasileira*	
	Projeto apoiado (unidade)	2
.....	.....	
.....	.....	
	.....	.....
2029	**Desenvolvimento Regional e Territorial**	
210L	*Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)*	
	Iniciativa implementada (unidade)	1
7K66	*Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado*	
	Projeto apoiado (unidade)	10
7W59	*Implantação do Projeto Sul-Fronteira*	
	Projeto implantado (unidade)	1
2033	**Energia Elétrica**	
14NC	*Implantação do Projeto Solar para Geração de Energia Elétrica, a partir de Painéis Fotovoltáicos, e de LT associada*	
	Sistema implantado (% de execução física)	10
2E75	*Incentivo à Geração de Eletricidade Renovável*	
	Projeto elaborado (unidade)	10
2034	**Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo**	
210H	*Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial*	
	Iniciativa apoiada (unidade)	*1*
.....	.....	
	.....	.....
213Q	*Fortalecimento Institucional dos Órgãos Estaduais e Municipais para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial*	
	Organização apoiada (unidade)	12
2035	**Esporte, Cidadania e Desenvolvimento**	
20JP	*Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social*	
	Pessoa beneficiada (unidade)	100.000
5450	*Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer*	
	Espaço implantado/modernizado (unidade)	100
2037	**Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**	
2A60	*Serviços de Proteção Social Básica*	
	Ente federado apoiado (unidade)	100
2B31	*Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial*	
	Ente federado apoiado (unidade)	100
2039	**Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente d**	
.....	.....	
	.....	.....
20Z8	*Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas*	
	Acompanhamento realizado (unidade)	400
2040	**Gestão de Riscos e de Desastres**	
10SG	*Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos*	
	Família beneficiada (unidade)	620.000
.....	.....	
	.....	.....
2042	**Pesquisa e Inovações para a Agropecuária**	
20Y6	*Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária*	
	Pesquisa desenvolvida (unidade)	10
8924	*Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária*	
	Tecnologia transferida (unidade)	10
2047	**Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil**	
210C	*Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas*	
	Empresa apoiada (unidade)	500
2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**	
10SS	*Apoio a Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano*	
	Projeto apoiado (unidade)	3
2D49	*Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana*	
	Projeto apoiado (unidade)	1
7XB8	*Ampliação do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - Construção de estações no Município de Contagem - MG*	
	Trecho implantado (% de execução física)	5
2049	**Moradia Digna**	
00CW	*Subvenção Econômiça Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Urbanas (Lei nº 11.977, de 2009)*	
	Volume contratado (unidade habitacional)	100.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

00CY	*Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)*	
	Volume contratado (unidade habitacional)	10.000
2050	**Mudança do Clima**	
20G4	*Fomento a Estudos, Projetos e Empreendimentos que visem à Mitigação e à Adaptação à Mudança do Clima*	
	Projeto apoiado (unidade)	1
20V9	*Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)*	
	Mapa divulgado (unidade)	30
2054	**Planejamento Urbano**	
1D73	*Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano*	
	Projeto apoiado (unidade)	20
2058	**Defesa Nacional**	
1211	*Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte*	
	Projeto apoiado (unidade)	10
123B	*Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)*	
	Aeronave desenvolvida (% de execução física)	2
14LW	*Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020*	
	Sistema implantado (% de execução física)	5
14T0	*Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2*	
	Aeronave adquirida (unidade)	1
14T4	*Aquisição do Projeto Guarani*	
	Blindado adquirido (unidade)	10
14T5	*Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON*	
	Sistema implantado (% de execução)	2
14XJ	*Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390*	
	Aeronave adquirida (unidade)	1
2062	**Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**	
210M	*Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente*	
	Projeto apoiado (unidade)	10
2063	**Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência**	
210N	*Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência*	
	Projeto apoiado (unidade)	5
2064	**Promoção e Defesa dos Direitos Humanos**	
20ZN	*Promoção dos Direitos Humanos*	
	Projeto apoiado (unidade)	5
215J	*Defesa dos Direitos Humanos*	
	Pessoa protegida (unidade)	1.000
.....	.....	
	.....	.....
2068	**Saneamento Básico**	
7656	*Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)*	
	Comunidade beneficiada (unidade)	100
2069	**Segurança Alimentar e Nutricional**	
2B81	*Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA*	
	Agricultor familiar beneficiado (unidade)	100.000
2071	**Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária**	
20Z1	*Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores*	
	Trabalhador qualificado (unidade)	200.000
215F	*Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária*	
	Empreendimento apoiado (unidade)	100
2076	**Desenvolvimento e Promoção do Turismo**	
10V0	*Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística*	
	Projeto realizado (unidade)	10
20Y5	*Promoção Turística do Brasil no Exterior*	
	Divisa gerada (US$ milhão)	5.000
2077	**Agropecuária Sustentável**	
1O28	*Implantação do Projeto Público de Irrigação Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa - com 10.632ha no Estado do Piauí*	
	Projeto executado (% de execução física)	1
20ZV	*Fomento ao Setor Agropecuário*	
	Projeto apoiado (unidade)	100
2078	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**	
20VP	*Apoio à conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE*	
	Família atendida (unidade)	1.000
214O	*Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade*	
	Ação realizada (unidade)	5
.....	.....	
	.....	.....
8499	*Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II)*	
	Projeto apoiado (unidade)	9
2079	**Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços**	
210E	*Promoção do Desenvolvimento Industrial*	
	Iniciativa implementada (unidade)	10
2080	**Educação de qualidade para todos**	
0E53	*Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola*	
	Veículo adquirido (unidade)	100
.....	.....	
	.....	.....
0048	*Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais*	
	Entidade apoiada (unidade)	7
.....	.....	
	.....	.....
12KU	*Apoio à implantação de Escolas para Educação Infantil*	
	Escola apoiada (unidade)	10
20RG	*Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*	
	Projeto viabilizado (unidade)	5
20RL	*Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica*	
	Estudante matriculado (unidade)	200.000
20RP	*Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica*	
	Projeto apoiado (unidade)	100
.....	.....	
	.....	.....
20RX	*Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais*	
	Unidade apoiada (unidade)	10
214V	*Apoio à Alfabetização, à Educação de Jovens e Adultos e a Programas de Elevação de Escolaridade, Com Qualificação Profissional e Participação Cidadã*	
	Pessoa beneficiada (unidade)	10.000
4002	*Assistência ao Estudante de Ensino Superior*	
	Benefício concedido (unidade)	100
8282	*Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior*	
	Projeto viabilizado (unidade)	10
2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**	
00QS	*Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na Área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288/2018)*	
15F9	*Aprimoramento Institucional da Polícia Federal*	
	Obra concluída (unidade)	10

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

155N	*Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal* *Iniciativa apoiada (unidade)*	10
.....	.....	.....
2334	*Proteção e Defesa do Consumidor* *Ação implementada (unidade)*	100
.....	.....	.....
7XC1	*Construção da Sede do Departamento da Polícia Federal no Município de Teresina - PI* *Edifício construído (% de execução física)*	100
.....	.....	.....

2083 Qualidade Ambiental

20W6	*Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos* *Política implementada (unidade)*	1
.....	.....	.....

2084 Recursos Hídricos

10DC	*Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte* *Obra executada (% de execução)*	2
14VI	*Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água* *Obra executada (unidade)*	5
15DX	*Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste* *Canal construído (% de execução)*	5
15E7	*Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco* *Empreendimento concluído (unidade)*	1
1851	*Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica* *Obra executada (unidade)*	10
5900	*Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)* *Projeto executado (% de execução física)*	1
7X91	*Construção da 1ª Etapa (Fase I) do Canal do Xingó* *Obra executada (% de execução física)*	1
.....	.....	.....

2087 Transporte Terrestre

110Q	*Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE* *Trecho adequado (km)*	1
110R	*Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE* *Trecho adequado (km)*	1
1248	*Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM* *Trecho construído (km)*	1
13OZ	*Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento TO-020 (Aparecida do rio Negro) - Divisa TO/MA (Goiatins) - na BR-010/TO* *Trecho construído (km)*	5
13XG	*Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG* *Trecho construído (km)*	5
15CM	*Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 - Entroncamento BR-365 (Montes Claros) - na BR-251/MG* *Trecho adequado (km)*	1
20VL	*Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Sudeste* *Trecho mantido (km)*	500
7G66	*Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - Na BR-104/PB* *Trecho adequado (km)*	2
7R82	*Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO* *Trecho adequado (km)*	250
7S57	*Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS* *Trecho construído (km)*	2
7S64	*Adequação de Trecho Rodoviário - Entr BR-104 (Campina Grande) - Entr PB-393 (Cajazeiras) - na BR-230* *Trecho adequado (km)*	2
7S75	*Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN* *Trecho adequado (km)*	1
7V25	*Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paiçandu - Sarandi - Marialva - na BR-376/PR* *Contorno construído (km)*	1
7V89	*Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-153(A)/GO-244/151 (Porangatu) - Entroncamento BR-153/GO- 222/330 (Anápolis) - na BR-414/GO* *Trecho adequado (km)*	400
7W95	*Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - Na BR-343 - No Estado do Piauí* *Trecho adequado (km)*	50
7XB5	*Adequação de Estradas Vicinais* *Trecho adequado (km)*	200
7XB9	*Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Acesso Campina Grande - na BR-104/PB* *Trecho adequado (km)*	47
7XC0	*Construção do Contorno Rodoviário Leste em Irati - na BR-153/PR* *Contorno construído (km)*	12
7XC2	*Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Joaçaba - na BR-282/SC* *Trecho adequado (km)*	372
7X33	*Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Paraguai (Fronteira Brasil/Paraguai) em Porto Murtinho - na BR-267/MS* *Obra executada (% de execução física)*	5
7X75	*Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Demerval Lobão - na BR-316/PI* *Trecho adequado (km)*	19
7X76	*Adequação de Trecho Rodoviário - Eliseu Martins - Divisa PI/BA - na BR-135/PI* *Trecho adequado (km)*	2
7X90	*Construção de Trecho Rodoviário - Trecho Humaitá - Entr BR-317 (Lábrea) - na BR-230/AM* *Trecho construído (km)*	1
7X98	*Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC* *Trecho adequado (km)*	1

2119 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

4892	*Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis* *Iniciativa implementada (unidade)*	10

"

Razões dos vetos

"A ampliação realizada no rol das prioridades da Administração Pública Federal para o exercício de 2019 dispersa os esforços do Governo para melhorar a execução, o monitoramento e o controle de suas prioridades já elencadas afetando, inclusive, o contexto fiscal que o País enfrenta."

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão opinou, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Inciso XXVI do art. 11

"XXVI - à assistência financeira complementar e ao incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinados aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate a Endemias, nos termos da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006;"

Razões do veto

"Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) atuam como parte da estratégia de saúde da família, que envolve outras despesas, todas programadas e executadas em conjunto, de modo a qualificar a atenção básica em saúde. Da mesma forma, os Agentes de Combate às

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Endemias (ACEs) são partes da ação federal para promover a adequada vigilância em saúde. A assistência e o incentivo financeiro destinados aos ACSs e aos ACEs estão discriminados em planos orçamentários, respectivamente, das ações 219A - Piso de Atenção Básica em Saúde e 20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde. Essa formatação é coerente com a estrutura orçamentária prevista, que define ação orçamentária como atividade, projeto ou operação especial da qual resulta um produto (bens ou serviços) e contribui para atender ao objetivo de um programa. Nesse conceito se incluem, também, as transferências a outros entes da Federação. Isolar os recursos referidos em programação específica tão somente tornará o orçamento menos flexível e gerencial, assim como favorecerá a fragmentação da estratégia de atuação, contrariando o interesse público."

Alínea f do inciso III do § 1º do art. 17

"f) à construção, pavimentação, manutenção e conservação de estradas vicinais;"

Razões do veto

"A redação final do dispositivo possibilita a alocação de recursos para construção, manutenção, conservação e pavimentação de estradas vicinais em qualquer hipótese, e não apenas nas situações em que se destinam à integração com rodovias federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, o dispositivo amplia de forma significativa as exceções à competência da União, e prevê despesas que concorrem com a manutenção, conservação, recuperação e adequação de rodovias federais, estas, sim, de competência da União.

Haveria, portanto, prejuízo ao interesse público na manutenção do referido dispositivo, com potencial de diluir os esforços de priorização do Governo Federal, em meio a um contexto fiscal restritivo.

Por fim, sua implementação exigiria a inclusão de novas ações ou a abertura de novos subtítulos, o que estaria em desacordo com as restrições previstas no art. 18 do projeto e no art. 45 da LRF."

Art. 71

"Art. 71. As emendas alocadas nos hospitais universitários vinculados às universidades federais comporão o piso de que trata o § 9º do art. 166 da Constituição Federal como ações e serviços públicos de saúde."

Razões do veto

"Os hospitais universitários federais, vinculados às universidades federais, são unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Educação. A Lei Complementar nº 141, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, determina, no art. 12 que "os recursos da União serão repassados ao Fundo Nacional de Saúde e às demais unidades orçamentárias que compõem o órgão Ministério da Saúde, para ser aplicados em ações e serviços públicos de saúde".

As programações que devem compor o rol de ações e ser contabilizadas no cálculo devem estar intimamente relacionadas à área de saúde, além de constarem necessariamente de unidades orçamentárias que compõem o Ministério da Saúde, o que não ocorreria a partir da aplicação do dispositivo em análise, pois as universidades federais são unidades pertencentes ao Ministério da Educação. Assim, as despesas tratadas no dispositivo, por não constarem do orçamento do Ministério da Saúde, não atendem aos pré-requisitos necessários para serem classificadas como ações e serviços públicos de saúde, afrontando a Lei Complementar, impondo-se o veto."

Art. 138

"Art. 138. A União manterá painel informatizado para consulta de todas as obras de engenharia e serviços a elas associados custeados com seus recursos orçamentários, incluídos todos os orçamentos de que trata o art. 165, § 5º, da Constituição.

§ 1º O painel informatizado referido no **caput** será georreferenciado e conterá, no mínimo, as seguintes informações da obra:

I - número de identificação e coordenadas geográficas da obra;

II - objeto com a descrição e as características de cada obra ou serviço;

III - valor estimado da obra ou do serviço, apurado com base nos orçamentos constantes do respectivo projeto básico e referidos a sua data-base;

IV - data de início e data de término da execução da obra ou serviço, atualizadas sempre que ocorrerem modificações contratuais;

V - programa de trabalho correspondente à alocação orçamentária de recursos federais para custear a obra ou o serviço, a cada exercício;

VI - identificação das anotações de responsabilidade técnica de cada projeto, orçamento, execução e fiscalização da obra ou serviço, contemplando todo o histórico de responsabilidade técnica ao longo do empreendimento;

VII - informações referentes à execução física e financeira; e

VIII - campos destinados a informar data da última atualização.

§ 2º O número de identificação da obra a que se refere o § 1º será composto de duas partes, denominadas raiz e respectiva extensão, sendo a raiz destinada a identificar a obra ou empreendimento em sua integralidade e a extensão para individualizar o trecho, subtrecho, lote ou serviço a ela associada que tenha sido objeto de licitação distinta.

§ 3º A consulta de que trata o **caput** terá acesso público disponibilizado em sítio eletrônico.

§ 4º Os órgãos e as entidades que possuam sistemas próprios de gestão de obras realizarão a transferência eletrônica de dados para o painel informatizado a que se refere o **caput**."

Razões do veto

"Ao exigir a manutenção de painel com informações de obras e serviços de engenharia custeadas por recursos de todos os orçamentos de que trata o artigo 165, §5º, da Constituição, o dispositivo vetado engloba o Orçamento de Investimento das empresas estatais federais não dependentes. Desse modo, a divulgação das informações previstas no dispositivo poderia comprometer o sigilo de investimentos e expor a estratégia de negócios das empresas estatais, produziria vantagens competitivas às empresas privadas e prejudicaria a eficiência econômica das estatais. No tocante aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o dispositivo estabelece esforços redundantes de organização de informações para monitoramento dos projetos. O art. 131, §1º, inciso I, alínea 'k' do projeto estabelece a obrigatoriedade de divulgação de relatório semestral, com metas, resultados e estágio de todas as ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Ademais, desde abril de 2018, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão mantém painel de obras com dados relacionados ao PAC, assim como informações sobre as transferências voluntárias operacionalizadas pelo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV.

Por fim, tendo em vista que se tratam de projetos com duração superior a um exercício financeiro, entende-se que não é adequada sua criação em legislação de caráter temporário, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias."

Ouvida, a Casa Civil da Presidência da República manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Incisos I e II do § 4º e § 5º do art. 21

"I - serão encaminhados até o dia 31 de março de 2019 ou até a data de encaminhamento ao Congresso Nacional de projeto de lei de créditos referido no **caput**, prevalecendo a data que ocorrer primeiro;

II - serão acompanhados de proposta de emenda à Constituição relativa ao inciso III do art. 167;"

"§ 5º A fim de possibilitar o atendimento do disposto no item 2 da alínea "b" do inciso III do § 4º, os projetos de lei relativos à revisão dos incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária ou creditícia a que se refere o § 3º, que devam entrar em vigor em 2019, serão enviados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2018, de modo a propiciar redução da renúncia da receita no montante de pelo menos 10% (dez por cento) dos incentivos e benefícios atuais."

Razões dos vetos

"Os dispositivos determinam ao Chefe do Poder Executivo a obrigação de apresentar proposta de emenda constitucional e projeto de lei, fixando seu conteúdo e respectivos prazos de proposição, o que atenta contra o princípio da separação dos poderes, consignado no **caput** do art. 2º da Constituição. É igualmente inconstitucional que o legislador ordinário determine ao Poder Executivo, em ato infraconstitucional, que a Constituição seja alterada, procedimento esse que discrepa do previsto no art. 60. Para dar início ao procedimento de modificação da Carta Maior, deve o Poder Legislativo adotar o procedimento que consta do art. 60, I da Constituição. A LDO é um ato do Congresso Nacional, não sendo o instrumento juridicamente adequado para dar início a uma reforma constitucional.

Ao impor ao Executivo a obrigatoriedade de apresentação de emenda à Constituição e projeto de lei, o dispositivo atentou contra poder de iniciativa conferido pela Constituição ao Presidente da República, a quem compete avaliar a oportunidade e conveniência de encaminhar ou não essas proposições. Assim, os dispositivos propostos interferem na separação dos poderes, descaracterizando o sistema de freios e contrapesos idealizado pelo constituinte.

Dessa forma, impõe-se o veto dos mesmos por inconstitucionalidade, face à violação ao art. 2º; ao inciso I do art. 60; e ao § 1º do art. 61 da Constituição."

O Ministério da Fazenda opinou, ainda, pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§ 6º do art. 40

"§ 6º A classificação das contribuições de que tratam os incisos I e II do caput deverá conter níveis de detalhamento que permitam a identificação do tipo de contribuição e do tipo de contribuinte previsto na legislação que disciplina o tributo, inclusive no que se refere a multas, juros, dívida ativa e parcelamentos."

Razões do veto

"O dispositivo, ao determinar o detalhamento da arrecadação sobre as contribuições sociais, por tipo de contribuinte previsto na legislação, traz uma impossibilidade técnica de seu cumprimento, uma vez que o detalhamento não consta do documento de arrecadação das receitas federais (Darf) nem das guias da contribuição previdenciária (GPS). Estes documentos são elaborados com foco na tipificação da receita recolhida. Ademais, cabe esclarecer que a tipificação do contribuinte, em regra, é feita por intermédio do batimento dos pagamentos com as respectivas declarações em processos de fiscalização ou cobrança, de forma incidental, não constituindo rotina para geração de estatísticas de arrecadação."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 9º do art. 78 e parágrafo único do art. 79

"§ 9º A inadimplência identificada no Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias - CAUC de municípios não impede a assinatura de convênios e instrumentos congêneres por esses entes, vedado o repasse da primeira parcela ou parcela única dos respectivos recursos financeiros enquanto a pendência não for resolvida."

"Parágrafo único. Aplica-se o disposto no **caput** deste artigo aos casos tratados no § 9º do art. 78, após a resolução da inadimplência."

Razões dos vetos

"O referido projeto de lei vai de encontro às exigências necessárias para a realização das transferências voluntárias, abrindo a possibilidade para que os municípios celebrem convênios e contratos de repasse, mesmo estando inadimplentes nos requisitos verificados pelo Serviço Auxiliar de Informação para Transferências Voluntárias - CAUC, condicionando a liberação dos recursos financeiros à resolução das pendências. Adicionalmente, a proposta apresentada levaria a um aumento da assinatura destes instrumentos, com aumento nas inscrições de restos a pagar, sem a garantia que haverá uma reversão célere nas inadimplências, o que vai de encontro ao esforço que o governo tem feito para reduzir o estoque de restos a pagar. Com o veto do dispositivo, impõe-se o veto, por arrastamento, do parágrafo único do artigo 79."

§ 2º do art. 101

"§ 2º As autorizações a que se refere o inciso IV do **caput** ficam restritas:

I - às despesas do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF;

II - às reposições, nos mesmos cargos, decorrentes das vacâncias nas áreas de educação, saúde, segurança pública e defesa e na carreira de diplomata ocorridas entre a publicação da Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e o dia 31 de dezembro de 2018, deduzidos os provimentos ocorridos no mesmo período;

III - aos cargos e funções já criados por lei nas instituições federais de ensino criadas nos últimos 5 (cinco) anos e às admissões necessárias para o seu funcionamento;

IV - às admissões decorrentes de concurso público com prazo improrrogável vincendo em 2019 cujo edital de abertura tenha sido publicado até 30 de junho de 2018, limitadas ao número de vagas previstas no respectivo edital e não providas; e

V - às admissões para a Agência Nacional de Águas necessárias ao exercício das competências de que trata a Medida Provisória nº 844, de 10 de julho de 2018."

Razões do veto

"A autorização de recursos específicos na LDO para a realização das despesas elencadas eleva rigidez orçamentária e pode prejudicar a eficiência alocativa dos recursos, de modo contrário ao interesse público."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 450, de 14 de agosto de 2018.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2018(MP nº 827/18), que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para modificar normas que regulam o exercício profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias".

Ouvidos, os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Justiça, da Fazenda e da Saúde manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 1º, 5º e 6º do art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterados pelo art. 1º do projeto de lei de conversão

"§ 1º O piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias é fixado no valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) mensais, obedecido o seguinte escalonamento:

I - R$ 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2019;

II - R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) em 1º de janeiro de 2020;

III - R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) em 1º de janeiro de 2021."

"§ 5º O piso salarial de que trata o § 1º deste artigo será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro, a partir do ano de 2022.

§ 6º A lei de diretrizes orçamentárias fixará o valor reajustado do piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias."

Razões dos vetos

"Os dispositivos violam a iniciativa reservada do Presidente da República em matéria sobre 'criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração', a teor do art. 61, § 1º, inciso II, 'a', da Constituição, na medida em que representaria aumento remuneratório para servidores, e tendo em vista que este dispositivo constitucional alcança qualquer espécie de servidor público, não somente os federais. Além disso, há violação de matéria reservada à Lei de Diretrizes Orçamentárias (Constituição, artigo 165, § 2º) pelo §6º do projeto sob sanção, pois se determina inserir na LDO matéria estranha ao objeto que lhe foi constitucionalmente atribuído. Ademais, há também violação do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por se criar despesa obrigatória sem nenhuma estimativa de impacto, incorrendo-se, pelo mesmo fundamento, em violação dos artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, observa-se descumprimento do artigo 21, parágrafo único, da LRF, pois haveria 'ato de que resulte aumento de despesa com pessoal' dentro dos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo, o que poderia, inclusive, enquadrar-se como conduta tipificada no artigo 359-G do Código Penal."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 451, de 14 de agosto de 2018.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 53, de 2018 (nº 4.060/12 na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet)".

Ouvido, o Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Inciso II do art. 23

"II - sejam protegidos e preservados dados pessoais de requerentes de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), vedado seu compartilhamento no âmbito do Poder Público e com pessoas jurídicas de direito privado;"

Razões do veto

"O dispositivo veda o compartilhamento de dados pessoas no âmbito do Poder Público e com pessoas jurídicas de direto privado. Ocorre que o compartilhamento de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável é medida recorrente e essencial para o regular exercício de diversas atividades e políticas públicas. É o caso, por exemplo, do banco de dados da Previdência Social e do Cadastro Nacional de Informações Sociais, cujas informações são utilizadas para o reconhecimento do direito de seus beneficiários e alimentados a partir do compartilhamento de diversas bases de dados administrados por outros órgãos públicos. Ademais, algumas atividades afetas ao poder de polícia administrativa poderiam ser inviabilizadas, a exemplo de investigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, dentre outras."

O Ministério da Fazenda juntamente com o Banco Central do Brasil opinou pelo veto ao dispositivo a seguir transcrito:

Inciso II do § 1º do art. 26

"II - quando houver previsão legal e a transferência for respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres;"

Razões do veto

"A redação do dispositivo exige que haja, cumulativamente, previsão legal e respaldo em contratos, convênios ou instrumentos congêneres para o compartilhamento de dados pessoais entre o Poder Público e entidades privadas. A cumulatividade da exigência estabelecida no dispositivo inviabiliza o funcionamento da Administração Pública, já que diversos procedimentos relativos à transferência de dados pessoais encontram-se detalhados em atos normativos infralegais, a exemplo do processamento da folha de pagamento dos servidores públicos em instituições financeiras privadas, a arrecadação de taxas e tributos e o pagamento de benefícios previdenciários e sociais, dentre outros."

Ouvidos, os Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União manifestaram-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 28

"Art. 28. A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais entre órgãos e entidades de direito público será objeto de publicidade, nos termos do inciso I do caput do art. 23 desta Lei."

Razão do veto

"A publicidade irrestrita da comunicação ou do uso compartilhado de dados pessoais entre órgãos e entidades de direito público, imposta pelo dispositivo, pode tornar inviável o exercício regular de algumas ações públicas como as de fiscalização, controle e polícia administrativa."

Os Ministérios da Fazenda, da Saúde, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Banco Central do Brasil, opinaram pelo veto aos dispositivos a seguir transcritos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Incisos VII, VIII e IX do art. 52

"VII - suspensão parcial ou total do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;

VIII - suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;

IX - proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados."

Razões dos vetos

"As sanções administrativas de suspensão ou proibição do funcionamento/exercício da atividade relacionada ao tratamento de dados podem gerar insegurança aos responsáveis por essas informações, bem como impossibilitar a utilização e tratamento de bancos de dados essenciais a diversas atividades, a exemplo das aproveitadas pelas instituições financeiras, dentre outras, podendo acarretar prejuízo à estabilidade do sistema financeiro nacional."

Ouvidos, ainda, os Ministérios da Justiça, da Fazenda, da Transparência e Controladoria-Geral da União, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Segurança Pública, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e o Banco Central do Brasil, manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Arts. 55 ao 59

"Art. 55. É criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Justiça.

§ 1º A ANPD deverá ser regida nos termos previstos na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 2º A ANPD será composta pelo Conselho Diretor, como órgão máximo, e pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, além das unidades especializadas para a aplicação desta Lei.

§ 3º A natureza de autarquia especial conferida à ANPD é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

§ 4º O regulamento e a estrutura organizacional da ANPD serão aprovados por decreto do Presidente da República.

§ 5º O Conselho Diretor será composto por 3 (três) conselheiros e decidirá por maioria.

§ 6º O mandato dos membros do Conselho Diretor será de 4 (quatro) anos.

§ 7º Os mandatos dos primeiros membros do Conselho Diretor serão de 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, a serem estabelecidos no decreto de nomeação.

§ 8º É vedado a ex-conselheiro utilizar informações privilegiadas obtidas em decorrência do cargo exercido, sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

Art. 56. A ANPD terá as seguintes atribuições:

I - zelar pela proteção dos dados pessoais, nos termos da legislação;

II - zelar pela observância dos segredos comercial e industrial em ponderação com a proteção de dados pessoais e do sigilo das informações quando protegido por lei ou quando a quebra do sigilo violar os fundamentos do art. 2º desta Lei;

III - elaborar diretrizes para Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;

IV - fiscalizar e aplicar sanções em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação, mediante processo administrativo que assegure o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso;

V - atender petições de titular contra controlador;

VI - promover na população o conhecimento das normas e das políticas públicas sobre proteção de dados pessoais e das medidas de segurança;

VII - promover estudos sobre as práticas nacionais e internacionais de proteção de dados pessoais e privacidade;

VIII - estimular a adoção de padrões para serviços e produtos que facilitem o exercício de controle dos titulares sobre seus dados pessoais, que deverão levar em consideração as especificidades das atividades e o porte dos responsáveis;

IX - promover ações de cooperação com autoridades de proteção de dados pessoais de outros países, de natureza internacional ou transnacional;

X - dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento de dados pessoais, observado o respeito aos segredos comercial e industrial;

XI - solicitar, a qualquer momento, às entidades do Poder Público que realizem operações de tratamento de dados pessoais, informe específico sobre o âmbito e a natureza dos dados e os demais detalhes do tratamento realizado, podendo emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento desta Lei;

XII - elaborar relatórios de gestão anuais acerca de suas atividades;

XIII - editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, assim como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco para a garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos nesta Lei;

XIV - ouvir os agentes de tratamento e a sociedade em matérias de interesse relevante, assim como prestar contas sobre suas atividades e planejamento;

XV - arrecadar e aplicar suas receitas e publicar, no relatório de gestão a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, o detalhamento de suas receitas e despesas; e

XVI - realizar ou determinar a realização de auditorias, no âmbito da atividade de fiscalização, sobre o tratamento de dados pessoais efetuado pelos agentes de tratamento, incluindo o Poder Público.

§ 1º Ao impor condicionamentos administrativos ao tratamento de dados pessoais por agente de tratamento privado, sejam eles limites, encargos ou sujeições, a ANPD deve observar a exigência de mínima intervenção, assegurados os fundamentos, os princípios e os direitos dos titulares previstos no art. 170 da Constituição Federal e nesta Lei.

§ 2º Os regulamentos e normas editados pela ANPD devem necessariamente ser precedidos de consulta e audiência públicas, bem como de análises de impacto regulatório.

Art. 57. Constituem receitas da ANPD:

I - o produto da execução da sua dívida ativa;

II - as dotações consignadas no orçamento geral da União, os créditos especiais, os créditos adicionais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos;

III - as doações, os legados, as subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV - os valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade;

V - os valores apurados em aplicações no mercado financeiro das receitas previstas neste artigo;

VI - o produto da cobrança de emolumentos por serviços prestados;

VII - os recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

VIII - o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública."

"Art. 58. O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto por 23 (vinte e três) representantes titulares, e seus suplentes, dos seguintes órgãos:

I - 6 (seis) representantes do Poder Executivo federal;

II - 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal;

III - 1 (um) representante indicado pela Câmara dos Deputados;

IV - 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional de Justiça;

V - 1 (um) representante indicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público;

VI - 1 (um) representante indicado pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil;

VII - 4 (quatro) representantes da sociedade civil com atuação comprovada em proteção de dados pessoais;

VIII - 4 (quatro) representantes de instituição científica, tecnológica e de inovação; e

IX - 4 (quatro) representantes de entidade representativa do setor empresarial afeto à área de tratamento de dados pessoais.

§ 1º Os representantes serão designados por ato do Presidente da República, permitida a delegação, e terão mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 2º A participação no Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será considerada atividade de relevante interesse público, não remunerada.

§ 3º Os representantes referidos nos incisos I a VI do caput deste artigo e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidades.

§ 4º Os representantes referidos nos incisos VII, VIII e IX do caput deste artigo e seus suplentes serão indicados na forma de regulamento e não poderão ser membros da entidade mencionada no inciso VI do caput deste artigo.

Art. 59. Compete ao Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade:

I - propor diretrizes estratégicas e fornecer subsídios para a elaboração da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e para a atuação da ANPD;

II - elaborar relatórios anuais de avaliação da execução das ações da Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade;

III - sugerir ações a serem realizadas pela ANPD;

IV - realizar estudos e debates sobre a proteção de dados pessoais e da privacidade; e

V - disseminar o conhecimento sobre proteção de dados pessoais e da privacidade à população em geral."

Razão dos vetos

"Os dispositivos incorrem em inconstitucionalidade do processo legislativo, por afronta ao artigo 61, § 1º, II, 'e', cumulado com o artigo 37, XIX da Constituição."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 1.316, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE ALAGOAS, nomeado através da Portaria INCRA/P/N.º 196/2017, de 28 de março de 2017, publicada no D.O.U de 29 de março de 2017, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22 da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 12 de janeiro de 2017 e pelo artigo 115 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRA/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2018, bem como a norma de execução vigente que rege a matéria de reconhecimento de indivíduos ou famílias.

Considerando que a reforma agrária visa promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, aumento de produção e promoção social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P nº 175, de 19 de abril de 2016, publicada no D.O.U de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou famílias quilombolas para fins de acesso às políticas do PNRA; resolve:

Art. 1º Reconhecer 89 famílias da Associação de Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombos Tabacaria, código SIPRA nº AL 0241000 RTRQ (Reconhecimento de Território Quilombola), localizada no município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, pertencente ao Território Quilombola de Tabacaria.

Art. 2º O procedimento de seleção das famílias candidatas a beneficiários ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarão submetidos aos critérios de vedação contidos no artigo 20 da Lei nº 8.629/93.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WILSON CÉSAR DE LIRA SANTOS

RETIFICAÇÃO

Na PORTARIA/INCRA/P/N° 355, de 20 de maio de 1994, pulicada no Diário Oficial da União n° 97, de 24 maio de 1994, na Seção 1, páginas 7625/7626, que criou o Projeto de Assentamento CONCEIÇÃO, localizado no município de Porto Calvo/AL, Código do SIPRA AL0010000; **onde se lê:** "... área de 1.655,6300 (hum mil, seiscentos e cinquenta e cinco hectares e sessenta e três ares) ... ", **leia-se:** "... área de 1.643,7654 (hum mil, seiscentos e quarenta e três hectares, setenta e seis ares e cinquenta e quatro centiares) ..."; **onde se lê:** ".... prevê a criação de 319 (trezentos e dezenove) unidades agrícola familiares ...", **leia-se:** "... prevê a criação de 217 (duzentos e dezessete) unidades agrícolas familiares ...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1.264, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE REGIONAL-SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA- INCRA/SP- CNPJ 00.375.972/0010-51, no uso das atribuicoes que lhe confere os artigos 109, inciso X, 121 e 134, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto 9.282, de 07 de fevereiro de 2018, publicado no Diario Oficial da Uniao do dia 08 seguinte, aprovado pela Portaria/P/N 338 de 08 de março de 2018, publicada no DOU, Seção 1, do dia 13 do mesmo mes e ano, nomeado por competencia delegada pela PORTARIA/INCRA/P/N 426/2016-III**,** publicada no DOU de 14 de julho de 2016, bem como a norma de execucao vigente que rege a materia de reconhecimento de individuos ou famílias, e

Considerando que a reforma agraria visa promover a melhor distribuicao de terra mediante modificacoes no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justica social, desenvolvimento rural sustentavel, aumento de producao e promocao social, conforme preconiza o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA;

Considerando o disposto contido na Portaria INCRA/P n 175, de 19 de abril de 2016, publicada no DOU de 20 de abril de 2016, para reconhecimento de indivíduos ou familias quilombolas para fins de acesso as politicas do PNRA; resolve:

Art. 1° Reconhecer 40 famílias da Comunidade Quilombola Sao Miguel Arcanjo do Morro Seco, codigo SIPRA n SP0383000, localizada no municipio de Iguape, pertencente ao Territorio Quilombola Sao Miguel Arcanjo do Morro Seco.

Art. 2° O procedimento de selecao das familias candidatas a beneficiarios ao PNRA, ora reconhecidos pelo INCRA, estarao submetidos aos criterios de vedacao contidos no artigo 20 da Lei n 8.62919/93.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicacao.

EDSON ALVES FERNANDES

GABINETE DE INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 6, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, caput, inciso XII, e o art. 3º, parágrafo único, inciso III, da Portaria nº 936, de 8 de agosto de 2018, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 6º, § 2º, inciso II, e no art. 7º, § 8º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e na Portaria nº 228, de 13 de agosto de 2018, do Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário de Administração do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens no âmbito do Gabinete de Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen.-de-Ex. WALTER SOUZA BRAGA NETTO

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SECRETARIA-EXECUTIVA

ATOS DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, NA CONDIÇÃO DE SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN), no uso da atribuição que lhe foi conferida pelos membros desse Colegiado, por meio da Resolução CDN nº1, de 12 de maio de 1999, publicada no DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999; e com base no disposto no art. 37, *caput*, da Constituição de 1988; no Decreto nº 4.520, de 2002; no parágrafo único do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos artigos 2º, § 3º, e 4º, da Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, alterada pela MP nº 2.216-37, de 2001; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, e respectivos regulamentos, resolve:

Nº 94 - Dar Anuência Prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para autorizar a realização da expedição científica referente ao Projeto "Melhoria dos sistemas agroflorestais e silvo-pastoris na Amazônia brasileira: maximizando espécies e a diversidade genética do gênero multifuncional Inga (*Leguminosae*)", desenvolvida por pesquisadores nacionais e estrangeiros no município de Caracaraí, localizado na faixa de fronteira do estado de Roraima, e em outros fora da faixa; de acordo com o Expediente CNPq nº 01300.000466/2018-21, o Ofício DABS nº 3.052, de 29 de junho de 2018, e a Nota-AP nº 148/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 95 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbar o Instrumento Particular de Cessão Total de Direitos Minerários, de 16 de fevereiro de 2017, celebrado entre as empresas Mineração Apoena S.A., CNPJ nº 10.302.599/0001-71 (cedente) e Euromáquinas Mineração, Locação e Equipamentos Ltda. EPP (cessionária), CNPJ nº 19.882.154/0001-82, atinente à Portaria de Lavra nº 1.490, de 20 de dezembro de 1988, publicado no DOU de 26 de dezembro de 1988, que autorizou a cedente a lavrar minério de ouro em uma área de 10.000ha, nos municípios de Vila Bela da Santíssima Trindade e Nova Lacerda, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, condicionado à não realização ou execução de qualquer atividade de mineração na área que interfere nos Projetos de Assentamento Santa Elina e Nova Conquista, a qual depende de prévia autorização do órgão fundiário federal, bem como à empresa Euromáquinas Mineração, Locação e Equipamentos Ltda. EPP para se estabelecer na faixa de fronteira do referido estado; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001106/2009-91, 48412.861809/1979-65 e 48412.966562/2016-69, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 53/DIRE/DGTM, de 28 de março de 2018, com instrução processual concluída em 26 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 149/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 96 - Dar Assentimento Prévio à empresa GRANADA EXTRAÇÃO E BRITAMENTO LTDA., CNPJ nº 29.495.800/0001-02, com sede na Rodovia BR 174, Km 520, s/nº, Zona Rural, Monte Cristo, no município de Boa Vista/RR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Roraima, com vistas à efetivação da Primeira Alteração e Consolidação do Contrato Social, datada de 5 de abril de 2018, na Junta Comercial do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.984020/2018-18, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 76/DIRE/DGTM, de 30 de maio de 2018, recebido em 7 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 150/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 97 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO CLUBE DE CÁCERES LTDA., CNPJ nº 24.748.675/0001-81, com sede na Rua General Osório, nº 1.547, Centro, Cáceres, estado de Mato Grosso, para executar serviço de radiodifusão, no município de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, com vistas à efetivação da Primeira Alteração Contratual, datada de 12 de setembro de 2016, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.038382/2017-11, a Nota Técnica nº 11.614/2018/SEI-MCTIC, de 4 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 20.071/2018/SEI-MCTIC, de 5 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 151/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 98 - Dar Assentimento Prévio à empresa TERRA FM COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 03.914.263/0001-02, com sede na Avenida Manoel Ribas, nº 455, Centro, no município de Santa Isabel do Ivaí/PR, para executar serviço de radiodifusão, no município de Tapejara, na faixa de fronteira do estado do Paraná, bem como para arquivar, na Junta Comercial competente, a Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 12 de julho de 2018, que versa sobre: i) o atendimento às exigências do Decreto nº 85.064/80; e ii) a mudança da sede da empresa para a Rua Josias Frauches, nº 2.815, PR 180, Parque Industrial Jardim das Palmeiras, no município de Terra Rica, estado do Paraná; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.007755/2012-43, a Nota técnica nº 12.783/2018/SEI-MCTIC, de 7 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 22.053/2018/SEI-MCTIC, de 12 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 152/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 99 - Dar Assentimento Prévio à empresa SOCIEDADE RÁDIO CONTEMPORÂNEA FM LTDA., CNPJ nº 04.370.085/0001-50, com sede na Rua Torres Gonçalves, nº 34, 6º Andar, Salas 61 a 63, Centro, no município de Erechim/RS, para executar serviço de radiodifusão, no município de São Valentim, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.046468/2011-78, a Nota Técnica nº 6.246/2018/SEI-MCTIC, de 11 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 23.197/2018/SEI-MCTIC, de 12 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 153/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 100 - Dar Assentimento Prévio à empresa WHITE SOLDER METALURGIA E MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 04.107.120/0001-43, para estabelecer-se na faixa de fronteira dos estados de Mato Grosso e Rondônia, bem como para pesquisar cassiterita em uma área de 9.502,51ha, no município de Pontes e Lacerda, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48419.986437/2010-29 e 48412.866601/2016-38, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº84/DIRE/DGTM, de 21 de junho de 2018, recebido em 28 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 154/2018 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 101 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO TARAUACÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CNPJ n° 86.902.061/0001-60, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 5 de março de 2018, que versa sobre: i) a nomeação de Marcelo Pinheiro da Fonseca, CPF nº 274.070.838-60, para o cargo de Diretor, em substituição a Marcos Aurélio Paro, CPF nº 188.555.208-49, em razão do seu falecimento; ii) a eleição de Paulo Carlos de Brito Filho, CPF nº 330.159.598-75, para o cargo de Diretor, tendo em vista a renúncia de Juvenal Mesquita Filho, CPF nº 320.494.478-68; iii) a mudança da sede para a Rua Comandante Costa, nº 1.144, Conjunto 03, Sala 04, Centro-Sul, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso; e iv) o aumento do capital social da Companhia para R$ 5.871.788,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta e um mil e setecentos e oitenta e oito reais); de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.002031/2000-27, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 71/DIRE/DGTM, de 17 de maio de 2018, e a Nota - AP n° 155/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 102 - Dar Assentimento Prévio à empresa INDÚSTRIA DE CALCÁRIOS CAÇAPAVA LTDA., CNPJ nº 87.677.860/0001-42, com sede na Rua Benjamim Constant, nº 1.121, Centro, no município de Caçapava do Sul/RS, para arquivar, nas Juntas Comerciais dos estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso, a Alteração Contratual nº 33 e Consolidação do Contrato Social, de 22 de dezembro de 2017, que versa sobre: i) a alteração do endereço da Fábrica nº 01, CNPJ nº 87.677.860/0003-04, para Fazenda Boa Fé, Distrito de Gaspar Simões, no município de Dom Feliciano/RS; ii) a alteração do endereço da Fábrica nº 04, CNPJ nº 87.677.860/0010-33, para Fazenda Lavrinha, s/nº, Zona Rural, no município de Nobres/MT; e iii) a alteração do objeto social da empresa; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.005580/1960-13, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 75/DIRE/DGTM, de 29 de maio de 2018, e a Nota - AP nº 156/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 103 - Dar Assentimento Prévio à empresa GABRIEL DEBACCO GARCIA ME - Firma Individual, CNPJ nº 15.034.824/0001-50, para pesquisar areia e argila, em uma área de 198,76ha, no município de Capão do Leão, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910574/2012-43 e 48401.811006/2017-75, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 082/DIRE/DGTM, de 14 de junho de 2018, recebido em 19 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 157/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 104 - Dar Assentimento Prévio a VILMAR SILVEIRA, CPF nº 138.137.900-10, para pesquisar água mineral em uma área de 49,02ha, no município de Jaguarão, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº48401.810099/2018-00, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 83/DIRE/DGTM, de 14 de junho de 2018, recebido em 19 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 158/2018-RF, expedida com ressalvas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 105 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO ARCO-ÍRIS FM LTDA., CNPJ nº 03.806.434/0001-71, com sede à Rua Aneita Ramos, n° 203, Centro, no município de Santa Vitória do Palmar/RS, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Segunda Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 10 de janeiro de 2011, que versa sobre: i) a retirada do sócio Leandro Tadeu Silveira do Amaral, CPF nº 606.472.720-91, que cede e transfere a totalidade de 10.000 quotas para o sócio ingressante Mauro Luiz Lessa de Souza, CPF nº 489.616.120-34; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.024856/2011-06, a Nota Técnica nº 11.654/2018/SEI-MCTIC, de 19 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 20.079/2018/SEI-MCTIC, de 20 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 159/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 106 - Dar Assentimento Prévio à empresa QUÍMICOS MN MINERAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI - EPP, CNPJ nº 15.638.650/0001-34, com sede na Avenida Norte Sul, nº 6.413, Andar Térreo, Salas 01, 02, 04, 05 e Recepção Entrada, Bairro Planalto, no município de Rolim de Moura/RO, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Rondônia; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº48419.986.002/2014-16, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 97/DIRE/DGTM, de 26 de junho de 2018, recebido em 4 de julho de 2018, e a Nota - AP nº 160/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 107 - Dar Assentimento Prévio à empresa TV FB - COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 12.926.657/0001-63, com sede na Rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 228, 3º Andar, Sala 31, Centro, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Segunda Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 7 de março de 2018, que versa sobre: i) o ingresso do sócio Gabriel Martinez Massa, CPF nº 042.954.199-66; ii) a retirada da sócia Elisângela da Cruz Liston, CPF nº 955.951.639-68, que cede e transfere a totalidade de 3.333 quotas para Gabriel Martinez Massa; iii) a delegação dos poderes de administração ao sócio Gabriel Martinez Massa; e iv) o atendimento as exigências do Decreto 85.064/1980; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.056702/2017-15, a Nota Técnica nº 9.376/2018/SEI-MCTIC, de 7 de maio de 2018, o Ofício nº 16.763/2018/SEI-MCTIC, de 8 de maio de 2018, e a Nota - AP nº 161/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 108 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA MARIALVA, localizado no município de Naviraí, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Antonini Agropecuária Ltda., CNPJ nº 23.706.317/0001-43, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.557199/2017-45, o Parecer nº 711 (SEI)/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 13 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 595/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 22 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 162/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 109 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA CAMPO ALIANCINHA, localizado no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Frederico Sanches de Oliveira, CPF nº 216.869.358-70, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº00065.001149/2018-99, o Parecer nº 710/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 13 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 594/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 22 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 163/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 110 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA ESTIVA, localizado no município de Maracaju, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Agropecuária Estiva Ltda., CNPJ nº 00.916.940/0001-25, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.527807/2017-97, o Parecer nº 717/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 14 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 597/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 22 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 164/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 111 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA PEÇA RARA AGROPECUÁRIA II, localizado no município de Alta Floresta D'Oeste, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, de interesse de Valdenilson Cordeiro Mendes, CPF nº 316.920.602-87, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00066.529003/2017-12, o Parecer nº 718/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 18 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº606/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 22 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 165/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 112 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA GUANANDY, localizado no município de Maracaju, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Maria Lúcia Corrêa da Costa, CPF nº 553.107.617-72, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.557202/2017-21, o Parecer nº 712/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 13 de julho de 2018, a conclusão do Ofício nº 596/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 22 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 166/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 113 - Dar Assentimento Prévio a HERMES RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 080.160.205-00, para pesquisar ilmenita em uma área de 265,79ha, no município de Mucajaí, na faixa de fronteira do estado de Roraima; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884167/2015-58, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 103/DIRE/DGTM, de 29 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 167/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 114 - Dar Assentimento Prévio a WALDYR TRAMONTINI, CPF nº 021.354.429-68, para pesquisar água mineral em uma área de 49,54ha, no município de Nossa Senhora do Livramento, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48412.866506/2017-15, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 87/DIRE/DGTM, de 26 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 168/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 115 - Dar Assentimento Prévio a LEVI MENDES DE OLIVEIRA, CPF nº 632.517.441-00, para pesquisar minério de ouro em uma área de 3.303,72ha, nos municípios de Araputanga e Indiavaí, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48412.866442/2016-71, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 92/DIRE/DGTM, de 26 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 169/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 116 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO MUNDO NOVO FM LTDA-EPP, CNPJ nº 01.534.213/0001-66, com sede na Avenida Salvador, nº 50, Centro, no município de Mundo Novo, estado de Mato Grosso do Sul, para executar serviço de radiodifusão, no município de Mundo Novo, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, com vistas à efetivação da Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, datada de 15 de agosto de 2016, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53900.053234/2016-48, a Nota Técnica nº 11.658/2018/SEI-MCTIC, de 19 de junho de 2018, a conclusão do Ofício nº 20.084/2018/SEI-MCTIC, de 20 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 170/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 117 - Dar Assentimento Prévio à SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, para proceder à regularização fundiária da Gleba Salobra Devoluta VIII, localizada no município de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, com área total de 17.283,7086ha, composta por duas áreas descontínuas de 1.897,7681ha (perímetro de 36.458,26m) e 15.385,9405ha (perímetro de 77.512,67m), registrada em nome da União, sob a matrícula nº 29.851, Livro nº 02, Av-2-29.851, expedida pelo Cartório do 1º Ofício de Serviços Notariais e Registrais da Comarca de Cáceres/MT; de acordo com a instrução do Processo nº 56419.000119/2017-81, o Parecer Técnico CERFAL-MT/Nº 08/2017, de 27 de setembro de 2017, o Parecer nº 00293/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 2 de maio de 2018, o Despacho nº 00846/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 3 de maio de 2018, o Despacho Decisório nº 43/2018/SEFAL/SEAD, de 22 de maio de 2018, o Ofício nº 125/2018/SERFAL/SEAD/CC-PR, de 22 de maio de 2018, e a Nota - AP nº 171/2018-RF.

Nº 118 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO GUARAEMA FM LTDA. - ME, CNPJ nº 03.709.695/0001-73, com sede à Rua Izaura Alves de Oliveira, nº 137, Jardim Real, no município de Guaraniaçu/PR, para arquivar, na Junta Comercial competente, a Segunda Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 27 de julho de 2017, que versa sobre: i) a retirada do sócio Adelar Antonio Arrosi, CPF nº 313.957.679-04, que cede e transfere por venda a totalidade de 57.000 quotas, sendo 30.000 quotas para o sócio ingressante Roberto de Souza, CPF nº 598.863.829-53, e 27.000 quotas para a sócia ingressante Silvane Pirchiner da Costa, CPF nº 647.902.909-72; ii) a retirada do sócio Lennon Gerolamo Arrosi, CPF nº 031.352.469-65, que cede e transfere por venda a totalidade de 3.000 quotas a sócia Silvane Pirchiner da Costa; e iii) a delegação dos poderes de administração aos sócios Roberto de Souza e Silvane Pirchiner da Costa; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.049176/2017-37, a Nota Técnica nº 13.988/2018/SEI-MCTIC, de 19 de junho de 2018, o Ofício nº 466/2018/SEI-MCTIC, de 20 de junho de 2018, e a Nota - AP nº 172/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 119 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO PRIVADO FAZENDA NANÁ PORÃ, localizado no município de Sete Quedas, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Leandro Zardo, CPF nº 016.067.679-76, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00066.014488/2018-25, o Parecer nº 772/2018/GTCC/GFIC/SIA, de 3 de julho de 2018, a conclusão do Ofício nº 689/2018/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 16 de julho de 2018, e a Nota - AP nº 173/2018-RF, expedida com ressalva.

Nº 120 - Dar Assentimento Prévio à SUBSECRETARIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL, para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 96.485,4749ha da Gleba Campinarana, parte de um todo maior de 134.988,4883ha, localizada nos municípios de Guajará/AM, Mâncio Lima/AC e Cruzeiro do Sul/AC, integralmente localizada na faixa de fronteira dos respectivos estados, registrada em nome da União, sob matrícula nº 413, fls. 013 do Livro nº 02-C, junto ao Cartório do Judicial e Anexos da Comarca de Ipixuna, estado do Amazonas; de acordo com a instrução do Processo nº 56420.000051/2016-11, o Parecer nº 01/2017-SRFA.04/INCRA, de 30 de março de 2017, o Parecer nº 00304/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 3 de maio de 2018, o Despacho nº 00851/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 4 de maio de 2018 e Despacho nº 00855/2018/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 7 de maio de 2018, o Ofício nº 185/2018/SERFAL/SEAD/CC-PR, de 13 de julho de 2018, e a Nota - AP nº 177/2018-RF, expedida com ressalvas.

Nº 121 - Dar Assentimento Prévio à empresa SIMAS & SIMAS LTDA. - ME, CNPJ nº 10.681.268/0001-90, com sede na Avenida Principal, s/nº, Distrito Santa Esmeralda, no município de Santa Cruz de Monte Castelo, estado do Paraná, para estabelecer-se na faixa de fronteira do referido estado, bem como ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbar o instrumento Particular de Cessão Total de Direitos de Autorização de Pesquisa, de 19 de abril de 2013, celebrado entre as empresas Extra Mineração Ltda. - ME, CNPJ nº 07.618.088/0001-59 (cedente) e SIMAS & SIMAS LTDA. - ME, (cessionária), atinente ao Alvará nº 1.765, de 11 de fevereiro de 2011, publicado no DOU em 15 de fevereiro de 2011, que autorizou a cedente a pesquisar argila, em uma área de 999,48ha, no município de Santa Cruz de Monte Castelo, na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926612/2008-64, 48413.826145/2009-54 e 48413.926442/2012-20, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 107/DIRE/DGTM, de 12 de julho de 2018, e a Nota - AP nº 178/2018 - RF, expedida com ressalvas.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 93, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Mato Grosso do Sul, observando o disposto nas Portarias Ministeriais MAPA nº 561 e nº 562, de 11 de abril de 2018, considerando o Memorando-Circular nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018, e embasado na Instrução Normativa nº nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Art. 1° HABILITAR os Médicos Veterinários para realizarem colheita e remessa de material para diagnóstico de Mormo no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovado pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, e demais normas e dispositivos complementares, abaixo listados:

NOME	INSCRIÇÃO	NOME	INSCRIÇÃO
Ayrton Roberto Geishofer	CRMV/MS 2352	Karina de Barros Almeida	CRMV/MS 4246
Angelo Bandiera Neto	CRMV/MS 5821		CRMV/MT 1137
Daniela Lopes Rici	CRMV/MS 3156	Larissa Adono de Almeida	CRMV/MS 4565
Diego Emilio Alonso	CRMV/MS 4158	Leandro Gomes da Silva	CRMV/MS 6142
Diego Martin Cerezini	CRMV/MS 3538	Luis Fernando Francisco	CRMV/MS 4127
Éder Barbosa Chiovetti	CRMV/MS 3930	Luiz Artur da Luz Contursi	CRMV/MS 1782
Evandro Sanches Salineiro	CRMV/MS 2175	Luiz Fabiano Coelho de Rezende	CRMV/MS 1859
Fabricio Motta Santos	CRMV/MS 3623	Luiz Gustavo Mazzoni	CRMV/MS 2676
Fernando Shiroma de Araujo	CRMV/MS 2717	Marcelo Loureiro de Almeida	CRMV/MS 1678
Guilherme Luzardo Rodrigues	CRMV/MS 3566	Odilson de Lima Soares	CRMV/MS 5738
Gustavo Kiesewetter Zandavalli	CRMV/MS 5833	Orivaldo Tadeu Marques de Mello	CRMV/MS 1329
Heitor Marques Guimaro Neto	CRMV/MS 4651	Rodrigo Fernando Cerino de Freitas	CRMV/MS 5095

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Henrique Resende Alves	CRMV/GO 5636	Rodrigo Santos Pereira	CRMV/MS 3746
Horácio Bueno da Costa	CRMV/MS 5768	Rudinei Flores da Silva	CRMV/MS 6672
Idevaldo de Oliveira Martins Júnior	CRMV/MS 5602	Tsheycson Sanches Mussato	CRMV/MS 4586
Izidoro Manoel Soares Gomes	CRMV/MS 5659	Vânia Antunes Mascarenhas	CRMV/MS 2112
	CRMV/MT 1137	Vicente Coelho Lima e Jurgielewicz	CRMV/MS 4096
Joel de Moraes	CRMV/MS 4231	Walfrido Rezende Souza	CRMV/MS 4965
Joelma da Silva Souza	CRMV/MS 5054	Wany Lander Silva	CRMV/MS 6019
			CRMV/MT 4585

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANA MARIA PEREIRA GONFIANTINI FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA N° 150, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 39, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 562, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 12/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de janeiro de 2002 e o que consta do Processo nº 21042.006494/2018-57, resolve:

Art. 1º Credenciar, sob número BR RS 688, a empresa Irmãos Maggioni Ltda., CNPJ nº 73.342.289/0001-09, localizada na Rodovia RS 239, km 38, nº 1695, Bairro Campo Vicente, Nova Hartz - RS para na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Tratamento Térmico (HT), b) Secagem em Estufa (KD);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, CONFORME § 4º do Art. 1º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BERNARDO TODESCHINI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N° 302, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

Cancelar a pedido do interessado a habilitação concedida ao médico veterinário, FLAVIO LEOCINEI HANAUER GAUER, inscrito no CRMV/SC Nº 4585 para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, conforme Processo SEI 21050.000992/2016-25, no Estado de Santa Catarina.

Fica revogada a Portaria n° 335, de 04 de setembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

PORTARIAS DE 10 DE AGOSTO DE 2018

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designada pela Portaria n° 1.756, de 10/08/2017, de acordo com a Portaria n° 428, Artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de Médico Veterinário para a emissão de Guia de Trânsito Animal- GTA, resolve:

N° 309 - Habilitar o médico veterinário, GISIEL PEREIRA DOS SANTOS, inscrito no CRMV/SC Nº 8384, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.004749/2018-48 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163683 do Estado de Santa Catarina.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° 311 - Habilitar o médico veterinário, PAULO CEZAR CENCI, inscrito no CRMV/SC Nº 7981, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA, para a (s) espécie (s) e Município (s) constante (s) dos autos do processo SEI nº 21050.004774/2018-21 no registro de habilitação do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense, SIGEN + n° 163548 do Estado de Santa Catarina.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UELLEN LISOSKI DUARTE COLATTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O CHEFE DO SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.000386/2007-07, resolve:

Art.1° Renovar o credenciamento número BR-SP306, da empresa AGROTRAT AMBIENTAL LTDA., CNPJ 08.169.592/0001-81, localizada na Praça Geraldo Costa, nº 10, Sala 8, Tremembé/SP para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Fumigação em Contêineres, Fumigação em Câmara de Lona, Fumigação em Silo Hermético, Fumigação em Porão de Navio, todos exclusivamente com fosfina e Tratamento Térmico.

Art. 2° O Credenciamento terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal no Estado de São Paulo - SFA/SP

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO DE SOUZA FEIJÓ DA SILVA

PORTARIA Nº 2, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O CHEFE DO SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.014479/2007-19, resolve:

Art. 1° Renoyar o credenciamento número BR-SP148, da empresa ITABERÁ EMBALAGENS EIRELI, CNPJ 03.961.313/0001-02, localizada na Rodovia Eduardo Saigh, km 109, Bairro Pereiras, em Itaberá/SP, para na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: Tratamento Térmico (HT).

Art. 2° O Credenciamento terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal no Estado de São Paulo - SFA/SP

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO DE SOUZA FEIJÓ DA SILVA

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DECISÕES DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 65. a EXTINÇÃO dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Syngenta Crop Protection AG, da Suíça, da cultivar de crisântemo (Chrysantemum L.), denominada CURRANT YOIRVINE, Certificado de Proteção nº 20180066, com base no disposto no inciso II, do art. 40 da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 66. o INDEFERIMENTO do pedido de proteção da cultivar de ROSA (Rosa L.), denominada RUIPG0147A, protocolo n° 21806.000073/2016-71, apresentado pela De Ruiter Intellectual Property B.V., com base nos incisos IV e VI, artigo 3º c/c com o artigo 4º, ambos da Lei 9.456/1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas Decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 67, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

1. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores GSP CropScience Private Limited 551, Phase II G.I.D.C. Khthawada, Opp. Odhav Octroi Naka - Ahmedabad, Gujarat Índia, Jiangsu Corechem Co. Ltd. 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu Province China, Sino-Agri Leading (Tianjin) Agrochemical Company Limited, East of Jinji Rail, South of Nongchang Wuqing District Tianjin China, Wasion CropScience And Technology Co. Ltd. 1 Hedong Road Xinshi Town Deqing Zhejiang China, no produto Charrua 430 SC, registro nº 10818, de acordo com processo nº 21000.023079/2018-54.

2. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 16 de junho de 2014, no produto Cipermetrina 250 EC CCAB, registro nº 4715, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura CSFI - Milheto, cultura representativa: Milho, conforme processo nº 21000.003494/2018-91.

3. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ n° 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Taffeta 200 SP, registro nº 19017, de acordo com processo nº 21000.028987/2018-34.

4. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Terra Forte registro nº 05416, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas e alvos biológicos Oryzophagus oryzae, Sytermes molestus e Proconitermes triacifer na cultura do arroz; Diloboderus abderus em cevada; (Phyllophaga cyabana, Elasmopalpus lignosellus e Proconitermes triafer em milho; e Diloboderus abderus em trigo, conforme processo nº 21000.002674/2018-56.

5. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso II do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Abamex, registro nº 3801, foi aprovada a inclusão da modalidade aplicação aérea na cultura do algodão, citros e soja, de acordo com processo nº 21000.053643/2017-82.

6. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e a Instrução Normativa Conjunta nº 01 de 16 de junho de 2014, no produto Difcor 250 EC, registro nº 15716, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão da cultura CSFI - Caju, Caqui, Goiaba e Uva, cultura representativa: Maçã, conforme processo nº 21000.052881/2017-71.

7. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ n° 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Marathon 800 WG registro nº 27717, de acordo com processo nº 21000.028983/2018-56.

8. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - CNPJ n° 18.858.234/0006-44 - Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Atulamina 806 SL, registro nº 21316, de acordo com processo nº 21000.028984/2018-09.

9. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o registro do produto Talcord Técnico, registro nº 248693, conforme processo nº 21000.028726/2018-14.

10.De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Dicamba Técnico Cropchem, processo nº 21000.001118/2013-58, de acordo com solicitação feita através do processo nº 21000.029688/2018-17.

11. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Ouro Fino, registro nº 3410, no produto formulado Advance, registro nº 1595, conforme processo nº 21000.013223/2017-63.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Esplanade, registro nº 4416, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas e alvos biológicos: Amaranthus hybridus, Sida rhombifolia, Panicum maximum, Digitaria insularis, Conyza bonariensis na cultura de eucalipto; e Sida rhombifolia e Amaranthus hybridus na cultura de pinus, além da inclusão de aplicação aérea na cultura de pinus, conforme processo nº 21000.023947/2018-04.

13. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda. - CNPJ n° 02.734.023/0001-55 - Cuiabá/MT, a importar o produto Clorpirifós Fersol 480 EC, registro nº 7097, de acordo com processo nº 21000.029916/2018-59.

14. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda. - CNPJ n° 02.734.023/0001-55 - Cuiabá/MT, a importar o produto Glifosato Fersol 480, registro nº 0204, de acordo com processo nº 21000.029918/2018-48.

15. De acordo com o Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda. - CNPJ n° 02.734.023/0001-55 - Cuiabá/MT, a importar o produto Acefato Fersol 750 SP, registro nº 458294, de acordo com processo nº 21000.029915/2018-12.

16. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Bravonil 500, registro nº 1188491, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão dos alvos biológicos Phakopsora pachyrhizi e Microsphaera diffusa na cultura da soja, conforme processo nº 21000.027915/2018-70.

17. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Approve, registro nº 11516, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com inclusão do alvo biológico Panonychus ulmi na cultura da maçã, conforme processo nº 21000.023789/2018-84.

18. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Approve WG, registro nº 30717, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com inclusão do alvo biológico Panonychus ulmi na cultura da maçã, conforme processo nº 21000.023791/2018-53.

19. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto n° 4074, de 04 de janeiro de 2002 e Ato n° 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Diuron Técnico Biesterfeld, registro nº 0416, no produto formulado Dizone, registro nº 19707, conforme processo nº 21000.037319/2017-17.

20. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Serifel, registro nº 22718, para a marca comercial Duravel, conforme o processo n ° 21000.029752/2018-60.

21. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Pallex, processo nº 21000.019649/2016-40, de acordo com solicitação feita através do processo nº 21000.029761/2018-51.

22. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Sauber, processo nº 21000.000054/2008-19, de acordo com solicitação feita através do processo nº 21000.029760/2018-14.

23. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Reason, processo nº 21000.000053/2008-66, de acordo com solicitação feita através do processo nº 21000.029763/2018-40.

24. De acordo com o Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, atendendo solicitação da empresa requerente, cancelamos o pleito de registro do produto Alvivar, processo nº 21000.006729/2008-25, de acordo com solicitação feita através do processo nº 21000.029766/2018-83.

25. De acordo com o Artigo 22, §2º, Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária S.A. - Salto de Pirapora/SP, no produto Pirate, registro nº 5898, de acordo com processo nº 21000.007763/2018-99.

CARLOS RAMOS VENÂNCIO
Coordenador-Geral

RETIFICAÇÕES

No DOU de 18 de maio de 2018, em Ato nº 39, Seção 1, item 15a,onde se lê: ... marca comercial: Soyclean Xtra, leia-se: ... Soyaclean Xtra.

No DOU de 28 de junho de 2018, em Ato nº 52, Seção 1, item 2, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do produto técnico Tebuconazole Técnico Nortox CH, registro nº 5618, e Tebuconazole Técnico Nortox IV, registro nº 25317, no produto formulado Tebuco 430 SC Nortox, registro nº 8418, conforme processo nº 21000.010935/2018-10, leia-se: ...foi aprovada a inclusão do produto técnico Tebuconazole Técnico Nortox CH, registro nº 5618, no produto formulado Tebuco 430 SC Nortox, registro nº 8418, conforme processo nº 21000.010935/2018-10.

No DOU de 31 de julho de 2018, em Ato nº 60, Seção 1, item 2, onde se lê: ... no produto Volina 250 EC, registro nº 39217, leia-se: ...no produto Volna 250 EC, registro nº 39217, conforme processo nº 21000.029435/2018-43.

No DOU de 31 de julho de 2018, em Ato nº 60, Seção 1, item 19, onde se lê: ... Avenida Ladslau Kardos, 380 Cidade Aracilia - CEP: 07250-125 - São Paulo/SP, leia-se: ... Avenida Ladslau Kardos, 380 Cidade Aracilia - CEP: 07250-125 - Guarulhos/SP, conforme processo nº 21000.029920/2018-17.

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 2, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 14, de 5 de maio de 2005, e considerando o que consta do Processo nº 21000.019201/2017-15, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa Control_Agro_Bio Pesquisa e Defesa Agropecuária Ltda, CNPJ 14.756.154/000112, localizada à Rua Ulhoa Cintra, nº 07, Bairro Passo das Pedras, Porto Alegre, RS, como Centro Colaborador para realização de Análise de Risco de Pragas - ARP.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3, de 10 de maio de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINÍCIUS SEGURADO COELHO

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 4.159, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Homologa o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, na data de 14 de agosto de 2018, do agrupamento de municípios de Cuiabá/MT, Macapá/AP, Palmas/TO e Porto Velho/RO, e homologa, de forma escalonada, o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, dos agrupamentos de municípios de Boa Vista/RR, Campo Grande/MS e Rio Branco/AC.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, inciso III, da Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que transfere as competências do extinto Ministério das Comunicações para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO o Decreto n.º 5.820, de 29 de junho de 2006, alterado pelos Decretos n.º 7.670, de 16 de janeiro de 2012, n.º 8.061, de 29 de julho de 2013 e n.º 8.753, de 10 de maio de 2016, que dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre SBTVD-T e estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV) e do Serviço de Retransmissão de Televisão (RTV), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações estabelecerá cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T;

CONSIDERANDO o disposto no art. 14 do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, e alterações, segundo o qual o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T;

CONSIDERANDO o cronograma de transição da transmissão analógica dos serviços TV e RTV para o SBTVD-T, definido pela Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que foi alterada pela Portaria MCTIC nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017, pela Portaria MCTIC nº 1.019, de 26 de fevereiro de 2018 e pela Portaria MCTIC nº 3.291 de 25 de junho de 2018;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece como condição para o desligamento da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, que pelo menos 93% (noventa e três pontos percentuais) dos domicílios do município que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre, estejam aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do art. 5º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, que estabelece que cabe ao Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV - GIRED, aferir o atingimento do mencionado percentual de domicílios aptos à recepção da televisão digital terrestre;

CONSIDERANDO a decisão tomada na 14ª Reunião Ordinária do GIRED, de considerar o percentual mínimo para atingimento da condição do desligamento como sendo o de 90% (noventa pontos percentuais), tendo em vista a margem de erro de 3 (três) pontos percentuais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Portaria MC nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, que estabelece que a concessão de outorgas para a exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, com a utilização de tecnologia digital, ocorrerá até a data do desligamento do sinal analógico na localidade, conforme cronograma estabelecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 45ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2018, aferiu e validou o atingimento da condição para o desligamento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de TV e RTV, em tecnologia analógica, do agrupamento de municípios de Cuiabá/MT, Macapá/AP, Palmas/TO e Porto Velho/RO, conforme Ofício nº 423/2018/SEI/GPR-ANATEL, encaminhado pelo Presidente do GIRED; e

CONSIDERANDO que o GIRED, em sua 45ª Reunião Ordinária, realizada em 13 de agosto de 2018, deliberou no sentido de recomendar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações o desligamento escalonado da transmissão analógica dos serviços de TV e RTV, dos agrupamentos de municípios de Boa Vista/RR, Campo Grande/MS e Rio Branco/AC, conforme disposto no Ofício nº 423/2018/SEI/GPR-ANATEL, encaminhado pelo Presidente do GIRED, resolve:

Art. 1° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, em 14 de agosto de 2018, às 23 horas e 59 minutos, do agrupamento de municípios de Cuiabá/MT, Macapá/AP, Palmas/TO e Porto Velho/RO, que abrange os seguintes municípios do estado do Mato Grosso: Acorizal, Cuiabá, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande; do estado do Amapá: Macapá, Mazagão, Santana; do estado de Tocantins: Barrolândia, Palmas, Porto Nacional; do estado de Rondônia: Candeias do Jamari, Porto Velho.

Art. 2° Homologar o encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, com início às 23 horas e 59 minutos do dia 14 de agosto de 2018 e término às 23 horas e 59 minutos do dia 31 de outubro de 2018, dos agrupamentos de municípios de Boa Vista/RR, Campo Grande/MS e Rio Branco/AC, que abrangem os seguintes municípios do estado de Roraima: Boa Vista, Cantá, do estado do Mato Grosso do Sul: Campo Grande, Terenos e do estado do Acre: Bujari, Rio Branco, Senador Guiomard.

Art. 3º Após o início do encerramento da transmissão da programação das emissoras dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, em tecnologia analógica, não serão concedidas autorizações para exploração do Serviço de RTV em caráter secundário, conforme estabelece o art. 2° da Portaria MC n° 6.738, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 112/2018

PROCESSO 53504.003817/2017-81. Interessados: Claro S.A., Nextel Telecomunicações Ltda. - 1.CONSIDERAR como sigiloso o documento cadastrado sob o SEI nº 1489308, com fundamento no art. 31 da Lei nº 12.527/2011. 2.ARQUIVAR o processo nº 53504.003817/2017-81, com fundamento no art. 53 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013; e 3.NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO Nº 143/2018

PROCESSO 53500.001001/2018-34. Interessados: Telemar Norte Leste S.A., OI S.A., TIM CELULAR S/A, INTELIG Telecomunicações Ltda. - 1.ARQUIVAR o processo nº 53500.001001/2018-34, com fundamento no art. 53 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013; e 2.NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.098, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53516.003207/2018-20, Expede à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA, CNPJ nº 04.726.029/0001-06 autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.103, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SERVI SAN VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0001-31 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 5.658, DE 30 DE JULHO DE 2018

Expede autorização - SARC 251 e outorga radiofrequência à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SAMPAIO LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.889.111/0001-54, na localidade de Palmeira dos Índios/AL, até 01/05/2024.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 5.768, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência a PAULO ROBERTO FIGUEIROA DE AMORIM ME, CPF nº 12.770.004/0001-38, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 5.770, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência a ETERNAL VÍDEO LOCADORA LTDA, CNPJ nº 01.329.682/0001-43, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 5.789, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência a REALESIS ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 10.466.276/0002-02, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 5.828, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência ao CONDOMÍNIO DO SHOPPING PATTEO OLINDA, CNPJ nº 29.843.150/0001-49, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 6.042, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência ao CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO BEACH CLASS INTERNATIONAL, CNPJ nº 13.661.621/0001-68, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 6.049 DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização à CONTAGE CONSULTORIA EM TELECOMUNICAÇÕES E MONITORAMENTO LTDA, CNPJ nº 05.097.661/0001-09, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 6.054, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização - SARC 252 e outorga radiofrequência à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO SAMPAIO LTDA, executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 10.889.111/0001-54, na localidade de Palmeira dos Índios/AL, até 01/05/2024.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 6.055, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Outorga radiofrequência a BARROS MIRANDA MONITORAMENTO E TERCEIRIZAÇÃO EIRELI, CNPJ nº 14.188.651/0001-61, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

ATO Nº 6.058, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Expede autorização a MARCIONILO PEDROSA COSTA, CPF nº 047.670.204-68, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.708, DE 31 DE JULHO DE 2018

Processo nº 53500.035679/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA, CNPJ/MF nº 60.509.239/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.749, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.035865/2018-50. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ/MF nº 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Tiradentes/MG.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.807 Processo nº 53500.036180/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSÃO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ/MF nº 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Grande/MS.

Nº 5.835 Processo nº 53524.003889/2018-71. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, CNPJ/MF nº 76.535.764/0329-32, associada à Autorização para explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 5.841, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.034010/2018-10. Expede autorização à MY TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.168.672/0002-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 5.879, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 53500.022768/2018-05. Expede autorização à RENATO DOS SANTOS DE MORAIS - ME, CNPJ/MF nº 26.701.126/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.939 Processo nº 53500.037021/2018-43. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ/MF nº 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 5.940 Processo nº 53500.037023/2018-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ/MF nº 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.941 Processo nº 53500.037024/2018-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à EMMANUEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 25.206.796/0001-64, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.942 Processo nº 53500.037025/2018-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ/MF nº 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Terenos/MS.

Nº 5.944 Processo nº 53500.037027/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA IMAGEM DE COMUNICAÇÃO TV CANDELARIA LTDA, CNPJ/MF nº 34.482.075/0001-78, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Porto Velho/RO.

Nº 5.945 Processo nº 53500.037028/2018-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT, CNPJ/MF nº 77.372.209/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 5.946 Processo nº 53500.037029/2018-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, CNPJ/MF nº 43.665.629/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Macapá/AP.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.951 Processo nº 53500.037108/2018-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV NEWS - CANAL BRASILEIRO DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ/MF nº 17.962.660/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 5.952 Processo nº 53500.037109/2018-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA VENEZA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA - ME, CNPJ/MF nº 02.500.470/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.953 Processo nº 53500.037110/2018-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à COMUNICACOES DUNAMIS LTDA, CNPJ/MF nº 03.866.566/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Grande/MS.

Nº 5.954 Processo nº 53500.037111/2018-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ/MF nº 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cuiabá/MT.

Nº 5.955 Processo nº 53500.037112/2018-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA VENEZA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE LTDA - ME, CNPJ/MF nº 02.500.470/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santana/AP.

Nº 5.956 Processo nº 53500.037113/2018-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ/MF nº 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Macapá/AP.

Nº 5.957 Processo nº 53500.037114/2018-78. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ/MF nº 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.958 Processo nº 53500.037115/2018-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO ISABELA PAOLILLO ROSSI, CNPJ/MF nº 05.037.070/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Várzea Grande/MT.

Nº 5.959 Processo nº 53500.037116/2018-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO TRES FRONTEIRAS, CNPJ/MF nº 03.787.465/0001-22, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Terenos/MS.

Nº 5.960 Processo nº 53500.037117/2018-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à COMUNICACOES DUNAMIS LTDA, CNPJ/MF nº 03.866.566/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.961 Processo nº 53500.037118/2018-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ/MF nº 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.962 Processo nº 53500.037119/2018-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE QUINARI DE COMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 05.347.294/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Senador Guiomard/AC.

Nº 5.966 Processo nº 53500.037135/2018-93. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ, CNPJ/MF nº 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Palmas/TO.

Nº 5.967 Processo nº 53500.037140/2018-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO CULTURAL NOSSA SENHORA DE LOURDES DE MARINGÁ, CNPJ/MF nº 80.289.184/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Boa Vista/RR.

Nº 5.971 Processo nº 53500.037145/2018-29. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SM COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/MF nº 05.801.067/0001-49, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Campo Grande/MS.

Nº 5.972 Processo nº 53500.037146/2018-73. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, CNPJ/MF nº 04.387.825/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Cantá/RR.

Nº 5.973 Processo nº 53500.037150/2018-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDAÇÃO EVANGÉLICA BOAS NOVAS, CNPJ/MF nº 84.541.689/0001-51, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Santana/AP.

Nº 5.998 Processo nº 53500.033943/2018-81. Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SANGÃO, CNPJ/MF nº 09.642.288/0001-72, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Sangão/SC.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Nº 5.975 Processo nº 53500.033507/2018-11. Expede autorização à GARCIA & BEJARANO LTDA, CNPJ/MF nº 12.001.677/0001-23, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.983 Processo nº 53500.032847/2018-16. Expede autorização à NK NET TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 26.465.689/0001-13, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.984 Processo nº 53500.032813/2018-21. Expede autorização à INOVA TECNOLOGIA E TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 26.804.045/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.985 Processo nº 53500.036197/2018-88. Expede autorização à LEANDRO APARECIDO DE OLIVEIRA, CNPJ/MF nº 30.160.847/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.986 Processo nº 53500.033647/2018-81. Expede autorização à FIBER SOLUTION TELECOMUNICACOES EIRELI, CNPJ/MF nº 30.788.959/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 5.995 Processo nº 53500.021739/2018-18. Expede autorização à PROBONET COMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 26.430.624/0001-32, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.026 Processo nº 53500.032806/2018-20. Expede autorização à FLEXNET EIRELI, CNPJ/MF nº 22.832.850/0001-99, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.027 Processo nº 53500.022842/2018-85. Expede autorização à WISGREY JOSE DA SILVA, CNPJ/MF nº 07.454.756/0001-50, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.028 Processo nº 53500.036332/2018-95. Expede autorização à NETHOUSE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 30.622.347/0001-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Nº 6.089 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Brasília/DF, no período de 11/08/2018 a 12/08/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 6.090 Autoriza GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Campo Grande/MS, no período de 17/08/2018 a 19/08/2018.

Nº 6.091 Autoriza MASTER VIDEO PRODUÇÃO LTDA, CNPJ nº 06.106.720/0001-12, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Campo Grande/MS, no período de 18/08/2018 a 19/08/2018.

Nº 6.104 Processo nº 53500.034411/2018-61. Autoriza A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Campo Grande/MS, no período de 17/08/2018 a 19/08/2018.

Nº 6.106 Autoriza WOGEL MOTORSPORTS , CNPJ nº 04.388.367/0001-85, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Campo Grande/MS, no período de 17/08/2018 a 19/08/2018.

Nº 6.128 Processo nº 53500.037997/2018-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO LAGES LTDA, CNPJ/MF nº 83.012.013/0001-08, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Laguna/SC.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 6.105, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de TV e de TVD. Proc. 53500.036610/2018-12. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal: http://www.anatel.gov.br.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.866, de 10/03/2016 e considerando o disposto nas normas do CNPq, na legislação federal referente a utilização e prestação de contas de recursos públicos, e, em outros dispositivos legais estabelecidos pelos órgãos de controle externo, e em conformidade com decisão da Diretoria Executiva, em sua 11ª (décima primeira reunião), de 31/07/2018, resolve:

Instituir o Manual de Cobrança e Recuperação de Créditos do CNPq.

Esta Resolução Normativa entra em vigor a partir da data da sua publicação.
http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/6311015?COMPANY_ID=10132

MARIO NETO BORGES

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 3.682, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do artigo 26 da Portaria n° 112, de 22 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2013, e tendo em vista o que consta no Processo abaixo, resolve:

Art. 1º Conhecer e dar parcial provimento ao recurso administrativo interposto pela entidade abaixo relacionada, bem como alterar o valor da multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Valor (R$)	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.021580/2011	Sociedade Mineira De Radiodifusão Ltda	FM	Jacareí	SP	9.404,07	Portaria SERAD n° 3682, de 13/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHO Nº 1.285-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 76, inciso XX, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.016711/2018-54, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 15616/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de execução de serviço especial para fins científicos ou experimentais formulado pela FUNDAÇÃO CULTURAL DA SERRA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada e concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Garibaldi, estado do Rio Grande do Sul.

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DESPACHOS DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53504.025851/2011	TV ÔMEGA LTDA	RTV	Limeira	SP	Conhece e nega	1361
53000.052524/2013	TV PAJUÇARA LTDA	TV	Maceió	AL	Conhece e nega	1446

MOISÉS QUEIROZ MOREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 4.091, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.005674/2015	Prefeitura Municipal De Campo Maior	RTV	Campo Maior	PI	Multa	1.999,07	Art. 25 do Decreto nº 5.371/2005	Portaria DECEF n° 4091 de 13/08/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 2.468-SEI, DE 9 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.024671/2018-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a Associação dos Amigos da Cultura, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Avenida Eduardo Luciano Morras, n° 390-O - Conjunto Habitacional Pedro Afonso para a Avenida Eduardo Luciano Morras, n° 190 - Conjunto Habitacional Pedro Afonso, na localidade de Poços de Caldas / MG. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 201/2008 publicada no Diário Oficial da União em 05 de maio de 2008, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 576/2009, publicado no Diário Oficial da União em 24 de agosto de 2009, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.052376/2005.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 21°51'11"S e longitude 46°33'58"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

PORTARIA Nº 1.887-SEI, DE 10 DE ABRIL DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.059508/2017-91, resolve:

Art. 1o Autorizar a Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Conselheiro Lafaiete, n° 193 - Cabanas para a Praça Avelino de Souza Vieira, n° 01A - Barro Preto, na localidade de Mariana / MG. A entidade foi autorizada pela Portaria de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Autorização n° 62/2001 publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 2001, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária. O referido ato de autorização foi deliberado pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 935/2003, publicado no Diário Oficial da União em 02 de dezembro de 2003, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53710.000687/1998.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 20°22'06"S e longitude 43°25'02"W.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 3.501-SEI, 19 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.036594/2018-45, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAEMBU, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Pacaembu/SP, o canal 23 (vinte e três), correspondente à faixa de frequência de 524 a 530 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 3.768-SEI, 25 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.040189/2018-21, resolve:

Art. 1º Consignar à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Ribeirão Bonito/SP, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 3.860-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no Município de NOVO HAMBURGO, estado do RIO GRANDE DO SUL, por meio do canal 28 (vinte e oito), reúso do canal de PORTO ALEGRE/RS, visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via terrestre.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068973/2017-13 e da Nota Técnica 16928/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.080-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.031223/2018-77, resolve:

Art. 1º Consigna à PRINTSTEL COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Candeias do Jamari/RO, o canal 47(quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.081-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53900.070512/2015-41, resolve:

Art. 1º Consigna à PRINTSTEL COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Cantá/RR, o canal 26(vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.098-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, na Portaria nº 932, de 22 de agosto de 2014, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar R & C PRODUÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, em BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, por meio do canal 32 (trinta e dois), reúso do canal de ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS/GO, visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO MINISTÉRIO COMUNIDADE CRISTÃ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 47 (quarenta e sete), no município de GOIÂNIA, estado de GOIÁS, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação, a utilização dos equipamentos e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.078149/2017-71 e da Nota Técnica 17885/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.107-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.030918/2018-31, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TV ÔMEGA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Porto Nacional, estado do Tocantins, por meio do canal 32 (trinta e dois), visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 4.109-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 3.247, de 12 de junho de 2017, e considerando o que consta do Processo nº 01250.035189/2018-18, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a RADIO E TELEVISÃO RECORD S.A., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, com utilização de tecnologia digital, na localidade de Piracaia, estado de São Paulo, por meio do canal 42 (quarenta e dois), visando à retransmissão de seus próprios sinais .

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 550-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.077436/2017-64, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 7170/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 12 de dezembro de 2017, da frequência 1510 KHz, outorgada à Rádio Centro Oeste de Pinhalzinho, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Pinhalzinho, estado de Santa Catarina.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.096-SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.067286/2017-81, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 13364/2018/SEI-MCTIC, resolve:

Homologar a devolução à União, a partir de 01 de novembro de 2017, da frequência 750 KHz, outorgada à Rádio Osório Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Osório, estado do Rio Grande do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.459-SEI, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.046319/2018-30, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 39+ (trinta e nove decalado para mais) à União, a partir de 8 de agosto de 2018, da ABRIL RADIODIFUSÃO S/A, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de CAMPO GRANDE/MS. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, devendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 40 (quarenta), consignado por intermédio da Portaria nº 68, de 23 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 16 de março de 2012.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.476-SEI, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.046886/2018-96, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 31 (trinta e um) à União, a partir de 09/08/2018, da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de PALMAS/TO. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 30 (trinta), consignado por intermédio da Portaria nº 415, de 13 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 03 de maio de 2012.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.477-SEI, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.046891/2018-07, resolve:

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 21 (vinte e um) à União, a partir de 09/08/2018, da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de MACAPÁ/AP. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 20 (vinte), consignado por intermédio da Portaria nº 635, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 11 de junho de 2013.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.481-SEI, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 01250.017964/2018-45, resolve:

Acolher o disposto na Nota Técnica n.º 18000/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de aumento de potência interposto pela EMPRESA DE RADIODIFUSAO FM TUIUIU LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Dois Irmãos do Buriti, estado de Mato Grosso do Sul.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 1.482-SEI, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 01250.046526/2018-94, resolve;

Homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 25 (vinte e cinco) à União, a partir de 8 de agosto de 2018, da SPRING TELEVISÃO S/A, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de CUIABÁ/MT. Após o desligamento da transmissão analógica, a programação da emissora deixará de ser exibida no canal analógico, podendo ser transmitida em seu lugar a cartela informativa, permanentemente, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do desligamento, salvo quando estiver prevista a imediata utilização do canal analógico para a transmissão do sinal digital de outra entidade. Ressalta-se que a programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 24 (vinte e quatro), consignado por intermédio da Portaria nº 1577, de 22 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 4 de abril de 2018.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 24-SEI, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.030829/2015-44, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na tecnologia digital, no município de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 40 (quarenta), nos termos da Nota Técnica nº 348/2018/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

DESPACHO Nº 1.298-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.036350/2018-62, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SÃO GABRIEL, estado do RIO GRANDE DO SUL, utilizando o canal digital nº 16 (dezesseis), nos termos da Nota Técnica nº 15675/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.310-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.028695/2018-42, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de ATIBAIA, Estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 29 (vinte e nove), nos termos da Nota Técnica nº 15807/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.332-SEI, DE 20 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.057991/2015-18, resolve^:

Aprovar o local de instalação da estação digital em caráter secundário com a utilização dos equipamentos da COMUNICAÇÕES DUNAMIS LTDA - ME, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de FORTALEZA, estado do CEARÁ, utilizando o canal digital nº 40 (quarenta), nos termos da Nota Técnica nº 16184/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.348-SEI, DE 24 DE JULHO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.040013/2018-70, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de IMPERATRIZ, estado do Maranhão, utilizando o canal digital nº 20 (vinte), nos termos da Nota Técnica nº 16334/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.350-SEI, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.030655/2016-09, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV RIO SUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de VISCONDE DE MAUÁ, no município de RESENDE, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 28 (vinte e oito), nos termos da Nota Técnica nº 16380/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.363-SEI, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.057979/2015-03, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO CULTURA E VIDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de SALVADOR, estado da Bahia, utilizando o canal digital nº 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 16538/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 1.373-SEI, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.027578/2018-61, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TV SERRA AZUL LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de CUIABÁ, estado do Mato Grosso, com possibilidade de utilização do canal digital nº 47 (quarenta e sete) a partir do desligamento do sinal analógico na localidade, nos termos da Nota Técnica nº 16689/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DIRETORIA COLEGIADA

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.453-E, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O COORDENADOR DE GESTÃO DE PROCESSOS DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 01-E, publicada em D.O.U. em 21/02/2018; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título dos projetos audiovisuais relacionados abaixo.

09-0305 - de 'ANJOS DA LAPA' para 'LEGALIZE JÁ - AMIZADE NUNCA MORRE'

Processo: 01580.028763/2009-41

Proponente: FILMES MAIS LTDA

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 03.435.290/0001-94

12-0106 - de 'A MEMÓRIA É UM MÚSCULO DA IMAGINAÇÃO' para 'DESLEMBRO'

Processo: 01580.007671/2012-22

Proponente: Videofilmes Produções Artísticas Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 31.179.864/0001-46

14-0455 - de 'MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES' para 'LIVRE PENSAR - CINEBIOGRAFIA - MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES'

Processo: 01580.073858/2014-86

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Proponente: ANDALUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 28.330.561/0001-78
18-0333 - de 'AUTÊNTICAS - AS RAINHAS DA MÚSICA' para 'AUTÊNTICAS'
Processo: 01416.004455/2018-12
Proponente: POLAR FILMES, EVENTOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS LTDA EPP.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.708.048/0001-60
15-0157 - de '10 SEGUNDOS' para '10 SEGUNDOS PARA VENCER'
Processo: 01580.020989/2015-41
Proponente: TAMBELLINI FILMES E PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 29.269.719/0001-04
15-0464 - de 'CRUZADA' para 'CRÔNICA DE UMA CIDADE PARTIDA'
Processo: 01580.058496/2015-84
Proponente: INDUSTRIA IMAGINARIA EIRELI
Cidade/UF: Rio de Janeiro/ RJ
CNPJ: 30.120.265/0001-94
15-0584 - de 'INSPIRA BRASIL-SEGUNDA TEMPORADA' para 'INSPIRA.MOV BRASIL - SEGUNDA TEMPORADA'
Processo: 01580.068322/2015-20
Proponente: FILMART PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 64.044.886/0001-58
17-0351 - de 'JIU JITSU NA ESTRADA' para 'NA ESTRADA DO JIU JITSU'
Processo: 01416.018656/2017-16
Proponente: Atom Produções e Consultoria de Entretenimento Ltda.
Cidade/UF: Saquarema / RJ
CNPJ: 22.516.874/0001-39
Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação..

RAFAEL HALFELD DUTRA

RETIFICAÇÃO

No Despacho Decisório nº 2362-E de 03/08/2018, publicada no DOU nº. 151 de 07/08/2018, Seção 1, página 12, em relação ao projeto "TAINÁ - O DESENHO ANIMADO", para considerar o seguinte:
Onde se lê:
Proponente: JORGE OLIVEIRA DA SILVA COMUNIC CONSULT E MARKETING
Leia-se:
SINCROCINE PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

No Despacho Decisório nº 2322-E de 31/07/2018, publicada no DOU nº. 149 de 03/08/2018, Seção 1, página 15, em relação ao projeto "FUGA DE NATAL", para considerar o seguinte:
Onde se lê:
Proponente: LUMIO FILMES LTDA
Leia-se:
Proponente: L R M PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E DE EVENTOS LTDA.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 198, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:
Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 019 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:
1.COMUNIDADE ALEGRE, localizada no município São João do Lagoa/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 019, Registro nº 2.631 fl.053 - Processo nº 01420.102122/2018-99.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 199, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União nº 228, de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:
Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 019 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:
1.COMUNIDADE VEREDA, localizada no município Virgem da Lapa/MG, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 019, Registro nº 2.632 fl.054 - Processo nº 01420.102179/2018-98.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA Nº 264, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece o resultado final do Prêmio Funarte Para Circulação de Espetáculos Circenses - 2018

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004.
Considerando:
- a cláusula 7.1.14 do Edital do Prêmio Funarte Para Circulação de Espetáculos Circenses - 2018, resolve:
Art. 1º - Tornar público o seu resultado final.

Insc	Proponente	Concorrente	Título do Projeto	Cidade	UF
21	Fitacrepe Filmes e Artes Cênicas Ltda	Projeto Roda na Praça	Roda na Praça - Pé na Estrada	Manaus	AM
30	Artinerant's Produções Artísticas LTDA - EPP	Artinerant's Arte em Movimento	Vizinhos Pocket na Estrada	São Paulo	SP
36	Palhaços sem Fronteiras Brasil - PSFB	Cia Cromossomos	Riso Doce	São Paulo	SP
38	Centro de Desenvolvimento Criativo se Essa Rua Fosse Minha	Grupo Circense - Circo Escola Benjamin de Oliveira	Circo nas Aldeias	Rio de Janeiro	RJ
39	Dux Produções Artísticas LTDA - ME	Circo Dux	Circo depois da Escola	Rio de Janeiro	RJ
44	Associação Picolino de Artes do Circo	Cia Picolino	Solo Baiano - Bastidores	Salvador	BA
54	Circo no Ato Produções Culturais Ltda ME	Circo no Ato	Circo no Ato no Litoral	Rio de Janeiro	RJ
55	Rhythmus Produções Ltda ME	Cia Dalecirco	Dalecirco no Poente Catarinense	Florianópolis	SC
72	Boris Marques da Trindade Junior ME	Cia Brincantes de Circo	Tapioca em Cena	Recife	PE
76	Douglas Marinho do Amaral	Circo no Asfalto	10 anos de Circo no Asfalto	São Bernardo do Campo	SP
77	Lamarca Circo e Teatro Ltda/ME	Cia La Mala	Fábrica de Brinquedos	São Paulo	SP
81	AV Grupo Teatral Ltda.	Casa do Palhaço Produções	Arte com Bom Apetite	Florianópolis	SC
89	Delorean Produções Ltda	Cia Levianos	Circulação do Espetáculo Anjo Nú	São Paulo	SP
105	Circo do Mato - Grupo de Artes Cênicas	Circo do Mato - Grupo de Artes Cênicas	Encontro do Centro - Reencontro	Campo Grande	MS
130	Traços Aéreos Soluções para Artes do Circo Ltda - ME	Coletivo Instrumento de Ver	Circulação PORUMTRIZ	Brasília	DF
131	Agentz Produções Culturais	Liz Braga e Pedro Guerra - Coletivo na Esquina	Circulação Oteto - Seridó/RN	Belo Horizonte	MG
137	Nopok Produções Artísticas e Culturais LTDA - ME	Coletivo Nopok	Giro Carrilhão	Rio de Janeiro	RJ
143	Paola Musatti	Cia Pelo Cano	Show dela	São Paulo	SP
149	Adely Costantini Produções Artísticas Eireli	TrupeZarpando	Ausências	Rio de Janeiro	RJ
178	Fabricio de A. Sortica Produções	Coletivo Corpobolados	Circulação Espaço Arcabouço	Porto Alegre	RS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

STEPAN NERCESSIAN

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 535, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
182326 - A VERDADE
NITIREN PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.777.210/0001-04
Processo: 01400012843201846
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.746.695,03
Prazo de Captação: 15/08/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Ensaios, montagem e temporadas de espetáculo teatral A VERDADE, de Florian Zeller.

PORTARIA N° 536, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18, § 1º)
17 0419 - NOVA IGUAÇU ECOGRAFF
El Desierto Filmes Ltda
CNPJ/CPF: 05.617.531/0001-41
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/10/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 537, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
178126 - Cultivando a tradição e o folclore do Sul do Brasil - 2ª Edição
Grupo de arte e cultura Querencia Açoriana
CNPJ/CPF: 19.354.819/0001-85
Cidade: São José - SC;
Valor Reduzido: R$ 3.600,00
Valor total atual: R$ 396.015,60
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180404 - Noite Cultural Pontal da Figueira
Luci Jose da Costa Kirinus
CNPJ/CPF: 872.541.239-68
Cidade: Itapoá - SC;
Valor Reduzido: R$ 242,64
Valor total atual: R$ 128.587,12
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
179303 - 7º Festival do Japão do Rio Grande do Sul
Associação do Festival do Japão do Rio Grande do Sul
CNPJ/CPF: 19.695.098/0001-77
Cidade: Porto Alegre - RS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor Reduzido: R$ 179.831,20
Valor total atual: R$ 161.420,00
AREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
179673 - 150 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul
Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Raquari
CNPJ/CPF: 06.284.383/0001-53
Cidade: Ilópolis - RS;
Valor Reduzido: R$ 32.780,00
Valor total atual: R$ 352.657,60

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
162246 - Trio Independente
Califórnia Produções e Edições Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.099.264/0001-03
Cidade: Salvador - BA;
Valor Reduzido: R$ 34.968,59
Valor total atual em: R$ 1.157.711,41

PORTARIA N° 538, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração da razão social do proponente do projeto "SERGIO REIS - CORAÇÃO ESTRADEIRO" - PRONAC 16-0443, publicado na portaria n.º 0444 de 01/08/2016, no D.O.U de 02/08/2016:

Onde se lê: ROBERTA &¨DANIELA RITMOS DE DANÇA LTDA - ME

Leia-se: REKRIARTE PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 539, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o § 9º do art. 1º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas RECONSIDERADAS da reprovação por parte da análise técnica, necessitando da análise financeira, no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal e do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, conforme anexo III.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo IV.

Art. 5º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 6º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
10-11625	MÚSICA INSTRUMENTAL EM MOVIMENTO 2011	TELOS EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA	07.623.232/0001-45	O Projeto Cultural MÚSICA EM MOVIMENTO realizará, em março de 2011, três grandes encontros do público riograndense com a música instrumental de orquestra e violões, através da união dos artistas César Oliveira e Rogério Melo com a Orquestra de Sopro Eintracht. Os Shows realizar-se-ão nos dias 13, 20 e 27 de março, nas cidades de Frederico Westphalen, Cachoeira do Sul e São Pedro do Sul, respectivamente.	R$ 546.920,00	R$ 483.000,00
12-6947	União & Indústria: uma história para o futuro	FUNDACAO MUSEU MARIANO PROCOPIO - MAPRO	07.768.170/0001-60	A Fundação Museu Mariano Procópio, dando continuidade as comemorações dos 150 anos da inauguração da Estrada União & Indústria realizará uma exposição, no Espaço Cultural dos CORREIOS Juiz de Fora, onde será apresentada, através de seu acervo, a trajetória da Estrada e dos pioneiros empreendedores da História de Juiz de Fora e de Minas Gerais. O projeto em questão está aprovado no Edital Correios 2012.	R$ 64.154,00	R$ 64.154,00
10-0622	Midrash Centro Cultural - Programacão Artistica	Centro de Estudos e Cultura Midrash	11.152.344/0001-32	O objetivo do projeto é realizar a programação de atividades culturais do MIDRASH Centro Cultural, no Rio de Janeiro, através da realização das seguintes atividades: Apresentações musicais instrumentais de um Ciclo de Pianistas e de um Ciclo de Cordas; Apresentações teatrais de Leituras Dramáticas e Interpretações no Ciclo Literário; Realização de uma Mostra de Cinema; Realização de uma exposição sobre Portinari e a edição do catálogo da exposição.	R$ 935.974,60	R$ 756.886,88
14-2694	Trágica.3	Leme Produções Artísticas Ltda	57.806.200/0001-53	Trágica.3 é uma montagem construída a partir da releitura dos três mitos: Antígona, Medéia e Electra. Em uma versão contemporânea. O processo de construção desta trilogia iniciou-se no ano de 2010, com a criação do espetáculo "Rock Antygona" e prosseguiu com um estudo continuado sobre as heroínas trágicas Medéia e Electra. Este projeto prevê a montagem e circulação do espetáculo Trágica.3 pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo horizonte e Brasília.Estão previstas 110 apresentações.	R$1.742.290,00	R$ 990.000,00
11-7318	CAMINHOS DO BRASIL	Marcelo Mario de Oliveira Design ME	04.158.340/0001-04	Trata-se de uma publicação que tem como objetivo mapear e delinear cada uma das quatro principais e mais extensas Rodovias Federais do Brasil, mostrando os percursos, as características físicas, além das cidades principais, povoados, paisagens, pontos turísticos, atrações naturais e até mesmo obras da engenharia.	R$ 257.844,00	R$ 257.844,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
12-4580	PINTURA EXPANDIDA	EDITORA DE LIVROS COBOGO LTDA. - ME	08.929.767/0001-01	Proposta de publicação de um livro de arte, a partir de uma pesquisa minuciosa sobre os novos conceitos da Pintura que, ao romper os limites da tinta sobre a tela, ganha outros espaços e suportes redesenhando a sua própria trajetória como num campo expandido. Serão apresentados artistas como Daniel Senise, Leda Catunda, Delson Uchôa, Rodrigo Andrade, Caetano de Almeida, Mônica Nador, Luiz Zerbini, Tiago Rocha Pitta, dentre outros.	R$ 333.895,00	R$ 333.895,00
11-9732	Prêmio BDMG INSTRUMENTAL - XII	INSTITUTO CULTURAL BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE M GERAIS	25.462.177/0001-30	É um premio dado a quatro compositores de música instrumental. Os músicos interessados em receber o apoio inscrevem-se com duas musicas autorais inéditas, gravadas em CD e uma música de um compositor brasileiro. A seleção é feita por duas comissões formadas por músicos e críticos de musicas. Na seleção serão 18 apresentações em 3 dias e os 4 vencedores do Prêmio BDMG INSTRUMENTAL XII irão fazer apresentações individuais de junho a setembro de 2012.	R$ 223.620,00	R$ 223.620,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
10-7476	ImageMagica - 2011	ImageMagica	04.159.753/0001-03	O Projeto ImageMagica 2011 visa realizar exposições de fotografias resultantes de workshops de fotografia e documentário fotográfico que serão desenvolvidas em 07 (sete) localidades e espaços comunitários. Através de parcerias com escolas, hospitais, associações comunitárias ou culturais, entre outros, localizados em cidades espalhadas pelo Brasil. Trata-se de projeto que objetiva dar continuidade ao Projeto ImageMagica, aprovado no ano de 2009 e que está em fase de execução.	R$ 611.802,00	R$601.000,00
11-9489	25ª Oktoberfest de Igrejinha	Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha	94.725.306/0001-59	Promover apresentações de Bandas e Orquestras Típicas alemãs, grupos de danças étnicas germânicas, intervenções circenses e espetáculo de circo na 25ª Oktoberfest de Igrejinha com objetivo de atingir um público de 60.000 pessoas de todas as faixas etárias e camadas sociais.	R$ 653.940,00	R$ 273.520,00
12-1630	A Arte e a Cultura em Não-Me-Toque Edição 2012	JULIO CESAR GLENZEL ME	03.958.438/0001-75	Será realizada programação extritamente cultural: Grupos de danças(holandesas, alemãs, ítalo-brasileiro, Unegro e CTG Galpão Amigo - danças tradicionais praticadas no RS), espetáculos circenses e teatral:"Tholl"-Oficina Permanente de Técnicas Circenses, Circo Vostok e Teatro do Bebé, Orquestra de Teutônia, Bandas instrumentais(instrumental e erudito), Coral municipal, Banda Marcial Municipal (instrumental),valorizando e solidificando a cultura com entrada franca em toda programação.	R$ 337.220,00	R$ 247.823,00

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
11-14678	21º Festa do Peixe - atividades culturais	Camara dos Dirigentes Lojistas do Balneario Arroio do Silva	04.281.151/0001-16	Promover as atividades culturais da 21º Festa do Peixe na cidade de Balneário Arroio do Silva com o intuito de valorizar e preservar o patrimônio cultural da região. São realizados atividades de artes integradas, dança, teatro, música erudita/instrumental e exposições de artesanato.	R$ 429.400,00	R$ 87.424,51	R$ 87.424,51
13-2352	Retratos Culturais - Ponta Grossa	Clarissa Hellena Rocha	070.408.259-45	Pretende-se desenvolver um trabalho de registro fotográfico e textos na cidade de Ponta Grossa (PR), a fim de perceber o legado e influência cultural das etnias formadoras da cidade (imigrantes europeus, índios e quilombolas), e verificar nas escolas da cidade de que modo está presente essa história e mescla cultural. Como resultado, o livro "Retratos Culturais - Ponta Grossa", cujas fotografias e textos promovam um resgate histórico-cultural e o relacionem com a educação escolar no município.	R$ 253.330,00	R$ 50.666,00	R$ 50.666,00

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 1.196, DE 31 DE JULHO DE 2018

Autoriza a alienação de bem imóvel próprio nacional administrado pelo Comando do Exército à Fundação Habitacional do Exército (FHE), delega competência para representação nos atos pertinentes, e dá outras providências.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, combinado com o art. 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 e o inciso I do art. 20 da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, a Lei 5.651, de 11 de dezembro de 1970, tendo em vista os § 2º e 3º do art. 30, da Lei nº 6.855, de 1980, modificada pela Lei nº 7.059, de 1982, a Portaria nº 217/SPU, de 16 de agosto de 2013, e o que facultam os art. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e os art. 1º e 2º do Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, de acordo com que propõe o Departamento de Engenharia e Construção (DEC), ouvido o Estado-Maior do Exército (EME), e considerando que:

a. o Plano Estratégico do Exército (PEEx) e o Plano Básico de Construção do Exército (PBC) prevêem diversas gestões de interesse do Exército, referentes ao patrimônio imobiliário da União, sob sua administração, dentre elas a necessidade de aquisição e construção de imóveis (quartéis, próprios nacionais residenciais, e outros), de interesse da Força Terrestre nas diversas Unidades da Federação;

b. para consecução dessas gestões poderão ser disponibilizados bens imóveis ou frações sob sua administração, que não mais atendam suas necessidades precípuas objetivando a aquisição de outros bens imóveis a construir, especialmente aquartelamentos;

c. o imóvel objeto de alienação e de interesse da FHE não atende mais às necessidades precípuas de utilização pelo Comando do Exército (Cmdo Ex), tendo em vista ser incompatível com o uso futuro, qualificando-o plenamente para o fim alienatório almejado;

d. a FHE manifestou interesse em adquirir o imóvel próprio nacional cadastrado como RJ 01-0399, no estado de conservação em que se encontra, para consecução de seus objetivos, primordialmente para execução de empreendimento imobiliário de interesse da família militar; e

e. a FHE anuiu em promover as edificações de interesse do Cmdo Ex no município do Rio de Janeiro, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação do imóvel próprio nacional cadastrado como RJ 01-0399, com área de 7.892,06 m^2 (sete mil, oitocentos e noventa e dois vírgula seis metros quadrados), denominado Área D, situado na Rua Gen Sezefredo, esquina com a Rua Pedro Gomes, Bairro Realengo, Rio de Janeiro-RJ, matriculado sob nº 149.721, no 4º Ofício do Registro de Imóveis na mesma comarca, avaliado a preço de mercado em R$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais) e negociado em R$ 10.450.000,00 (dez milhões quatrocentos e cinquenta mil reais), mediante permuta por edificações a construir com a FHE, para promover a construção de aquartelamento de interesse do Cmdo Ex, preferencialmente no Estado do Rio de Janeiro, a fim de atender ao 11º Batalhão de Polícia do Exército (11º BPE);

Art. 2º Determinar que a construção das edificações seja executada de acordo com o padrão da Diretoria de Obras Militares (DOM), compreendendo os projetos básicos de engenharia, especificações técnicas e orçamento, bem como toda infraestrutura necessária, a serem disponibilizados àquela Fundação;

Art. 3º Conceder à FHE o prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de firmação do contrato de promessa de permuta, para edificar as construções acima citadas, conforme Plano de Aplicação de Recursos (PAR) aprovado pelo DEC, independentemente do PBC;

Art. 4º Transferir a propriedade do imóvel para a FHE, tão logo seja disponibilizada a garantia ofertada na modalidade Título da Dívida Pública (art. 56, § 1º, I, II,III e 5º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) já manifestada, devendo tal instrumento compor o processo alienatório e constar em cláusula do contrato de permuta a ser firmado;

Art. 5º Delegar competência ao Chefe do DEC para representar o Comandante do Exército no ato de formalização da alienação autorizada no art.1º desta Portaria, bem como para a assinatura do respectivo contrato; uma vez ultimado o processo alienatório do imóvel, por intermédio da 1ª Região Militar, encaminhar cópia do referido instrumento à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, informando-a da alienação realizada por força do que dispõe a Lei 5.651, de 11 de dezembro de 1970, a fim de que promova seu controle e atualização no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet);

Art. 6º Designar o DEC como Órgão de Direção Setorial supervisor;

Art. 7º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação e por um período de até 5 (cinco) anos; e

Art. 8º Revogar a Portaria do Comandante do Exército nº 990, de 15 de agosto de 2016.

Gen Ex EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Educação

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DO PARECER CNE/CES 481/2018

Reunião Ordinária dos dias 6, 7, 8 E 9 do mês de agosto/2018
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Processo: 23000.012839/2012-38 Parecer: CNE/CES 481/2018 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: União Educacional do Norte Ltda. - Rio Branco/AC Assunto: Cumprimento de determinação judicial. Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 884, de 29 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 30 de dezembro de 2016, deferiu parcialmente o pedido de aumento de vagas do curso de graduação em Direito, bacharelado, do Instituto de Ensino Superior do Acre (IESACRE), com sede no município de Rio Branco, no estado do Acre. (Ação Judicial nº 1012502-41.2018.4.01.3400) Voto da relatora: Em observância à Decisão Judicial constante no âmbito da Ação Ordinária nº 1012502-41.2018.4.01.3400, e nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 884, de 29 de dezembro de 2016, que deferiu parcialmente o pedido de aumento de vagas para o curso de graduação em Direito, bacharelado, do Instituto de Ensino Superior do Acre (IESACRE), com sede na Travessa Ponta Porã, nº 100, bairro José Augusto, no município de Rio Branco, no estado do Acre Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Brasília, 14 de agosto de 2018.
THAÍS NINÔMIA PASSOS
Secretária-Executiva
Substituta

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a aprovação para a Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre realizar visita técnica internacional ao Instituto Politécnico de Castelo Branco e ao Instituto Cervantes para busca de parcerias nas áreas de pesquisa, ensino e extensão e assinar protocolo de intenções in loco com a Universidad de Salamanca.

O Presidente Substituto do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 12 da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, nomeado pela portaria nº 634 de 07 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 87 de 08 de maio de 2018, seção 2, considerando o deliberado na 23ª Reunião Ordinária do Conselho Superior, no dia 27/07/2018; o que consta no inciso III, do artigo 9º e no artigo 39, da Resolução CONSU/IFAC n° 045, de 12/08/2016, que aprova o Regimento Interno do Conselho Superior; e o Processo nº 23244.008730/2018-29; considerando ainda:

a) o Art. 5º da Portaria MEC Nº 404 de 23 de abril de 2009, que dispõe sobre a subdelegação de competência aos órgãos colegiados superiores dos Ifet;

b) o inciso XXX do Art. 7º da Resolução Consu/Ifac nº 045/2016 - Regimento Interno do Conselho Superior;

resolve:

Art. 1º AUTORIZAR a Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre a realizar visita técnica internacional ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, em Portugal, e o Instituto Cervantes, em Madrid, Espanha, além de assinar protocolo de intenções com a Universidad de Salamanca, também da Espanha, no período de 15/09/2018 a 22/09/2018.

Art. 2º Esta Resolução deve ser publicada no Diário Oficial da União, Boletim de Serviço e no Portal do Ifac.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

LUÍS PEDRO DE MELO PLESE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO

PORTARIA Nº 1.471, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Substituto do Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Portaria IFTM nº 284 de 17/02/2017, publicada no DOU de 24/02/2017, e Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, resolve:

I - Alterar no Quadro de Funções da Portaria IFTM-Reitoria nº 1.332 de 21/08/2017, DOU de 23/08/2017, a função abaixo:

SITUAÇÃO ATÉ 31/07/2018		SITUAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2018	
DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Coordenação do Curso Técnico em Comércio - *Campus* Ituiutaba	FUC-001	Função Comissionada de Coordenação de Curso	FUC-001

II - Incluir no Quadro de Funções da Portaria IFTM-Reitoria n° 1.332 de 21/08/2017, DOU de 23/08/2017, a função abaixo:

SITUAÇÃO ATÉ 31/07/2018		SITUAÇÃO A PARTIR DE 01/08/2018	
DENOMINAÇÃO ANTIGA	Código Função	NOVA DENOMINAÇÃO	Código Função
Função Comissionada de Coordenação de Curso	FUC-001	Coordenação do Curso Técnico em Alimentos - *Campus* Uberaba	FUC-001

III - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

JOSÉ ANTÔNIO BESSA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA N° 545, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO
(Autorização de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201702716	DIREITO (Bacharelado)	90 (noventa)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE UBERABA (4048)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DR. ODILON FERNANDES (CNPJ: 19062231000158)	RUA RONAN MARTINS MARQUES, 487, SANTA MARIA, UBERABA/MG
2	201703266	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO CENTRAL PROFESSOR APPARECIDO DOS SANTOS (3719)	UNIAO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL LTDA (CNPJ: 00720144000112)	QUADRA SMPW QUADRA 3 CONJUNTO 1, 11, SETOR DE MANSÕES PARK WAY, BRASÍLIA/DF
3	201700971	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FADERGS (1863)	FADERGS - FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL LTDA. (CNPJ: 02247214000192)	AVENIDA SERTÓRIO, 5310, UNIDADE SERTÓRIO, JARDIM LINDÓIA, PORTO ALEGRE/RS
4	201602747	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAVIP WYDEN (827)	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA S/A (CNPJ: 02738361000165)	AVENIDA ADJAR DA SILVA CASE, 800, INDIANÓPOLIS, CARUARU/PE
5	201702952	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC (165)	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA (CNPJ: 02271913000178)	RUA GUSTAVO RAMOS SEHBE, 107, CINQÜENTENÁRIO, CAXIAS DO SUL/RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6	201701704	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO (2662)	SOCIEDADE CIVIL CONSERVATORIO BRASILEIRO DE MUSICA (CNPJ: 33113663000171)	RUA SÍLVIO FONTES, 225, SENADOR CAMARÁ, RIO DE JANEIRO/RJ
7	201702909	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	ESTÁCIO FATERN - FACULDADE ESTÁCIO DO RIO GRANDE DO NORTE (3526)	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DE EXCELENCIA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA (CNPJ: 07494877000125)	RUA DR HERNANY HUGO GOMES, 90, CAPIM MACIO, NATAL/RN
8	201709089	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE ANGLICANA DE ERECHIM (516)	LEGIAO DA CRUZ DE ERECHIM (CNPJ: 89436620000181)	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 44, CENTRO, ERECHIM/RS
9	201701585	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE LIMEIRA (344)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	RUA CLARINO PEIXOTO DE OLIVEIRA, 280, JARDIM MARIA BRUSHI MODENEIS, LIMEIRA/SP
10	201701571	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE SANTA BÁRBARA (351)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1450, 2º DISTRITO INDUSTRIAL, SANTA BÁRBARA D´OESTE/SP
11	201608299	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE CAPITAL FEDERAL (7854)	FEDERAL EDUCACIONAL LTDA. (CNPJ: 17238945000149)	AVENIDA VIDA NOVA, 166, JARDIM MARIA ROSA, TABOÃO DA SERRA/SP
12	201709064	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	FACULDADE CATÓLICA CAVANIS DO SUDOESTE DO PARÁ (7438)	SOCIEDADE EDUCACIONAL CATOLICA DO OESTE DO PARA (CNPJ: 08799102000120)	RUA NOVO PROGRESSO, 59, RUI PIRES DE LIMA, NOVO PROGRESSO/PA
13	201506737	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS E EMPREENDEDORISMO (2083)	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE SANTO ANTONIO DE JESUS S/C - EPP (CNPJ: 04696652000163)	AVENIDA BARROS E ALMEIDA, 107, CENTRO, SANTO ANTÔNIO DE JESUS/BA
14	201607010	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS E DA SAÚDE (3216)	UNIC EDUCACIONAL LTDA (CNPJ: 14793478000120)	AVENIDA PAULO CEZAR PEREIRA ARANDA, 241, JARDIM RIVA, PRIMAVERA DO LESTE/MT
15	201700559	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (2043)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO EXTREMO SUL DA BAHIA LTDA (CNPJ: 02611487000174)	RODOVIA BR 101 KM 808, 1130, PRÉDIO, SANTO ANTONIO DO MONTE, ITAMARAJU/BA
16	201607015	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DELTA (2841)	IUNI EDUCACIONAL - UNIME SALVADOR LTDA (CNPJ: 03395289000183)	AV. LUIZ VIANA, 3172, IMBUI, SALVADOR/BA
17	201700422	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE SÃO VICENTE (1322)	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA. (CNPJ: 71549984000102)	AVENIDA CAPITÃO MOR AGUIAR, 798, CENTRO, SÃO VICENTE/SP
18	201700367	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA ALTO MÉDIO SÃO FRANCISCO (1428)	FUNDACAO EDUCACIONAL ALTO MEDIO SAO FRANCISCO (CNPJ: 20533295000179)	AV. JEFFERSON GITIRANA, 1422, CÍCERO PASSOS, PIRAPORA/MG
19	201500694	ACUPUNTURA (Sequencial)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EM SAÚDE CIEPH (3467)	CIEPH - CENTRO INTEGRADO DE ESTUDOS E PESQUISA DO HOMEM LTDA - ME (CNPJ: 01174568000191)	AV. ENGENHEIRO MAX DE SOUZA, 952, COQUEIROS, FLORIANÓPOLIS/SC
20	201703156	PEDAGOGIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA (470)	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA. (CNPJ: 02608755000107)	AV. SENADOR SOUZA NAVES, 1715, CRISTO REI, CURITIBA/PR
21	201702969	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS (135)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES, S/N, QUADRA C1-A , NOVA OURINHOS, OURINHOS/SP
22	201807987	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÃO LUÍS (1894)	UB UNISAOLUIS EDUCACIONAL S.A (CNPJ: 03186792000129)	RUA GRANDE / OSWALDO CRUZ, 1455, DIAMANTE, SÃO LUÍS/MA
23	201808207	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IDEAL WYDEN (390)	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA (CNPJ: 02696435000148)	TRAVESSA TUPINAMBÁS, 461, ENTRE AS RUAS MUNDURUCUS E PARIQUIS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
24	201709256	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE MARIO SCHENBERG (1745)	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DE SAO PAULO LTDA - CESUSP (CNPJ: 05844842000143)	ESTRADA MUNICIPAL WALTER STEURER, 1.413, GRANJA VIANA, COTIA/SP
25	201701769	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE META (4008)	UNIAO EDUCACIONAL META LTDA - ME (CNPJ: 04952095000102)	ESTRADA ALBERTO TORRES, 947, FACULDADE META, PAZ, RIO BRANCO/AC
26	201608465	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE METROPOLITANA DE MARABÁ (2121)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARABA LTDA (CNPJ: 07333953000110)	ROD. BR 230 KM 05, 000, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
27	201702390	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE NORTE CAPIXABA DE SAO MATEUS (685)	EMPRESA NORTE CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA - ME (CNPJ: 08289984000184)	RODOVIA OTHOVARINO DUARTE SANTOS, S/N, RESIDENCIAL PARK WASHINGTON, SÃO MATEUS/ES
28	201701846	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO DE PIRACICABA (809)	LICEU CORACAO DE JESUS (CNPJ: 60463072000105)	RUA BOA MORTE, 1835, CENTRO, PIRACICABA/SP
29	201702871	FARMÁCIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SANTO ANTONIO (1512)	SEEA-SOCIEDADE DE ESTUDOS EMPRESARIAIS DE ALAGOINHAS LTDA (CNPJ: 05423928000100)	RUA CONSELHEIRO JUNQUEIRA, 00, RUA DO CATU, ALAGOINHAS/BA
30	201607948	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE JUAZEIRO (3218)	SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO SAO FRANCISCO LTDA - ME (CNPJ: 16682807000191)	RUA PARAÍSO, 800, SANTO ANTÔNIO, JUAZEIRO/BA
31	201702464	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SOCIESC DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (2349)	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA (CNPJ: 84684182000157)	AVENIDA SANTA CATARINA, 151, BAIRRO DOS ESTADOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC
32	201700546	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU FORTALEZA (4321)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	RUA GERMANO FRANCK, 567, PARANGABA, FORTALEZA/CE
33	201701155	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU NATAL (1280)	SOCIEDADE EDUCACIONAL CARVALHO GOMES LTDA (CNPJ: 06083327000150)	AVENIDA PRUDENTE DE MORAIS, 3510, LAGOA NOVA, NATAL/RN
34	201600723	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE UNIRB - PARNAÍBA (4297)	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DO PIAUI & CIA S/S - ME (CNPJ: 10682209000136)	CONJUNTO MORADA UNIVERSIDADE, 51, PIAUÍ, PARNAÍBA/PI
35	201600730	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIRB - PARNAÍBA (4297)	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DO PIAUI & CIA S/S - ME (CNPJ: 10682209000136)	CONJUNTO MORADA UNIVERSIDADE, 51, PIAUÍ, PARNAÍBA/PI
36	201608501	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNIVERSUS VERITAS DE BELO HORIZONTE (724)	SER EDUCACIONAL S.A. (CNPJ: 04986320000113)	RUA CAXAMBU, 83, LAGOINHA, BELO HORIZONTE/MG
37	201808596	LETRAS - ESPANHOL E LITERATURA HISPÂNICA (Licenciatura)	30 (trinta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (4177)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (CNPJ: 09341233000122)	RUA CONSELHEIRO DIANA, 650, KENNEDY, JAGUARÃO/RS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

38	201808124	LETRAS - PORTUGUÊS E LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	30 (trinta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (4177)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (CNPJ: 09341233000122)	RUA CONSELHEIRO DIANA, 650, KENNEDY, JAGUARÃO/RS
39	201701157	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (1742)	FUNORTE FACULDADES UNIDAS DO NORTE MINAS LTDA (CNPJ: 25205162000197)	AVENIDA OSMANE BARBOSA, 11.111, JK, MONTES CLAROS/MG
40	201709149	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ACRE (149)	UNIAO EDUCACIONAL DO NORTE LTDA (CNPJ: 04515940000174)	BR 364, KM 2, ALAMEDA HUNGRIA, 200, JARDIM EUROPA II, RIO BRANCO/AC
41	201703118	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MÚLTIPLO (1320)	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR MULTIPLO S/C LTDA - EPP (CNPJ: 05379062000170)	AVENIDA BOA VISTA, 700, PARQUE SÃO FRANCISCO, TIMON/MA
42	201700480	DIREITO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO SUPERIOR (3644)	UNIAO EDUCACIONAL DO VALE DO ACO LTDA (CNPJ: 01757902000130)	RUA JOÃO PATRÍCIO ARAÚJO, 179, VENEZA, IPATINGA/MG
43	201608447	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	SOBRESP - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (5894)	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O ENSINO E PESQUISA LTDA - ME (CNPJ: 05067943000155)	RUA APPEL, 520, CENTRO, SANTA MARIA/RS

PORTARIA N° 546, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO
(Reconhecimento de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201603997	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	90 (noventa)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo (1967)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	RUA AFONSO CELSO, 235, , VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
2	201603685	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUTÔNOMO DO BRASIL (734)	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL LTDA. (CNPJ: 02741457000182)	RUA KONRAD ADENAUER, 442, , TARUMÃ, CURITIBA/PR
3	201603973	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICO DE VITÓRIA (226)	INSPETORIA SAO JOAO BOSCO (CNPJ: 33583592000170)	AVENIDA VITÓRIA, 950, , FORTE SÃO JOÃO, VITÓRIA/ES
4	201609571	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS (1694)	IPADE - INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO LTDA. (CNPJ: 04102843000150)	RUA PRINCESA ISABEL, 1920, - DE 995/996 AO FIM, CENTRO, FORTALEZA/CE
5	201709376	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA (2080)	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA LTDA (CNPJ: 91109660000160)	RUA MARECHAL FLORIANO, 1229, - DE 1241/1242 AO FIM, PIO X, CAXIAS DO SUL/RS
6	201604571	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (84)	UNIAO DINAMICA DE FACULDADES CATARATAS UDC LTDA (CNPJ: 01208350000100)	RUA CASTELO BRANCO, 349, , CENTRO, FOZ DO IGUAÇU/PR
7	201609530	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB (1037)	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA (CNPJ: 00422333000109)	QNN31, S/N, LOTE B,C,D & E, CEILÂNDIA, BRASÍLIA/DF
8	201709829	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE (1611)	SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL DO AMAZONAS S.A. - SODECAM (CNPJ: 63692180000130)	RUA HUASCAR DE FIGUEIREDO, 290, CENTRO, MANAUS/AM
9	201709623	CONTROLE DE OBRAS (Tecnológico)	200 (duzentas)	Centro Universitário Eniac (1647)	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA (CNPJ: 04167858000104)	RUA FORÇA PÚBLICA, 89, CENTRO, GUARULHOS/SP
10	201709412	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário Fanor Wyden (334)	ADTALEM EDUCACIONAL DO BRASIL S/A (CNPJ: 03681572000171)	AVENIDA BEZERRA DE MENEZES, 1277, - DE 552 A 1550 - LADO PAR, SÃO GERARDO, FORTALEZA/CE
11	201607937	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário FBV Wyden (1727)	FBV - FACULDADE BOA VIAGEM S.A. (CNPJ: 11405837000137)	AVENIDA JEAN EMILE FAVRE, 422, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
12	201708615	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário IBMEC (1101)	GRUPO IBMEC EDUCACIONAL S.A (CNPJ: 04298309000160)	AVENIDA ARMANDO LOMBARDI, 940, - LADO PAR, BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
13	201708943	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTEGRADO DE CAMPO MOURÃO (783)	CEI - CENTRO EDUCACIONAL INTEGRADO LTDA (CNPJ: 79264628000154)	RODOVIA BR 158 KM 207, S/N, , JARDIM BATEL, CAMPO MOURÃO/PR
14	201610232	FARMÁCIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador (1144)	ABES - SOCIEDADE BAIANA DE ENSINO SUPERIOR LTDA (CNPJ: 32697294000149)	RUA DOS MARÇONS, 364, CIDADE DA LUZ, PITUBA, SALVADOR/BA
15	201709832	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA (740)	INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA (CNPJ: 93005494000188)	RUA CORONEL JOAQUIM PEDRO SALGADO, 80, TERREO, RIO BRANCO, PORTO ALEGRE/RS
16	201507150	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS (924)	SOCIEDADE DE EDUCACAO RITTER DOS REIS LTDA. (CNPJ: 87248522000195)	RUA ORFANOTRÓFIO, 555, , ALTO TERESÓPOLIS, PORTO ALEGRE/RS
17	201609802	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA (667)	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR (CNPJ: 62881099000135)	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, , SANTANA, SÃO PAULO/SP
18	201604073	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SETE DE SETEMBRO (714)	EDUCADORA SETE DE SETEMBRO LTDA (CNPJ: 07240328000124)	RUA ALMIRANTE MAXIMIANO DA FONSECA, 1395, , ENG. LUCIANO CAVALCANTE, FORTALEZA/CE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19	201604251	SAÚDE COLETIVA (Bacharelado)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA (2617)	ASSOCIACAO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES (CNPJ: 09993940000101)	AVENIDA PORTUGAL, 584, UNIVERSITÁRIO, CARUARU/PE
20	201607877	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO (473)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA. (CNPJ: 43767540000108)	RUA ANTONIO AFONSO DE TOLEDO, 595, TÉRREO, JARDIM SUMARÉ, ARAÇATUBA/SP
21	201609611	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE RIO CLARO (1655)	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA. (CNPJ: 51793826000196)	RUA SETE, 1193, , CENTRO, RIO CLARO/SP
22	201602159	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE BAURU (3727)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AVENIDA MOUSSA NAKHL TOBIAS, 3-33, PARQUE RESIDENCIAL DO CASTELO, BAURU/SP
23	201604281	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SOROCABA (2880)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AVENIDA DOUTOR ARMANDO PANNUNZIO, S/N, , ITANGUÁ, SOROCABA/SP
24	201709024	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS (3205)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AVENIDA FERNANDO OSÓRIO, 2.301, , TRÊS VENDAS, PELOTAS/RS
25	201709023	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS (3205)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AVENIDA FERNANDO OSÓRIO, 2.301, , TRÊS VENDAS, PELOTAS/RS
26	201603926	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DO RIO GRANDE (3206)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	AV AVENIDA RHEINGANTZ, 91, , VILA TRIÂNGULO, RIO GRANDE/RS
27	201708521	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZÔNIA (2735)	SOCIEDADE PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO CIENCIA E CULTURA DO XINGU E AMAZONIA (CNPJ: 06255254000137)	AVENIDA JOÃO PESSOA, , - DE 1015/1016 A 1747/1748, CATEDRAL, ALTAMIRA/PA
28	201708522	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO XINGU E AMAZÔNIA (2735)	SOCIEDADE PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO CIENCIA E CULTURA DO XINGU E AMAZONIA (CNPJ: 06255254000137)	AVENIDA JOÃO PESSOA, , - DE 1015/1016 A 1747/1748, CATEDRAL, ALTAMIRA/PA
29	201607617	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA (1755)	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ITUVERAVA (CNPJ: 45332194000160)	RUA CORONEL FLAUZINO BARBOSA SANDOVAL, 1259, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ITUVERAVA/SP
30	201708973	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE VALENÇA (58)	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DA COSTA DO DENDE LTDA - ME (CNPJ: 15307521000163)	LOTEAMENTO RITA DE CÁSSIA, S/N, , GRAÇA, VALENÇA/BA
31	201708695	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANÁ (3348)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIENCIAS DO NORTE DO PARANA LTDA - ME (CNPJ: 07724708000134)	RUA CÂNDIDO BERTIER FORTES C/MANOEL RIBAS, 2178, , CENTRO, PARANAVAÍ/PR
32	201710676	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA FTEC (2784)	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA (CNPJ: 02271913000178)	RUA JÚLIO DE CASTILHOS, 517, , CENTRO, NOVO HAMBURGO/RS
33	201709056	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	70 (setenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA LA SALLE - ESTRELA (2338)	SOCIEDADE PORVIR CIENTIFICO (CNPJ: 92741990000137)	RUA TIRADENTES, 401, CENTRO, ESTRELA/RS
34	201607560	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TERMOMECÂNICA (695)	FUNDACAO SALVADOR ARENA (CNPJ: 59107300000117)	ESTRADA DOS ALVARENGAS, 4001, ALVARENGA, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
35	201708519	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA TERMOMECÂNICA (695)	FUNDACAO SALVADOR ARENA (CNPJ: 59107300000117)	ESTRADA DOS ALVARENGAS, 4001, ALVARENGA, SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP
36	201708801	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DO NORTE GOIANO (5082)	CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DO NORTE GOIANO LTDA - ME (CNPJ: 07538863000166)	RUA 06, 21, ESQUINA COM A RUA 01, SETOR LESTE, PORANGATU/GO
37	201609034	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO SUDESTE MINEIRO (1052)	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA. (CNPJ: 06099229000101)	AVENIDA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, 3180, LOJA 01, 02 E 03 DO ED. SAINT PIETRO, SÃO MATEUS, JUIZ DE FORA/MG
38	201604437	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ENIAC (1633)	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA (CNPJ: 04167858000104)	RUA FORÇA PÚBLICA, 89, , CENTRO, GUARULHOS/SP
39	201607657	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE ESTÁCIO DE SÁ DE OURINHOS (135)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	AVENIDA LUIZ SALDANHA RODRIGUES, S/N, QUADRA C1-A , NOVA OURINHOS, OURINHOS/SP
40	201507852	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	Faculdade Ideal Wyden (390)	SOCIEDADE EDUCACIONAL IDEAL LTDA (CNPJ: 02696435000148)	TRAVESSA TUPINAMBÁS, 461, ENTRE AS RUAS MUNDURUCUS E PARIQUIS, BATISTA CAMPOS, BELÉM/PA
41	201708537	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE MATER DEI (1898)	COLEGIO MATER DEI LTDA (CNPJ: 78243599000181)	RUA MATO GROSSO, 200, CENTRO, PATO BRANCO/PR
42	201708538	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE MATER DEI (1898)	COLEGIO MATER DEI LTDA (CNPJ: 78243599000181)	RUA MATO GROSSO, 200, CENTRO, PATO BRANCO/PR
43	201708730	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE MONTES BELOS (1524)	CENTRO EDUCACIONAL MONTES BELOS LTDA (CNPJ: 04907186000118)	AVENIDA HERMÓGENES COELHO, 340, SETOR UNIVERSITÁRIO, SÃO LUÍS DE MONTES BELOS/GO
44	201604180	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE PITÁGORAS (1422)	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA (CNPJ: 03239470000109)	AVENIDA PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, 4.157, , SÃO FRANCISCO, BELO HORIZONTE/MG
45	201708906	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE TEIXEIRA DE FREITAS (1599)	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (CNPJ: 38733648000140)	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK, 3000, BR 101 KM 879,4, BELA VISTA, TEIXEIRA DE FREITAS/BA
46	201709711	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS CAMPO-GRANDENSES (2069)	FUNDACAO EDUCACIONAL UNIFICADA CAMPOGRANDENSE (CNPJ: 42257543000139)	ESTRADA DA CAROBA, 685, , CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO/RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

47	201605405	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU (2570)	ASSOCIACAO RANIERI DE EDUCACAO E CULTURA LTDA (CNPJ: 59998849000149)	RUA RODOLFINA DIAS DOMINGUES, 11, QUINTA RANIERI, JARDIM FERRAZ, BAURU/SP
48	201709417	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE UNIÃO BANDEIRANTE (875)	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A (CNPJ: 04310392000146)	RUA LUIZ FAGUNDES, 1.680, PICADAS DO SUL, SÃO JOSÉ/SC
49	201709477	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS (1082)	UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO E CULTURA LTDA. (CNPJ: 02959800000160)	AVENIDA LUIZ TARQUÍNIO PONTES, 600, , CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA
50	201709804	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	Faculdade Unirb - Parnaíba (4297)	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DO PIAUI & CIA S/S - ME (CNPJ: 10682209000136)	LOTEAMENTO MORADA DOS VENTOS, S/Nº, UNIRB - PARNAIBA - NOVA SEDE, SABIAZAL, PARNAÍBA/PI

PORTARIA Nº 547, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO
(Reconhecimento de Cursos)

N.° de ordem	Registro e-MEC n°	Curso	N° vagas totais anuais	IES (Código)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201506668	ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (4177)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (CNPJ: 09341233000122)	AV. TIARAJÚ, 810, , IBIRAPUITA, ALEGRETE/RS
2	201709489	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (2017)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA (CNPJ: 10783898000175)	RUA JOSÉ ANTONIO DA SILVA, 300, JARDIM OÁSIS, CAJAZEIRAS/PB
3	201709455	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (5520)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL (CNPJ: 10673078000120)	RUA ÂNGELO MELÃO, 790, , JARDIM DAS PAINEIRAS, TRÊS LAGOAS/MS
4	201607744	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO (1948)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE SAO PAULO (CNPJ: 10882594000165)	RUA AMÉRICO AMBRÓSIO, 269, , JARDIM CANAÃ, SERTÃOZINHO/SP
5	201708642	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (1469)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (CNPJ: 10792928000100)	AVENIDA SETE DE SETEMBRO, 1975, , CENTRO, MANAUS/AM
6	201709365	AGRONOMIA (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (2507)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO MARANHAO (CNPJ: 10735145000194)	AVENIDA DOS CURIÓS, S/N, VILA ESPERANÇA, SÃO LUÍS/MA
7	201708631	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ (4724)	INSTITUTO FEDERAL DO PARANA (CNPJ: 10652179000115)	RODOVIA PR 323, SENTIDO GUAIRA, , , PARQUE INDUSTRIAL, UMUARAMA/PR
8	201709382	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (3169)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA (CNPJ: 10662072000158)	LINHA 7 DE SETEMBRO, S/N - BR 386 - KM 40, , , ZONA RURAL, FREDERICO WESTPHALEN/RS
9	201709726	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	SOBRESP - Faculdade de Ciências da Saúde (5894)	SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O ENSINO E PESQUISA LTDA - ME (CNPJ: 05067943000155)	RUA APPEL, 520, , CENTRO, SANTA MARIA/RS
10	201708578	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIÃO DAS FACULDADES DOS GRANDES LAGOS (289)	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR (CNPJ: 56569197000139)	RUA EDUARDO NIELSEN, 960, , JARDIM AEROPORTO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
11	201708866	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DE VASSOURAS (352)	FUNDACAO EDUCACIONAL SEVERINO SOMBRA (CNPJ: 32410037000184)	AVENIDA EXPEDICIONÁRIO OSWALDO DE ALMEIDA RAMOS, 280, BLOCO 7, CENTRO, VASSOURAS/RJ
12	201709010	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA (699)	CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR (CNPJ: 23689763000197)	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 100, QUADRA 12, MARANHÃO NOVO, IMPERATRIZ/MA
13	201709012	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE DO CEUMA - UNICEUMA (699)	CEUMA-ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR (CNPJ: 23689763000197)	RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 100, QUADRA 12, MARANHÃO NOVO, IMPERATRIZ/MA
14	201600274	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (1466)	FUNDACAO DAS ESCOLAS UNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE (CNPJ: 84953579000105)	AVENIDA CASTELO BRANCO, 170, UNIVERSITÁRIO, LAGES/SC
15	201600425	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (4195)	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL (CNPJ: 86445293000136)	AV. JOSÉ ACÁCIO MOREIRA, 787, DEHON., 787, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - UNISUL, DEHON, TUBARÃO/SC
16	201600428	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA (4195)	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL (CNPJ: 86445293000136)	RUA PREFEITO REINOLDO ALVES, 25, - ATÉ 763/764, PASSA VINTE, PALHOÇA/SC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17	201607669	PSICOLOGIA (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ (240)	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA (CNPJ: 34075739000184)	RUA BINGEN, 50, PETRÓPOLIS, BINGEN, PETRÓPOLIS/RJ
18	201708705	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (691)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (CNPJ: 24464109000148)	BR 104 - NORTE, KM 85, S/Nº, -, RIO LARGO/AL
19	201603252	SAÚDE COLETIVA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (582)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (CNPJ: 24134488000108)	RUA DO ALTO DO RESERVATÓRIO, S/N, BELA VISTA, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO/PE
20	201610384	ENGENHARIA AGRONÔMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (1462)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS (CNPJ: 45358058000140)	RODOVIA LAURI SIMÕES DE BARROS , KM 12, , , ARARAÇÚ, BURI/SP
21	201602298	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (1040)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA (CNPJ: 25648387000118)	AVENIDA JOÃO NAVES DE ÁVILA, 2121, , SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
22	201602314	ENGENHARIA ELETRÔNICA E DE TELECOMUNICAÇÕES (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (1040)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA (CNPJ: 25648387000118)	AVENIDA PROFESSOR JOSÉ INÁCIO DE SOUZA, 1958, , BRASIL, UBERLÂNDIA/MG
23	201708551	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (1474)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA (CNPJ: 34868257000181)	RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N, KM 2, ZERÃO, MACAPÁ/AP
24	201708625	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (1323)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO (CNPJ: 06279103000119)	AVENIDA DOS PORTUGUESES, 1966, , VILA BACANGA, SÃO LUÍS/MA
25	201708577	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (995)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (CNPJ: 75095679000149)	RUA JAGUARIAÍVA, 512, CAIOBÁ, MATINHOS/PR
26	201505412	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (774)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (CNPJ: 33663683000116)	RUA ALOISIO DA SILVA GOMES, 50, , GRANJA DOS CAVALEIROS, MACAÉ/RJ
27	201608755	METEOROLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (2042)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (CNPJ: 24365710000183)	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 3000, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, LAGOA NOVA, NATAL/RN
28	201709801	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (8440)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA - UNIFESSPA (CNPJ: 18657063000180)	FOLHA 17, QUADRA 04, S/N, LOTE ESPECIAL, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
29	201709656	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (8440)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA - UNIFESSPA (CNPJ: 18657063000180)	FOLHA 17, QUADRA 04, S/N, LOTE ESPECIAL, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
30	201708940	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (8440)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA - UNIFESSPA (CNPJ: 18657063000180)	FOLHA 17, QUADRA 04, S/N, LOTE ESPECIAL, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
31	201609881	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE (466)	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE (CNPJ: 60967551000150)	AVENIDA BRASIL, 1.220, , JARDIM GUANABARA, CAMPINAS/SP
32	201608092	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	88 (oitenta e oito)	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (1131)	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA (CNPJ: 75101873000190)	ESTRADA DOS PIONEIROS, 3.131, JARDIM MORUMBI, LONDRINA/PR

PORTARIA Nº 548, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As renovações de reconhecimento a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO
(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	200806797	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RUA TENENTE FLORÊNCIO PUPO NETO, 300, JARDIM AMERICANO, LINS/SP
2	200809615	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS	AESA ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS S/S LTDA.	AVENIDA DURVAL DE GÓES MONTEIRO, Nº 4.354, TABULEIRO DOS MARTINS, MACEIÓ/AL
3	200812440	DIREITO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO REGIONAL UNIVERSITÁRIO DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	FUNDACAO PINHALENSE DE ENSINO	AVENIDA HÉLIO VERGUEIRO LEITE, S/N, JARDIM UNIVERSITÁRIO, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL/SP
4	200812616	DIREITO (Bacharelado)	350 (trezentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAO SOCIAL FRANCISCANA	AVENIDA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, Nº 218, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, BRAGANÇA PAULISTA/SP
5	200813866	DIREITO (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO 511 4º ANDAR, CENTRO, NITERÓI/RJ
6	200901604	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PLANALTO DE ARAXÁ	FUNDACAO CULTURAL DE ARAXA	AV. MINISTRO OLAVO DRUMMOND, Nº 05, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SÃO GERALDO, ARAXÁ/MG
7	201100549	DIREITO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADES UNIFICADAS DE LEOPOLDINA	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 635, CENTRO, LEOPOLDINA/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8	201101499	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA - ESTÁCIO BRASÍLIA	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
9	201101908	DIREITO (Bacharelado)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA	CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA.	AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO
10	201102598	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE METROPOLITANA DE CAMAÇARI	ASSOCIACAO EDUCATIVA E CULTURAL DE CAMACARI	AVENIDA JORGE AMADO, S/N, PONTO CERTO, CAMAÇARI/BA
11	201103465	DIREITO (Bacharelado)	1.040 (mil e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.	AV. FRANCISCO RODRIGUES FILHO, 1233, MOGILAR, MOGI DAS CRUZES/SP
12	201115842	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE LUTERANA RUI BARBOSA	ASSOC DO INSTITUTO VOCACIONAL E ASSIST RUI BARBOSA	RUA D PEDRO, 1151, CENTRO, MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
13	201217140	SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS	FUNDACAO EDUCACIONAL COMUNITARIA DE S S PARAISO MG	AVENIDA WENCESLAU BRAS, 1018, PAVIMENTOS TÉRREO E SUPERIOR, LAGOINHA, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG
14	201349272	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE SÃO SEBASTIÃO	INSTITUTO DE ENSINO SAO SEBASTIAO LTDA	RUA AGRIPINO JOSÉ DO NASCIMENTO, 177, VILA AMÉLIA, SÃO SEBASTIÃO/SP
15	201350861	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	BR 425, KM 2,5, S/N, JARDIM DAS ESMERALDAS, GUAJARÁ-MIRIM/RO
16	201350969	ELETROTÉCNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	25 (vinte e cinco)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO,CIENCIA E TECNOLOGIA DO PARA	AVENIDA ALMIRANTE BARROSO, 1155, MARCO, BELÉM/PA
17	201360855	LOGÍSTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA	RODOVIA JOÃO BEIRA - SP 95, KM 46,5, MODELO, AMPARO/SP
18	201360903	LOGÍSTICA (Tecnológico)	65 (sessenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BARRA MANSA	SOBEU - ASSOCIAÇÃO BARRAMANSENSE DE ENSINO	RUA VEREADOR PINHO DE CARVALHO, 267, CENTRO, BARRA MANSA/RJ
19	201360955	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE UNIVERSUS VERITAS GUARULHOS	SOCIEDADE PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA S/S LTDA	PRAÇA TEREZA CRISTINA, Nº 88, CENTRO, GUARULHOS/SP
20	201360969	JORNALISMO (Bacharelado)	32 (trinta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	AVENIDA RORAIMA 1000, CAMOBI, SANTA MARIA/RS
21	201360979	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	AVENIDA JUIZ DE FORA 110, GRANJA BETÂNIA, JUIZ DE FORA/MG
22	201360996	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	AVENIDA DOS PORTUGUESES 1966, VILA BACANGA, SÃO LUIZ/MA
23	201361180	PSICOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	AVENIDA VISCONDE DO RIO BRANCO, S/N CENTRO, NITERÓI/RJ
24	201402356	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES DOCTUM DE GUARAPARI	INSTITUTO ENSINAR BRASIL	RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 3535, MUQUIÇABA, GUARAPARI/ES
25	201412709	LOGÍSTICA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE PARAÍSO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL SOUZA GRAFF S/S LTDA	RUA VISCONDE DE ITAÚNA, Nº 2.671, PARAÍSO, SÃO GONÇALO/RJ
26	201419037	EDUCAÇÃO FÍSICA (bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL BRASILEIRA - MACEIÓ	INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR AVANCADO	AVENIDA MENINO MARCELO, 7600 SERRARIA, MACEIÓ/AL

PORTARIA Nº 549, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa,, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, ofertados pela Universidade de Taubaté (UNITAU), mantida pela Universidade de Taubaté (CNPJ: 45.176.153/0001-22), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais, nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, do curso neste ato reconhecido, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10, § 4º do Decreto nº 9.235, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual o curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO
(Renovação de Reconhecimento EaD)

ORDEM	PROCESSO e-MEC	CURSO (GRAU)	VAGAS TOTAIS ANUAIS
1	201811074	GEOGRAFIA (LICENCIATURA)	1.195 (MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO)
2	201811075	HISTÓRIA (LICENCIATURA)	1.195 (MIL, CENTO E NOVENTA E CINCO)
3	201811076	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	1.695 (MIL, SEISCENTAS E NOVENTA E CINCO)
4	201811077	GESTÃO COMERCIAL (TECNOLÓGICO)	1.125 (MIL, CENTO E VINTE E CINCO)
5	201811078	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (TECNOLÓGICO)	1.125 (MIL, CENTO E VINTE E CINCO)
6	201811079	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	1.125 (MIL, CENTO E VINTE E CINCO)

PORTARIA Nº 550, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de Procedimento Sancionador com decisão de arquivamento de pedido de credenciamento e de autorização de curso de Medicina em desfavor do mantenedor Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. (código 16258). Processo SEI nº 23000.013384/2017-82

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o disposto no art. 63, 71 e 73, II, do Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 70/2018/CGSO-TECNICOS/DISUP/SERES, DETERMINA:

Art. 1º A instauração de procedimento sancionador com decisão de arquivamento do pedido de credenciamento e de autorização do curso de Medicina (processo SEI nº 23000.013384/2017-82), vinculado ao funcionamento de futura mantida denominada IMEPAC ITUMBIARA, em desfavor do mantenedor Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. (código e-MEC nº 16258);

Art. 2º A aplicação de penalidade ao mantenedor Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. (código e-MEC nº 16258) de proibição de protocolização de novos processos de credenciamento pelo prazo de dois anos, contado da data de publicação desta Portaria da Secretaria da Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) nos termos dos arts. 74 e 76, § 2º do Decreto nº 9.235/2017, bem como do art. 28 da Portaria MEC nº 315/2018;

Art. 3º A aplicação, em face do supracitado mantenedor, de medida cautelar de interrupção imediata das atividades irregulares de oferta do curso de Medicina em Itumbiara/GO pela entidade IMEPAC ITUMBIARA;

Art. 4º A aplicação, em face do supracitado mantenedor, de medida cautelar de cancelamento do processo seletivo 2018 (vestibular) para ingresso no referido curso de Medicina e de abstenção do recebimento das mensalidades dos alunos cursantes;

Art. 5º A aplicação, em face do supracitado mantenedor, de medida cautelar de comunicação aos alunos do IMEPAC ITUMBIARA sobre a interrupção do curso de Medicina e os motivos que a ensejaram, de forma clara e precisa, indicando corretamente as determinações desta Portaria;

Art. 6º A aplicação, em face do supracitado mantenedor, de medida cautelar de desativação do sítio eletrônico criado em 18/05/2018 e registrado sob o domínio imepacitumbiara.com.br;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 7º A aplicação, em face da mantida Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC (e-MEC nº 19512), de medida cautelar de proibição de convalidação ou aproveitamento de estudos realizados no IMEPAC ITUMBIARA para ingresso no curso de Medicina ofertado em Araguari nos termos do art. 78 do Decreto nº 9.235/2017, bem como do art. 31 da Portaria MEC nº 315/2018;

Art. 8º A divulgação por parte do supracitado mantenedor da presente decisão a todo o corpo discente, docente e técnico-administrativo de sua mantida Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos - IMEPAC (e-MEC nº 19512), por meio de aviso junto à secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como via mensagem destacada, clara e ostensiva na página principal de seu sítio eletrônico (http://imepac.edu.br/), esclarecendo as determinações da Portaria, inclusive as medidas cautelares, divulgação essa que deverá perdurar até a conclusão do presente processo administrativo, o que deve ser comprovado à SERES, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da IES sobre a publicação da Portaria.;

Art. 9º A designação da Coordenação-Geral de Supervisão da Educação Superior para a condução do processo; e

Art. 10. A notificação ao supracitado mantenedor da decisão, assim como da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação - CNE no prazo de 30 (trinta) dias, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 30, § 1º da Portaria MEC nº 315/2018.a

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 551 DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a instauração de Procedimento Sancionador em face do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), com vistas à aplicação de penalidades previstas no art. 73, II, do Decreto 9.235/2017. Processo n° 23000.037321/2016-31.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o disposto no art. 63, 71 e 73, II, do Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 65/2018/CGSO-TECNICOS/DISUP/SERES, DETERMINA:

Art. 1º. A instauração de procedimento sancionador para aplicação das penalidades previstas no art. 73, inciso II, do Decreto nº 9.235/2017, em face do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), mantido pelo Instituto Mineiro de Acupuntura e Massagem Ltda. (cód. 1663), inscrito sob o CNPJ nº 03.204.242/0001-95.

Art. 2º. A aplicação, em face do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), de medida cautelar administrativa de suspensão de novos ingressos de estudantes, em todos os cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu ofertados diretamente pela IES ou por meio de parceria com outras pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3º - A aplicação, em face em face do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), de medida cautelar de sobrestamento dos processos regulatórios que tenha protocolado junto à Seres, bem como de proibição de protocolização de novos processos regulatórios, nos termos do art. 63, incisos V e VI do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 4º. A aplicação, em face do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), de medida cautelar de suspensão da possibilidade de celebrar novos contratos de Financiamento Estudantil (FIES) e de participação em processo seletivo para oferta de bolsas do Programa Universidade para Todos (Prouni), bem como restrição à participação no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Art. 5º. As medidas cautelares vigerão até a conclusão do Processo Administrativo nº 23000.037321/2016-31 ou até decisão posterior em contrário dessa Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Art. 6º. A notificação do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552), na forma dos arts. 71, parágrafo único; e 63, § 2º, do Decreto nº 9.235, sobre a possibilidade de apresentação de defesa no prazo de até 15 (quinze) dias, e sobre a possibilidade de apresentação de recurso ao CNE quanto à medida cautelar, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 7º. A divulgação por parte do Instituto Superior de Ciências da Saúde- INCISA (cód. 2552) da presente decisão ao seu corpo discente, docente e técnico-administrativo, por meio de aviso junto à secretaria ou órgão equivalente, por sistema acadêmico eletrônico, bem como mensagem clara e ostensiva na página principal de seu sítio eletrônico (www.incisaimam.com.br) e nas páginas de seus parceiros, esclarecendo as determinações da Portaria, inclusive as medidas cautelares, divulgação essa que deverá perdurar até a conclusão do presente processo administrativo, e em jornal de grande circulação, de preferência local, o que deve ser comprovado à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação da IES sobre a publicação da Portaria.

Art.8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 552, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de descredenciamento da Faculdade Afirmativo - FAFI (cód. e-MEC nº. 1072), mantida pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (código e-MEC nº 748), e a desativação de seus cursos. Processo administrativo de supervisão nº 23123.000881/2016-43.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14/03/2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15/12/2006 e a Portaria nº 315, de 2018, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 71/2018/CGSO-TECNICOS/DISUP/SERES, determina:

(i) A aplicação da penalidade de descredenciamento à Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), mantida pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (código e-MEC nº 748), e a desativação de seus cursos, nos termos do art. 73, inciso II, alínea d, do Decreto nº 9.235 de 2017.

(ii) O cumprimento, por parte do Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), das seguintes obrigações, nos termos do art. 57 do Decreto nº 9.235, de 2017 e da Portaria nº 315, de 2018.

I - vedação de ingresso de novos estudantes;

II - entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes no prazo máximo de seis meses.

(iii) A responsabilização do Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748) pela guarda e gestão do acervo acadêmico da Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, respondendo o seu representante legal, nos termos da legislação civil e penal, inclusive nas hipóteses de negligência ou da utilização fraudulenta do acervo.

(iv) Na hipótese de transferência da responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico a outra IES devidamente credenciada, o Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748) deverá encaminhar a esta Secretaria termo de transferência e aceite por parte da IES receptora, na pessoa de seu representante legal, que será integralmente responsável pela guarda dos documentos e registros acadêmicos dos estudantes e dos cursos ofertados pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria nº 315, de 2018.

(v) O encaminhamento, a esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Seres, pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), no prazo de até trinta dias, de informação sobre a localização do acervo acadêmico, a qual deverá constar em seu sítio eletrônico, nos termos da Portaria nº 315, de 2018.

(vi) A identificação e o cancelamento imediato, pela Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), mantida pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), de eventuais diplomas expedidos de cuja análise fique evidenciada a sua irregularidade a partir da identificação de uma das seguintes situações, entre outras, que violem o marco regulatório educacional:

a) oferta de educação superior sem o devido ato autorizativo;

b) oferta de educação superior em desconformidade com os atos autorizativos da IES, entre eles o quantitativo de vagas autorizadas para os seus cursos de graduação e o local autorizado para a oferta;

c) terceirização de atividade finalística educacional, sob quaisquer designações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, na oferta de educação superior;

d) convalidação ou aproveitamento irregular de estudos ofertados por instituições credenciadas ou não para a oferta de educação superior, sob quaisquer denominações, incluindo cursos livres equivocadamente caracterizados como de extensão, para acesso à educação superior;

e) diplomação de estudantes cuja formação tenha ocorrido em desconformidade com a legislação educacional;

f) expedição de diplomas de alunos não declarados no Censo da Educação Superior.

(vii) A publicização, pela Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), mantida pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748) da lista de eventuais diplomas cancelados com nome, curso, e CPF do discentes no em jornal de grande circulação no estado de origem da IES e em jornal de grande circulação nacional, em jornal local de grande circulação e no sítio eletrônico da IES, devendo tal informação estar disponível em sua página principal pelo período mínimo de doze meses, e o encaminhamento ao MEC, no mesmo prazo de trinta dias, de comprovação do cumprimento desta medida .

(viii) Serão considerados regulares apenas os diplomas expedidos e registrados em nome de estudantes que tenham concluído cursos de graduação na IES em conformidade com os dados constantes do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

(ix) A publicização, pela Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), mantida pelo Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), de forma ostensiva e permanente em seu sítio eletrônico pelo período mínimo de doze meses, e em jornal de grande circulação, de preferência local, no mínimo por três vezes.

(x) A notificação da Faculdade Afirmativo - FAFI (código e-MEC nº 1072), e de sua mantenedora, o Instituto de Educação Bom Jesus de Cuiabá - EPP (Cód. e-MEC nº 748), da presente decisão e da possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação - CNE, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017.

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 553, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e a Instrução Normativa nº 2, de 24 de outubro de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 506/2018/DIAN/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, exarada nos autos do Processo nº 23123.001713/2010-80., resolve:

Art. 1º. Fica INDEFERIDA a proposta de TERMO DE AJUSTE DE GRATUIDADE protocolado pelo Centro de Estudos Unificados Bandeirante - CEUBAN, CNPJ nº 02.837.041/0001-62, por contrariar requisitos legais constantes da Instrução Normativa nº 2, de 24 de outubro de 2013.

Art. 2º. Caso discorde da decisão de indeferimento, a entidade terá o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da decisão, para apresentar recurso, tendo em vista assegurar as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, nos termos estabelecidos no art. 11, §1º, da Instrução Normativa nº 2, de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 554, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo I, conforme análise contida nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Serão arquivados os processos relacionados no Anexo II, nas hipóteses previstas no art. 59 do Decreto nº 8.242, de 2014, e/ou no art. 24, § 3º, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade, contendo informações sobre as bolsas de estudo e respectivos demonstrativos contábeis e financeiros.

Art. 4º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

ANEXO I

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	01.587.609/0001-71	SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	Goiânia /GO	23000.009849/2012-96	653/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
2	30.802.391/0001-29	LAR ESCOLA SAO JUDAS TADEU	Belford Roxo/RJ	23000.000059/2016-79	159/2018	Renovação	23/01/2016 a 22/01/2021

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3	57.734.915/0001-48	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SÃO JOSÉ	Santos/SP	23000.041974/2016-14	1181/2018	Concessão	3 (três) anos
4	22.737.647/0001-33	CRECHE COMUNITARIA MAE TRABALHADORA	Betim/MG	23000.054924/2016-05	1186/2018	Concessão	3 (três) anos
5	17.257.510/0001-41	CONGREGACAO DE SAO JOAO BATISTA	Belo Horizonte/MG	23000.023040/2015-10	949/2018	Renovação	01/01/2016 a 31/12/2018
6	30.597.876/0001-28	SOCIEDADE ESPIRITA FRATERNIDADE	Niterói / RJ	23000.001137/2015-71	1128/2018	Renovação	16/12/2015 a 15/12/2018
7	52.636.891/0001-70	CENTRO DE PROMOCAO SOCIAL CARMEN MENDES CONCEICAO	São Paulo/SP	71000.001720/2015-25	1134/2018	Concessão	3 (três) anos
8	48.987.861/0001-31	ASSOCIACAO DE EDUCACAO DO HOMEM DE AMANHA	Salto/SP	23000.031402/2016-27	1270/2018	Renovação	19/08/2016 a 18/08/2019
9	88.662.077/0001-78	ASS BEN EDC CUL C IR S J BATISTA E STA CAT S M	Curitiba/PR	23000.004687/2017-12	1096/2018	Renovação	11/08/2014 a 10/08/2017
10	17.711.599/0001-74	INSTITUTO IMACULADA CONCEICAO	Barbacena/MG	23000.011101/2012-53	690/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015
11	92.706.308/0001-75	UNIAO SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO E ENSINO	Porto Alegre/RS	23000.009888/2012-93	1262/2018	Renovação	01/01/2013 a 31/12/2015

ANEXO II

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do(s) Processo(s) Arquivado(s)	Nota Técnica
1	30.597.876/0001-28	SOCIEDADE ESPIRITA FRATERNIDADE	Niterói / RJ	23000.052493/2016-34	1128/2018

PORTARIA Nº 555, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, publicadas em 22 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.056759/2014-51 e a Nota Técnica nº 298/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento do curso de graduação em Direito, bacharelado (96277), ministrado pela Faculdade de Direito Unidade Guarapari - Fadig (2511), localizada no município de Carapicuíba/SP, mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A (14514).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 160 (cento e sessenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 556, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, publicadas em 22 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.009775/2015-35 e a Nota Técnica nº 297/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de reconhecimento, do curso de graduação em Direito, bacharelado (1130272), ministrado pela Faculdade Estácio de Carapicuíba - Estácio Carapicuíba (4169), localizada no município de Carapicuíba/SP, mantida pelo Centro Educacional Nossa Cidade Ltda (2617).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 100 (cem) para 140 (cento e quarenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 557, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, publicadas em 22 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.038691/2016-95 e a Nota Técnica nº 294/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica indeferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Direito, bacharelado (66397), ministrado pela Faculdade Promove de Belo Horizonte - Promove (2450), localizada no município de Belo Horizonte/MG, mantida pela Única Educacional Ltda (14675).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 558, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, publicadas em 22 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.037177/2016-32 e a Nota Técnica nº 293/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de renovação de reconhecimento, do curso de graduação em Direito, bacharelado (21151), ministrado pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE (1422), localizado no município de Manaus/AM, mantido pela Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S.A. - Sodecam (656).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 400 (quatrocentas) para 560 (quinhentas e sessenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 559, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista o tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e suas alterações, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e considerando o processo nº 23000.002686/2016-44 e a Nota Técnica nº 253/2018-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato de Renovação de Reconhecimento, do curso de graduação em Fisioterapia (53869), bacharelado, ministrado pela Faculdade Estácio de Alagoas - Estácio FAL (1298), localizada no município de Maceió/AL, mantida pela IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental LTDA (545).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 200 (duzentas) para 250 (duzentas e cinquenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

PORTARIA Nº 560, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no processo e-MEC 201353756, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de autorização para oferta do curso superior de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, com 150 (cento e cinquenta) vagas totais anuais, pleiteado pela Faculdade Master de Parauapebas - FAMAP, código 15079, mantida pela Sociedade de Ensino Superior Master S/S Ltda. - ME, com sede no município de Paraupebas, no Estado do Pará.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIO JOSÉ CECCHI

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 3.899, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014.

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto nas Resoluções ns. 4.192, de 1º de março de 2013, 4.679 e 4.680, ambas de 31 de julho de 2018, e na Circular nº. 3.398, de 23 de julho de 200, resolve:

Art. 1º Passam a vigorar, a partir da data-base de agosto de 2018, as novas versões do Leiaute e das Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço eletrônico http://www.bcb.gov.br/?INFOL.

Art. 2º Foram realizadas as seguintes modificações:

I - nas Instruções de preenchimento:

a) na Tabela 003 - Contas:

1. alteração do nome das contas 890.50.01 e 890.50.02;

2. alteração da descrição da função das contas 111.92.02, 111.92.06, 111.94.03.02, 111.94.04.03, 111.94.04.04, 890.50.01, 890.50.02, 530.08 e seção V-D;

3. exclusão de citação normativa das contas 510.03, 520.04, 520.05, 526.02, 530.07, 530.10, 530.16, 530.17, 530.18, 535.05; 540.07, 550.12, 550.13, 560.05, 560.06, 570.05, 570.06, 570.07, 570.10, 600.05, 605.05, 610.01, 620.06, 620.07, 640.01, 640.02, 640.03, 650.01, 650.02, 650.03, 660.01, 660.02 e 660.03;

4. exclusão das contas 111.92.02.01, 111.92.02.02, 111.92.06.01, 111.92.06.01.01, 111.92.06.01.02, 111.92.06.01.02.01, 111.92.06.02, 111.94.03.01, 111.94.04.01.01.04, 111.94.04.01.01.06, 111.94.04.01.01.07;

5. inclusão das contas 111.92.06.03, 111.92.06.03.01, 111.92.06.03.01.01, 111.92.06.03.01.02, 111.92.06.03.01.03, 111.92.06.03.02, 120.01.03, 120.01.03.01, 120.01.03.02;

6. inclusão de citação normativa nas contas 520.02 e 520.05.

II -no Leiaute:

a) na Tabela 003 - Contas:

1. exclusão das contas 111.92.02.01, 111.92.02.02, 111.92.06.01, 111.92.06.01.01, 111.92.06.01.02, 111.92.06.01.02.01, 111.92.06.02, 111.94.03.01, 111.94.04.01.01.04, 111.94.04.01.01.06;

2. inclusão das contas 111.92.06.03, 111.92.06.03.01, 111.92.06.03.01.01, 111.92.06.03.01.02, 111.92.06.03.01.03, 111.92.06.03.02, 120.01.03, 120.01.03.01, 120.01.03.02.

3. alteração do nome das contas 890.50.01 e 890.50.02;

b) na Tabela 005 - Percentuais aplicáveis ao capital:

1. exclusão do código 98.

2. inclusão dos códigos 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 e 41.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CARTA CIRCULAR Nº 3.900, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece procedimentos para remessa de informações sobre o detalhamento de cálculo do Indicador Liquidez de Longo Prazo (NSFR), de que trata a Resolução nº 4.616, de 30 de novembro de 2017, e a Circular nº 3.869, de 19 de dezembro de 2017, por meio do documento 2170 - Demonstrativo do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (DLP).

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, com base no art. 77, inciso III, do referido Regimento, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.616, de 30 de novembro de 2017 e na Circular nº 3.869, de 19 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º As instituições enquadradas no Segmento 1 (S1), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, devem remeter ao Banco Central do Brasil, a partir da data-base de outubro de 2018, as informações de que trata a Circular nº 3.869, de 19 de dezembro de 2017, por meio do documento 2170 - Demonstrativo do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (DLP) e demais características, nos termos do Anexo a esta Carta Circular.

Parágrafo único. Para as instituições integrantes de conglomerado prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), a remessa de que trata o caput deve ser efetuada com base em informações consolidadas.

Art. 2º Devem ser registrados e mantidos atualizados no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), de que trata a Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002, os dados referentes ao empregado apto a responder a eventuais questionamentos sobre as informações fornecidas nos termos desta Carta Circular.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN

ANEXO - CARACTERÍSTICAS DO DLP:

Código do documento: 2170

Nome do documento: Demonstrativo do Indicador de Liquidez de Longo Prazo (DLP)

Instituições obrigadas à remessa: Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil enquadradas no Segmento 1 (S1), nos termos do art. 2º da Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017.

Periodicidade da remessa: Mensal

Data-base de apuração: Último dia útil de cada mês

Data-limite para remessa:

I - Data-base de outubro de 2018: até o dia 1º (primeiro) de fevereiro de 2019

II - Data-base de novembro de 2018: até o dia 11 (onze) de fevereiro de 2019

III - Data-base de dezembro de 2018: até o dia 21 (vinte e um) de fevereiro de 2019

IV - Data-base de janeiro de 2019 e seguintes: até o dia 5 do segundo mês seguinte ao da correspondente data-base.

As informações do detalhamento contábil referentes aos atributos "detalhamentoCosif", "codigoCosif" e "saldoCosif", conforme especificado nos Leiautes, passam a ser obrigatórias:

I - A partir da data-base de março de 2019: para as subcontas dos grupos 6.1.1, 6.1.7.2, 6.1.7.3, 6.1.7.4, 6.2.1, 6.2.7.2, 6.2.7.3, 6.2.7.4, 7.1.1, 7.1.7.2, 7.1.7.3, 7.1.7.6, 7.1.7.8.1, 7.2.1, 7.2.7.2, 7.2.7.3, 7.2.7.6 e 7.2.7.8.1;

II - A partir da data-base de junho de 2019: para as subcontas dos grupos 7.1.2.1.1, 7.1.2.1.4, 7.1.2.2, 7.1.3, 7.1.7.5, 7.2.2.1.1, 7.2.2.1.4, 7.2.2.2, 7.2.3. e 7.2.7.5;

III - A partir da data-base de setembro de 2019: para as subcontas dos grupos 6.1.6, 6.1.7.1.1, 6.1.7.1.2, 6.2.6, 6.2.7.1.1, 6.2.7.1.2, 7.1.6. 7.1.7.1.1, 7.2.6. e 7.2.7.1.1;

IV - A partir da data-base de dezembro de 2019: para as subcontas dos grupos 6.1.2, 6.1.3, 6.1.4, 6.1.5, 6.1.7.5, 6.2.2, 6.2.3, 6.2.4, 6.2.5, 6.2.7.5, 7.1.5, 7.1.7.7, 7.1.7.8.2, 7.1.8, 7.2.5, 7.2.7.7, 7.2.7.8.2 e 7.2.8;

V - A partir da data-base de março de 2020: para as subcontas dos demais grupos.

Unidade responsável pela Curadoria: Desig.

Forma de remessa: Meio eletrônico.

Sistema para remessa: Sistema de Transferência de Arquivos (STA), disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço https://sta.bcb.gov.br/sta/, na forma da Carta Circular nº 3.588, de 18 de março de 2013.

Formato para remessa: XML (eXtensible Markup Language).

Validação da remessa: Antecipada

Esquema de validação da remessa: XSD (XML Schema Definition).

Elementos adicionais para remessa: Instruções de preenchimento, Leiautes, Esquemas de Validação XSD e Programa validador disponíveis na página do Banco Central do Brasil na internet, no endereço http://www.bcb.gov.br/?INFOL.

Registro do empregado indicado para responder a questionamentos: Módulo "Vínculos - Inclusão - Responsável por Envio de Informações" do Unicad.

Endereço eletrônico para solução de dúvidas sobre:

I - a remessa do documento: dlp-envio@bcb.gov.br;

II - o preenchimento do documento: dlp-preenchimento@bcb.gov.br.

BANCO DO BRASIL S/A

BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.
BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A.

(Subsidiária integral da BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE FEVEREIRO DE 2018

I. DATA, HORA, LOCAL: Em quinze de fevereiro de dois mil e dezoito, às dezoito horas, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A. (CNPJ 11.159.426/0001-09; NIRE: 5330001069-2), na Sede Social da Empresa, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Bloco B, 3º andar, Ed. Banco do Brasil - Brasília (DF). II. PRESENÇA: BB Seguridade Participações S.A., única acionista, representada por seu Diretor, Sr. Werner Romera Süffert, o qual assinou o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. III. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. IV. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Antonio Rugero Guibo, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A., que, ao instalar a Assembleia, convidou o Sr. Rafael Alves Barbosa da Silva para atuar como Secretário. V. ORDEM DO DIA: Distribuição de dividendos intermediários da BB Seguros Participações S.A. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista aprovou a distribuição intermediária de dividendos à conta da Reserva Estatutária, no valor de R$ 450 milhões, esclarecido que o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável sobre o assunto. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária da BB Seguros Participações S.A., da qual eu, Rafael Alves Barbosa da Silva, Secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2018. Ass.) Antonio Rugero Guibo, Diretor Vice-Presidente da BB Seguros Participações S.A., Presidente da Assembleia e Werner Romera Süffert, Representante da Acionista. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE N° 2 FOLHA 203. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 05.04.2018 sob o número 1028701 - Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

DESPACHO DE 10 DE AGOSTO DE 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2018/3596
19957.005283/2018-42
BRAVIA CAPITAL INVESTIMENTOS LTDA.
Objeto: Apurar eventual responsabilidade de Bravia Capital Investimentos Ltda. e Rodrigo Maringoni Simoes por infração ao inciso I da Instrução CVM n° 08/79, e de Roberto Diniz Junqueira Neto e Alvaro Schocair De Souza Filho, pela infração ao art. 14, inciso II, da Instrução CVM no 306/99, nos termos definidos no inciso II, "b", da Instrução CVM nº 8/79.
Assunto: Pedido de Prorrogação de Prazo para apresentação de Defesas.

Acusados	Advogados
Alvaro Schocair de Souza Filho	Ana Cláudia de Povina Cavalcanti Norberto OAB/ SP 240.449
Bravia Capital Investimentos Ltda.	Ana Cláudia de Povina Cavalcanti Norberto OAB/ SP 240.449
Roberto Diniz Junqueira Neto	Ana Cláudia de Povina Cavalcanti Norberto OAB/ SP 240.449
Rodrigo Maringoni Simões	Ana Cláudia de Povina Cavalcanti Norberto OAB/ SP 240.449

Trata-se de pedido de prorrogação de prazo para apresentação de defesas, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 10/09/2018 para todos os acusados no processo.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO N° 16.534, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
DO AGRO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 21.982.029/0001-96

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Nº 16.529 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ANDREW NIGHTINGALE, CPF nº 317.696.398-02, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015.

Nº 16.530 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a AAR GOMES CONSULTORIA FINANCEIRA, CNPJ nº 12.368.938, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

Nº 16.531 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ALEXANDER IAN CARPENTER, CPF nº 054.254.077-00, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 592, de 17 de novembro de 2017.

DANIEL WALTER MAEDA BERNARDO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

Divulga o valor da mediana, em reais, para lançamento no 2º semestre de 2018 do crédito tributário relativo a mercadoria importada que tenha sido extraviada ou consumida, nos termos do art. 67 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 334 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11-A da Instrução Normativa SRF nº 680, de 2 de outubro de 2006, declara:

Art. 1º No caso de extravio ou consumo de mercadoria importada cuja identificação não seja possível, nos termos do art. 67 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, serão considerados os seguintes valores, em reais, para fins de apuração do crédito tributário:

VIA DE TRANSPORTE	MEDIANA (Valor CIF/Kg)
Aérea	619,7993
Marítima	57,9868
Rodoviária	24,9329
Ferroviária	0,9707
Fluvial	1,9389
Postal	554,6720

Art. 2º Os valores previstos no art. 1º serão utilizados para definição da base de cálculo na apuração do crédito tributário devido em caso de extravio ou consumo de mercadoria importada cuja identificação não seja possível, nos termos do art. 67 da Lei nº 10.833, de 2003, nos lançamentos efetuados no 2º semestre de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JACKSON ALUIR CORBARI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 56, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721803/2018-50, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Chile	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Dunhill Fine Cut Of London Flow Filter	3.1) R$ 9,75 / vintena	4.1) 2.160.000
5) Cigarro	Fine Cut 94mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO Nº 57, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721967/2018-87, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Plaza Gold KS	3.1) R$ 6,75 / vintena	4.1) 3.240.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Maço	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO Nº 58, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721988/2018-01, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Plaza Gold KS	3.1) R$ 6,75 / vintena	4.1) 720.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Maço	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO Nº 55, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO - SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.721802/2018-13, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
2.1) Plaza Gold KS	3.1) R$ 6,75 / vintena	4.1) 1.440.000
5) Cigarro	King Size 83mm	
6) Embalagem	Maço	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORDÃO NÓBRIGA DA SILVA JUNIOR

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 81, DE 26 DE JUNHO DE 2018

ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

EMENTA: SISCOSERV. REGISTRO. SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGA. CONHECIMENTO DE CARGA. HOUSE. MASTER.

Na aquisição do serviço de transporte internacional de carga em que há a operação de consolidação da carga e, consequentemente, a emissão de dois conhecimentos de carga, quais sejam, o "genérico ou master" e o "agregado, house ou filhote", a pessoa jurídica domiciliada no Brasil, que contratar o serviço de transporte internacional de carga com residente ou domiciliado no exterior, por intermédio de agente de carga, domiciliado no Brasil, obriga-se a registrar no Siscoserv as informações relativas a esse serviço constantes do conhecimento de carga classificado como house, emitido pelo prestador do serviço (transportador contratual - NVOCC), residente ou domiciliado no exterior, e tendo como consignatária a pessoa jurídica domiciliada no Brasil (tomadora do serviço).

DISPOSITIVOS LEGAIS: Instrução Normativa RFB nº 800, de 2007, art. 2º, § 1º, IV, "d" e "e", e V, "b" e "c"; Instrução Normativa RFB nº 1.277, de 2012, art. 1º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO Nº 100, DE 27 DE JULHO DE 2018

Declara a baixa da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

A SUBSTITUTA EVENTUAL DO DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 29, IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no e-processo nº 13149.720364/2017-23, declara:

Art. 1º Baixada, por motivo de registro cancelado, a inscrição no CNPJ sob o nº 02.112.310/0001-23 em nome de L. C. Serviços de Eletricidade Ltda desde 10 de setembro de 1997.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SIMONE CHIOSINI SANCHES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 26, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto nos artigos 22 e 23 do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no artigo 16 da Instrução Normativa RFB nº 1590, de 05 novembro de 2015, e considerando o que consta no dossiê digital nº 10010.014693/0718-21, resolve:

Art. 1º Conceder HABILITAÇÃO DEFINITVA a empresa LATICÍNIOS SAN MARINO LTDA, CNPJ nº 02.971.865/0001-20, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1590, de 05 de novembro de 2015, com período de execução de 01/05/2018 a 01/04/2021.

Art. 2º Como corolário da presente concessão fica cessada a vigência da habilitação provisória e convalidados os seus efeitos.

Art. 3º O presente Ato declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ AURELIANO RIBEIRO DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS

ATO DECLARATÓRIO Nº 14, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Declara nula a inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 05.373.212/0015-33.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PALMAS/TO, no uso das atribuições previstas no Art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Art. 35 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e considerando o que consta do processo administrativo 13131.720044/2018-43, declara:

Art. 1º. Nula a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 05.373.212/0015-33, por duplicidade com a inscrição de nº 05.373.212/0013-71, nos termos do disposto no Art. 35, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 2º. Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 25/04/2018, data da dupla inscrição no cadastro, de acordo com o disposto no § 2º do art. 35 da IN/RFB nº 1.634/2016.

JOSÉ MÁRCIO BITTES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 102, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria RFB n° 4.832, de 26 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 1, de 2 de janeiro de 2018, combinado com o art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 06 de setembro de 1979, e alterado pelo Decreto nº 86.377, de 17 de setembro de 1981, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Auditor-Fiscal, Chefe da Seção de Vigilância Aduaneira da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Corumbá-MS, ou outro Auditor-Fiscal que o legalmente substituir, para emitir as Ordens de Vigilância e Repressão - OVRs previstas no artigo 16 e seus §§ 1º e 2º da Portaria Coana nº 35, de 22 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Ficam convalidados todos os atos praticados, até a data de publicação desta Portaria, afetos à competência objeto da delegação disciplinada pelo artigo anterior.

Art. 3º - Revogar a PORTARIA IRF/COR Nº 005, DE 12 DE JANEIRO DE 2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZAQUIEL SCHARDONG VETTORELLO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ

ATO DECLARATÓRIO Nº 11, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Declaração de INAPTIDÃO de inscrições CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições previstas nos artigos 287 e 340, inciso III, da Portaria MF nº430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 40, Inciso I, e artigo 41, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando tudo que consta do processo administrativo nº 10218.720137/2017-49, declara:

Art.1°- Ficam INAPTAS as inscrições CNPJ 04.554.848/0001-13 de INCOMACOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA - EPP e CNPJ 07.571.480/0001-90 de J A INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP, por omissão de declarações;

Art. 2º- Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR VINÍCIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

ATO DECLARATÓRIO Nº 12, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Declaração de INAPTIDÃO de inscrição CNPJ

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARABÁ-PA, no uso das atribuições previstas nos artigos 287 e 340, inciso III, da Portaria MF nº430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto nos artigos 40, inciso I, e 41 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando tudo o que consta do processo administrativo nº 10954.720020/2017-31, declara:

Art.1°- Fica INAPTA a inscrição CNPJ 34.602.698/0001-37 de SERRARIA SAPUCAIA LTDA, por omissão de declarações;

Art. 2º- Este Ato declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR VINÍCIUS DA COSTA FERREIRA PINTO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.004, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

GANHO DE CAPITAL. ISENÇÃO. APLICAÇÃO EM CONSTRUÇÃO DE CASA.

Não se aplica a isenção sobre o ganho de capital, nos termos do artigo 39 da Lei n.º 11.196, de 2005, quando o valor recebido na alienação do imóvel for utilizado na construção de uma casa.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 70, DE 28 DE MARÇO DE 2014 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU DE 04/04/2014, SEÇÃO 1, PÁGINA 82).

Dispositivos Legais: Lei n.º 11.196, de 2005, art. 39, §§ e incisos; IN SRF n.º 599, de 2005, art. 2.º, §§ 9.º e 11.

ANTONIO DE PÁDUA ATHAYDE MAGALHÃES
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO Nº 26, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Reconhecimento de benefício de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis no percentual de 75%.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 553 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto n.º 3.000, de 26/03/1999, e pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta no processo nº 13.433.720.702/2018-01, resolve:

Art. 1º RECONHECER o direito da pessoa jurídica USINA DE ENERGIA EÓLICA VILA PARA II SPE S.A., CNPJ nº 20.318.810/0001-06, à redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0253/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, através - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, na forma a seguir discriminada:

I - CNPJ da Unidade Produtora: CNPJ nº 20.318.810/0001-06;

II - Endereço da Unidade Produtora: Vila Amazonas, lote 48, Zona Rural, Serra do Mel/RN, CEP: 59.663-000;

III - Fundamentação Legal para o reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

IV - Condição Onerosa Atendida: Implantação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

V - Setor Prioritário Considerado: Infraestrutura - Projetos de energia, "Decreto 4.213, art. 2°, inciso IV";

VI - Descrição da Atividade: Geração de energia elétrica renovável;

VII - Capacidade Instalada do Atual: 207.360 megawatt-hora/ano;

VIII - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

XIX - Prazo de Vigência do benefício: 10 (dez) anos;

X - Período de fruição do benefício: 01/01/2017 a 31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0253/2017, bem assim, das demais normas regulamentares.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO Nº 84, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Cancela as inscrições no registro especial para operações com papel imune dos estabelecimentos das pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE/PE, no exercício das atribuições conferidas pelo inciso I, alínea "b", do caput do art. 6º da Lei nº 10.593, de 2002, bem como art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e em consonância com o exarado no Termo de Informação Fiscal constante dos processos indicados no Anexo Único, DECLARA:

Art. 1º. CANCELADAS, as inscrições no Registro Especial de Papel Imune instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, dos estabelecimentos relacionados no Anexo Único.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

EROS DE BARROS CORREIA

ANEXO ÚNICO

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	Nº RE CANCELADO	Nº Processo
08.647.554/0001-97	EDITORA BRASILEIRA DE GUIAS DE EDICOES DE LIVROS ESPECIAIS LTDA	UP-04101/00157	19647.009041/2004-26
02.830.306/0001-09	MOTA GRAFICA E EDITORA LTDA	GP-04101/00141	10480.001421/2002-26
08.829.277/0001-33	PERFILGRAFICA LTDA	GP-04101/00160	10480.019788/2001-15
01.496.690/0001-84	PADRAO GRAFICA EDITORA LTDA	GP-04101/00223	10480.721241/2015-89
11.496.551/0001-04	FASA - FUNDACAO ANTONIO DOS SANTOS ABRANCHES	UP-04101/00177	10480.017898/2001-42
24.540.197/0001-10	TRIGUEIRO VENDAS E SERVICOS LTDA	GP-04101/00182	19647.007244/2007-21
03.082.188/0001-52	KROMA GRAFICA E EDITORA LTDA	GP-04101/00123	19647.011906/2009-29
09.191.421/0001-11	GRAFICA GUERRA & FILHO LTDA	GP-04101/00163	19647.003868/2008-50
11.450.905/0001-80	PAPIER INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	DP-04101/00195	10480.016008/2001-85
11.450.905/0001-80	PAPIER INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	IP-04101/00196	12883.001565/2002-75
02.720.867/0001-47	DESIGNER GRAFICA LTDA	GP-04101/00140	19647.005169/2008-44
00.797.228/0001-54	JDM - JORNAL DIARIO DA MANHA - EDICAO & IMPRESSAO DE JORNAIS LTDA	UP-04101/00132	19647.001974/2010-13
12.776.852/0001-54	WALVICK LTDA	GP-04101/00194	19647.001793/2010-97
08.397.634/0001-31	GRAFICA TUPAN LTDA	GP-04101/00193	19647.004738/2010-59
11.376.753/0001-12	ELOGICA PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA	GP-04101/00176	19647.004067/2003-05
01.955.329/0001-79	MARIA LUCIEDE GOMES DA SILVA	IP-04101/00137	19647.000371/2003-75
08.168.379/0001-55	OURO PRETO GRAFICA E EDITORA LTDA	GP-04101/00155	19647.001965/2010-22

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO Nº 35, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo artigo 340, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 430, de 9 de outubro de 2017, e de acordo com o disposto no inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o Termo de Diligência e Ato Declaratório Executivo (DRF/Varginha/MG) nº 28, publicado no Diário Oficial, de 22 de agosto de 2017, e demais documentos integrantes do Processo nº 10660.720411/2018-32, aprova:

Art. 1º O fornecimento de 204.840 (duzentos e quatro mil, oitocentos e quarenta) selos de controle, tipo bebidas alcoólicas, cor vermelha, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0019-62, localizada na Rodovia Fernão Dias, km. 947,5, Área C, Bairro dos Pires, cidade de Extrema, MG, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06106/158, para selagem no exterior dos seguintes produtos:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade
VODKA ABSOLUT 12x750ML NOVA EMBALAGEM	11.550 caixas de 12 garrafas de 750ml.	138.600
VODKA ABSOLUT 12x1000ML NOVA EMBALAGEM	5.520 caixas de 12 garrafas de 1000ml.	66.240

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório somente terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRO MARTINS DOS SANTOS ROCHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO Nº 6, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE SUBSTITUTO DA SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Campos dos Goytacazes/RJ, na Avenida Rui Barbosa, 975 - Centro - Campos /RJ.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLINDO PEREIRA DOS SANTOS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

74.020.728/0001-11

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO Nº 14, DE 19 DE JUNHO DE 2018

Comunicação de Inaptidão

Contribuinte	:	ULTRASERV SERVIÇOS E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ	:	03.038.271/0001-24
Processo	:	15563.720051/2018-91

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 40, inciso II, 42, inciso II, parágrafo 2º, e 47, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, declara:

Art. 1º. O contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de ação fiscal, amparados pelo Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal nº 07.1.03.00-2017-00051-2, por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 40 da IN RFB nº 1.634/2016.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALESSANDRA PADOVANI MATIEL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO Nº 116, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do processo nº 13873.720103/2013-95, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: CINEPASS CINEMATOGRÁFICA LTDA.

CNPJ nº 03.387.103/0001-44

PROJETO: Modernização Moviecom Taubaté Shopping - Sala 3

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 12, de 05 de abril de 2013, da Delegacia da Receita Federal em Bauru.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO Nº 117, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do processo nº 13873.720104/2013-30, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: MAXI CINEMATOGRÁFICA LTDA.

CNPJ nº 05.279.756/0001-35

PROJETO: Modernização Moviecom Jundiaí Maxi Shopping - Sala 6

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 13, de 05 de abril de 2013, da Delegacia da Receita Federal em Bauru.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO Nº 118, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do processo nº 13873.720102/2013-41, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: CINEMATOGRÁFICA PASSOS LTDA.

CNPJ nº 01.688.909/0001-47

PROJETO: Modernização Moviecom Franca Shopping Santa Barbara D'Oeste

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 11, de 08 de abril de 2013, da Delegacia da Receita Federal em Bauru.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO Nº 119, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.005135/0116-27, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: RESERVA CULTURAL DE CINEMA LTDA.

CNPJ nº 05.924.151/0001-50

PROJETO: CONSTRUÇÃO - RESERVA CULTURAL - NITERÓI CAMINHO NIEMEYER

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 320, de 20 de maio de 2016, da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

ATO DECLARATÓRIO Nº 120, DE 08 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.023382/1117-40, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: MODERNIZAÇÃO - CINÉPOLIS - 07 COMPLEXOS

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 22, de 16 de fevereiro de 2018, da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO Nº 121, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Cancela a habilitação, referente aos projetos abaixo indicados, para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no inciso I, do artigo 11, da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.023394/1117-74, resolve:

Art. 1º - Cancelar, conforme solicitado, a habilitação concedida à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012:

INTERESSADO: CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINÉPOLIS - UBERLÂNDIA

ATO DE CONCESSÃO: Ato declaratório nº 29, de 21 de fevereiro de 2018, da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro I.

Art. 2º - Após a publicação do presente ADE a pessoa jurídica supra não poderá, em relação ao projeto acima indicado, efetuar aquisições e importações de bens ao amparo do RECINE.

Art. 3º - Este Ato declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDA FREIRE VIRGENS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO Nº 6, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o estabelecido no artigo 8º, I, c/c o artigo 3º, V, da Instrução Normativa (IN) RFB Nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1° Cancelar a inscrição n° 07190/004 no registro especial de que tratam os artigos 1º e 2º, § 1º (atividade IMPORTADOR) da IN RFB n° 1 432/2013, concedida pelo Ato Declaratório Executivo Defic/RJO nº 397, de 25 de outubro de 2002, requerida no processo administrativo nº 10074.000479/2002-44, para o estabelecimento da empresa CISAL TAUÁ COMÉRCIO IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ n° 04.264.284/0001-84, pela constatação de que sua situação está baixada no cadastro do CNPJ.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 7, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o estabelecido no artigo 8º, I, c/c o artigo 3º, V, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1° Cancelar a inscrição n° 07190/006 no registro especial de que tratam os artigos 1º e 2º, § 1º (atividade IMPORTADOR) da IN RFB n° 1 432/2013, concedida pelo Ato Declaratório Executivo Defic/RJO nº 406, de 02 de dezembro de 2002, requerida no processo administrativo nº 10074.000511/2002-91, para o estabelecimento da empresa MONTEIRO & VASCONCELLOS IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA, CNPJ n° 04.6 70.762/0001-56, pela constatação de que sua situação está baixada no cadastro do CNPJ.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o estabelecido no artigo 8º, I, c/c o artigo 3º, V, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1° Cancelar a inscrição n° 07109/012 no registro especial de que tratam os artigos 1º e 2º, § 1º (atividade IMPORTADOR) da IN RFB n° 1 432/2013, concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/RJ-II nº 09, de 15 de fevereiro de 2012, requerida no processo administrativo nº 10074.000640/2010-90, para o estabelecimento da empresa PARALELO 35 IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ n° 05.262.059/0001-71, pela constatação de que sua situação está baixada no cadastro do CNPJ.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 9, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o estabelecido no artigo 8º, I, c/c o artigo 3º, V, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1° Cancelar a inscrição n° 07109/007 no registro especial de que tratam os artigos 1º e 2º, § 1º (atividade IMPORTADOR) da IN RFB n° 1 432/2013, concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/RJ2 nº 16, de 04 de julho de 2011, requerida no processo administrativo nº 18470.722345/2011-16, para o estabelecimento da empresa A. FONSECA E FILHOS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA, CNPJ n° 11.594.000/0001-83, pela constatação de que sua situação está baixada no cadastro do CNPJ.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

ATO DECLARATÓRIO Nº 10, DE 12 DE AGOSTO DE 2018

Cancela inscrição no registro especial a que estão sujeitos os produtores, engarrafadores, cooperativas de produtores, estabelecimentos comerciais atacadistas e importadores de bebidas alcóolicas.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o estabelecido no artigo 8º, I, c/c o artigo 3º, V, da Instrução Normativa (IN) RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, RESOLVE:

Art. 1° Cancelar a inscrição n° 07109/003 no registro especial de que tratam os artigos 1º e 2º, § 1º (atividade IMPORTADOR) da IN RFB n° 1 432/2013, concedida pelo Ato Declaratório Executivo DRF/RJ-II nº 063, de 09 de novembro de 2010, requerida no processo administrativo nº 18473.000036/2010-72, para o estabelecimento da empresa IN VINO IMPORTADORA LTDA, CNPJ n° 05.941.630/0001-84, pela constatação de que sua situação está baixada no cadastro do CNPJ.

Art. 2° Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

RUY MARIO MEDEIROS CASCARDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE VIRACOPOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 7, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Inclui inscrição no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL EM VIRACOPOS, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovada pela Portaria MF nº 430/2017, publicada no DOU em 11/10/2017, bem como o artigo 810, § 3º do Decreto nº 6.759/2009, publicado no DOU em 06/02/2009, com redação dada pelo Decreto nº 7.213/2010, publicado no DOU em 16/06/2010, declara:

Art. 1º Incluída, no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, a seguinte inscrição:

NOME	CPF	PROCESSO
RUTH YASMIM PEDROSO DE BRITO	422.304.128-25	10831.720410/2018-89

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União. Os profissionais ora nomeados deverão realizar os procedimentos de inclusão no sistema informatizado de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.273/2012, publicada no DOU de 08/06/2012.

ANTONIO ANDRADE LEAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 8, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício das atribuições que lhe conferem o artigo 286, inc. III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e face ao que consta do processo nº 12896.000146/2010-87, resolve:

Artigo 1º - Cancelar a inscrição no registro especial para gráfica, assim considerado o estabelecimento impressor de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária, de número GP-08122/00039, do estabelecimento de GRAFICA MATONENSE LTDA - EPP, CNPJ 50.312.719/0001-36, localizado na rua Marina Gandini, 409 - Jardim Las-Lomas - Matão/SP - CEP: 15.990-526, concedida no processo administrativo n° 12896.000146/2010-87, com fundamento no inciso IV do artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018.

Artigo 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ITANIMA BARONI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO Nº 17, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Declara anulada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, com fundamento no artigo 340, inciso III da Portaria MF n° 430 de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 35, inciso II, §§ 1° e 2°, da Instrução Normativa RFB n° 1.684, de 06 de maio de 2016, além do que consta no dossiê 15885.720134/2018-47, declara:

Art. 1°- A nulidade do CNPJ 29.111.908/0001-54 por vício no ato cadastral.

Art. 2° - Este Ato Declaratório entra em vigor na data da sua publicação produzindo efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO N º 19, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Concede inscrição no Registro Especial a que estão sujeitos os produtores e importadores de Biodiesel, instituído pelo art. 1º da Lei n. º 11.116, de 18 de maio de 2005.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINAS, no uso das atribuições prescritas no art. 314, VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 17 de maio de 2012, com base no art. 1º, III, da Portaria de delegação de competência da DRF/Campinas Nº 22, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23/02/2011, tendo em vista o disposto na Lei no 11.116/05, com os procedimentos disciplinados pela IN RFB 1.053/10, com as alterações efetuadas pela IN RFB 1.086/10, declara:

Art. 1° Fica inscrito no Registro Especial de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.053/10, o contribuinte aqui relacionado para o desenvolvimento da atividade específica abaixo discriminada:

Nome Empresarial: PRISMA COMERCIAL EXPORTADORA DE OLEOQUIMICOS LTDA

CNPJ: 09.267.863/0006-09

Processo: 10830.724.234/2018-64

Endereço: R MARIANO JATAHY MARCONDES FERRAZ 115 - LOTEAMENTO TEREZA BUCHIANERI BIANCALANA - SUMARÉ/SP - CEP: 13.170-017

Atividade: PRODUTOR (PB)

Nº do Registro Especial: PB08104/00001

Art. 2° A presente autorização poderá ser cassada a qualquer tempo em caso de descumprimento das normas de controle relativas à matéria, em especial a ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 7º da IN SRF 1.053/10.

Art. 3º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA SCAFI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO Nº 24, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Declara retificado o Ato Declaratório Executivo .nº 23 de 30 de julho de 2018, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo-SP, publicado no Diário Oficial da União em 01 de agosto de 2018 relativo a empresa BRABEB BRASIL BEBIDAS EIRELI - CNPJ 27.306.412/0001-00.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340, Inciso I a III e VIII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF n.º 430 de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n.º 10932.000002/2014-45, declara:

Retificado, o Ato Declaratório Executivo n.º 23 de 30 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 01 de agosto de 2018 na seguinte forma: "Onde se lê artigo 35, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.630 de 06 de maio de 2016, leia-se artigo 35, inciso II da Instrução Normativa RFB n.º 1.634 de 06 de maio de 2016.

O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARIO BENJAMIM BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO Nº 43, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nos arts. 83 e 84 da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, declara:

I - Excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de 1º de julho de 2007, a pessoa jurídica A. F. V. DOS SANTOS & MENDONÇA LTDA, CNPJ nº 06.246.678/0001-35, com endereço na Avenida Frei Orestes Girardi, 1011, Loja 01 e 02, Abernéssia, Campos do Jordão/SP, CEP 12460-000, nos termos dos incisos II, IV, V e VIII, §§ 1º e 2º do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, combinados com o inciso IV, letras "c", "g", item 2 e § 2º do art. 84, este da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018, tudo em conformidade com o que foi apurado no processo administrativo nº 13864.720050/2018-26.

II - A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio de seu representante legal ou procurador, apresentar manifestação de inconformidade, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato declaratório Executivo (ADE), a qual deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Ribeirão Preto/SP, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 121 da Resolução CGSN nº 140, de 2018, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 (PAF).

III - Este ADE tornar-se-á efetivo e a exclusão definitiva se não houver apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata o inciso II ou, se houver, após decisão desfavorável e definitiva na esfera administrativa (art. 83, § 3º, da Resolução CGSN nº 140, de 2018).

HAILTON DE PAULA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO Nº 92, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior de uísque, classificado na posição 2208.30.20 da TIPI.

O DELEGADO DA DELEX, matrícula SIAPECAD nº 1292868, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no inciso I, § 1º art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, APROVA:

Art. 1º O fornecimento de 18.900 (Dezoito mil e novecentos) selos de controle, tipo uísque, cor amarelo, ao estabelecimento importador AURORA BEBIDAS E ALIMENTOS FINOS LTDA, CNPJ sob nº 61.296.646/0001-52, estabelecido na Rodovia Anhanguera, km 15, módulo 18, Bairro Pirituba, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05112-000, inscrito no Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 08190/003, e sob o nº 08165/010, para esta selagem no exterior de uísques, de acordo com o dossiê digital 10120.006138/0718-89, com as informações descritas na tabela abaixo:

DISCRIMINAÇÃO E CARACTERISTICAS	EMBALAGEM	UNIDADES
Marca coml: The Famous Grouse; Tipo: INB-Blended Scotch Whisky; 12 X 0,75 - G.A. 40% Fabricante: Edrington Distillers Ltd. Preço Br. R$ 37,45	1.575 caixas	18.900 garrafas
TOTAL		18.900 garrafas

Parágrafo único. O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, principalmente a de efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da RFB de seu domicílio fiscal no prazo de 15 (quinze dias) a contar da data de publicação deste ADE, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art. 2º - A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade após a sua publicação no Diário Oficial da União.

GUSTAVO RIQUE PINTO PASSOS

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.014, DE 23 DE JULHO DE 2018

Assunto: Obrigações Acessórias

SISCOSERV. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA. VALORES.

Prestador de serviço de transporte de carga é alguém que se obriga com quem quer enviar coisas (tomador do serviço) a transportá-las de um lugar para outro, entregando-as a quem foi indicado para recebê-las. A obrigação se evidencia pela emissão do conhecimento de carga.

Quem age em nome do tomador ou do prestador de serviço de transporte não é, ele mesmo, prestador ou tomador de tal serviço. Mas é prestador ou tomador de serviços auxiliares conexos (que facilitam a cada interveniente cumprir suas obrigações relativas ao contrato de transporte) quando o faz em seu próprio nome.

O valor a informar pelo tomador de um dado serviço é o montante total transferido, creditado, empregado ou entregue ao prestador como pagamento pelos serviços prestados, incluídos os custos incorridos, necessários para a efetiva prestação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N.º 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

SISCOSERV. OPERAÇÃO COM MERCADORIAS. SERVIÇOS CONEXOS. INCOTERMS.

Nas operações de comércio exterior de bens e mercadorias, os serviços conexos (p.ex.: transporte, seguro e de agentes externos) podem ser objeto de registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), pois não são incorporados aos bens e mercadorias. Nessas operações, a definição dos serviços que devem ser registrados depende do estabelecimento de relações jurídicas de prestação de serviços conexas à importação/exportação envolvendo domiciliados e não domiciliados no Brasil.

Desta forma, a responsabilidade pelo registro no Siscoserv não decorre das responsabilidades mutuamente assumidas no bojo do contrato de compra e venda, e que dizem respeito apenas a importador e exportador, mas do fato de o jurisdicionado domiciliado no Brasil figurar em um dos polos da relação jurídica de prestação de serviço desde que, no outro polo, figure um domiciliado no estrangeiro, ainda que referida relação jurídica tenha se estabelecido por intermédio de terceiros.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 25, caput; IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 9º e 22.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46, caput, e art. 52, I e VIII; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 3º, § 2º, III, art. 18, I e XI; e art. 22.

REGINA COELI ALVES DE MELLO

Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.015, DE 23 DE JULHO DE 2018

Assunto: Obrigações Acessórias

SISCOSERV. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE CARGA. VALORES.

Prestador de serviço de transporte de carga é alguém que se obriga com quem quer enviar coisas (tomador do serviço) a transportá-las de um lugar para outro, entregando-as a quem foi indicado para recebê-las. A obrigação se evidencia pela emissão do conhecimento de carga.

Quem age em nome do tomador ou do prestador de serviço de transporte não é, ele mesmo, prestador ou tomador de tal serviço. Mas é prestador ou tomador de serviços auxiliares conexos (que facilitam a cada interveniente cumprir suas obrigações relativas ao contrato de transporte) quando o faz em seu próprio nome.

O valor a informar pelo tomador de um dado serviço é o montante total transferido, creditado, empregado ou entregue ao prestador como pagamento pelos serviços prestados, incluídos os custos incorridos, necessários para a efetiva prestação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N.º 257, DE 26 DE SETEMBRO DE 2014.

SISCOSERV. OPERAÇÃO COM MERCADORIAS. SERVIÇOS CONEXOS. INCOTERMS.

Nas operações de comércio exterior de bens e mercadorias, os serviços conexos (p.ex.: transporte, seguro e de agentes externos) podem ser objeto de registro no Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv), pois não são incorporados aos bens e mercadorias. Nessas operações, a definição dos serviços que devem ser registrados depende do estabelecimento de relações jurídicas de prestação de serviços conexas à importação/exportação envolvendo domiciliados e não domiciliados no Brasil.

Desta forma, a responsabilidade pelo registro no Siscoserv não decorre das responsabilidades mutuamente assumidas no bojo do contrato de compra e venda, e que dizem respeito apenas a importador e exportador, mas do fato de o jurisdicionado domiciliado no Brasil figurar em um dos polos da relação jurídica de prestação de serviço desde que, no outro polo, figure um domiciliado no estrangeiro, ainda que referida relação jurídica tenha se estabelecido por intermédio de terceiros.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA PARCIALMENTE À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 222, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Dispositivos Legais: Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, art. 25, caput; IN RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, arts. 9º e 22.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente.

Dispositivos Legais: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46, caput, e art. 52, I e VIII; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 3º, § 2º, III, art. 18, I e XI ; e art. 22.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.016, DE 30 DE JULHO DE 2018

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

CONTRATO DE TRABALHO. RESCISÃO. ESTABILIDADE. INDENIZAÇÃO. ISENÇÃO.

O valor recebido a título de indenização por rescisão de contrato de trabalho, no período de estabilidade garantido por convenção coletiva de trabalho homologada pela Justiça do Trabalho, constitui rendimento isento do imposto sobre a renda.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 48, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA EM 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispositivos Legais: CF/1988, art. 7.º, incisos I e XXVI; RIR/1999, art. 39, inciso XX; e DL n.º 5.452, de 1943, art. 496.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.017, DE 31DE JULHO DE 2018

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

CONTRATO DE TRABALHO. RESCISÃO. ESTABILIDADE. INDENIZAÇÃO. ISENÇÃO.

O valor recebido a título de indenização por rescisão de contrato de trabalho, no período de estabilidade garantido por convenção coletiva de trabalho homologada pela Justiça do Trabalho, constitui rendimento isento do imposto sobre a renda.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 48, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015, PUBLICADA EM 18 DE MARÇO DE 2015.

Dispositivos Legais: CF/1988, art. 7.º, incisos I e XXVI; RIR/1999, art. 39, inciso XX; e DL n.º 5.452, de 1943, art. 496.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.018, DE 31DE JULHO DE 2018

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep em regime cumulativo corresponde à receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, auferida pela pessoa jurídica no período de apuração.

No caso de pessoa jurídica que se dedique à indústria da construção civil, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras não integram a base de cálculo da Contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CUMULATIVIDADE. BASE DE CÁLCULO. RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS.

A base de cálculo da Cofins em regime cumulativo corresponde à receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, auferida pela pessoa jurídica no período de apuração.

No caso de pessoa jurídica que se dedique à indústria da construção civil, as receitas decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras não integram a base de cálculo da Contribuição.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 516, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, arts. 2º e 3º; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

É ineficaz a consulta que não identifique o dispositivo na legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA Nº 8.019, DE 31DE JULHO DE 2018

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS. MÉDICOS. OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE. COTA PATRONAL. DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO. DISPENSA DO RECOLHIMENTO. INFORMAÇÕES PRESTADAS EM GFIP ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. RETIFICAÇÃO. NECESSIDADE.

Antes do trânsito em julgado de decisão judicial, mesmo com a suspensão em caráter liminar de eventual cobrança por parte da Receita Federal, o sujeito passivo continua obrigado a declarar os valores devidos de acordo com a legislação vigente. Após o trânsito em julgado confirmando a dispensa de recolhimento, deve o contribuinte retificar as informações prestadas anteriormente como condição para o aproveitamento do direito creditório na via administrativa, no caso de eventuais pagamentos indevidos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 132 DE 1º DE SETEMBRO DE 2016.

Dispositivos Legais: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 22, III, e 89; Manual da GFIP/SEFIP para usuários do SEFIP 8.4 (aprovado pela Instrução Normativa RFB n.º 880, de 16 de outubro de 2008, e pela Circular CAIXA n.º 451, de 13 de outubro de 2008).

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA. REQUISITOS. INEFICÁCIA.

Não produz efeitos a consulta que versar sobre procedimentos, sem apresentar o dispositivo legal sujeito a dúvida de interpretação, ou que não descreva de forma completa e exata, a hipótese a que se referir.

Dispositivos Legais: Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 48; Decreto n.º 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52, I e VIII; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, I, II e XI.

REGINA COELI ALVES DE MELLO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Anula inscrição no CPF

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO (SECAT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA PR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 284 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430 de 09 de outubro de 2017 publicada no DOU de 11 de outubro de 2017 e, tendo em vista o disposto nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa RFB nº 1.548, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

Artigo único. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) abaixo identificadas, com efeitos ex tunc, a partir da data de inscrição das mesmas, tendo em vista a constatação de fraude na inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal.

CONTRIBUINTE	CPF	DATA DE INSCRIÇÃO	PROCESSO
DOUGLAS AUGUSTO DA SILVA	800.374.099-13	07/07/2017	17609.720183/2017-93
MIGUEL LUIZ KURTT	007.143.919-64	02/03/1999	11089.720167/2018-11
JOÃO ALBERTO DE LIMA	120.554.569-70	18/05/2015	11089.720172/2018-24
LUCAS FLIGICOWSKI BIAZOLLI PIMENTA CARDOSO	130.706.409-40	13/01/2017	11089.720192/2018-03
FABIANO VAZ VIEIRA	108.465.329-05	24/05/2013	11089.720207/2018-25

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE

PORTARIA Nº 98, DE 8 DE AGOSTO 2018

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO GRANDE - ALF/RGE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017 resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses, à empresa OITO K TELECOMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 17.919.685/0001-77 com base no que dispõem o subitem 11.1.2 do Edital de Leilão nº 1017700/001/2018, o artigo 87, inciso III da Lei 8666/93 e a decisão de fls. 64/65 do processo nº 11050.720.428/2018-31.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS FREDERICO SCHWOCHOW DE MIRANDA

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.006, DE 30 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE GRÁFICA

A receita obtida pela impressão gráfica, por encomenda de terceiros, sujeita-se ao percentual de 8% (oito por cento) para apuração da base de cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro presumido, salvo se produzida sob encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou residência, com no máximo cinco empregados, não dispuser de potência superior a cinco quilowatts (caso utilize força motriz), e desde que o trabalho profissional represente no mínimo sessenta por cento na composição de seu valor, caso em que o percentual para apuração da base de cálculo do IRPJ será de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 4º, art. 5º, inciso V, art. 7º, inciso II; Lei nº 9.249, de 1995, art. 15 e Ato declaratório Interpretativo RFB nº 26, de 2008; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

ASSUNTO: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

LUCRO PRESUMIDO. ATIVIDADE GRÁFICA

A receita obtida pela impressão gráfica, por encomenda de terceiros, sujeita-se ao percentual de 12% (doze por cento) para apuração da base de cálculo do CSLL pela sistemática do lucro presumido, salvo se produzida sob encomenda direta do consumidor ou usuário, em oficina ou residência, com no máximo cinco empregados, não dispuser de potência superior a cinco quilowatts (caso utilize força motriz), e desde que o trabalho profissional represente no mínimo sessenta por cento na composição de seu valor, caso em que o percentual para apuração da base de cálculo do CSLL será de 32% (trinta e dois por cento).

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 45, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 7.212, de 2010 (Ripi/2010), art. 4º, art. 5º, inciso V, art. 7º, inciso II; Lei nº 9.249, de 1995, arts. 15 e 20 e Ato declaratório Interpretativo RFB nº 26, de 2008; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

LOURDES TERESINHA ROSSONI LUVISON
Chefe
Substituta

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.007, DE 31 DE JULHO DE 2018

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

E-FINANCEIRA. INSTITUIÇÕES DE PAGAMENTO. CONTA DE PAGAMENTO. BENEFÍCIOS DE REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO. DESOBRIGATORIEDADE.

Qualificam-se como sujeito passivo da obrigação acessória de entrega da e-Financeira as pessoas jurídicas que, concomitantemente, exerçam uma das atividades constantes dos incisos I e II do art. 4º da Instrução Normativa RFB 1.571, de 2015; estejam sob supervisão do Bacen, CVM, Susep ou Previc e sejam detentoras de alguma das informações enumeradas no art. 5º e se encontrem no rol de responsáveis discriminados no § 3º do art. 4º, ambos do mesmo ato normativo citado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 556, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

As instituições de pagamento que atuam na forma do inciso III do art. 6º da Lei nº 12.865, de 2013, em relação a arranjos de pagamento para fornecimento de benefícios de refeição e alimentação a pessoas naturais em função da relação de trabalho, não estão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

obrigadas a apresentar a e-Financeira, pois não são detentoras das informações discriminadas no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2015, nem constam no rol de responsáveis do § 3º do art. 4º desse ato normativo.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 612, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispositivos Legais: Instrução Normativa RFB nº 1.571, de 2015, art. 4º, I, §§ 1º e 3º, e art. 5º; Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

LOURDES TERESINHA ROSSONI LUVISON
Chefe
Substituta

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 569, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece regras acerca dos termos, da periodicidade e do sistema relativos ao encaminhamento das informações por Estados, Distrito Federal e Municípios para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa a que se refere o § 4o do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria do Ministro de Estado da Fazenda nº 285, de 14 de junho de 2018, que aprova o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF);

Considerando a necessidade de estabelecer regras acerca dos termos e da periodicidade relativos ao encaminhamento das informações por Estados, Distrito Federal e Municípios para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa a que se refere o § 4o do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Considerando a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, alterada pela Portaria Interministerial nº 451 de 18 de dezembro de 2017, a qual define normas para execução do estabelecido no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2017, que dispõe sobre as normas relativas às transferências voluntárias de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, resolve:

Art. 1º. O encaminhamento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios das informações para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa a que se refere o § 3o do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observará as regras acerca dos termos e da periodicidade definidos nesta Portaria.

§ 1º Conforme definido no § 4º do art. 48 da LC nº 101, de 2000, a inobservância das regras desta Portaria impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

CAPÍTULO I

DO SISTEMA

Art. 2º O encaminhamento das informações a que se refere o artigo 1º será efetuado por Estados, Distrito Federal e Municípios por meio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM).

CAPÍTULO II

DA PERIODICIDADE, DAS INFORMAÇÕES E PROCEDIMENTOS

Seção I

Da periodicidade, prazos e regularidade

Art. 3º. As informações a que se refere o artigo 1º serão inseridas no Cadastro da Dívida Pública (CDP) do SADIPEM, anualmente, até 30 de janeiro, com a posição de 31 de dezembro do exercício anterior.

§ 1º A obrigação de encaminhamento das informações será considerada atendida apenas quando ocorrer sua homologação, na forma do art. 5º.

§ 2º O descumprimento do prazo disposto no caput ensejará situação de irregularidade do ente no CDP, que poderá ser sanada até 31 de dezembro do mesmo exercício, com o encaminhamento e a homologação das informações.

§ 3º O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) utilizará as informações encaminhadas por meio do SADIPEM para fins de atualização automática de seus registros.

Seção II

Das informações

Art. 4º. Serão detalhadas no CDP as seguintes informações, conforme definidas no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF):

I dívida consolidada;

II outros valores não integrantes da dívida consolidada; e

III garantias concedidas.

Seção III

Da homologação

Art. 5º. As informações inseridas no CDP serão consideradas homologadas quando:

I Assinadas pelo Titular do Poder Executivo; e

II Atenderem às verificações de consistência.

§ 1º A assinatura de que trata o inciso I do caput será efetuada por intermédio de certificação digital, sendo aceitos somente os certificados do tipo e-CPF (pessoa física), modelo A3, conforme o padrão ICP Brasil.

§ 2º A verificação de consistência de que trata o inciso II do caput é um requisito de conformidade para as informações encaminhadas, que visa garantir qualidade e consistência dessas, tendo em vista a transparência das dívidas públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 6º Caso sejam detectadas, a qualquer momento, inconsistências relevantes não evidenciadas pelas verificações de consistência de que trata o inciso II do caput, e que prejudiquem a qualidade da informação, o ente será comunicado para que proceda à retificação tempestiva.

§ 1º Na ausência de retificação tempestiva de que trata o caput deste artigo, a STN/MF cancelará eventual homologação do CDP, não dará a devida quitação do encaminhamento das informações, de modo que o ente da Federação ficará sujeito às penalidades e restrições previstas na LC nº 101, de 2000.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor em 31 de janeiro de 2019.

Art. 8º. Revoga-se a Portaria STN nº 756, de 18 de dezembro de 2015.

MANSUETO FACUNDO DE ALMEIDA JÚNIOR

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 372, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - Inmetro, no uso de suas atribuições, conferidas pelo parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto nos incisos II e III do artigo 3º da Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999, no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental do Inmetro, aprovado pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, e pela alínea "a" do subitem 4.1 das Diretrizes para Execução das Atividades de Metrologia Legal no País, aprovadas pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 39, de 19 de janeiro de 2018, do Inmetro.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 462, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 52710.001454/2010-75, os termos da Nota Técnica nº 3/2018 - COATE/CGTEC/SAP e a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia, como contrapartida do usufruto dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deveriam ter sido realizados pela empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA., produtora de bens de informática na Zona Franca de Manaus, no ano-calendário 2009; e

CONSIDERANDO esgotado o prazo estabelecido pelo art. 24, § 1º da Resolução nº 71, de 6 de maio 2016, sem que a empresa se pronunciasse sobre a regularização referente aos investimentos em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 2º do art. 33 do Decreto n° 6.008, de 2006, disciplinado pelo § 4º do art. 27 da Resolução SUFRAMA nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha do produto de informática, abaixo listado, da empresa CAL-COMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS E INFORMÁTICA LTDA., beneficiária do incentivo previsto no art. 2° da Lei n° 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que deixou de realizar investimentos em P&D conforme dispõe o art. 5º do Decreto n° 6.008, de 2006.

DESCRIÇÃO/ CÓDIGO PADRÃO SUFRAMA	DOCUMENTO APROBATÓRIO	NCM
Placa de circuito impresso montada (de uso em informática) - 361	Portaria Suframa nº 86, de 6/4/2005	84733041
		84733049
Microcomputador portátil - 307	Resolução nº 210, de 28/8/2008	84713012

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

APPIO DA SILVA TOLENTINO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 350, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Sengés/PR, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Sengés/PR, no valor de R$ 111.496,88 (cento e onze mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.002383/2018-25.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 351, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Município de Palmeiras/BA, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Palmeiras/BA, no valor de R$ 31.464,00 (trinta e um mil quatrocentos e sessenta e quatro reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.002143/2018-21.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

PORTARIA Nº 265, DE DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, no uso da competência que lhe confere o Art. 28 § 5º, da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 e entendimento da Nota nº 271/2013/CONJUR-MIN/CGU/AGU, de 17 de julho de 2013, resolve: Art. 1º Fixar, para o exercício de 2018, os valores da tarifa de água (K2) - parcela correspondente ao rateio das despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e apoio à produção - para o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi,, sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, conforme o "Anexo I - Valor da tarifa d'água, parcela K2, para o Projeto Público de Irrigação - Plano Operativo de 2018" e o "Anexo II - Previsão de arrecadação da tarifa K2 do Projeto Público de Irrigação - Plano Operativo de 2018". Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
VALOR DA TARIFA D ÁGUA, PARCELA K2, PARA O PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO DO DNOCS - PLANO OPERATIVO DE 2018.

Coordenadoria	Perímetro Irrigado	Tarifa d'água K2	
		K2.1 (R$/1000m3)	K2.2 (R$/há/mês)
CEST-CE	Jaguaribe Apodi(Pequenos Produtores)	103,74	16,33
	Jaguaribe Apodi(Médio Produtor)		22,10
	Jaguaribe Apodi(Empresas)		27,99

ANEXO II
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO DA TARIFA K2 DO PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO DO DNOCS - PLANO OPERATIVO DE 2018

Coordenadoria	Perímetro Irrigado	Arrecadação		
		Com K2.1 (R$)	Com K2.2 (R$)	Total (R$
CEST-CE	Jaguaribe Apodi		2.116.238,62	2.116.238,62

ANGELO JOSÉ DE NEGREIROS GUERRA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 220, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - SUBSTITUTO, nomeado pela Portaria n. 299, publicada no DOU, de 19 de julho de 2017, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, o contido no Processo Administrativo n. 59050.001597/2016-22, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 402, de 10 de agosto de 2017, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Mirassol D'Oeste/MT, para ações de Defesa Civil, para até 08/08/2019.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELCIO ALVES BARBOSA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.246, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.001060/2012-76, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NZOLA ANDRÉ LUIS, de nacionalidade angolana, filho de Nzola André e de Ana Nzola, nascido em Maquela do Zombo, na República de Angola, em 21 de março de 1985, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 16 (dezesseis) anos e 4 (quatro) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.247, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.008516/2015-71, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, OBINNA ANTHONY UGOCHUKWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Francis Ugochukwu e de Ekenta Ugochukwu, nascido em Ozubulu, na República Federal da Nigéria, em 17 de fevereiro de 1977, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.248, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005737/2017-98, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ROSA JACIARA DE CARVALHO CARLOS, de nacionalidade angolana, filha de Carlos Manoel e de Albertina Carvalho Carlos, nascida em Sumbe, Kwanza Sul, na República de Angola, em 14 de novembro de 1991, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.249, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 202 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.024091/2009-38, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com o art. 54, §1º, inciso II, e §2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, JAVIER MEZA BRAVO, de nacionalidade peruana, filho de José Meza Cespedes e de Felicia Marina Bravo Espindola, nascido em Huanuco, na República do Peru, em 9 de fevereiro de 1976, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos e 8 (oito) meses, a partir de sua saída.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.250, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere os arts. 202 e 206 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.007438/2004-52, do Ministério da Justiça, resolve:

REVOGAR

a Portaria nº 1.683, de 25 de agosto de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de JOSÉ LUIS VIEGAS DOS SANTOS, de nacionalidade portuguesa, filho de João de Oliveira dos Santos e de Hortense Pereira Viegas, nascido em Couto do Mosteiro, Santa Comba Dão, Portugal, em 18 de janeiro de 1959, tendo em vista a comprovação da existência de cônjuge brasileira, nos termos do disposto no art. 55, inciso II, "b", da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 1.251, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre o afastamento do País de servidores e colaboradores eventuais do Ministério da Justiça e de suas entidades vinculadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I, II e IV da Constituição e, tendo em vista o disposto na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e nos Decretos nºs 1.387, de 7 de fevereiro de 1995; 71.733, de 18 de janeiro de 1973; 91.800, de 18 de outubro de 1995; arts. 9º e 10 do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; e § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006; resolve

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos e procedimentos necessários à autorização de afastamento do País, de servidores e colaboradores eventuais, no âmbito do Ministério da Justiça e de suas entidades vinculadas.

Parágrafo único. O afastamento do País somente será autorizado quando houver interesse do serviço ou se tratar de aperfeiçoamento profissional de servidor, no interesse da Administração Pública.

Art. 2º O afastamento do País poderá ser:

I - com ônus: quando implicar direito a passagens ou diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

II - com ônus limitado: quando implicar direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego; ou

III - sem ônus: quando implicar perda total do vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego, e não acarretar qualquer despesa para a Administração.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO DOS EVENTOS INTERNACIONAIS

Art. 3º Os dirigentes máximos das unidades integrantes da estrutura regimental do Ministério da Justiça e de suas entidades vinculadas deverão:

I - encaminhar, semestralmente, ao Gabinete do Ministro, a programação dos eventos de interesse da Pasta, a serem realizados no exterior; e

II - justificar a sua prioridade, para a análise e aprovação do Ministro da Justiça.

§ 1º Para os fins dispostos no caput, são dirigentes máximos:

I - Chefe de Gabinete do Ministro;

II - Secretário-Executivo e titulares das demais Secretarias;

III - Diretor da Comissão de Anistia;

IV - Consultor Jurídico;

V - Diretor do Arquivo Nacional; e

VI - Presidentes da Fundação Nacional do Índio - Funai, e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade.

§ 2º A programação de que trata o caput deverá ser enviada até os dias 1º de junho e 1º de dezembro, de cada ano, impreterivelmente, com as propostas de afastamentos para o semestre seguinte, na forma do Anexo a esta Portaria.

§ 3º A prioridade da viagem será definida pelo dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada, do Ministério da Justiça, de acordo com os seguintes critérios:

I - prioridade máxima: quando se tratar de viagens cujo indeferimento comprometa a continuidade de atividades ou projetos imprescindíveis ao Ministério e ao Governo Federal;

II - prioridade média: quando se tratar de viagens cujo indeferimento comprometa a continuidade de projetos prioritários do Ministério ou do Governo Federal;

III - prioridade mínima: quando se tratar de viagens cujo indeferimento comprometa a continuidade de projetos não prioritários do Ministério ou do Governo Federal; e

IV - sem prioridade: quando se tratar de viagens cujo indeferimento não acarrete dano algum às atividades ou aos projetos do Ministério ou do Governo Federal.

§ 4º O disposto no caput não se aplica às viagens:

I - decorrentes de decisão judicial;

II - em que não for possível o planejamento prévio; e

III - em que o não comparecimento de representante, servidor ou colaborador eventual ao evento internacional possa causar comprovado prejuízo a projetos prioritários do Ministério da Justiça ou ao erário.

Art. 4º Compete à Assessoria Internacional aferir o grau de relevância e a prioridade dos eventos que constarem da programação de que trata o art. 3º, inciso I, e a sua compatibilidade com a estratégia de atuação internacional do Ministério da Justiça, previamente à deliberação do Ministro.

Parágrafo único. O pedido de participação de servidor ou colaborador eventual em evento não mencionado na programação a que se refere o art. 3º, inciso I, será indeferido pelo Chefe da Assessoria Internacional, salvo se a solicitação estiver acompanhada de justificativa do dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério da Justiça, que comprove a inviabilidade do cumprimento do prazo estabelecido devendo, nesse caso, ser encaminhada à apreciação do Ministro.

Art. 5º Caberá à Assessoria Internacional verificar a regularidade dos relatórios de viagem anexados ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ao final das viagens ao exterior, pelas unidades e entidades vinculadas do Ministério da Justiça e determinar o seu arquivamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III
DO AFASTAMENTO DO PAÍS
Seção I
Do Afastamento de Servidor do Ministério da Justiça

Art. 6º O pedido de afastamento do País de servidor do Ministério da Justiça, para participar de evento que constar da programação de que trata o art. 3º, deverá ser encaminhado pelo dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério à Subsecretaria de Administração da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados da data da viagem.

§ 1º A não observância do prazo de que trata o caput implicará devolução do processo à unidade, sem análise da solicitação.

§ 2º O pedido de autorização de que trata o caput deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome, cargo e lotação do servidor, informações resumidas sobre o evento, país de destino e período do afastamento;

II - documentos que justifiquem o afastamento, tais como convite, mensagem eletrônica, carta de aceitação da entidade promotora do evento ou documento equivalente;

III - agenda ou programação do evento com a especificação das atividades previstas, que deverão ser compatíveis com a justificativa apresentada para o pedido de afastamento do País;

IV - indicação da natureza da viagem;

V - justificativa da viagem com o detalhamento da necessidade de participação do servidor ou colaborador eventual;

VI - informações sobre a pertinência do afastamento com os interesses do Ministério da Justiça e a correlação das atividades desenvolvidas pelo servidor com o objeto da viagem;

VII - esclarecimento detalhado do dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério, quando o afastamento do servidor estiver previsto para se iniciar na sexta-feira, ou o evento incluir dias de sábado, domingo ou feriado;

VIII - discriminação dos valores das passagens, das diárias e do custo total do afastamento;

IX - estimativa e disponibilidade orçamentária para emissão de passagens e pagamento de diárias; e

X - termo de responsabilidade e compromisso de entrega do Relatório de Viagem Internacional, assinado pelo servidor e por sua chefia imediata.

§ 3º No caso de afastamento para licença capacitação, os pedidos deverão observar, também, o disposto no art. 10 do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.

§ 4º O pedido apresentado sem as informações de que trata o § 2º será restituído à unidade ou entidade vinculada solicitante, para os ajustes necessários, caso ainda não tenha se esgotado o prazo de que trata o caput.

Art. 7º Excepcionalmente, o dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério da Justiça poderá indicar mais de um servidor para participar de evento no exterior, devendo nesse caso apresentar justificativa fundamentada, acompanhada dos documentos pertinentes, para a decisão do Ministro.

Seção II
Do Afastamento de Colaborador Eventual

Art. 8º Considera-se colaborador eventual, para os fins desta Portaria, a pessoa dotada de capacidade técnica específica, sem vínculo com a Administração Pública Federal, convidada a prestar serviço ou a participar de evento de interesse das unidades ou entidades vinculadas do Ministério da Justiça, em caráter temporário e eventual.

Art. 9º O colaborador eventual somente poderá participar de eventos no exterior, mediante justificativa fundamentada do dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Não se aplica ao colaborador eventual a hipótese de afastamento para aperfeiçoamento profissional de que trata o caput do art. 1º.

Art. 10. O pedido de afastamento de colaborador eventual para participar de evento internacional mencionado na programação de que trata o art. 3º, com ônus para o Ministério da Justiça, deverá ser encaminhado pelo dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério à Subsecretária de Administração da Secretaria-Executiva, com a antecedência mínima de 40 (quarenta dias), contados da data da viagem.

Parágrafo único. A não observância do prazo de que trata o caput implicará devolução do processo à unidade ou entidade vinculada, sem análise da solicitação.

Art. 11. O pedido de afastamento deverá ser instruído com:

I - documentos que justifiquem o pedido, tais como convite, mensagem eletrônica, carta de aceitação da entidade promotora do evento ou documento equivalente, que contenha informações resumidas sobre o evento, bem como o país de destino e o período do afastamento;

II - agenda ou programação do evento com a especificação das atividades previstas, que deverão ser compatíveis com a justificativa apresentada para o pedido de afastamento do País;

III - informações da área técnica sobre a pertinência do afastamento com os interesses do Ministério da Justiça e a correlação das atividades desenvolvidas pelo colaborador com o objeto da viagem;

IV - minuta de Exposição de Motivos que contenha:

a) justificativa da viagem com o detalhamento da necessidade de participação do colaborador eventual;

b) indicação da natureza da viagem; e

c) dados pessoais do colaborador eventual;

V - nota técnica em que fiquem demonstrados:

a) o nível de especialização exigido para o desempenho da atividade e a compatibilidade deste com a qualificação do colaborador eventual;

b) a ausência, no quadro das unidades e entidades vinculadas do Ministério, de servidor qualificado para o desempenho da referida atividade; e

c) a base legal para o pagamento de diárias e passagens pela União;

VI - discriminação dos valores das passagens, das diárias e do custo total do afastamento e a disponibilidade orçamentária;

VII - parecer jurídico específico;

VIII - manifestação de concordância do gestor máximo da unidade ou entidade solicitante;

IX - manifestação do órgão de origem, caso se trate de colaborador eventual que exerça cargo público efetivo nos Estados ou no Distrito Federal;

X - esclarecimento detalhado do dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada do Ministério, quando o afastamento do colaborador estiver previsto para se iniciar na sexta-feira, ou o evento incluir dias de sábado, domingo ou feriado; e

XI - termo de responsabilidade e compromisso de entrega do Relatório de Viagem Internacional, assinado pelo colaborador eventual e pelo dirigente máximo da unidade ou de entidade vinculada.

Art. 12. No caso de não atendimento dos requisitos estabelecidos nesta Portaria e na legislação vigente, a solicitação será devolvida à unidade ou entidade solicitante para complementação, caso ainda não tenha se esgotado o prazo previsto no art. 10.

Art. 13. Deferida a solicitação no âmbito do Ministério da Justiça, o processo será encaminhado à Casa Civil da Presidência da República, com o prazo mínimo de 25 (vinte e cinco) dias de antecedência da data do início da viagem.

Art. 14. É vedada a concessão de diárias a colaboradores eventuais, no caso de afastamento do País, salvo no caso de designação ou nomeação pelo Presidente da República, na forma do § 2º, do art. 10, do Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO IV
DO RELATÓRIO DE VIAGEM E DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

Art. 15. É obrigatória a apresentação, pelo servidor ou colaborador eventual, ao dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do retorno ao País, do Relatório de Viagem Internacional que deverá conter:

I - a discriminação pormenorizada das atividades realizadas, das propostas apresentadas pelo Brasil e pelos demais participantes, dos compromissos eventualmente assumidos pelas partes, dos resultados e dos desdobramentos futuros; e

II - o marco normativo aplicável, e, se for o caso, as normas afetadas pela negociação.

§ 1º No caso de o relatório não atender às exigências dos incisos I e II do caput, o dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada deste Ministério o devolverá ao servidor ou colaborador eventual, para complementação imediata.

§ 2º Após avaliação do dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada, o relatório será inserido ao processo de afastamento, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, e encaminhado à Assessoria Internacional do Gabinete do Ministro, para ciência e arquivamento.

Art. 16. Em caso de viagem com ônus ou ônus limitado para a Administração Pública o servidor ou colaborador eventual ficará obrigado, ainda, a apresentar ao dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do término do afastamento do País, relatório circunstanciado das atividades exercidas no exterior, para fins de prestação de contas de viagem no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, que poderá ser idêntico ao relatório previsto no art. 15.

Parágrafo único. É do dirigente máximo da unidade ou entidade vinculada que solicitou o afastamento do colaborador eventual a responsabilidade de exigir deste a apresentação da prestação de contas.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

ANEXO
PLANILHA DE PROGRAMAÇÃO SEMESTRAL DE AFASTAMENTOS DO PAÍS

Mês	Data	Evento	Organizador (es)	Local	Tipo de ônus	Custo total estimado (diárias + passagens)	Histórico de participação	Prioridade

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Nº 980. Ato de Concentração nº 08700.004653/2018-10. Requerentes: Mylan N.V. e Novartis Pharma AG e Novartis Vaccines and Diagnostics, Inc. Advogados: Barbara Rosenberg, Patrícia Avigni, Carolina Cury Ricciardi e Marcela Abras Lorenzetti. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.005. Ato de Concentração nº 08700.004600/2018-07. Requerentes: Kroton Educacional S/A, Adtalem Educacional do Brasil S/A. e SEPA - Sociedade Educacional da Paraíba Ltda. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.008. Ato de Concentração nº 08700.004783/2018-52. Requerentes: Ardian Infrastructure Fund IV SCA SICAR, Ardian Infrastructure Fund IV SCA SICAR B e Aurelia S.r.l. Advogados: Renata Zuccolo, Paulo César Luciano Junior, Renê Medrado, Marco Barbosa e outro. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.023. Ato de Concentração nº 08700.004722/2018-95. Requerentes: Akita Bidco S.à.r.l. e Antelope Topco S.C.A., Advogados: Olavo Zago Chignalia, Fernando Stival, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Venicio Branquinho Pereira Filho e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.024. Ato de Concentração nº 08700.004797/2018-76. Requerentes: Koch Industries Inc e Gunvor Group Ltd. Advogados: Paola Pugliese, Milena Mundim e Vinicius Hercos. Decido pela aprovação, sem restrições.

Nº 1.025. Ato de Concentração nº 08700.004803/2018-95. Requerentes: Alberta Investment Management Corporation e Iguá Saneamento S.A.. Advogados: Renata Zuccolo, Bárbara Decnop, Cristianne Saccab Zarzur, Marcos Garrido e outros. Decido pela aprovação, sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.002, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo Administrativo nº 08700.009165/2015-56 (Apartado Restrito nº 08700.010420/2015-11). Representante: Cade ex officio Representados: Elster Medição de Água S/A ("Elster"), FAE Ferragens e Indústria de Hidrômetros S/A ("FAE"), Itron Soluções para Energia e Água Ltda. ("Itron"), LAO Indústria Ltda. ("LAO"), Sappel do Brasil Ltda./Diehl Metering Industria de Sistema de Medição Ltda. ("Sappel"), Sensus Metering Systems do Brasil Ltda. ("Sensus"), Saga Medição Ltda. ("Saga"), Vector Sistemas de Medição Ltda ("Vector"), Adney Aparecido Costa Siqueira; André Bezerra Lima Carneiro, Antônio Fábio Andrade Santos, Cid Luiz Racca, Carlos Dehon, Dias Lopes, Carlos Henrique Gomez Capps, Danilo Murta Coimbra, Emerson da Costa Rodrigues, Frazão Sergio Caixeta Gomes, José Antônio Cattani Xavier, Jose Geraldo de Almeida Junior, José Roberto Baptistella, Leonardo Cangussú Mendes, Luis Antonio Tinello, Luis Claudio Nogueira Rigolon, Luiz Jose Hernandez Junior, Luiz Tadeu Beraldo Teixeira, Marcos Antônio Kokol, Marcos Sérgio Sartori, Pedro Cyrillo Cardoso de Almeida, Perlúcio Bezerra da Silva, Renzo Rodrigues Sudario da Silva, Samuel Chagas Lee, Sebastião Ataíde Fonseca, Sylvain Brogle e Valdir Iannelli. Advogados: Tito Amaral de Andrade, Maria Cibele Crepaldi Affonso dos Santos, Maria Eugênia Novis de Oliveira, Vamilson José da Costa, Cássio Hildebrand Pires da Cunha, Olavo Zago Chinaglia, Fernando Stival, Leticia Ladeira Monteiro de Barros, Schermann Chrystie Moranda e Silva, Livio de Vivo, Marcelo Scaff Padilha, Valmir Fernandes, Frederico Feitosa da Rosa, Leonardo da Costa Carvalho Coelho, Vicente Bagnoli, José Del Chiaro Ferreira Da Rosa, Maria Gabriela Castanheira Bacha, Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti, Luís Antônio Aguilar Hajnal, Ana Beatriz Bochi Fernandes, Arthur Villamil Martins, Ricardo Silva das Neves, Guilherme Favoro Corvo Ribas, Leonardo Vasconcelos Lins Fonseca, Eric Hadmann Jasper, Rander Augusto Andrade, Ana Frazão e outros. Tendo em vista a petição da Representada Sensus (0510104), que solicita a retificação da Nota Técnica n. 41/2018 por meio da exclusão do Representado Luiz José Hernandes Junior e eventual inclusão de outras pessoas no polo passivo, decido pela suspensão do prazo de defesa, que foi iniciado conforme certidão do protocolo deste Cade (0510115), até que se esclareça a composição do polo passivo do processo em epígrafe.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA Nº 990, DE 27 DE JULHO DE 2018

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, alterado pelo Decreto nº 9.425, de 27 de junho de 2018, e considerando o constante dos autos do processo nº 08620.007485/2017-23, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado alcançado das Metas Globais do Oitavo Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional transcorrido no período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

Art. 2º Estabelecer 30 (trinta) pontos relativos ao cumprimento das metas globais, conforme Anexo I desta Portaria.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WALLACE MOREIRA BASTOS

ANEXO I

8º Ciclo de Avaliação de Desempenho Institucional da Funai Período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018									METAS (x) GLOBAIS ( ) INTERMEDIÁRIAS	
Nº.	DESCRIÇÃO DA META	PRODUTO	QTDE	UNID. MEDIDA	FÓRMULA DE CÁLCULO*	PRAZO	INDICADOR	UNIDADE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	UNIDADE DE AVALIAÇÃO	META ALCANÇADA
01	Tratar por meio de registro, preservação e/ou difusão 40.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.	Registro realizado	40.000	Un	(46.217 / 40.000) x 100 = 115,54	30/06/2018	Número de registros realizados	Museu do Índio	Presidência da Funai	100%
02	Contribuir para a qualificação das políticas públicas de gênero, segurança alimentar e nutricional, educação, esporte, habitação, energia, previdência social, assistência social, saúde e cultura, em articulação com os povos indígenas, respeitando as suas especificidades.	Instrumentos formalizados (termos e acordos de cooperação, planos de trabalho, informações técnicas, relatórios, notas técnicas, entre outros).	10	Un	Quant. Realizada/Quant. Prevista) x100	30/06/2018	Número de instrumentos formalizados	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	Presidência da Funai	100%
03	Implementar ações integradas de gestão territorial e ambiental	Ações intersetoriais realizadas (manifestações em processos de licenciamento e projetos integrantes de PGTAs)	10	Un	Quant. Realizada/Quant. Prevista) x100	30/06/2018	Número de Terras Indígenas atendidas	Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	Presidência da Funai	100%
04	Realizar ações de proteção territorial em terras indígenas, incluindo aquelas com presença de índios isolados.	Terra Indígena atendida	145	Un	(257 / 145) x 100 = 177,24	30/06/2018	Número de terras indígenas atendidas	Diretoria de Proteção Territorial	Presidência da Funai	100%

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 213ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE JUNHO DE 2018

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, às 10 horas, na sala 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, no Palácio da Justiça Raymundo Faoro, reuniu-se o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES: Sob a Presidência da Dra. MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA, representante do Ministério Público Federal, os seguintes Conselheiros: Dr. GILMAR ARAUJO DE SOUSA, representante da Secretaria Nacional do Consumidor/Ministério da Justiça; Dra. CAROLINA SAITO DA COSTA, representante do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); Dra. MIRIAN JEAN MILLER, representante do Ministério do Meio Ambiente/MMA; Dr. DIÓGENES FARIA DE CARVALHO, representante do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (BRASILCON); Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA BAIA, representante do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor (FNECDC); e a Dra. ANA CLÁUDIA VASCONCELOS MAGALHÃES, representante do Ministério da Cultura/IPHAN (MinC/IPHAN). O Secretário Executivo do CFDD, Dr. CARLOS CHAGAS FERREIRA DE SOUZA. Os assessores técnicos da Secretaria Executiva do CFDD: Sra. KELEN RODRIGUES DE OLIVEIRA; Sr. GRACIVALDO JOSÉ VENTURA DE SOUSA; e o Sr. MAX WELL BARBOSA LIMA. JUSTIFICARAM AUSÊNCIAS: Dr. EDSON ANTONIO DONAGEMA e Dra. LAÍS SANTANA DANTAS, representantes do Ministério da Saúde (ANVISA); Dra. MÁRCIA LEUZINGER e Dra. LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA, representantes do Instituto "O Direito Por Um Planeta Verde"; Dr. MARCELO DE MATOS RAMOS e Dr. DANIEL PALARO CANHETE, representantes do Ministério da Fazenda. Item 1º Posse das Conselheiras: Dra. ANA CLÁUDIA VASCONCELOS GUIMARÃES, representante do MinC/IPHAN e Dra. CAROLINA SAITO DA COSTA, representante do CADE. Item 2º Aprovação da Ata da 212ª Reunião Ordinária. A Ata foi aprovada por unanimidade. Item 3º - Quadros Demonstrativos de Valores. A Presidente passou a palavra ao Secretário Executivo do Conselho que leu os valores recolhidos ao FDD no período de 01 de janeiro a 31 de maio de 2018: Código 20074-3 (Ref-001) - Condenações Judiciais - Meio Ambiente - R$ 2.383,724,46; Código 20074-3 (Ref-002) - Condenações Judiciais - Consumidor - R$ 9.929,660,93; Código 20074-3 (Ref-003) - Condenações Judiciais - Bens Direitos de Valor Artístico - não houve; Código 20074-3 (Ref-004) - Condenações Judiciais - Qualquer Outro Interesse Difuso ou Coletivo - R$ 2.502.679,08; Código 20074-3 (Ref-005) - Multas e Indenizações - Deficientes - não houve; Código 20074-3 (Ref-006) - Multas - CDC - Consumidor (art. 57 da Lei 8.078/90) - não houve; Código 20074-3 (Ref-007) - Indenizações - CDC - Consumidor (art. 100 da Lei 8.078/90) - R$ 339.217,76; Código 20074-3 (Ref-008) - Mercado Imobiliário - não houve; Código 20080-8 - Infração à Ordem Econômica - R$ 177.329,790,07; Código 10130-3 - Multas Legislação Prevista Auto de Infração - R$ 1.851.888,34; Código 18001-7 - Outras Receitas - Sorteios de Instituições Filantrópicas - R$ 55.985.90; Código 28886-1 - Outras Receitas - Doações - R$ 60.650,87; Código 18806-9 - Ressarcimento de Despesas Diversas de exercícios anteriores - R$ 389.068,29; Código 18836-0 - Devolução de saldo de convênio de exercício anterior a STN - não houve; Código 28895-0 - Devolução de saldo de convênio ao Concedente - não houve. Obteve-se uma arrecadação total no valor de R$ 194.910,168,10 (cento e noventa e quatro milhões novecentos e dez mil cento e sessenta e oito reais e dez centavos). Item 4º - Deliberação de Projetos 2017 - O Conselho deliberou o seguinte projeto: Item 4.1 - Interessado: Universidade Federal de Goiás - (Sei nº 08012.0002578/2017-20). Projeto: Centro de (Super) Endividamento do Núcleo de Práticas Jurídicas da Universidade Federal de Goiás. Conselheira-Relatora: Dra. Mariane Guimarães de Mello Oliveira, representante do Ministério Público Federal. Decisão do CFDD: Aprovado por unanimidade. Item 5º - Data da próxima reunião do CFDD: A próxima reunião ordinária ficou prevista para o dia 26/07/2018, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 328. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrada a presente Ata.

MARIANE GUIMARÃES DE MELLO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

COORDENAÇÃO-GERAL DE MIGRAÇÃO DE NACIONALIDADE

DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Não conheço do Recurso, conforme disposto no art. 63, I, da Lei nº 9784, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/02/2018, Seção 1, página 29.

Processo nº 08505.046049/2017-96 - EKENE URAMA

Nego provimento ao recurso, com fundamento no art. 153, § 2°, do Decreto nº 9.199/2017, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 06/06/2018, Seção 1, página 46. Processo nº 08000.019086/2018-93 - LIU SHUXIA

Indefiro o recurso, tendo em vista que o(a) interessado(a) não cumpriu a exigência formulada por este Departamento e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 22/02/2018, Seção 1, pag. 51. Processo nº 08280.019136/2017-52 - MAJD SOLIMAN

Nego provimento ao recurso, com fundamento no art. 153, § 2°, do Decreto nº 9.199/2017, e mantenho o Ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 19/06/2018, Seção 1, página 77, devendo a interessada ser notificada nos termos do art. 176, § 1°, inciso II, do mesmo decreto. Processo nº 08000.000084/2018-21 - DANNA LAN

Torno sem efeito o ato indeferitório publicado no Diário Oficial da União de 25/11/2011, Seção 1, pag. 34, bem como o indeferimento do recurso publicado no Diário Oficial da União de 06/03/2012, Seção 1, pag. 88, para que os presentes autos voltem a análise inicial na Divisão de Processos Migratórios. Com efeito, REVOGO o Despacho nº 814/2016/DPMIG Perm. por Anistia/DPMIG/DEMIG/SNJ (Documento SEI nº 2658291). Processo nº 08505.072636/2009-21 - CHMAEZE LEVI IWUDIKE

ANDRE ZACA FURQUIM
Diretor

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 141, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Show Musical: A VOZ DO MEU SAMBA - AO VIVO (Brasil - 2018)
Produtor(es): Universal Music International Ltda.
Diretor(es): Pietro (Do Mumu)/Felipe (do Mumu)
Distribuidor(es): Universal Music International Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.028540/2018-05
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MENTES SOMBRIAS (THE DARKEST MINDS, Estados Unidos da América - 2018)
Diretor(es): Jennifer Yuh Nelson
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ficção
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.029273/2018-85
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Trailer: HUNTER KILLER (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Gerard Butler/Mark Gill/Toby Jaffe
Diretor(es): Donovan Marsh
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.030092/2018-00
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: LEGALIZE JÁ (Brasil - 2018)
Produtor(es): Paulo Roberto Schmidt
Diretor(es): Johnny Araujo/Gustavo Bonafe
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.030093/2018-46
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: ENTREVISTA COM DEUS (AN INTERVIEM WITH GOD, Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): Ken Aguado/Fred Bernstein
Diretor(es): Perry Lang
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.030095/2018-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: FINAL SCORE (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): Dave Bautista/Wayne Marc Godfrey/Marc Goldberg
Diretor(es): Scott Mann
Distribuidor(es): WMIX DISTRIBUIDORA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Atos criminosos
Processo: 08000.030096/2018-80
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: A OUTRA MULHER (AMOUREUX DE MA FEMME, França - 2018)
Produtor(es): Olivier Delbosc
Diretor(es): Daniel Auteil
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Nudez e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000987/2018-22
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Filme: BIO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Luciana Tomasi
Diretor(es): Carlos Gerbase
Distribuidor(es): PAGU PICTURES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Nudez e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001020/2018-68
Requerente: BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA-EPP

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 139, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo MJ nº 08000.066547/2017-36
Novela: "DEUS SALVE O REI"
Emissora: Rede Globo

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Considerando que a emissora exibiu a obra "DEUS SALVE O REI" com autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos", conforme requerimento protocolado em 09 de novembro de 2017 .

Considerando que durante a análise da novela foram constatadas tendências como ato violento, morte intencional, presença de sangue, lesão corporal, insinuação sexual e linguagem de conteúdo sexual, todas agravadas por relevância e frequência e todas incompatíveis com a autoclassificação sugerida.

Considerando que a emissora foi notificada mais de uma vez a respeito da incompatibilidade do conteúdo exibido com a faixa etária pretendida.

Considerando que após as notificações, a pedido da emissora, foi publicada por meio da Portaria nº 34 de 06 de março de 2018 a autoclassifição da novela para "não recomendado para menores de doze anos".

Considerando que na atividade de monitoramento dos programas subsequentes ao pedido de reclassificação foram identificadas tendências como: pena de morte, mutilação, descrição de violência, exposição de cadáver, mortes intencionais, presença de sangue, as duas últimas de forma reiterada, relevante e, em alguns casos, detalhada, sem a apresentação de contrapontos suficientes para o atendimento da classificação indicativa pretendida.

Considerando que os contrapontos apresentados na trama não foram suficientes para atenuar o impacto imagético e contextual das tendências apresentadas, para que estas se amoldassem à autoclassificação sugerida.

Considerando que os conteúdos apresentados não se amoldam à classificação de "não recomendado para menores de doze anos, resolve:

Reclassificar a obra "DEUS SALVE O REI" como "não recomendado para menores de catorze anos" por conter violência, drogas e conteúdo sexual, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.124, DE 27 DE ABRIL DE 2018
(Publicada no DOU de 30-4-2018)

ANEXO I (*)

UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
AC	120001	Acrelândia	3	0
AC	120035	Marechal Thaumaturgo	4	3
ANEXO II (*)				
UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
AM	130060	Benjamin Constant	1	1
AM	130180	Ipixuna	2	2
AM	130250	Manacapuru	1	17
AM	130270	Manicoré	1	6
AM	130330	Novo Aripuanã	1	5
AM	130353	Presidente Figueiredo	1	4
AM	130400	Silves	1	2
ANEXO III (*)				
UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
AP	160015	Pedra Branca do Amapari	1	1
AP	160053	Porto Grande	1	1
ANEXO IV (*)				
UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
MT	510757	Rondolândia	1	0
ANEXO V (*)				
UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
PA	150060	Altamira	3	8
PA	150070	Anajás	1	2
PA	150178	Breu Branco	2	0
PA	150180	Breves	1	2
PA	150210	Cametá	3	0
PA	150420	Marabá	2	0
PA	150548	Pacajá	1	9
PA	150550	Paragominas	1	12
PA	150600	Prainha	3	3
ANEXO VI (*)				
UF	IBGE	Município	Microscopista Descredenciado	Microscopista Credenciado atual
RO	110002	Ariquemes	6	5
RO	110045	Buritis	7	0
RO	110013	Machadinho D'Oeste	1	3
RO	110175	Vale do Anari	2	0

(*)Republicado por ter saído, no Diário Oficial da União , nº 82, de 30 de abril de 2018, Seção 1, página 91, com incorreções no original.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSULTA PÚBLICA Nº 35, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.172441/2015-28, interposto pelo HOSPITAL EVANGÉLICO DE RIO VERDE/GO, CNPJ nº 02.608.131/0001-81, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 2.252, DE 26 DE JULHO DE 2018

Habilita o Centro Especializado em Reabilitação CER IV de Foz do Iguaçu - PR e estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Paraná e Município de Foz do Iguaçu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Centro Especializado em Reabilitação CER IV localizado em Foz do Iguaçu, como Centro Especializado em Reabilitação (CER), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 4.140.000,00 (quatro milhões e cento e quarenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), do Estado do Paraná e Município Foz do Iguaçu.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 10ª (décima) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual (R$)	Custeio mensal (R$)
PR	Foz do Iguaçu	16463	Centro Especializado em Reabilitação CER IV	9259996	Municipal	22.08 - Física; 22.09 - Intelectual; 22.10 - Auditiva; 22.11 - Visual.	82.25 CER IV	4.140.000,00	345.000,00

PORTARIA Nº 2.317, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

Suspende a transferência do recurso financeiro destinado ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Seção II do Capítulo III Dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde do Título VII Dos Sistemas De Informação da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, referente a Dos Critérios para Alimentação dos Bancos de Dados Nacionais dos Sistemas de Informação da Atenção à Saúde, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção I - Disposições gerais do Capítulo V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção VII - Do Financiamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Capitulo I - Dos componentes de financiamento no bloco da média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC) do Título III - Do custeio da atenção média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar da Portaria de Consolidação n° 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução da CIT n° 36, de 25 de janeiro de 2018, que definiu o prazo para os gestores enviarem manifestação ao Ministério da Saúde e definiu a suspensão da transferência dos recursos de custeio referente às habilitações dos serviços de atenção à saúde de média e alta complexidade que não estejam em funcionamento ou não apresentem a produção assistencial registrada nos sistemas de informação em saúde considerando as políticas de atenção à saúde; e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal, do Departamento de Atenção Básica, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério da Saúde (CGSB/DAB/SAS/MS), dos dados extraídos do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), relativos à produção informada pelos Centros de Especialidades Odontológicas, referente aos meses de junho de 2017 à abril de 2018, resolve:

Art. 1º Fica suspensa, a partir da competência financeira de julho de 2018, a transferência do recurso financeiro destinado ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), dos Municípios constantes no anexo a esta Portaria, que não alimentaram o Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS).

Art. 2º A suspensão ora formalizada perdurará até a adequação das irregularidades na alimentação do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde (FNS) adotará as medidas necessárias para interromper a transferência, regular e automática, dos incentivos, dos respectivos valores constantes no Anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde (FMS) correspondente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSI-FI-CAÇÃO	INCENTIVO (R$)			PORTARIA DE HABILITAÇÃO	PORTARIA DE AUMENTO DO RECURSO DE CUSTEIO MENSAL	PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO PMAQ-CEO	Portaria CEO ADESÃO RCPD
						CEO TIPO	CUSTEIO MENSAL	PMAQ-CEO _ HO-MOLOGAÇÃO	CEO RCPD				
AL	270070	BATALHA	CEO TIPO I CENTRO ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	5333563	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		118/GM /MS 19/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
AL	270880	SÃO SEBASTIÃO	CENTRO DE ESPECIAL-IDADES ODONTOLOGI-CAS	3730271	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		118/GM/MS 19/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AP	160060	SANTANA	PM STN POLICLINICA DR ALBERTO LIMA	2020947	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		225/GM/MS 12/02/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
BA	290650	CANDEIAS	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	5993709	MUNICIPAL	2	11.000,00	6.600,00		2.376/GM/MS 07/10/09	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
BA	290930	CORRENTINA	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE CORRENTINA	4024958	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		2.758/GM/MS 18/11/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
BA	291400	IPIRÁ	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA	3947394	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		82/GM/MS 10/01/07	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
BA	291560	ITAMARAJU	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	6521754	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		4.281/GM/MS 30/12/10	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
BA	292300	NOVA VIÇOSA	CEO I	7262817	MUNICIPAL	1	8.250,00			729/GM/MS 29/04/13			
BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	CEO I SAO SEBASTIAO DO PASSE	5087309	MUNICIPAL	1	8.250,00	8.250,00		82/GM/MS 10/01/07	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
CE	230280	CANINDÉ	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE CANINDE	5144205	MUNICIPAL	2	11.000,00			2.014/GM/MS 22/08/07	1.341/GM/MS 13/06/12		
CE	230800	MASSAPÊ	CEO DE MASSAPE	3694682	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		87/GM/MS 16/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	3208362	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00	1.650,00	1.993/GM/MS 25/08/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	2.693/GM/MS 11/11/13
GO	522020	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS CEO	7035926	MUNICIPAL	1	8.250,00	4.950,00		758/GM/MS 06/05/13		677/GM/MS 03/06/15	
MA	210550	JOÃO LISBOA	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE JOAO LISBOA	6201539	MUNICIPAL	1	8.250,00			226/GM/MS 12/02/08	1.341/GM/MS 13/06/12		
MA	210820	PEDREIRAS	CENTRO DE SAUDE DR CARLOS MELO	2457660	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		118/GM/MS 19/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
MA	210890	POÇÃO DE PEDRAS	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS TIPO 1	3975800	MUNICIPAL	1	8.250,00			720/GM/MS 13/04/07	1.341/GM/MS 13/06/12		
MA	210900	PORTO FRANCO	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE PORTO FRANCO	3460843	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		118/GM/MS 19/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
MA	210990	SANTA INÊS	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA	5005388	MUNICIPAL	2	11.000,00	6.600,00		720/GM/MS 13/04/07	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
MA	211140	SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO	CENTRO DE SAUDE WILSON CURVINA	2310813	MUNICIPAL	2	11.000,00			87/GM/MS 16/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12		
PA	150172	BRASIL NOVO	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE BRASIL NOVO	6823009	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.293/GM/MS 02/10/12		677/GM/MS 03/06/15	
PA	150215	CANAÃ DOS CARAJÁS	CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA	5858844	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.199/GM/MS 03/08/10	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
PA	150220	CAPANEMA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	5856639	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.376/GM/MS 07/10/09	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
PB	250915	MARIZÓPOLIS	CEO I FRANCISCO AFONSO DE CARVALHO	7405537	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		620/GM/MS 23/04/14		1.814/GM/MS 07/10/16	
PB	251320	SANTA CRUZ	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA CEO I	5837790	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.376/GM/MS 07/10/09	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PB	251330	SANTA HELENA	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA ELAIR DINIZ BRASILEIRO	7661592	MUNICIPAL	1	8.250,00			940/GM/MS 09/05/16			
PB	251370	SANTA RITA	CENTRO DE ESPEC ODONTOLOGICAS CEO DR WILSON SEIXAS	3718867	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		118/GM/MS 19/01/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677GM/MS 03/06/15	
PE	260190	BEZERROS	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DE BEZERROS	5654963	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00	2.200,00	989/GM/MS 16/05/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	2.354/GM/MS 27/10/14
PE	260530	EXU	CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLOGICA DE EXU	6293670	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		3.242/GM/MS 22/12/09	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PE	260940	MORENO	CEO DRA MARLENE FERREIRA LIMA	5081629	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.937/GM/MS 20/11/06	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
PE	260990	OURICURI	CEO I OURICURI	7530439	MUNICIPAL	1	8.250,00			940/GM/MS 09/05/16			
PE	261000	PALMARES	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS DOM HELDER CAMARA	3854248	MUNICIPAL	2	11.000,00	6.600,00		1.993/GM/MS 25/08/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PE	261390	SERRA TALHADA	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	6442277	MUNICIPAL	1	8.250,00	4.950,00		3.242/GM/MS 22/12/09	1.341/GMMS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PI	220220	CAMPO MAIOR	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS CEO II DE CAMPO MAIOR	5370914	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		226/GM/MS 12/02/08	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
PI	221000	SÃO JOÃO DO PIAUÍ	CENTRO DE ESPEC ODONTOLOGICAS JACINTO RODRIGUES DA SILVA	5616077	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.753/GM/MS 18/11/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PR	410442	CANDÓI	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICA DE CANDOI	6036503	MUNICIPAL	1	8.250,00	1.650,00		2.376/GM/MS 07/10/09	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
PR	410940	GUARAPUAVA - Estadual	CIS CENTRO OESTE	2741687	ESTADUAL	2	11.000,00	2.200,00		217/GM/MS 11/02/05	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	330025	ARRAIAL DO CABO	CEO DAVID SEGUNDO AYRES DE OLIVEIRA	5490723	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		925/GM/MS 03/05/07	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
RN	240260	CEARÁ-MIRIM	UNIDADE DE ESPECIALIDADES DE CEARA MIRIM	2410648	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		2.394/GM/MS 06/10/06	1.341/GM/MS 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
RO	110025	PRESIDENTE MÉDICI	CEO CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA	3850013	MUNICIPAL	2	11.000,00			1.992/GMMS 25/08/06	1.341/GM/MS 13/06/12		
RR	140010	BOA VISTA	CEO	3914763	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		224/GM/MS 12/02/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
SP	351240	CORDEIRÓPOLIS	CENTRO ODONTOLOGICO DR CRISTOVAN LOPES MUNHOZ	6390099	MUNICIPAL	1	8.250,00	4.950,00		3.242/GM/MS 22/12/09	1.341/GMMS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
SP	351110	CATANDUVA	CENTRO ODONTOLOGICO CATANDUVA	2025957	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		2.192/GM/MS 08/10/04	1.341GM 13/06/12	1.814/GM/MS 07/10/16	
SP	352130	IPUÃ	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS IPUA	6938698	MUNICIPAL	2	11.000,00	2.200,00		5/GM/MS 7/01/15		1.814/ GM/MS 07/10/16	
SP	352930	MATÃO	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS MATAO	2091062	MUNICIPAL	2	11.000,00	6.600,00		680/GM/MS 30/03/06	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	
SP	353730	PENÁPOLIS	CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS	2717050	MUNICIPAL	2	11.000,00	11.000,00		2.757/GM/MS 18/11/08	1.341/GM/MS 13/06/12	677/GM/MS 03/06/15	

PORTARIA Nº 2.356, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio referentes ao primeiro ciclo de monitoramento do ano de 2018 a Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS nos anos de 2012, 2013 e 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3° do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, alterada pela Portaria 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IV, do Capítulo IV, do Título IV, que trata do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 22/SCTIE/MS, de 15 de agosto de 2012, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2012;

Considerando a Portaria nº 39/SCTIE/MS, de 13 de agosto de 2013, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2013;

Considerando a Portaria nº 2.107/GM/MS, de 23 de setembro de 2014, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura, no ano de 2014;

Considerando a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o monitoramento das ações desenvolvidas em decorrência do repasse dos recursos financeiros, conforme estabelecido pela Portaria nº 980/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2013, e pela Portaria nº 1.217, de 3 de junho de 2014, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2014, resolve:

Art. 1º Aprova o repasse dos recursos de custeio referente ao primeiro ciclo de monitoramento do ano de 2018 a Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa QUALIFAR-SUS nos anos de 2012, 2013 e 2014, relacionados no anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A efetivação da transferência trimestral de recursos de custeio a Municípios habilitados no Programa (QUALIFAR-SUS) tem por base o envio do conjunto de dados pelo uso do Sistema Hórus, ou ainda, por meio do serviço WebService, conforme a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no trimestre anterior ao da respectiva competência financeira, cuja responsabilidade é dos gestores dos Municípios.

Art. 2° O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos financeiros de custeio referentes ao primeiro ciclo de monitoramento do ano de 2018 para os respectivos Fundos Municipais de Saúde detalhados no anexo a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, Plano Orçamentário (0000).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ESTADO	IBGE	MUNICÍPIO ELEGIVEL	REPASSE RECURSO
AC	120005	Assis Brasil	R$ 6.000,00
AC	120080	Porto Acre	R$ 6.000,00
AC	120039	Porto Walter	R$ 6.000,00
		AC TOTAL	R$ 18.000,00
AL	270010	Água Branca	R$ 6.000,00
AL	270020	Anadia	R$ 6.000,00
AL	270070	Batalha	R$ 6.000,00
AL	270090	Belo Monte	R$ 6.000,00
AL	270120	Cacimbinhas	R$ 6.000,00
AL	270150	Campo Grande	R$ 6.000,00
AL	270160	Canapi	R$ 6.000,00
AL	270190	Chã Preta	R$ 6.000,00
AL	270200	Coité do Nóia	R$ 6.000,00
AL	270235	Craíbas	R$ 6.000,00
AL	270240	Delmiro Gouveia	R$ 6.000,00
AL	270250	Dois Riachos	R$ 6.000,00
AL	270255	Estrela de Alagoas	R$ 6.000,00
AL	270260	Feira Grande	R$ 6.000,00
AL	270270	Feliz Deserto	R$ 6.000,00
AL	270290	Girau do Ponciano	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	270300	Ibateguara	R$ 6.000,00
AL	270310	Igaci	R$ 6.000,00
AL	270320	Igreja Nova	R$ 6.000,00
AL	270330	Inhapi	R$ 6.000,00
AL	270340	Jacaré dos Homens	R$ 6.000,00
AL	270370	Jaramataia	R$ 6.000,00
AL	270410	Lagoa da Canoa	R$ 6.000,00
AL	270420	Limoeiro de Anadia	R$ 6.000,00
AL	270440	Major Isidoro	R$ 6.000,00
AL	270500	Mata Grande	R$ 6.000,00
AL	270540	Monteirópolis	R$ 6.000,00
AL	270560	Novo Lino	R$ 6.000,00
AL	270580	Olho d'Água do Casado	R$ 6.000,00
AL	270590	Olho d'Água Grande	R$ 6.000,00
AL	270600	Olivença	R$ 6.000,00
AL	270620	Palestina	R$ 6.000,00
AL	270630	Palmeira dos Índios	R$ 6.000,00
AL	270640	Pão de Açúcar	R$ 6.000,00
AL	270650	Passo de Camaragibe	R$ 6.000,00
AL	270720	Poço das Trincheiras	R$ 6.000,00
AL	270760	Quebrangulo	R$ 6.000,00
AL	270800	Santana do Ipanema	R$ 6.000,00
AL	270810	Santana do Mundaú	R$ 6.000,00
AL	270820	São Brás	R$ 6.000,00
AL	270840	São José da Tapera	R$ 6.000,00
AL	270880	São Sebastião	R$ 6.000,00
AL	270895	Senador Rui Palmeira	R$ 6.000,00
AL	270900	Tanque d'Arca	R$ 6.000,00
AL	270920	Traipu	R$ 6.000,00
AL	270940	Viçosa	R$ 6.000,00
		AL TOTAL	R$ 276.000,00
AM	130080	Borba (PILOTO)	R$ 6.000,00
AM	130140	Eirunepé	R$ 6.000,00
AM	130300	Nhamundá	R$ 6.000,00
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	R$ 6.000,00
		AM TOTAL	R$ 24.000,00
AP	160080	Vitória do Jari	R$ 6.000,00
		AP TOTAL	R$ 6.000,00
BA	290210	Araci	R$ 6.000,00
BA	290680	Cansanção	R$ 6.000,00
BA	291910	Lamarão	R$ 6.000,00
BA	292265	Nordestina	R$ 6.000,00
BA	292580	Queimadas	R$ 6.000,00
BA	292895	São Domingos	R$ 6.000,00
BA	290130	Andaraí	R$ 6.000,00
BA	290530	Cafarnaum	R$ 6.000,00
BA	291250	Ibipitanga	R$ 6.000,00
BA	291440	Iraquara	R$ 6.000,00
BA	292205	Mulungu Do Morro	R$ 6.000,00
BA	293080	Souto Soares	R$ 6.000,00
BA	291960	Macajuba	R$ 6.000,00
BA	293280	Utinga	R$ 6.000,00
BA	290150	Anguera	R$ 6.000,00
BA	290170	Antônio Cardoso	R$ 6.000,00
BA	290260	Baixa Grande	R$ 6.000,00
BA	290685	Capela Do Alto Alegre	R$ 6.000,00
BA	292210	Mundo Novo	R$ 6.000,00
BA	292273	Nova Fátima	R$ 6.000,00
BA	292405	Pé De Serra	R$ 6.000,00
BA	292465	Pintadas	R$ 6.000,00
BA	293110	Tanquinho	R$ 6.000,00
BA	290115	América Dourada	R$ 6.000,00
BA	290323	Barro Alto	R$ 6.000,00
BA	291310	Ibititá	R$ 6.000,00
BA	291835	João Dourado	R$ 6.000,00
BA	292925	São Gabriel	R$ 6.000,00
BA	293240	Uibaí	R$ 6.000,00
BA	290510	Caém	R$ 6.000,00
BA	290550	Caldeirão Grande	R$ 6.000,00
BA	290687	Capim Grosso	R$ 6.000,00
BA	291125	Gavião	R$ 6.000,00
BA	292010	Mairi	R$ 6.000,00
BA	292120	Miguel Calmon	R$ 6.000,00
BA	292140	Mirangaba	R$ 6.000,00
BA	292170	Morro Do Chapéu	R$ 6.000,00
BA	292480	Piritiba	R$ 6.000,00
BA	292593	Quixabeira	R$ 6.000,00
BA	292937	São José Do Jacuípe	R$ 6.000,00
BA	292980	Saúde	R$ 6.000,00
BA	293060	Serrolândia	R$ 6.000,00
BA	293305	Várzea Da Roça	R$ 6.000,00
BA	293310	Várzea Do Poço	R$ 6.000,00
BA	293315	Várzea Nova	R$ 6.000,00
BA	291030	Elísio Medrado	R$ 6.000,00
BA	291780	Jaguaripe	R$ 6.000,00
BA	291820	Jiquiriçá	R$ 6.000,00
BA	292850	Santa Teresinha	R$ 6.000,00
BA	293317	Varzedo	R$ 6.000,00
BA	290205	Araçás	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290860	Conde	R$ 6.000,00
BA	290960	Crisópolis	R$ 6.000,00
BA	292410	Pedrão	R$ 6.000,00
BA	290035	Adustina	R$ 6.000,00
BA	290265	Banzaê	R$ 6.000,00
BA	290790	Cipó	R$ 6.000,00
BA	291185	Heliópolis	R$ 6.000,00
BA	292590	Quijingue	R$ 6.000,00
BA	292650	Ribeira Do Amparo	R$ 6.000,00
BA	290020	Abaré	R$ 6.000,00
BA	291140	Glória	R$ 6.000,00
BA	292710	Rodelas	R$ 6.000,00
BA	292760	Santa Brígida	R$ 6.000,00
BA	290135	Andorinha	R$ 6.000,00
BA	292525	Ponto Novo	R$ 6.000,00
BA	293010	Senhor Do Bonfim	R$ 6.000,00
BA	290990	Curaçá	R$ 6.000,00
BA	292440	Pilão Arcado	R$ 6.000,00
BA	292600	Remanso	R$ 6.000,00
BA	293077	Sobradinho	R$ 6.000,00
BA	293200	Uauá	R$ 6.000,00
BA	290140	Angical	R$ 6.000,00
BA	290440	Brejolândia	R$ 6.000,00
BA	292890	São Desidério	R$ 6.000,00
BA	293345	Wanderley	R$ 6.000,00
BA	290390	Bom Jesus Da Lapa	R$ 6.000,00
BA	291077	Feira Da Mata	R$ 6.000,00
BA	291735	Jaborandi	R$ 6.000,00
BA	290270	Barra	R$ 6.000,00
BA	290290	Barra Do Choça	R$ 6.000,00
BA	290350	Belo Campo	R$ 6.000,00
BA	290395	Bom Jesus Da Serra	R$ 6.000,00
BA	290670	Cândido Sales	R$ 6.000,00
BA	290870	Condeúba	R$ 6.000,00
BA	290900	Cordeiros	R$ 6.000,00
BA	291040	Encruzilhada	R$ 6.000,00
BA	292500	Planalto	R$ 6.000,00
BA	292510	Poções	R$ 6.000,00
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	R$ 6.000,00
BA	292665	Ribeirão Do Largo	R$ 6.000,00
BA	290420	Botuporã	R$ 6.000,00
BA	290500	Caculé	R$ 6.000,00
BA	290710	Carinhanha	R$ 6.000,00
BA	291165	Guajeru	R$ 6.000,00
BA	291170	Guanambi	R$ 6.000,00
BA	291200	Ibiassucê	R$ 6.000,00
BA	291733	Iuiú	R$ 6.000,00
BA	291740	Jacaraci	R$ 6.000,00
BA	291875	Lagoa Real	R$ 6.000,00
BA	291940	Licínio De Almeida	R$ 6.000,00
BA	292105	Matina	R$ 6.000,00
BA	292180	Mortugaba	R$ 6.000,00
BA	292340	Palmas De Monte Alto	R$ 6.000,00
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	R$ 6.000,00
BA	291640	Itapetinga	R$ 6.000,00
BA	291710	Itororó	R$ 6.000,00
BA	290280	Barra Da Estiva	R$ 6.000,00
BA	290515	Caetanos	R$ 6.000,00
BA	291010	Dom Basílio	R$ 6.000,00
BA	290050	Érico Cardoso	R$ 6.000,00
BA	291220	Ibicoara	R$ 6.000,00
BA	292030	Malhada De Pedras	R$ 6.000,00
BA	292145	Mirante	R$ 6.000,00
BA	292360	Paramirim	R$ 6.000,00
BA	292690	Rio Do Pires	R$ 6.000,00
BA	290580	Camamu	R$ 6.000,00
BA	291345	Igrapiúna	R$ 6.000,00
BA	293120	Taperoá	R$ 6.000,00
BA	293160	Teolândia	R$ 6.000,00
BA	292390	Pau Brasil	R$ 6.000,00
BA	290950	Cravolândia	R$ 6.000,00
BA	292050	Maracás	R$ 6.000,00
		BA TOTAL	R$ 798.000,00
CE	230020	Acaraú	R$ 6.000,00
CE	230050	Alcântaras	R$ 6.000,00
CE	230060	Altaneira	R$ 6.000,00
CE	230070	Alto Santo	R$ 6.000,00
CE	230075	Amontada	R$ 6.000,00
CE	230080	Antonina do Norte	R$ 6.000,00
CE	230090	Apuiarés	R$ 6.000,00
CE	230110	Aracati	R$ 6.000,00
CE	230120	Aracoiaba	R$ 6.000,00
CE	230125	Ararendá	R$ 6.000,00
CE	230130	Araripe	R$ 6.000,00
CE	230140	Aratuba	R$ 6.000,00
CE	230170	Aurora	R$ 6.000,00
CE	230185	Banabuiú	R$ 6.000,00
CE	230190	Barbalha	R$ 6.000,00
CE	230195	Barreira	R$ 6.000,00
CE	230200	Barro	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230205	Barroquinha	R$ 6.000,00
CE	230210	Baturité	R$ 6.000,00
CE	230240	Boa Viagem	R$ 6.000,00
CE	230250	Brejo Santo	R$ 6.000,00
CE	230260	Camocim	R$ 6.000,00
CE	230270	Campos Sales	R$ 6.000,00
CE	230290	Capistrano	R$ 6.000,00
CE	230300	Caridade	R$ 6.000,00
CE	230310	Cariré	R$ 6.000,00
CE	230320	Caririaçu	R$ 6.000,00
CE	230340	Carnaubal	R$ 6.000,00
CE	230360	Catarina	R$ 6.000,00
CE	230365	Catunda	R$ 6.000,00
CE	230380	Cedro	R$ 6.000,00
CE	230390	Chaval	R$ 6.000,00
CE	230393	Choró	R$ 6.000,00
CE	230395	Chorozinho	R$ 6.000,00
CE	230400	Coreaú	R$ 6.000,00
CE	230410	Crateús	R$ 6.000,00
CE	230425	Cruz	R$ 6.000,00
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	R$ 6.000,00
CE	230427	Ererê	R$ 6.000,00
CE	230430	Farias Brito	R$ 6.000,00
CE	230435	Forquilha	R$ 6.000,00
CE	230450	Frecheirinha	R$ 6.000,00
CE	230460	General Sampaio	R$ 6.000,00
CE	230465	Graça	R$ 6.000,00
CE	230470	Granja	R$ 6.000,00
CE	230480	Granjeiro	R$ 6.000,00
CE	230520	Hidrolândia	R$ 6.000,00
CE	230530	Ibiapina	R$ 6.000,00
CE	230533	Ibicuitinga	R$ 6.000,00
CE	230535	Icapuí	R$ 6.000,00
CE	230540	Icó	R$ 6.000,00
CE	230560	Independência	R$ 6.000,00
CE	230565	Ipaporanga	R$ 6.000,00
CE	230580	Ipu	R$ 6.000,00
CE	230590	Ipueiras	R$ 6.000,00
CE	230600	Iracema	R$ 6.000,00
CE	230610	Irauçuba	R$ 6.000,00
CE	230620	Itaiçaba	R$ 6.000,00
CE	230630	Itapagé	R$ 6.000,00
CE	230655	Itarema	R$ 6.000,00
CE	230660	Itatira	R$ 6.000,00
CE	230670	Jaguaretama	R$ 6.000,00
CE	230680	Jaguaribara	R$ 6.000,00
CE	230690	Jaguaribe	R$ 6.000,00
CE	230700	Jaguaruana	R$ 6.000,00
CE	230710	Jardim	R$ 6.000,00
CE	230740	Jucás	R$ 6.000,00
CE	230750	Lavras da Mangabeira	R$ 6.000,00
CE	230760	Limoeiro do Norte	R$ 6.000,00
CE	230763	Madalena	R$ 6.000,00
CE	230790	Martinópole	R$ 6.000,00
CE	230810	Mauriti	R$ 6.000,00
CE	230820	Meruoca	R$ 6.000,00
CE	230835	Milhã	R$ 6.000,00
CE	230837	Miraíma	R$ 6.000,00
CE	230840	Missão Velha	R$ 6.000,00
CE	230850	Mombaça	R$ 6.000,00
CE	230860	Monsenhor Tabosa	R$ 6.000,00
CE	230870	Morada Nova	R$ 6.000,00
CE	230880	Moraújo	R$ 6.000,00
CE	230890	Morrinhos	R$ 6.000,00
CE	230900	Mucambo	R$ 6.000,00
CE	230930	Nova Russas	R$ 6.000,00
CE	230940	Novo Oriente	R$ 6.000,00
CE	230945	Ocara	R$ 6.000,00
CE	230950	Orós	R$ 6.000,00
CE	230960	Pacajus	R$ 6.000,00
CE	230980	Pacoti	R$ 6.000,00
CE	230990	Pacujá	R$ 6.000,00
CE	231050	Pedra Branca	R$ 6.000,00
CE	231080	Pereiro	R$ 6.000,00
CE	231090	Piquet Carneiro	R$ 6.000,00
CE	231100	Poranga	R$ 6.000,00
CE	231120	Potengi	R$ 6.000,00
CE	231126	Quiterianópolis	R$ 6.000,00
CE	231130	Quixadá	R$ 6.000,00
CE	231135	Quixelô	R$ 6.000,00
CE	231140	Quixeramobim	R$ 6.000,00
CE	231150	Quixeré	R$ 6.000,00
CE	231160	Redenção	R$ 6.000,00
CE	231170	Reriutaba	R$ 6.000,00
CE	231180	Russas	R$ 6.000,00
CE	231220	Santa Quitéria	R$ 6.000,00
CE	231200	Santana do Acaraú	R$ 6.000,00
CE	231210	Santana do Cariri	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	231230	São Benedito	R$ 6.000,00
CE	231250	São João do Jaguaribe	R$ 6.000,00
CE	231270	Senador Pompeu	R$ 6.000,00
CE	231300	Solonópole	R$ 6.000,00
CE	231310	Tabuleiro do Norte	R$ 6.000,00
CE	231320	Tamboril	R$ 6.000,00
CE	231330	Tauá	R$ 6.000,00
CE	231335	Tejuçuoca	R$ 6.000,00
CE	231340	Tianguá	R$ 6.000,00
CE	231355	Tururu	R$ 6.000,00
CE	231360	Ubajara	R$ 6.000,00
CE	231375	Umirim	R$ 6.000,00
CE	231380	Uruburetama	R$ 6.000,00
CE	231390	Uruoca	R$ 6.000,00
CE	231395	Varjota	R$ 6.000,00
CE	231400	Várzea Alegre	R$ 6.000,00
CE	231410	Viçosa do Ceará	R$ 6.000,00
		CE TOTAL	R$ 732.000,00
ES	320010	Afonso Cláudio	R$ 6.000,00
ES	320035	Alto Rio Novo	R$ 6.000,00
ES	320050	Apiacá	R$ 6.000,00
ES	320160	Conceição da Barra	R$ 6.000,00
ES	320180	Divino de São Lourenço	R$ 6.000,00
ES	320200	Dores do Rio Preto	R$ 6.000,00
ES	320210	Ecoporanga	R$ 6.000,00
ES	320255	Ibitirama	R$ 6.000,00
ES	320316	Laranja da Terra	R$ 6.000,00
ES	320330	Mantenópolis	R$ 6.000,00
ES	320360	Mucurici	R$ 6.000,00
ES	320370	Muniz Freire	R$ 6.000,00
ES	320425	Ponto Belo	R$ 6.000,00
ES	320430	Presidente Kennedy	R$ 6.000,00
		ES TOTAL	R$ 84.000,00
GO	520017	Água Fria de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520080	Alvorada do Norte	R$ 6.000,00
GO	520396	Buritinópolis	R$ 6.000,00
GO	520455	Caldazinha	R$ 6.000,00
GO	520465	Campinaçu	R$ 6.000,00
GO	520490	Campos Belos	R$ 6.000,00
GO	520505	Castelândia	R$ 6.000,00
GO	520530	Cavalcante	R$ 6.000,00
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520790	Flores de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520840	Goianápolis	R$ 6.000,00
GO	520940	Guarani de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520945	Guarinos	R$ 6.000,00
GO	520990	Iaciara	R$ 6.000,00
GO	521305	Mimoso de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521308	Minaçu	R$ 6.000,00
GO	521377	Montividiu do Norte	R$ 6.000,00
GO	521460	Niquelândia	R$ 6.000,00
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521830	Posse	R$ 6.000,00
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521980	São Domingos	R$ 6.000,00
GO	522000	São João D'aliança	R$ 6.000,00
GO	522220	Vila Boa	R$ 6.000,00
		GO TOTAL	R$ 156.000,00
MA	210040	Altamira do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210060	Amarante do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210135	Bacurituba	R$ 6.000,00
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210409	Formosa da Serra Negra	R$ 6.000,00
MA	210420	Fortuna	R$ 6.000,00
MA	210700	Montes Altos	R$ 6.000,00
MA	210880	Pirapemas	R$ 6.000,00
MA	211125	São José dos Basílios	R$ 6.000,00
MA	211180	Sítio Novo	R$ 6.000,00
		MA TOTAL	R$ 60.000,00
MG	310060	Água Boa	R$ 6.000,00
MG	310090	Águas Formosas	R$ 6.000,00
MG	310100	Águas Vermelhas	R$ 6.000,00
MG	310170	Almenara	R$ 6.000,00
MG	310210	Alto Rio Doce	R$ 6.000,00
MG	310220	Alvarenga	R$ 6.000,00
MG	310285	Angelândia	R$ 6.000,00
MG	310340	Araçuaí	R$ 6.000,00
MG	310450	Arinos	R$ 6.000,00
MG	310650	Berilo	R$ 6.000,00
MG	310825	Bonito de Minas	R$ 6.000,00
MG	310870	Brás Pires	R$ 6.000,00
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	R$ 6.000,00
MG	311115	Campo Azul	R$ 6.000,00
MG	311270	Capitão Enéas	R$ 6.000,00
MG	311290	Caputira	R$ 6.000,00
MG	311300	Caraí	R$ 6.000,00
MG	311545	Catuji	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	311547	Catuti	R$ 6.000,00
MG	311610	Chapada do Norte	R$ 6.000,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	R$ 6.000,00
MG	311630	Cipotânea	R$ 6.000,00
MG	311680	Coluna	R$ 6.000,00
MG	311950	Coronel Murta	R$ 6.000,00
MG	312015	Crisólita	R$ 6.000,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	R$ 6.000,00
MG	312200	Divino	R$ 6.000,00
MG	312235	Divisa Alegre	R$ 6.000,00
MG	312245	Divisópolis	R$ 6.000,00
MG	312430	Espinosa	R$ 6.000,00
MG	312560	Felisburgo	R$ 6.000,00
MG	312595	Fervedouro	R$ 6.000,00
MG	312650	Francisco badaró	R$ 6.000,00
MG	312670	Francisco sá	R$ 6.000,00
MG	312695	Frei lagonegro	R$ 6.000,00
MG	312707	Fruta de Leite	R$ 6.000,00
MG	312733	Gameleiras	R$ 6.000,00
MG	312825	Guaraciama	R$ 6.000,00
MG	312960	Ibiaí	R$ 6.000,00
MG	313055	Imbé de Minas	R$ 6.000,00
MG	313065	Indaiabira	R$ 6.000,00
MG	313210	Itacarambi	R$ 6.000,00
MG	313270	Itambacuri	R$ 6.000,00
MG	313330	Itaobim	R$ 6.000,00
MG	313390	Itaverava	R$ 6.000,00
MG	313470	Jacinto	R$ 6.000,00
MG	313505	Jaíba	R$ 6.000,00
MG	313510	Janaúba	R$ 6.000,00
MG	313535	Japonvar	R$ 6.000,00
MG	313545	Jenipapo de Minas	R$ 6.000,00
MG	313550	Jequeri	R$ 6.000,00
MG	313580	Jequitinhonha	R$ 6.000,00
MG	313600	Joaíma	R$ 6.000,00
MG	313650	Jordânia	R$ 6.000,00
MG	313652	José Gonçalves de Minas	R$ 6.000,00
MG	313657	Josenópolis	R$ 6.000,00
MG	313695	Juvenília	R$ 6.000,00
MG	313700	Ladainha	R$ 6.000,00
MG	313920	Malacacheta	R$ 6.000,00
MG	313925	Mamonas	R$ 6.000,00
MG	313930	Manga	R$ 6.000,00
MG	314085	Matias Cardoso	R$ 6.000,00
MG	314100	Mato Verde	R$ 6.000,00
MG	314140	Medina	R$ 6.000,00
MG	314180	Minas Novas	R$ 6.000,00
MG	314270	Montalvânia	R$ 6.000,00
MG	314290	Monte Azul	R$ 6.000,00
MG	314315	Monte Formoso	R$ 6.000,00
MG	314345	Montezuma	R$ 6.000,00
MG	314467	Nova Belém	R$ 6.000,00
MG	314530	Novo Cruzeiro	R$ 6.000,00
MG	314537	Novorizonte	R$ 6.000,00
MG	314587	Orizânia	R$ 6.000,00
MG	314655	Pai Pedro	R$ 6.000,00
MG	314675	Palmópolis	R$ 6.000,00
MG	314795	Patis	R$ 6.000,00
MG	314840	Paulistas	R$ 6.000,00
MG	314850	Pavão	R$ 6.000,00
MG	314870	Pedra Azul	R$ 6.000,00
MG	314875	Pedra Bonita	R$ 6.000,00
MG	314900	Pedra Dourada	R$ 6.000,00
MG	315000	Pescador	R$ 6.000,00
MG	315080	Piranga	R$ 6.000,00
MG	315217	Ponto dos Volantes	R$ 6.000,00
MG	315445	Riachinho	R$ 6.000,00
MG	315510	Rio do Prado	R$ 6.000,00
MG	315560	Rio Pardo de Minas	R$ 6.000,00
MG	315600	Rio vermelho	R$ 6.000,00
MG	315650	Rubelita	R$ 6.000,00
MG	315700	Salinas	R$ 6.000,00
MG	315710	Salto da Divisa	R$ 6.000,00
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	R$ 6.000,00
MG	315765	Santa Helena de Minas	R$ 6.000,00
MG	315790	Santa Margarida	R$ 6.000,00
MG	315810	Santa Maria do Salto	R$ 6.000,00
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	R$ 6.000,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	R$ 6.000,00
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	R$ 6.000,00
MG	316105	São Félix de Minas	R$ 6.000,00
MG	316225	São João da Lagoa	R$ 6.000,00
MG	316245	São João das Missões	R$ 6.000,00
MG	316255	São João do Manhuaçu	R$ 6.000,00
MG	316270	São João do Paraíso	R$ 6.000,00
MG	316420	São Romão	R$ 6.000,00
MG	316550	Sardoá	R$ 6.000,00
MG	316620	Senhora dos Remédios	R$ 6.000,00
MG	316650	Serra Azul de Minas	R$ 6.000,00
MG	316695	Serranópolis de Minas	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	316710	Serro	R$ 6.000,00
MG	317030	Umburatiba	R$ 6.000,00
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	R$ 6.000,00
MG	317090	Varzelândia	R$ 6.000,00
MG	317115	Vermelho Novo	R$ 6.000,00
MG	317160	Virgem da Lapa	R$ 6.000,00
MG	317190	Virgolândia	R$ 6.000,00
		MG TOTAL	R$ 690.000,00
MS	500090	Antônio João	R$ 6.000,00
MS	500124	Aral Moreira	R$ 6.000,00
MS	500450	Itaporã	R$ 6.000,00
MS	500480	Japorã	R$ 6.000,00
MS	500515	Juti	R$ 6.000,00
MS	500635	Paranhos	R$ 6.000,00
MS	500795	Tacuru	R$ 6.000,00
		MS TOTAL	R$ 42.000,00
MT	510025	Alta Floresta	R$ 6.000,00
MT	510035	Alto Boa Vista	R$ 6.000,00
MT	510140	Aripuanã	R$ 6.000,00
MT	510325	Colniza	R$ 6.000,00
MT	510335	Confresa	R$ 6.000,00
MT	510385	Gaúcha do Norte	R$ 6.000,00
MT	510390	General Carneiro	R$ 6.000,00
MT	510530	Luciara	R$ 6.000,00
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	R$ 6.000,00
MT	510618	Nova Lacerda	R$ 6.000,00
MT	510629	Paranaíta	R$ 6.000,00
MT	510642	Peixoto de Azevedo	R$ 6.000,00
MT	510680	Porto dos Gaúchos	R$ 6.000,00
MT	510706	Querência	R$ 6.000,00
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	R$ 6.000,00
MT	510785	São Félix do Araguaia	R$ 6.000,00
		MT TOTAL	R$ 96.000,00
PA	150060	Altamira	R$ 6.000,00
PA	150085	Anapu	R$ 6.000,00
PA	150120	Baião	R$ 6.000,00
PA	150145	Belterra	R$ 6.000,00
PA	150172	Brasil Novo	R$ 6.000,00
PA	150260	Colares	R$ 6.000,00
PA	150290	Curuçá	R$ 6.000,00
PA	150293	Dom Eliseu	R$ 6.000,00
PA	150300	Faro	R$ 6.000,00
PA	150304	Floresta do Araguaia	R$ 6.000,00
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	R$ 6.000,00
PA	150503	Novo Progresso	R$ 6.000,00
PA	150548	Pacajá	R$ 6.000,00
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	R$ 6.000,00
PA	150670	Santana do Araguaia	R$ 6.000,00
PA	150720	São Domingos do Capim	R$ 6.000,00
PA	150730	São Félix do Xingu	R$ 6.000,00
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	R$ 6.000,00
PA	150780	Senador José Porfírio	R$ 6.000,00
PA	150795	Tailândia	R$ 6.000,00
PA	150812	Ulianópolis	R$ 6.000,00
PA	150815	Uruará	R$ 6.000,00
PA	150830	Viseu	R$ 6.000,00
PA	150835	Vitória do Xingu	R$ 6.000,00
		PA TOTAL	R$ 144.000,00
PB	250010	Água Branca	R$ 6.000,00
PB	250020	Aguiar	R$ 6.000,00
PB	250040	Alagoa Nova	R$ 6.000,00
PB	250053	Alcantil	R$ 6.000,00
PB	250073	Amparo	R$ 6.000,00
PB	250077	Aparecida	R$ 6.000,00
PB	250080	Araçagi	R$ 6.000,00
PB	250120	Areial	R$ 6.000,00
PB	250153	Baraúna	R$ 6.000,00
PB	250170	Barra de São Miguel	R$ 6.000,00
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	R$ 6.000,00
PB	250210	Boa Ventura	R$ 6.000,00
PB	250250	Boqueirão	R$ 6.000,00
PB	250310	Cabaceiras	R$ 6.000,00
PB	250375	Cajazeirinhas	R$ 6.000,00
PB	250390	Camalaú	R$ 6.000,00
PB	250407	Caraúbas	R$ 6.000,00
PB	250415	Casserengue	R$ 6.000,00
PB	250435	Caturité	R$ 6.000,00
PB	250440	Conceição	R$ 6.000,00
PB	250450	Condado	R$ 6.000,00
PB	250470	Congo	R$ 6.000,00
PB	250510	Cuité	R$ 6.000,00
PB	250527	Curral de Cima	R$ 6.000,00
PB	250535	Damião	R$ 6.000,00
PB	250580	Duas Estradas	R$ 6.000,00
PB	250590	Emas	R$ 6.000,00
PB	250625	Gado Bravo	R$ 6.000,00
PB	250660	Ibiara	R$ 6.000,00
PB	250260	Igaracy	R$ 6.000,00
PB	250680	Ingá	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	250700	Itaporanga	R$ 6.000,00
PB	250720	Itatuba	R$ 6.000,00
PB	250770	Juazeirinho	R$ 6.000,00
PB	250790	Juripiranga	R$ 6.000,00
PB	250800	Juru	R$ 6.000,00
PB	250810	Lagoa	R$ 6.000,00
PB	250820	Lagoa de Dentro	R$ 6.000,00
PB	250850	Livramento	R$ 6.000,00
PB	250855	Logradouro	R$ 6.000,00
PB	250870	Mãe d'Água	R$ 6.000,00
PB	250900	Manaíra	R$ 6.000,00
PB	250910	Mari	R$ 6.000,00
PB	250950	Montadas	R$ 6.000,00
PB	250970	Monteiro	R$ 6.000,00
PB	250990	Natuba	R$ 6.000,00
PB	251000	Nazarezinho	R$ 6.000,00
PB	251020	Nova Olinda	R$ 6.000,00
PB	251030	Nova Palmeira	R$ 6.000,00
PB	251050	Olivedos	R$ 6.000,00
PB	251065	Parari	R$ 6.000,00
PB	251100	Pedra Branca	R$ 6.000,00
PB	251110	Pedra Lavrada	R$ 6.000,00
PB	251170	Pilõezinhos	R$ 6.000,00
PB	251180	Pirpirituba	R$ 6.000,00
PB	251210	Pombal	R$ 6.000,00
PB	251230	Princesa Isabel	R$ 6.000,00
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	R$ 6.000,00
PB	251315	Santa Cecília	R$ 6.000,00
PB	251330	Santa Helena	R$ 6.000,00
PB	251340	Santa Luzia	R$ 6.000,00
PB	251350	Santana de Mangueira	R$ 6.000,00
PB	251360	Santana dos Garrotes	R$ 6.000,00
PB	251365	Santarém (Joca Claudino)	R$ 6.000,00
PB	251385	Santo André	R$ 6.000,00
PB	251392	São Bentinho	R$ 6.000,00
PB	251390	São Bento	R$ 6.000,00
PB	251396	São Domingos (de Pombal?)	R$ 6.000,00
PB	251398	São Francisco	R$ 6.000,00
PB	251410	São João do Tigre	R$ 6.000,00
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	R$ 6.000,00
PB	251430	São José de Caiana	R$ 6.000,00
PB	251440	São José de Espinharas	R$ 6.000,00
PB	251455	São José de Princesa	R$ 6.000,00
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	R$ 6.000,00
PB	251470	São José do Sabugi	R$ 6.000,00
PB	251490	São Mamede	R$ 6.000,00
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	R$ 6.000,00
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	R$ 6.000,00
PB	251550	Serra Branca	R$ 6.000,00
PB	251570	Serra Grande	R$ 6.000,00
PB	251600	Solânea	R$ 6.000,00
PB	251630	Sumé	R$ 6.000,00
PB	251660	Tavares	R$ 6.000,00
PB	251670	Teixeira	R$ 6.000,00
PB	251680	Triunfo	R$ 6.000,00
PB	251690	Uiraúna	R$ 6.000,00
PB	251700	Umbuzeiro	R$ 6.000,00
PB	251710	Várzea	R$ 6.000,00
PB	250550	Vista Serrana	R$ 6.000,00
PB	251740	Zabelê	R$ 6.000,00
		PB TOTAL	R$ 546.000,00
PE	260010	Afogados da Ingazeira	R$ 6.000,00
PE	260030	Agrestina	R$ 6.000,00
PE	260050	Águas Belas	R$ 6.000,00
PE	260100	Angelim	R$ 6.000,00
PE	260120	Arcoverde	R$ 6.000,00
PE	260160	Belém de São Francisco	R$ 6.000,00
PE	260180	Betânia	R$ 6.000,00
PE	260210	Bom Conselho	R$ 6.000,00
PE	260220	Bom Jardim	R$ 6.000,00
PE	260230	Bonito	R$ 6.000,00
PE	260240	Brejão	R$ 6.000,00
PE	260250	Brejinho	R$ 6.000,00
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	R$ 6.000,00
PE	260300	Cabrobó	R$ 6.000,00
PE	260320	Caetés	R$ 6.000,00
PE	260340	Calumbi	R$ 6.000,00
PE	260380	Capoeiras	R$ 6.000,00
PE	260390	Carnaíba	R$ 6.000,00
PE	260392	Carnaubeira da Penha	R$ 6.000,00
PE	260430	Cedro	R$ 6.000,00
PE	260515	Dormentes	R$ 6.000,00
PE	260530	Exu	R$ 6.000,00
PE	260560	Flores	R$ 6.000,00
PE	260630	Granito	R$ 6.000,00
PE	260640	Gravatá	R$ 6.000,00
PE	260650	Iati	R$ 6.000,00
PE	260660	Ibimirim	R$ 6.000,00
PE	260690	Iguaraci	R$ 6.000,00
PE	260710	Ingazeira	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	260730	Ipubi	R$ 6.000,00
PE	260740	Itacuruba	R$ 6.000,00
PE	260770	Itapetim	R$ 6.000,00
PE	260800	Jataúba	R$ 6.000,00
PE	260805	Jatobá	R$ 6.000,00
PE	260810	João Alfredo	R$ 6.000,00
PE	260825	Jucati	R$ 6.000,00
PE	260870	Lagoa dos Gatos	R$ 6.000,00
PE	260875	Lagoa Grande	R$ 6.000,00
PE	260880	Lajedo	R$ 6.000,00
PE	260930	Mirandiba	R$ 6.000,00
PE	260980	Orocó	R$ 6.000,00
PE	260990	Ouricuri	R$ 6.000,00
PE	261030	Paranatama	R$ 6.000,00
PE	261050	Passira	R$ 6.000,00
PE	261080	Pedra	R$ 6.000,00
PE	261090	Pesqueira	R$ 6.000,00
PE	261100	Petrolândia	R$ 6.000,00
PE	261153	Quixaba	R$ 6.000,00
PE	261210	Salgadinho	R$ 6.000,00
PE	261230	Saloá	R$ 6.000,00
PE	261245	Santa Cruz	R$ 6.000,00
PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	R$ 6.000,00
PE	261280	Santa Terezinha	R$ 6.000,00
PE	261290	São Benedito do Sul	R$ 6.000,00
PE	261320	São João	R$ 6.000,00
PE	261330	São Joaquim do Monte	R$ 6.000,00
PE	261350	São José do Belmonte	R$ 6.000,00
PE	261360	São José do Egito	R$ 6.000,00
PE	261380	São Vicente Ferrer	R$ 6.000,00
PE	261390	Serra Talhada	R$ 6.000,00
PE	261400	Serrita	R$ 6.000,00
PE	261410	Sertânia	R$ 6.000,00
PE	261440	Solidão	R$ 6.000,00
PE	261450	Surubim	R$ 6.000,00
PE	261460	Tabira	R$ 6.000,00
PE	261480	Tacaratu	R$ 6.000,00
PE	261500	Taquaritinga do Norte	R$ 6.000,00
PE	261510	Terezinha	R$ 6.000,00
PE	261560	Trindade	R$ 6.000,00
PE	261570	Triunfo	R$ 6.000,00
PE	261610	Verdejante	R$ 6.000,00
PE	261618	Vertente do Lério	R$ 6.000,00
		PE TOTAL	R$ 432.000,00
PI	220105	Assunção do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220117	Barra D'Alcântara	R$ 6.000,00
PI	220190	Bom Jesus	R$ 6.000,00
PI	220192	Bonfim do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220213	Campo Grande do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220230	Canto do Buriti	R$ 6.000,00
PI	220265	Caxingó	R$ 6.000,00
PI	220275	Colônia do Gurguéia	R$ 6.000,00
PI	220455	Guaribas	R$ 6.000,00
PI	220470	Inhuma	R$ 6.000,00
PI	220553	Jurema	R$ 6.000,00
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220590	Manoel Emídio	R$ 6.000,00
PI	220670	Nazaré do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220760	Parnaguá	R$ 6.000,00
PI	220777	Patos do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220780	Paulistana	R$ 6.000,00
PI	220820	Pio IX	R$ 6.000,00
PI	220830	Piracuruca	R$ 6.000,00
PI	220870	Redenção do Gurguéia	R$ 6.000,00
PI	220985	São João da Canabrava	R$ 6.000,00
PI	221063	Sebastião Leal	R$ 6.000,00
PI	221080	Simplício Mendes	R$ 6.000,00
PI	221160	Vila Nova do Piauí	R$ 6.000,00
		PI TOTAL	R$ 150.000,00
PR	410020	Adrianópolis	R$ 6.000,00
PR	410045	Altamira do Paraná	R$ 6.000,00
PR	410090	Amaporã	R$ 6.000,00
PR	410130	Antônio Olinto	R$ 6.000,00
PR	410185	Ariranha do Ivaí	R$ 6.000,00
PR	410275	Bela Vista da Caroba	R$ 6.000,00
PR	410290	Bituruna	R$ 6.000,00
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	R$ 6.000,00
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	R$ 6.000,00
PR	410315	Bom Jesus do Sul	R$ 6.000,00
PR	410395	Campina do Simão	R$ 6.000,00
PR	410440	Cândido de Abreu	R$ 6.000,00
PR	410442	Candói	R$ 6.000,00
PR	410520	Cerro Azul	R$ 6.000,00
PR	410600	Congonhinhas	R$ 6.000,00
PR	410645	Coronel Domingos Soares	R$ 6.000,00
PR	410712	Diamante do Sul	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	410715	Diamante D'Oeste	R$ 6.000,00
PR	412863	Doutor Ulysses	R$ 6.000,00
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	410773	Fernandes Pinheiro	R$ 6.000,00
PR	410785	Flor da Serra do Sul	R$ 6.000,00
PR	410845	Foz do Jordão	R$ 6.000,00
PR	410855	Godoy Moreira	R$ 6.000,00
PR	410865	Goioxim	R$ 6.000,00
PR	410870	Grandes Rios	R$ 6.000,00
PR	410895	Guamiranga	R$ 6.000,00
PR	410950	Guaraqueçaba	R$ 6.000,00
PR	410965	Honório Serpa	R$ 6.000,00
PR	411020	Inácio Martins	R$ 6.000,00
PR	411080	Iretama	R$ 6.000,00
PR	411140	Ivaí	R$ 6.000,00
PR	411250	Jardim Alegre	R$ 6.000,00
PR	411290	Jundiaí do Sul	R$ 6.000,00
PR	411325	Laranjal	R$ 6.000,00
PR	411345	Lindoeste	R$ 6.000,00
PR	411435	Manfrinópolis	R$ 6.000,00
PR	411440	Mangueirinha	R$ 6.000,00
PR	411450	Manoel Ribas	R$ 6.000,00
PR	411510	Mariluz	R$ 6.000,00
PR	411545	Marquinho	R$ 6.000,00
PR	411573	Mato Rico	R$ 6.000,00
PR	411680	Nova Cantu	R$ 6.000,00
PR	411705	Nova Laranjeiras	R$ 6.000,00
PR	411721	Nova Santa Bárbara	R$ 6.000,00
PR	411727	Nova Tebas	R$ 6.000,00
PR	411730	Ortigueira	R$ 6.000,00
PR	411780	Palmital	R$ 6.000,00
PR	411930	Pinhão	R$ 6.000,00
PR	411960	Pitanga	R$ 6.000,00
PR	412015	Porto Barreiro	R$ 6.000,00
PR	412060	Prudentópolis	R$ 6.000,00
PR	412090	Quedas do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412120	Quitandinha	R$ 6.000,00
PR	412125	Ramilândia	R$ 6.000,00
PR	412150	Rebouças	R$ 6.000,00
PR	412160	Renascença	R$ 6.000,00
PR	412170	Reserva	R$ 6.000,00
PR	412175	Reserva do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412250	Roncador	R$ 6.000,00
PR	412265	Rosário do Ivaí	R$ 6.000,00
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	R$ 6.000,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	R$ 6.000,00
PR	412400	Santana do Itararé	R$ 6.000,00
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	R$ 6.000,00
PR	412470	São Jerônimo da Serra	R$ 6.000,00
PR	412510	São João do Triunfo	R$ 6.000,00
PR	412667	Tamarana	R$ 6.000,00
PR	412796	Turvo	R$ 6.000,00
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	R$ 6.000,00
		PR TOTAL	R$ 432.000,00
RJ	330385	Paty do Alferes	R$ 6.000,00
RJ	330410	Porciúncula	R$ 6.000,00
RJ	330513	São José de Ubá	R$ 6.000,00
RJ	330530	São Sebastião do Alto	R$ 6.000,00
RJ	330540	Sapucaia	R$ 6.000,00
RJ	330560	Silva Jardim	R$ 6.000,00
RJ	330570	Sumidouro	R$ 6.000,00
RJ	330590	Trajano de Moraes	R$ 6.000,00
		RJ TOTAL	R$ 48.000,00
RN	240010	Acari	R$ 6.000,00
RN	240020	Açu OU ASSU	R$ 6.000,00
RN	240030	Afonso Bezerra	R$ 6.000,00
RN	240040	Água Nova	R$ 6.000,00
RN	240050	Alexandria	R$ 6.000,00
RN	240060	Almino Afonso	R$ 6.000,00
RN	240070	Alto do Rodrigues	R$ 6.000,00
RN	240090	Antônio Martins	R$ 6.000,00
RN	240100	Apodi	R$ 6.000,00
RN	240120	Arês	R$ 6.000,00
RN	240145	Baraúna	R$ 6.000,00
RN	240150	Barcelona	R$ 6.000,00
RN	240160	Bento Fernandes	R$ 6.000,00
RN	240165	Bodó	R$ 6.000,00
RN	240170	Bom Jesus	R$ 6.000,00
RN	240180	Brejinho	R$ 6.000,00
RN	240200	Caicó	R$ 6.000,00
RN	240210	Campo Redondo	R$ 6.000,00
RN	240220	Canguaretama	R$ 6.000,00
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	R$ 6.000,00
RN	240270	Cerro Corá	R$ 6.000,00
RN	240290	Coronel João Pessoa	R$ 6.000,00
RN	240300	Cruzeta	R$ 6.000,00
RN	240320	Doutor Severiano	R$ 6.000,00
RN	240330	Encanto	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240375	Fernando Pedroza	R$ 6.000,00
RN	240390	Francisco Dantas	R$ 6.000,00
RN	240400	Frutuoso Gomes	R$ 6.000,00
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	R$ 6.000,00
RN	240450	Guamaré	R$ 6.000,00
RN	240480	Ipueira	R$ 6.000,00
RN	240485	Itajá	R$ 6.000,00
RN	240490	Itaú	R$ 6.000,00
RN	240500	Jaçanã	R$ 6.000,00
RN	240520	Janduís	R$ 6.000,00
RN	240530	Januário Cicco	R$ 6.000,00
RN	240540	Japi	R$ 6.000,00
RN	240550	Jardim de Angicos	R$ 6.000,00
RN	240560	Jardim de Piranhas	R$ 6.000,00
RN	240570	Jardim do Seridó	R$ 6.000,00
RN	240580	João Câmara	R$ 6.000,00
RN	240600	José da Penha	R$ 6.000,00
RN	240610	Jucurutu	R$ 6.000,00
RN	240630	Lagoa de Pedras	R$ 6.000,00
RN	240660	Lagoa Salgada	R$ 6.000,00
RN	240670	Lajes	R$ 6.000,00
RN	240680	Lajes Pintadas	R$ 6.000,00
RN	240690	Lucrécia	R$ 6.000,00
RN	240700	Luís Gomes	R$ 6.000,00
RN	240710	Macaíba	R$ 6.000,00
RN	240725	Major Sales	R$ 6.000,00
RN	240740	Martins	R$ 6.000,00
RN	240760	Messias Targino	R$ 6.000,00
RN	240770	Montanhas	R$ 6.000,00
RN	240780	Monte Alegre	R$ 6.000,00
RN	240790	Monte das Gameleiras	R$ 6.000,00
RN	240830	Nova Cruz	R$ 6.000,00
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	R$ 6.000,00
RN	240850	Ouro Branco	R$ 6.000,00
RN	240890	Parelhas	R$ 6.000,00
RN	240910	Passa e Fica	R$ 6.000,00
RN	240920	Passagem	R$ 6.000,00
RN	240940	Pau dos Ferros	R$ 6.000,00
RN	240950	Pedra Grande	R$ 6.000,00
RN	240970	Pedro Avelino	R$ 6.000,00
RN	240990	Pendências	R$ 6.000,00
RN	241030	Presidente Juscelino	R$ 6.000,00
RN	241050	Rafael Fernandes	R$ 6.000,00
RN	241060	Rafael Godeiro	R$ 6.000,00
RN	241070	Riacho da Cruz	R$ 6.000,00
RN	241080	Riacho de Santana	R$ 6.000,00
RN	240895	Rio do Fogo	R$ 6.000,00
RN	241100	Rodolfo Fernandes	R$ 6.000,00
RN	241110	Ruy Barbosa	R$ 6.000,00
RN	240933	Santa Maria	R$ 6.000,00
RN	241140	Santana do Matos	R$ 6.000,00
RN	241142	Santana do Seridó	R$ 6.000,00
RN	241150	Santo Antônio	R$ 6.000,00
RN	241170	São Bento do Trairí	R$ 6.000,00
RN	241180	São Fernando	R$ 6.000,00
RN	241190	São Francisco do Oeste	R$ 6.000,00
RN	241210	São João do Sabugi	R$ 6.000,00
RN	241230	São José do Campestre	R$ 6.000,00
RN	241240	São José do Seridó	R$ 6.000,00
RN	241250	São Miguel	R$ 6.000,00
RN	241255	São Miguel do Gostoso	R$ 6.000,00
RN	241260	São Paulo do Potengi	R$ 6.000,00
RN	241270	São Pedro	R$ 6.000,00
RN	241280	São Rafael	R$ 6.000,00
RN	241290	São Tomé	R$ 6.000,00
RN	241310	Senador Elói de Souza	R$ 6.000,00
RN	241330	Serra de São Bento	R$ 6.000,00
RN	241340	Serra Negra do Norte	R$ 6.000,00
RN	241350	Serrinha	R$ 6.000,00
RN	241355	Serrinha dos Pintos	R$ 6.000,00
RN	241360	Severiano Melo	R$ 6.000,00
RN	241380	Taboleiro Grande	R$ 6.000,00
RN	241390	Taipu	R$ 6.000,00
RN	241400	Tangará	R$ 6.000,00
RN	241105	Tibau	R$ 6.000,00
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	R$ 6.000,00
RN	241440	Touros	R$ 6.000,00
RN	241450	Umarizal	R$ 6.000,00
RN	241470	Várzea	R$ 6.000,00
RN	241475	Venha-Ver	R$ 6.000,00
RN	241480	Vera Cruz	R$ 6.000,00
RN	241490	Viçosa	R$ 6.000,00
		RN TOTAL	R$ 642.000,00
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	R$ 6.000,00
RO	110045	Buritis	R$ 6.000,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	R$ 6.000,00
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	110110	Itapuã do Oeste	R$ 6.000,00
RO	110120	Ministro Andreazza	R$ 6.000,00
RO	110130	Mirante da Serra	R$ 6.000,00
RO	110147	Primavera de Rondônia	R$ 6.000,00
RO	110149	São Francisco do Guaporé	R$ 6.000,00
RO	110032	São Miguel do Guaporé	R$ 6.000,00
RO	110180	Vale do Paraíso	R$ 6.000,00
		RO TOTAL	R$ 66.000,00
RR	140015	Bonfim	R$ 6.000,00
		RR TOTAL	R$ 6.000,00
RS	430175	Barão do Triunfo	R$ 6.000,00
RS	430200	Barros Cassal	R$ 6.000,00
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	R$ 6.000,00
RS	430400	Campo Novo	R$ 6.000,00
RS	430450	Canguçu	R$ 6.000,00
RS	430465	Capão do Cipó	R$ 6.000,00
RS	430515	Cerro Grande	R$ 6.000,00
RS	430517	Cerro Grande do Sul	R$ 6.000,00
RS	430580	Constantina	R$ 6.000,00
RS	430590	Coronel Bicaco	R$ 6.000,00
RS	430607	Cristal do Sul	R$ 6.000,00
RS	430632	Derrubadas	R$ 6.000,00
RS	430635	Dezesseis de Novembro	R$ 6.000,00
RS	430637	Dilermando de Aguiar	R$ 6.000,00
RS	430650	Dom Feliciano	R$ 6.000,00
RS	430730	Erval Seco	R$ 6.000,00
RS	430781	Estrela Velha	R$ 6.000,00
RS	430805	Faxinalzinho	R$ 6.000,00
RS	430830	Fontoura Xavier	R$ 6.000,00
RS	430915	Gramado Xavier	R$ 6.000,00
RS	430957	Herveiras	R$ 6.000,00
RS	430975	Ibarama	R$ 6.000,00
RS	431055	Itacurubi	R$ 6.000,00
RS	431065	Itati	R$ 6.000,00
RS	431085	Jaboticaba	R$ 6.000,00
RS	431113	Jari	R$ 6.000,00
RS	431115	Jóia	R$ 6.000,00
RS	431125	Lagoão	R$ 6.000,00
RS	431230	Miraguaí	R$ 6.000,00
RS	431262	Muliterno	R$ 6.000,00
RS	431342	Novo Machado	R$ 6.000,00
RS	431406	Passa Sete	R$ 6.000,00
RS	431407	Passo do Sobrado	R$ 6.000,00
RS	431449	Pinheirinho do Vale	R$ 6.000,00
RS	431450	Pinheiro Machado	R$ 6.000,00
RS	431460	Piratini	R$ 6.000,00
RS	431470	Planalto	R$ 6.000,00
RS	431532	Quevedos	R$ 6.000,00
RS	431540	Redentora	R$ 6.000,00
RS	431555	Rio dos Índios	R$ 6.000,00
RS	431630	Roque Gonzales	R$ 6.000,00
RS	431642	Sagrada Família	R$ 6.000,00
RS	431912	São Martinho da Serra	R$ 6.000,00
RS	431915	São Miguel das Missões	R$ 6.000,00
RS	431973	São Valério do Sul	R$ 6.000,00
RS	432020	Seberi	R$ 6.000,00
RS	432026	Segredo	R$ 6.000,00
RS	432067	Sinimbu	R$ 6.000,00
RS	432140	Tenente Portela	R$ 6.000,00
RS	432310	Vicente Dutra	R$ 6.000,00
RS	432345	Vila Nova do Sul	R$ 6.000,00
		RS TOTAL	R$ 306.000,00
SC	420005	Abdon Batista	R$ 6.000,00
SC	420010	Abelardo Luz	R$ 6.000,00
SC	420050	Águas de Chapecó	R$ 6.000,00
SC	420070	Alfredo Wagner	R$ 6.000,00
SC	420090	Angelina	R$ 6.000,00
SC	420208	Bandeirante	R$ 6.000,00
SC	420213	Bela Vista do Toldo	R$ 6.000,00
SC	420253	Bom Jesus	R$ 6.000,00
SC	420315	Calmon	R$ 6.000,00
SC	420417	Cerro Negro	R$ 6.000,00
SC	420445	Coronel Martins	R$ 6.000,00
SC	420517	Entre Rios	R$ 6.000,00
SC	420535	Flor do Sertão	R$ 6.000,00
SC	420555	Frei Rogério	R$ 6.000,00
SC	420560	Galvão	R$ 6.000,00
SC	420768	Ipuaçu	R$ 6.000,00
SC	420810	Itaiópolis	R$ 6.000,00
SC	420917	Jupiá	R$ 6.000,00
SC	420970	Lebon Régis	R$ 6.000,00
SC	420980	Leoberto Leal	R$ 6.000,00
SC	421020	Major Gercino	R$ 6.000,00
SC	421125	Morro Grande	R$ 6.000,00
SC	421205	Palmeira	R$ 6.000,00
SC	421505	Rio Rufino	R$ 6.000,00
SC	421520	Romelândia	R$ 6.000,00
SC	421535	Saltinho	R$ 6.000,00
SC	421569	Santiago do Sul	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421680	São José do Cerrito	R$ 6.000,00
SC	421775	Sul Brasil	R$ 6.000,00
SC	421885	União do Oeste	R$ 6.000,00
SC	421915	Vargem	R$ 6.000,00
		SC TOTAL	R$ 186.000,00
SE	280020	Aquidabã	R$ 6.000,00
SE	280040	Arauá	R$ 6.000,00
SE	280067	Boquim	R$ 6.000,00
SE	280140	Carira	R$ 6.000,00
SE	280160	Cedro de São João	R$ 6.000,00
SE	280170	Cristinápolis	R$ 6.000,00
SE	280190	Cumbe	R$ 6.000,00
SE	280230	Frei Paulo	R$ 6.000,00
SE	280280	Indiaroba	R$ 6.000,00
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	R$ 6.000,00
SE	280440	Neópolis	R$ 6.000,00
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	R$ 6.000,00
SE	280490	Pacatuba	R$ 6.000,00
SE	280530	Pirambu	R$ 6.000,00
SE	280550	Poço Verde	R$ 6.000,00
SE	280570	Propriá	R$ 6.000,00
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	R$ 6.000,00
SE	280700	São Miguel do Aleixo	R$ 6.000,00
SE	280710	Simão Dias	R$ 6.000,00
SE	280750	Tomar do Geru	R$ 6.000,00
SE	280760	Umbaúba	R$ 6.000,00
		SE TOTAL	R$ 126.000,00
SP	350120	Álvares Florence	R$ 6.000,00
SP	350260	Aparecida d'Oeste	R$ 6.000,00
SP	350270	Apiaí	R$ 6.000,00
SP	350390	Arujá	R$ 6.000,00
SP	350540	Barra do Turvo	R$ 6.000,00
SP	350660	Biritiba-Mirim	R$ 6.000,00
SP	350800	Buri	R$ 6.000,00
SP	350910	Caiuá	R$ 6.000,00
SP	350925	Cajati	R$ 6.000,00
SP	350990	Cananéia	R$ 6.000,00
SP	351020	Capão Bonito	R$ 6.000,00
SP	351100	Castilho	R$ 6.000,00
SP	351260	Coronel Macedo	R$ 6.000,00
SP	351360	Cunha	R$ 6.000,00
SP	351490	Elias Fausto	R$ 6.000,00
SP	351510	Embu-Guaçu	R$ 6.000,00
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	R$ 6.000,00
SP	351565	Fernão	R$ 6.000,00
SP	351610	Florínia	R$ 6.000,00
SP	351885	Guatapará	R$ 6.000,00
SP	351900	Herculândia	R$ 6.000,00
SP	351925	Iaras	R$ 6.000,00
SP	351950	Ibirarema	R$ 6.000,00
SP	352042	Ilha Comprida	R$ 6.000,00
SP	352170	Itaberá	R$ 6.000,00
SP	352210	Itanhaém	R$ 6.000,00
SP	352240	Itapeva	R$ 6.000,00
SP	352265	Itapirapuã Paulista	R$ 6.000,00
SP	352280	Itaporanga	R$ 6.000,00
SP	352300	Itapura	R$ 6.000,00
SP	352320	Itararé	R$ 6.000,00
SP	352460	Jacupiranga	R$ 6.000,00
SP	352610	Juquiá	R$ 6.000,00
SP	352620	Juquitiba	R$ 6.000,00
SP	352850	Mairiporã	R$ 6.000,00
SP	352990	Miracatu	R$ 6.000,00
SP	353020	Mirante do Paranapanema	R$ 6.000,00
SP	353040	Mirassolândia	R$ 6.000,00
SP	353205	Motuca	R$ 6.000,00
SP	353230	Natividade da Serra	R$ 6.000,00
SP	353284	Nova Canaã Paulista	R$ 6.000,00
SP	353620	Pariquera-Açu	R$ 6.000,00
SP	353720	Pedro de Toledo	R$ 6.000,00
SP	353780	Piedade	R$ 6.000,00
SP	353970	Platina	R$ 6.000,00
SP	354050	Porangaba	R$ 6.000,00
SP	354090	Pradópolis	R$ 6.000,00
SP	354190	Queluz	R$ 6.000,00
SP	354260	Registro	R$ 6.000,00
SP	354270	Restinga	R$ 6.000,00
SP	354280	Ribeira	R$ 6.000,00
SP	354325	Ribeirão Grande	R$ 6.000,00
SP	354410	Rio Grande da Serra	R$ 6.000,00
SP	354350	Riversul	R$ 6.000,00
SP	354425	Rosana	R$ 6.000,00
SP	354450	Rubinéia	R$ 6.000,00
SP	354540	Salto Grande	R$ 6.000,00
SP	354550	Sandovalina	R$ 6.000,00
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	R$ 6.000,00
SP	354680	Santa Isabel	R$ 6.000,00
SP	354960	São José do Barreiro	R$ 6.000,00
SP	355020	São Miguel Arcanjo	R$ 6.000,00
SP	355110	Sarapuí	R$ 6.000,00
SP	355180	Sete Barras	R$ 6.000,00
SP	355255	Suzanápolis	R$ 6.000,00
SP	355350	Tapiraí	R$ 6.000,00
SP	355380	Taquarituba	R$ 6.000,00
SP	355430	Teodoro Sampaio	R$ 6.000,00
		SP TOTAL	R$ 408.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	170025	Abreulândia	R$ 6.000,00
TO	170040	Almas	R$ 6.000,00
TO	170130	Aragominas	R$ 6.000,00
TO	170190	Araguacema	R$ 6.000,00
TO	170220	Araguatins	R$ 6.000,00
TO	170240	Arraias	R$ 6.000,00
TO	170270	Aurora do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170380	Buriti do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170382	Cachoeirinha	R$ 6.000,00
TO	170384	Campos Lindos	R$ 6.000,00
TO	170389	Carrasco Bonito	R$ 6.000,00
TO	170410	Centenário	R$ 6.000,00
TO	170560	Conceição do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170600	Couto Magalhães	R$ 6.000,00
TO	170650	Darcinópolis	R$ 6.000,00
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170900	Goiatins	R$ 6.000,00
TO	171050	Itacajá	R$ 6.000,00
TO	171090	Itapiratins	R$ 6.000,00
TO	171180	Juarina	R$ 6.000,00
TO	171215	Lavandeira	R$ 6.000,00
TO	171245	Luzinópolis	R$ 6.000,00
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171360	Monte do Carmo	R$ 6.000,00
TO	171500	Nova Rosalândia	R$ 6.000,00
TO	171510	Novo Acordo	R$ 6.000,00
TO	171525	Novo Jardim	R$ 6.000,00
TO	171570	Palmeirante	R$ 6.000,00
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171855	Riachinho	R$ 6.000,00
TO	171865	Rio da Conceição	R$ 6.000,00
TO	171870	Rio dos Bois	R$ 6.000,00
TO	171875	Rio Sono	R$ 6.000,00
TO	171890	Santa Rosa do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172010	São Bento do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172015	São Félix do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172025	São Salvador do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172130	Tupiratins	R$ 6.000,00
		TO TOTAL	R$ 246.000,00
		TOTAL	R$ 6.720.000,00

PORTARIA Nº 2.359, DE 3 DE AGOSTO DE 2018

Exclui propostas do Anexo da Portaria nº 3.942/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que habilita os Estados, Municípios e Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 3.942, de 28 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 248-B, do dia 28 de julho de 2017, seção extra, página 25, que habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas do Anexo da Portaria nº 3.942/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que habilita os Estados, Municípios e Distrito Federal a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção, publicada no Diário Oficial da União nº 248-B, de 28 de dezembro de 2017, Seção extra, página 25, as propostas descritas no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

CGBP						
UF	MUNICÍPIO	IBGE	TIPO DE ENTIDADE	COMPONENTE	Nº DA PROPOSTA	VALOR DA PROPOSTA R$
AM	MANAUS	130260	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	CGBP	06023708000117009	700.000,00
AM	MANAUS	130260	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	CGBP	06023708000117011	700.000,00
MA	CAXIAS	210300	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAXIAS	CGBP	09239491000117005	640.000,00
	03					2.040.000,00

PORTARIA Nº 2.366, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio referentes ao segundo ciclo de monitoramento do ano de 2018 a Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS nos anos de 2012, 2013 e 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3° do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, alterada pela Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IV, do Capítulo IV, do Título IV, que trata do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 22/SCTIE/MS, de 15 de agosto de 2012, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2012;

Considerando a Portaria nº 39/SCTIE/MS, de 13 de agosto de 2013, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2013;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.107, de 23 de setembro de 2014, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura, no ano de 2014;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o monitoramento das ações desenvolvidas em decorrência do repasse dos recursos financeiros, conforme estabelecido pela Portaria nº 980/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2013, e pela Portaria nº 1.217, de 3 de junho de 2014, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2014, resolve:

Art. 1º Aprova o repasse dos recursos de custeio referente ao segundo ciclo de monitoramento do ano de 2018 a Municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa QUALIFAR-SUS nos anos de 2012, 2013 e 2014, relacionados no anexo a esta portaria.

Parágrafo único. A efetivação da transferência trimestral de recursos de custeio a Municípios habilitados no Programa (QUALIFAR-SUS) tem por base o envio do conjunto de dados pelo uso do Sistema Hórus, ou ainda, por meio do serviço WebService, conforme a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no trimestre anterior ao da respectiva competência financeira, cuja responsabilidade é dos gestores dos Municípios.

Art. 2° O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos financeiros de custeio referentes ao segundo ciclo de monitoramento do ano de 2018 para os respectivos Fundos Municipais de Saúde detalhados no anexo desta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, Plano Orçamentário (0000).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ESTADO	IBGE	MUNICÍPIO ELEGIVEL	REPASSE RECURSO
AC	120005	Assis Brasil	R$ 6.000,00
AC	120039	Porto Walter	R$ 6.000,00
		AC TOTAL	R$ 12.000,00
AL	270010	Água Branca	R$ 6.000,00
AL	270020	Anadia	R$ 6.000,00
AL	270070	Batalha	R$ 6.000,00
AL	270090	Belo Monte	R$ 6.000,00
AL	270120	Cacimbinhas	R$ 6.000,00
AL	270150	Campo Grande	R$ 6.000,00
AL	270160	Canapi	R$ 6.000,00
AL	270200	Coité do Nóia	R$ 6.000,00
AL	270235	Craíbas	R$ 6.000,00
AL	270250	Dois Riachos	R$ 6.000,00
AL	270255	Estrela de Alagoas	R$ 6.000,00
AL	270260	Feira Grande	R$ 6.000,00
AL	270270	Feliz Deserto	R$ 6.000,00
AL	270300	Ibateguara	R$ 6.000,00
AL	270310	Igaci	R$ 6.000,00
AL	270320	Igreja Nova	R$ 6.000,00
AL	270330	Inhapi	R$ 6.000,00
AL	270340	Jacaré dos Homens	R$ 6.000,00
AL	270370	Jaramataia	R$ 6.000,00
AL	270410	Lagoa da Canoa	R$ 6.000,00
AL	270420	Limoeiro de Anadia	R$ 6.000,00
AL	270440	Major Isidoro	R$ 6.000,00
AL	270500	Mata Grande	R$ 6.000,00
AL	270530	Minador do Negrão	R$ 6.000,00
AL	270540	Monteirópolis	R$ 6.000,00
AL	270580	Olho d'Água do Casado	R$ 6.000,00
AL	270600	Olivença	R$ 6.000,00
AL	270620	Palestina	R$ 6.000,00
AL	270630	Palmeira dos Índios	R$ 6.000,00
AL	270640	Pão de Açúcar	R$ 6.000,00
AL	270650	Passo de Camaragibe	R$ 6.000,00
AL	270710	Piranhas	R$ 6.000,00
AL	270720	Poço das Trincheiras	R$ 6.000,00
AL	270740	Porto de Pedras	R$ 6.000,00
AL	270750	Porto Real do Colégio	R$ 6.000,00
AL	270760	Quebrangulo	R$ 6.000,00
AL	270800	Santana do Ipanema	R$ 6.000,00
AL	270810	Santana do Mundaú	R$ 6.000,00
AL	270820	São Brás	R$ 6.000,00
AL	270840	São José da Tapera	R$ 6.000,00
AL	270880	São Sebastião	R$ 6.000,00
AL	270895	Senador Rui Palmeira	R$ 6.000,00
AL	270900	Tanque d'Arca	R$ 6.000,00
AL	270910	Taquarana	R$ 6.000,00
AL	270920	Traipu	R$ 6.000,00
AL	270940	Viçosa	R$ 6.000,00
		AL TOTAL	R$ 276.000,00
AM	130080	Borba (PILOTO)	R$ 6.000,00
AM	130140	Eirunepé	R$ 6.000,00
AM	130300	Nhamundá	R$ 6.000,00
AM	130380	São Gabriel da Cachoeira	R$ 6.000,00
		AM TOTAL	R$ 24.000,00
AP	160080	Vitória do Jari	R$ 6.000,00
		AP TOTAL	R$ 6.000,00
BA	290210	Araci	R$ 6.000,00
BA	290680	Cansanção	R$ 6.000,00
BA	291910	Lamarão	R$ 6.000,00
BA	292265	Nordestina	R$ 6.000,00
BA	292580	Queimadas	R$ 6.000,00
BA	292895	São Domingos	R$ 6.000,00
BA	290010	Abaíra	R$ 6.000,00
BA	290130	Andaraí	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	290530	Cafarnaum	R$ 6.000,00
BA	291250	Ibipitanga	R$ 6.000,00
BA	291440	Iraquara	R$ 6.000,00
BA	292205	Mulungu Do Morro	R$ 6.000,00
BA	293080	Souto Soares	R$ 6.000,00
BA	291960	Macajuba	R$ 6.000,00
BA	293280	Utinga	R$ 6.000,00
BA	290150	Anguera	R$ 6.000,00
BA	290170	Antônio Cardoso	R$ 6.000,00
BA	290260	Baixa Grande	R$ 6.000,00
BA	290685	Capela Do Alto Alegre	R$ 6.000,00
BA	291380	Ipecaetá	R$ 6.000,00
BA	292210	Mundo Novo	R$ 6.000,00
BA	292273	Nova Fátima	R$ 6.000,00
BA	292405	Pé De Serra	R$ 6.000,00
BA	292465	Pintadas	R$ 6.000,00
BA	293110	Tanquinho	R$ 6.000,00
BA	290300	Barra Do Mendes	R$ 6.000,00
BA	290323	Barro Alto	R$ 6.000,00
BA	291310	Ibititá	R$ 6.000,00
BA	291835	João Dourado	R$ 6.000,00
BA	292925	São Gabriel	R$ 6.000,00
BA	293240	Uibaí	R$ 6.000,00
BA	290510	Caém	R$ 6.000,00
BA	290550	Caldeirão Grande	R$ 6.000,00
BA	290687	Capim Grosso	R$ 6.000,00
BA	291125	Gavião	R$ 6.000,00
BA	292010	Mairi	R$ 6.000,00
BA	292120	Miguel Calmon	R$ 6.000,00
BA	292140	Mirangaba	R$ 6.000,00
BA	292170	Morro Do Chapéu	R$ 6.000,00
BA	292480	Piritiba	R$ 6.000,00
BA	292593	Quixabeira	R$ 6.000,00
BA	292937	São José Do Jacuípe	R$ 6.000,00
BA	292980	Saúde	R$ 6.000,00
BA	293060	Serrolândia	R$ 6.000,00
BA	293305	Várzea Da Roça	R$ 6.000,00
BA	293310	Várzea Do Poço	R$ 6.000,00
BA	293315	Várzea Nova	R$ 6.000,00
BA	290100	Amargosa	R$ 6.000,00
BA	290730	Castro Alves	R$ 6.000,00
BA	291030	Elísio Medrado	R$ 6.000,00
BA	291685	Itatim	R$ 6.000,00
BA	291780	Jaguaripe	R$ 6.000,00
BA	291820	Jiquiriçá	R$ 6.000,00
BA	293317	Varzedo	R$ 6.000,00
BA	290205	Araçás	R$ 6.000,00
BA	290960	Crisópolis	R$ 6.000,00
BA	292700	Rio Real	R$ 6.000,00
BA	290035	Adustina	R$ 6.000,00
BA	290265	Banzaê	R$ 6.000,00
BA	290790	Cipó	R$ 6.000,00
BA	292590	Quijingue	R$ 6.000,00
BA	292650	Ribeira Do Amparo	R$ 6.000,00
BA	290020	Abaré	R$ 6.000,00
BA	291140	Glória	R$ 6.000,00
BA	292710	Rodelas	R$ 6.000,00
BA	292760	Santa Brígida	R$ 6.000,00
BA	290135	Andorinha	R$ 6.000,00
BA	292525	Ponto Novo	R$ 6.000,00
BA	293010	Senhor Do Bonfim	R$ 6.000,00
BA	290990	Curaçá	R$ 6.000,00
BA	292600	Remanso	R$ 6.000,00
BA	293077	Sobradinho	R$ 6.000,00
BA	293200	Uauá	R$ 6.000,00
BA	290140	Angical	R$ 6.000,00
BA	290440	Brejolândia	R$ 6.000,00
BA	290740	Catolândia	R$ 6.000,00
BA	292890	São Desidério	R$ 6.000,00
BA	293345	Wanderley	R$ 6.000,00
BA	290390	Bom Jesus Da Lapa	R$ 6.000,00
BA	290930	Correntina	R$ 6.000,00
BA	291077	Feira Da Mata	R$ 6.000,00
BA	291735	Jaborandi	R$ 6.000,00
BA	293030	Serra Dourada	R$ 6.000,00
BA	290270	Barra	R$ 6.000,00
BA	291410	Ipupiara	R$ 6.000,00
BA	290290	Barra Do Choça	R$ 6.000,00
BA	290350	Belo Campo	R$ 6.000,00
BA	290395	Bom Jesus Da Serra	R$ 6.000,00
BA	290670	Cândido Sales	R$ 6.000,00
BA	290870	Condeúba	R$ 6.000,00
BA	290900	Cordeiros	R$ 6.000,00
BA	291040	Encruzilhada	R$ 6.000,00
BA	292470	Piripá	R$ 6.000,00
BA	292500	Planalto	R$ 6.000,00
BA	292510	Poções	R$ 6.000,00
BA	292570	Presidente Jânio Quadros	R$ 6.000,00
BA	292665	Ribeirão Do Largo	R$ 6.000,00
BA	293180	Tremedal	R$ 6.000,00
BA	290420	Botuporã	R$ 6.000,00
BA	290500	Caculé	R$ 6.000,00
BA	290710	Carinhanha	R$ 6.000,00

BA	291165	Guajeru	R$ 6.000,00
BA	291170	Guanambi	R$ 6.000,00
BA	291200	Ibiassucê	R$ 6.000,00
BA	291733	Iuiú	R$ 6.000,00
BA	291740	Jacaraci	R$ 6.000,00
BA	291875	Lagoa Real	R$ 6.000,00
BA	291940	Licínio De Almeida	R$ 6.000,00
BA	292105	Matina	R$ 6.000,00
BA	292180	Mortugaba	R$ 6.000,00
BA	292340	Palmas De Monte Alto	R$ 6.000,00
BA	293000	Sebastião Laranjeiras	R$ 6.000,00
BA	291640	Itapetinga	R$ 6.000,00
BA	291710	Itororó	R$ 6.000,00
BA	292540	Potiraguá	R$ 6.000,00
BA	290280	Barra Da Estiva	R$ 6.000,00
BA	291010	Dom Basílio	R$ 6.000,00
BA	290050	Érico Cardoso	R$ 6.000,00
BA	291220	Ibicoara	R$ 6.000,00
BA	292145	Mirante	R$ 6.000,00
BA	292360	Paramirim	R$ 6.000,00
BA	292690	Rio Do Pires	R$ 6.000,00
BA	290580	Camamu	R$ 6.000,00
BA	291345	Igrapiúna	R$ 6.000,00
BA	293120	Taperoá	R$ 6.000,00
BA	293160	Teolândia	R$ 6.000,00
BA	292390	Pau Brasil	R$ 6.000,00
BA	290950	Cravolândia	R$ 6.000,00
BA	291690	Itiruçu	R$ 6.000,00
BA	292050	Maracás	R$ 6.000,00
BA	292280	Nova Itarana	R$ 6.000,00
		BA TOTAL	R$ 786.000,00
CE	230020	Acaraú	R$ 6.000,00
CE	230050	Alcântaras	R$ 6.000,00
CE	230060	Altaneira	R$ 6.000,00
CE	230070	Alto Santo	R$ 6.000,00
CE	230075	Amontada	R$ 6.000,00
CE	230080	Antonina do Norte	R$ 6.000,00
CE	230090	Apuiarés	R$ 6.000,00
CE	230110	Aracati	R$ 6.000,00
CE	230120	Aracoiaba	R$ 6.000,00
CE	230125	Ararendá	R$ 6.000,00
CE	230130	Araripe	R$ 6.000,00
CE	230140	Aratuba	R$ 6.000,00
CE	230160	Assaré	R$ 6.000,00
CE	230170	Aurora	R$ 6.000,00
CE	230185	Banabuiú	R$ 6.000,00
CE	230190	Barbalha	R$ 6.000,00
CE	230195	Barreira	R$ 6.000,00
CE	230200	Barro	R$ 6.000,00
CE	230205	Barroquinha	R$ 6.000,00
CE	230210	Baturité	R$ 6.000,00
CE	230230	Bela Cruz	R$ 6.000,00
CE	230240	Boa Viagem	R$ 6.000,00
CE	230250	Brejo Santo	R$ 6.000,00
CE	230260	Camocim	R$ 6.000,00
CE	230270	Campos Sales	R$ 6.000,00
CE	230290	Capistrano	R$ 6.000,00
CE	230300	Caridade	R$ 6.000,00
CE	230310	Cariré	R$ 6.000,00
CE	230320	Caririaçu	R$ 6.000,00
CE	230340	Carnaubal	R$ 6.000,00
CE	230360	Catarina	R$ 6.000,00
CE	230365	Catunda	R$ 6.000,00
CE	230380	Cedro	R$ 6.000,00
CE	230390	Chaval	R$ 6.000,00
CE	230393	Choró	R$ 6.000,00
CE	230395	Chorozinho	R$ 6.000,00
CE	230400	Coreaú	R$ 6.000,00
CE	230410	Crateús	R$ 6.000,00
CE	230425	Cruz	R$ 6.000,00
CE	230426	Deputado Irapuan Pinheiro	R$ 6.000,00
CE	230427	Ererê	R$ 6.000,00
CE	230430	Farias Brito	R$ 6.000,00
CE	230435	Forquilha	R$ 6.000,00
CE	230450	Frecheirinha	R$ 6.000,00
CE	230460	General Sampaio	R$ 6.000,00
CE	230465	Graça	R$ 6.000,00
CE	230470	Granja	R$ 6.000,00
CE	230480	Granjeiro	R$ 6.000,00
CE	230490	Groaíras	R$ 6.000,00
CE	230510	Guaramiranga	R$ 6.000,00
CE	230520	Hidrolândia	R$ 6.000,00
CE	230530	Ibiapina	R$ 6.000,00
CE	230533	Ibicuitinga	R$ 6.000,00
CE	230535	Icapuí	R$ 6.000,00
CE	230540	Icó	R$ 6.000,00
CE	230560	Independência	R$ 6.000,00
CE	230565	Ipaporanga	R$ 6.000,00
CE	230580	Ipu	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	230590	Ipueiras	R$ 6.000,00
CE	230600	Iracema	R$ 6.000,00
CE	230610	Irauçuba	R$ 6.000,00
CE	230620	Itaiçaba	R$ 6.000,00
CE	230630	Itapagé	R$ 6.000,00
CE	230650	Itapiúna	R$ 6.000,00
CE	230655	Itarema	R$ 6.000,00
CE	230660	Itatira	R$ 6.000,00
CE	230670	Jaguaretama	R$ 6.000,00
CE	230680	Jaguaribara	R$ 6.000,00
CE	230690	Jaguaribe	R$ 6.000,00
CE	230700	Jaguaruana	R$ 6.000,00
CE	230710	Jardim	R$ 6.000,00
CE	230740	Jucás	R$ 6.000,00
CE	230750	Lavras da Mangabeira	R$ 6.000,00
CE	230760	Limoeiro do Norte	R$ 6.000,00
CE	230763	Madalena	R$ 6.000,00
CE	230790	Martinópole	R$ 6.000,00
CE	230800	Massapê	R$ 6.000,00
CE	230810	Mauriti	R$ 6.000,00
CE	230820	Meruoca	R$ 6.000,00
CE	230835	Milhã	R$ 6.000,00
CE	230837	Miraíma	R$ 6.000,00
CE	230840	Missão Velha	R$ 6.000,00
CE	230850	Mombaça	R$ 6.000,00
CE	230860	Monsenhor Tabosa	R$ 6.000,00
CE	230870	Morada Nova	R$ 6.000,00
CE	230880	Moraújo	R$ 6.000,00
CE	230890	Morrinhos	R$ 6.000,00
CE	230900	Mucambo	R$ 6.000,00
CE	230910	Mulungu	R$ 6.000,00
CE	230920	Nova Olinda	R$ 6.000,00
CE	230930	Nova Russas	R$ 6.000,00
CE	230940	Novo Oriente	R$ 6.000,00
CE	230945	Ocara	R$ 6.000,00
CE	230950	Orós	R$ 6.000,00
CE	230960	Pacajus	R$ 6.000,00
CE	230980	Pacoti	R$ 6.000,00
CE	230990	Pacujá	R$ 6.000,00
CE	231050	Pedra Branca	R$ 6.000,00
CE	231070	Pentecoste	R$ 6.000,00
CE	231080	Pereiro	R$ 6.000,00
CE	231090	Piquet Carneiro	R$ 6.000,00
CE	231100	Poranga	R$ 6.000,00
CE	231120	Potengi	R$ 6.000,00
CE	231123	Potiretama	R$ 6.000,00
CE	231126	Quiterianópolis	R$ 6.000,00
CE	231130	Quixadá	R$ 6.000,00
CE	231135	Quixelô	R$ 6.000,00
CE	231140	Quixeramobim	R$ 6.000,00
CE	231150	Quixeré	R$ 6.000,00
CE	231160	Redenção	R$ 6.000,00
CE	231170	Reriutaba	R$ 6.000,00
CE	231180	Russas	R$ 6.000,00
CE	231195	Salitre	R$ 6.000,00
CE	231220	Santa Quitéria	R$ 6.000,00
CE	231200	Santana do Acaraú	R$ 6.000,00
CE	231210	Santana do Cariri	R$ 6.000,00
CE	231230	São Benedito	R$ 6.000,00
CE	231250	São João do Jaguaribe	R$ 6.000,00
CE	231270	Senador Pompeu	R$ 6.000,00
CE	231280	Senador Sá	R$ 6.000,00
CE	231300	Solonópole	R$ 6.000,00
CE	231310	Tabuleiro do Norte	R$ 6.000,00
CE	231320	Tamboril	R$ 6.000,00
CE	231325	Tarrafas	R$ 6.000,00
CE	231330	Tauá	R$ 6.000,00
CE	231335	Tejuçuoca	R$ 6.000,00
CE	231340	Tianguá	R$ 6.000,00
CE	231360	Ubajara	R$ 6.000,00
CE	231375	Umirim	R$ 6.000,00
CE	231380	Uruburetama	R$ 6.000,00
CE	231390	Uruoca	R$ 6.000,00
CE	231395	Varjota	R$ 6.000,00
CE	231400	Várzea Alegre	R$ 6.000,00
CE	231410	Viçosa do Ceará	R$ 6.000,00
		CE TOTAL	R$ 804.000,00
ES	320010	Afonso Cláudio	R$ 6.000,00
ES	320035	Alto Rio Novo	R$ 6.000,00
ES	320050	Apiacá	R$ 6.000,00
ES	320115	Brejetuba	R$ 6.000,00
ES	320160	Conceição da Barra	R$ 6.000,00
ES	320180	Divino de São Lourenço	R$ 6.000,00
ES	320200	Dores do Rio Preto	R$ 6.000,00
ES	320210	Ecoporanga	R$ 6.000,00
ES	320255	Ibitirama	R$ 6.000,00
ES	320316	Laranja da Terra	R$ 6.000,00
ES	320330	Mantenópolis	R$ 6.000,00
ES	320360	Mucurici	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	320370	Muniz Freire	R$ 6.000,00
ES	320425	Ponto Belo	R$ 6.000,00
ES	320430	Presidente Kennedy	R$ 6.000,00
		ES TOTAL	R$ 90.000,00
GO	520060	Alto Paraíso de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520080	Alvorada do Norte	R$ 6.000,00
GO	520396	Buritinópolis	R$ 6.000,00
GO	520455	Caldazinha	R$ 6.000,00
GO	520490	Campos Belos	R$ 6.000,00
GO	520505	Castelândia	R$ 6.000,00
GO	520530	Cavalcante	R$ 6.000,00
GO	520551	Cocalzinho de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520753	Faina	R$ 6.000,00
GO	520790	Flores de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520840	Goianápolis	R$ 6.000,00
GO	520940	Guarani de Goiás	R$ 6.000,00
GO	520945	Guarinos	R$ 6.000,00
GO	520990	Iaciara	R$ 6.000,00
GO	521305	Mimoso de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521308	Minaçu	R$ 6.000,00
GO	521377	Montividiu do Norte	R$ 6.000,00
GO	521405	Mundo Novo	R$ 6.000,00
GO	521460	Niquelândia	R$ 6.000,00
GO	521540	Ouro Verde de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521830	Posse	R$ 6.000,00
GO	521960	Santa Tereza de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521970	Santa Terezinha de Goiás	R$ 6.000,00
GO	521980	São Domingos	R$ 6.000,00
GO	522000	São João D'aliança	R$ 6.000,00
GO	522220	Vila Boa	R$ 6.000,00
		GO TOTAL	R$ 156.000,00
MA	210040	Altamira do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210060	Amarante do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210135	Bacurituba	R$ 6.000,00
MA	210407	Feira Nova do Maranhão	R$ 6.000,00
MA	210409	Formosa da Serra Negra	R$ 6.000,00
MA	210420	Fortuna	R$ 6.000,00
MA	210700	Montes Altos	R$ 6.000,00
MA	210880	Pirapemas	R$ 6.000,00
MA	211125	São José dos Basílios	R$ 6.000,00
MA	211180	Sítio Novo	R$ 6.000,00
		MA TOTAL	R$ 60.000,00
MG	310060	Água Boa	R$ 6.000,00
MG	310090	Águas Formosas	R$ 6.000,00
MG	310100	Águas Vermelhas	R$ 6.000,00
MG	310170	Almenara	R$ 6.000,00
MG	310210	Alto Rio Doce	R$ 6.000,00
MG	310220	Alvarenga	R$ 6.000,00
MG	310285	Angelândia	R$ 6.000,00
MG	310340	Araçuaí	R$ 6.000,00
MG	310450	Arinos	R$ 6.000,00
MG	310650	Berilo	R$ 6.000,00
MG	310825	Bonito de Minas	R$ 6.000,00
MG	310870	Brás Pires	R$ 6.000,00
MG	310270	Cachoeira de Pajeú	R$ 6.000,00
MG	311115	Campo Azul	R$ 6.000,00
MG	311270	Capitão Enéas	R$ 6.000,00
MG	311290	Caputira	R$ 6.000,00
MG	311300	Caraí	R$ 6.000,00
MG	311545	Catuji	R$ 6.000,00
MG	311547	Catuti	R$ 6.000,00
MG	311610	Chapada do Norte	R$ 6.000,00
MG	311615	Chapada Gaúcha	R$ 6.000,00
MG	311630	Cipotânea	R$ 6.000,00
MG	311680	Coluna	R$ 6.000,00
MG	311950	Coronel Murta	R$ 6.000,00
MG	312015	Crisólita	R$ 6.000,00
MG	312170	Diogo de Vasconcelos	R$ 6.000,00
MG	312200	Divino	R$ 6.000,00
MG	312235	Divisa Alegre	R$ 6.000,00
MG	312245	Divisópolis	R$ 6.000,00
MG	312430	Espinosa	R$ 6.000,00
MG	312560	Felisburgo	R$ 6.000,00
MG	312595	Fervedouro	R$ 6.000,00
MG	312650	Francisco badaró	R$ 6.000,00
MG	312670	Francisco sá	R$ 6.000,00
MG	312695	Frei lagonegro	R$ 6.000,00
MG	312707	Fruta de Leite	R$ 6.000,00
MG	312733	Gameleiras	R$ 6.000,00
MG	312825	Guaraciama	R$ 6.000,00
MG	312960	Ibiaí	R$ 6.000,00
MG	313055	Imbé de Minas	R$ 6.000,00
MG	313065	Indaiabira	R$ 6.000,00
MG	313210	Itacarambi	R$ 6.000,00
MG	313270	Itambacuri	R$ 6.000,00
MG	313330	Itaobim	R$ 6.000,00
MG	313390	Itaverava	R$ 6.000,00
MG	313470	Jacinto	R$ 6.000,00
MG	313505	Jaíba	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	313510	Janaúba	R$ 6.000,00
MG	313535	Japonvar	R$ 6.000,00
MG	313545	Jenipapo de Minas	R$ 6.000,00
MG	313550	Jequeri	R$ 6.000,00
MG	313580	Jequitinhonha	R$ 6.000,00
MG	313600	Joaíma	R$ 6.000,00
MG	313650	Jordânia	R$ 6.000,00
MG	313652	José Gonçalves de Minas	R$ 6.000,00
MG	313657	Josenópolis	R$ 6.000,00
MG	313695	Juvenília	R$ 6.000,00
MG	313700	Ladainha	R$ 6.000,00
MG	313920	Malacacheta	R$ 6.000,00
MG	313925	Mamonas	R$ 6.000,00
MG	313930	Manga	R$ 6.000,00
MG	314085	Matias Cardoso	R$ 6.000,00
MG	314100	Mato Verde	R$ 6.000,00
MG	314140	Medina	R$ 6.000,00
MG	314180	Minas Novas	R$ 6.000,00
MG	314270	Montalvânia	R$ 6.000,00
MG	314290	Monte Azul	R$ 6.000,00
MG	314315	Monte Formoso	R$ 6.000,00
MG	314345	Montezuma	R$ 6.000,00
MG	314467	Nova Belém	R$ 6.000,00
MG	314530	Novo Cruzeiro	R$ 6.000,00
MG	314537	Novorizonte	R$ 6.000,00
MG	314587	Orizânia	R$ 6.000,00
MG	314655	Pai Pedro	R$ 6.000,00
MG	314675	Palmópolis	R$ 6.000,00
MG	314795	Patis	R$ 6.000,00
MG	314840	Paulistas	R$ 6.000,00
MG	314850	Pavão	R$ 6.000,00
MG	314870	Pedra Azul	R$ 6.000,00
MG	314875	Pedra Bonita	R$ 6.000,00
MG	314900	Pedra Dourada	R$ 6.000,00
MG	315000	Pescador	R$ 6.000,00
MG	315080	Piranga	R$ 6.000,00
MG	315217	Ponto dos Volantes	R$ 6.000,00
MG	315445	Riachinho	R$ 6.000,00
MG	315510	Rio do Prado	R$ 6.000,00
MG	315560	Rio Pardo de Minas	R$ 6.000,00
MG	315600	Rio vermelho	R$ 6.000,00
MG	315650	Rubelita	R$ 6.000,00
MG	315700	Salinas	R$ 6.000,00
MG	315710	Salto da Divisa	R$ 6.000,00
MG	315750	Santa Efigênia de Minas	R$ 6.000,00
MG	315765	Santa Helena de Minas	R$ 6.000,00
MG	315790	Santa Margarida	R$ 6.000,00
MG	315810	Santa Maria do Salto	R$ 6.000,00
MG	316030	Santo Antônio do Jacinto	R$ 6.000,00
MG	316045	Santo Antônio do Retiro	R$ 6.000,00
MG	316050	Santo Antônio do Rio Abaixo	R$ 6.000,00
MG	316105	São Félix de Minas	R$ 6.000,00
MG	316225	São João da Lagoa	R$ 6.000,00
MG	316245	São João das Missões	R$ 6.000,00
MG	316255	São João do Manhuaçu	R$ 6.000,00
MG	316270	São João do Paraíso	R$ 6.000,00
MG	316420	São Romão	R$ 6.000,00
MG	316550	Sardoá	R$ 6.000,00
MG	316620	Senhora dos Remédios	R$ 6.000,00
MG	316650	Serra Azul de Minas	R$ 6.000,00
MG	316695	Serranópolis de Minas	R$ 6.000,00
MG	316710	Serro	R$ 6.000,00
MG	317030	Umburatiba	R$ 6.000,00
MG	317065	Vargem Grande do Rio Pardo	R$ 6.000,00
MG	317090	Varzelândia	R$ 6.000,00
MG	317115	Vermelho Novo	R$ 6.000,00
MG	317160	Virgem da Lapa	R$ 6.000,00
MG	317190	Virgolândia	R$ 6.000,00
		MG TOTAL	R$ 690.000,00
MS	500090	Antônio João	R$ 6.000,00
MS	500124	Aral Moreira	R$ 6.000,00
MS	500450	Itaporã	R$ 6.000,00
MS	500480	Japorã	R$ 6.000,00
MS	500515	Juti	R$ 6.000,00
MS	500635	Paranhos	R$ 6.000,00
MS	500795	Tacuru	R$ 6.000,00
		MS TOTAL	R$ 42.000,00
MT	510025	Alta Floresta	R$ 6.000,00
MT	510035	Alto Boa Vista	R$ 6.000,00
MT	510140	Aripuanã	R$ 6.000,00
MT	510325	Colniza	R$ 6.000,00
MT	510335	Confresa	R$ 6.000,00
MT	510385	Gaúcha do Norte	R$ 6.000,00
MT	510390	General Carneiro	R$ 6.000,00
MT	510515	Juína (PILOTO)	R$ 6.000,00
MT	510530	Luciara	R$ 6.000,00
MT	510610	Nossa Senhora do Livramento	R$ 6.000,00
MT	510618	Nova Lacerda	R$ 6.000,00
MT	510629	Paranaíta	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	510642	Peixoto de Azevedo	R$ 6.000,00
MT	510680	Porto dos Gaúchos	R$ 6.000,00
MT	510706	Querência	R$ 6.000,00
MT	510718	Ribeirão Cascalheira	R$ 6.000,00
		MT TOTAL	R$ 96.000,00
PA	150060	Altamira	R$ 6.000,00
PA	150085	Anapu	R$ 6.000,00
PA	150120	Baião	R$ 6.000,00
PA	150145	Belterra	R$ 6.000,00
PA	150172	Brasil Novo	R$ 6.000,00
PA	150290	Curuçá	R$ 6.000,00
PA	150293	Dom Eliseu	R$ 6.000,00
PA	150300	Faro	R$ 6.000,00
PA	150304	Floresta do Araguaia	R$ 6.000,00
PA	150400	Limoeiro do Ajuru	R$ 6.000,00
PA	150503	Novo Progresso	R$ 6.000,00
PA	150548	Pacajá	R$ 6.000,00
PA	150658	Santa Maria das Barreiras	R$ 6.000,00
PA	150670	Santana do Araguaia	R$ 6.000,00
PA	150720	São Domingos do Capim	R$ 6.000,00
PA	150730	São Félix do Xingu	R$ 6.000,00
PA	150770	São Sebastião da Boa Vista	R$ 6.000,00
PA	150780	Senador José Porfírio	R$ 6.000,00
PA	150795	Tailândia	R$ 6.000,00
PA	150812	Ulianópolis	R$ 6.000,00
PA	150815	Uruará	R$ 6.000,00
PA	150835	Vitória do Xingu	R$ 6.000,00
		PA TOTAL	R$ 132.000,00
PB	250010	Água Branca	R$ 6.000,00
PB	250020	Aguiar	R$ 6.000,00
PB	250040	Alagoa Nova	R$ 6.000,00
PB	250053	Alcantil	R$ 6.000,00
PB	250073	Amparo	R$ 6.000,00
PB	250077	Aparecida	R$ 6.000,00
PB	250080	Araçagi	R$ 6.000,00
PB	250120	Areial	R$ 6.000,00
PB	250153	Baraúna	R$ 6.000,00
PB	250170	Barra de São Miguel	R$ 6.000,00
PB	250200	Belém do Brejo do Cruz	R$ 6.000,00
PB	250210	Boa Ventura	R$ 6.000,00
PB	250250	Boqueirão	R$ 6.000,00
PB	250310	Cabaceiras	R$ 6.000,00
PB	250350	Cacimba de Dentro	R$ 6.000,00
PB	250375	Cajazeirinhas	R$ 6.000,00
PB	250390	Camalaú	R$ 6.000,00
PB	250407	Caraúbas	R$ 6.000,00
PB	250415	Casserengue	R$ 6.000,00
PB	250435	Caturité	R$ 6.000,00
PB	250440	Conceição	R$ 6.000,00
PB	250450	Condado	R$ 6.000,00
PB	250470	Congo	R$ 6.000,00
PB	250510	Cuité	R$ 6.000,00
PB	250527	Curral de Cima	R$ 6.000,00
PB	250535	Damião	R$ 6.000,00
PB	250560	Diamante	R$ 6.000,00
PB	250570	Dona Inês	R$ 6.000,00
PB	250580	Duas Estradas	R$ 6.000,00
PB	250590	Emas	R$ 6.000,00
PB	250625	Gado Bravo	R$ 6.000,00
PB	250660	Ibiara	R$ 6.000,00
PB	250260	Igaracy	R$ 6.000,00
PB	250680	Ingá	R$ 6.000,00
PB	250700	Itaporanga	R$ 6.000,00
PB	250720	Itatuba	R$ 6.000,00
PB	250740	Jericó	R$ 6.000,00
PB	250770	Juazeirinho	R$ 6.000,00
PB	250790	Juripiranga	R$ 6.000,00
PB	250800	Juru	R$ 6.000,00
PB	250820	Lagoa de Dentro	R$ 6.000,00
PB	250850	Livramento	R$ 6.000,00
PB	250855	Logradouro	R$ 6.000,00
PB	250870	Mãe d'Água	R$ 6.000,00
PB	250900	Manaíra	R$ 6.000,00
PB	250910	Mari	R$ 6.000,00
PB	250939	Maturéia	R$ 6.000,00
PB	250970	Monteiro	R$ 6.000,00
PB	250990	Natuba	R$ 6.000,00
PB	251000	Nazarezinho	R$ 6.000,00
PB	251020	Nova Olinda	R$ 6.000,00
PB	251030	Nova Palmeira	R$ 6.000,00
PB	251050	Olivedos	R$ 6.000,00
PB	251060	Ouro Velho	R$ 6.000,00
PB	251065	Parari	R$ 6.000,00
PB	251090	Paulista	R$ 6.000,00
PB	251100	Pedra Branca	R$ 6.000,00
PB	251110	Pedra Lavrada	R$ 6.000,00
PB	251140	Picuí	R$ 6.000,00
PB	251150	Pilar	R$ 6.000,00
PB	251170	Pilõezinhos	R$ 6.000,00
PB	251180	Pirpirituba	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	251200	Pocinhos	R$ 6.000,00
PB	251210	Pombal	R$ 6.000,00
PB	251230	Princesa Isabel	R$ 6.000,00
PB	251278	Riacho de Santo Antônio	R$ 6.000,00
PB	251330	Santa Helena	R$ 6.000,00
PB	251350	Santana de Mangueira	R$ 6.000,00
PB	251360	Santana dos Garrotes	R$ 6.000,00
PB	251365	Santarém (Joca Claudino)	R$ 6.000,00
PB	251385	Santo André	R$ 6.000,00
PB	251392	São Bentinho	R$ 6.000,00
PB	251390	São Bento	R$ 6.000,00
PB	251396	São Domingos (de Pombal?)	R$ 6.000,00
PB	251398	São Francisco	R$ 6.000,00
PB	251420	São José da Lagoa Tapada	R$ 6.000,00
PB	251430	São José de Caiana	R$ 6.000,00
PB	251440	São José de Espinharas	R$ 6.000,00
PB	251455	São José de Princesa	R$ 6.000,00
PB	251465	São José do Brejo do Cruz	R$ 6.000,00
PB	251490	São Mamede	R$ 6.000,00
PB	251510	São Sebastião de Lagoa de Roça	R$ 6.000,00
PB	251520	São Sebastião do Umbuzeiro	R$ 6.000,00
PB	251550	Serra Branca	R$ 6.000,00
PB	251570	Serra Grande	R$ 6.000,00
PB	251600	Solânea	R$ 6.000,00
PB	251630	Sumé	R$ 6.000,00
PB	251660	Tavares	R$ 6.000,00
PB	251670	Teixeira	R$ 6.000,00
PB	251680	Triunfo	R$ 6.000,00
PB	251690	Uiraúna	R$ 6.000,00
PB	251700	Umbuzeiro	R$ 6.000,00
PB	251710	Várzea	R$ 6.000,00
PB	250550	Vista Serrana	R$ 6.000,00
PB	251740	Zabelê	R$ 6.000,00
		PB TOTAL	R$ 570.000,00
PE	260010	Afogados da Ingazeira	R$ 6.000,00
PE	260030	Agrestina	R$ 6.000,00
PE	260050	Águas Belas	R$ 6.000,00
PE	260060	Alagoinha	R$ 6.000,00
PE	260120	Arcoverde	R$ 6.000,00
PE	260160	Belém de São Francisco	R$ 6.000,00
PE	260180	Betânia	R$ 6.000,00
PE	260220	Bom Jardim	R$ 6.000,00
PE	260230	Bonito	R$ 6.000,00
PE	260240	Brejão	R$ 6.000,00
PE	260250	Brejinho	R$ 6.000,00
PE	260260	Brejo da Madre de Deus	R$ 6.000,00
PE	260300	Cabrobó	R$ 6.000,00
PE	260310	Cachoeirinha	R$ 6.000,00
PE	260320	Caetés	R$ 6.000,00
PE	260330	Calçado	R$ 6.000,00
PE	260340	Calumbi	R$ 6.000,00
PE	260380	Capoeiras	R$ 6.000,00
PE	260390	Carnaíba	R$ 6.000,00
PE	260392	Carnaubeira da Penha	R$ 6.000,00
PE	260430	Cedro	R$ 6.000,00
PE	260450	Chã Grande	R$ 6.000,00
PE	260470	Correntes	R$ 6.000,00
PE	260515	Dormentes	R$ 6.000,00
PE	260530	Exu	R$ 6.000,00
PE	260560	Flores	R$ 6.000,00
PE	260630	Granito	R$ 6.000,00
PE	260640	Gravatá	R$ 6.000,00
PE	260650	Iati	R$ 6.000,00
PE	260660	Ibimirim	R$ 6.000,00
PE	260690	Iguaraci	R$ 6.000,00
PE	260710	Ingazeira	R$ 6.000,00
PE	260730	Ipubi	R$ 6.000,00
PE	260770	Itapetim	R$ 6.000,00
PE	260800	Jataúba	R$ 6.000,00
PE	260805	Jatobá	R$ 6.000,00
PE	260810	João Alfredo	R$ 6.000,00
PE	260825	Jucati	R$ 6.000,00
PE	260875	Lagoa Grande	R$ 6.000,00
PE	260880	Lajedo	R$ 6.000,00
PE	260930	Mirandiba	R$ 6.000,00
PE	261430	Moreilândia	R$ 6.000,00
PE	260970	Orobó	R$ 6.000,00
PE	260980	Orocó	R$ 6.000,00
PE	260990	Ouricuri	R$ 6.000,00
PE	261010	Palmeirina	R$ 6.000,00
PE	261030	Paranatama	R$ 6.000,00
PE	261050	Passira	R$ 6.000,00
PE	261080	Pedra	R$ 6.000,00
PE	261090	Pesqueira	R$ 6.000,00
PE	261100	Petrolândia	R$ 6.000,00
PE	261153	Quixaba	R$ 6.000,00
PE	261210	Salgadinho	R$ 6.000,00
PE	261230	Saloá	R$ 6.000,00
PE	261245	Santa Cruz	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	261260	Santa Maria da Boa Vista	R$ 6.000,00
PE	261280	Santa Terezinha	R$ 6.000,00
PE	261310	São Caitano	R$ 6.000,00
PE	261320	São João	R$ 6.000,00
PE	261330	São Joaquim do Monte	R$ 6.000,00
PE	261350	São José do Belmonte	R$ 6.000,00
PE	261360	São José do Egito	R$ 6.000,00
PE	261380	São Vicente Ferrer	R$ 6.000,00
PE	261390	Serra Talhada	R$ 6.000,00
PE	261400	Serrita	R$ 6.000,00
PE	261410	Sertânia	R$ 6.000,00
PE	261440	Solidão	R$ 6.000,00
PE	261450	Surubim	R$ 6.000,00
PE	261460	Tabira	R$ 6.000,00
PE	261480	Tacaratu	R$ 6.000,00
PE	261500	Taquaritinga do Norte	R$ 6.000,00
PE	261510	Terezinha	R$ 6.000,00
PE	261560	Trindade	R$ 6.000,00
PE	261570	Triunfo	R$ 6.000,00
PE	261610	Verdejante	R$ 6.000,00
PE	261618	Vertente do Lério	R$ 6.000,00
		PE TOTAL	R$ 456.000,00
PI	220105	Assunção do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220117	Barra D'Alcântara	R$ 6.000,00
PI	220190	Bom Jesus	R$ 6.000,00
PI	220192	Bonfim do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220213	Campo Grande do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220230	Canto do Buriti	R$ 6.000,00
PI	220265	Caxingó	R$ 6.000,00
PI	220275	Colônia do Gurguéia	R$ 6.000,00
PI	220455	Guaribas	R$ 6.000,00
PI	220470	Inhuma	R$ 6.000,00
PI	220556	Lagoa do Barro do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220590	Manoel Emídio	R$ 6.000,00
PI	220670	Nazaré do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220760	Parnaguá	R$ 6.000,00
PI	220777	Patos do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220779	Pau D'Arco do Piauí	R$ 6.000,00
PI	220780	Paulistana	R$ 6.000,00
PI	220830	Piracuruca	R$ 6.000,00
PI	220870	Redenção do Gurguéia	R$ 6.000,00
PI	220985	São João da Canabrava	R$ 6.000,00
PI	221063	Sebastião Leal	R$ 6.000,00
PI	221080	Simplício Mendes	R$ 6.000,00
PI	221160	Vila Nova do Piauí	R$ 6.000,00
		PI TOTAL	R$ 138.000,00
PR	410020	Adrianópolis	R$ 6.000,00
PR	410045	Altamira do Paraná	R$ 6.000,00
PR	410090	Amaporã	R$ 6.000,00
PR	410130	Antônio Olinto	R$ 6.000,00
PR	410185	Ariranha do Ivaí	R$ 6.000,00
PR	410275	Bela Vista da Caroba	R$ 6.000,00
PR	410290	Bituruna	R$ 6.000,00
PR	410302	Boa Esperança do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	410304	Boa Ventura de São Roque	R$ 6.000,00
PR	410305	Boa Vista da Aparecida	R$ 6.000,00
PR	410315	Bom Jesus do Sul	R$ 6.000,00
PR	410395	Campina do Simão	R$ 6.000,00
PR	410440	Cândido de Abreu	R$ 6.000,00
PR	410442	Candói	R$ 6.000,00
PR	410445	Cantagalo	R$ 6.000,00
PR	410520	Cerro Azul	R$ 6.000,00
PR	410600	Congonhinhas	R$ 6.000,00
PR	410645	Coronel Domingos Soares	R$ 6.000,00
PR	410712	Diamante do Sul	R$ 6.000,00
PR	410715	Diamante D'Oeste	R$ 6.000,00
PR	412863	Doutor Ulysses	R$ 6.000,00
PR	410754	Espigão Alto do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	410773	Fernandes Pinheiro	R$ 6.000,00
PR	410785	Flor da Serra do Sul	R$ 6.000,00
PR	410845	Foz do Jordão	R$ 6.000,00
PR	410855	Godoy Moreira	R$ 6.000,00
PR	410865	Goioxim	R$ 6.000,00
PR	410870	Grandes Rios	R$ 6.000,00
PR	410895	Guamiranga	R$ 6.000,00
PR	410950	Guaraqueçaba	R$ 6.000,00
PR	410965	Honório Serpa	R$ 6.000,00
PR	411020	Inácio Martins	R$ 6.000,00
PR	411080	Iretama	R$ 6.000,00
PR	411140	Ivaí	R$ 6.000,00
PR	411250	Jardim Alegre	R$ 6.000,00
PR	411290	Jundiaí do Sul	R$ 6.000,00
PR	411325	Laranjal	R$ 6.000,00
PR	411345	Lindoeste	R$ 6.000,00
PR	411435	Manfrinópolis	R$ 6.000,00
PR	411440	Mangueirinha	R$ 6.000,00
PR	411450	Manoel Ribas	R$ 6.000,00
PR	411510	Mariluz	R$ 6.000,00
PR	411545	Marquinho	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	411573	Mato Rico	R$ 6.000,00
PR	411680	Nova Cantu	R$ 6.000,00
PR	411705	Nova Laranjeiras	R$ 6.000,00
PR	411721	Nova Santa Bárbara	R$ 6.000,00
PR	411727	Nova Tebas	R$ 6.000,00
PR	411730	Ortigueira	R$ 6.000,00
PR	411780	Palmital	R$ 6.000,00
PR	411960	Pitanga	R$ 6.000,00
PR	412015	Porto Barreiro	R$ 6.000,00
PR	412060	Prudentópolis	R$ 6.000,00
PR	412090	Quedas do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412120	Quitandinha	R$ 6.000,00
PR	412125	Ramilândia	R$ 6.000,00
PR	412150	Rebouças	R$ 6.000,00
PR	412160	Renascença	R$ 6.000,00
PR	412170	Reserva	R$ 6.000,00
PR	412175	Reserva do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412215	Rio Bonito do Iguaçu	R$ 6.000,00
PR	412250	Roncador	R$ 6.000,00
PR	412265	Rosário do Ivaí	R$ 6.000,00
PR	412380	Santa Izabel do Oeste	R$ 6.000,00
PR	412385	Santa Maria do Oeste	R$ 6.000,00
PR	412400	Santana do Itararé	R$ 6.000,00
PR	412440	Santo Antônio do Sudoeste	R$ 6.000,00
PR	412470	São Jerônimo da Serra	R$ 6.000,00
PR	412510	São João do Triunfo	R$ 6.000,00
PR	412667	Tamarana	R$ 6.000,00
PR	412796	Turvo	R$ 6.000,00
PR	412855	Vera Cruz do Oeste	R$ 6.000,00
		PR TOTAL	R$ 432.000,00
RJ	330090	Cambuci	R$ 6.000,00
RJ	330385	Paty do Alferes	R$ 6.000,00
RJ	330410	Porciúncula	R$ 6.000,00
RJ	330513	São José de Ubá	R$ 6.000,00
RJ	330530	São Sebastião do Alto	R$ 6.000,00
RJ	330540	Sapucaia	R$ 6.000,00
RJ	330570	Sumidouro	R$ 6.000,00
RJ	330590	Trajano de Moraes	R$ 6.000,00
		RJ TOTAL	R$ 48.000,00
RN	240010	Acari	R$ 6.000,00
RN	240020	Açu OU ASSU	R$ 6.000,00
RN	240030	Afonso Bezerra	R$ 6.000,00
RN	240040	Água Nova	R$ 6.000,00
RN	240050	Alexandria	R$ 6.000,00
RN	240060	Almino Afonso	R$ 6.000,00
RN	240080	Angicos	R$ 6.000,00
RN	240090	Antônio Martins	R$ 6.000,00
RN	240100	Apodi	R$ 6.000,00
RN	240120	Arês	R$ 6.000,00
RN	240145	Baraúna	R$ 6.000,00
RN	240150	Barcelona	R$ 6.000,00
RN	240160	Bento Fernandes	R$ 6.000,00
RN	240165	Bodó	R$ 6.000,00
RN	240170	Bom Jesus	R$ 6.000,00
RN	240180	Brejinho	R$ 6.000,00
RN	240200	Caicó	R$ 6.000,00
RN	240210	Campo Redondo	R$ 6.000,00
RN	240220	Canguaretama	R$ 6.000,00
RN	240240	Carnaúba dos Dantas	R$ 6.000,00
RN	240270	Cerro Corá	R$ 6.000,00
RN	240290	Coronel João Pessoa	R$ 6.000,00
RN	240300	Cruzeta	R$ 6.000,00
RN	240320	Doutor Severiano	R$ 6.000,00
RN	240330	Encanto	R$ 6.000,00
RN	240390	Francisco Dantas	R$ 6.000,00
RN	240400	Frutuoso Gomes	R$ 6.000,00
RN	240430	Governador Dix-Sept Rosado	R$ 6.000,00
RN	240450	Guamaré	R$ 6.000,00
RN	240480	Ipueira	R$ 6.000,00
RN	240485	Itajá	R$ 6.000,00
RN	240490	Itaú	R$ 6.000,00
RN	240500	Jaçanã	R$ 6.000,00
RN	240520	Janduís	R$ 6.000,00
RN	240530	Januário Cicco	R$ 6.000,00
RN	240550	Jardim de Angicos	R$ 6.000,00
RN	240560	Jardim de Piranhas	R$ 6.000,00
RN	240570	Jardim do Seridó	R$ 6.000,00
RN	240580	João Câmara	R$ 6.000,00
RN	240600	José da Penha	R$ 6.000,00
RN	240610	Jucurutu	R$ 6.000,00
RN	240630	Lagoa de Pedras	R$ 6.000,00
RN	240670	Lajes	R$ 6.000,00
RN	240680	Lajes Pintadas	R$ 6.000,00
RN	240690	Lucrécia	R$ 6.000,00
RN	240710	Macaíba	R$ 6.000,00
RN	240725	Major Sales	R$ 6.000,00
RN	240740	Martins	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RN	240760	Messias Targino	R$ 6.000,00
RN	240770	Montanhas	R$ 6.000,00
RN	240780	Monte Alegre	R$ 6.000,00
RN	240790	Monte das Gameleiras	R$ 6.000,00
RN	240830	Nova Cruz	R$ 6.000,00
RN	240840	Olho-d'Água do Borges	R$ 6.000,00
RN	240850	Ouro Branco	R$ 6.000,00
RN	240860	Paraná	R$ 6.000,00
RN	240880	Parazinho	R$ 6.000,00
RN	240890	Parelhas	R$ 6.000,00
RN	240910	Passa e Fica	R$ 6.000,00
RN	240920	Passagem	R$ 6.000,00
RN	240940	Pau dos Ferros	R$ 6.000,00
RN	240950	Pedra Grande	R$ 6.000,00
RN	240970	Pedro Avelino	R$ 6.000,00
RN	240980	Pedro Velho	R$ 6.000,00
RN	240990	Pendências	R$ 6.000,00
RN	241025	Porto do Mangue	R$ 6.000,00
RN	241030	Presidente Juscelino	R$ 6.000,00
RN	241050	Rafael Fernandes	R$ 6.000,00
RN	241060	Rafael Godeiro	R$ 6.000,00
RN	241080	Riacho de Santana	R$ 6.000,00
RN	240895	Rio do Fogo	R$ 6.000,00
RN	241100	Rodolfo Fernandes	R$ 6.000,00
RN	241110	Ruy Barbosa	R$ 6.000,00
RN	240933	Santa Maria	R$ 6.000,00
RN	241142	Santana do Seridó	R$ 6.000,00
RN	241170	São Bento do Trairí	R$ 6.000,00
RN	241180	São Fernando	R$ 6.000,00
RN	241190	São Francisco do Oeste	R$ 6.000,00
RN	241210	São João do Sabugi	R$ 6.000,00
RN	241240	São José do Seridó	R$ 6.000,00
RN	241250	São Miguel	R$ 6.000,00
RN	241255	São Miguel do Gostoso	R$ 6.000,00
RN	241260	São Paulo do Potengi	R$ 6.000,00
RN	241270	São Pedro	R$ 6.000,00
RN	241290	São Tomé	R$ 6.000,00
RN	241300	São Vicente	R$ 6.000,00
RN	241310	Senador Elói de Souza	R$ 6.000,00
RN	241330	Serra de São Bento	R$ 6.000,00
RN	241340	Serra Negra do Norte	R$ 6.000,00
RN	241350	Serrinha	R$ 6.000,00
RN	241355	Serrinha dos Pintos	R$ 6.000,00
RN	241360	Severiano Melo	R$ 6.000,00
RN	241380	Taboleiro Grande	R$ 6.000,00
RN	241390	Taipu	R$ 6.000,00
RN	241400	Tangará	R$ 6.000,00
RN	241105	Tibau	R$ 6.000,00
RN	241430	Timbaúba dos Batistas	R$ 6.000,00
RN	241440	Touros	R$ 6.000,00
RN	241450	Umarizal	R$ 6.000,00
RN	241470	Várzea	R$ 6.000,00
RN	241475	Venha-Ver	R$ 6.000,00
RN	241480	Vera Cruz	R$ 6.000,00
RN	241490	Viçosa	R$ 6.000,00
		RN TOTAL	R$ 618.000,00
RO	110037	Alto Alegre dos Parecis	R$ 6.000,00
RO	110045	Buritis	R$ 6.000,00
RO	110070	Campo Novo de Rondônia	R$ 6.000,00
RO	110100	Governador Jorge Teixeira	R$ 6.000,00
RO	110110	Itapuã do Oeste	R$ 6.000,00
RO	110120	Ministro Andreazza	R$ 6.000,00
RO	110130	Mirante da Serra	R$ 6.000,00
RO	110147	Primavera de Rondônia	R$ 6.000,00
RO	110149	São Francisco do Guaporé	R$ 6.000,00
RO	110180	Vale do Paraíso	R$ 6.000,00
		RO TOTAL	R$ 60.000,00
RR	140005	Alto Alegre	R$ 6.000,00
RR	140015	Bonfim	R$ 6.000,00
		RR TOTAL	R$ 12.000,00
RS	430175	Barão do Triunfo	R$ 6.000,00
RS	430200	Barros Cassal	R$ 6.000,00
RS	430205	Benjamin Constant do Sul	R$ 6.000,00
RS	430400	Campo Novo	R$ 6.000,00
RS	430450	Canguçu	R$ 6.000,00
RS	430465	Capão do Cipó	R$ 6.000,00
RS	430515	Cerro Grande	R$ 6.000,00
RS	430517	Cerro Grande do Sul	R$ 6.000,00
RS	430580	Constantina	R$ 6.000,00
RS	430590	Coronel Bicaco	R$ 6.000,00
RS	430607	Cristal do Sul	R$ 6.000,00
RS	430632	Derrubadas	R$ 6.000,00
RS	430635	Dezesseis de Novembro	R$ 6.000,00
RS	430637	Dilermando de Aguiar	R$ 6.000,00
RS	430650	Dom Feliciano	R$ 6.000,00
RS	430730	Erval Seco	R$ 6.000,00
RS	430781	Estrela Velha	R$ 6.000,00
RS	430805	Faxinalzinho	R$ 6.000,00
RS	430830	Fontoura Xavier	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500141

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	430915	Gramado Xavier	R$ 6.000,00
RS	430957	Herveiras	R$ 6.000,00
RS	430975	Ibarama	R$ 6.000,00
RS	431055	Itacurubi	R$ 6.000,00
RS	431065	Itati	R$ 6.000,00
RS	431085	Jaboticaba	R$ 6.000,00
RS	431113	Jari	R$ 6.000,00
RS	431115	Jóia	R$ 6.000,00
RS	431125	Lagoão	R$ 6.000,00
RS	431230	Miraguaí	R$ 6.000,00
RS	431262	Muliterno	R$ 6.000,00
RS	431342	Novo Machado	R$ 6.000,00
RS	431406	Passa Sete	R$ 6.000,00
RS	431407	Passo do Sobrado	R$ 6.000,00
RS	431449	Pinheirinho do Vale	R$ 6.000,00
RS	431450	Pinheiro Machado	R$ 6.000,00
RS	431460	Piratini	R$ 6.000,00
RS	431470	Planalto	R$ 6.000,00
RS	431532	Quevedos	R$ 6.000,00
RS	431540	Redentora	R$ 6.000,00
RS	431555	Rio dos Índios	R$ 6.000,00
RS	431630	Roque Gonzales	R$ 6.000,00
RS	431642	Sagrada Família	R$ 6.000,00
RS	431912	São Martinho da Serra	R$ 6.000,00
RS	431915	São Miguel das Missões	R$ 6.000,00
RS	431973	São Valério do Sul	R$ 6.000,00
RS	432020	Seberi	R$ 6.000,00
RS	432026	Segredo	R$ 6.000,00
RS	432067	Sinimbu	R$ 6.000,00
RS	432140	Tenente Portela	R$ 6.000,00
RS	432310	Vicente Dutra	R$ 6.000,00
RS	432345	Vila Nova do Sul	R$ 6.000,00
		RS TOTAL	R$ 306.000,00
SC	420005	Abdon Batista	R$ 6.000,00
SC	420010	Abelardo Luz	R$ 6.000,00
SC	420050	Águas de Chapecó	R$ 6.000,00
SC	420070	Alfredo Wagner	R$ 6.000,00
SC	420090	Angelina	R$ 6.000,00
SC	420208	Bandeirante	R$ 6.000,00
SC	420213	Bela Vista do Toldo	R$ 6.000,00
SC	420253	Bom Jesus	R$ 6.000,00
SC	420315	Calmon	R$ 6.000,00
SC	420417	Cerro Negro	R$ 6.000,00
SC	420445	Coronel Martins	R$ 6.000,00
SC	420517	Entre Rios	R$ 6.000,00
SC	420535	Flor do Sertão	R$ 6.000,00
SC	420555	Frei Rogério	R$ 6.000,00
SC	420560	Galvão	R$ 6.000,00
SC	420768	Ipuaçu	R$ 6.000,00
SC	420810	Itaiópolis	R$ 6.000,00
SC	420917	Jupiá	R$ 6.000,00
SC	420970	Lebon Régis	R$ 6.000,00
SC	420980	Leoberto Leal	R$ 6.000,00
SC	421020	Major Gercino	R$ 6.000,00
SC	421125	Morro Grande	R$ 6.000,00
SC	421205	Palmeira	R$ 6.000,00
SC	421505	Rio Rufino	R$ 6.000,00
SC	421520	Romelândia	R$ 6.000,00
SC	421535	Saltinho	R$ 6.000,00
SC	421569	Santiago do Sul	R$ 6.000,00
SC	421680	São José do Cerrito	R$ 6.000,00
SC	421775	Sul Brasil	R$ 6.000,00
SC	421885	União do Oeste	R$ 6.000,00
SC	421915	Vargem	R$ 6.000,00
		SC TOTAL	R$ 186.000,00
SE	280040	Arauá	R$ 6.000,00
SE	280067	Boquim	R$ 6.000,00
SE	280130	Capela	R$ 6.000,00
SE	280140	Carira	R$ 6.000,00
SE	280160	Cedro de São João	R$ 6.000,00
SE	280170	Cristinápolis	R$ 6.000,00
SE	280190	Cumbe	R$ 6.000,00
SE	280230	Frei Paulo	R$ 6.000,00
SE	280280	Indiaroba	R$ 6.000,00
SE	280320	Itaporanga d'Ajuda	R$ 6.000,00
SE	280440	Neópolis	R$ 6.000,00
SE	280445	Nossa Senhora Aparecida	R$ 6.000,00
SE	280470	Nossa Senhora de Lourdes	R$ 6.000,00
SE	280490	Pacatuba	R$ 6.000,00
SE	280530	Pirambu	R$ 6.000,00
SE	280540	Poço Redondo	R$ 6.000,00
SE	280550	Poço Verde	R$ 6.000,00
SE	280570	Propriá	R$ 6.000,00
SE	280580	Riachão do Dantas	R$ 6.000,00
SE	280600	Ribeirópolis	R$ 6.000,00
SE	280630	Santa Luzia do Itanhy	R$ 6.000,00
SE	280700	São Miguel do Aleixo	R$ 6.000,00
SE	280730	Telha	R$ 6.000,00
SE	280750	Tomar do Geru	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SE	280760	Umbaúba	R$ 6.000,00
		SE TOTAL	R$ 150.000,00
SP	350120	Álvares Florence	R$ 6.000,00
SP	350260	Aparecida d'Oeste	R$ 6.000,00
SP	350270	Apiaí	R$ 6.000,00
SP	350390	Arujá	R$ 6.000,00
SP	350540	Barra do Turvo	R$ 6.000,00
SP	350660	Biritiba-Mirim	R$ 6.000,00
SP	350800	Buri	R$ 6.000,00
SP	350910	Caiuá	R$ 6.000,00
SP	350925	Cajati	R$ 6.000,00
SP	351020	Capão Bonito	R$ 6.000,00
SP	351100	Castilho	R$ 6.000,00
SP	351260	Coronel Macedo	R$ 6.000,00
SP	351360	Cunha	R$ 6.000,00
SP	351480	Eldorado	R$ 6.000,00
SP	351490	Elias Fausto	R$ 6.000,00
SP	351510	Embu-Guaçu	R$ 6.000,00
SP	351535	Euclides da Cunha Paulista	R$ 6.000,00
SP	351565	Fernão	R$ 6.000,00
SP	351610	Florínia	R$ 6.000,00
SP	351885	Guatapará	R$ 6.000,00
SP	351900	Herculândia	R$ 6.000,00
SP	351925	Iaras	R$ 6.000,00
SP	351950	Ibirarema	R$ 6.000,00
SP	352042	Ilha Comprida	R$ 6.000,00
SP	352170	Itaberá	R$ 6.000,00
SP	352210	Itanhaém	R$ 6.000,00
SP	352215	Itaóca	R$ 6.000,00
SP	352240	Itapeva	R$ 6.000,00
SP	352265	Itapirapuã Paulista	R$ 6.000,00
SP	352280	Itaporanga	R$ 6.000,00
SP	352300	Itapura	R$ 6.000,00
SP	352320	Itararé	R$ 6.000,00
SP	352460	Jacupiranga	R$ 6.000,00
SP	352610	Juquiá	R$ 6.000,00
SP	352620	Juquitiba	R$ 6.000,00
SP	352850	Mairiporã	R$ 6.000,00
SP	352990	Miracatu	R$ 6.000,00
SP	353020	Mirante do Paranapanema	R$ 6.000,00
SP	353040	Mirassolândia	R$ 6.000,00
SP	353205	Motuca	R$ 6.000,00
SP	353230	Natividade da Serra	R$ 6.000,00
SP	353284	Nova Canaã Paulista	R$ 6.000,00
SP	353620	Pariquera-Açu	R$ 6.000,00
SP	353780	Piedade	R$ 6.000,00
SP	353910	Pirapora do Bom Jesus	R$ 6.000,00
SP	353970	Platina	R$ 6.000,00
SP	354050	Porangaba	R$ 6.000,00
SP	354090	Pradópolis	R$ 6.000,00
SP	354190	Queluz	R$ 6.000,00
SP	354260	Registro	R$ 6.000,00
SP	354270	Restinga	R$ 6.000,00
SP	354280	Ribeira	R$ 6.000,00
SP	354325	Ribeirão Grande	R$ 6.000,00
SP	354410	Rio Grande da Serra	R$ 6.000,00
SP	354350	Riversul	R$ 6.000,00
SP	354425	Rosana	R$ 6.000,00
SP	354450	Rubinéia	R$ 6.000,00
SP	354540	Salto Grande	R$ 6.000,00
SP	354550	Sandovalina	R$ 6.000,00
SP	354625	Santa Cruz da Esperança	R$ 6.000,00
SP	354680	Santa Isabel	R$ 6.000,00
SP	354950	São José da Bela Vista	R$ 6.000,00
SP	354960	São José do Barreiro	R$ 6.000,00
SP	355020	São Miguel Arcanjo	R$ 6.000,00
SP	355110	Sarapuí	R$ 6.000,00
SP	355180	Sete Barras	R$ 6.000,00
SP	355255	Suzanápolis	R$ 6.000,00
SP	355350	Tapiraí	R$ 6.000,00
SP	355380	Taquarituba	R$ 6.000,00
SP	355430	Teodoro Sampaio	R$ 6.000,00
		SP TOTAL	R$ 420.000,00
TO	170025	Abreulândia	R$ 6.000,00
TO	170040	Almas	R$ 6.000,00
TO	170130	Aragominas	R$ 6.000,00
TO	170190	Araguacema	R$ 6.000,00
TO	170220	Araguatins	R$ 6.000,00
TO	170240	Arraias	R$ 6.000,00
TO	170270	Aurora do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170384	Campos Lindos	R$ 6.000,00
TO	170389	Carrasco Bonito	R$ 6.000,00
TO	170390	Caseara	R$ 6.000,00
TO	170410	Centenário	R$ 6.000,00
TO	170560	Conceição do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170600	Couto Magalhães	R$ 6.000,00
TO	170650	Darcinópolis	R$ 6.000,00
TO	170720	Dois Irmãos do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	170900	Goiatins	R$ 6.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	171050	Itacajá	R$ 6.000,00
TO	171090	Itapiratins	R$ 6.000,00
TO	171180	Juarina	R$ 6.000,00
TO	171215	Lavandeira	R$ 6.000,00
TO	171245	Luzinópolis	R$ 6.000,00
TO	171280	Maurilândia do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171500	Nova Rosalândia	R$ 6.000,00
TO	171510	Novo Acordo	R$ 6.000,00
TO	171525	Novo Jardim	R$ 6.000,00
TO	171570	Palmeirante	R$ 6.000,00
TO	171380	Palmeiras do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171780	Ponte Alta do Bom Jesus	R$ 6.000,00
TO	171800	Porto Alegre do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	171830	Praia Norte	R$ 6.000,00
TO	171855	Riachinho	R$ 6.000,00
TO	171865	Rio da Conceição	R$ 6.000,00
TO	171870	Rio dos Bois	R$ 6.000,00
TO	171875	Rio Sono	R$ 6.000,00
TO	172000	Santa Terezinha do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172010	São Bento do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172015	São Félix do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172025	São Salvador do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172080	Sítio Novo do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172093	Taipas do Tocantins	R$ 6.000,00
TO	172130	Tupiratins	R$ 6.000,00
		TO TOTAL	R$ 246.000,00
		TOTAL	R$ 6.816.000,00

PORTARIA Nº 2.412, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Altera prazo estabelecido na Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, que inclui Procedimentos de Cadeiras de Rodas e Adaptação Postural em Cadeira de Rodas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, que inclui Procedimentos de Cadeiras de Rodas e Adaptação Postural em Cadeira de Rodas na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.046/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013, que altera dispositivos das Portarias nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013 e na Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 1.397/GM/MS, de 3 de julho de 2014, que altera dispositivos das Portarias nº 1.272/GM/MS e nº 1.274/GM/MS, ambas de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 55/GM/MS, de 29 de janeiro de 2015, altera dispositivos da Portaria nº 1.397/GM/MS, de 3 de julho de 2014;

Considerando a Portaria nº 1.334/GM/MS, de 08 de setembro de 2015, que altera dispositivos da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, e da Portaria nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 901/GM/MS, de 05 de maio de 2016, que altera dispositivos da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013 e da Portaria nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013;

Considerando a Portaria nº 523/GM/MS, de 15 de fevereiro de 2017, que altera dispositivos da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, e da Portaria nº 1.274/GM/MS, de 25 de junho de 2013; e

Considerando a necessidade de viabilizar a concessão das órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (OPM) incorporadas pela Portaria nº 1.272/GM/MS de 25 de junho de 2013 e de qualificar o registro da série histórica das mesmas, resolve:

Art. 1º Fica alterado, para até 25 de dezembro de 2018, o prazo de que trata o § 2º do art. 1º da Portaria nº 1.272/GM/MS, de 25 de junho de 2013, referente à permanência dos recursos para financiamento dos procedimentos por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para formação de série histórica necessária à sua incorporação ao Teto de Média e Alta Complexidade (MAC) do Distrito Federal, Estados e Municípios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informação a partir da competência janeiro de 2018.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 2.417, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

Remaneja recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado do Rio Grande do Sul e Município de Porto Alegre (RS), aprovados no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião Metropolitana de Porto Alegre (RS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergência no Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2013;

Considerando a Portaria nº 2.661/GM/MS, de 4 de dezembro de 2014, que redefine o Componente Hospitalar da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado do Rio Grande do Sul e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando o Anexo III da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde; e que no Título I do Livro II trata do Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS;

Considerando a Resolução CIB nº 241/16 CIB/RS, que aprova alterações no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião Metropolitana de Porto Alegre/RS no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando a Resolução CIB nº 437/17 CIB/RS, que aprova alterações no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião Metropolitana de Porto Alegre/RS no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando o Capítulo II - do Financiamento da Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolidação as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados recursos no montante anual de R$ 4.269.816,72 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos) referentes aos leitos de retaguarda e de UTI aprovados no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião Metropolitana de Porto Alegre/RS, do Hospital Parque Belém (CNES 2237660), de gestão municipal, localizado em Porto Alegre (RS), para a Associação Hospitalar Vila Nova, (CNES 2693801), também de gestão municipal, localizado em Porto Alegre (RS), conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam remanejados recursos no montante anual de R$ 5.119.125,00 (cinco milhões, cento e dezenove mil cento e vinte cinco reais) referentes aos leitos de retaguarda aprovados no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião Metropolitana de Porto Alegre/RS, do Hospital Universitário (CNES 3508528), de gestão municipal, localizado no Município de Canoas (RS), para a Associação Hospitalar Vila Nova, (CNES 2693801), também de gestão municipal, localizada no Município de Porto Alegre (RS), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º A efetivação do remanejamento do recurso MAC por meio desta Portaria não acarreta impacto financeiro ao Ministério da Saúde.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos remanejados no art. 1º e no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Porto Alegre, conforme os anexos a esta Portaria.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto dessa Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

Unidade de Origem									
UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Leitos de UTI Qualificados	Valor anual
						Novos	Qualificados		
RS	431490	Porto Alegre	2237660	Hospital Parque Belém	Municipal	18	18	14	
Total Ano						1.675.350,00	1.116.900,00	1.477.566,72	R$ 4.269.816,72
Unidade de Destino									
UF	IBGE	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Leitos de UTI Qualificados	Valor anual
						Novos	Qualificados		
RS	431490	Porto Alegre	2693801	Associação Hospitalar Vila Nova	Municipal	18	18	14	
Total Ano						1.675.350,00	1.116.900,00	1.477.566,72	R$ 4.269.816,72

ANEXO II

Unidade de Origem							Valor Anual Total
UF	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		
					Novos	Qualificados	
RS	Canoas	3508528	Hospital Universitário	Municipal	33	33	
Total ano:					3.071.475,00	2.047.650,00	R$5.119.125,00
Unidade de Destino							
UF	Município	CNES	Estabelecimento	Gestão	Leitos de enfermaria clínica de retaguarda		Valor Anual Total
					Novos	Qualificados	
RS	Porto Alegre	2693801	Associação Hospitalar Vila Nova	Municipal	33	33	
Total ano:					3.071.475,00	2.047.650,00	R$ 5.119.125,00

PORTARIA Nº 2.486, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Qualifica a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Opção VIII, nova) e estabelece recursos a serem destinados ao Estado de Minas Gerais e Município de Passos (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição; e

Considerando a Portaria nº 871/GM/MS, de 19 de abril de 2010, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e dos Municípios de Juiz de Fora e Passos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.535/MS/SAS, de 25 de setembro de 2017, que redefine os incentivos relacionados a Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando o Anexo III, Título IV e Capítulo V da Qualificação da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Anexo LXVIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a proposta aprovada no SAIPS nº 17811, constante do NUP-SEI nº 25000.106067/2018-15 a Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Opção VIII, nova), localizada no Município de Passos (MG).

Parágrafo único. A qualificação será válida por três anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação pela CGUE/DAHU/SAS/MS, conforme § 1º do Inciso V do art. 83 do Capítulo V da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a serem incorporados ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC ao Estado de Minas Gerais e Município de Passos (MG), para o custeio da qualificação da Unidade prevista no art. 1º, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, para o Fundo Municipal de Saúde de Passos (MG).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos de Média e Alta Complexidade - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000 (UPA 24h).

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o art. 2° tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Proposta	Custeio	CÓD	NUP - SEI	Valor Anual de Qualificação	Gestão
MG	Passos	314790	4042751	17811	Opção VIII	82.43	25000.106067/2018-15	R$ 3.000.000,00	Municipal

PORTARIA Nº 2.487, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Habilita a APAE de Patrocínio (MG) como Centro Especializado em Reabilitação CER II e estabelece recursos do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Patrocínio.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993;

Considerando a Portaria nº 971/SAS/MS, de 13 de setembro de 2012, que adequa o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui Procedimentos de Manutenção e Adaptação de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) da Tabela de Procedimentos do SUS;

Considerando o Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento descrito a seguir, como Centro Especializado em Reabilitação, conforme Anexo VI da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

UF	Município	Número da Proposta SAIPS	Estabelecimento	CNES	Gestão	Código e Descrição das Habilitações	Código e Descrição dos Incentivos	Custeio anual	Custeio mensal	CNPJ do Fundo de Saúde
MG	Patrocínio	34053	APAE de Patrocínio	2196212	Municipal	22.08 - Física 22.09 - Intelectual	82.23 CER II	R$ 1.680.000,00	R$ 140.000,00	11.350.366/0001-07

Art. 2º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 1.680.000,00 (Um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e Município de Patrocínio.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Patrocínio - IBGE 314810, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho de que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2018.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 2.369, de 6 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 156, de 14-8-2018, Seção 1, pág. 80, na primeira tabela, última linha, referente ao ANEXO I, onde se lê: "34.477.232,9, ANEXO II", leia-se: "34.477.232,96".

Na segunda tabela, referente ao DF, aponha-se, por ter sido omitido: "ANEXO II". Na mesma tabela, na coluna referente ao Valor (R$), onde se lê: "986.465,0, ANEXO III", leia-se: "986.465,06".

Na terceira tabela, referente ao AC, aponha-se, por ter sido omitido: "ANEXO III".

(p/Coejo)

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.572/GM/MS, de 1º de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 112, de 13 de junho de 2018, Seção 1, Página 43,

Onde se lê:

"Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) vinculadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Votuporanga (SP)".

Leia-se

"Renova a qualificação e especifica a composição do incentivo de custeio da Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidade de Suporte Avançado (USA) vinculadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional de Rio Claro (SP)".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.179, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Gerente-Geral Substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 383, de 8 de março de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1° Deferir as alterações relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, na conformidade do anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Processo	Expediente	Nome comercial	Registro
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351319897201130	0787701183	SYSTEM SOLUTION INNOVASTAR	10350840204
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351356571201884	0787718188	Metanephrines Urine Calibration Standard	10350840336
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351279599201121	0787722186	CREATININE PAP FS	10350840205
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351057254201504	0787757189	VITAMIN B6 - WHOLE BLOOD CONTROLS - Bi - Level (I+II)	10350840267
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351352662201841	0787789187	Catecholamines Urine Calibration Standard	10350840327
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351356563201838	0787804184	25-OH-Vitamin D3/D2 Serum Calibration Standard	10350840334
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351352673201821	0787809185	Vitamins A/E Serum Calibration Standard	10350840328
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351067085201495	0787814181	Vitamins A / E Serum control (Level I+II)	10350840247
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351046531200855	0787820186	Vitaminas B1/B2 Whole Blood Controls - Bi - Level (I+II)	10350840160
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351349998201826	0787831181	SORO CONTROLE - TRILEPTAL (OXICARBAZEPINA E 10-HIDROXICARBAZEPINA) (BI-NIVEL I + II)	10350840325
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351352638201810	0787842187	VMA, HVA, 5-HIAA Urine Calibration Standard	10350840330
02220795000179	BIOSYS LTDA	25351328656201408	0787996182	Família de Controles - Endocrine Control	10350840252
04842199000156	KOVALENT DO BRASIL LTDA	25351297162200786	0564911181	FAMILIA RH-HR - ORIGEM MONOCLONAL KOVALENT	80115310119
68814961000173	MEDIVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351738848201183	0556005185	BKV Primer Pair	10259610135
68814961000173	MEDIVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351059552201115	0783429182	Simplexa Flu A/B & RSV	10259610108
68814961000173	MEDIVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351602790201199	0783464181	Simplexa CMV - Quantitation Standards	10259610129
68814961000173	MEDIVAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351221683201108	0783473180	SIMPLEXA EXTRACTION & AMPLIFICATION CONTROL SET - RNA	10259610115
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351334304201580	0520118183	Cobas CMV Control Kit	10287411102
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351838318201689	0520012187	Cobas HBV	10287411129
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351334284201510	0520009183	Cobas Omni Lysis Reagent	10287411099
08576331000186	SEBIA IMPORTAÇÕES COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE APARELHOS E REATIVOS PARA DIAGNÓSTICO IN VITRO LTDA	25351346266201309	0771577183	CALIBRADORES HbA1c CAPILLARYS	80416660042
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351526180201058	0585842189	Reagente de Pré-Tratamento da CsA	10345161771
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351175691200215	0586152187	CAL CpS CALIBRATOR ADVIA CENTAUR ACS 180 SYSTEMS	10345160306
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351493033201799	0586236181	Atellica CH Apolipoproteína B (APO B)	10345162131
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351474621201723	0586239186	Atellica CH Imunoglobulina A_2 (IgA_2)	10345162114
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351811097200830	0767824180	QC Anti-HBe (aHBe)	10345161745
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351441841201593	0792604189	ADVIA 360/560 Calibrador	10345161967
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351441830201542	0792605187	Família de controles ADVIA 360 Controle	10345161966
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351143687200964	0792614186	ANTIGENO DO FATOR VON WILLE-BRAND	10345161117
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351068553201363	0792618189	DIL IRI DILUENTE	10345161865
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	250000324059662	0792624183	FAMÍLIA ADVIA CENTAUR AFP e ACS:180 AFP - SIEMENS	10345160135
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351198968200930	0792631186	REAGENTE FLEX DE PESQUISA DE OPIATOS NA URINA DIMENSION	10345161266
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351143768200964	0792637185	N LATEX LP (a) REAGENTE	10345161144
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351441902201550	0792646184	Família de controles ADVIA 560 Controle	10345161968
01449930000190	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA	25351015884200307	0792676186	ADVIA CENTAUR FOL DTT RELEASING AGENT	10345160405

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.176, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação, distribuição, comércio e divulgação do produto cosmético FOREVER LISS BTOX pela empresa AGUSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME, CNPJ nº 09.399.638/0001-11, Autorização de Funcionamento 2.05.314-4, em desacordo com o art. 25 e Anexo VIII da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 7, de 2015, por ter sido notificado com características de um produto alisante, que deveria ser registrado, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto FOREVER LISS BTOX, fabricado pela empresa AGUSS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME, CNPJ nº 09.399.638/0001-11, localizada na Rua Nayá Silva de Conte, n° 70 - Distrito Industrial Agudos - Agudos/SP, CEP: 17120-000.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.177, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

considerando os arts. 12 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação, comércio e divulgação do produto cosmético KERAPRIMER, marca KERAGEL sem registro ou notificação na Anvisa até 12/04/2017, pela empresa IPOAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ÓTICA E AEROSOL LTDA, CNPJ nº 42.433.532/0001-62, Autorização de Funcionamento: 2.00528-2, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto KERAPRIMER, marca KERAGEL, fabricado até a data de 12/04/2017 pela empresa IPOAL INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ÓTICA E AEROSOL LTDA, CNPJ nº 42.433.532/0001-62, localizada na Rua André Rocha, n° 3555, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22710-561.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.178, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n° 749, de 4 de junho de 2018, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016,

Considerando os arts. 12 e 67, item I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

Considerando os arts. 2º, inciso VII, 6º e 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

Considerando a comprovação da fabricação de produto saneante sem registro/notificação na Anvisa, BIO DET, detergente alcalino para máquinas de lavar louças e talheres, pela empresa Gainer Industrial Química Ltda.-ME., resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto BIO DET, detergente alcalino para máquinas de lavar louças e talheres, fabricado por Gainer Industrial Química Ltda.-ME., CNPJ 02.807.177/0001-20, situada a SHVP - Rua 01, Módulo 24, Bloco 02, s/n.º, Taguatinga, Brasília - DF.

Art. 2 Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo aos produtos descritos no art. 1º da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

DIRETORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

GERÊNCIA-GERAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

DESPACHO Nº 187, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ACCUMED PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA CNPJ/CPF: 06.105.362/0001-23

25351.383518/2013-28 - AIS:0539554/13-2 - GFIMP1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais)

AUTUADO: ARKTUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. CNPJ/CPF: 01.417.367/0001-78

25743.309487/2013-97 - AIS:0434718/13-8 - GGPAF1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (DOZE mil reais)

AUTUADO: CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 17.562.075/0001-69

25351.437378/2013-77 - AIS:0619504/13-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR Insubsistência

AUTUADO: IRMAOS ALMEIDA E FILHO COMERCIO DE FARMACIA LTDA - ME CNPJ/CPF: 04.138.252/0001-32

25351.164703/2011-15 - AIS:229071/11-5 - GFIMP1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR Insubsistência

AUTUADO: KELLDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME CNPJ/CPF: 03.237.990/0001-74

25351.595645/2015-97 - AIS:0854229/15-5 - GGFIS1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (DEZESSEIS MIL REAIS)

AUTUADO: KLEY HERTZ FARMACEUTICA S.A CNPJ/CPF: 92.695.691/0001-03

25351.529187/2015-39 - AIS:0769300/15-1 - GGFIS1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

AUTUADO: LIBBS FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 61.230.314/0001-75

25351.052917/2014-80 - AIS:0072875/14-6 - GFIMP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

AUTUADO: MAIS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME CNPJ/CPF: 07.827.032/0001-04

25351.595163/2011-77 - AIS:834871/11-5 - GGFIS1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR Insubsistência

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25

25766.051374/2012-71 - AIS:0073127/12-7 - GGPAF1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: EMPRESA JORNALISTICA FOLHA METROPOLITANA LTDA CNPJ/CPF: 44.193.423/0001-40

25351.453433/2010-65 - AIS:594186/10-5 - GGFIS1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: INTEGRALMÉDICA SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS LTDA CNPJ/CPF: 57.235.426/0001-41

25351.397652/2011-33 - AIS:556178/11-7 - GGFIS1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA CNPJ/CPF: 46.070.868/0036-99

25351.265749/2015-90 - AIS:0383545/15-6 - GGFIS1/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA CNPJ/CPF: 46.070.868/0036-99

25351.720792/2015-32 - AIS:1024076/15-4 - GGFIS1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: MEDCENTER COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA CNPJ/CPF: 06.805.845/0001-30

25351.226493/2011-07 - AIS:315977/11-9 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: TIMOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MAGNÉTICOS EIRELI - EPP CNPJ/CPF: 06.094.831/0001-56

25351.183304/2015-41 - AIS:0263784/15-7 - GGFIS1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

DESPACHO Nº 188, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Coordenador Administrativo de Infrações Sanitárias, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do art. 184, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n. 61 da ANVISA, de 03 de fevereiro de 2016, publicado na seção 1, do DOU n. 25, de 05 de fevereiro 2016, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

AUTUADO: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 56.998.701/0016-00

25759.752108/2013-29 - AIS:1082073/13-6 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: ADM DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 02.003.402/0007-60

25767.473404/2015-29 - AIS:0687540/15-8 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS)

AUTUADO: BASF S/A CNPJ/CPF: 48.539.407/0001-18

25351.013930/2011-04 - AIS:019963/11-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: BECTON DICKINSON INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA CNPJ/CPF: 21.551.379/0008-74

25759.347675/2015-29 - AIS:0500933/15-2 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A CNPJ/CPF: 05.161.069/0005-44

25351.672264/2015-64 - AIS:0957437/15-9 - GGFIS1/ANVISA

PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

AUTUADO: DUARTE & FERREIRA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP CNPJ/CPF: 07.547.758/0001-93

25351.498134/2013-96 - AIS:0710636/13-0 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: ID COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA CNPJ/CPF: 06.159.241/0001-64

25759.362845/2015-76 - AIS:0523280/15-5 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: IPE - INFORPRINT PRICE EDITORA LTDA. - EPP CNPJ/CPF: 04.527.118/0001-23

25351.739014/2009-03 - AIS:914397/09-1 - GFIMP/ANVISA

ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA

AUTUADO: LABORATÓRIO GLOBO LTDA CNPJ/CPF: 17.115.437/0001-73

25767.501970/2015-36 - AIS:0729245/15-7 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA CNPJ/CPF: 46.070.868/0036-99

25759.672562/2014-79 - AIS:0993845/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: LABORATÓRIOS PFIZER LTDA CNPJ/CPF: 46.070.868/0036-99

25759.673164/2014-27 - AIS:0994972/14-1 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS)

AUTUADO: TORRENT DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 33.078.528/0001-32

25759.303151/2015-77 - AIS:0435245/15-9 - GGPAF1/ANVISA

PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)

AUTUADO: BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA CNPJ/CPF: 01.513.946/0001-14

25759.356386/2013-19 - AIS:0500283/13-4 - GGPAF1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

AUTUADO: CAQ CASA DA QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA CNPJ/CPF: 61.451.290/0001-84

25767.601427/2015-71 - AIS:0862710/15-0 - GGPAF1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais)

AUTUADO: IPANEMA COMERCIAL EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA CNPJ/CPF: 61.087.482/0004-04

25767.432363/2015-39 - AIS:0626555/15-3 - GGPAF1/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

AUTUADO: LANZA PHARMA LTDA - EPP CNPJ/CPF: 04.534.393/0001-74

25767.406692/2015-18 - AIS:0588577/15-9 - GGPAF1/ANVISA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Penalidade de Advertência
AUTUADO: MERCEARIA O&G LTDA. CNPJ/CPF: 04.376.635/0004-91
25767.338325/2015-31 - AIS:0486334/15-8 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais)
AUTUADO: NEVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA CNPJ/CPF: 54.858.014/0001-70
25767.500161/2015-70 - AIS:0726754/15-1 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: RICHARDS DO BRASIL PRODUTOS CIRURGICOS LTDA CNPJ/CPF: 48.767.628/0001-43
25767.508751/2015-10 - AIS:0738767/15-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais)
AUTUADO: SWEETMIX INDUSTRIA COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ/CPF: 00.026.910/0005-77
25767.278319/2015-19 - AIS:0400427/15-2 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: TAM LINHAS AEREAS SA CNPJ/CPF: 02.012.862/0022-94
25759.193685/2015-36 - AIS:0279663/15-5 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais)
AUTUADO: zingara raquel cristina mendes CNPJ/CPF: 16.478.627/0001-92
25759.232254/2015-59 - AIS:0334914/15-4 - GGPAF1/ANVISA
arquivamento por IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PROSSEGUIMENTO
AUTUADO: EDDIE DANIEL DE OLIVEIRA CNPJ/CPF: 235.770.738-02
25759.184508/2016-30 - AIS:2027251/16-1 - GGPAF/ANVISA
Penalidade de Advertência
AUTUADO: SAINI AJAY BISHASHERNATH CNPJ/CPF: MUM.109.077-
25767.107787/2016-63 - AIS:1876691/16-9 - GGPAF1/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

RODRIGO JOSÉ VIANA OTTONI

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 4.958, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Torna público o resultado final da seleção de Municípios no Estado do Tocantins para capacitação e apoio técnico na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 14, inciso VIII do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8867, de 03 de outubro de 2016, publicado no DOU de 4 de outubro de 2016, combinado com o art. 103, inciso VIII do Regimento Interno da Funasa aprovado pela Portaria GM/MS nº 270, de 27 de fevereiro de 2014,

Considerando os critérios de elegibilidade e priorização estabelecidos por meio da Portaria n.º 199, de 19 de janeiro de 2018, posteriormente prorrogada pelas Portarias n.º 641/2018, de 09 de fevereiro de 2018, 964/2018, de 28 de fevereiro de 2018 e 1783/2018, de 29 de março de 2018, expedidas pela Superintendência Estadual da Funasa, no Estado de Tocantins, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado final da seleção de Municípios, no Estado de Tocantins, para capacitação e apoio na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB, oferecendo assessoria, apoio, suporte, orientações e supervisão técnica aos municípios na elaboração de seus planos, conforme ANEXO I desta portaria.

Art. 2º Os municípios selecionados serão apoiados no âmbito do Termo de Execução Descentralizada nº 10/2017, formalizado entre a Funasa e a Universidade Federal do Tocantins-UFT.

Art. 3º Os municípios selecionados, deverão se comprometer em:

I. Elaborar, em conjunto com a Universidade Federal de Tocantins-UFT, a Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação do PMSB;

II. Garantir a plena divulgação dos eventos à sociedade no intuito de assegurar a ampla participação da população em todo o processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;

III. Fornecer e garantir estrutura física e logística para realização dos eventos de participação social;

IV. Indicar representantes para compor o Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação, conforme orientações do Termo de Referência Funasa/2012;

V. Buscar e fornecer as informações solicitadas pela parceira que subsidiarão a elaboração dos produtos que compõem o PMSB;

VI. Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico com o apoio da equipe multidisciplinar da UFT.

Art. 4º Fica o Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica - NICT da Superintendência Estadual de Tocantins, responsável pelo acompanhamento e aprovação da execução física do objeto da parceria.

Art. 5º Os municípios que não atenderem aos itens estabelecidos na Portaria 199, de 19 de janeiro de 2018 serão excluídos da seleção, a qualquer momento, a partir de emissão de nota da UFT, aprovada pelo Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica, que registre a ausência do município nas capacitações ou o não cumprimento das exigências quanto ao fornecimento de dados e desenvolvimento das atividades de mobilização social.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

ANEXO I

MUNICÍPIOS SELECIONADOS NO ESTADO DE TOCANTINS

Ordem	Município	Nota
1º	Figueirópolis	5,72
2º	São Sebastião do Tocantins	5,26
3º	Araguatins	4,93
4º	Campos Lindos	4,88
5º	Goiatins	4,84
6º	Pedro Afonso	4,81
7º	Conceição do Tocantins	4,76
8º	Sítio Novo do Tocantins	4,75
9º	São Miguel do Tocantins	4,74
10º	Almas	4,73
11	Darcinópolis	4,69
12	Filadélfia	4,68
13	Itacajá	4,64
14	Lavanderia	4,61
15	Augustinópolis	4,57
16	Cachoeirinha	4,50
17	Palmeiras do Tocantins	4,37
18	Carrasco Bonito	4,27
19	Rio Sono	4,23
20	Nazaré	4,17
21	Chapada de Areia	3,88
22	Colméia	3,73

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União - DOU nº 156, de 14 de agosto de 2018, Seção 1, página 161,
Onde se lê:
PORTARIA Nº 1.245, DE 7 DE JULHO DE 2018
Leia-se:
PORTARIA Nº 1.245, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 237, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 27/SGTES/MS, de 23 de outubro de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.187755/2013-63	CESARINA SOLEDAD LOPEZ FERNANDEZ	2301285	CE	FORTALEZA

PORTARIA Nº 239, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 92/SGTES/MS, de 1 de abril de 2017, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.007187/2017-50	FELIX RAUL RUIZ PEREZ	3503942	SP	OSASCO

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

PORTARIA Nº 110, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O Diretor do Instituto Evandro Chagas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria GM/MS nº 1.041, de 02.11.2009, publicada no Diário Oficial da União de 03.11.2009 e de acordo com a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 alterada pela Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, Decretos nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e nº 7.544, de 2 de agosto de 2011, Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191 de 13 de março de 2012, Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a relação entre o Instituto Evandro Chagas e as Fundações de Apoio ao ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional científico e tecnológico.

Parágrafo Único. O Instituto Evandro Chagas (IEC) poderá ser apoiado por Fundações de Apoio registradas e credenciadas junto ao Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação e Comunicações (MCTIC), conforme dispõem a lei nº 8.958, de 20/12/94, alterada pela Lei nº 12.349, de 15/12/2010 e decretos nº 7.423, de 31/12/2010, Portaria Interministerial MEC/MCTI nº 191 de 13 de março de 2012 e nº 7.544, de 2 de agosto de 2011, com vistas ao cumprimento de suas finalidades de obter e difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde, das ciências biológicas, do meio ambiente e da medicina tropical com atuação nacional, internacional e com ênfase na Amazônia Legal.

Art. 2º O apoio das Fundações às atividades do IEC será voltado à execução de projetos institucionais de ensino, pesquisa, extensão, de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico de interesse da Instituição e, primordialmente, ao desenvolvimento de pesquisas científicas e de inovações tecnológicas, criando condições mais propícias a que o IEC estabeleça relações como ambiente externo.

Parágrafo Único: O apoio das fundações, a que se refere esta Portaria, poderá abranger a celebração de convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução dos projetos.

SEÇÃO I

DA NATUREZA DOS PROJETOS

Art. 3º Entende-se como:

I- Projeto de Ensino: aquele que poderá ser objeto da relação de apoio ao IEC pelas Fundações a que se refere esta Portaria, os cursos de curta, média e longa duração, com a participação de especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - Projeto de pesquisa: aquele que poderá ser objeto da relação de apoio do IEC pelas Fundações a que se refere esta Portaria, as propostas de investigação científica ou tecnológica com a participação de especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC.

III- Projeto de Extensão: aquele que poderá ser objeto da relação de apoio ao IEC pelas Fundações a que se refere esta Portaria, projetos e serviços desenvolvidos em interação com os diversos setores da sociedade que visem ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento científico, à comunicação pública da ciência, ao desenvolvimento econômico-social, à capacitação e ao treinamento de recursos humanos, à preservação e valorização do patrimônio material e imaterial, ao fortalecimento da cidadania e à inclusão social, com a participação de especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC.

§1º Os cursos a que se refere o inciso I poderão ser ofertados pelo IEC à comunidade interna e externa.

Art. 4º Para os fins que dispõe esta Portaria entende-se por desenvolvimento institucional, científico e tecnológico os programas, projetos, ações e atividades, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições do IEC, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional, vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos.

§1º A atuação da Fundação de Apoio em projetos de desenvolvimento institucional para melhoria de infraestrutura limitar-se-á às obras laboratoriais e à aquisição de materiais, equipamentos e outros insumos diretamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica.

§2º Não são considerados Projetos de Desenvolvimento Institucional de que trata este artigo:

I - atividades de manutenção predial ou infraestrutural, conservação, limpeza, vigilância e reparos;

II - serviços administrativos de copeiragem, recepção, secretariado, serviços na área de informática, gráficos, reprográficos e de telefonia, demais atividades administrativas de rotina e respectivas expansões vegetativas, inclusive por meio do aumento do número total de funcionários e;

III - outras tarefas que não estejam objetivamente definidas no PDI do IEC.

Art. 5º Os projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Desenvolvimento Institucional, financiados com recursos de parcerias, por meio de contratos, convênios e acordos com instituições públicas ou privadas poderão reservar recursos para atividades que têm como objetivo criar condições propícias ao desenvolvimento institucional, da inovação e da pesquisa científica e tecnológica no IEC.

SEÇÃO II

DOS REQUISITOS PARA APROVAÇÃO DOS PROJETOS

Art. 6º Os projetos a serem executados com o apoio das Fundações de que trata esta Portaria serão baseados em Planos de Trabalho que deverão conter as seguintes especificações:

I - o objeto;

II - as metas a serem atingidas;

III - o projeto básico;

IV - etapas ou fases da execução;

V - o prazo de execução limitado no tempo;

VI - o Plano de aplicação dos recursos financeiros;

VII - o cronograma de desembolso;

VIII - a provisão dos resultados a serem alcançados, suas metas e seus indicadores;

IX - os recursos do IEC envolvidos no projeto, com os ressarcimentos pertinentes, nos termos do art. 6º da Lei n. 8.958/1994;

X - autorização da respectiva seção, para participação no projeto de especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC, devidamente identificados por seus registros funcionais;

XI - os valores das bolsas a serem concedidas, quando for o caso;

XII - os pagamentos previstos a pessoas físicas e jurídicas pela prestação de serviços e bolsas, devidamente identificadas pelos seus números de CPF ou CNPJ, conforme o caso e quando possível;

XIII- Previsão da parcela dos ganhos econômicos decorrentes do projeto, se houver;

§ 1º Os projetos de que trata este artigo devem ser obrigatoriamente aprovados pelo Comitê de Avaliação de Projetos (CAP), segundo as mesmas regras e critérios aplicáveis aos seus projetos institucionais;

§ 2° Os projetos de que tratam este artigo deverão ser formalizados à Diretoria/Assessoria de Planejamento (ASPLAN) por meio de processo administrativo e registrados no Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

§ 3° É vedada a realização de projetos baseados em prestação de serviços de duração indeterminada, bem como os que pela não previsão de prazo de finalização ou por reapresentação reiterada, assim se configurem.

§ 4° As parcelas dos ganhos econômicos decorrentes dos projetos de que trata este artigo, observada a legislação orçamentária, devem ser incorporadas à conta de recursos próprios do IEC.

Art. 7º Os especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, assistentes técnicos e técnicos do IEC, autorizados a participar dos projetos conforme Art. 6º item X a que se refere esta Portaria, devem ser identificados nesses projetos por meio de seus registros funcionais, observados os seguintes critérios para essa participação:

1.Os projetos devem ser realizados por no mínimo dois terços de pessoas vinculadas à instituição apoiada, incluindo pesquisadores, servidores técnico-administrativos, estudantes regularmente matriculados, pesquisadores de pós-doutorado e bolsistas com vínculo formal a programas de pesquisa da instituição apoiada.

2. Em casos devidamente justificados e aprovados pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada poderão ser realizados projetos com a colaboração das fundações de apoio, com participação de pessoas vinculadas à instituição apoiada, em proporção inferior à prevista no parágrafo anterior, observado o mínimo de um terço.

3. Em casos devidamente justificados e aprovados pelo órgão colegiado superior da instituição apoiada, poderão ser admitidos projetos com participação de pessoas vinculadas à instituição apoiada em proporção inferior a um terço, desde que não ultrapassem o limite de dez por cento do número total de projetos realizados em colaboração com as fundações de apoio.

4. Para o cálculo da proporção referida no parágrafo anterior, não se incluem os participantes externos vinculados a empresa contratada.

§ 1º A equipe executora de cada projeto terá um Coordenador responsável pelo acompanhamento da execução físico-financeira do mesmo.

§ 2º Para o cálculo de proporção a que se refere o inciso I deste artigo, não se incluem os participantes externos vinculados Fundação.

§ 3º A participação de estudantes em projetos institucionais de prestação de serviços, quando tal prestação for admitida como modalidade de extensão, nos termos da normatização própria da instituição apoiada, deverá observar a Lei n. 11.788, de 25/9/2008.

§ 4º Em todos os projetos deve ser incentivada a participação de estudantes.

§ 5° No âmbito dos projetos de trata essa Portaria, o IEC deve normatizar e fiscalizar a composição das equipes dos projetos, observadas as disposições do Decreto nº 7.203 de 4 de junho de 2010.

SEÇÃO III

DAS BOLSAS

Art. 8º. Os projetos executados de acordo com esta Portaria poderão prever a concessão, pelas Fundações de Apoio, aos membros das respectivas equipes executoras, de bolsas de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional e estímulo à inovação, observado o disposto no Decreto nº 7.423, de 31/12/2010 e Lei nº 8958 de 20 de dezembro de 1994.

§ 1º Os valores de bolsas a que se refere este artigo deverão constar no projeto aprovado nos termos do Art. 8 desta Portaria.

§ 2° A fixação dos valores das bolsas, deverá levar em consideração critérios de proporcionalidade com relação à remuneração regular de seu beneficiário e sua dedicação ao projeto, sempre que possível.

§ 3º Os valores das bolsas estará ainda condicionado ao valor total do plano de aplicação de recursos do projeto.

§ 4º É permitida a participação do servidor em mais de um projeto com a concessão de respectivas bolsas, desde que a soma dos valores das bolsas não exceda o limite máximo fixado pelo CAP.

§ 5º O valor máximo correspondente à soma de remuneração, retribuições e bolsas percebidas por especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC, em nenhuma hipótese, poderá exceder o maior valor pago ao funcionalismo público federal, conforme prevê o art. 37, XI da Constituição Federal.

§6º O Serviço de Gestão de Pessoas (SEGEP) tomará as providências cabíveis para a aferição dos limites estabelecidos nos parágrafos anteriores, bem como para a sua implementação, controle e eventual ressarcimento de valores pagos que superem esse limite.

§7º As bolsas de que trata a presente norma somente serão concedidas a servidores ativos que não estejam afastados por período superior a 30 dias, ainda que em situação considerada como de efetivo exercício.

§ 8º O valor mensal da bolsa a que se refere este artigo, concedida aos especialistas, pesquisadores, tecnologistas, analistas, técnicos, assistentes técnicos do IEC não poderá ultrapassar a sua remuneração na Instituição.

§ 9º Os servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança do IEC poderão desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional no âmbito dos projetos apoiados pelas fundações de apoio com recebimento de bolsas.

§ 10º É permitida a participação não remunerada de servidores do IEC nos órgãos de direção de Fundações de Apoio, não lhes sendo aplicável o disposto no inciso X do caput do art. 117 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 11º Os servidores do IEC somente poderão participar de atividades nas fundações de apoio quando não houver prejuízo ao cumprimento de sua jornada de trabalho na entidade de origem, ressalvada a hipótese de cessão especial prevista no inciso II do § 4º do art. 20 da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)

SEÇÃO IV

DOS INSTRUMENTOS PARA FORMALIZAR AS RELAÇÕES DO IEC COM

AS FUNDAÇÕES DE APOIO

Art. 9 O apoio das Fundações às atividades do IEC, de que trata esta Portaria, será formalizado por meio de Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes individualizados, com objetivos específicos e prazos determinados, podendo incluir outras instituições ou agências de fomento que destinem recursos a projetos de interesse dessa instituição, com base no disposto na Lei n. 8.9588/1994, alterada pela Lei n. 12.349/2010 e nos termos do Decreto n. 7.423, de 31/12/2010 e na Lei 8666/1993.

Parágrafo único. É vedado o uso de instrumentos de Contratos, Convênios, Acordos e Ajustes ou respectivos Termos Aditivos, com objetivo genérico.

Art. 10° Os instrumentos contratuais ou de colaboração celebrados nos termos do art. 9 desta Portaria devem conter:

I - clara descrição do Projeto de Ensino, Pesquisa, Extensão ou de desenvolvimento Institucional, científico e tecnológico a ser realizado;

II - recursos envolvidos e adequada definição quanto à repartição de receitas e despesas oriundas dos projetos envolvidos;

III - obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.

§ 1º O patrimônio tangível ou intangível do IEC utilizado nos projetos, incluindo laboratórios e salas de aula, recursos humanos, materiais de apoio e escritório, nome e imagem do IEC, redes de tecnologia de informação, conhecimento e documentação acadêmicos gerados, deve ser considerado como recurso público, podendo ser contabilizado como contrapartida na execução do projeto.

§ 2º O uso de bens e serviços próprios da instituição apoiada deve ser adequadamente contabilizado para a execução de projetos com a participação de fundação de apoio e está condicionado ao estabelecimento de rotinas de justa retribuição e ressarcimento pela fundação de apoio, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.958, de 1994.

§ 3º Os contratos, convênios, acordos ou ajustes com objeto relacionado à pesquisa, inovações tecnológicas e transferência de tecnologia devem prever mecanismos para promover retribuição dos resultados gerados pelo IEC, especialmente nos termos de propriedade intelectual e royalties, ao prazo fixado para os projetos.

§ 4º A percepção dos resultados gerados em decorrência dos contratos referidos no parágrafo anterior será disciplinada nos instrumentos respectivos, não se limitando, necessariamente, no que tange à propriedade intelectual e royalties, ao prazo fixado para os projetos.

§ 5º Deve haver incorporação, à conta de recursos próprios da instituição apoiada, de parcela dos ganhos econômicos decorrentes dos projetos de que trata o § 1º, observada a legislação orçamentária.

§ 6º Deve haver cláusula prevendo a prestação de contas por parte das Fundações, abrangendo os aspectos contábeis de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto.

Art. 11°. É vedada a subcontratação total do objeto dos Contratos ou Convênios celebrados pele IEC com as Fundações de Apoio, com base no disposto na Lei nº 8.958/1994 e no Decreto nº 7423/2010, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução de núcleo do objeto contratado.

Art. 12° O ressarcimento será calculado com base na natureza do projeto, nos recursos institucionais envolvidos e no valor total do projeto.

§ 1º Os valores percebidos como ressarcimento serão destinados a realização de ações institucionais.

§ 2º Os procedimentos definidos neste artigo poderão ser alterados, desde que devidamente justificados e autorizados pelo Diretor.

Art 13° A Fundação de Apoio será remunerada de acordo com as ações a serem desenvolvidas em cada projeto, por um percentual do valor do projeto a ser estabelecido entre o IEC e as Fundações de Apoio, limitados a 15%.

SEÇÃO V

DO CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS PELO IEC

Art. 14° Na execução de Contratos, Convênios, Acordos ou Ajustes individualizados envolvendo, as Fundações de Apoio, as mesmas serão submetidas ao controle finalístico do IEC, competindo:

I- ASPLAN

1. Implantar sistemática de gestão, controle e fiscalização de Convênios, Contratos, Acordos ou Ajustes, de forma a individualizar o gerenciamento dos recursos envolvidos em cada um deles;

2. Publicar no boletim interno e na internet os dados relativos aos projetos que envolvem recursos públicos, incluindo sua fundamentação normativa, sistemática de elaboração, acompanhamento de metas e avaliação, planos de trabalho e dados relativos à seleção para concessão de bolsas, abrangendo seus resultados e valores;

3. No uso de recursos públicos, dar publicidade às informações sobre a relação do IEC com a Fundação de Apoio, explicando suas regras e condições, bem como a sistemática de aprovação de projetos, além dos dados sobre os projetos em andamento, tais como valores das remunerações pagas e seus beneficiários;

4. Zelar pelo acompanhamento em tempo real da execução físico-financeira da situação de cada projeto.

II- SEGEP

1. Fiscalizar a concessão de bolsa no âmbito dos projetos, evitando que haja a concessão de bolsas para servidores e pagamento pela prestação de serviços a pessoas físicas e jurídicas com a mesma finalidade.

III- Coordenação do projeto

1. Estabelecer rotinas de recolhimento mensal à conta única do projeto, dos recursos devidos às Fundações de Apoio, quando da disponibilidade desses recursos pelos agentes financeiros do projeto;

2. Observar a segregação de funções e responsabilidade na gestão dos instrumentos de que trata este artigo, bem como de sua prestação de contas, de modo a evitar que a propositura, homologação, assinatura, coordenação e fiscalização do projeto se concentrem em um único servidor, em especial o seu coordenador.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Os Contratos, Convênios, Ajustes devem respeitar a segregação de funções e responsabilidades entre o IEC e a Fundação de Apoio.

§ 2º a execução de Contratos, Convênios, Ajustes que envolvam a aplicação de recursos públicos com as Fundações de Apoio se sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Art. 15° O IEC, nas relações estabelecidas com as Fundações de Apoio a que se refere esta Portaria, deve zelar pela não ocorrência das seguintes práticas:

I - utilização de Contrato, Convênio, Acordo ou Ajuste para arrecadação de receitas ou execução de despesas desvinculadas do seu objeto;

II - utilização de fundos de apoio institucional na Fundação de Apoio ou mecanismos similares para execução de projetos;

III - concessão de bolsas de ensino para cumprimento de atividades regulares da pós- graduação de programas do IEC;

IV - concessão de bolsas a servidores a título de retribuição pelo desempenho de funções comissionadas;

V - concessão de bolsas a servidores pela participação nos Conselhos das Fundações de Apoio, e

VI - a cumulatividade do pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pela realização de atividades remuneradas com a concessão de bolsas de que trata o art. 8º.

SEÇAO VI

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 16° O IEC deve incorporar aos contratos, convênios, acordos ou ajustes firmados com base na Lei nº 8.958, de 1994, a previsão de prestação de contas por parte das fundações de apoio.

§ 1º A prestação de contas deverá abranger os aspectos contábeis, de legalidade, efetividade e economicidade de cada projeto.

§ 2° A prestação de contas a que se refere este artigo, elaborada pela Fundação de Apoio, será instruída com os demonstrativos de receitas e despesa, cópias dos documentos fiscais da Fundação, relação dos pagamentos realizados de acordo com o projeto, discriminando, neste caso, as respectivas cargas horárias de seus beneficiários, cópias de guias de recolhimento e atas de licitações, bem como o relatório técnico do projeto.

§ 3º O CAP deverá elaborar relatório final de avaliação com base nos documentos referidos no § 2º e demais informações relevantes sobre o projeto, atestando a regularidade das despesas realizadas pela fundação de apoio, o atendimento dos resultados esperados no plano de trabalho e a relação de bens adquiridos em seu âmbito.

TITULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17° Será instituído o processo de Gerenciamento de Projetos na Assessoria de Planejamento do IEC no prazo de 60 dias.

Art 18° O Comitê de Avaliação de Projetos (CAP) deverá ser instituído em até 90 dias após a publicação desta portaria.

Art 19° Os processos referenciados nesta portaria deverão ser disciplinados em manual próprio, sob a coordenação da ASPLAN, no prazo de 120 dias.

Art 20° Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do IEC e quando for o caso junto ao CAP.

Art. 21° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

PEDRO FERNANDO DA COSTA VASCONCELOS

Ministério da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.892, DE 25 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/32060 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0120-60, sediada em Rondônia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

930 (novecentas e trinta) Munições calibre .380

820 (oitocentas e vinte) Munições calibre 12

226 (duzentas e vinte e seis) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 4.274, DE 20 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54669 - DPF/CCM/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUREA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., CNPJ nº 83.456.244/0001-00 para atuar em Santa Catarina.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.335, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/45422 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TOPSEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.702.684/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 1664/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.347, DE 24 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54004 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa IBL TRANSPORTES DE VALORES LTDA., CNPJ nº 26.729.300/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

19 (dezenove) Pistolas calibre .380

Da empresa cedente VERZANI & SANDRINI SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 64.179.724/0001-27:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Espingardas calibre 12

1 (uma) Pistola calibre .380

855 (oitocentas e cinquenta e cinco) Munições calibre .380

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.383, DE 26 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/55127 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PSV - VIGILANCIA INDUSTRIAL E PATRIMONIAL LTDA , CNPJ nº 05.194.906/0001-08, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

8 (oito) Pistolas calibre .380

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.493, DE 31 DE JULHO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/54378 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa WL VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.956.955/0001-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1708/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.520, DE 1º DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/58383 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COMERCIAL SHOPPING PATIO HIGIENOPOLIS, CNPJ nº 09.101.925/0001-01 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.538, DE 2 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/44916 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CURTINAZ E FREITAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.513.979/0001-18, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1758/2018, expedido pelo DREX/SR/PF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.616, DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60492 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 11.179.264/0001-70, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1000 (uma mil) Munições calibre 38

500 (quinhentas) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 4.649, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/60960 - DPF/SOD/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BODEPAN EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS E IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ nº 57.615.601/0008-00 para atuar em São Paulo.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

RETIFICAÇÃO

Na deliberação 770, de 09 de agosto de 2018, publicada no DOU de 14.08.2018, Seção 1, Página 164, onde se lê no anexo de 10 a 18.12.2018, leia-se 10 a 19.12.2018, e inclua-se à empresaTranspetro (TEBAR).

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 228, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que

estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.019759/2018-32, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa LEANDRO FIORENTIN - ME, inscrita no CNPJ nº 94.989.100/0001-36, localizada na Av. Sete de Setembro, n° 329, Sala 02, bairro Centro, Tapejara - RS, CEP 99.950-000, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 290, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018, alterada pela Resolução CONTRAN nº 733, de 10 de maio de 2018, que estabelece sistema de Placas de Identificação de Veículos no padrão disposto na Resolução MERCOSUL do Grupo Mercado Comum nº 33/2014;

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo nº 80000.021541/2018-48, resolve:

Art. 1º Credenciar, de forma precária, por 4 (quatro) anos, a contar da publicação desta Portaria, a empresa EMPLACART INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 36.354.116/0001-76, localizada na Rua Coronel Alziro Vianna, nº 170 a 184 Lado A, bairro Aquidaban, Cachoeiro de Itapemirim - ES, CEP 29.308-110, para exercer a atividade de Empresa Estampadora de Placas de Identificação Veicular - EPIV, de acordo com o art. 3º da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 2º Fica concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a publicação desta Portaria para que a empresa apresente comprovante de que possui as suas rotinas fabris e administrativas voltadas para a fabricação de placas veiculares, certificadas segundo a Norma ISO 9001, indicando seu responsável técnico, com base no item 4.1.1 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que trata o caput acarretará na revogação deste credenciamento.

Art. 3º A integração ao sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM somente será realizada após a apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, das amostras das placas veiculares no padrão MERCOSUL, e do Sistema Informatizado de que tratam os itens 3.2, 4.6 e 5, respectivamente, do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 729, de 6 de março de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MAURÍCIO JOSÉ ALVES PEREIRA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 326, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.001686/2018-89, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Hidroelétrica Buritizal Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.933.858/0001-41, com Sede na Rodovia MT-235, km 16 + 8 à esquerda, Zona Rural, Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Rio Buritizal, Município de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, nas coordenadas planimétricas E 523943 m e N 8486819 m, Fuso 21S, Datum SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada Buritizal, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: CGH.PH.MT.037358-3.01, com 5.000 kW de capacidade instalada e 4.570 kW médios de garantia física de energia, constituída por duas Unidades Geradoras de 2.500 kW.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da CGH Buritizal, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/34,5 kV, junto à Central Geradora, uma Linha em 34,5 kV, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação PCH Perdidos, uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, compartilhada com a CGH Correntão e CGH Marimbondo, e uma Linha em 138 kV, com cerca de sessenta e sete quilômetros de extensão, em Circuito Simples, compartilhada com a CGH Correntão, CGH Marimbondo, PCH Sumidouro e PCH Perdidos, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Nova Mutum, de responsabilidade da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Hidrelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença Ambiental de Instalação - LI: até 6 de setembro de 2017;

b) comprovação do aporte de capital ou obtenção do financiamento referente a pelo menos 20% (vinte por cento) do montante necessário à implantação do empreendimento: até 1º de setembro de 2019;

c) comprovação de celebração de instrumento contratual de fornecimento de equipamentos eletromecânicos ou "EPC" (projeto, construção, montagem e compra de equipamentos): até 1º de outubro de 2019;

d) início da Implantação do Canteiro de Obras: até 1º de janeiro de 2020;

e) início das Obras Civis das Estruturas: até 1º de agosto de 2020;

f) desvio do Rio: até 1º de agosto de 2020;

g) início da Concretagem da Casa de Força: até 1º de agosto de 2020;

h) solicitação de Acesso ao Sistema Interligado: até 1º de janeiro de 2020;

i) início da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até 1º de fevereiro de 2021;

j) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de janeiro de 2021;

k) descida do Rotor da 1ª e 2ª Unidade Geradora: até 1º de julho de 2021;

l) conclusão da Montagem Eletromecânica das Unidades Geradoras: até 1º de outubro de 2021;

m) obtenção da Licença Ambiental de Operação - LO: até 1º de agosto de 2021;

n) início do Enchimento do Reservatório: até 15 de agosto de 2021;

o) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 1º de setembro de 2021;

p) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2021;

q) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 1º de outubro de 2021; e

r) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 15 de outubro de 2021;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 2.561.909,50 (dois milhões, quinhentos e sessenta e um mil, novecentos e nove reais e cinquenta centavos), que vigorará até cento e oitenta dias após o início da operação comercial da última Unidade Geradora da CGH Buritizal;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 01/2018-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

§ 1º Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

§ 2º O projeto da CGH Buritizal foi enquadrado no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI por meio da Portaria SPE/MME nº 130, de 12 de maio de 2017, devendo ser observado o prazo de fruição do REIDI.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela CGH Buritizal, enquanto a potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Não será emitida declaração de Utilidade Pública - DUP para a CGH Buritizal.

Art. 7º O aproveitamento ótimo do potencial hidráulico estabelecido nos estudos de inventário do Rio Buritizal que comprometa a geração de energia da CGH Buritizal possui precedência em relação a esta Outorga.

Parágrafo único. Esta Autorização poderá ser revogada caso o aproveitamento ótimo descrito no caput venha a receber Outorga de Autorização ou Concessão.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

PORTARIA Nº 331, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48000.000603/2015-22, resolve:

Art. 1º Autorizar a descontratação, em sua totalidade, da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Araguaia, instalada no Município de Querência, Estado de Mato Grosso.

§ 1º A descontratação, definida no caput, deverá ser realizada pela empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras Eletronorte, detentora da outorga da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Araguaia.

§ 2º A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletrobras Eletronorte deverá, com base nesta Portaria, adotar as providências necessárias junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a revogação da outorga de autorização da UTE Araguaia.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MME nº 333, de 21 de julho de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

W. MOREIRA FRANCO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.202, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.002277/2008-28. Interessado: Ijuí Centenária Geração SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Ijuí Centenária Geração SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.819.365/0001-21, a implantar e explorar a PCH Sede II, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 7.000 kW de potência instalada, localizada no rio Potiribu, município de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVANº 7.208, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001355/2000-76. Interessada: Cooperativa de Distribuição de Energia Fontoura Xavier - CERFOX. Objeto: promove o enquadramento da CERFOX como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.209, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001390/2000-77. Interessada: Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural Entre Rios Ltda - CERTHIL. Objeto: promove o enquadramento da CERTHIL como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.210, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001486/2000-44. Interessada: Cooperativa de Distribuição de Energia Elétrica de Castro - CASTRO DIS. Objeto: promove o enquadramento da CASTRO DIS como permissionária de serviço público de distribuição de energia elétrica. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.212, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.5590/2016-28. Interessada: ARGO Transmissão de Energia S.A. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, as áreas de terra necessárias aos acessos às Subestações Acaraú II 500 kV, Parnaíba III 500 kV e Bacabeira 500 kV, localizadas, respectivamente, nos municípios de Acaraú, estado do Ceará, Bom Princípio do Piauí, estado do Piauí e Bacabeira, estado do Maranhão. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.213, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003375/2018-54. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Juazeiro IV 69/13,8 kV - 25 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.216, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.006251/2017-40. Interessada: Enel Distribuição Rio. Objeto: Autoriza a revisão da configuração dos conjuntos de unidades consumidoras e estabelece os limites para os indicadores de continuidade DEC e FEC dos conjuntos da Enel Distribuição Rio para os anos de 2019 a 2020. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) constam dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.221, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001431/2010-69. Interessado: Energética PCH Beleza Ltda. Objeto: Alterar o cronograma de implantação da PCH Beleza Ltda, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.037309-5.01, objeto da Resolução Autorizativa nº 6.619, de 12 de setembro de 2017. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.223, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003466/2018-90. Interessada: Guimarania I Solar SPE Ltda.. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Guimarânia 138 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.224, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003451/2018-21. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Centro Industrial Teixeira de Freitas 138/13,8 kV - 20/26,6 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.225, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003397/2018-14. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Rio Grande III 138/34,5 kV - 20/26,6 MVA. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.226 , DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003483/2018-27. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Rio do Algodão, com 138/34,5kV, localizada no Município de São Desidério, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVANº 7.227, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003468/2018-89. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área de terra necessária à implantação da Subestação Eunápolis III 138/13,8 kV. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.228, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003264/2018-48. Interessada: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Dom João - Dom João. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.242, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48100.002253/1995-32. Interessado: PCH BVII - Geração de Energia LTDA. Objeto: (i) Ampliar a Potência Instalada da PCH Boa Vista II, CEG nº PCH.PH.PR.000273-9.01, de 8.000 kW para 24.000 kW, e (ii) prorrogar a autorização da PCH Boa Vista II por um prazo de 17 (dezessete) anos, 9 (nove) meses e 17 (dezessete) dias, conforme disciplina o §7º do Art. 26 da Lei nº 9.427/1996, a contar de 4 de dezembro de 2026, termo final da outorga em vigor. A íntegra desta Resolução consta nos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.434, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.006111/2014-29. Interessados: Energisa Mato Grosso do Sul - EMS e sociedade em geral. Objeto: Homologar o resultado da Revisão do Plano de Universalização Rural da Energisa Mato Grosso do Sul - EMS na região do Pantanal Sul Matogrossense. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 825, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Aprova a revisão 2018.08 dos Submódulos 10.6 e 23.3 dos Procedimentos de Rede.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei n° 9.648, de 27 de maio de 1998, com base no art. 4°, incisos VII e XVI, Anexo I, do Decreto n° 2.335, de 6 de outubro de 1997, no art. 3º, inciso V, do Decreto nº 4.081, de 15 de maio de 2004, e considerando o que consta do Processo n° 48500.003062/2017-15, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão 2018.08 do Submódulo 10.6 - Controle da geração e do Submódulo 23.3 - Diretrizes e critérios para estudos elétricos, dos Procedimentos de Rede.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 826, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Aprova a versão 1.6 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, no art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, no Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, o que consta do Processo nº 48500.004186/2017-18, e considerando que após a realização da 2ª dase da Audiência Pública nº 061, de 2017, houve necessidade de aperfeiçoar o ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 1.6 do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que trata das Bandeiras Tarifárias.

Parágrafo único. O Submódulo de que trata a Resolução Normativa está disponível no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.769, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003075/2017-94, decide: (i) conhecer do Recurso Administrativo interposto pela RGE Sul, em face da decisão emitida pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, referente à irregularidade na medição da Unidade Consumidora - UC nº 5211422-1, para, no mérito, dar-lhe provimento; (ii) reformar a decisão exarada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS, deliberada na 43ª Reunião do Conselho Superior, de 12 de julho de 2016, em sede de juízo de reconsideração; (iii) determinar que a RGE Sul efetue a cobrança, conforme os montantes seguintes: consumo ativo ponta 8 kWh, consumo ativo fora ponta 45.923 kWh, consumo ativo reservado 29.439 kWh, demanda ativa 165 kW e ultrapassagem de demanda 33 kW, consumo reativo ponta 1 UFER, consumo reativo fora ponta 690 UFER, demanda reativo 2 UFDR, já deduzidos os consumos faturados, com base no inciso II do Art. 115 da Resolução Normativa nº 414, de 2010, adotando como período a ser recuperado de 11 de março a 10 de abril de 2015; (iv)determinar que a RGE Sul deverá parcelar o pagamento em número de parcelas igual ao dobro do período apurado, conforme § 6º do art. 115 da Resolução Normativa nº 414, de 2010; e (v) determinar que esta decisão deve ser cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após a sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.807, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001676/2018-43, decide conhecer e dar provimento ao Requerimento Administrativo interposto pela Rio Grande Energia S.A. - RGE com vistas à autorização para realizar, em caráter excepcional e temporário, com término em 31 de outubro de 2018, sem a possibilidade de nova prorrogação, o uso de transformadores de corrente classe 0,6 na subestação Santa Rosa.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.808, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003653/2015-21, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - EDP ES, contra o Auto de Infração nº 14/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa e advertência, em decorrência de falhas na prestação de serviço adequado quanto à qualidade do atendimento comercial, conforme a Resolução Normativa nº 414, de 2010, e outros normativos e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para acatar o juízo de reconsideração elaborado pela SFE e alterar a multa para R$ 3.330.682,98 (três milhões, trezentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e dois reais e noventa e oito centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO N° 1.809, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000361/2017-06, decide (i) conhecer do Recurso Administrativo pela ED Alagoas em face do Despacho nº 667/2018, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que homologou os valores dos empréstimos de 10 de abril de 2018 do Fundo da Reserva Global de Reversão - RGR à Recorrente, e deu outras providências, para, no mérito, negar-lhe provimento; e (ii) manter a decisão constante do Despacho nº 954/2018 após juízo de reconsideração pela SFF.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.810, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002688/2017-12, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Celesc Distribuição S.A. - Celesc-Dis, contra a Resolução Homologatória nº 2.286, de 2017, que homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017 da Distribuidora, as Tarifas de Energia - TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD, e, no mérito, negar-lhe provimento, por não terem sido identificados erros, inconsistências ou não conformidades em relação aos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret e às deliberações da Agência.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.811, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002697/2017-03, decide conhecer do Pedido de Reconsideração interposto DME Distribuição S.A., em face da Resolução Homologatória nº 2.345/2017, para, no mérito, negar-lhe o provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.813, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.002388/2017-25, decide: (i) cancelar o Despacho nº 3.902, de 21 de novembro de 2017; (ii) conhecer do Recurso administrativo interposto pela Energisa Mato Grosso do Sul - EMS, em face do Auto de Infração nº 01/2016-AGEPAN-SFE aplicado pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul - AGEPAN, que aplicou penalidade de multa em decorrência decorrente de descumprimento de dispositivos legais relacionados à incorporação de redes particulares, para, no mérito, dar-lhe parcial provimento; e (iii) reduzir a penalidade de multa aplicada em sede de juízo de reconsideração de R$ 1.407.865,54 (um milhão, quatrocentos e sete mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) para R$ 1.288.843,82 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos), valor esse que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.814, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria e tendo em vista o que consta dos Processos nº 48500.000012/2004-18 e 48500.000013/2004-81 decide conhecer do pedido de Excludente de responsabilidade e assinatura de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR referentes às Pequenas Centrais Hidroelétricas - PCHs Linha Aparecida e Linha Jacinto, outorgadas por meio das Resoluções Autorizativas n° 3.071/2011 e n° 3.072/2011, à Coogerva Linha Aparecida Energia S.A. e à Coogerva Linha Jacinto Energia S.A., respectivamente, localizadas nos municípios de Novo Tiradentes, Rodeio Bonito e Liberato Salzano, estado do Rio Grande do Sul, para, no mérito : (i) reconhecer a excludente de responsabilidade das autorizadas pelo não cumprimento do suprimento de energia na data estabelecida no Edital do Leilão A-5/2013; (ii) determinar à CCEE que as suas contabilizações e liquidações a partir de 1° de maio de 2018 não incidam nos contratos firmados pelas requerentes no âmbito do Leilão A-5/2013; (iii) resolução dos CCEAR por inexecução involuntária; (iv) manter as outorgas das usinas vigentes; e (v) determinar que as Garantias de Fiel Cumprimento sejam reapresentadas nos termos da REN n° 673/2015.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.816, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.006978/2005-31, decide conhecer do Requerimento Administrativo da Três Leões Participações S.A., para alterar o Cronograma de implantação da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Barra do Leão, localizada no município de Campos Novos, no estado de Santa Catarina, e, no mérito, negar-lhe provimento, pois, conforme comprovado pelos fatos, as datas propostas não são factíveis.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.817, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo n° 48500.003628/2013-85, decide declarar extinto o Processo na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, haja vista exaurida sua finalidade.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.000155/2018-79, decide: conhecer e, no mérito, negar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. - LTTE em face do Despacho nº 1.285/2018, cujo objeto foi a suspensão cautelar da cobrança da Parcela Variável por Atraso na Entrada em Operação - PVA, referente às instalações constantes do Contrato de Concessão nº 20/2011.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 1.832, 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nº 48500.003287/2010-03, 48500.003739/2010-49, 48500.003740/2010-73, 48500.005469/2010-19, 48500.001710/2012-94, 48500.001939/2012-29, 48500.001715/2012-17, 48500.002337/2012-99, decide por (i) conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Energimp S.A. em face das Resoluções Autorizativas nº 6.636/2017, 6.637/2017, 6.638/2017, 6.639/2017, 6.640/2017, 6.641/2017, 6.642/2017 e 6.643/2017 e, no mérito, dar-lhe provimento, para, (i.1) revogar as Resoluções Autorizativas mencionadas; (i.2) restaurar a eficácia da Portarias nºs 563, 566, 605, 745, de 2010; e nºs 183, 140, 226 e 138, de 2012; (i.3) permitir a transferência do controle societário das Centrais Eólicas Araras, Garças, Lagoa Seca, Vento do Oeste, Ventos de Santa Rosa, Ventos de Santo Inácio, Ventos de São Geraldo e Ventos de São Sebastião para Sequoia Capital Ltda.; (i.4) determinar o prazo de 90 dias para a quitação ou parcelamento das inadimplências e débitos referentes a não entrega de energia estabelecidas nos Contratos de Energia de Reserva (CERs) e quitação das inadimplências e débitos relativos à contratação de conexão e uso do sistema de transmissão; (ii) declarar a perda de objeto do Pedido de Reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em face das Resoluções Autorizativas nº 6.636/2017, 6.637/2017, 6.638/2017, 6.639/2017, ante o provimento do Pedido de Reconsideração interposto pela Energimp S.A. para não revogar as autorizações para exploração das Centrais Eólicas Araras, Garças, Lagoa Seca, Vento do Oeste; (iii) não conhecer do Requerimento Administrativo interposto pela Energimp S.A., com vistas à declaração de nulidade do Despacho nº 3.459/2017, que não concedeu efeito suspensivo ao Pedido de Reconsideração interposto pela Requerente, por falta de previsão legal e não existir nenhum vício de legalidade na decisão. A efetividade da presente decisão fica condicionada à quitação de todas as inadimplências e débitos relativos à contratação de conexão e uso do sistema de transmissão, e quitação ou parcelamento das inadimplências e débitos referentes a não entrega de energia estabelecidas nos Contratos de Energia de Reserva (CERs) dentro do prazo referido no subitem i.4 do presente despacho.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.836, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000752/2001-10, decide recomendar ao Ministério de Minas e Energia - MME a extinção da concessão detida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, para explorar a Usina Termelétrica Camaçari, disponibilizando à Concessionária os bens e as instalações vinculados, considerados inservíveis para a continuidade da prestação do serviço de geração concedido, nos termos do Decreto nº 9.187, de 1º de novembro de 2017

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 1.843, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004483/2016-82, resolve não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel-GT em face do Despacho nº 942/2017, haja vista que já exaurida a esfera administrativa.

TIAGO DE BARROS CORREIA

DESPACHO Nº 1.849, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto na Norma Organizacional ANEEL 001, aprovada pela Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, e considerando o que consta do Processo nº 48500.006263/2014-21, resolve não conhecer do Pedido de Reconsideração interposto pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em face do Despacho nº 1.453/2018, haja vista que já exaurida a esfera administrativa

TIAGO DE BARROS CORREIA

SECRETARIA EXECUTIVA DE LEILÕES

DESPACHO Nº 1.837 DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.006122/2017-51, decide pela habilitação da seguinte proponente vencedora do Leilão nº 01/2018-ANEEL (A-4 de 2018):

	#Proponente Vencedora	CNPJ	Empreendimento	Tipo
1	São Pedro e Paulo I SPE S.A.	19.970.139/0001-96	São Pedro e Paulo I	UFV

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

DESPACHO Nº 1.838, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 4.722, de 12 de setembro de 2017, considerando o que consta do Processo nº 48500.006122/2017-51, decide pela inabilitação do Consórcio São Pedro e Paulo, constituído pelas empresas Êxito Importadora e Exportadora S.A. (50% de participação) e Kroma Gestão e Serviços em Energia Elétrica Ltda. (líder, com 50% de participação), em face de não atender ao disposto no item 11.8.2.4 do Edital do Leilão de Geração nº 01/2018-Aneel por parte desta última consorciada.

ROMÁRIO DE OLIVEIRA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.572, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.001729/2018-26. Interessado: Comerc Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. e Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: alterar o Despacho nº 1.001, de 04 de maio de 2018, que autoriza a atuação da Comerc Energy Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, mudando sua razão social para Newcom Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 1.739, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.003148/2005-05. Interessado: Energisa Soluções S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Cotegipe, com 19.980 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.040752-6.01, localizada no rio do Peixe, integrante da sub-bacia 58, na bacia hidrográfica do Atlântico Leste, nos municípios de Juiz de Fora e Belmiro Braga, estado de Minas Gerais. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.801, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Processos nº 48500.004149/2017-18. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., Frigorífico Nutribrás Ltda., Enebras Tecnologia Industrial Ltda., Coprel Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento e Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda. Decisão: alterar o Despacho nº 2.910, de 12 de setembro de 2017, para incluir as empresas Coprel Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento e Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento Social Ltda., na titularidade do registro de revisão dos estudos de inventário de trecho situado no rio Ijuí. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.844, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.000460/2017-80. Interessado: UFV Verde Vale III Energia Solar S.A. Decisão: Liberar as unidades geradoras para início da operação em teste a partir de 15 de agosto de 2018. Usina: UFV Verde Vale III. Unidades Geradoras: UG1 a UG13 com 1.100 kW cada, totalizando 14.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Guanambi, Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 1.841, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 48500.002404/2004-49. Interessados: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A - EMT (compradora) e a geradora Rio do Sangue Energia LTDA. (vendedora). Decisão: aprovar o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia no Sistema Isolado anterior a 2009 - CCESI2009 (Contrato VPMI N° 041/2004). A íntegra deste Despacho e seu Anexo estão juntados aos autos e disponíveis no sítio www.aneel.gov.br.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 942	BOA SOLUÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO - CNPJ nº 07.491.767/0001-00					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001444/2018 - 67	PM 600 MILITARY GREASE	NLGI 2	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5731
	48600.001445/2018 - 10	SLICKOLEUM LIGHT GREASE	NLGI N/A	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5732
Nº 943	FERSOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ nº 47.226.493/0001-46					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001365/2018 - 56	PHOENYX OIL 20W50 SL	SAE 20W-50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18919
Nº 944	IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA. - CNPJ nº 11.323.786/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000868/2018 - 12	DAPHNE SUPER GEAR OIL 68	ISO 68	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18911
Nº 945	IDEMITSU LUBE SOUTH AMERICA LTDA. - CNPJ nº 11.323.786/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001363/2018 - 67	DAPHNE EPONEX SR Nº 2	NLGI 2	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5735
	48600.001364/2018 - 10	DAPHNE EPONEX SR Nº 1	NLGI 1	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5736
Nº 946	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001291/2018 - 58	SYNTHESO 8002	NLGI 2	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5733
	48600.001292/2018 - 01	KLUBERSYNTH BR 46-82	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5734
Nº 947	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001429/2018 - 19	M TECH API SN SEMISSINTÉTICO	SAE 5W-30	API SN / SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	18918
Nº 948	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001431/2018 - 98	PRESSURE COMPRESSOR	ISO 150	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18917
Nº 949	ULTRAX LUBRIFICANTES LTDA - EPP - CNPJ nº 05.131.638/0001-85					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001021/2018 - 47	LYNIX SYNTEC	SAE 10W30	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	6993
	48600.001021/2018 - 47	LYNIX SYNTEC	SAE 10W40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	6993

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 950, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº GO0103962 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a POSTO REIS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 01.798.875/0002-24, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.010867/2017-78.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 951, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RS0228749 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao COMBUSTÍVEIS PEGASUS IPIRANGA LTDA., com inscrição no CNPJ sob o nº 08.786.193/0001-60, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011002/2017-29.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 952, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RS0010846 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a GARAGEM SIQUEIRA CAMPOS LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 92.956.176/0001-30, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.010995/2017-11.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 953, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº GO0085304 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO SUPREMO DE LUA NOVA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 11.780.207/0001-42, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011673/2017-90.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 954, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº GO0027776 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO CORREIA LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.418.136/0001-04, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.011460/2017-68.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 955, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº RJ0000776 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO CENTER MAIARA DE JAPERI LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.292.407/0001-28, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008372/2017-89.

CEZAR CARAM ISSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 956, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto no artigo 30, inciso II, da Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a revogação da autorização nº SC0001902 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente a ABASTECEDORA PRAIA DOS AMORES LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 03.784.673/0001-78, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48610.008944/2017-20.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 957, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, a A & A SANTOS COMERCIO DE GAS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob o nº 28.881.580/0001-92, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 1007535-50.2018.4.01.3400.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 958, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO ALTERNATIVA DE COMBUSTÍVEL E SERVIÇO LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 11.372.084/0021-54, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 1001483-47.2018.4.01.3300.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 959, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao WENDEL DA SILVA MARTINS EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 30.169.435/0001-25, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5008173-56.2018.4.04.7110.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 12/2018/PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
6054/2018-846.057/2018-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-
6055/2018-846.058/2018-MINERAÇÃO FLORENTINO LTDA-
6056/2018-846.060/2018-EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTE LTDA-
6057/2018-846.065/2018-RAIMUNDO CRONEMBERGER FILHO-
6058/2018-846.066/2018-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA FILHO-
6059/2018-846.068/2018-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA FILHO-
6060/2018-846.069/2018-SERGIO RICARDO RIBEIRO GAMA FILHO-
6061/2018-846.075/2018-BRITAMIX BRITAMENTOS LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6062/2018-846.003/2018-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
6063/2018-846.021/2018-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-
6064/2018-846.024/2018-BENTON INDUSTRIA E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL LTDA-
6065/2018-846.061/2018-FERNANDO ALMEIDA SOARES ME-
6066/2018-846.064/2018-DBM MINERAIS LTDA EPP-
6067/2018-846.071/2018-J & R MINERACAO LTDA.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 74/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
6000/2018-866.219/2018-PRODUTIVA MINERAÇÃO EIRELLE ME-
6001/2018-866.236/2018-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
6002/2018-866.628/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
6003/2018-867.202/2017-B. FERREIRA DA SILVA ME-
6004/2018-867.424/2017-S. A. DA ROCHA ME-
6005/2018-866.047/2018-JOÃO BROGGI JÚNIOR-
6006/2018-866.064/2018-G.O. LIMA LTDA ME-
6007/2018-866.071/2018-BRITAZIL XINGU LTDA - EPP-
6008/2018-866.133/2018-BRITAZIL XINGU LTDA - EPP-
6009/2018-866.164/2018-ANDERSON PEDRO MARQUES BELO LACHOVICZ-
6010/2018-866.193/2018-DOURADO COMERCIO DE AREIA LTDA ME-
6011/2018-866.218/2018-MARIA SCHWARZ DE MELLO-
6012/2018-866.225/2018-COPACEL INDÚSTRIA E COMERCIO DE CALCÁRIO E CEREAIS LTDA-
6013/2018-866.228/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
6014/2018-866.281/2018-WALDYR TRAMONTINI-
6015/2018-866.326/2018-A. C. DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE AREIA ME-
6016/2018-866.360/2018-A ROCHA SANTOS-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6017/2018-866.832/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6018/2018-866.893/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6019/2018-866.922/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6020/2018-866.926/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6021/2018-866.979/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6022/2018-866.988/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6023/2018-867.003/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6024/2018-867.009/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6025/2018-867.010/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6026/2018-867.016/2017-ANGLO AMERICAN NÍQUEL BRASIL LTDA.-
6027/2018-867.160/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
6028/2018-867.162/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
6029/2018-867.340/2017-CARLOS ANDRÉ DOGNANI-
6030/2018-867.416/2017-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-
6031/2018-867.422/2017-KAIO CESAR BRUSTOLIN-
6032/2018-866.003/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6033/2018-866.004/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6034/2018-866.005/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6035/2018-866.006/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6036/2018-866.007/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6037/2018-866.008/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6038/2018-866.010/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6039/2018-866.011/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6040/2018-866.012/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6041/2018-866.013/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6042/2018-866.014/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6043/2018-866.015/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6044/2018-866.016/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6045/2018-866.018/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6046/2018-866.019/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6047/2018-866.020/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6048/2018-866.022/2018-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.-
6049/2018-866.145/2018-VALDECIR BARBIERI-
6050/2018-866.203/2018-VM MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO EIRELI EPP-
6051/2018-866.241/2018-VOTORANTIM CIMENTOS S A-
6052/2018-866.297/2018-DIEGO ALVES BARBOSA-
6053/2018-866.357/2018-FRANCISCO EGIDIO CAVALCANTE PINHO-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 91/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5987/2018-800.494/2017-IGOR TAVARES VALE ALENCAR-
5988/2018-800.552/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5989/2018-800.598/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5990/2018-800.599/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5991/2018-800.614/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5992/2018-800.615/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
5993/2018-800.617/2017-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5994/2018-800.095/2017-NORDESTE MINERAÇÃO LTDA-
5995/2018-800.612/2017-ANTÔNIO LUIZ PEREIRA FRANCO-
5996/2018-800.613/2017-ANTÔNIO LUIZ PEREIRA FRANCO-
5997/2018-800.014/2018-GEORGE PONTE DIAS-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5998/2018-800.498/2017-MINERACAO CARDEAL DO NORDESTE LTDA-
5999/2018-800.094/2018-MINERAÇÃO ITACIMA LTDA.-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 98/2018/MS

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
6068/2018-868.034/2018-JOELSON GALDINO VIEIRA JUNIOR - EPP-
6069/2018-868.047/2018-JOELSON GALDINO VIEIRA JUNIOR - EPP-
6070/2018-868.087/2018-GABRIELA BIANCHIM BERETA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 114/2018/GO

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5955/2018-860.288/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
5956/2018-860.289/2018-ARENAN EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5957/2018-862.583/2008-LUIZ CARLOS SOARES BARROS-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500155

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5958/2018-860.996/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5959/2018-860.997/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5960/2018-860.255/2017-LGV MINERAÇÃO LTDA-
5961/2018-860.501/2017-MINERAL - MINERAÇÃO DE AREIA LTDA.-
5962/2018-860.882/2017-MINERAÇÃO ORCALINO FERREIRA GUIMARÃES LTDA EPP-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5963/2018-861.769/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5964/2018-861.770/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5965/2018-861.771/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5966/2018-861.773/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5967/2018-861.774/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5968/2018-862.005/2012-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5969/2018-860.080/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5970/2018-860.120/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5971/2018-860.152/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5972/2018-860.153/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5973/2018-860.154/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5974/2018-860.155/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5975/2018-860.500/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5976/2018-860.501/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5977/2018-860.503/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5978/2018-860.504/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5979/2018-860.505/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5980/2018-860.506/2013-MINERAÇÃO SANTA FÉ LTDA-
5981/2018-860.943/2017-SILVIA VAZ DE ALMEIDA-
5982/2018-860.242/2018-OURO FINO DE GOIÁS MINERAÇÃO LTDA-
5983/2018-860.342/2018-JULIANO XAVIER FRAUSINO BARNABE-
5984/2018-860.468/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
5985/2018-860.469/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-
5986/2018-860.470/2018-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 180/2018/DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa:(176)
866.050/2018-JUAREZ DUCTIEVICZ-ALVARÁ N°6071/2018-Destacado do DNPM 866.023/2016-ALVARÁ N°11.492/2016-Vencimento em 21/10/2018
866.051/2018-JUAREZ DUCTIEVICZ-ALVARÁ N°6072/2018-Destacado do DNPM 866.023/2016-ALVARÁ N°11.492/2016-Vencimento em 21/10/2018
866.227/2018-ELDES MARTINS DA SILVA-ALVARÁ N°6073/2018-Destacado do DNPM 866.748/2016-ALVARÁ N°5300/2017-Vencimento em 06/07/2020
866.257/2018-NEUDRINO JOÃO BRUGNOLI-ALVARÁ N°6074/2018-Destacado do DNPM 866.512/2017-ALVARÁ N°7670/2017-Vencimento em 11/10/2020
866.286/2018-MARCIO NASCIMENTO-ALVARÁ N°6075/2018-Destacado do DNPM 866.348/2014-ALVARÁ N°1662/2018-Vencimento em 07/03/2021

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 81/2018/MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Adenor Fonseca Moreira - 866789/17 - A.I. 640/18
Almeida's Mineração e Terraplanagem Ltda - 866638/13 - A.I. 606/18
Alta Floresta Gold Mineração LTDA. - 866292/13 - A.I. 605/18, 866001/13 - A.I. 602/18, 866002/13 - A.I. 603/18, 866003/13 - A.I. 604/18, 867405/17 - A.I. 651/18, 867406/17 - A.I. 652/18, 867407/17 - A.I. 653/18
Amauritonio Bezerra Albuquerque - 866629/17 - A.I. 637/18
Anderson Bruno Otake Guollo - 866690/16 - A.I. 625/18
Antonio Agnaldo do Nascimento - 866744/17 - A.I. 638/18, 866446/17 - A.I. 636/18
Arides Rodrigues de Almeida - 867369/17 - A.I. 649/18
B.p.battaglini Mineração Eireli - 867023/17 - A.I. 641/18
Bmm Participações e Investimentos Ltda - 866348/14 - A.I. 613/18, 866500/14 - A.I. 614/18
Britasa Mineradora Confresa Ltda - 867355/17 - A.I. 648/18, 867370/17 - A.I. 650/18
c l de a Ribeiro - 867200/17 - A.I. 645/18
Ccoope de PEQ. Mineradores de Ouro e P.preciosas de N.bandeirantes e Outros Muni - 866439/17 - A.I. 635/18
Coopeareia Comércio e Extração de Minérios Ltda - 866187/14 - A.I. 611/18, 866188/14 - A.I. 612/18
Cooperativa de Desenvolvimento Mineral de Nossa Senhora do Livramento Ltda - 866769/16 - A.I. 628/18
Cooperativa Mista Dos Garimpeiros de Peixoto de Azevedo - 867417/17 - A.I. 654/18, 867418/17 - A.I. 655/18
Crt Gold Mineração Ltda Epp - 867169/17 - A.I. 644/18
Dirceu Ribeiro Sampaio - 867264/13 - A.I. 661/18
Elionel Lemes de Moraes - 867061/17 - A.I. 642/18, 867062/17 - A.I. 643/18
Elpidio Daroit - 866185/15 - A.I. 616/18
Extração de Areia e Pedra São Lourenço Ltda - 866900/16 - A.I. 631/18
Filadelfo Dos Reis Dias - 867133/13 - A.I. 609/18
Geraldo Coleto - 866246/15 - A.I. 617/18
Irineu Molon - 866143/13 - A.I. 660/18
José Abilio Manso Raimundo da Rocha - 866710/15 - A.I. 618/18
José Sampaio Leite - 867069/17 - A.I. 658/18
Katia Regina Figueiró d' Ornellas - 866876/16 - A.I. 629/18
Katia Topgian Rollemberg - 867341/17 - A.I. 646/18
l g Locações de Máquinas e Serviços Ltda me - 867071/17 - A.I. 663/18
Lenir Castilho Batista - 866723/16 - A.I. 627/18
Luciano Passos Damasceno - 867351/17 - A.I. 647/18
Luis Carlos Didone - 866886/14 - A.I. 615/18
Minas Mato Grosso Construtora Ltda me - 866788/17 - A.I. 639/18
Mineração Aeroporto Ltda - 866854/13 - A.I. 608/18
Mineração Shalon Ltda - 866717/16 - A.I. 626/18, 866909/16 - A.I. 633/18, 866910/16 - A.I. 634/18
Pedro Bonetti - 866616/16 - A.I. 624/18
Poconé Gold Mineração Ltda - 866843/13 - A.I. 607/18
Suprema Mineração Ltda me - 866901/16 - A.I. 632/18
Tec Tônicas Minerações Ltda - 866018/16 - A.I. 619/18, 866019/16 - A.I. 620/18, 866020/16 - A.I. 621/18, 866430/16 - A.I. 622/18, 866431/16 - A.I. 623/18
Valdecir Barbieri - 866994/14 - A.I. 662/18
Vanderlei Aparecido da Silva - 867065/17 - A.I. 656/18, 867067/17 - A.I. 657/18
Vinicius Silva de Carvalho - 866898/16 - A.I. 630/18

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 82/2018/MT

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cristal Mineradora Eireli Epp - 866502/17

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 323/2018/MG

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
002.700/1936-FERRO + MINERAÇÃO S.A.- AI N° 501 592 779 e 780/2018- DNPM/MG
930.593/1988-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- AI N° 411 410 354 352 346 694 692 691 /2018-DNPM/MG, arrendatário Vale S A filial:Vale Vargem Grande
931.344/2005-VALE S A- AI N° 359,360,361,362,363 e 364 242,243,244 e 245 524 523 522 521 520 519 518 517 672 686 685 684 683 682 681/2018-DNPM/MG,Vale S A filial:Vale Paraopeba -

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 324/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.094/2014-ECMG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- Área de 123,27 ha para 48,33 ha-Areia
831.095/2014-DIRCE DE CAMPOS SOUZA- Área de 73,95 ha para 46,78 ha-Areia
830.272/2015-MINERADORA CASTELLO BRANCO LTDA ME- Área de 62,56 ha para 47,11 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.249/2008-MICAPEL MINERAÇÃO CAPÃO DAS PEDRAS LTDA-Minério de Ouro e Minério de Ferro
830.596/2010-JAZIDA LINDA FLOR LTDA ME-Minério de Manganês - área de 727,92 ha
832.481/2011-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Areia e Cascalho, em uma área de 29,43 ha
832.482/2011-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Areia e Cascalho, em uma área de 29,19 ha
832.484/2011-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Areia e Cascalho, em uma área de 49,24 ha
832.485/2011-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Areia , em uma área de 17,35 ha
832.486/2011-G3 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO-Areia e Cascalho, em uma área de 47,66 ha
830.154/2014-EMISA EMPRESA DE MINERAÇÃO SANTOS LTDA-Areia
831.773/2014-NEIVA BORGES DO COUTO MARTINS-Areia

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 325/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
833.143/2015-MINERAÇÃO CHAPADA DAS PERDIZES LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental, conforme ofício nº1754/2018 - FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.769/2009-GRANITOS ROCHA BRANCA LTDA EPP-OF. N°134/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 326/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.298/2007-LIDIANE PIRES FÉLIX-OF. N°141/2018-ERGV-Superintendência/DNPM-MG
831.552/2008-CHARLENE CÂNDIDA SATLHER GOMES-OF. N°1748/2018-Fiscalização DNPM/MG
832.494/2009-DRAGA PARÁ DE MINAS LTDA-OF. N°131/2018-Fiscalização/3ºDS/ DNPM/MG
833.705/2010-GRANBLACK COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1750/2018-Fiscalização DNPM/MG
833.815/2010-CHARLENE CÂNDIDA SATLHER GOMES-OF. N°1749/2018-Fiscalização DNPM/MG
833.818/2010-GRANBLACK COMÉRCIO DE GRANITOS LTDA.-OF. N°1751/2018-Fiscalização DNPM/MG
830.493/2015-PARREIRAL INDUSTRIA E COMERCIO DE TIJOLOS LTDA-OF. N°126/2018- ERPC-Superintendência DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 329/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
832.879/2013-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -AI N°128/2018-DNPM/MG
Nega provimento a defesa apresentada(242)
832.879/2013-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.838/2006-CERÂMICA CARMELITANA LTDA-OF. N°203/2018- ERPM/Superintendência do DNPM-MG
830.829/2008-MINERAÇÃO SÃO JOSÉ LTDA. EPP-OF. N°145;144 e 143/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
834.993/2011-ITINGA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°115 e 116/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
833.239/2012-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°146/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
831.974/2013-MINERAÇÃO PANCIERI LTDA-OF. N°112 e 142/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
831.999/2013-MINAS GRANITO LTDA ME-OF. N°111 e 114/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG
833.346/2013-MINERAÇÃO OURO BRANCO LTDA ME-OF. N°117 e 118/2018- ERGV-Superintendência/DNPM-MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Defere pedido de reconsideração(262)
833.239/2012-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
002.973/1935-ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.- Fonte Oriente - Marca São Lourenço - Embalagem: sem gás 300 mL e 510 mL - Marca São Lourenço - Embalagem Gasosa Natural:300 mL,510 mL e 1,26 L- SÃO LOURENÇO/MG
831.840/1997-HIPERÁGUA EMPRESA DE ÁGUA MINERAL LTDA- Fonte Serra Fortaleza - Marca HIPERÁGUA Canastra - Embalagem 20L, sem gás- CÓRREGO DANTA/MG
831.751/2004-BOCAINA ÁGUA MINERAL LTDA.- Fonte dos Ipês - Marca Bocaina - Embalagem 20L sem gás - Marca Lavras - Embalagem 20L, sem gás- LAVRAS/MG
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.483/1986-ÁGUA MINERAL VIVA LTDA.- AI N° 949/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
830.399/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI Nº 746,747,748 e 749/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.514/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI Nº 750,751,752 e 753/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
831.515/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI Nº 754,755 e 756/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
832.602/1992-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- AI Nº 757;758;759 e 760/2018-FISCALIZAÇÃO/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
002.973/1935-ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.- OF. N°1747/2018-Fisc/ DNPM/MG
830.399/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- OF. N°1757/2018-Fiscalização/Superintendência do DNPM/MG
831.514/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- OF. N°1757/2018-Fiscalização/Superintendência do DNPM/MG
831.515/1989-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- OF. N°1757/2018-Fiscalização/Superintendência do DNPM/MG
832.602/1992-MINERAÇÃO SAL NASCENTE LTDA- OF. N°1757/2018-Fiscalização/Superintendência do DNPM/MG
Da provimento ao recurso interposto(478)
005.130/1956-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1799)
005.130/1956-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A-OF. N°1744 e 1745/2018-Fiscalização DNPM/MG, cessionária Mineração Conemp Ltda
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
830.825/1990-STONE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°129/2018- ERPC-Superintendência do DNPM-MG
832.586/2013-LENICE LOPES FREIRE VILELA E CIA LTDA-OF. N°127/2018- ERPC-Superintendência do DNPM-MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 331/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
831.103/2014-ORIVAL NESPULE-ALVARÁ N°1922/2015

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 330/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
833.239/2012-CBM EMPRESA BRASILEIRA DE MINERAIS LTDA ME- Publicado DOU de 05/04/2017
Torna sem efeito despacho publicado(192)
832.872/2011-CLAUDINEIA RIBEIRO DA SILVA ME- DOU de 15/02/2017
831.103/2014-ORIVAL NESPULE- DOU de 14/02/2018
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito despacho(657)
005.130/1956-ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A- Publicado DOU de 23/10/015

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 79/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
846.230/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.231/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.232/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.242/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.243/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.244/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.245/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.246/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.247/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.248/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.249/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.250/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
846.251/2010-SOUTH AMERICAN MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.481/2012-JOÃO ARRUDA CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1167/2018
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
846.097/2013-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
846.200/2016-MINERAÇÃO NORUEGA II LTDA ME-JUNCO DO SERIDÓ/PB, SALGADINHO/PB, SANTA LUZIA/PB - Guia n° 011/2018-4000toneladas-Feldspato-Validade:27/10/2018
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
846.601/2012-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA- Área de 973,97 ha para 82,53 ha-Filito
Fase de Requerimento de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
846.212/2003-PEDREIRAS DO BRASIL S A-OF. N°724/2015-180 dias
846.499/2008-AREEIRO MAANAIM LTDA-OF. N°1477/2016-180 dias
846.151/2015-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1547/2016-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
846.035/2011-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°799/2018
846.036/2011-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA-OF. N°799/2018
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
846.163/2017-ELIZÂNGELA ARAÚJO GAMBARRA - PLG N°004/2018 de 06/08/2018 - Prazo 05 anos
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.078/2018-ZENIZE CAVALCANTI MEIRA-OF. N°1154/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
846.134/2017-OFR COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME-OF. N°1026/2018
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
846.150/2011-MANOEL ABDIAS SOARES- AI N°246/2018
846.261/2011-CONSTRUTORA METROPOLITAN LTDA-AI N°252/2018
846.319/2011-ALCIDES TRENTIN- AI N°253/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 79/2018/RJ

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Cerâmica Nossa Senhora de Fátima Ltda me - 890216/15

LUÍS FLÁVIO NAGEM MORALES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 182, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 04 de abril de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000266/2018-27, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas, na forma do Anexo a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-6", de 2018, de que tratam as Portarias MME nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 04 de abril de 2018.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI de cada uma das Usinas Eólicas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia dos empreendimentos constantes do Anexo perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Parágrafo único. As garantias físicas de energia das Usinas Eólicas Ventos de São Januário 1, Ventos de São Januário 4, Ventos de São Januário 13 e Ventos de São Januário 14 definidas pela Portaria SPE/MME nº 80, de 16 de março de 2018, perderão a validade e a eficácia caso sejam objetos de CCEARs no âmbito do Leilão "A-6", de 2018.

Art. 3º Para os empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

Garantias Físicas de Energia das usinas eólicas - Leilão "A-6" de 2018

Usina Eólica	Empreendimento (Razão Social)	UF	Garantia Física de Energia (MWmed)	Potência (MW)
Acacias	CENTRAL GERADORA EOLICA ACACIAS LTDA	RS	9,7	24,0
Acácias II	CENTRAL GERADORA EÓLICA ACACIAS II LTDA	RS	8,9	22,0
Acampamento	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	7,6	18,4
Afonso Bezerra I	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	12,9	28,0
Afonso Bezerra II	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	13,3	30,0
Afonso Bezerra III	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	13,6	30,0
Afonso Bezerra IV	EOLICA ACU GERACAO DE ENERGIA SPE S/A	RN	6,2	14,0
Água Riquinha 1	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	14,2	44,6
Água Riquinha 2	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	13,6	44,6
Água Riquinha 3	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	13,1	42,0
ALECRIM	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA-ME.	BA	11,1	30,0
ALGAROBA	CENTRAL EÓLICA ALGAROBA LTDA	RN	11,2	28,0
Alto do Oriente II	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	13,6	28,6
ALTO DOS VENTOS II A	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	9,0	22,4
ALTO DOS VENTOS II B	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,3	28,8
ALTO DOS VENTOS II C	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	10,9	28,8
ALTO DOS VENTOS II E	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,6	28,8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500157

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALTO DOS VENTOS II F	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,5	28,8
ALTO DOS VENTOS II G	Alto dos Ventos Energia Eólica SA	RN	11,6	28,8
Alto Oriente I	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	13,5	28,6
Angicos I	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,6	28,0
Angicos II	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	11,0	30,0
Angicos III	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,5	28,0
Angicos IV	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,5	28,0
Angicos IX	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	7,6	22,0
Angicos VI	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,9	26,0
Angicos VII	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,1	24,0
Angicos VIII	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	8,5	24,0
Angicos X	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	10,0	30,0
Angicos XI	EOLICA ANGICOS GERACAO DE ENERGIAS SPE S/A	RN	9,9	30,0
Arroio dos Antunes	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	6,1	15,0
Arroio Maú	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	7,7	18,0
Aura Licínio de Almeida 01	LDA ENERGIA S.A.	BA	13,1	27,0
Aura Licínio de Almeida 02	LDA ENERGIA S.A.	BA	16,0	30,0
Aura Licínio de Almeida 03	LDA ENERGIA S.A.	BA	15,9	30,0
Aura Licínio de Almeida 04	LDA ENERGIA S.A.	BA	15,8	30,0
Aura Licínio de Almeida 05	LDA ENERGIA S.A.	BA	12,9	27,0
Aura Licínio de Almeida 06	LDA ENERGIA S.A.	BA	11,7	21,0
Aura Licínio de Almeida 07	LDA ENERGIA S.A.	BA	11,7	21,0
Aura Mirim I	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	6,9	15,0
Aura Mirim III	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	6,9	15,0
Aura Mirim V	Atlantic Energias Renováveis S.A.	RS	8,4	18,0
Aura Queimada Nova 01	Atlantic Energias Renováveis S.A.	PI	11,3	30,0
Aura Queimada Nova 02	Atlantic Energias Renováveis S.A.	PI	14,1	29,4
AW CRUZEIRO	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	12,8	27,3
AW NOVA ARIZONA	ALUPAR INVESTIMENTO S.A	RN	10,7	23,1
AW Olho D Água II	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	13,3	27,3
AW Olho DÁgua I	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	13,3	27,3
AW Santa Régia	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	15,7	29,4
AW SÃO JOÃO	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	16,0	29,4
AW SÃO MIGUEL	ALUPAR INVESTIMENTO S.A.	RN	15,1	29,4
Bacupari 1	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	20,3	52,5
Bacupari 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	19,6	49,0
Bacupari 3	Enerfin do Brasil sociedade de Energia Ltda	RS	23,5	59,5
BAIXA VERDE	SPE Baixa Verde Energia S/A	RN	7,0	12,6
Baraúnas III	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,2	31,5
Baraúnas XIII	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,4	31,5
Baraúnas XIV	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,3	31,5
Baraúnas XV	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,6	31,5
Baraúnas XVI	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,3	31,5
Baraúnas XVII	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,2	31,5
Baraúnas XX	Brennand Energia Eólica S/A	BA	14,2	31,5
Barra I	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	25,0	48,5
Barra II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	24,1	48,5
Barra III	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	20,0	41,6
Barra IV	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	MG	20,2	41,6
BARRO VERMELHO	VALENC ENERGIA LTDA	RN	10,7	25,0
BOA ESPERANÇA	PARQUE EOLICO SOBRADINHO LTDA-ME	BA	13,2	30,0
Boa Esperança II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	10,8	20,0
BOA VISTA I	CENTRAL EOLICA BOA VISTA I LTDA.	RN	6,7	14,0
BOA VISTA II	CENTRAL EOLICA BOA VISTA II LTDA.	RN	9,7	20,0
Bom Conselho I	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	12,1	29,4
Bom Conselho II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	11,8	29,4
Bom Conselho III	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	12,7	29,4
Bom Lugar	ELETROWIND S/A	BA	8,5	18,0
BONS VENTOS BITIQUARA I	Eólica Costa Oeste SA	CE	12,7	23,1
BONS VENTOS BITIQUARA II	Eólica Costa Oeste SA	CE	26,3	52,5
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 01	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	10,9	21,0
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 02	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	14,4	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 03	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	11,6	25,2
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 04	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	11,5	21,0
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 05	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	15,1	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 06	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	13,3	27,3
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 07	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	12,9	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 08	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	13,2	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 09	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	12,6	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 10	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	13,0	29,4
BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU 11	SERVTEC BONS VENTOS MORRO DO CHAPÉU S/A	BA	14,0	29,4
BONSUCESSO	CENTRAL EÓLICA BONSUCESSO LTDA	RN	10,9	24,0
Braço dos Ventos I	Parque Eólico Braço dos Ventos I Ltda.	RN	11,5	25,2
Braço dos Ventos II	Parque Eólico Braço dos Ventos II Ltda.	RN	11,3	25,2
Braço dos Ventos III	Parque Eólico Braço dos Ventos III Ltda.	RN	11,2	25,2
Cacimbinhas	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	8,9	21,0
CAETITÉ D	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	12,1	27,5
CAETITÉ E	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	15,0	32,5
CAETITÉ F	RIO ENERGY EOL III GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA LTDA	BA	18,3	42,5
Cagaita	Renova Energia SA	BA	17,1	37,4
CAJUEIRO	SPE Cajueiro Energia S/A	RN	16,4	27,3
Calumbi	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PE	14,5	29,4
Camboas I	Ventos Tecnologia Eletrica Ltda	RN	27,7	51,0
Camboas II	Ventos Tecnologia Eletrica Ltda.	RN	32,3	60,0
Camboas III	Ventos Tecnologia Eletrica Ltda.	RN	32,1	60,0
Campina Seca	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PB	10,0	21,0
Campo do Régio	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	10,1	24,0
Campo Largo IX	CLWP EOLICA PARQUE IX LTDA	BA	10,9	22,6
Campo Largo VIII	CLWP EOLICA PARQUE VIII LTDA	BA	14,1	28,2
Campo Largo X	CLWP EOLICA PARQUE X LTDA	BA	13,1	25,4
Campo Largo XI	CLWP EOLICA PARQUE XI LTDA	BA	14,0	25,4
Campo Largo XII	CLWP EOLICA PARQUE XII LTDA	BA	15,3	28,2
Campo Largo XIII	CLWP EOLICA PARQUE XIII LTDA	BA	15,8	28,2
Campo Largo XIV	CLWP EOLICA PARQUE XIV LTDA	BA	7,5	14,1
Campo Largo XIX	CLWP Eolica Parque XIX Ltda	BA	13,8	28,2
Campo Largo XVII	CLWP EOLICA PARQUE XVII LTDA	BA	11,7	22,6
Campo Largo XX	CLWP EOLICA PARQUE XX LTDA	BA	15,0	31,0
Campo Largo XXII	CLWP EOLICA PARQUE XXII LTDA	BA	13,6	28,2
Campos Gerais I	Taim Cade Brasil Ind. e Com. de Equipamentos Ltda	PR	11,2	28,0
Campos Gerais II	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	11,7	30,0
Campos Gerais III	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,6	30,0
Campos Gerais IV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,3	24,0
Campos Gerais IX	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,6	30,0
Campos Gerais V	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,1	20,0
Campos Gerais VI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	11,1	30,0
Campos Gerais VII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,4	30,0
Campos Gerais VIII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,8	28,0
Campos Gerais X	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,2	20,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Campos Gerais XI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	7,7	26,0
Campos Gerais XII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,9	28,0
Campos Gerais XIII	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	10,7	30,0
Campos Gerais XIV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	8,9	26,0
Campos Gerais XV	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	6,7	20,0
Campos Gerais XVI	TAIM CADE BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	PR	9,3	28,0
Candiotinha	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,9	30,0
Capão Alto I	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	13,2	44,1
Capão Alto II	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	6,7	23,1
Capão Alto IV	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	7,1	21,0
Capão Alto V	BRAIN ENERGY - PROJETO, DESENVOLVIMENTO E PRODUCAO DE ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RS	9,0	29,4
Carrasco I	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	16,5	28,6
Carrasco II	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	13,3	24,2
Carrasco III	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	16,0	28,6
Carrasco IV	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	13,4	24,2
Carrasco V	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	17,4	28,6
Carrasco VI	CENTRAL EOLICA CARRASCO LTDA	RN	10,8	19,8
Catuaba	Renova Energia SA	BA	7,6	15,4
Caty	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	11,9	28,9
Cerro da Guarda	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	6,5	15,0
Chicolomã	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	9,7	27,3
Conde	ELETROWIND S/A	BA	8,3	20,7
CORUNILHA	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	13,8	30,0
COSTA DAS DUNAS	SPE Costa das Dunas Energia S/A	RN	13,3	23,1
Covão	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PB	5,1	12,6
Coxilha Santo Antônio	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda.	RS	12,8	30,0
CUMARÚ I	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	17,4	30,0
CUMARÚ II	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	10,1	18,0
CUMARÚ III	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,8	30,0
CUMARÚ IV	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,8	30,0
CUMARÚ V	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	15,6	30,0
CUMARÚ VI	ENEL GREEN POWER BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA	RN	16,1	30,0
Damasco	ELETROWIND S/A	BA	6,9	15,0
Delta 4 I	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	8,6	17,5
Delta 4 II	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	8,7	20,0
Delta 4 III	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	13,5	30,0
Delta 4 IX	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	7,8	17,5
Delta 4 V	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	14,7	30,0
Delta 4 VI	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	15,5	32,5
Delta 4 VII	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	10,8	22,5
Delta 4 X	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	5,5	12,5
Delta 7 I	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	16,8	37,8
Delta 7 II	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	15,9	35,1
Delta 7 III	Omega Desenvolvimento de Energia do Maranhão S.A.	MA	14,7	32,4
Diamante I	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	20,1	39,9
Diamante IV	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	18,8	46,2
Diamante V	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	22,4	46,2
Diamante VI	Centrais Eólicas Assuruá S.A	BA	18,7	42,0
Dona Helena 1	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	16,3	50,0
Dona Helena 2	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	17,1	50,0
Dona Helena 3	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	16,6	50,0
Dona Helena 4	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	17,1	50,0
Dona Helena 5	Renobrax Energias Renováveis Ltda	RS	6,8	20,0
Espinharas 01	ATP ENERGIA LTDA	PB	24,7	60,0
Espinharas 02	ATP ENERGIA LTDA	PB	25,4	60,0
Espinheiro 1	Case Eólica LTDA	RN	13,8	29,4
Espinheiro 4	Case Eólica LTDA	RN	11,5	25,2
Esplanada I	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	11,1	29,4
Esplanada II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	9,9	29,4
Esplanada III	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	12,6	29,4
Esplanada IV	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,0	29,4
Esplanada IX	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	2,7	8,4
Esplanada V	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,1	29,4
Esplanada VI	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	14,1	29,4
Esplanada VII	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	15,4	29,4
Esplanada VIII	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	BA	15,4	29,4
Estância da Tuna	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Eletrica S/A	RS	13,3	30,0
Estância do Mirante	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	11,7	27,0
Estancia Retiro	Central Geradora Eolica Estância Retiro Ltda.	RS	5,8	14,0
Estancia Retiro II	Central Geradora Eolica Estância Retiro II Ltda.	RS	8,9	22,0
Estância Rodeio	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	9,4	23,6
ESTANCIA SANTA URSULA	CENTRAL GERADORA EOLICA ESTANCIA SANTA URSULA LTDA	RS	6,6	16,0
ESTANCIA SANTA URSULA II	CENTRAL GERADORA EÓLICA ESTANCIA SANTA URSULA II Ltda.	RS	6,7	16,0
Estância São Domingos	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	7,9	18,4
Estância Velha	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	13,6	30,0
Facheiro 02	Ventos de Santa Leia Energias Renovaveis S.A.	RN	10,3	23,6
Facheiro 10	Ventos de Santa Leia Energias Renovéveis S.A.	RN	18,4	35,0
Facheiro 11	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	16,7	32,5
Facheiro 14	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	10,2	23,6
Facheiro 17	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	12,2	23,6
Facheiro 18	Ventos de Santa Leia Energias Renováeis S.A.	RN	12,9	23,6
Facheiro 20	Ventos de Santa Leia Energias Renováveis S.A.	RN	11,1	26,3
FAMOSA I	CENTRAL EÓLICA FAMOSA I S.A.	RN	9,4	22,1
Farol da Conceição	VENTOS DO ATLANTICO ENERGIA EOLICA S.A.	RS	10,8	29,4
FAROL DE TOUROS	SPE Farol de Touros Energia S/A	RN	11,7	21,0
FAZENDA JATOBÁ E FAZENDA PINDOBA I	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	25,0	50,4
FAZENDA POÇO DE AREIA	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	19,0	39,9
FIGUEIRA BRANCA	SPE Figueira Branca Energia S/A	RN	5,9	10,5
Filgueira I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	22,7	35,7
Filgueira II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	12,1	18,9
FLOR DA TERRA	VALENC ENERGIA LTDA	RN	11,1	27,5
Flores I	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,5	30,0
Flores II	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,7	30,0
Flores III	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,8	30,0
Flores IV	CENERGIAS FLORES GERACAO DE ENERGIA ELETRICA LTDA	BA	12,8	30,0
FLORESTA	VALENC ENERGIA LTDA	RN	9,2	25,0
Fragata 1	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	18,3	37,8
Fragata 2	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	19,3	37,8
Fragata 3	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	20,8	42,0
Fragata 4	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	22,5	42,0
Fragata 5	Ventos do Nordeste S.A.	PB	18,5	37,8
Fragata 6	VENTOS DO NORDESTE S.A.	PB	19,9	37,8
FRANCISCO RIBEIRO ALVES	CENTRAL EÓLICA JANDAÍRA I LTDA.	RN	40,6	90,0
FRONTEIRA SUL I	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	13,9	31,5
FRONTEIRA SUL II	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	5,6	13,1
FRONTEIRA SUL III	Fronteira Sul Energia Ltda	RS	11,4	26,3
GAMELEIRA	SPE Gameleira Energia S/A	RN	8,5	14,7
Getúlio	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PB	14,7	29,4
Gouveia I	PEC Energia S.A.	MG	10,5	25,3
Gouveia II	PEC Energia S.A.	MG	9,3	23,0
Gran Sul 1	GRAN SUL GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RS	22,8	56,1
Gran Sul 2	GRAN SUL GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RS	17,3	42,9
Gran Sul 3	GRAN SUL GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RS	16,4	39,6
Gran Sul 4	GRAN SUL GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RS	21,7	52,8
Gran Sul 5	GRAN SUL GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL LTDA	RS	18,7	46,2
Guajuvira 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	13,8	28,0
GUAJUVIRA 2	Força Eólica do Brasil S.A.	RS	13,3	28,0
GUAJUVIRA 3	Força Eólica do Brasil S.A.	RS	10,3	22,0
Guajuvira 4	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,5	16,0
Ibiapaba Sul I	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	14,2	32,4
Ibiapaba Sul II	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	12,7	28,8
Ibiapaba Sul III	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	8,7	21,6
Ibiapaba Sul IV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	18,8	50,4
Ibiapaba Sul IX	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	7,4	21,6
Ibiapaba Sul VI	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,1	39,6
Ibiapaba Sul VII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A	CE	8,7	21,6
Ibiapaba Sul VIII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	12,9	32,4
Ibiapaba Sul X	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	9,7	25,2
Ibiapaba Sul XI	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	13,1	32,4
Ibiapaba Sul XIII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	22,6	54,0
Ibiapaba Sul XV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,6	43,2
Ibiapaba Sul XVII	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	17,3	43,2
Ibiapaba Sul XX	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	15,3	43,2
Ibiapaba Sul XXV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	CE	16,4	39,6
Ideal	Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.	RS	10,1	29,4
Imburana 1	Case Eólica LTDA	RN	13,5	27,3
Imburana 2	Case Eólica LTDA	RN	9,0	18,9
Imburana 3	Case Eólica LTDA	RN	14,2	29,4
Imburana 4	Case Eólica LTDA	RN	5,0	10,5
Imperador	ELETROWIND S/A	BA	11,8	29,9
Invernada da Pedra Grande	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,2	27,0
Iraúna IX	DOBREVÊ ENERGIA S/A	RN	14,1	29,4
Iraúna X	Dobrevê Energia S.A.	RN	13,9	29,4
Iraúna XI	Dobrevê Energia S.A.	RN	13,8	29,4

ITAREMA A	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	13,1	30,0
ITAREMA B	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	13,5	30,0
ITAREMA C	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A	CE	11,6	24,0
ITAREMA D	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	12,3	27,0
ITAREMA E	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	15,7	33,0
ITAREMA F	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	7,1	15,0
ITAREMA G	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	17,2	36,0
ITAREMA H	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	13,8	27,0
ITAREMA J	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	CE	8,4	18,0
ITAREMAI	PONTAL GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A	CE	14,8	30,0
JACARANDÁ I	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS SA	RN	12,8	25,2
JACARANDÁ II	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS SA	RN	13,4	27,3
Jandaira I	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	5,2	11,0
Jandaira II	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	12,9	26,4
Jandaira III	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	14,2	28,6
Jandaira IV	Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	RN	13,5	28,6
Jerusalém I	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	15,3	29,4
Jerusalém II	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	14,9	29,4
Jerusalém III	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	16,9	29,4
Jerusalém IV	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	17,0	29,4
Jerusalém V	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	16,2	29,4
Jerusalém VI	EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A.	RN	17,2	29,4
JOÃO DE BARRO	CENTRAL EOLICA JOAO DE BARRO LTDA	RN	16,6	39,0
LAGAMAR II	ELETROWIND S/A	BA	4,6	12,0
Lagoa dos Barros I	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,6	21,0
Lagoa dos Barros II	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,5	21,0
Lagoa dos Barros III	Lagoa dos Barros Energética LTDA	RS	7,3	21,0
LAGOAS DE TOUROS I	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	13,5	27,3
LAGOAS DE TOUROS II	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	13,1	27,3
LAGOAS DE TOUROS III	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	7,1	14,7
LAGOAS DE TOUROS V	POLIMIX CONCRETO LTDA	RN	8,7	16,8
MANDACARU	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA	BA	11,4	30,0
MARGARIDA I	CENTRAL EOLICA MARGARIDA I LTDA.	RN	33,4	78,0
Marizeira I	EMPÓRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	RN	9,1	17,6
Marizeira II	EMPÓRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	RN	12,3	24,2
Marizeira III	EMPÓRIO ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	RN	10,8	22,0
Massaroca I	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	16,1	42,0
Massaroca II	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	15,6	42,0
Massaroca III	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	16,8	42,0
Massaroca IV	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	15,7	42,0
Massaroca V	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	15,8	37,8
Massaroca VI	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	16,1	37,8
Massaroca VII	BI EMPRESA DE ESTUDOS ENERGETICOS S/A	BA	14,5	37,8
Miguelita	VENTOS DO ATLANTICO ENERGIA EOLICA S.A.	RS	9,5	25,2
Monte Verde I	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	41,2	69,3
Monte Verde II	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	40,3	65,8
Monte Verde III	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	33,5	58,9
Monte Verde IV	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	19,7	34,7
Monte Verde V	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	13,4	24,3
Monte Verde VI	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	23,4	41,6
Morro Branco II	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,7	28,0
Morro Pintado 01	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	7,1	16,5
Morro Pintado 02	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,7	26,4
Morro Pintado 03	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,5	26,4
Morro Pintado 04	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,9	26,4
Morro Pintado 05	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	10,4	26,4
Morro Pintado 06	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,3	23,1
Morro Pintado 07	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,0	23,1
Morro Pintado 08	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	9,3	23,1
Morro Pintado 09	MORRO PINTADO ENERGIA RENOVÁVEL S.A.,	RN	8,3	19,8
MUNDO NOVO III	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	14,9	27,3
MUNDO NOVO V	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,4	23,1
MUNDO NOVO VI	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,3	23,1
MUNDO NOVO VII	GREEN MIX VII EMPREENDIMENTOS S.A.	RN	12,3	23,1
Mutamba	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,6	25,3
Mutamba II	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	14,6	34,5
Mutamba III	ARACATI ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.	CE	12,0	27,6
Mutamba IV	ARACATI ENERGIA RENOVÁVEL LTDA.	CE	9,3	23,0
Mutamba V	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,6	25,3
Mutamba VI	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA.	CE	10,9	25,3
Mutamba VII	ARACATI ENERGIA RENOVAVEL LTDA	CE	8,4	18,4
Nossa Senhora da Vitória	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda	RS	12,5	30,0
Novo Campo	ELETROWIND S/A	BA	6,1	15,0
Novo Paraíso	ELETROWIND S/A	BA	6,6	16,1
OITIS	Força Eólica do Brasil S/A.	PI	30,6	63,0
Olaria	Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.	RS	9,9	25,2
Olinda 1	Atiaia Energia S.A.	RN	14,2	30,0
Olinda 2	Atiaia Energia S.A.	RN	14,3	30,0
Olinda 3	Atiaia Energia S.A.	RN	12,6	27,0
Olinda 4	Atiaia Energia S.A.	RN	14,2	30,0
Olinda 5	Atiaia Energia S.A.	RN	12,5	27,0
Ouro Branco 3	EÓLICA ENERGIA LTDA	PE	9,3	22,0
Palmares 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	22,1	59,5
Palmas dos Ventos I	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	15,1	29,4
Palmas dos Ventos II	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	14,4	27,3
Palmas dos Ventos III	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	16,3	31,5
Palmas dos Ventos IV	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	16,7	31,5
Palmas dos Ventos IX	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	12,1	23,1
Palmas dos Ventos VI	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	9,2	18,9
Palmas dos Ventos VII	PARQUE EÓLICO PALMAS DOS VENTOS LTDA	SE	13,1	25,2
Panasco 1	Case Eólica LTDA	RN	14,4	29,4
Panasco 2	Case Eólica LTDA	RN	13,1	27,3
Panasco 3	Case Eólica LTDA	RN	12,6	27,3
Panasco 4	Case Eólica LTDA	RN	14,3	29,4
Paraipaba I	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	8,9	25,2
Paraipaba II	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	11,2	31,5
Paraipaba III	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	7,7	22,1
Paraipaba IV	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	12,1	28,4
Paraipaba V	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	10,9	28,4
Paraipaba VI	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	8,8	25,2
Paraipaba VII	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	14,3	34,7
Paraipaba VIII	Paraipaba Geração de Energia S.A.	CE	10,9	31,5
Paraíso Azul I	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	13,9	29,4
Paraíso Azul II	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	14,2	29,4
Paraíso Azul III	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	13,7	29,4
Paraíso Farol I	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	17,3	29,4
Paraíso Farol II	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	14,4	25,2
Paraíso Farol III	Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda.	RN	15,0	29,4
Parobé	Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.	RS	10,8	29,4
Passo da Cruz	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	13,3	30,0
PAU BRANCO	CENTRAL EÓLICA PAU BRANCO LTDA	RN	11,1	24,0
PAU BRASIL	CENTRAL EÓLICA PAU BRASIL S.A.	CE	6,9	15,0
Pau Copa	Renova Energia SA	BA	13,1	28,6
PAU DARCO	CENTRAL EÓLICA PAU DARCO LTDA	RN	14,5	30,0
PBRANCA	CENTRAL EÓLICA PEDRA BRANCA LTDA	RN	7,7	16,0
Pedra do Bico	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PB	12,1	25,2
Pedra do Reino V	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	BA	8,0	14,0
Pedra Redonda I	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	16,9	46,2
Pedra Redonda III	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	13,1	42,0
Pedra Redonda V	Centrais Eólicas Pedra Redonda SA	BA	16,2	44,1
PEDRA ROSADA	CENTRAL EÓLICA PEDRA ROSADA LTDA	RN	9,9	22,0
Pedras Altas	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	12,9	30,0
Picui 1	Eolica Picui 1 - Geradora de Energia Ltda	PB	13,5	29,7
Picuí 10	EOLOS ENERGIAS RENOVAVEIS SA	PB	14,2	30,0
Picuí 2	Eolica Picui 2 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,8	29,7
Picui 3	Eolica Picui 3 - Geradora de Energia Ltda	PB	14,2	29,7
Picui 4	Eolica Picui 4 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,8	29,7
Picui 5	Eolica Picui 5 - Geradora de Energia Ltda	PB	16,3	29,7
Picui 6	Eolica Picui 6 - Geradora de Energia Ltda	PB	17,4	30,0
PICUI 6 1	EOLICA PICUI 6.1 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	19,4	48,5
PICUI 6 2	EOLICA PICUI 6.2 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	20,3	48,5
PICUI 6 3	EOLICA PICUI 6.3 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	20,6	48,5
PICUI 6 4	EOLICA PICUI 6.4 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	21,5	48,5
PICUI 6 5	EOLICA PICUI 6.5 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	22,6	48,5
PICUI 6 8	EOLICA PICUI 6.8 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	20,2	48,5
PICUI 6 9	EOLICA PICUI 6.9 - GERADORA DE ENERGIA LTDA	PB	19,4	48,5
Picuí 7	Eolica Picui 7 - Geradora de Energia Ltda	PB	15,6	29,7
Picui 8	Eolica Picui 8 - Geradora de Energia Ltda	PB	13,8	29,7
Picuí 9	EOLOS ENERGIAS RENOVAVEIS SA	PB	14,4	30,0
Pinheiro Nortense	VENTOS DO ATLANTICO ENERGIA EOLICA S.A.	RS	7,4	21,0
PONTAL 2C	ENERPLAN GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	RS	6,0	18,4
PONTAL 3A	ENERPLAN ENERGIA EÓLICA V S.A	RS	8,2	23,6
Portal do Delta I	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	26,6	62,5
Portal do Delta II	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	23,8	55,0
Portal do Delta III	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	21,8	57,5
Portal do Delta IV	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	22,4	60,0
Portal do Delta V	Omega Desenvolvimento de Energia 1 S.A.	PI	13,9	40,0
Posto Branco	Central Geradora Eolica Posto Branco Ltda	RS	9,4	22,0
Posto Branco II	Central Geradora Eolica Posto Branco II Ltda	RS	4,3	10,0
Potiguar B 21	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	25,8	46,2
Potiguar B 22	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	20,8	37,8
Potiguar B 23	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	24,1	46,2
Potiguar B 24	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	15,2	29,4
Potiguar B 25	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	21,2	42,0
Potiguar B 26	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	20,4	42,0
Potiguar B 71	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	20,2	37,8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Potiguar B 72	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	25,3	46,2
Potiguar B 73	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	18,2	33,6
Potiguar B 74	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	22,1	42,0
Potreiro dos Trilhos	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	7,9	18,0
QUEIMADAS I	PHOENIX ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RN	15,3	31,5
QUEIMADAS II	PHOENIX ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA	RN	15,2	31,5
QUERÊNCIA AMADA 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,4	18,0
QUERÊNCIA AMADA 2	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,1	18,0
QUERÊNCIA AMADA 3	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	10,1	24,0
Quincão	EOLICA MACAPARANA E GETULIO GERADORA DE ENERGIA S.A	PE	11,3	27,3
Quixabeira	GESTAMP EÓLICA BRASIL SA	RN	24,1	50,4
Rosa dos Ventos I	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	10,0	29,7
Rosa dos Ventos II	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	10,1	29,7
Rosa dos Ventos III	Rosa dos Ventos Geradora de Energia S.A	PR	9,5	27,0
ROSADA	CENTRAL EOLICA ROSADA S.A.	RN	12,9	30,0
Sagitário	Brennand Energia Eólica S/A	BA	19,3	49,0
Sagitário II	Brennand Energia Eólica S/A	BA	22,4	44,5
Saloá I	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	12,4	27,3
Saloá II	CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	PE	14,7	29,4
San Francisco I	Usina Geradora Eólica San Francisco I SPE S/A	CE	11,9	25,2
San Francisco II	Usina Geradora Eolica San Francisco II SPE S/A	CE	12,1	28,4
SAN MARTIN	CENTRAL GERADORA EOLICA SAN MARTIN LTDA	RS	7,2	18,0
SAN MARTIN II	CENTRAL GERADORA EOLICA SAN MARTIN II LTDA	RS	6,6	16,0
Santa Amélia	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	8,5	21,0
SANTA BENVINDA I	CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA I LTDA	RN	10,7	26,0
SANTA BENVINDA II	CENTRAL EÓLICA SANTA BENVINDA II LTDA	RN	9,2	20,0
Santa Cecilia	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	7,6	18,0
Santa Clara I	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,8	27,3
Santa Clara III	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	6,9	14,7
Santa Clara IV	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,0	23,1
Santa Clara IX	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	4,6	10,5
Santa Clara V	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,5	25,2
Santa Clara VI	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,6	25,2
Santa Clara VII	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	12,3	27,3
Santa Clara VIII	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	8,7	18,9
Santa Clara X	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	11,0	23,1
Santa Clara XI	Santa Clara Participacoes de Negocios e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	CE	12,2	27,3
Santa Eulália	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	12,5	31,5
Santa Maria	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERACAO DE ENERGIA ELETRICA S/A	RS	9,9	24,0
Santa Marta	ENERGIAS COMPLEMENTARES DO BRASIL - GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A	RS	12,1	30,0
SANTA VERIDIANA	CENTRAL EÓLICA LIRA SA	PI	13,7	29,7
SANTA VERÔNICA	CENTRAL EÓLICA NOTUS SA	PI	14,4	29,7
Santo Agostinho 1	Eólica Santo Agostinho 1 Ltda.	RN	17,0	30,0
Santo Agostinho 11	Eólica Santo Agostinho 11 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 12	Eólica Santo Agostinho 12 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 13	Eólica Santo Agostinho 13 Ltda.	RN	16,8	30,0
Santo Agostinho 14	Eólica Santo Agostinho 14 Ltda.	RN	17,3	30,0
Santo Agostinho 15	Eólica Santo Agostinho 15 Ltda.	RN	16,4	30,0
Santo Agostinho 16	Eólica Santo Agostinho 16 Ltda.	RN	17,7	30,0
Santo Agostinho 17	Eólica Santo Agostinho 17 Ltda.	RN	17,5	30,0
Santo Agostinho 18	Eólica Santo Agostinho 18 Ltda.	RN	15,9	30,0
Santo Agostinho 19	Eólica Santo Agostinho 19 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 2	Eólica Santo Agostinho 2 Ltda.	RN	16,9	30,0
Santo Agostinho 20	Eólica Santo Agostinho 20 Ltda.	RN	16,7	30,0
Santo Agostinho 21	Eólica Santo Agostinho 21 Ltda.	RN	17,8	30,0
Santo Agostinho 24	Eólica Santo Agostinho 24 Ltda.	RN	15,7	30,0
Santo Agostinho 25	Eólica Santo Agostinho 25 Ltda.	RN	17,6	30,0
Santo Agostinho 26	Eólica Santo Agostinho 26 Ltda.	RN	17,0	30,0
Santo Agostinho 27	Eólica Santo Agostinho 27 Ltda.	RN	16,7	30,0
Santo Agostinho 3	Eólica Santo Agostinho 3 Ltda.	RN	16,0	30,0
Santo Agostinho 4	Eólica Santo Agostinho 4 Ltda.	RN	15,8	30,0
Santo Agostinho 5	Eólica Santo Agostinho 5 Ltda.	RN	17,4	30,0
Santo Agostinho 6	Eólica Santo Agostinho 6 Ltda.	RN	16,4	30,0
Santo Agostinho 7	Eólica Santo Agostinho 7 Ltda.	RN	16,2	30,0
Santo Agostinho 8	Eólica Santo Agostinho 8 Ltda.	RN	15,4	30,0
Santo Agostinho 9	Eólica Santo Agostinho 9 Ltda.	RN	14,4	30,0
SANTO AMARO DO PIAUÍ	CENTRAL EÓLICA COQUEIRAL LTDA	PI	13,7	29,7
SANTO ANASTÁCIO	CENTRAL EÓLICA CRUZEIRO LTDA	PI	14,3	29,7
Santo Antoninho	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	6,2	15,0
SÃO BASÍLIO	CENTRAL EÓLICA DANUBIO LTDA	PI	14,3	29,7
SÃO FELICIO	Central Eólica São Felício Ltda.	CE	10,1	24,0
SÃO FELIX	CENTRAL EÓLICA FLORENZ LTDA	PI	14,4	29,7
São Fernando 1	Eólica São Fernando LTDA	RN	33,3	72,6
São Fernando 2	Eólica São Fernando LTDA	RN	30,6	69,3
São Fernando 3	Eólica São Fernando LTDA	RN	28,6	66,0
São Fernando 4	Eólica São Fernando LTDA	RN	34,2	79,2
São Francisco do Sul	Central Geradora Eolica São Francisco do Sul Ltda	RS	8,3	20,0
SÃO JERÔNIMO	CENTRAL EÓLICA SÃO JERÔNIMO LTDA.	CE	31,8	75,0
SÃO JERÔNIMO 1	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	13,8	30,0
SÃO JERÔNIMO 2	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	12,8	30,0
SÃO JERÔNIMO 3	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	7,3	18,0
SÃO JERÔNIMO 4	Força Eólica do Brasil S/A.	RS	10,2	22,0
São João Batista	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	13,3	30,0
São Manoel	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	12,2	27,0
São Martin	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	12,0	28,9
SÃO MOISES	CENTRAL EÓLICA JAPURA SA	PI	15,2	29,7
SÃO PAULO	CENTRAL EÓLICA SÃO PAULO S.A.	CE	7,0	17,3
São Plácido	ENERGER - Empreendimentos em Energia Ltda	RS	4,4	10,5
SENTO SÉ 26	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,2	23,1
SENTO SÉ 27	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,0	23,1
SENTO SÉ 28	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	13,4	25,2
SENTO SÉ 29	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,7	25,2
SENTO SÉ 30	Moinhos de Vento Energia S.A.	BA	13,4	25,2
SENTO SÉ 31	Moinhos de Vento Energia S.A.	BA	11,8	25,2
SENTO SÉ 33	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,9	23,1
SENTO SÉ 34	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 35	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,4	23,1
SENTO SÉ 38	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,6	23,1
SENTO SÉ 39	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 40	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,0	23,1
SENTO SÉ 41	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,3	23,1
SENTO SÉ 42	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,7	23,1
SENTO SÉ 43	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	10,4	23,1
SENTO SÉ 44	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,9	23,1
SENTO SÉ 45	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	12,2	23,1
SENTO SÉ 46	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 48	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	9,1	23,1
SENTO SÉ 49	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	11,6	23,1
SENTO SÉ 53	MOINHOS DE VENTO ENERGIA S.A.	BA	7,5	18,9
SERRA DA BABILONIA A	JARDIM BOTÂNICO GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	BA	8,4	18,8
SERRA DA BABILÔNIA B	JARDIM BOTÂNICO GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	BA	14,1	28,2
SERRA DA BABILÔNIA C	Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	BA	11,2	23,5
SERRA DA BABILÔNIA D	Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	BA	12,6	25,9
SERRA DA BABILÔNIA E	Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	BA	11,8	25,9
SERRA DA BABILÔNIA F	Jardim Botânico Geração de Energia e Participações S.A.	BA	7,6	16,5
Serra da Ibiapaba I	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	14,8	32,5
Serra da Ibiapaba II	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	13,3	30,0
Serra da Ibiapaba III	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	12,0	30,0
Serra da Ibiapaba IV	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	11,6	27,5
Serra da Ibiapaba V	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	13,0	27,5
Serra da Ibiapaba VI	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	13,6	30,0
Serra da Ibiapaba VII	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	12,7	27,5
Serra da Ibiapaba VIII	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	12,3	27,5
Serra das Almas I	PEC Energia S.A.	BA	15,2	32,5
Serra das Almas II	PEC Energia S.A.	BA	13,5	32,5
Serra das Almas III	PEC Energia S.A.	BA	12,9	32,5
Serra das Almas IV	PEC Energia S.A.	BA	16,0	32,5
Serra das Almas IX	PEC Energia S.A.	BA	13,4	30,0
Serra das Almas V	PEC Energia S.A.	BA	14,3	32,5
Serra das Almas VI	PEC Energia S.A.	BA	10,7	32,5
Serra das Almas VII	PEC Energia S.A.	BA	12,6	30,0
Serra das Almas VIII	PEC Energia S.A.	BA	13,9	32,5
Serra das Almas X	PEC Energia S.A.	BA	10,9	27,5
SERRA DAS ASPEREZAS	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda	RS	11,6	30,0
Serra das Vacas IX	PEC Energia S.A.	PE	13,1	27,6
Serra das Vacas VI	PEC Energia S.A.	PE	12,2	27,6
Serra das Vacas VIII	PEC Energia S.A.	PE	13,3	27,6
Serra de Ibiapaba IX	Millennium Wind II Participações Ltda.	CE	10,0	25,0
Serra do Fogo	Brennand Energia Eólica S/A	BA	12,7	28,0
Serra do Mato I	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,1	20,0
Serra do Mato II	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,2	28,0
Serra do Mato III	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,5	30,0
Serra do Mato IV	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,5	30,0
Serra do Mato V	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	8,3	30,0
Serra do Mato VI	EOLICA SERRA DO MATO ENERGY S/A	CE	6,0	20,0
SERRA DO PASSARINHO	ECB - Pinheiro Machado Energia Eólica Ltda	RS	11,9	30,0
Serra do Seridó I	PEC Energia S.A.	PB	20,7	45,0
Serra do Seridó II	PEC Energia S.A.	PB	14,7	34,7
Serra do Seridó III	PEC Energia S.A.	PB	20,9	45,0
Serra do Seridó IV	PEC Energia S.A.	PB	16,3	34,7
Serra do Seridó IX	PEC Energia S.A.	PB	21,7	45,0
Serra do Seridó V	PEC Energia S.A.	PB	18,8	45,0
Serra do Seridó VI	PEC Energia S.A.	PB	17,6	38,1
Serra do Seridó VII	PEC Energia S.A.	PB	19,7	48,5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serra do Seridó VIII	PEC Energia S.A.	PB	15,7	38,1
Serra do Seridó X	PEC Energia S.A.	PB	19,1	38,1
Serra do Veleda	ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A	RS	8,9	21,0
Serra do Vento	Brennand Energia Eólica S/A	BA	11,4	28,0
Serra dos Ventos II	CPFL Energias Renováveis S.A.	PE	11,9	29,4
Serra Preta 6	Case Eólica LTDA	RN	11,6	25,2
Serra Verde I	Serra Verde I Energética S/A	RN	17,7	29,9
Serra Verde II	Serra Verde II Energética S/A	RN	12,6	23,0
Serra Verde III	Serra Verde III Energética S/A	RN	14,1	23,0
Serra Verde IV	Serra Verde IV Energética S/A	RN	14,7	25,3
Serra Verde V	Serra Verde V Energética S/A	RN	9,8	16,1
Serrote 1	CENTRAL EOLICA SERROTE LTDA.	CE	10,8	22,0
Serrote 2	CENTRAL EOLICA SERROTE LTDA.	CE	11,5	24,0
Serrote 4	CENTRAL EOILCA SERROTE LTDA.	CE	9,2	21,0
Serrote 5	CENTRAL EOILCA SERROTE LTDA.	CE	10,0	25,2
SÍTIO BOI MORTO SÍTIO JURUBEBA E FAZENDA SANTA TEREZA	GERADORA EÓLICA BONS VENTOS DA SERRA 3 S/A	CE	27,8	54,6
Tamandaré Nortense	VENTOS DO ATLANTICO ENERGIA EOLICA S.A.	RS	8,1	21,0
Tamboril III	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	11,8	27,7
Tamboril IV	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	9,6	27,7
Tamboril V	Brookfield Energia Renovável S.A.	BA	10,7	27,7
Tanque Novo	ELETROWIND S/A	BA	11,0	25,3
Terra Santa I	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	RN	20,4	37,8
Terra Santa II	VILA ENERGIA RENOVÁVEL S/S LTDA.	RN	17,6	33,6
Tesoureiro	Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.	RS	9,8	29,4
Testa Branca II	Testa Branca II Energia S.A.	PI	10,2	22,0
Toco Preto	ELETROWIND S/A	BA	13,4	29,9
Três Marias	Central Geradora Eolica Três Marias Ltda	RS	8,1	20,0
Tucano I	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	11,5	23,8
Tucano II	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	17,9	34,0
Tucano III	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	17,8	34,0
Tucano IV	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,6	30,6
Tucano IX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	14,7	34,0
Tucano V	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	7,5	17,0
Tucano VI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	5,4	13,6
Tucano VII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,1	34,0
Tucano VIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	14,7	34,0
Tucano X	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,0	34,0
Tucano XI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	15,7	34,0
Tucano XIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	10,4	23,8
Tucano XIX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	16,0	34,0
Tucano XVI	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	12,3	23,8
Tucano XVII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	8,1	17,0
Tucano XVIII	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	16,1	34,0
Tucano XX	Parque Eólico Tucano Ltda	BA	8,7	17,0
Tuna	Energias Complementares do Brasil Geração de Energia Eletrica S/A	RS	5,4	12,0
Tutóia 1	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	21,0	44,6
Tutóia 2	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	21,7	44,6
Tutóia 3	Vita Energias Renováveis Ltda	MA	16,4	34,1
UBAEIRA I	CENTRAL EÓLICA UBAEIRA I LTDA	RN	9,5	20,0
UBAEIRA II	CENTRAL EÓLICA UBAEIRA II LTDA	RN	12,2	28,0
Umari 1	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	16,2	29,4
Umari 2	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	15,9	29,4
Umari 3	VENTOS DO NORDESTE S.A.	RN	12,7	29,4
Umburana de Cheiro	Brennand Energia Eólica S/A	BA	13,2	28,0
Umburanas IV	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	10,3	19,7
Umburanas VII	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	13,4	25,4
Umburanas XII	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	13,4	22,6
Umburanas XIV	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	14,1	25,4
Umburanas XX	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	9,1	16,9
Umburanas XXII	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	13,3	25,4
Umburanas XXIV	Centrais Eólicas Umburanas 1 S.A.	BA	12,1	19,7
UMBUZEIRO MUQUIM	PARQUE EÓLICO SOBRADINHO LTDA-ME.	BA	11,2	30,0
Varzea Cercada I	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	15,9	28,6
Varzea Cercada II	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	14,8	28,6
Varzea Cercada III	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	14,4	28,6
Varzea Cercada IV	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	12,4	24,2
Varzea Cercada V	CENTRAL EOLICA VARZEA CERCADA LTDA	RN	14,9	28,6
Vencedor	VENTOS DO ATLANTICO ENERGIA EOLICA S.A.	RS	10,1	25,2
Vento Forte 1	Brennand Energia Eólica S/A	BA	14,5	41,6
Vento Forte 2	Brennand Energia Eólica S/A	BA	15,9	41,6
Vento Forte 3	Brennand Energia Eólica S/A	BA	24,0	41,6
Vento Forte 4	Brennand Energia Eólica S/A	BA	22,9	41,6
Ventos da Bahia V	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	14,4	25,3
Ventos da Bahia VII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	15,9	29,9
Ventos da Bahia XIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	16,9	34,5
Ventos da Bahia XIV	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	15,3	36,8
Ventos da Bahia XXIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	17,3	32,2
Ventos da Bahia XXIV	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	10,9	20,7
Ventos da Bahia XXIX	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	16,8	29,9
Ventos da Bahia XXVII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	12,4	25,3
Ventos da Bahia XXVIII	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	12,3	23,0
Ventos da Bahia XXX	PARQUE EOLICO VDB DEV LTDA	BA	11,4	23,0
Ventos da Serra Azul 01	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	10,1	18,9
Ventos da Serra Azul 02	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	9,0	18,9
Ventos da Serra Azul 06	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	9,4	18,9
Ventos da Serra Azul 07	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	10,3	18,9
Ventos da Serra Azul 08	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	9,1	18,9
Ventos da Serra Azul 09	CASAFORTE EÓLICA LTDA.	BA	7,7	18,9
VENTOS DE ICAPUÍ	CENTRAL EÓLICA ICAPUÍ LTDA.	CE	9,7	21,0
Ventos de Santa Angela 12	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	15,4	30,0
Ventos de Santa Angela 13	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	16,0	30,0
Ventos de Santa Angela 16	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	16,3	30,0
Ventos de Santa Angela 18	Ventos de Santa Angela Energias Renováveis S.A.	PI	17,2	30,0
Ventos de Santa Aparecida 01	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 04	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 05	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	28,9
Ventos de Santa Aparecida 06	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,9	28,9
Ventos de Santa Aparecida 07	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	28,9
Ventos de Santa Aparecida 08	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	28,9
Ventos de Santa Aparecida 09	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,0	28,9
Ventos de Santa Aparecida 11	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	28,9
Ventos de Santa Aparecida 14	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,5	28,9
Ventos de Santa Aparecida 19	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 20	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 21	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,9
Ventos de Santa Aparecida 23	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 25	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	28,9
Ventos de Santa Aparecida 27	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	28,9
Ventos de Santa Diana	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	30,0
Ventos de Santa Efigenia	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	30,0
Ventos de Santa Esperança 07	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	27,0
Ventos de Santa Esperança 08	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,7	30,0
Ventos de Santa Esperança 09	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,1	30,0
Ventos de Santa Esperança 10	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	9,6	18,0
Ventos de Santa Esperança 11	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,2	30,0
Ventos de Santa Esperança 12	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,7	27,0
Ventos de Santa Esperança 14	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	18,6	30,0
Ventos de Santa Esperança 16	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	17,5	30,0
Ventos de Santa Esperança 18	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,8	27,0
Ventos de Santa Esperança 21	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,6	30,0
Ventos de Santa Esperança 22	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	30,0
Ventos de Santa Esperança 25	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	15,7	27,0
Ventos de Santa Esperança 26	Ventos de Santa Esperança Energias Renováveis S.A.	BA	16,5	30,0
Ventos de Santa Eugenia 01	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,3	30,0
Ventos de Santa Eugenia 02	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	30,0
Ventos de Santa Eugenia 03	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,2	30,0
Ventos de Santa Eugenia 04	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,0	30,0
Ventos de Santa Eugenia 05	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	30,0
Ventos de Santa Eugenia 09	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	30,0
Ventos de Santa Eugenia 10	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,6	30,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ventos de Santa Eugenia 11	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A	BA	13,9	30,0
Ventos de Santa Eugenia 12	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,8	30,0
Ventos de Santa Eugenia 13	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	30,0
Ventos de Santa Eugenia 14	Ventos de Santa Eugenia Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	30,0
Ventos de Santa Inês 01	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	30,0
Ventos de Santa Inês 02	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,7	30,0
Ventos de Santa Inês 03	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	12,2	30,0
Ventos de Santa Inês 04	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,6	30,0
Ventos de Santa Inês 05	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,0	30,0
Ventos de Santa Inês 06	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	30,0
Ventos de Santa Inês 07	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	30,0
Ventos de Santa Inês 08	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,2	30,0
Ventos de Santa Inês 09	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	16,5	30,0
Ventos de Santa Inês 10	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	13,3	30,0
Ventos de Santa Inês 11	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	11,6	30,0
Ventos de Santa Inês 12	Ventos de Santa Inês Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	30,0
Ventos de Santa Julia	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3
Ventos de Santa Leia 01	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	13,5	23,6
Ventos de Santa Leia 02	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	14,4	25,0
Ventos de Santa Leia 03	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,0	20,0
Ventos de Santa Leia 04	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	12,0	23,6
Ventos de Santa Leia 05	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	17,2	30,0
Ventos de Santa Leia 06	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	18,0	30,0
Ventos de Santa Leia 07	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	17,1	30,0
Ventos de Santa Leia 08	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	16,1	30,0
Ventos de Santa Leia 09	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,7	20,0
Ventos de Santa Leia 10	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	12,7	23,6
Ventos de Santa Leia 11	Ventos de Santa Léia Energias Renováveis S.A.	RN	11,9	20,0
Ventos de Santa Martina 01	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,7	8,4
Ventos de Santa Martina 02	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.	RN	19,6	30,8
Ventos de Santa Martina 03	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,6	30,8
Ventos de Santa Martina 04	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,0	30,8
Ventos de Santa Martina 05	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	20,8	30,8
Ventos de Santa Martina 06	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	20,3	30,8
Ventos de Santa Martina 07	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,4	30,8
Ventos de Santa Martina 08	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	RN	17,1	30,8
Ventos de Santa Martina 09	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,8	8,4
Ventos de Santa Martina 10	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,8	8,4
Ventos de Santa Martina 11	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,7	8,4
Ventos de Santa Martina 12	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,6	8,4
Ventos de Santa Martina 13	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	4,0	8,4
Ventos de Santa Martina 14	VENTOS DE SANTA MARTINA ENERGIAS RENOVAVEIS S.A	RN	3,9	8,4
Ventos de Santa Tereza	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,2	28,0
Ventos de Santa Vitoria	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3
Ventos de Santo Ambrósio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,4	26,3
Ventos de Santo Anselmo	Ventos de Santo Anselmo Energias Renováveis S.A.	PE	12,8	29,9
Ventos de Santo Antero	Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	PE	15,4	30,0
Ventos de Santo Eloy	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	11,9	24,0
Ventos de Santo Eugênio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	26,3
Ventos de Santo Expedito 01	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,9	27,0
Ventos de Santo Expedito 02	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	10,7	27,0
Ventos de Santo Expedito 03	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	10,9	27,0
Ventos de Santo Expedito 04	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,6	27,0
Ventos de Santo Expedito 05	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,9	27,0
Ventos de Santo Expedito 06	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	12,0	27,0
Ventos de Santo Expedito 07	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,4	27,0
Ventos de Santo Expedito 08	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 09	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,3	27,0
Ventos de Santo Expedito 10	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 11	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Expedito 12	Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A.	CE	11,2	27,0
Ventos de Santo Gregorio	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,6	30,0
Ventos de Santo Lorenzo	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,5	30,0
Ventos de Santo Saulo	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	16,3	30,0
Ventos de São Bernardo	Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	PE	13,0	29,9
Ventos de São Cleofas	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	11,7	24,0
Ventos de São Dionísio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,8	26,3
Ventos de São Gonçalo	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	26,3
Ventos de São Januário 01	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,3	28,6
Ventos de São Januário 02	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A	BA	15,9	29,4
Ventos de São Januário 03	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,4	29,4
Ventos de São Januário 04	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,9	28,6
Ventos de São Januário 05	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	29,4
Ventos de São Januário 06	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	29,4
Ventos de São Januário 07	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	29,4
Ventos de São Januário 08	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,3	29,4
Ventos de São Januário 09	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,6	29,4
Ventos de São Januário 10	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,6	29,4
Ventos de São Januário 11	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,5	29,4
Ventos de São Januário 12	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,6	29,4
Ventos de São Januário 13	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,6
Ventos de São Januário 14	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	13,7	28,6
Ventos de São Januário 15	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,2	29,4
Ventos de São Januário 16	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,5	29,4
Ventos de São Januário 17	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,0	29,4
Ventos de São Januário 18	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	29,4
Ventos de São Januário 19	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	15,0	29,4
Ventos de São Januário 20	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	4,1	8,4
Ventos de São Januário 21	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	4,0	8,4
Ventos de São Januário 22	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	4,1	8,4
Ventos de São Januário 23	Ventos de São Januário Energias Renováveis S.A.	BA	4,0	8,4
Ventos de São José	Ventos Tecnologia Elétrica Ltda	CE	9,8	24,0
Ventos de São Lázaro	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	15,3	30,0
Ventos de São Roque	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,3	30,0
Ventos de São Roque 01	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	16,4	30,0
Ventos de São Roque 02	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,1	30,0
Ventos de São Roque 03	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 04	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,5	30,0
Ventos de São Roque 05	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,2	30,0
Ventos de São Roque 06	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,8	30,0
Ventos de São Roque 07	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,1	30,0
Ventos de São Roque 08	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,3	30,0
Ventos de São Roque 09	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,7	30,0
Ventos de São Roque 10	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 11	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	15,6	30,0
Ventos de São Roque 12	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0

Ventos de São Roque 13	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,5	30,0
Ventos de São Roque 14	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 15	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 16	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,3	30,0
Ventos de São Roque 17	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,8	30,0
Ventos de São Roque 18	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,5	30,0
Ventos de São Roque 19	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	30,0
Ventos de São Roque 20	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	11,9	30,0
Ventos de São Roque 21	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 22	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	15,2	30,0
Ventos de São Roque 23	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,3	30,0
Ventos de São Roque 24	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0
Ventos de São Roque 25	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	12,8	30,0
Ventos de São Roque 26	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,4	30,0
Ventos de São Roque 27	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,7	30,0
Ventos de São Roque 28	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	30,0
Ventos de São Roque 29	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	30,0
Ventos de São Roque 30	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,1	30,0
Ventos de São Roque 31	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0
Ventos de São Roque 32	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,5	30,0
Ventos de São Roque 33	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,6	30,0
Ventos de São Roque 34	Ventos de São Roque Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	30,0
Ventos de São Salomao	Ventos de Santa Diana Energias Renováveis S.A.	BA	14,8	28,0
Ventos de São Tadeu	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	12,1	26,3
Ventos de São Tomas	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	11,2	26,3
Ventos de São Venâncio	Ventos de Santa Aparecida Energias Renováveis S.A.	BA	13,4	26,3
Ventos de São Vicente 01	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,0	30,0
Ventos de São Vicente 02	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,8	29,9
Ventos de São Vicente 03	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	14,6	29,9
Ventos de São Vicente 04	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	14,0	29,9
Ventos de São Vicente 05	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	12,8	29,9
Ventos de São Vicente 06	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	16,0	30,0
Ventos de São Vicente 07	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	12,7	29,9
Ventos de São Vicente 15	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,0	29,9
Ventos de São Vicente 16	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	13,2	29,9
Ventos de São Vicente 17	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,4	30,0
Ventos de São Vicente 18	Ventos de São João Paulo II Energias Renováveis S.A.	PI	15,5	30,0
Ventos de São Vitor 1	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 10	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,8	27,0
Ventos de São Vitor 11	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,9	27,0
Ventos de São Vitor 12	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 13	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	12,6	27,0
Ventos de São Vitor 14	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 2	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	12,9	27,0
Ventos de São Vitor 3	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	27,0
Ventos de São Vitor 4	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	27,0
Ventos de São Vitor 5	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 6	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,1	27,0
Ventos de São Vitor 7	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	14,1	27,0
Ventos de São Vitor 8	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,0	27,0
Ventos de São Vitor 9	Ventos de São Vitor Energias Renováveis S.A.	BA	13,2	27,0
Ventos de São Zacarias 01	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	31,5
Ventos de São Zacarias 02	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,7	31,5
Ventos de São Zacarias 03	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,0	31,5
Ventos de São Zacarias 04	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,5	31,5
Ventos de São Zacarias 05	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	15,5	31,5
Ventos de São Zacarias 07	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,6	31,5
Ventos de São Zacarias 08	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,3	31,5
Ventos de São Zacarias 09	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,2	31,5
Ventos de São Zacarias 10	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,7	31,5
Ventos de São Zacarias 11	Ventos de São Zacarias Energias Renováveis S.A.	PI	14,4	31,5
Ventos do Cariri I	VENTOS DO CARIRI GERACAO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	8,6	30,0
Ventos do Cariri II	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	7,8	28,0
Ventos do Cariri III	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	8,6	30,0
Ventos do Cariri IV	VENTOS DO CARIRI GERAÇÃO DE ENERGIA EOLICA S/A	CE	8,1	30,0
Vigia 1	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	13,7	38,5
Vigia 2	Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	RS	13,7	38,5
Vila Alagoas I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	19,2	37,8
Vila Alagoas II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	14,4	29,4
Vila Alagoas III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	11,0	21,0
Vila Alagoas IV	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	23,7	46,2
Vila Alagoas V	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	19,7	42,0
Vila Ceará I	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,4	22,0
Vila Ceará II	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,9	22,0
Vila Ceará III	Voltalia Energia do Brasil Ltda.	RN	13,9	22,0
VILA DE JUNCO 1	Sequoia Capital Ltda.	PB	10,1	28,9
VILA DE JUNCO 2	Sequoia Capital Ltda.	PB	11,0	28,9
VILA DE JUNCO 3	Sequoia Capital Ltda.	PB	8,4	28,9
VILA DE JUNCO 4	Sequoia Capital Ltda.	PB	7,2	18,4
Vila Maranhão I	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	15,7	31,2
Vila Maranhão II	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	15,4	31,2
Vila Maranhão III	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	16,8	31,2
Vila Nova	Ventos do Atlântico Energia Eólica S.A.	RS	10,0	25,2
Vila Sergipe III	Voltalia Energia do Brasil Ltda	RN	24,6	46,2

PORTARIA Nº 183, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 484, de 24 de agosto de 2012, nº 101, de 22 de março de 2016, nº 18, de 22 de janeiro de 2018, nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, nº 121, de 4 de abril de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000267/2018-71, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-6", de 2018, de que tratam as Portarias MME nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 04 de abril de 2018.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos I e II referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI das Usinas Termelétricas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 3º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos III e IV são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas Termelétricas.

§ 4º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos III e IV desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 5º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo V são determinados nas Barras de Saídas dos Geradores.

§ 6º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos no Anexo V desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das Usinas Termelétricas, definidas na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI, perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 3º Para os Empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia, bem como a inflexibilidade constantes dos Anexos I, II, III, IV, V e VI terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Parágrafo único. As garantias físicas de energia e as disponibilidades mensais de energia definidas nos Anexos I, II, III e IV não são válidas para o caso de data de entrada em Operação Comercial dos Empreendimentos anterior à data de início de suprimento definida nos CCEARs. Neste caso, para vigência nos anos anteriores ao início de suprimento estabelecido nos CCEARs, o empreendedor deverá solicitar o cálculo da garantia física de energia ao Ministério de Minas e Energia.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO - CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Usina	UF	Combustível	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Branco Peres	SP	Bagaço de Cana	15,00	100,00	3,00	0,00	5,2
Casa de Força	SP	Bagaço de Cana	16,40	100,00	3,00	0,00	2,6
Catanduva 2	SP	Bagaço de Cana	90,00	100,00	2,00	0,00	36,5
Cerradão 2	MG	Bagaço de Cana	40,00	100,00	3,00	0,00	24,2
Guarani Andrade	SP	Bagaço de Cana	40,00	100,00	4,00	0,00	13,3
Ipiranga Mococa II	SP	Bagaço de Cana	25,00	100,00	1,00	0,00	12,8
Potirendaba 2	SP	Bagaço de Cana	90,00	100,00	2,00	0,00	26,3
Rio Vermelho 3	SP	Bagaço de Cana	20,00	70,00	3,00	2,00	8,4
Santa Cruz Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	30,00	100,00	0,00	0,00	17,3
Santa Fé	SP	Bagaço de Cana	42,00	80,00	3,00	0,00	10,7
Sonora	MS	Bagaço de Cana	25,00	100,00	3,00	0,00	9,5
São Martinho Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	40,00	100,00	0,50	0,00	23,9

ANEXO II

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWh, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Usina	Disponibilidade Mensal de Energia (MWh)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Branco Peres	0	0	0	4075	6324	6120	6324	6324	6120	6324	4075	0
Casa de Força	0	0	0	2844	2939	2844	2939	2939	2844	2939	2844	0
Catanduva 2	0	0	0	29044.8	38688	40320	43598.4	43598.4	40320	37200	32400	14880
Cerradão 2	0	0	0	13908	28743	27816	28743	28743	27816	28743	27816	0
Guarani Andrade	0	0	0	2880	14880	18000	18600	18600	18000	18600	7200	0
Ipiranga Mococa II	0	0	6159	12319	12729	12319	12729	12729	12319	12729	12319	6159
Potirendaba 2	0	0	0	18000	26784	30240	32736	32736	30240	29166.3	23040	7068
Rio Vermelho 3	0	0	0	9041	9342	9041	9342	9342	9041	9342	9041	0
Santa Cruz Bioenergia	0	0	0	18584	19203	18584	19203	19203	18584	19203	18584	0
Santa Fé	0	0	4026	10980	11346	10980	11346	11346	10980	11346	10980	0
Sonora	0	0	0	10233	10574	10233	10574	10574	10233	10574	10233	0
São Martinho Bioenergia	0	0	0	25688	26544	25688	26544	26544	25688	26544	25688	0

ANEXO III

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Usina	UF	Combustível	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Guarani Cruz Alta	SP	Bagaço de Cana	68,00	100,00	4,00	0,00	11,7
Tarumã	SP	Bagaço de Cana	95,00	100,00	1,00	3,00	30,4
UFA	SP	Bagaço de Cana	63,70	100,00	10,00	2,00	18,0
Univalem	SP	Bagaço de Cana	80,00	100,00	1,00	3,00	36,2

ANEXO IV

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWh, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Usina	Disponibilidade Mensal de Energia (MWh)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Guarani Cruz Alta	0	0	0	9360	11904	14400	14880	14880	12960	12648	11520	0
Tarumã	0	0	0	25773	33212	32196	33212	32532	32196	33170	30496	13150
UFA	0	0	0	10341.5	20996.9	20319.6	20729.4	22601.8	22002.1	20778.2	19591.2	0
Univalem	0	0	11737	18615	38552	36478	37674	36463	37192	37376	35619	27426

ANEXO V

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU não NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Nome do Empreendimento	Combustível	UF	Potência Instalada (MW)	FCmax(%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflexibilidade (MWmed)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Azulão	Gás Natural	AM	94,085	100,0	3,50	1,50	Sazonal	87,6
Barra Bonita I	Gás Natural	PR	9,389	100,0	3,00	4,00	0,0	5,4
Ecoe 1	Cavaco / Resíduo de Madeira	BA	50,0	100,0	1,77	7,03	Sazonal	43,1
Ecoe 2	Cavaco / Resíduo de Madeira	BA	50,0	100,0	1,77	7,03	Sazonal	43,1
Eduardo Campos	Gás Natural	PE	1.840,0	100,0	3,70	2,50	Sazonal	1.593,1
Gama	Cavaco / Resíduo de Madeira	TO	50,0	100,0	2,74	5,48	Sazonal	44,0
Gasen Suape I	Gás Natural	PE	1.812,823	100,0	2,00	2,00	Sazonal	1.657,6
GNA Porto Do Açu IV	Gás Natural	RJ	549,909	100,0	2,50	2,00	Sazonal	514,8
GNA Porto Do Açu V	Gás Natural	RJ	549,909	100,0	2,50	2,00	Sazonal	509,7
Governador Marcelo Deda	Gás Natural	SE	1.207,186	100,0	1,10	2,05	0,0	1.073,8
GPE Bahia I	Gás Natural	BA	1.207,186	100,0	1,10	2,05	0,0	1.056,9
Guaicurus I	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,7
Guaicurus II	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,7
Guaicurus III	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,0

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Guarany I	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,7
Guarany II	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,7
Guarany III	Cavaco / Resíduo de Madeira	MS	55,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	51,0
Global VI	Gás Natural	BA	494,99	100,0	2,20	2,00	Sazonal	449,1
Imetame Energia I	Gás Natural	ES	1.683,0	100,0	2,86	2,14	Sazonal	1.584,0
Itacoatiara	Gás Natural	AM	518,58	100,0	0,50	0,50	Sazonal	501,8
Jacutinga	Gás Natural	MG	260,0	100,0	2,00	2,00	Sazonal	239,6
Laranjeiras I	Gás Natural	SE	601,45	100,0	1,10	2,05	0,0	547,6
Linhares 2	Gás Natural	ES	184,0	100,0	1,50	3,50	Sazonal	168,1
Linhares III	Gás Natural	ES	102,065	100,0	1,50	3,50	0,0	60,3
Leros Ne I	Gás Natural	RN	1.700,0	100,0	2,50	2,50	Sazonal	1.415,6
Novo Tempo Barcarena	Gás Natural	PA	1.651,5	100,0	1,10	2,05	0,0	1.430,0
Novo Tempo GNA I	Gás Natural	RJ	1.666,419	100,0	2,50	2,00	Sazonal	1.535,3
Ouro Negro	Carvão Mineral Nacional	RS	600,0	100,0	7,00	8,00	150,0	513,4
Parnaíba 5A e 5B	Gás Natural	MA	363,2	95,0	3,00	2,00	0,0	326,4
Portocem	Gás Natural	CE	1.047,0	100,0	2,00	2,50	Sazonal	976,8
Prosperidade II	Gás Natural	BA	37,364	83,3	2,00	4,21	0,0	26,2
Santa Cruz Rolugi	Gás Natural	RJ	614,546	100,0	3,50	2,50	289,0	538,0
Santa Júlia I	Gás Natural	ES	325,754	100,0	0,10	0,20	0,0	246,0
São Geraldo I	Gás Natural	ES	244,163	100,0	0,10	0,20	0,0	183,9
Usitesc	Carvão Mineral Nacional	SC	340,11	100,0	3,00	5,00	0,0	306,5
Vale Azul I	Gás Natural	RJ	565,5	100	2.50	2,50	Sazonal	526,1
Vale Azul III	Gás Natural	RJ	550,71	100	2.50	2,50	Sazonal	496,1

ANEXO VI

INFLEXIBILIDADE SAZONAL DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO "A-6" DE 2018

Nome do empreendimento	Combustível	Inflexibilidade mensal declarada (MWmed)											
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Azulão	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71,44	71,44	71,44	71,44	71,44	71,44	0,00
Ecoe 1	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0,00
Ecoe 2	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	40,07	0,00
Eduardo Campos	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1727,60	1727,60	1727,60	1727,60	1727,60	0,00	0,00
Gama	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	43,00	0,00
Gasen Suape I	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1660,37	1740,31	1740,31	1740,31	1740,31	1740,31	0,00
GNA Porto Do Açu IV	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,80	501,80	501,80	501,80	501,80	501,80	0,00
GNA Porto Do Açu V	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501,80	501,80	501,80	501,80	501,80	501,80	0,00
Guaicurus I	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Guaicurus II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Guaicurus III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Guarany I	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Guarany II	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Guarany III	Cavaco / Resíduo de Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	0,00
Global VI	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	466,55	474,41	474,41	474,41	474,41	474,41	0,00
Imetame Energia I	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1599,88	1599,88	1599,88	1599,88	1372,00
Itacoatiara	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	467,50	467,50	467,50	467,95	467,50	467,50	0,00
Jacutinga	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	249,00	244,91	249,00	249,00	244,92	249,00	0,00	0,00
Linhares 2	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	173,10	173,10	173,10	173,10	173,10	173,10	0,00
Leros Ne I	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	1535,00	1535,00	1535,00	1535,00	1535,00	1535,00	0,00	0,00	0,00
Novo Tempo GNA I	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1520,60	1520,60	1520,60	1520,60	1520,60	1520,60	0,00
Portocem	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	997,00	997,00	997,00	997,00	997,00	997,00	0,00
Vale Azul I	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	511,56	537,57	537,57	537,57	537,57	537,57	0,00	0,00
Vale Azul III	Gás Natural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	514,78	523,51	523,51	523,51	523,51	523,51	0,00

PORTARIA Nº 184, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 04 de abril de 2018, e o que consta no Processo nº 48360.000268/2018-16, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e das Centrais Geradoras Hidrelétricas - CGHs, na forma dos Anexos I, II e III a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-6", de 2018, de que tratam as Portarias MME nº 44, de 08 de fevereiro de 2018, e nº 121, de 04 de abril de 2018.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes nos Anexos I, II e III são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das PCHs e das CGHs constantes dos Anexos I, II e III perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Parágrafo único. As garantias físicas de energia das PCHs Cortês I, Cortês II e Jesuíta, definidas pelas Portarias SPE/MME nº 157 de 16 de julho de 2018, nº 156, de 13 de julho de 2018, e nº 364, de 4 de dezembro de 2017, respectivamente, perderão a validade e a eficácia caso sejam objetos de CCEARs no âmbito do Leilão "A-6" de 2018.

Art. 3º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos nos Anexos I, II e III poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - LEILÃO "A-6" DE 2018

Pequena Central Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Açungui 2E	Açungui	PR	5,900	3,12
Alto Guaporé 2	Guaporé	MT	7,000	5,01
Baixo Verde I	Verde	MS	27,000	21,26
Baixo Verde III	Verde	MS	25,000	18,87
Boa Vista II	Marrecas	PR	24,000	13,56[1]
Brejaúba	Peixe	MG	15,926	6,56
Cachoeira Alegre	Sirinhaém	PE	1,600	0,67
Cachoeira Cinco Veados	Toropi	RS	16,227	8,31[2]
Cachoeira da Onça	Sirinhaém	PE	3,470	1,53
Campo Belo	Vacas Gordas	SC	9,948	4,25
Caramujo	Caramujo	MT	3,520	2,05
COR 092	Corumbá	GO	30,000	18,25
COR 113	Corumbá	GO	30,000	18,43
COR 140	Corumbá	GO	30,000	18,04
COR 181	Corumbá	GO	25,000	15,32
Cortês III	Sirinhaém	PE	1,900	0,81
Dois Saltos	Rio dos Patos	PR	30,000	15,47
Fazenda do Salto	Sapucaia	PR	9,850	5,41
Fazenda Santana	do Braço	RJ	9,594	5,74
Ilha das Flores	Sirinhaém	PE	8,000	3,30
Lacerdópolis	Rio do Peixe	SC	9,600	5,47
Leão	Irani	SC	6,500	3,19
Macacos	Jaguariaíva	PR	9,900	6,00
Monjolo	do Peixe	MG	13,580	5,35
Muçungo	Arraial Velho	GO	7,000	3,00
Pira	do Peixe	SC	20,453	9,79[2]
Poço Fundo	Machado	MG	30,000	17,08[3]
Rincão São Miguel	Toropi	RS	9,750	4,19
Salgado	São Bartolomeu	GO	16,000	8,78
Sede II	Potiribu	RS	7,000	2,89
Sertãozinho	Claro	GO	16,000	8,56
Sumidouro	Santo Antônio	MG	14,880	5,19
Tio Hugo	Jacui	RS	9,800	4,43

[1] O montante de 13,56 MWmed é referente a garantia física total do empreendimento após a ampliação.
[2] Garantia Física referente a casa de força principal + mini-central.
[3] O montante de 17,08 MWmed é referente a garantia física total do empreendimento após a ampliação, considerando o descomissionamento das unidades geradoras atualmente em operação.

ANEXO II

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - LEILÃO "A-6" DE 2018

Pequena Central Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada(MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Cortês I	Sirinhaém	PE	1,400	0,56
Cortês II	Sirinhaém	PE	4,700	2,04
Jesuíta	Juruena	MT	22,300	18,83

ANEXO III

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS CENTRAIS GERADORAS HIDRELÉTRICAS - LEILÃO "A-6" DE 2018

Central Geradora Hidrelétrica	Rio	UF	Potência Instalada(MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Acqua	Correntes	MT	5,000	4,39
Ano Bom	Ano Bom	SC	3,45	1,47
Antônio Prado	Gavião	MG	1,000	0,80
Aristides Maia de Souza	Lajeado Gavião	SC	1,050	0,51
Bonfim	Ribeirão Bonfim	GO	2,600	1,89
Botelho	Rio do Alho	SC	1,000	0,59
Canastra	Suaçuí Grande	MG	4,000	2,03
Diamantino	Diamantino	GO	3,000	2,22
Garcia de Angelina	Garcia	SC	2,000	1,32
Igrejinha	Ijuizinho	RS	4,850	2,27
Maria da Fé	Córrego do Cambuí	MG	3,000	1,85
Marombas I	Marombas	SC	3,300	1,59
Marombas II	Marombas	SC	1,800	0,86
Nova Ponte Queimada II	Rio Casca	MG	3,000	1,94
Ouro Branco	Mourão	PR	4,000	2,85
Paraju	Jucu Braço Norte	ES	2,500	1,56
Quilombo	Ribeirão do Quilombo	RJ	3,000	2,04
Ramada	Antoninha	SC	3,500	1,89
Ribeirão do Salto	Ribeirão do Salto	GO	3,000	2,20
São Félix	São Félix	MG	2,000	1,29
Serra Negra	Ribeirão da Conceição	MG	3,000	1,82
Serra Vermelha	Taquari	MT	3,000	2,08

Ministério do Esporte

AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

PORTARIA Nº 10, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

A SECRETÁRIA NACIONAL DA AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM - ABCD, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 23, I, III, X e IX, do Decreto 8.829, de 3 de agosto de 2016, e tendo em vista o disposto nos itens 5.1, 5.1.2, 5.8, 5.8.1, 5.8.2 e 5.8.3 do Código Mundial Antidopagem, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Inteligência e Investigação da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem - ABCD.

Art. 2º Comissão em questão tem a finalidade de subsidiar os diferentes órgãos da Secretaria Nacional da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem com informações relevantes para o planejamento e atuação necessários ao controle da dopagem no País.

Art. 3º A comissão será composta por três membros, sendo ao menos um deles servidor público ocupante de cargo efetivo ou emprego público do quadro de pessoal da administração pública.

Art. 4º É vedada a participação de membro da Comissão em investigação ou apuração que possa gerar conflito de interesses.

Parágrafo Único. Identificado o possível conflito de interesses, o membro deverá declarar-se impedido.

Art. 5º Compete à comissão:

I. Receber denúncias das mais diferentes fontes tais como atletas, seu pessoal de apoio, médicos, público em geral, agentes de coleta, laboratórios, Federações, órgãos reguladores e disciplinares, mídia e cidadãos;

II. Apurar a veracidade das informações recebidas;

III. Instaurar e conduzir investigações com base em informações e denúncias recebidas;

IV. Monitorar atletas e equipes médicas ou técnicas que possam estar envolvidas nos casos de resultados adversos e atípicos obtidos nas análises das amostras;

V. Instaurar procedimento de investigação interna caso verifique indícios de irregularidades na montagem do Plano de Testes ou cumprimento das missões;

VI. Registrar os resultados das ações de inteligência e contra-inteligência em arquivos, processos, pastas ou sistema protegidos, com acesso restrito aos membros da Comissão e ao Secretário (a) Nacional da ABCD;

VII. Submeter à aprovação do Secretário (a) Nacional recomendações aos diferentes órgãos da Secretaria relacionadas ao tratamento de informações que possam ser úteis à Comissão;

VIII. Submeter à aprovação da Diretoria Técnica indicação de temas a serem tratados nas Jornadas de Formação e Atualização de agentes de controle de dopagem;

IX. Apresentar ao Secretário (a) Nacional informações e relatórios sobre investigações e processos a seu cargo, sempre que solicitado;

Parágrafo Único. Caberá, exclusivamente, ao Presidente da Comissão receber as informações pelos canais de denúncia, as quais deverão ser submetidas à análise da comissão para arquivamento, instauração de investigação ou encaminhamento a outro setor.

Art. 6º Aos membros da Comissão é obrigatória a observância do sigilo das informações.

Art. 7º A Comissão terá atuação independente das Diretorias Executiva e Técnica, ficando vinculada diretamente ao Gabinete da Secretaria.

Parágrafo Único. A participação de membro que exerça cargo sujeito às Diretorias Executiva ou Técnica não prejudica a independência de que trata o caput.

Art. 8º Cabe às Diretorias Executiva e Técnica informar regularmente à Comissão todos os resultados analíticos adversos e atípicos, bem como qualquer suspeita de Violação de Regra de Dopagem.

Art. 9º A Comissão poderá, a qualquer tempo, solicitar informações às Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações da ABCD, independente de motivação expressa.

Art. 10 Na ausência de consenso entre os membros da Comissão, caberá ao Secretário (a) Nacional a decisão.

Art. 11 A Comissão de que trata esta Portaria será composta pelos ocupantes dos seguintes cargos:

a) Coordenador-Geral Científico, que a Presidirá;

b) Coordenador-Geral de Gestão de Resultados; e

c) Coordenador de Ações de Educação, Informação e Prevenção.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DENISE CARDOSO DE GUSMÃO CUNHA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

ÁREA DE REGULAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

ATOS DE 6 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, com fundamento no art. 12, V, da Lei no 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução ANA no 1.942, de 30/10/2017, resolveu outorgar à:

Nº 1.010 - EDUARDO UBIRACI DA SILVA MEDRADO, rio São Francisco, Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, irrigação.

Nº 1.011 - IVAM COSTA, UHE Sobradinho, Município de CASA NOVA/BA, irrigação.

Nº 1.012 - FRANCISCO DE ASSIS SILVA, rio São Francisco, Município de PORTO REAL DO COLÉGIO/AL, irrigação.

Nº 1.013 - JOSE ANCHIETA ODORICO DE MENEZES, rio São Francisco, Município de CURAÇÁ/BA, irrigação.

Nº 1.014 - INOCENCIO FERNANDES JERICO, rio São Francisco, Município de CURAÇÁ/BA, irrigação.

Nº 1.015 - MATHEUS SANTOS SOUZA, UHE Sobradinho, Município de CASA NOVA/BA, irrigação.

Nº 1.016 - SANDOVALDO MAGALHAES FERNANDES, rio São Francisco, Município de CARINHANHA/BA, irrigação.

Nº 1.017 - DIVAL DO PRADO FERREIRA, rio Muriaé, Município de PATROCÍNIO DO MURIAÉ/MG, irrigação.

Nº 1.018 - ASSOCIACAO COMUNITARIA DE DESENVOLV DE SACO DA CANOA, Rio São Francisco, Município de CURAÇÁ/BA, irrigação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 1.019 - ROBERTO JOSE BEZERRA, rio São Francisco, Município de PETROLINA/PE, irrigação.

Nº 1.020 - JOSÉ BONFIM BORGES DE ANDRADE, rio Jequitinhonha, Município de JEQUITINHONHA/MG, irrigação.

Nº 1.021 - LUCIANO AMERICO GALVAO FILHO, rio São Francisco, Município de PROPRIÁ/SE, irrigação.

Nº 1.022 - AELCIO VANDER DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de JANUÁRIA/MG, irrigação.

Nº 1.023 - ESTANISLAU DE ALENCAR MEDRADO, rio São Francisco, Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE, irrigação.

Nº 1.024 - RONILDO ALVES DE OLIVEIRA, UHE Luiz Gonzaga, Município de PETROLÂNDIA/PE, irrigação.

Nº 1.025 - OLIMPIO RODRIGUES DE FRANCA, rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 1.026 - DIONE LEITE e JOAQUIM ANTONIO LEITE, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de DELFINÓPOLIS/MG, irrigação.

Nº 1.027 - GERALDO TADASHI HIRATA, Rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 1.028 - PAULO HENRIQUE BARBOSA CURITYBA, rio Paraíba do Sul, Município de VALENÇA/RJ, irrigação.

Nº 1.029 - WALTER ROBERTO AREIAS, Rio Camanducaia, Município de EXTREMA/MG, irrigação.

Nº 1.030 - JOA EMPREENDIMENTOS AGROPECUARIOS LTDA E FABIANO CAIXETA AVELLAR, rio Paranaíba, Município de PATOS DE MINAS/MG, irrigação.

Nº 1.031 - GUIOMAR ARAUJO DE MENEZES DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 1.032 - JOSE SILVA NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 1.033 - ENESIO DO NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 1.034 - MILTON DE MELO SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 1.035 - ANTONIA MARIA DA SILVA NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de GLÓRIA/BA, irrigação.

Nº 1.036 - EDRIANA DE SOUZA SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de RODELAS/BA, irrigação.

Nº 1.037 - FRANCISCO GOMES DE SA, UHE Luiz Gonzaga, Município de RODELAS/BA, irrigação.

Nº 1.038 - ADENILDO ARAUJO MELO, UHE Luiz Gonzaga, Município de RODELAS/BA, irrigação.

Nº 1.039 - AGNELO GOMES DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de RODELAS/BA, irrigação.

Nº 1.040 - JULLYVAN MENDES DE MESQUITA, Rio Poti, Município de Beneditinos/PI, irrigação.

Nº 1.041 - ROGÉRIO CORDEIRO DA COSTA E OUTROS, rio Preto, Município de UNAÍ/MG, irrigação.

Nº 1.042 - LUIZ MARIA DE CAMPOS MORAES, UHE Furnas, Município de CAMPOS GERAIS/MG, irrigação.

Nº 1.043 - ILVO VIEIRA, rio São Francisco, Município de BELÉM DO SÃO FRANCISCO/PE, irrigação.

Nº 1.044 - NEUSA DA CONCEICAO NEVES DE REZENDE, Rio São Marcos, Município de PARACATU/MG, irrigação.

Nº 1.045 - GILL HAWDENING BANDEIRA DE AGUIAR, Rio Tocantins, Município de PORTO FRANCO/MA, irrigação.

Nº 1.046 - ANDRE ANTUNES RIBEIRO, ELIS GENEROSO MENDES, JONAS ANTONIO DA SILVA, ALAIR CUCO DA SILVA, ELUIZ PEREIRA GOMES, RAFAEL PASSOS DA SILVA, ELIAS GOMES VIEIRA, ROBERTO PESSANHA SILVA E CUSTODIO JOSE DUARTE DA SILVA, Rio Muriaé, Município de ITAPERUNA/RJ, irrigação.

Nº 1.047 - WILMA SYLVANA TORRES, Rio São Francisco, Município de SOBRADINHO/BA, irrigação.

Nº 1.048 - JORGE ISAO HIRATA, Rio São Francisco, Município de JUAZEIRO/BA, irrigação.

Nº 1.049 - JOSE NEILTON FONSECA, UHE Sobradinho, Município de CASA NOVA/BA, irrigação.

Nº 1.050 - ANTONIO MARINHO DE MATOS, Rio Carinhanha, Município de JUVENÍLIA/MG, irrigação.

Nº 1.051 - GILSON FERREIRA DOS SANTOS, Rio Jequitinhonha, Município de ARAÇUAÍ/MG, irrigação.

Nº 1.052 - GENIVAL NOVAIS DOS SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

Nº 1.053 - ERIVALDO NOVAIS DO NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

Nº 1.054 - GIVALDO NOVAIS DOS SANTOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

Nº 1.055 - EDIVALDO NOVAIS DO NASCIMENTO, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

Nº 1.056 - IVANILDE GOMES DE SOUZA RAMOS, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

Nº 1.057 - ANTONIO VICENTE BARBOSA, UHE Luiz Gonzaga, Município de CHORROCHÓ/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas e dos Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, torna público que, no período de 06 a 12/08/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

ASSOCIACAO DE MINI E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO VAU DO ITAGUARI, rio Itaguari, Município de Cocos/BA, irrigação.

CHESTHER GOMES PEDRO, rio Xingu, Município de Altamira/PA, mineração.

CLODOALDO CARNEIRO CEDRAZ, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE SERGIPE, rio São Francisco, Município de Propriá/SE, esgotamento sanitário.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO, rio Parnaíba, Municípios de Duque Bacelar e Brejo/MA, abastecimento público.

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO, rio Parnaíba, Município de Barão do Grajaú/MA, abastecimento público.

COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO-CESAN, rio Cotaxé ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/ES, abastecimento público, alteração.

COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO-CESAN, rio Cotaxé Ou Braço Norte do rio São Mateus, Município de Boa Esperança/ES, abastecimento público, alteração.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE, rio Paraíba do Sul, Município de Barra do Piraí/RJ, abastecimento público.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/PE, abastecimento público.

COOPERATIVA DE PISCICULTORES DE SANTA FÉ DO SUL E REGIÃO, UHE Ilha Solteira, Município de Santa Fé do Sul/SP, aquicultura.

DANUZIO RODRIGUES COELHO, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

EDIVALDO DA ANUNCIACAO RIBEIRO, rio São Francisco, Município de Cabrobó/PE, aquicultura.

EDSON ARAUJO SILVA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

EVANILSON DA ANUNCIACAO RIBEIRO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

FELIPE THIAGO NERES DE SOUSA SENA, rio Poti, Município de Teresina/PI, mineração.

FERNANDA KESROUANI LEMOS E OUTROS, UHE Porto Primavera, Município de Rosana/SP, irrigação.

FLAMBER ROBERIO LOPES FEITOSA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

FRANCISCO CICERO ARAUJO NERY, rio Parnaíba, Município de Teresina/PI, mineração.

FRANSERGIO GARCIA BRAZ, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de Cássia/MG, irrigação.

FRANSERGIO GARCIA BRAZ, UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Município de Cássia/MG, irrigação.

GIOVANE BARROTI, UHE Ilha Solteira, Município de Aparecida do Taboado/MS, irrigação.

HEDER AUGUSTO DAVI RAMOS, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/MG, irrigação.

HOTEL E RESTAURANTE TRILHA DO VELHO CHICO LTDA., rio São Francisco, Município de Piranhas/AL, consumo humano.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, Açude Bitury, Município de Belo Jardim/PE, consumo humano.

IVAN BARBOSA NOGUEIRA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

IZAC LEOBINO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

JAIME ANTONIO GASPARINI, UHE Aimorés, Município de Aimorés/MG, irrigação.

JAJA AGROPECUARIA LTDA, rio Palma, Município de Taipas do Tocantins/TO, irrigação.

JILVAN FERNANDES BARBOSA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

JOAO ARAUJO DA SILVA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

JOAO CARLOS DE OLIVEIRA FREIRE, rio Itabapoana, Município de Bom Jesus do Itabapoana/RJ, irrigação.

JOAO MARQUES DA CRUZ, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

JOSE DA SILVA LOPES, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

JOSE PEREIRA DA LUZ, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

JOSE ROBERTO LIMA WANDERLEY, Igarapé Leitoso, Município de Rurópolis/PA, irrigação.

JOSEVALDO FERNANDES DUQUE, rio Carinhanha, Município de Juvenília/MG, irrigação.

JUDENOR RAIMUNDO PIONORIO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

LEONARDO DE LIMA COUTO, rio Preto, Município de Unaí/MG, irrigação, alteração.

MANOEL CARDOSO VARJAO, rio São Francisco, Município de Glória/BA, irrigação.

MATEUS PEREIRA COSTA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

MAURIZIO SOUZA OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

MBA1 EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA, rio Moji-Guaçu, Município de Araras/SP, esgotamento sanitário.

NELMA MASCARENHAS MARQUES POLISELLI, rio Pardo, Município de Mococa/SP, irrigação.

OSMAR ANASTACIO DA COSTA, rio São Francisco, Município de Juazeiro/BA, irrigação.

PAULO ARAUJO DA SILVA, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

PAULO SERGIO DA CONCEICAO OLIVEIRA, rio São Francisco, Município de Matias Cardoso/MG, irrigação.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S A, rio Paraíba do Sul, Município de Volta Redonda/RJ, outras, alteração.

SANEAMENTO DE GOIAS S/A, rio Preto, Município de Formosa/GO, esgotamento sanitário.

SUELI DA SILVA PASTOR CEDRAZ, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/BA, irrigação.

ULISSES DA SILVA ALENCAR, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

URBIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, rio Preto, Município de Unaí/MG, irrigação.

VALMA MARIA BRANDAO, rio Vaza-Barris, município de Jeremoabo/BA, irrigação.

VALMIR ANTONIO DA SILVA, rio São Francisco, Belém do São Francisco/PE, irrigação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 712, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, no Estado do Pará. (Processo n° 02070.012546/2017-61)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria da Casa Civil n° 638, de 14 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 15 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, localizada no Estado do Pará, constante no processo ICMBio nº 02070.012546/2017-61.

Parágrafo único. A zona de amortecimento constante neste plano de manejo é uma proposta de zoneamento para o entorno da Unidade de Conservação, que será estabelecida posteriormente por instrumento jurídico específico.

Art. 2º O texto consolidado do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure será disponibilizado na sede da unidade de conservação, no centro de documentação e no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Parágrafo único. Os arquivos digitais em formato shape e kml, com os limites das zonas de manejo da UC serão disponibilizados no portal do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade na rede mundial de computadores.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 248, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso II, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Remanejar o limite constante do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão	Despesas Discricionárias				
	PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
		Individuais	Bancada		
20000 Presidência da República	0	0	0	4.000.000	4.000.000
TOTAL	0	0	0	4.000.000	4.000.000

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão	Despesas Discricionárias				
	PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
		Individuais	Bancada		
26000 Ministério da Educação	0	0	0	4.000.000	4.000.000
TOTAL	0	0	0	4.000.000	4.000.000

PORTARIA Nº 249, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Esporte, crédito suplementar no valor de R$ 67.666.548,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos III, alínea "d", item "1", e V, e §§ 3º e 6º, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios da Educação; dos Transportes, Portos e Aviação Civil; e do Esporte, crédito suplementar no valor de R$ 67.666.548,00 (sessenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, inclusive de emenda individual, conforme indicado no Anexo II.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							65.000.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							65.000.000
12 364	2080 8282 0001	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional							65.000.000
			F	4	2	90	8	144	65.000.000
TOTAL - FISCAL									65.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							2.650.548
		Atividades							
26 122	2126 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos							150.548
26 122	2126 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	F	3	2	90	0	100	150.548
		Operações Especiais							
28 846	2126 00QP	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR							2.500.000
28 846	2126 00QP 0021	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR - No Estado do Maranhão	F	3	2	90	0	100	2.500.000
TOTAL - FISCAL									2.650.548
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.650.548

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO I

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							16.000
		Atividades							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							16.000
27 812	2035 20JP 0033	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	6	40	0	100	16.000
TOTAL - FISCAL									16.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.000

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação

UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2080	Educação de qualidade para todos							65.000.000
		Atividades							
12 364	2080 8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior							65.000.000
12 364	2080 8282 0001	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional	F	3	2	90	8	144	65.000.000
TOTAL - FISCAL									65.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									65.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							2.650.548
		Operações Especiais							
28 846	2126 09IX	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA							2.650.548

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28 846	2126 09IX 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.650.548
									2.650.548
TOTAL - FISCAL									2.650.548
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.650.548

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte

UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

ANEXO II

Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	Esporte, Cidadania e Desenvolvimento							16.000
		Atividades							
27 812	2035 20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social							16.000
27 812	2035 20JP 0033	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte, Educação, Lazer , Inclusão Social e Legado Social - No Estado do Rio de Janeiro							16.000
			F	3	6	40	0	100	16.000
TOTAL - FISCAL									16.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									16.000

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece os procedimentos administrativos para a inscrição de ocupação em terrenos e imóveis da União, define procedimentos para a outorga, transferência, revogação e cancelamento, e estabelece a definição de efetivo aproveitamento.

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições previstas nos arts. 1º, inciso I, e 61, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, aprovado pela Portaria GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018, e com fundamento nos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, nº 3.438, de 17 de julho de 1941, nº 1.561, de 13 de julho de 1977, nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e nas Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, bem como no Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES E OBJETIVOS

Art. 1º Esta Instrução Normativa - IN disciplina os procedimentos administrativos para a constituição, cancelamento e revogação de inscrição de ocupação em imóveis da União, administrados pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Art. 2º Para efeito dessa IN, considera-se:

I - inscrição de ocupação: ato administrativo precário, resolúvel a qualquer tempo, por meio do qual a União reconhece a utilização de áreas de seu domínio, desde que comprovado o efetivo aproveitamento do terreno pelo ocupante e o preenchimento dos demais requisitos legais, não gerando para o inscrito qualquer direito inerente à propriedade.

II - taxa de ocupação: prestação pecuniária anual que o ocupante do bem imóvel da União deve pagar pelo uso do terreno de domínio da União, correspondente a 2% do valor do domínio pleno do terreno, excluídas as benfeitorias, anualmente atualizado pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU; e

III - laudêmio: prestação pecuniária devida à União pelo vendedor quando da transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil e da inscrição de ocupação de terreno da União ou cessão de direito a eles relativos, em quantia correspondente a 5% do valor atualizado do domínio pleno do terreno, excluídas as benfeitorias.

CAPÍTULO II

DA INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Art. 3º A inscrição de ocupação é um instrumento de destinação transitória de imóvel da União, devendo ser prioritariamente utilizados os demais instrumentos de destinação previstos na legislação patrimonial, visando à consolidação do uso destas áreas.

Art. 4º A inscrição de ocupação poderá, a qualquer tempo, ser substituída por outro instrumento de destinação, desde que observados os requisitos legais.

Art. 5º O processo de inscrição de ocupação será iniciado:

I - de ofício pela SPU, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei nº 9.636, de 1998;

II - a pedido do interessado, nos termos do art. 7º, § 3º da Lei nº 9.636, de 1998; ou

III - por determinação judicial.

Parágrafo único. No caso do inc. II do caput, a solicitação será feita mediante o requerimento eletrônico "Regularizar Utilização de Imóvel da União para Fins Privados", disponível no Portal de Serviços da SPU (patrimoniodetodos.planejamento.gov.br), no qual deverá ser anexada a documentação obrigatória e complementar necessária para prosseguimento do processo.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Seção I

Dos Requisitos

Art. 6º A inscrição de ocupação somente ocorrerá quando forem preenchidos os seguintes requisitos legais e normativos:

I - comprovação do efetivo aproveitamento;

II - interessado comprovar que a ocupação do imóvel ocorreu até a data prevista no inc. I do art. 9º da Lei nº 9.636, de 1998; e

III - que o imóvel não esteja inserido nas vedações do art. 9º da Lei nº 9.636, de 1998, e do art. 12 desta IN.

Seção II

Da Caracterização do Efetivo Aproveitamento

Art. 7º Considera-se efetivo aproveitamento, para efeitos de inscrição de ocupação no caso de imóveis urbanos:

I - a utilização de área pública como residência ou local de atividades comerciais, industriais ou de prestação de serviços, e o exercício de posse nas áreas contíguas ao terreno ocupado pelas construções correspondentes, até o limite de duas vezes a área de projeção das edificações de caráter permanente, observada a legislação vigente sobre o parcelamento do solo, e nos termos do art. 2º, inc. I, "a" do Decreto nº 3.725, de 2001;

II - as faixas de terrenos de marinha e de terrenos marginais que não possam constituir unidades autônomas utilizadas pelos proprietários de imóveis lindeiros, excluídas aquelas áreas ocupadas por comunidades tradicionais;

III - a detenção de imóvel da União fundada em título de propriedade registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob a suposição de se tratar de bem particular; ou

IV - a detenção de imóvel que, embora não edificado, esteja na posse de particular com base em título registrado em Cartório outorgado pelo Estado ou Município na suposição de que se tratassem de terrenos alodiais.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I do caput, poderão ser inscritas as áreas de acesso necessárias e indispensáveis ao terreno que se encontre totalmente encravado, bem como as áreas remanescentes que não puderem constituir unidades autônomas, incorporando-se à inscrição principal.

Art. 8º No caso de imóveis rurais, além das hipóteses dos incisos III e IV do art. 7º, o efetivo aproveitamento será caracterizado das seguintes formas:

I - quando houver exploração , de culturas permanentes ou temporárias, que deverá atingir no mínimo 80% (oitenta por cento) da área total aproveitável, nos termos da Instrução Normativa nº 11, de 2003, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, ou outro normativo que vier substituí-lo; ou

II - quando o imóvel for explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família ou comunidade tradicional, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para o módulo fiscal de cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros.

§ 1º Caracterizado o efetivo aproveitamento por pessoa física ou jurídica que exerça atividade de exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, de culturas permanentes ou temporárias no imóvel, poderá ser outorgada a inscrição de ocupação independentemente da existência de acessões e benfeitorias de caráter permanente.

§ 2º No caso de desmembramento de área rural, deve ser observado o disposto no art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), o qual veda a divisão inferior ao módulo fiscal, estabelecido pelo INCRA para o respectivo município, observando-se ainda o disposto art. 50 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano).

§ 3º Caracterizado o efetivo aproveitamento em imóvel rural, à área a ser inscrita em ocupação poderá ser acrescida:

I - a reserva legal e as áreas de preservação permanente, desde que averbada nos termos da Lei nº 12.651, de 2012;

II - as áreas sob efetiva exploração mineral; e

III - as áreas comprovadamente declaradas como imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativista vegetal.

§ 4º No caso do inc. I do caput a comprovação da produtividade da área para fins do efetivo aproveitamento poderá ser atestada por laudo atual, sem prejuízo da apresentação de outros documentos que se façam necessários, emitido:

I - por profissional legalmente habilitado e identificado, homologado por servidor igualmente habilitado desta Secretaria;

II - por empresas de assistência técnica e extensão rural estaduais, homologado por servidor igualmente habilitado desta Secretaria; e/ou

III - pelo INCRA.

Art. 9º Cabe ao ocupante manter a Superintendência do Patrimônio da União - SPU/UF atualizada quanto à alteração da atividade que caracteriza o efetivo aproveitamento de imóvel rural.

Art. 10. Para fins da verificação do efetivo aproveitamento de imóvel urbano, o interessado deverá apresentar documentação comprobatória de:

I - utilização do terreno da União para fins habitacionais;

II - prestação de serviços, de atividades comerciais, industriais ou de infraestrutura atendendo aos requisitos da legislação, observada a pertinência de utilização da área em conformidade com sua vocação e atendido o interesse público; ou

III - melhoramentos edificados e incorporados permanentemente ao solo pelo homem, que não possam ser retirados sem causar desvalorização à propriedade da União ou contrariar interesse público devidamente justificado.

Seção III

Da Comprovação do Tempo de Ocupação

Art. 11. Para fins de comprovação do tempo da ocupação, para imóveis urbanos e rurais, o interessado deverá apresentar, sem prejuízo de outros meios admitidos em direito:

I - "habite-se", alvarás, declaração de entidades e órgãos públicos atestando a idade da edificação do imóvel ou do uso do terreno;

II - lançamento da edificação em carnê de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

III - carnê de Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR;

IV - relatório de acompanhamento de entidade de assessoramento agrícola e extensão rural; ou

V - laudo firmado por profissional habilitado pelo CREA ou CAU.

CAPÍTULO IV

DA VEDAÇÃO DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Art. 12. São vedadas as inscrições de ocupação que:

I - ocorreram após 10 junho de 2014;

II - estejam concorrendo ou tenham concorrido para comprometer:

a) a integridade das áreas de uso comum do povo;

b) as áreas de segurança nacional, ouvidos os órgãos competentes;

c) as áreas de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais, mediante manifestação formal e circunstanciada de órgãos ou entidades ambientais competentes;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - estejam em áreas afetadas ou em processo de afetação para a implantação de programas ou ações de regularização fundiária de interesse social ou de provisão habitacional, de reservas indígenas, de áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, de rodovias e ferrovias federais, de vias federais de comunicação e de áreas reservadas para construção de estruturas geradoras de energia elétrica, linhas de transmissão, ressalvados os casos especiais autorizados na legislação federal, ouvidos os órgãos competentes;

IV - não seja comprovado o efetivo aproveitamento do imóvel;

V - incidam sobre áreas objeto de demanda judicial em que sejam parte a União ou os entes da administração pública federal indireta até o trânsito em julgado da decisão, ressalvadas a hipótese de o objeto da demanda não impedir a análise da regularização da ocupação pela administração pública e a hipótese de acordo judicial; e

VI - cuja utilização não esteja de acordo com as posturas, zoneamento e legislação locais, mediante manifestação do município quanto ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT).

Art. 13. A SPU poderá realizar inscrição de ocupação em terrenos da União inseridos em áreas de preservação ambiental ou necessárias à preservação dos ecossistemas naturais, inclusive em Área de Preservação Permanente - APP, observados os prazos da Lei nº 9.636, de 1998, devendo ser comprovado perante o órgão ambiental competente que a utilização não concorre nem tenha concorrido para comprometimento da integridade dessas áreas, nos termos do art. 16 da Lei nº 13.240, de 2016, mediante manifestação formal e circunstanciada de órgãos ou entidades ambientais competentes.

§ 1º O ocupante responsabiliza-se pela preservação do meio ambiente na área inscrita em ocupação e pela obtenção de licenças urbanísticas, ambientais e outras eventualmente necessárias, sob pena de cancelamento da inscrição de ocupação.

§ 2º O reconhecimento de que trata o caput não se aplica aos bens de uso comum do povo.

CAPÍTULO V

DA OUTORGA DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Seção I

Dos Procedimentos

Art. 14. A unidade de Destinação do Patrimônio da SPU/UF é responsável por instruir e analisar o processo de outorga de inscrição de ocupação.

Art. 15. A unidade de Caracterização do Patrimônio da SPU/UF é responsável por identificar o imóvel objeto da inscrição de ocupação e analisar a comprovação do efetivo aproveitamento da área.

Art. 16. Nas zonas onde não estejam demarcadas e discriminadas, na forma da lei a linha do preamar médio - LPM de 1831 ou a linha média das enchentes ordinárias - LMEO, a inscrição de ocupação poderá ser autorizada se o terreno for presumidamente de propriedade da União.

Art. 17. Comprovado o efetivo aproveitamento, e sendo sua manutenção de interesse da União, a inscrição de ocupação será formalizada mediante Certidão de Outorga (Anexo I) devidamente assinada pelo Superintendente do Patrimônio da União.

Art. 18. A SPU/UF encaminhará uma via da Certidão de Outorga ao interessado para ciência de suas condições, por meio de correspondência com Aviso de Recebimento - AR, juntando uma via da certidão a livro próprio.

Art. 19. O Secretário do Patrimônio da União é a autoridade competente para a outorga e a transferência de ocupação em áreas de domínio da União, com extensão igual ou superior a 500.000,00m² (quinhentos mil metros quadrados).

§ 1º Considera-se para o cálculo da área referida no caput:

I - os terrenos que tenham sido objeto de desmembramento sem registro cartorial, ainda que as áreas remanescentes individualizadas possuam metragem inferior ao estabelecido no caput; e

II - os terrenos que tenham sido objeto de unificação que resulte em área igual ou superior ao definido neste dispositivo.

§ 2º Os processos previstos no caput, havendo dúvida jurídica, devem ser encaminhados à Consultoria Jurídica - CONJUR, devidamente instruídos.

Art. 20. Os processos administrativos de competência do Secretário do Patrimônio da União devem ser encaminhados à Unidade Central da SPU - SPU/UC com manifestação formalizada pelo Superintendente da SPU/UF quanto à conveniência e oportunidade da inscrição, acompanhada das razões que fundamentem a outorga ou a transferência, mediante instrução do processo com os devidos documentos previstos nesta IN.

Art. 21. No âmbito da SPU/UF, havendo dúvida jurídica, o processo deverá ser encaminhado à Consultoria Jurídica da União no Estado - CJU/UF.

Art. 22. A SPU/UF fará publicar no Diário Oficial da União - DOU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da outorga ou da transferência da inscrição de ocupação, extrato do ato.

CAPÍTULO VI

DA TRANSFERÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Art. 23. Os procedimentos de transferência de titularidade de imóveis da União em regime de ocupação estão previstos na Instrução Normativa SPU nº 1, de 09 de março de 2018.

CAPÍTULO VII

DA COBRANÇA DA TAXA DE OCUPAÇÃO

Art. 24. A taxa de ocupação de terrenos da União será de 2% (dois por cento) do valor do domínio pleno do terreno, excluídas as benfeitorias, anualmente atualizado pela SPU.

Art. 25. O pagamento da taxa será devido a partir da inscrição de ocupação, efetivada de ofício ou a pedido do interessado, não se vinculando ao cadastramento do imóvel.

Parágrafo único. A cobrança da taxa de ocupação será feita por meio de Documento Arrecadação Receitas Federais - DARF e proporcional à data da assinatura da Certidão de Outorga da inscrição de ocupação.

Art. 26. As hipóteses e procedimentos de isenção de taxa de ocupação estão previstos no Decreto-Lei nº 1.876, de 1981, na Portaria SPU nº 233, de 2008, na Portaria SPU nº 215, de 2015 e na Instrução Normativa SPU nº 05, de 2010.

Art. 27. São dispensados de lançamento e cobrança as taxas de ocupação e os laudêmios referentes aos terrenos de marinha e seus acrescidos inscritos em regime de ocupação, quando localizados em ilhas oceânicas ou costeiras que contenham sede de Município, desde a data da publicação da Emenda Constitucional nº 46, de 2005, até a conclusão do processo de demarcação, sem cobrança retroativa por ocasião da conclusão dos procedimentos de demarcação.

Parágrafo único. O domínio da União sobre as ilhas costeiras permanece nos casos em que a sede do município tenha sido nelas instalada após 05 de maio de 2005, conforme disposto na Instrução Normativa SPU nº 2, de 27 de julho de 2018.

CAPÍTULO VIII

DA REVOGAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Seção I

Dos Procedimentos

Art. 28. À União não são oponíveis direitos possessórios decorrentes do exercício de ocupação regularmente inscrita, podendo a inscrição de ocupação ser revogada ou cancelada mediante decisão fundamentada do Superintendente do Patrimônio da União, observadas a conveniência e a oportunidade administrativas.

Art. 29. O Secretário do Patrimônio da União pode, a qualquer tempo, por motivos relevantes devidamente justificados, avocar a revogação ou o cancelamento de qualquer inscrição de ocupação que contrarie o interesse público ou a legislação patrimonial.

Art. 30. Os imóveis passíveis de cancelamento ou revogação de inscrição de ocupação, devem ser identificados por intermédio de relatórios, circunstâncias relatadas em processos administrativos, requerimento de terceiros ou do ocupante, ou ato de ofício dos servidores da SPU/UF.

Art. 31. São ainda causas para a revogação ou o cancelamento da inscrição de ocupação, a depender do caso:

I - solicitação do ocupante;

II - declaração de interesse do serviço público de área sob regime de inscrição de ocupação;

III - inadimplemento do pagamento das taxas de ocupação por 3 (três) anos consecutivos;

IV - ocorrência de dano ambiental decorrente da utilização da área inscrita;

V - ocorrência de dano ao patrimônio da União;

VI - uso contrário às posturas, zoneamento e legislação locais;

VII - impedimento do acesso às praias, às áreas de uso comum do povo, aos terrenos da União ou de terceiros; ou

VIII - abandono do imóvel.

§ 1º A revogação da inscrição de ocupação aplica-se aos casos dos incisos I e II do caput, e o cancelamento aplica-se aos casos em que a motivação ampare-se nos incisos III a VIII.

§ 2º Para fins do inciso VIII do caput, constitui-se abandono do imóvel a descontinuidade do efetivo aproveitamento nos termos especificados nesta IN, pelo período de 3 (três) anos consecutivos.

Art. 32. No caso do inc. III do art. 31, a SPU/UF deverá notificar o responsável do inadimplemento de seus débitos conforme os procedimentos previstos na Instrução Normativa SPU nº 001, de 2015.

§ 1º o débito, ou comunicada idêntica ocorrência pela Procuradoria da Fazenda Nacional (de ofício, pelo Procurador da Fazenda Nacional, ou a requerimento da SPU/UF), quando existente Executivo Fiscal, poderá ser apreciado requerimento do interessado no restabelecimento da inscrição de ocupação, desde que ausente interesse público em sentido contrário, ouvindo-se previamente a Procuradoria Regional da União quanto à viabilidade de extinção da Ação eventualmente proposta.

§ 2º Cancelada a inscrição de ocupação e ainda não adotada a providência administrativa da SPU/UF necessária à propositura de medida judicial de reintegração de posse, a SPU/UF poderá, a requerimento do interessado, restabelecer a inscrição de ocupação, mediante prévia regularização das receitas inadimplidas, diretamente na SPU/UF ou, quando for o caso, perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.

Art. 33. Verificadas as ocorrências dos incisos IV a VIII do art. 31, a SPU/UF notificará o ocupante, para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do AR, ou da publicação de edital, comprovar a reversão dos danos ou a adequação devida.

Parágrafo único. Nos casos do caput a SPU/UF deve verificar a possibilidade de celebração de termo de compromisso nos moldes dos art. 19 da Instrução Normativa SPU nº 01, de 2017 que disciplina a atividade de fiscalização dos imóveis da União.

Art. 34. Para fins da indenização por ocupação irregular e desocupação dos imóveis da União aplicar-se-á o disposto nos arts. 11 e 12 da Instrução Normativa SPU nº 01, de 2017.

Art. 35. Os procedimentos de notificação, contagem de prazos, defesa, instrução e julgamento, recurso, entre outros que se façam necessários, devem seguir a Instrução Normativa SPU nº 01, de 2017, no que couber.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. Na hipótese de desmembramento de áreas da União, constatado regime diverso da inscrição de ocupação em terrenos que sejam resultado do mesmo fracionamento, será notificado o inscrito para requerer a alteração do seu regime de destinação, desde que os terrenos remanescentes possuam a mesma origem da área desmembrada.

Art. 37. É vedado o loteamento ou o desmembramento de áreas objeto de inscrição de ocupação sem preferência ao aforamento, nos termos dos arts. 105 e 215 do Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, exceto quando:

I - realizado pela própria União, em razão do interesse público; ou

II - solicitado pelo próprio ocupante, comprovada a existência de benfeitoria suficiente para caracterizar, nos termos da legislação vigente, o aproveitamento efetivo e independente da parcela a ser desmembrada.

Art. 38 A realização de obras nos terrenos regularmente inscritos em ocupação não necessitam de autorização prévia, sendo obrigação do ocupante observar a legislação e as normas técnicas pertinentes.

Parágrafo único. Será necessária a autorização para aterro, obras e instalação de equipamentos em áreas contíguas aos imóveis inscritos em ocupação, nos termos do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 1988.

Art. 39. Nos casos de terrenos situados dentro da faixa de 100 (cem) metros ao longo da costa marítima ou de uma circunferência de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros de raio em torno das fortificações e estabelecimentos militares, quando o adquirente dos direitos de ocupação for pessoa estrangeira, física ou jurídica, ou pessoa jurídica brasileira cuja maioria do capital social pertença a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, a inscrição de ocupação e sua transferência dependerá de prévia autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Parágrafo único. Exclusivamente para pessoas físicas, fica dispensada a autorização quando se tratar de transferência de titularidade de terrenos de até mil metros quadrados, situados dentro da faixa de cem metros ao longo da costa marítima.

Art. 40. A SPU poderá, a qualquer tempo, emitir notificação aos ocupantes, regulares ou não, de áreas da União para que comprovem, nos termos desta IN, o efetivo aproveitamento da área.

Parágrafo único. A notificação será realizada pela SPU/UF, por edital publicado divulgado em sítio eletrônico e publicado, no Diário Oficial da União - DOU, bem como e mediante aviso publicado 3 (três) vezes, durante o período de convocação, nos 2 (dois) jornais de maior veiculação local, e, sempre que houver interessado conhecido, por carta registrada.

Art. 41. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 42. Ficam revogadas a Portaria nº 259, de 10 de outubro de 2014; a Instrução Normativa nº 01, de 9 de setembro de 1986; a Orientação Normativa GEARP nº 005, de 11 de maio de 2001, aprovada pela Portaria nº 160, de 21 de setembro de 2001 e as demais disposições em contrário.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

ANEXO I

Modelo de Certidão de Outorga de Inscrição de Ocupação

	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Secretaria do Patrimônio da União-SPU	Certidão de Outorga de inscrição de ocupação

1.IDENTIFICAÇÃO

Endereço do imóvel	
Bairro:	CEP:
Cidade:	UF:

RIP:		Localizado na Zona: Urbana ( ) Suburbana ( ) Rural ( )	
Conceituação:			
( ) Terrenos de Marinha	( ) Terrenos marginais de rios	( ) Terras ocupadas pelos índios	( ) Colônias militares extintas
( ) Plataforma continental	( ) Sítios arqueológicos / pré-históricos	( ) Situados em ilha	( ) Terras ocupadas por remanescentes de Quilombos
( ) Terrenos acrescidos de marinha	( ) Terrenos acrescidos de marginais de rios	( ) Extintos aldeamentos indígenas	( ) Terras interiores
( ) Cavidades naturais / subterrâneas	( ) Unidade de Conservação	( ) Faixa de fronteira	( ) Glebas arrecadadas pelo INCRA
Fração Ideal:		Área Total:	Área da União:
Coordenada:		Tipo de Coordenada ( ) UTM ( )Lat / Long	

2. UTILIZAÇÃO

( ) Residencial	( ) Exploração Mineral
( ) Exploração Agrícola	( ) Religiosa
( ) Comercial	( ) Exploração Marítima
( ) Exploração Agropecuária	( ) Pública
( ) Industrial	( ) Recreativa

3. DADOS DO OCUPANTE

Nome:	
CPF/CNPJ:	
Endereço:	CEP:
Cidade:	UF:
Representante Legal:	CPF:
Endereço:	CEP:
Cidade:	UF:

4. Condições:

4.1 Neste ato a Secretaria do Patrimônio da União representada por _____, Superintendente do Patrimônio da União em (UF), reconhece como ocupante da área da União acima especificada _____, inscrito no CPF/CNPJ sob nº_____, com residência/sede em_____, cidade, UF.

4.2 Nos termos da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 a Inscrição de Ocupação é ato administrativo precário, por meio do qual a União reconhece o direito de ocupação e uso da área de sua propriedade nesta certidão identificada, não garantindo direitos possessórios sobre a área.

4.3 A presente outorga restringe-se aos usos permitidos na legislação de uso do solo e posturas locais, bem como ao respeito à legislação ambiental incidente sobre o imóvel.

4.4 O ocupante se obriga ao pagamento de taxa anual de ocupação conforme art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com nova redação dada pela Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015.

4.5 O ocupante responsabiliza-se pela preservação do meio ambiente na área inscrita em ocupação e pela obtenção de licenças urbanísticas, ambientais e outras eventualmente necessárias, sob pena de cancelamento da inscrição de ocupação.

4.6 O ocupante responsabiliza-se por manter a SPU/UF atualizada quanto à alteração da atividade que caracteriza o efetivo aproveitamento do imóvel.

4.7 A SPU poderá a qualquer tempo substituir o instrumento precário da inscrição de ocupação por outro instrumento de destinação, observados os quesitos legais.

5. Da Transferência dos Direitos de Ocupação:

5.1 A transferência dos direitos de ocupação da área somente se dará após autorização da SPU, com a emissão de Certidão de Autorização de Transferência, quitadas as taxas e laudêmio, respeitadas as restrições da legislação.

5.1.1 A transferência se consolidará mediante averbação pela SPU no cadastro do imóvel.

5.2 Concluída a transmissão de direitos no Cartório competente, o adquirente deverá requerer à SPU/UF que providencie a transferência dos registros cadastrais para o seu nome no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

6. Estrangeiros

6.1 Nos casos de terrenos situados dentro da faixa de 100 (cem) metros ao longo da costa marítima ou de uma circunferência de 1.320 (mil trezentos e vinte) metros de raio em torno das fortificações e estabelecimentos militares, quando o adquirente dos direitos de ocupação for pessoa estrangeira, física ou jurídica, ou pessoa jurídica brasileira cuja maioria do capital social pertença a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, a inscrição de ocupação e sua transferência dependerá de prévia autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

6.2 Exclusivamente para pessoas físicas, fica dispensada a autorização quando se tratar de transferência de titularidade de terrenos de até mil metros quadrados, situados dentro da faixa de cem metros ao longo da costa marítima.

7. Do Cancelamento e Revogação da Inscrição de Ocupação:

7.1 A União não são oponíveis direitos possessórios decorrentes do exercício de ocupação regularmente inscrita, podendo a inscrição de ocupação ser revogada ou cancelada mediante decisão fundamentada do Superintendente do Patrimônio da União, observadas a conveniência e a oportunidade administrativas.

7.2 São ainda causas para a revogação ou o cancelamento da inscrição de ocupação, a depender do caso:

I - solicitação do ocupante;
II - declaração de interesse do serviço público de área sob regime de inscrição de ocupação;
III - inadimplemento do pagamento das taxas de ocupação por 3 (três) anos consecutivos;
IV - ocorrência de dano ambiental decorrente da utilização da área inscrita;
V - ocorrência de dano ao patrimônio da União;
VI - uso contrário às posturas, zoneamento e legislação locais;
VII - impedimento do acesso às praias, às áreas de uso comum do povo, aos terrenos da União ou de terceiros; ou
VIII - abandono do imóvel.

UF, _____de _____de 20_____.

_____
SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (UF)

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº262 de 31 de outubro de 2016, publicada no DOU nº211, de 3 de novembro de 2016, Seção 1, Página nº67, Processo nº 04921.000831/2012-92, no art. 1º, onde se lê: "nº01", leia-se "nº02" e no art. 2°, onde se lê: "construção, instalação e operação de Terminal de Uso Privado", leia-se:" atividade de Estaleiro(construção, manutenção e reparos de embarcações)."

Ministério do Trabalho

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

RESOLUÇÃO Nº 893, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão, referente ao exercício de 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União a título de prestação de contas.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o inciso IV do art. 64 do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, e

Considerando que o Relatório de Gestão do FGTS, apresentado pelo Gestor da Aplicação, Ministério das Cidades, encontra-se em conformidade com a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010, a Decisão Normativa nº 161, de 1º de novembro de 2017, e a Portaria nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, do Tribunal de Contas da União (TCU), e segundo a Portaria nº 500, de 8 de março de 2016, da Controladoria-Geral da União (CGU);

Considerando que a SecexFazenda do TCU autorizou no Sistema eContas o envio do Relatório de Gestão do FGTS até o dia 30 de agosto de 2018;

Considerando que, apesar das ressalvas relacionadas ao FI-FGTS, o Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes S.S considerou que as demonstrações financeiras e contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FGTS, em 31 de dezembro de 2017, os resultados das operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa do exercício findo naquela data; e

Considerando que os Pareceres dos Conselhos Fiscal e de Administração da CAIXA foram concluídos e anexados ao Relatório de Gestão do FGTS, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do FGTS, referente ao exercício de 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU) a título de prestação de contas.

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações que vierem a ser efetuadas pelos órgãos de controle, devendo, para isso, designar grupo técnico específico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro de Estado do Trabalho
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 895, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Estabelece o índice para a realização da distribuição do resultado positivo do FGTS referente ao exercício de 2017.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem o § 5º do artigo 13, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e

Considerando a Lei nº 13.446, de 25 de maio de 2017, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para incremento especial da rentabilidade das contas vinculadas por meio da distribuição de parte de resultado do FGTS;

Considerando a autorização do Conselho Curador do FGTS para a distribuição de parte do resultado positivo auferido pelo FGTS no exercício do ano anterior, por meio da Resolução nº 854, de 18 de julho de 2017;

Considerando o resultado líquido do FGTS, em 2017, de R$ 12.464.531.044,33 (doze bilhões, quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e um mil, quarenta e quatro reais e trinta e três centavos); e

Considerando o somatório do saldo das contas vinculadas para fins de distribuição de R$ 361.829.222.320,88 (trezentos e sessenta e um bilhões, oitocentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, trezentos e vinte reais e oitenta e oito centavos) em 31 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Distribuir, até 31 de agosto de 2018, o montante de R$ 6.232.265.522,16 (seis bilhões, duzentos e trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos) referente à 50% (cinquenta por cento) do resultado líquido do FGTS, em 2017, sendo definido o índice de 0,01722432 a ser utilizado nas contas vinculadas com saldo positivo em 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro de Estado do Trabalho
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 894, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Relatório de Gestão do FI-FGTS do exercício de 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União, a título de prestação de contas anual.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e XIII do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 17 da Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, e

Considerando que o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), exercício 2017, apresentado pela Caixa Econômica Federal, na condição de Administradora e Gestora do FI-FGTS, foi elaborado conforme Instrução Normativa - TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa - TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017, Decisão Normativa - TCU nº 163, de 06 de dezembro de 2017, e Portaria - TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, e Portaria - CGU nº 500, de 8 de março de 2016.

Considerando que, de acordo com o parecer da KPMG Auditores Independentes, houveram ressalva relacionada aos investimentos em operações que tiveram suas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017, emitidas e acompanhadas dos relatórios de seus auditores independentes, contendo ressalvas relacionadas a limitação de escopo, de empresas cujas demonstrações financeiras ainda não haviam sido emitidas até a data de divulgação do relatório da KPMG e, também por investimentos, relacionados a empresas e grupos econômicos em processo de investigação judicial e medidas conduzidas pela Justiça Federal e Ministério Público Federal, referentes a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro;

Considerando que, apesar das ressalvas apontadas acima, a KPMG considerou que as demonstrações financeiras do FI -FGTS apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FI-FGTS em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho de suas operações do exercício findo nessa data;

Considerando que, na manifestação da Auditoria Independente, não se verificou consignado apontamento que, de fato, contrarie definições exarada pelo Conselho Curador do FGTS acerca da exposição máxima de risco dos investimentos ou de limite máximo de participação dos recursos por setor, por empreendimento e por classes de ativos, conforme definidos na Política de Investimento do FI-FGTS, respeitados ainda os requisitos técnicos aplicáveis, bem como os dispositivos constantes da Lei nº 11.491, de 21 de junho de 2007, e da Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007;

Considerando que a Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho se posicionou como sendo competência do Conselho Curador do FGTS manifestar-se sobre as contas do FI-FGTS, nos termos do inciso IV do art. 5º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e do inciso I do art. 17 da Instrução CVM nº 462, de 2007, da Comissão de Valores Mobiliários; e

Considerando que o FI-FGTS apresentou, ao final do exercício de 2017, a rentabilidade líquida das cotas de 5,34% e a rentabilidade acumulada, desde a sua criação, de aproximadamente 74,94%, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), referente ao exercício 2017, a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), a título de prestação de contas anual.

Art. 2º O Grupo de Apoio Permanente (GAP) deverá acompanhar o cumprimento das recomendações ou determinações que vierem a ser efetuadas pelos órgãos de controle, devendo, para isso, designar grupo de trabalho específico.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAIO VIEIRA DE MELLO
Ministro de Estado do Trabalho
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 14 DE AGOSTO DE 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho-Substituto, com fulcro no Parecer de Força Executória n. 00099/2018/COTRABVIR/PRU1R/PGU/AGU, em consonância com o Processo Judicial n° 0000183-04.2018.5.10.0012, proveniente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, 12ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, que determinou que esta Pasta implementasse o percurso de análise do pedido de registro sindical do requerente, como entender de direito, conforme regramento próprio do MTE, no prazo total de 30 (trinta) dias, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013, e, na Nota Técnica 671/2018/CGRS/SRT/MTb, utilizando-se da prerrogativa contida nos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99 resolve ANULAR o ato de publicação do pedido de Registro Sindical nº 46206.004305/2011-46, publicado no DOU de 07/03/2017, Seção 1, pág.111, N° 45 (e todos os atos decorrentes); e, por conseguinte, INDEFERIR o processo administrativo n° 46206.004305/2011-46, de interesse do SINAJUS - SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, CNPJ N° 10.855.950/0001-51, nos termos do Artigo 26, inciso I, da Portaria Ministerial nº. 326/2013, atual normativo que rege a matéria.

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 2.464, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

Defere pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.811(g) e a seção 25.812, do RBAC nº 25, para os aviões Airbus A318/A319/A320/A321

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso XX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.15233/2018-80, resolve:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela Airbus S.A.S., o pedido de Nível Equivalente de Segurança para o parágrafo 25.811(g) e a seção 25.812, do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 25 (RBAC nº 25), para os aviões Airbus A318/A319/A320/A321, referente ao uso de sinais gráficos de saída de emergência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 2.381, DE 31 DE JULHO DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, considerando o que consta do processo nº 00065.035241/2018-52, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do heliponto abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: HSM;

II - código OACI: SSSJ;

III - município (UF): Belém (PA);

IV - ponto de referência do heliponto (coordenadas geográficas): 01° 26' 16" S / 048° 28' 07" W

Art. 2º A inscrição tem validade até 19 de Novembro de 2022.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2511/SIA, de 16 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2012, Seção 1, Página 4.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 2.446, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 34, incisos VIII, X e XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 3º e 4º da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017, e nos itens 2.4.1 a 2.5.10 do Edital nº 48/ANAC/2017, e considerando o que consta do processo nº 00058.530677/2017-69, resolve:

Art. 1º Tornar público o Resultado Final da Avaliação de Títulos dos candidatos convocados pelo art. 6º da Portaria nº 1.449, de 7 de maio de 2018, no processo seletivo para credenciamento de examinadores de piloto previsto pelo Edital nº 48/ANAC/2017, como avaliado pela Comissão constituída pela Portaria nº 4.035, de 5 de dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

Áreas(s)	CANAC	Candidato	Resultado
1	125316	ERICK VALADARES OLIVEIRA	Pontuação modificada para 4,498, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital.
4	130787	DOUGLAS HACKL FAGOTTI	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
4	910810	THIAGO COSTA PANES	Pontuação modificada para 5,227, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital.
6	610048	GILVAN AMANCIO FERREIRA FILHO	Pontuação modificada para 3,932, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital.
9	852087	MARCOS LIMA BASTOS	Pontuação modificada para 4,632, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos do indeferimento parcial do recurso, nos termos do item 2.5.6 do Edital.
9	930255	MARCIO LORDEIRO BARBOSA	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
12	120471	BRUNO CASPANI DO AMARAL	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
14	130228	LUIZ EDUARDO NASCIMENTO	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
15	269779	CARLOS ROBERTO SANTANA DIAS	Pontuação modificada para 2,200, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital.
15	520197	JOSÉ IRAN MAGALHÃES COSTA	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
25	852004	PATRICIA MOYSES KAWASAKI	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.

Art. 2º Tornar público o Resultado Parcial da Avaliação de Títulos dos candidatos convocados pelo art. 6º da Portaria nº 2.346, de 27 de julho de 2018, no processo seletivo para credenciamento de examinadores de piloto previsto pelo Edital nº 48/ANAC/2017, como avaliado pela Comissão constituída pela Portaria nº 4.035, de 5 de dezembro de 2017, conforme tabela abaixo:

Áreas(s)	CANAC	Candidato	Resultado
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13	780247	LUIZ CLAUDIO FONSECA DE MOURA	Pontuação modificada para 5,220, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
2, 3, 5, 8, 12 e 13	137964	ISAQUE DA SILVA LOPES	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.
2, 3, 5, 12, 13 e 14	259283	CAIO ANTONIO DOS SANTOS	Pontuação modificada para 1,347, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
16, 19, 22 e 25	123095	LEANDRO CALAZANS LEAL	Pontuação modificada para 6,243, nos termos do item 2.4.3 e/ou 2.4.4 do Edital. O candidato será informado, por e-mail, dos motivos da alteração da pontuação, nos termos do item 2.4.6 do Edital.
26 e 27	794933	SANDER PAULO PANATO GUEDES	Candidato desistente nos termos do art. 11, § 1º, inciso I da Resolução nº 444, de 24 de agosto de 2017: não apresentou a documentação para a avaliação de títulos.

§ 1º O candidato que não concordar com o Resultado Parcial da Avaliação de Títulos poderá apresentar recurso até o dia 22 de agosto de 2018, por meio do e-mail recursocredenciamento61@anac.gov.br.

§ 2º O candidato, ao encaminhar o recurso, deverá aguardar o recebimento de um e-mail de confirmação de que seu recurso foi recebido, e, caso não receba a confirmação em até 24 (vinte e quatro horas) horas após o envio, o candidato deverá entrar em contato por meio do telefone (61) 3314-4846.

Art. 3º A nova edição do curso de formação previsto no item 2.6 do Edital nº 48/ANAC/2017 será realizado no período de 1º a 5 de outubro de 2018 em Brasília (DF).

Art. 4º Ficam convocados os seguintes candidatos, para que apresentem à ANAC os documentos que comprovem os títulos declarados:

Área(s)	CANAC	Candidato
12	446476	JOSÉ JUAREZ SABBAGH
3, 12, 13 e 14	132064	TADEU LOURENÇO

§ 1º Os candidatos listados no caput terão até o dia 22 de agosto de 2018 para apresentarem à ANAC os documentos que comprovem os títulos declarados, nos termos do item 2.3.8 do Edital nº 48/ANAC/2017.

§ 2º Tendo em vista o disposto no art. 9º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, a ANAC aceitará também o envio de documentos por e-mail, para o endereço credenciamento61@anac.gov.br, na forma digitalizada e legível.

§ 3º O candidato que optar por enviar a documentação por e-mail deverá aguardar o recebimento de um e-mail de confirmação de que sua documentação foi recebida. Caso não receba a confirmação em até 24 (vinte e quatro horas) horas após o envio, o candidato deverá entrar em contato por meio do telefone (61) 3314-4846.

§ 4º A convocação para o envio de documentos não garante a convocação para o curso de formação previsto no art. 4º desta Portaria, ainda que todos os documentos estejam regulares, ficando na dependência do resultado da análise dos recursos previstos nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER WILLIAM DE SOUZA MORAES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE OPERAÇÕES DE TRANSPORTE AÉREO

GERÊNCIA TÉCNICA DE ARTIGOS PERIGOSOS

PORTARIA Nº 2.472, DE 10 DE AGOSTO DE 2018

O GERENTE TÉCNICO DE ARTIGOS PERIGOSOS, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.2.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto na Seção 175.29 do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 175 (RBAC nº 175) e na Instrução Suplementar nº 175-002 (IS nº 175-002), e considerando o que consta do processo nº 00066.003539/2018-93, resolve:

Art. 1º Autorizar, por 5 (cinco) anos, o funcionamento como entidade de ensino de artigos perigosos da ORBITAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA., CNPJ nº 05.007.113/0001-32, com sede em Guarulhos (SP).

Parágrafo único. As categorias homologadas e os instrutores credenciados para ministrar os cursos de artigos perigosos em nome da entidade de ensino estão especificados no respectivo Certificado de Credenciamentos e Homologações de Entidade de Ensino - CHE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO MACEDO RODRIGUES CASCARDO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

DESPACHO Nº 34, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.010041/2016-73. Fiscalizada: LA BULL SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME, CNPJ nº 06.985.236/0001-00. Objeto e Fundamento Legal: Por não conhecer o Recurso interposto, dada a sua intempestividade, mantendo a aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 67.375,00 (sessenta e sete mil trezentos e setenta e cinco reais), pelo cometimento da infração tipificada no inciso II do artigo 23 da Resolução nº 2.921/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHO Nº 47, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

Processo nº 50300.003976/2017-84. Fiscalizada: COMPANHIA DOCAS DE SANTANA - CDSA, CNPJ nº 04.756.826/0001-36. Objeto e Fundamento Legal: Por conhecer do recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito conceder-lhe provimento, tornando o Auto de Infração n° 002851-7 (SEI 0366007) insubsistente por vício no enquadramento do fato infracional e decidindo pelo arquivamento dos presentes autos.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO
Gerente

UNIDADE REGIONAL DE BELÉM-PA

DESPACHO Nº 84, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.005480/2017-45. Fiscalizada: J. ALMEIDA BATISTA NAVEGAÇÃO - ME, CNPJ nº 10.905.278/0001-61. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária, no valor de R$ 845,52 (oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIV do artigo 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ

OSIANE KRAIESKI DE ASSUNÇÃO
Chefe

UNIDADE REGIONAL DE MANAUS-AM

DESPACHO Nº 36, DE 13 DE JUNHO DE 2018

Processo nº 50300.010029/2017-40. Fiscalizada: N. J. CONSTRUÇÕES, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 04.505.639/0001-80. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 4.152,50 (quatro mil cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos), pelo cometimento das infrações dispostas nos incisos XXIV e XXXIX, ambos do art. 23 da Resolução n° 1.274/2009-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe

DESPACHO Nº 39, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Processo nº 50300.011588/2017-77. Fiscalizada: REIS E MONTEIRO NAVEGAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 19.208.401/0001-60. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 315,00 (trezentos e quinze reais), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIII do art. 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe

DESPACHO Nº 40, DE 15 DE JUNHO DE 2018

Processo nº 50300.011585/2017-33. Fiscalizada: F. DE A. O. DOS REIS TRANSPORTES - ME, CNPJ nº 09.333.965/0001-70. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 367,50 (trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), pelo cometimento da infração capitulada no inciso XXIII do art. 20 da Resolução n° 912/2007-ANTAQ.

LUCIANO MOREIRA DE SOUSA NETO
Chefe

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 523, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no voto DMV - 230, de 14 de agosto de 2018, no que consta dos Processos nº 50500.700093/2018-41 e 50510.017684/2018-34;

CONSIDERANDO o disposto nos Capítulos 18 e 22 do Contrato de Concessão relativo ao Edital 006/2013, de 12 de março de 2014,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução ANTT nº 5.392, de 27 de julho de 2017, que aprova a 2ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério da Fazenda, em cumprimento à Portaria MF nº 150, de 12 de abril de 2018;

CONSIDERANDO o comunicado ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em cumprimento à Portaria DG/ANTT nº 467, de 21 de setembro de 2015, DELIBERA:

Art. 1º Aprovar a 3ª Revisão Ordinária, 5ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP, do Contrato de Concessão da Rodovia BR-040: trecho Brasília-DF a Juiz de Fora-MG, explorado pela Via040 - Concessionária BR 040 S.A., que alteram a Tarifa de Pedágio, baseadas nos seguintes itens:

I - Alteração da Tarifa Básica de Pedágio de R$ 4,10339 para R$ 4,00094;

II - Aplicação do desconto de reequilíbrio de 9,09760%, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, correspondente ao Fator D;

III - Aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário - IRT de 1,41042, sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - Consideração do Fator C negativo de R$ 0,03733 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 2º Alterar, em consequência, a Tarifa de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 5,27804 para R$ 5,09230.

Art. 3º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 5,30 para R$ 5,10, nas praças de pedágio P1, em Cristalina/GO; P2, em Paracatu/MG; P3, em Lagoa Grande/MG; P4, em João Pinheiro/MG; P5, em Canoeiras/MG; P6, em Felixlândia/MG; P7, em Curvelo/MG; P8, em Sete Lagoas/MG; P9, em Itabirito/MG; P10, em Conselheiro Lafaiete/MG; P11, em Juiz de Fora/MG.

Art. 4º Esta Deliberação entrará em vigor a partir de zero hora do dia 17 de agosto de 2018.

MARIO RODRIGUES JUNIOR
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	5,10
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	10,20
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	7,65
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	15,30
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	10,20
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	20,40
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	25,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	30,60
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	2,55

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 185 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 824+800m e o km 827+600m, na Pista Norte, em Sinop/MT, de interesse da ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A. Processo nº 50520.014623/2018-04.

Nº 186 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 838+870m e o km 852+300m, na Pista Norte, e travessia no km 852+300m, em Sinop/MT, de interesse da ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A. Processo nº 50520.014624/2018-41.

Nº 187 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-040/MG, por meio de travessia no km 460+805m, em Sete Lagoas/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A. Processo n.º 50510.022138/2017-34.

Nº 188 - Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, no km 844+400m, Sentido Norte, em Sinop/MT, de interesse de Vieira & Pizzoli Vieira LTDA (Posto Trevão). Processo nº 50520.014101/2018-02.

Nº 189 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de gás na faixa de domínio da Rodovia Washington Luiz, BR 040/RJ, por meio de ocupação longitudinal subterrânea entre o km 103+704m e o km 104+332m, na Rodovia BR-040/RJ, no Município de Duque de Caxias/RJ, de interesse da empresa Companhia Distribuidora de Gás do Estado do Rio de Janeiro - CEG. Processo n.º 50505.072302/2017-23.

N.º 190 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-262/MG, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 365+100m e o km 365+135m Pista Leste, e travessia no km 365+100m, em Betim/MG, de interesse de CEMIG Distribuição S.A. Processo n.º 50500.381873/2017-04.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 191 - Autorizar a melhoria do acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitscheck, BR-040/RJ, no km 26+400, na Pista sentido Juiz de Fora, em Três Rios/RJ, de interesse da Santa Tereza Agropecuária Ltda. Processo n.º 50505.041390/2018-01.

Nº 192 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de travessia aérea no km 102+284m, em Rondonópolis/MT, de interesse da ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A. Processo nº 50520.014620/2018-62.

Nº 193 - Autorizar a implantação de rede de transmissão de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-364/MT, por meio de travessia aérea no km 484+865m (km 403+765m da Rodovia BR-163/MT), em Acorizal/MT, de interesse da SPE Santa Lucia Transmissora de Energia S/A. Processo nº 50520.014625/2018-95.

Nº 194 - Autorizar a construção de acesso à marginal na faixa de domínio da Rodovia BR-116/RS, no km 514+858m, Sentido Sul, em Pelotas/RS, de interesse de RCL Empreendimentos Imobiliários Eirelli. Processo nº 50520.013935/2018-92.

Nº 195 - Autorizar a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-163/MT, por meio de travessia aérea no km 339+700m (km 514+300m da Rodovia BR-070/MT), em Várzea Grande/MT, de interesse da ENERGISA Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A. Processo nº 50520.014622/2018-51.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

PORTARIAS DE 13 DE AGOSTO DE 2018

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 3 de maio de 2018.

Nº 196 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP/RJ, por meio de ocupações longitudinais, nos trechos entre o km 000+000m e o km 008+900m, na Pista Norte, entre o km 008+900m e o km 028+000m, na Pista Sul, entre o km 028+000m e o km 031+300m, na Pista Norte, entre o km 031+300m e o km 096+000m, na Pista Sul, entre o km 096+000m e o km 098+000m, na Pista Norte, entre o km 098+000m e o km 102+000m, na Pista Sul, entre o km 102+000m e o km 105+000m, na Pista Norte, entre o km 105+000m e o km 171+200m, na Pista Sul, entre o km 171+200m e o km 180+100m, na Pista Norte, entre o km 180+100m e o km 198+700m, na Pista Sul, entre o km 198+700m e o km 200+400m na Pista Norte, entre o km 200+400m e 203+300m na Pista Sul, entre o km 203+300m e o km 209+000 na Pista Norte, entre o km 209+000m e o km 227+900m na pista Sul e entre o km 227+900m e o km 231+000m na Pista Norte e travessias nos km 8+900m, km 28+000m, km 31+300m, km 96+000m, km 98+000m, km 102+000m, km 105+000m, km 171+200m, km 180+100m, km 198+700m, km 200+400m, km 203+300m, km 209+00m e km 227+900m no Estado de São Paulo e por meio de ocupações longitudinais, nos trechos entre o km 163+000m e o km 218+100m, na Pista Norte, entre o km 218+100m e o km 227+500m, na Pista Sul, entre o km 227+500m e o km 318+200m, na Pista Norte e entre o km 318+200m e o km 319+200m, na Pista Sul e entre o km 319+200m e o km 333+580m na Pista Norte, e travessias nos km 218+100m, km 227+500m, km 318+200m e km 319+200m, no Estado do Rio de Janeiro, de interesse da Sociedade de Atividades em Multimídia LTDA - SAMM. Processo n.º 50515.033558/2018-87

Nº 197 - Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação subterrânea, longitudinal no trecho entre o km 73+000m e o km 86+855m, transversal no km 87+025m e longitudinal no trecho entre o km 87+025m e o km 100+356m, na Pista Sul em Aparecida/SP, Roseira/SP e Pindamonhangaba/SP, de interesse da CG TELECOM - Chiesa e Guimarães Telecom Telecomunicações Ltda. Processo n.º 50515.004117/2018-78

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontram-se disponíveis no sítio da ANTT na rede mundial de computadores - Endereço http://portal.antt.gov.br/index.php/content/view/355.html.

FÁBIO LUIZ LIMA DE FREITAS

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO

DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÃO

PORTARIA Nº 2.543, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Aprova o Regimento Interno do Comitê Socioambiental Permanente - COSAP, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL E DESAPROPRIAÇÃO, SUBSTITUTO, DA SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRE E AQUAVIÁRIO, no uso da atribuição que lhe confere §1º do art. 3º da Portaria nº 984, de 13 de dezembro de 2017, por meio da qual foi instituído o Comitê Socioambiental Permanente - COSAP, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Comitê Socioambiental Permanente - COSAP, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na forma do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE YUN

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ SOCIOAMBIENTAL PERMANENTE

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Comitê Socioambiental Permanente - COSAP, órgão colegiado de caráter consultivo e normativo do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, compete identificar, coordenar e supervisionar as iniciativas, ações e projetos de implementação das Diretrizes Socioambientais do Ministério, bem como propor sua revisão ou atualização.

Art. 2º O COSAP terá caráter deliberativo, conforme suas competências, no âmbito do Comitê e fará as recomendações e proposituras que julgar necessárias.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O COSAP tem a seguinte estrutura:

I - Presidência

II - Secretaria Executiva

III - Câmaras Técnicas

IV - Grupos de Trabalho

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 4º Compete ao Comitê:

I - deliberar acerca das proposições e requerimentos submetidos por seus membros ou Câmaras Técnicas;

II - deliberar acerca da criação, extinção e composição de Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho;

III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao presidente e ao secretário- executivo sobre os trabalhos do Conselho;

IV - apresentar relatórios e pareceres, nos prazos fixados;

V - propor itens para a pauta, bem como questões de ordem nas reuniões do Comitê;

VI - aprovar a admissibilidade das matérias propostas ao Comitê, com base em parecer emitido pela Secretaria Executiva;

VII - solicitar à Presidência do Comitê a participação de especialistas para subsidiar entendimento técnico específico sobre matérias de sua competência;

VIII - propor realização de consultas públicas;

IX - alterar o Regimento Interno do COSAP mediante proposta de um terço dos membros, aprovada por dois terços dos membros; e

X - editar atos para regulamentar os prazos e procedimentos de:

a) formalização de proposições e requerimentos;

b) realização da análise de admissibilidade pela Secretaria Executiva; e

c) reunião e deliberação conjunta de Câmaras Técnicas.

Parágrafo único. As Câmaras Técnicas serão compostas por no máximo nove representantes, titulares e suplentes, indicados pelos membros do Comitê dos órgãos e entidades de que tratam a portaria vigente.

Art. 5º À Secretaria Executiva do COSAP compete:

I - realizar a análise prévia de admissibilidade das matérias propostas ao Comitê;

II - assessorar a presidência do Comitê, das Câmaras Técnicas e a coordenação dos Grupos de Trabalho;

III - coordenar os trabalhos de secretaria técnica e administrativa necessários ao funcionamento do Comitê;

IV - comunicar, encaminhar e dar publicidade às ações e deliberações do Comitê;

V - manter o arquivo da documentação relativa às atividades do Comitê;

VI - comunicar, por escrito, ao respectivo órgão ou entidade, a ausência de membros nas reuniões;

VII - fornecer atestado de presença do membro em reuniões do Comitê, Câmaras Técnicas ou Grupos de Trabalho, quando solicitado; e

VIII - proceder ao registro documental da reunião do Comitê e encaminhá-lo aos membros, por meio eletrônico.

Art. 6º Às Câmaras Técnicas compete:

I - examinar, deliberar e relatar ao Comitê as matérias e consultas que lhe forem submetidas;

II - desenvolver, discutir, deliberar em primeira instância propostas de normas, padrões, critérios e outras matérias de sua atribuição;

III - solicitar à Presidência do COSAP a participação de especialistas para subsidiar entendimento técnico específico sobre matérias de sua competência;

IV - propor à Presidência do Comitê itens para a pauta das reuniões do Comitê;

V - requerer à Presidência do Comitê, de forma motivada, matéria de seu interesse e pertinência que esteja tramitando em outra Câmara Técnica, para sua análise e deliberação em conjunto;

VI - solicitar à Presidência do Comitê a realização de reunião conjunta com qualquer outra Câmara ou Colegiado, antes de deliberar sobre as matérias em pauta;

VII - deliberar acerca da criação, extinção e composição de Grupos de Trabalho;

VIII - o presidente da Câmara Técnica poderá convidar, em seu nome ou por indicação de membro, os órgãos e entidades representados no Comitê, personalidades e especialistas para participar das reuniões, em função da matéria constante da pauta.

IX - eleger o respectivo presidente e o vice - presidente das Câmaras Técnicas; e

X - propor a realização de consulta pública.

§1º Os participantes de que trata o inciso VIII não terão direito a voto.

§2º Em caso de vacância da presidência das Câmaras Técnicas, assumirá o vice-presidente até a próxima reunião ordinária ou extraordinária, ocasião em que será realizada nova eleição.

Art. 7º Aos Grupos de Trabalho compete analisar, estudar e apresentar propostas sobre as matérias de competência do órgão que os instituiu, assessorando-a e auxiliando-a de forma não deliberativa.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 8º Ao Presidente do COSAP compete:

I - representar o Comitê perante o Ministro, outras autoridades, órgãos e instituições;

II - submeter à apreciação do Comitê e do Ministro o planejamento e o relatório anual de atividades do Comitê;

III - promover a regulamentação dos atos administrativos do Comitê;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Comitê;

V - submeter ao Comitê a participação de especialistas para subsidiar entendimento técnico específico sobre matérias de competência do Comitê ou das Câmaras Técnicas, quando solicitado por seus membros;

VI - subscrever:

a) deliberações do Comitê;

b) atos relativos ao cumprimento das deliberações;

VII - designar os membros do Comitê, das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho;

VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno; e

IX - designar os membros da Secretaria Executiva, facultada a solicitação de indicação aos dirigentes máximos dos órgãos e entidades de que trata o art. 2º da Portaria MTPA n.º 984, de 2017.

§1º As competências de que tratam os incisos do caput poderão ser delegadas, exclusivamente, ao Secretário Executivo.

§2º As deliberações ou atos relacionados diretamente ao Presidente ou à qualidade de sua gestão serão subscritos por membro escolhido na reunião plenária de aprovação dos mesmos.

Art. 9º Ao Secretário Executivo do COSAP compete assessorar, apoiar e coordenar as atividades da Presidência do COSAP, das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho, bem como fomentar o bom funcionamento administrativo do Comitê.

Art. 10. Os presidentes e vice-presidentes das Câmaras Técnicas serão eleitos por seus membros, por maioria simples dos votos, em reunião a ser conduzida pelo presidente do Comitê.

§1º Em caso de vacância da presidência das Câmaras Técnicas, assumirá o vice-presidente até a próxima reunião ordinária ou extraordinária, ocasião em que será realizada nova eleição.

§2º Os presidentes e vice-presidentes das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos, podendo ser renovado por uma única vez.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Seção I

Da Plenária do COSAP

Subseção I

Das Proposições

Art. 11. Compete exclusivamente ao Ministro, aos membros do Comitê e aos Presidentes das Câmaras Técnicas a propositura de matéria sujeita à análise e deliberação do COSAP.

§1º As proposições serão encaminhadas à Secretaria Executiva em até trinta dias corridos antes da realização da sessão.

§2º As matérias serão submetidas ao Comitê por meio de proposições, as quais serão objeto de prévia análise de admissibilidade pela Secretaria Executiva do Comitê.

§3º O parecer de admissibilidade será submetido à apreciação dos membros do Comitê, em reunião plenária.

Art. 12. Constituem-se pressupostos de admissibilidade das proposições:

I - legitimidade;

II - forma;

III - pertinência do tema em relação às Diretrizes Socioambientais da Pasta; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - relevância do tema para o setor.

Parágrafo único. A manifestação acerca da admissibilidade das proposições será disponibilizada na convocação da reunião.

Subseção II

Das Reuniões

Art. 13. O comitê reunir-se - á em plenária com a presença da maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao presidente da sessão anunciar e registrar o quórum.

§1º As reuniões ordinárias serão quadrimestrais e seu calendário será fixado no planejamento anual a ser aprovado pelo Comitê e apresentado para o Ministro.

§2º Em eventual adiamento de reunião ordinária, uma nova reunião deverá ser realizada em até quinze dias corridos, em data a ser fixada pelo presidente do Comitê.

§3º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros.

§4º As reuniões serão convocadas por meio eletrônico, com no mínimo quinze dias corridos de antecedência e, no ato da convocação, serão disponibilizadas as respectivas pautas e documentos relacionados.

§5º No caso de reuniões extraordinárias para apreciação de matérias em regime de urgência, o prazo estabelecido no §4º poderá ser, excepcionalmente, reduzido para até 3 (três) dias úteis.

§6º A Secretaria Executiva do Comitê comunicará a cada ausência ao dirigente do órgão ou entidade representada.

Subseção III

Dos Requerimentos

Art. 14. Os membros do Comitê poderão apresentar os seguintes requerimentos em relação às matérias constante da pauta:

I - retirada;

II - inversão de pauta;

III - urgência;

IV - sobrestamento; e

V - extinção.

§1º Os requerimentos deverão ser propostos em até sete dias antes da realização da sessão.

§2º As matérias que foram retiradas de pauta e as que tramitam em regime de urgência terão prioridade de apreciação em face das demais matérias, observada a ordem estabelecida no caput.

§3º Os requerimentos formalizados serão apresentados ao Comitê pelo Secretário Executivo.

Subseção IV

Das Deliberações

Art. 15. O Comitê deliberará por maioria simples dos membros presentes, respeitado o quórum mínimo para a realização da sessão.

§1º Para a aprovação de matérias extrapauta, será exigido quórum qualificado equivalente a dois terços dos membros presentes.

§2º Terá direito a voto o membro titular do órgão ou entidade e, em sua ausência, o seu suplente.

§3º No cálculo do quórum para aprovação de matérias, não serão computados os representantes com direito de voto suspenso.

§4º A votação será nominal, quando solicitada por no mínimo três membros, devendo o requerimento identificar os signatários para efeito de confirmação da representatividade e ser apresentado antes da votação.

§5º O processo deliberativo da sessão deverá ser suspenso se, a qualquer tempo e a pedido de qualquer membro, não se verificar o quórum exigido.

Art. 16. As proposições serão apresentadas ao Comitê pelo membro que a submeteu ou, no caso de matéria encaminhada às Câmaras Técnicas, pelo respectivo relator.

Parágrafo único. Caso o Comitê entenda que as emendas propõem alterações significativas de conteúdo, poderá, por dois terços dos membros presentes, restituir a matéria ao proponente ou à Câmara Técnica de origem e incluir a matéria na pauta da reunião subsequente.

Art. 17. Realizada a votação, qualquer membro poderá:

I - solicitar a identificação do número de votos a favor, contra e abstenções, em caso de dúvida na apuração dos votos por contraste; e

II - apresentar declaração de voto cujo teor será incluído no registro da reunião.

Seção II

Das Câmaras Técnicas

Subseção I

Das Reuniões

Art. 18. As Câmaras Técnicas, órgãos de deliberação de primeira instância, reunir-se-ão mediante a presença da maioria absoluta dos seus membros, cabendo ao presidente da sessão anunciar e registrar o quórum.

§1º As reuniões ordinárias terão seu calendário fixado no planejamento anual a ser proposto pela própria Câmara Técnica, aprovado pelo Comitê e apresentado ao Ministro.

§2º No eventual adiamento de reunião ordinária, uma nova reunião deverá ser realizada em até dez dias corridos, em data a ser fixada pelo presidente da Câmara.

§3º As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo seu presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros.

§4º As reuniões serão convocadas por meio eletrônico, com no mínimo quinze dias corridos de antecedência e, no ato da convocação, serão disponibilizadas as respectivas pautas e documentos relacionados.

§5º No caso de reuniões extraordinárias para apreciação de matérias em regime de urgência, os prazos estabelecido nos §§ 2º e 4º podem ser reduzidos, excepcionalmente, para até 03 (três) dias úteis.

§6º As reuniões das Câmaras Técnicas devem ser realizadas preferencialmente em datas não coincidentes e registradas, de forma sumária, em documento que apresente os resultados das deliberações.

Subseção II

Das Deliberações

Art. 19. As Câmaras Técnicas deliberarão, por maioria simples, cabendo ao seu presidente, além do voto pessoal, o de qualidade.

§1º Terá direito a voto o membro titular do órgão ou entidade e, na sua ausência, o seu suplente.

§2º Quando a matéria for resolvida por voto de qualidade, deve ser encaminhada ao Comitê, para conhecimento, os votos divergentes.

Art. 20. As personalidades ou os especialistas, convidados, poderão participar das reuniões, sem direito a voto, mas com direito a voz, em função da matéria constante da pauta.

Art. 21. A pedido dos Presidentes de Câmaras Técnicas, a Presidência do Comitê poderá convocar reunião conjunta de Câmaras Técnicas para exame e desenvolvimento de matérias no âmbito de suas competências, podendo ser de caráter deliberativo.

Art. 22. As Câmaras Técnicas designarão entre os seus membros, observando, preferencialmente, critérios de alternância, relatores para cada uma das matérias que serão objeto de discussão e deliberação.

Parágrafo único. O relator da matéria elaborará parecer a ser submetido à apreciação da Câmara Técnica, considerando toda a documentação disponível, bem como os resultados de Grupos de Trabalho ou consultas públicas.

Seção III

Dos Grupos de Trabalho

Art. 23. Os Grupos de Trabalho terão sua composição, coordenação e objetivos especificados no ato de sua criação.

§1º Os Grupos de Trabalho terão objetivos específicos e serão instituídos por tempo determinado, mediante deliberação do Comitê ou das Câmaras Técnicas.

§2º O cronograma de atividades do Grupo de Trabalho será estabelecido em sua primeira reunião, devendo ser instalado em até trinta dias corridos a partir de sua instituição.

§3º As reuniões serão convocadas por meio eletrônico, com no mínimo dez dias corridos de antecedência e, no ato da convocação, será disponibilizada a documentação técnica e científica concernentes às propostas em discussão.

§4º O coordenador do Grupo de Trabalho disponibilizará, em até cinco dias corridos da realização da reunião, a respectiva ata ou resumo executivo.

§5º A ausência injustificada de membro à reunião do Grupo de Trabalho poderá ensejar a sua substituição, a critério do Coordenador do Grupo de Trabalho instituído, além de comunicação ao dirigente do órgão ou entidade representada.

Art. 24. O relatório final do Grupo de Trabalho deverá ser encaminhado ao Plenário ou à Câmara Técnica em até dez dias corridos após o final das atividades, destacando os eventuais dissensos entre os órgãos e entidades integrantes do mesmo.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As deliberações, proposições e posicionamentos do Comitê acerca de matérias que possuam caráter vinculante ou de ampla repercussão serão submetidos, na forma de recomendação, à apreciação da autoridade competente para expedi-los.

Art. 26. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento Interno serão solucionados pelo presidente, ad referendum, do Comitê.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

EXTRATO DA 195ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2018

Início: 16h13.

Presidência: Ronaldo Curado Fleury. Presentes os Senhores Conselheiros: Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária), Sandra Lia Simón, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, André Luís Spies e Edelamare Barbosa Melo. Presentes o Corregedor-Geral do MPT Maurício Correia de Mello, o Ouvidor do MPT Rogério Rodriguez Fernandez Filho e a representante da ANPT Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Júnia Soares Nader, Manoel Jorge e Silva Neto e Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

Deliberação:

01 - PGEA nº 006692.2018.00.900/1 - (Anexo: PGEA nº 007274.2018.00.900/9 - ANPT, ANPR, AMPDFT e ANMPM. Solicitam a inclusão na proposta orçamentária do MPT para 2019 a previsão de valores para recomposição dos subsídios).

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Aditivo à Proposta orçamentária do MPT para o exercício de 2019: Orçamentos Fiscal e Seguridade Social.

Decisão: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, após esclarecimentos prestados pela Diretoria de Orçamento e Finanças, decidiu, à unanimidade, aprovar a proposta de readequação orçamentária do MPT para o exercício de 2019. A Dra. Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro manifestou-se pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente), Júnia Soares Nader, Manoel Jorge e Silva Neto e Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

Término: 16h40.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do CSMPT

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária do CSMPT

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PORTARIA Nº 1, DE 9 DE AGOSTO DE 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por meio do 3º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial, no exercício das atribuições conferidas pelos artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, artigos 5º, inciso III, "b", e 6º, inciso VII, "b", da Lei Complementar n. 75/93, e artigo 17, caput, da Lei n. 8.429/92, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, no exercício do controle externo da atividade policial, tem o dever constitucional de zelar pelos princípios constitucionais relativos à segurança pública, garantindo o uso adequado da estrutura e dos sistemas policiais por parte de seus agentes;

CONSIDERANDO o noticiado no Memorando n. 061/2018-SES-VD-TG, no sentido de que MARCO ANTÔNIO MORENO CARDOSO, valendo-se de seu cargo de policial civil, da estrutura de unidade policial e de todo o aparato de sistemas de informação de que tinha acesso em razão do cargo, realizou investigação particular relativa a fatos que diziam respeito exclusivamente à sua vida privada, sem qualquer relação com suas atividades profissionais, o que, em tese, configura ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO a gravidade do fato noticiado e a necessidade de aprofundamento das investigações, principalmente por meio de oitivas das pessoas indevidamente investigadas pelo referido servidor público;

CONSIDERANDO que compete ao NCAP instaurar inquérito civil público, bem como promover e acompanhar a ação civil pública por ato de improbidade administrativa no âmbito da atuação do controle externo da atividade policial civil, conforme inciso IV do artigo 29 da Resolução nº 121 do Conselho Superior do MPDFT;

CONVERTE a presente Notícia de Fato em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO.

GILBERTO TELES COELHO

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 219, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul para assinar o Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria-Geral de Fiscalização e Transparência do Município de Campo Grande/MS, nas áreas de fiscalização, capacitação e intercâmbio de informações.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC 011.913/2018-5, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, o Acordo de Cooperação Técnica com a Controladoria-Geral de Fiscalização e Transparência do Município de Campo Grande/MS, voltado a viabilizar a fiscalização da aplicação de recursos públicos federais repassados ao Município de Campo Grande/MS, bem como realizar treinamentos na área de controle e intercâmbio de informações.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO CARREIRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PLENÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 298, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Altera a Resolução-TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, que dispõe sobre normas atinentes à distribuição de processos a ministros e ministros substitutos no âmbito do Tribunal de Contas da União.

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências, de acordo com o que dispõe o art. 150 do Regimento Interno, e o disposto no art. 107 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,

considerando a necessidade de promoção de ganhos de produtividade em função da distribuição de processos a ministros e ministros-substitutos;

considerando a necessidade de equilibrar a distribuição de carga de trabalho entre os gabinetes de ministros e de ministros-substitutos, resolve:

Art. 1º. Alterar o artigo 13 da Resolução TCU nº 175, de 25 de maio de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. Os processos referentes a atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, para fins de registro pelo Tribunal, serão sorteados entre os ministros e os ministros-substitutos.

Parágrafo único. (Revogado)"

Art. 2º. Alterar o artigo 18 da Resolução TCU nº 175, de 2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. Os processos concernentes a recursos federais repassados por força de lei ou mediante convênio, acordo, ajuste, contrato de repasse ou outros instrumentos congêneres, serão sorteados entre os ministros e os ministros-substitutos.

Parágrafo único. Os processos de tomadas de contas especiais (TCE) convertidos de outros processos serão distribuídos ao relator do processo originador."

Art. 3º. Acrescentar a Seção X-B e o artigo 18-B na Resolução TCU nº 175, de 2005, para tratar do sorteio dos processos de representação e denúncia, com a seguinte redação:

"Seção X-B

Dos processos de representação e denúncia

Art. 18-B. Os processos referentes a denúncias e representações ligadas às aquisições logísticas serão sorteados entre os ministros e os ministros-substitutos.

Parágrafo único. As representações que tratarem de questões relativas às atividades fins de órgãos ou entidades serão distribuídas ao relator em cuja lista constar o órgão responsável."

Art. 4º. Acrescentar a Seção X-C e os artigos 18-C e 18-D na Resolução-TCU n° 175, de 2005, para tratar do equilíbrio entre a entrada total efetiva de processos por gabinete em cada trimestre e a quantidade de processos a serem sorteados, com a seguinte redação:

"Seção X-C

Art. 18-C. A Seplan apresentará, trimestralmente, relatório contendo a carga de HDs associada a todos os processos distribuídos aos ministros e ministros-substitutos.

Parágrafo único. Para os processos que não apresentem informações hábeis a comprovar o número de HDs correspondentes, serão usados valores médios aferidos pela Secretaria do Tribunal.

Art. 18-D. As diferenças de HDs apuradas na carga de trabalho distribuída aos gabinetes de ministros e ministros-substitutos serão compensadas no sorteio dos processos de que tratam os arts. 13, 18 e 18-B da presente Resolução, tendo-se em conta o quadro de pessoal autorizado para o gabinete do respectivo relator e conforme procedimentos definidos em ato do Presidente."

Art. 5º. Acrescentar a Seção X-D e o artigo 18-E na Resolução-TCU n° 175, de 2005, para tratar do monitoramento e dos demais processos relativos aos procedimentos de desestatização realizados pela Administração Pública Federal, com a seguinte redação:

"Seção X-D

Art. 18-E. Os processos relativos à fiscalização dos procedimentos de desestatização realizados pela Administração Pública Federal serão sorteados entre os ministros.

Parágrafo único. As representações e denúncias que tratarem de questões relativas a procedimentos submetidos ao monitoramento de que trata o art. 3º da Instrução Normativa-TCU 81/2018, serão distribuídas ao ministro sorteado para relatar o referido monitoramento."

Art. 6º. Esta resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2019.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

(*)Republicada por ter saído com incorreção no D.O.U nº 155, de 13/8/2018, pág. 119.

2ª CÂMARA

ATA Nº 28, DE 7 DE AGOSTO DE 2018
(Sessão Ordinária da 2ª Câmara)

Presidente: Ministro José Múcio Monteiro
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária das Câmaras: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes e dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho e do Representante do Ministério Público Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 27 referente à Sessão Ordinária realizada em 31 de julho de 2018.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-021.165/2018-1 e TC-027.802/2014-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-031.561/2013-6, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

TC-009.964/2015-0, TC-014.129/2017-5, TC-015.662/2018-7 e TC-030.004/2017-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-026.884/2010-0, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, o Dr. Fernando Augusto Vieira de Figueiredo - OAB/MT nº 7627-A, declinou de apresentar sustentação oral em seu próprio nome.

Na apreciação do processo nº TC-033.513/2016-3, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes, o Dr. Rubenito Cardoso da Silva Junior - OAB/AM nº 4.947, apresentou sustentação oral em nome da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - UNISOL.

Na apreciação do processo nº TC-013.027/2016-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o Dr. Marcos Ronny Moura Saldanha - OAB/CE nº 9.837, apresentou sustentação oral em nome de Francisco Carlos Macêdo Tavares.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 6918 a 7180:

RELAÇÃO Nº 22/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 6..918/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, §§ 1º, 2º e 5º, do Regimento interno do TCU e art. 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria de Maria do Rocio Canesin Araujo e Marta Estacia Norbiato Goncalves; e considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de aposentadoria de Cleuza da Graça Machado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.459/2014-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Cleuza da Graça Machado (780.720.188-68); Maria do Rocio Canesin Araujo (044.271.568-43); Marta Estacia Norbiato Goncalves (030.135.038-82).
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Osasco/SP - INSS/MPS.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6..919/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.409/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Ana Maria da Costa Marques (702.853.737-49); Delzuita Lopes (335.606.847-49); Dulcinea Rodrigues Ventura dos Santos (273.886.387-68); Maria José Lazarevitch (755.045.297-00); Mirian Correia Gonçalves (375.182.677-72)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.920/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.472/2018-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helena Coutinho de Almeida (204.315.704-34); José Berto de Aquino (040.152.824-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado da Paraíba
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.921/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Joaquim Anisio da Luz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.476/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joaquim Anisio da Luz (297.179.143-20)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Piauí
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.922/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Augusto Adelino Braz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo da seguinte providência:

1. Processo TC-009.548/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Augusto Adelino Braz (495.408.237-49)
1.2. Órgão/Entidade: Centro Tecnológico de Informática do Ministério da Saúde
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 6.923/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Astolfo Henrique Serra Junior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.795/2018-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Astolfo Henrique Serra Junior (244.817.697-34)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6.924/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.797/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: José Bispo dos Santos (048.451.105-04); Roberto Lopes de Santana (366.905.115-53)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Na Bahia

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.925/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.809/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Miriam Gomes da Silva Azevedo (073.387.594-72); Vera Lucia Ferreira de Amorim (127.958.794-68)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.926/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.813/2018-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Solange Ortis da Fonseca Komatsu (586.427.068-72); Vera Lucia Shikanai (930.183.808-78)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.927/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Evaldo Fernandes do Couto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.341/2018-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Evaldo Fernandes do Couto (006.712.076-87).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.928/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.692/2018-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Airton de Jesus da Graça Teixeira (081.504.782-72); Ana Teresa de Souza Lins (063.538.782-49); Antonio Américo D`oliveira Pinheiro Lopes (083.253.162-68); Domingas Ribeiro Ervedosa (081.361.062-15); Ednamar Galvão Machado (121.016.482-53); Elizabeth Maria Siqueira de Castro (109.944.322-91); Glads Maria Hage Diniz Marins (134.376.072-00); Helena Baldez Vasconcelos (102.349.502-34); Jose Paulo Nascimento Cruz (096.794.302-78); José Caetano Lima Silva (043.968.552-49).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Evandro Chagas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.929/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.729/2018-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio de Lisboa (020.018.293-53); Maria Aleuda Sampaio Uchoa (073.517.633-72).

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.930/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito do ato de admissão de pessoal de Edgar Barbosa Santos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-017.993/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Edgar Barbosa Santos (835.166.202-00)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Amazonas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.931/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil de Elisabete Cavalcante Nunes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.708/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Elisabete Cavalcante Nunes (000.534.773-40)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.932/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução nº 206, de 24 de outubro de 2007, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito dos atos de concessão de pensão civil dos integrantes do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.917/2018-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Karoline Garonice Abrita da Costa (100.757.846-70); Marcelo Garonice Abrita da Costa (094.669.636-51)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Minas Gerais

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.933/2018 - TCU - 2ª Câmara

Considerando a sentença proferida nos autos do Processo 0039279-51.2016.4.01.3400, ajuizado por Vicente de Paula de Souza Guedes contra a União, em que o Juízo da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal resolveu o mérito e rejeitou o pedido do autor; e

Considerando que a decisão concessiva de tutela de urgência proferida no Agravo de Instrumento n° 0043258-36.2016.4.01.0000 perdeu a sua eficácia (artigo 296 do Código de Processo Civil), deixou de subsistir a determinação de suspensão dos efeitos do Acórdão 2.629/2013-TCU-2ª Câmara e de exclusão do nome do autor da relação dos responsáveis com contas julgadas irregulares, comunicada por meio do Despacho-Conjur de 25/8/2016 (peça 146);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em levantar o sobrestamento do presente processo - autorizado por meio do Acórdão 2.706/2016-TCU-Plenário (Relação 56/2016, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues; peça 159) -, comunicar os órgãos competentes quanto à continuidade das medidas decorrentes do Acórdão 2.629/2013-TCU-2ª Câmara e, ao final, arquivar o feito, em conformidade com as manifestações da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU (peças 183-185).

1. Processo TC-005.720/2010-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 018.669/2014-0 (COBRANÇA EXECUTIVA); 018.673/2014-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 018.668/2014-3 (COBRANÇA EXECUTIVA); 018.670/2014-8 (COBRANÇA EXECUTIVA); 018.671/2014-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Klass Comercio e Representação Ltda. (02.332.985/0001-88); Vicente de Paula de Souza Guedes (193.479.956-49).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Rio das Flores/RJ.

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.7. Representação legal: Marcelli de Cassia Pereira (33.843/OAB-DF) e outros, representando Vicente de Paula de Souza Guedes; Luciano Alvarenga Cardoso (105395/OAB-RJ) e outros, representando Prefeitura Municipal de Rio das Flores - RJ; Ivo Marcelo Spinola da Rosa (13731/OAB-MT), representando Klass Comercio e Representacao Ltda, Vicente de Paula de Souza Guedes, Darci José Vedoin e Cléia Maria Trevisan Vedoin.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.934/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285, caput, do RI/TCU, em conhecer do presente recurso de reconsideração interposto por Pedro Theodoro de Rezende contra o Acórdão 2946/2017 - TCU - 2ª Câmara, para, no mérito, dar-lhe provimento; afastar os débitos que lhe foram imputados e julgar as contas regulares com ressalva, concedendo-lhe quitação; dar ciência desta deliberação ao recorrente, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.243/2015-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Pedro Theodoro de Rezende (320.899.101-00)

1.2. Recorrente: Pedro Theodoro de Rezende (320.899.101-00)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pacajá - PA

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.8. Representação legal:
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.935/2018 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força Convênio 844.003/2005, em fase recursal, na qual Ivã de Almeida e Fundação Escola Bahiana de Engenharia Eletromecânica protocolam pela terceira vez documentação (peça 131) nominada de embargos de declaração, nesta oportunidade opostos contra o Acórdão nº 5.093/2018 - TCU - 2ª Câmara,

Considerando que os responsáveis questionam novamente que a preliminar da prescrição não teria sido enfrentada por esta 2ª Câmara;

Considerando que a matéria afeta à prescrição foi apreciada no voto que embasou o Acórdão nº 5.093/2018 - TCU - 2ª Câmara;

Considerando o item 9.2 do mencionado acórdão, no qual foi deliberado informar aos recorrentes que novos embargos meramente protelatórios seriam conhecidos como petição e não teriam efeito suspensivo, conforme o § 6º do art. 287 do RI/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, em receber como mera petição a documentação nominada pelos recorrentes à título de "embargos de declaração" (peça 131) e negar-lhe seguimento.

1. Processo TC-022.094/2008-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Fundacao Escola Bahiana de Engenharia Eletromecanica (01.837.688/0001-21); Ivã de Almeida (095.141.395-34)
1.2. Recorrentes: Fundacao Escola Bahiana de Engenharia Eletromecanica (01.837.688/0001-21); Ivã de Almeida (095.141.395-34)
1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Bahia
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4.1. Ministro que alegou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.6. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Augusto Nardes
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).
1.8. Representação legal: Eduardo Rodrigues Lopes (29283/OAB-DF) e outros, representando Ivã de Almeida e Fundacao Escola Bahiana de Engenharia Eletromecanica.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 20/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 6.936/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.426/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Carlos de Siqueira Brasil (359.278.527-34)
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.937/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.851/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Thiago Gomes da Silva (054.824.764-13); Pedro Borges dos Santos (071.105.807-50); Pedro Costa Barreto Júnior (815.797.995-15); Pedro Jorge de Mello Barros (121.990.737-50); Pedro Kampe Bastos (095.744.597-05); Philipe Deschamps Gonçalves Dias (075.715.387-93); Piero Rodrigo Guimarães (314.599.118-30); Queila de Freitas Marques Souza (047.618.815-69); Rafael Fagundes Rocha (106.421.857-19); Rafael Fernando Mendonça de Alencar (016.387.521-92)
1.2. Órgão/Entidade: Petrobras Distribuidora S.A. - MME
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.938/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato de admissão a seguir indicado, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.537/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Ygor Fernandes Fonseca (332.668.913-68)
1.2. Órgão/Entidade: Eletrobrás Distribuição Rondônia
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.939/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de que se façam as determinações abaixo relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-032.281/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo - Alagoas (00.414.607/0002-07)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Passo de Camaragibe - AL
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. Determinar à Secex-AL que:
a) comunique ao Município de Passo de Camaragibe/AL, que:
a.1) na forma dos arts. 3º, 4º e 15 da IN/TCU 71/2012, a instauração de processo de tomada de contas especial, a inscrição e a baixa de responsável no cadastro de devedores da União e a suspensão da inadimplência nestes mesmos cadastros cabem, primariamente, à autoridade competente do órgão repassador dos recursos, no caso o Fundo Nacional de Assistência Social;
a.2) cabe aos municípios tentar reverter tais situações de inadimplência mediante a demonstração, diretamente aos órgãos/entidades competentes mencionados no item anterior, da adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;
b) envie cópia desta deliberação e das peças 1 e 3 deste processo, ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), para as providências cabíveis;
c) envie cópia desta deliberação ao Município de Passo de Camaragibe/AL.

RELAÇÃO Nº 21/2018 - 2ª Câmara
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 6.940/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.166/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Rodrigues de Rezende Júnior (361.507.706-72); Marcos Andrade Correa (521.438.996-53)
1.2. Unidade: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.941/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.433/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberval Almeida Malcher (368.323.837-20)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.942/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão abaixo relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos, e fazer a seguinte determinação:

1. Processo TC-022.675/2018-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rizoleta Maciel de Amorim (229.594.402-34)
1.2. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amazonas
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Sefip que providencie a retificação, no sistema Sisac, do formulário de alteração da aposentadoria por invalidez com proventos integrais ocorrida anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional 70/2012, acrescentando, no quadro "descrição dos fundamentos legais da aposentadoria/alteração", o código 1-1-9335-0 (Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, c/c EC 70/2012), bem como retificando a data de vigência de "22/7/2016" para "30/3/2012", na forma do art. 2º da referida Emenda e da Portaria 85/2016, emitida pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas, publicada no DOU de 22/7/2016.

RELAÇÃO Nº 17/2018 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 6.943/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU e à Conjur/TCU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento do Processo 0093400-65.1991.5.14.0003, que tramita no Tribunal Regional Federal da 14ª Região; e em arquivar o processo.

1. Processo TC-004.429/2010-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessadas: Dirce Alves Assunção (CPF 051.428.142-15); Divanir Gonçalves da Costa (CPF 051.899.852-53).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.944/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Eurecina Lopes Vale.

1. Processo TC-009.291/2018-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Eurecina Lopes Vale (CPF 103.752.442-04).
1.3. Unidade: Superintendência Regional do Incra em Marabá/PA.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Representação legal: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.945/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 4º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Paulo Roberto Pinheiro Chaves, e em fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo.

1. Processo TC-009.531/2018-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Paulo Roberto Pinheiro Chaves (CPF 509.376.187-72).
1.3. Unidade: Instituto Nacional de Tecnologia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) que corrija o fundamento legal do ato no Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), nos termos do art. 6º, § 1º, inciso II, da Resolução - TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 6.946/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a Tamiram de Almeida Santos.

1. Processo TC-022.700/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Classe de Assunto: V.

1.2. Interessado: Tamiram de Almeida Santos (CPF 907.209.388-72).

1.3. Unidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.947/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas de José Arimatéia Dantas Lopes e André Macedo Santa e dar-lhes quitação; com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas e dar quitação plena aos demais responsáveis relacionados abaixo; em encaminhar cópia desta deliberação, bem como da instrução à peça 11, à Universidade Federal do Piauí;

1. Processo TC-034.238/2017-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)

1.1. Classe de Assunto: II.

1.2. Responsáveis: Amadeu Matias Bernardes Filho (CPF 156.366.663-49); Andre Macedo Santana (CPF 628.763.923-72); Antonio Cezar Cruz Fortes (CPF 209.449.427-68); Carminda Luzia da Fonseca Reis Silva (CPF 200.423.103-34); Cristiane Batista Bezerra Torres (CPF 470.857.543-20); Edilberto Duarte Lopes (CPF 159.910.757-00); Fabio Napoleão do Rego Paiva Dias (CPF 004.907.077-00); Fenelon Martins da Rocha Neto (CPF 189.351.763-20); Francisco Newton Freitas (CPF 337.917.243-04); Helder Nunes da Cunha (CPF 241.133.793-00); Jose Bento de Carvalho Reis (CPF 200.873.063-87); José Arimatéia Dantas Lopes (CPF 051.025.613-91); Jovita Maria Terto Madeira Nunes (CPF 150.303.933-15); Lauro Oliveira Viana (CPF 718.405.753-87); Lucas Lopes de Araujo (CPF 000.577.933-28); Maria do Socorro Leal Lopes (CPF 066.902.893-20); Miguel Ferreira Cavalcante Filho (CPF 287.210.983-87); Nadir do Nascimento Nogueira (CPF 182.571.353-72); Pedro Vilarinho Castelo Branco (CPF 396.467.853-87); Wellistony Carvalho Viana (CPF 714.499.143-49).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6..948/2018 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex-PI a respeito de possíveis irregularidades na gestão de recursos do SUS pelo Hospital Universitário do Piauí - HUPI, apuradas no relatório da auditoria realizada na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh e no HUPI pelo Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde - Denasus (Relatório de Auditoria 14756 - peça 1).

Considerando que, ao apreciar a representação, esta Corte prolatou o acórdão 5.570/2015 - 2ª Câmara, que, em seu subitem 1.8, formulou à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde a seguinte determinação:

"1.8. determinar à Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde que informe a este Tribunal, no prazo de noventa dias a contar da ciência desta deliberação, o resultado das medidas administrativas adotadas junto à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh)/Hospital Universitário do Piauí (HUPI), relativamente ao Relatório de Auditoria 14756 - Denasus/PI, para sanear as falhas e irregularidades detectadas, e que adote medidas para recompor possíveis danos causados ao erário federal pelos valores transferidos à Ebserh/HUPI no período de vigência do contrato, deduzindo-se as parcelas de produção aceitas como executadas no objeto do pacto nessa vigência, inclusive com instauração de tomada de contas especial, com fundamento na IN TCU 71/2012.

Considerando que, contra essa deliberação, a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde interpôs pedido de reexame e embargos de declaração, os quais não foram conhecidos (acórdãos 3.102/2017 - 2ª Câmara e 6.171/2017 - 2ª Câmara, respectivamente);

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 58, inciso VII e §1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII e §3º, do Regimento Interno, em reiterar o Ofício 0971/2017-TCU/Secex-PI, de 25/7/2017, para que, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde informe as medidas adotadas com vistas ao atendimento da determinação constante do subitem 1.8 do acórdão 5.570/2015 - 2ª Câmara; em alertar o Diretor-Executivo do Fundo Nacional de Saúde da possibilidade de aplicação de multa por descumprimento de determinação deste Tribunal; e em dar ciência desta deliberação, bem como da instrução à peça 33, à Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde.

1. Processo TC-004.106/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI.

1.2. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex-PI.

1.3. Unidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2018 - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 6..949/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.032/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Davi Almeida Brandao (138.575.616-02); Gilberto Gregorio Coelho (169.279.127-38); Henrique Duarte Cunha (433.934.948-80); Leonardo Saldanha Paz (037.749.230-27); Luan de Carvalho Florenco (145.749.957-69); Mauricio da Silva Moreira (162.622.817-54); Rodrigo Souza da Silveira Fontes (162.902.037-03); Samuel Lucas do Nascimento Sena (165.070.347-38); Simarlei Freitas Silverio (154.351.867-22); Wenner Castilho Fernandes (136.159.386-58).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.950/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.340/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adryan Rodrigues Deniz (045.288.021-12); Cleber de Lara Fernandes (057.533.271-92); Cristian Brites Diaz (069.842.711-42); Felipe Areco Pereira Silva (067.412.911-30); Felipe Martins de Souza Costa (064.411.261-17); Heverton Ferreira da Silva Rodrigues (051.341.001-52); Igor Vinicius Valhejo Araujo (053.833.801-67); Lua Denys Azuaga do Amaral (056.655.031-85); Rafael Ruiz de Magalhaes Arnas (065.278.821-14); Roberto Kaua da Silva (067.076.801-45).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.951/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.341/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jesse Santos Oliveira (060.606.311-00); Rafael Sekula da Silva (028.634.881-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.952/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.342/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alisson Adriano Soares Proensia (041.233.530-10); Bruno Trindade Falcão (045.318.910-58); Cristian Valmir Rodrigues (044.537.790-97); Dieferson da Rocha Rodrigues (035.562.250-50); Eliezer Fontoura Sanfelice (040.263.480-24); Gabriel Del Fabbro (009.954.710-45); Gabriel de Quevedo Santos (036.108.750-03); Hugo Fraga Martins (039.133.370-40); Joao Antonio Silva da Rosa (042.732.070-44); Paulo Gabriel da Silva Dutra (044.384.560-37).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.953/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.345/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Carvalho Valentin (468.360.378-00); Gabriel Batista de Carvalho (329.480.178-58); Gustavo Rivelo (485.042.648-40); Jose Kleber Filho (436.192.738-39); Matheus Fernandes Rangel (450.564.008-66); Thales Gabriel Silva Ramos (466.475.408-65); Tiago de Faria Silva (442.278.898-12); Wesllen Allan de Oliveira (459.630.338-02); Yago Felipe Mariano da Costa Ribeiro (439.452.568-36); Ygor Santiago Correa Coutinho (446.107.668-76).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.954/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.346/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ramon Cesar da Costa Barbosa (459.487.008-28).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.955/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.350/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Florentino de Brito (157.266.037-61); Francisco Roberto da Silva Junior (110.578.014-70); Iago Clemente Lima da Silva (113.459.067-90); Joao Marcos Fernandes Ferreira (153.658.107-08); Jonathan Sena Goulart (158.972.107-13); Jorge Alberto Ramos de Souza Junior (173.724.727-50); Rafael dos Santos (130.247.677-70); Victor Hugo Ferreira Rodrigues Alves (136.344.717-35); Widney Barbosa de Lima Silva (117.846.684-19); Willian de Oliveira Gomes Maximo Lima (101.091.867-29).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.956/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.351/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Dankes Pacheco da Silva (158.692.087-18).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.957/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.355/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego de Souza Beserra (122.853.657-05); Jonathan Silva de Souza (117.764.277-85); Marcus Vinicius de Andrade Esmerio Fernandes (120.269.736-44).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.958/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.358/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Ricardo da Silva Gomes (045.686.013-47).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.959/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.361/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Everton Bairros (029.237.060-13); Jonatas de Jesus Bispo (049.942.685-17); Maurilio Tacio Timoteo de Oliveira (111.653.204-28); Pedro Guimaraes Alves Camara (101.723.084-61); Petherson Alan Sinezio Ribeiro (081.307.704-40); Savio Vilela Moreno (065.485.004-66); Wanderson da Silva Martins Rodrigues (103.065.214-74).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.960/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.362/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Oliveira Piegas (026.902.620-70); Carlos Alexandre Garcia Brum (038.945.021-93); Eugenio Dias de Souza (026.091.980-27); Felipe Ferreira Paulo (131.117.686-19); Gabriel Santos Ananias (097.697.536-02); Israel Juan da Conceição de Souza (172.461.717-62); Kaue Piana Sonaglio Floriano de Quadra (034.393.670-45); Leonardo Simão Rocha (050.377.161-95); Van Petterson Dornelles Garcia (027.220.450-10); Victor Cesar Silva Fonseca (128.038.506-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.961/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.364/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cassiano Cauduro (038.457.460-25); Erik Luis Barcelos Jacinto (031.882.710-77); Gustavo Nunes da Silva (034.476.990-94); Jean Fernando Santos Dobler (028.451.040-81); Jonatas da Silveira Lopes (032.630.630-73); Jorge Gabriel Merladett Madruga (021.701.480-19); Linicker dos Santos Preto (036.991.670-03); Lucas Maidano Roveda (030.462.750-05); Matheus Fim (029.915.150-66); Valmor Segabinazzi Filho (023.257.850-84).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.962/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.366/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandro da Silva Goncalves (380.749.898-28); Calley Arante Matos (012.516.682-67); Ellir Gomes Pereira (152.715.127-11); Emerson da Silva Portela (020.109.730-38); Jadson Silva Barreto (041.585.495-40); Jose Reginaldo da Silva Neto (093.189.084-58); Lucas Fernando de Oliveira da Silva (398.820.508-75); Rodrigo Ezequiel Barbosa da Silva (123.065.057-13); Severino Jose Barros de Gusmão (105.516.504-51); Wanderson Silveira dos Santos (051.047.051-37).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.963/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.367/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Everson Silva de Souza (158.975.357-79); Joao Victor de Araujo Souza (152.514.917-27); Octavio Faller Simoa (138.616.187-02); Rodolpho Lopes Cordeiro (134.477.467-93); Samuel Luiz Brentano (024.670.120-00); Valdeir Maia de Oliveira (115.682.337-44); Wedernyller Junior Salles Silva (115.798.166-65).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.964/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.369/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Agajanian Lumi Tano (041.209.919-54); Camila Braga de Lima Eufrasio (628.954.943-04); Isabela Boaventura Diniz (079.763.856-31); Laura Rossignollo da Costa (815.450.960-15); Luiza Barros Gonzalez Garcia (112.133.267-61); Maria Leticia Fernandes Oliveira Nascimento (320.130.648-70); Paulo Ricardo Prates Porto Junior (013.856.610-03); Rogerio Ugoski Casarin (814.043.280-68); Romulo Almino de Alencar Arrais Mota (648.024.693-49); Vinicius de Rezende Fernandes (094.939.786-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.965/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.370/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rachel Barbedo Pedrosa (056.380.527-71); Regis Piegas da Rocha (007.112.810-76); Renan Junio Azevedo (337.969.198-47); Rodrigo da Cunha Costa (368.923.228-75).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.966/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.372/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luana Pereira Carneiro (057.385.367-38).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.967/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.396/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexandre Augusto Garcia Camargo (055.613.241-60); Carlos Felipe da Silva Boccia (055.121.331-01); David Pereira da Silva (056.981.271-23); Emanuel Henrique Aranda Rodrigues (049.224.181-30); Erico Wilder Alves da Gama e Silva (063.138.831-10); Francisco Gildamir Ferreira Costa de Lima (046.662.171-00); Giulianno Savio Oliveira dos Santos (026.030.641-00); Marcio Vinicius Gomes dos Santos (703.201.241-85); Marcos Antonio Cesar Silva Santos (065.773.336-96); Misael Freitas de Souza Junior (064.633.751-36).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6.968/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.400/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anderson dos Reis Nogueira (440.045.118-60); David Dalton Alves Pereira (429.184.278-37); Eliton Goncalves de Oliveira (421.656.498-46); Igor Augusto Motta Simao (447.577.978-26); Joao Carlos Batista Abel (467.794.058-41); Joao Matheus Cavalheiro Pereira (466.137.288-37); Matheus Guimaraes Cassinha Molina (452.036.078-18); Mickael Brigagao Pennafirme (450.295.858-18); Victor Machado Goncalves (475.383.598-77); Wellington Vinicius Batista Magalhaes Bueno (473.837.178-99).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.969/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.402/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alex Oliveira Caetano (431.332.918-82); Gabriel Castro de Lima (458.042.808-05); Isaias Samuel Lopez da Silva (363.865.558-05); Joao Victor Rozado de Paula (465.197.878-92); Luis Eduardo da Cruz Silva (437.977.998-02); Luiz Fernando Camargo de Sousa (424.882.128-14); Pablo Alexandre Olegario Dias (469.338.998-61); Renan Pablo de Oliveira Silva (497.976.568-88); Victor Augusto Araujo dos Santos (446.488.958-19); Wanderson de Abreu Fabricio (458.948.268-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.970/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.409/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Raphael Augusto Pimenta de Souza Lucena (017.634.444-65).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.971/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.416/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Nascimento Martins (097.014.904-28); Daniel Alves de Araujo Junior (860.238.365-77); Diogo Barbosa Pereira (008.601.122-76); Jean Vilaca dos Santos (150.696.237-88); Marcondes Junior Almeida da Silva (143.293.927-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.972/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.421/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Clodoaldo de Morais Goncalves (917.881.702-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.973/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.486/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alam Patrick da Silva Gustavo (112.933.976-95); Daniel Pablo Batista Lopes (132.812.026-08); Filipe Vinicius Discacciati Gomes (142.518.616-55); Joao Carlos Rodrigues de Souza (132.679.206-71); Jonathan Francisco Tiburcio (700.971.936-58); Josimar da Silva (129.498.116-12); Lucas Augusto dos Santos (125.025.986-05); Marlom Maycon de Andrade Oliveira (023.078.666-98); Maxwell Clementino Portes (022.555.586-70); Paulo Cesar de Souza Mendes Junior (121.013.756-99).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.974/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.490/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Rudolfo de Mello Costa (081.704.759-02); Gabriel da Silva Carlos (108.402.749-63); Kawa Marques da Silva Biolo (106.845.939-55); Lucas Eduardo Dengo (112.186.529-18); Luiz Amado Araujo Fernandes Neto (101.463.479-27); Mateus Ricardo Narcizo (105.969.009-88); Rafael dos Santos Ignacio (097.693.469-85); Samuel Bruno do Prado (009.450.339-74); Victor Hugo Silva Rocha (099.283.199-79); Yuri Vinicius Diniz Coimbra (112.505.889-79).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.975/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.493/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Augusto da Silva (114.499.944-82); Bruno Estacio Fernandes de Souza (700.021.744-80); Bruno Max de Oliveira (118.479.234-88); Denys Bevenuto da Silva (058.380.254-09); Jandson Felipe Dutra de Medeiros (614.476.163-24); Jasiel Wdson Torres de Lima (122.583.224-13); Jefferson Alves Bezerra Junior (018.222.554-22); Lincool Brehno Cavalcante Pedro da Silva (700.168.374-44); Nicolas Iraildo de Melo (110.670.564-59); Rodrigo Macedo Fonseca (110.924.984-51).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.976/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.497/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Batista Vasconcellos (103.020.627-93); Jorge Gervasio Pereira (770.956.007-59); Marcus Vinicius Almeida Queiroz (088.557.806-62); Milton Toshiaki Fugimoto (112.607.228-13).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.977/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.556/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adelson Silva dos Santos Junior (019.806.866-29); Alexander Dias da Silveira Junior (021.033.246-84); Dione Batista Campos (082.583.996-32); Elivelton Tadeu de Oliveira (022.219.486-37); Jonathan Teixeira Alexandrino (147.573.276-76); Jose Carlos Eduardo Nepomuceno (129.001.076-52); Luiz Carlos Batista Moreira (142.310.486-22); Luiz Henrique Jose Damasceno (136.798.446-70); Paulo Ricardo Campos Paiva (122.181.716-78); Walace de Castro Alcantara (099.646.016-03).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6.978/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.557/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Souza dos Santos (172.453.857-85).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6979/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.565/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Byron Carvalho Mendes (162.959.247-19); Francisco Anderson Gomes Paiva (150.416.867-42); Jeferson da Silva Mendes (108.549.794-17); Jorge Luiz Alves (168.896.407-05); Lucas Carvalho Chiaparin (455.196.108-60); Lucas Silva dos Santos (156.841.877-90); Nicollas Alex Marcal dos Santos (034.629.771-05); Raphael Machado Duarte (157.642.717-03); Ricardo Victor de Faria Calixto (142.920.467-27); Willian da Silva Faria dos Santos (058.877.757-93).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 6980/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.567/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Carvalho Baiaroski (034.234.561-32); Douglas Ferreira Marinho (157.516.497-37); Kainan Aureliano da Costa (076.421.074-20); Leonardo da Silva Oliveira (104.914.834-73); Lucas Ferreira de Jesus (069.440.846-86); Lucas Neto Gomes da Silva (045.212.841-24); Lucas Ricardo Campos Nascimento (168.050.527-00); Rafael Francisco da Silva (146.767.097-90); Wedson Henrique Silva dos Santos (016.714.664-54); Willamis Oliveira Pereira (102.355.934-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6981/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.572/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Rodrigues Santana Junior (151.549.767-46); Carlos Henrique Alves Carvalho da Silva (170.794.437-76); Ewirtyn Watson dos Santos (099.680.194-45); Jonathan Torres dos Reis (164.847.817-45); Jose Jorge Alfonzo Neto (009.727.821-17); Lucas Pereira Sansão (160.279.807-96); Mackeyb da Silva Amorim (140.578.887-99); Rhuan Phelippe Ferreira Guimaraes (149.707.377-46); Saulo Eduardo Menezes Castro (166.539.107-33); Yan Soares de Araujo (167.688.647-85).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6982/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.580/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: William Caique Nunes Barbosa (028.838.022-38).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6983/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.582/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Leonardo Alvim Muricy (134.105.767-46).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6984/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.590/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Hector Daniel Nujo (369.931.888-56).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6985/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.613/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Sanders Littig (166.014.867-79); Dheimison Ferrareis Macalossi (090.646.779-99); Joao Pedro de Araujo Fia (164.218.737-23); Luiz Fellipe Barcelos de Almeida (119.818.927-45); Magno Alexandre da Silva Araujo (394.916.168-62); Ricardo Silva dos Santos (166.482.817-66); Romulo de Souza dos Santos (163.292.077-80); Vinicius da Silva Oliveira (153.647.277-85); Vitor Hugo Oliveira Santana (148.773.697-59); Willen Pereira Hoffmann (035.887.900-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6986/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.626/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clelso Pereira Nascimento (610.083.573-83); Erick do Nascimento da Silva (173.636.107-46); Felipe Francisco Garcia da Silva (153.586.527-01); Gilmar Santos da Silva Junior (114.044.084-52); Hugue Almeida Ferreira (088.231.634-63); John Wesley do Couto Costa (164.571.187-04); Marcos Vinicius da Silva Lindoso (609.075.783-73); Pablo Fernandes Quintanilha (166.491.477-37); Rodrigo Ferreira Vital Batista (163.172.927-60); Tiago Medeiros Bezerra (160.966.027-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6987/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.636/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Francisco Romario da Silva (072.145.663-46); Jayr Leao Ferreira Vaz (154.875.437-47); Jeferson de Souza Gaisler (153.452.017-14); Joao Paulo Bovi Leal (174.813.377-21); Matheus Vinicius Caetano Sanabio (173.884.037-95); Rennan Campos Miranda (164.539.377-19); Roberto Luiz da Silva Junior (108.070.367-57); Rodrigo de Souza da Silva (126.640.627-19); Walace da Silva Mirandela (163.277.477-10); Yuri Freitas da Silva (177.518.427-76).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6988/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.643/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anthony Luiz de Albuquerque Oliveira (858.533.355-37); Ayrton Miguel Ribeiro dos Santos (063.223.055-06); Iuri Lurentt Barcellos (167.320.557-71); Jorge Lan da Cruz Serra (058.265.101-88); Jose Roberto Feliciano Junior (159.297.617-44); Lucas Souza Monteiro (170.756.347-04); Matheus Muscardi de Souza (125.385.896-90); Rafael Castro Garcia (069.050.095-55); Samuel Lucas Messias Santos (704.120.204-67); Wilson Rocha de Carvalho dos Anjos (060.864.595-84).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6989/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.648/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alan Gabriel de Lima (162.848.927-80); Alisson Luiz Santos Arouca (066.531.585-60); Caio Ferreira da Silva (170.200.277-25); Davi Henrique da Conceição Albuquerque (142.653.417-56); Emanuel Rodrigues dos Reis (163.932.937-48); Hyago dos Santos Dionisio (156.548.617-00); Jonatas Gabriel Serra da Silva (427.135.178-42); Natan Litran (014.011.380-04); Pablo de Souza Melo (700.338.484-16); Pedro Gabriel Gois Ramos Santana (072.671.245-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6990/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.652/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Silva Santos (063.619.443-44); Deumarino Nascimento Pantoja Neto (021.631.072-56); Nonato Moises Neves Alves (024.693.272-45).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6991/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.655/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ademilton Venceslau dos Santos (104.937.656-03); Gabriel do Carmo Borges Vasconcelos (114.335.096-01); Jackson Lima de Almeida (148.044.537-17); Luiz Fabiano dos Santos Silva (158.251.237-09); Wescley Ribeiro da Silva (108.285.636-32).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6992/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.685/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Pereira Teixeira (174.192.097-31); Bruno Souza Nunes (048.433.751-36); Dylan Fernando Faria (139.807.027-07); Eduardo Ferreira de Campos (108.016.174-05); Israel Figueiro Guterres (849.139.670-53); Johnny Vinicius Teodoro de Oliveira (341.571.308-39); Lucas Rosa da Silva (166.125.217-67); Matheus Baltar do Vale Ciscotto (165.241.307-31); Rodolfo Barbosa de Araujo (130.833.346-30); Wallef Nascimento de Oliveira (045.142.985-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6993/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.691/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Jardel Andrade da Silva (117.588.687-40); Aurino Mendes da Costa (155.084.537-33); Flavio Wendel Bastos Florencio (069.551.625-60); Jonas Alberto Sousa Maciel (068.417.543-60); Lucas Maximiano da Silva Coutinho (146.183.307-83); Lucas Vitor Andrade Alves (028.920.985-48); Luiz Felipe dos Santos Alves (050.543.761-94); Mateus Rodrigues da Silva (056.725.935-85); Murilo Reis da Conceição Beathm (031.048.205-46); Victor da Silva Guedes (058.393.091-33).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6994/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.695/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre da Silva Bezerra (125.585.654-86); Caio Dias Ferreira (157.576.597-77); Jefferson Junio Magalhaes Cunha (152.977.157-92); Lucas Gomes do Sacramento Luciano (035.984.145-79); Lucas Goncalves Garcia (174.994.197-03); Matheus Henrik Cordeiro Silva (101.899.194-85); Nicolas Bruno de Souza Jesuino (139.883.347-90); Roberto Leite Nogueira (158.174.817-58); Rodrigo Carvalho Santos (032.930.375-93); Ronaldy Wiam Rodrigues Santos (064.326.665-89).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6995/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.699/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andrews Lorran Montes do Nascimento (174.693.317-86); Flavio Maciel Franca (127.226.327-48); Igor Sousa dos Santos (178.592.757-40); Leonardo Lopes da Silva (132.118.216-35); Lucas Oliveira da Rocha (154.603.867-13); Luiz Felipe Fontoura da Silva (098.138.914-75); Matheus Bastos Spalla de Moura (163.195.117-37); Rafael Nery de Souza (071.189.505-80); Renan Silva de Mello (152.620.847-45); Willian Henrique Soares da Silva (168.477.467-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6996/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.705/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano do Nascimento Franco (178.727.697-00); Cristian Kennedy Suppo da Silva (165.774.867-78); Douglas Jose Modesto da Silva (144.072.407-50); Jonas Ferreira da Silva (173.747.427-11); Luan Gleyson Pereira da Silva (167.076.167-30); Lucas dos Santos Goncalves (113.188.447-70); Mateus Monteiro Toledo da Rocha (174.344.097-97); Naelio Antonio Gilo Rodrigues (064.243.303-80); Rhamon Cezar do Nascimento (161.523.387-35); Victor Hugo Lima Portella (152.353.157-66).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6997/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.706/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Caio Renier da Silva (704.252.044-05); Diego Goncalves Pessoa (170.246.597-77); Leon Patrick Moreira Alves (164.409.887-35); Lucas Pereira da Silva (174.960.737-92); Pedro Dantas Flores (114.461.387-63); Rodolfo de Oren Marques (122.127.187-30); Rodrigo Freitas Gomes (147.450.667-40); Ronald Willian Souza dos Santos (146.714.757-58); Samuel Oliveira de Lima (065.414.773-61); Wanderson Martins Aguilar (132.864.657-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6998/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.709/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hiago Paulo dos Santos (069.351.399-37); Jhoan Vasconcelos de Barros (093.927.564-37); Julio Cesar de Souza Costa Junior (177.621.107-39); Marcos Yuri da Costa Santos (165.705.497-74); Phelipe Tinoco Magalhaes (608.676.783-13); Rafael Medeiros e Albuquerque (114.262.654-76); Rafael Moraes de Souza (861.579.755-20); Renato Agrassar Simoes Junior (151.717.127-00); Rodrigo Alvares de Souza (169.872.957-00); Thaillan Dutra Marques (144.793.597-70).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6999/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.711/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alberto do Nascimento Balão (168.555.527-65); Daniel Moura de Araujo (103.560.547-30); Ezequiel Barbosa Gomes (127.679.297-23); Lucas Cardoso Daniel (151.176.277-25); Lucas Ferreira Cavalcante (168.842.187-46); Matheus Braga Silva Costa (018.982.366-66); Maycon Silva Rocha Rissi (147.774.167-47); Paulo Torres Ferreira Junior (146.790.597-61); Pedro Jorge Martins dos Santos (067.984.866-57); Sergio Hernandes Franca (143.343.407-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7000/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.716/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Douglas Renato de Souza (385.153.768-81); Eduardo Pereira Luiz (030.261.639-02); Erick Alessandro Correa Tomaz (425.352.188-60); Evandro Luis Masano (170.386.498-09); Jorge Eduardo Pereira Lameu (430.456.028-00); Jose Luiz Ribeiro Silva (432.143.158-11); Leandro Gonzaga de Lima (354.276.368-38); Lucas Dallorto Alves da Silva (414.486.678-52); Sergio da Cunha Castro (071.247.688-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7001/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.721/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alair Neri da Silva (149.918.827-70); Eliseu Artur Rodrigues da Silva (125.687.137-04); Gabryel Costa e Souza Franco (001.666.821-95); Gleiberth Carpanez da Costa Ahauagi (101.361.596-48); Hitallo Henrique Nascimento Goncalves (082.255.276-07); Joao Paulo Torres Nunes (122.024.586-03); Johnny William Timoteo de Barros (144.320.907-40); Ramon da Silva Nogueira (113.515.616-69).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7002/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.731/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Carvalho de Oliveira (706.958.901-82); Alia Charif Penchel (124.200.677-03); Ana Carolina Cordeiro dos Santos Pinto (116.218.207-50); Camilla Callado de Souza (113.084.037-98); Glenda Dias Costa (033.731.196-00); Jessica Ramos Tavares (133.731.547-82); Livia de Lima Goncalves Pinto (056.373.527-98); Maria Gabriela Lopes Dias (036.283.985-92); Mariana Santos Henrique Manhaes (132.829.987-24); Taisse Thielmann Lopes (104.276.167-19).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7003/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.734/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Joana Eliane Silva Camara (043.104.646-88); Rafael Nicolak Assunção (047.325.279-14).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7004/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.741/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fellipe Marques Profeta da Silva (067.779.505-08); Gian Lucas Rocha Santana (148.295.267-00); Iuri Paula dos Santos (160.599.697-12); Mateus Cabral Fialho (169.381.057-31); Matheus Coutinho Machado (062.385.705-71); Matheus Filipe Coelho dos Santos (165.660.807-32); Matheus Rocha de Carvalho (153.936.437-21); Norton dos Santos Polla de Campos (075.561.899-88); Ricardo Santos de Oliveira Silva (105.310.527-45); Thiago Bernardo Alves Camara (144.108.377-45).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7005/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.752/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Paulo Henrique Soares Maciel (150.201.128-01); Rafael Faraone Rando (265.468.008-88).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7006/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.758/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Luis Casagrande (738.592.736-04); Claudemir Tavares dos Reis (865.045.506-97); Claudio Marcelino de Toledo (962.465.296-15); Claudiomiro Gomes (860.082.426-53); Ivo Timoteo Cortez (342.323.036-34); Mauri de Souza (413.346.636-53); Roger Willians Silva (799.807.246-68); Sebastiao Francisco Macedo (532.586.906-00); Valdecir Aparecido dos Santos (800.219.136-68); Vandelci Mendes dos Reis (579.097.766-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7007/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.760/2018-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Pedro Paulo Bezerra de Brito (050.540.483-40).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7008/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.810/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Valeska Bastos Fernandes Daniel (033.720.474-86); Claudia do Nascimento Silva Fernandes (060.454.544-48); Lucas Vinicius Silva dos Santos (038.591.225-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7009/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.813/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alaor Cristian Pereira (106.021.749-02); Bruno Fernandes Rossa (098.405.829-09); Leonardo Duarte Feitosa (101.456.779-31); Luis Henrique Alves Machado (107.040.069-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7010/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.822/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juan Clinton Freitas Sousa (015.759.592-75).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7011/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.827/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adila Braga da Silva (110.007.427-92); Fabio Olival Monfre (379.463.278-89); Heloisa Helena Nogueira (151.070.498-18); Luis Eduardo Duarte Hasselmann (109.197.667-81); Mary Anny Moraes Silva Lemstra (335.522.808-71); Priscila Palma Sanchez (343.401.758-54); Rafael dos Santos Esteves (383.441.858-74); Ricardo Jose Rebelo de Aguiar (246.393.948-61); Ricardo Vinicius de Matos Domingos (332.009.028-33); Ronaldo Silva da Conceição (035.126.776-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7012/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.833/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Vinicius Veras Melo (139.550.187-41); Walney Reis Fernandes (265.506.668-56).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7013/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.834/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano Rodrigues de Mattos (369.345.898-74); Alexsander Marthos Barbosa (433.020.778-82); Elton Pereira Luiz (388.552.208-02); Fabio Francisco Mazzocca Dourado (104.392.098-62); Jabes Albuquerque Silva (835.443.993-34); Kaique Gasques (400.038.458-93); Leandro Jesus de Souza (331.358.858-10); Luciano Menezes Junior (035.726.796-64); Rodolfo William Soares Godinho (306.647.898-03); Vanessa Sanches Pereira da Silva (345.357.288-28).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7014/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.837/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anne Aguiar de Araujo (088.640.607-23); Bruno da Rocha (337.778.158-70); Johnny Gomes Basilio (383.596.108-00); Jose Octavio Fumagali Rodrigues (291.570.300-06); Jose Silvio Pessoa Filho (079.580.436-94); Juliana Mendes Nogueira (413.120.798-27); Meire Nascimento Monte (371.263.578-85); Nisar Rocha de Oliveira (314.516.672-72); Rodrigo Teodoro da Silva (032.158.255-11); Silvana Nunes Barcellos (810.468.715-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7015/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.844/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Cynthia Mendes Vieira de Morais (010.476.354-02); Fernanda Hoyashi Moreira (128.535.357-97); Flavia Dutra Mediano Dias (122.879.187-28); Leonardo Pereira de Andrade (167.985.407-08); Lucas Stiborski dos Santos (165.758.007-50); Matheus Neves de Carvalho (149.450.667-01); Nicolle Pimentel (004.499.773-66); Paula Fatturi Moretz Sohn (126.409.677-11); Priscylla Medeiros de Queiroz (132.219.567-62); Ricardo Passos de Franca (153.764.487-46).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7016/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.846/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Camila Pires de Oliveira (143.316.517-11); Caroline de Vasconcellos Amendola de Souza (028.056.637-99); Cassia Franco Della Mea Reginato (011.435.950-41); Claudia Barcelos de Aquino (092.340.617-48); Gabriel Alves de Azevedo Souza (151.065.667-70); Matheus Ferreira de Oliveira Rocha (167.785.247-07); Paulo Andre da Silva (109.710.057-02); Pedro Paulo Goncalves Saldanha (119.076.327-35); Solange Sambati (095.249.287-36); Tiago Sucupira da Costa (108.422.107-17).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7017/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.852/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Eduardo Garcia (439.749.978-06); Ramon Avila Gouvêa da Silva (120.568.587-11); Roberto de Barros de Sousa (156.450.797-10).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7018/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.854/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alef Bispo Santos de Paula (421.157.618-63); Allan de Andrade Vivone (166.917.517-01); Anderson Aparecido de Souza Matusyama (028.554.210-98); Felipe de Freitas Lima (092.899.649-28); Giesly Carlos Amaro Silva (418.102.328-13); Jose Otavio Rosa (108.263.369-06); Lucas da Veiga Costa (158.562.007-64); Marcos Vinicius da Silva Pinheiro (160.776.187-48); Mateus Farias dos Santos (100.636.619-93); Victor Fontoura de Fabra (027.794.700-62).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7019/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.857/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Elicker Nabinger (024.280.450-08); Christian Silva de Matos (032.833.250-06); Douglas Leonardo Raphaelli da Silveira (035.302.160-11); Gean Marcelo Kohler (033.732.530-80); Geovani Berens de Quadros (027.131.250-57); Jhonny Marafiga da Rocha (036.879.710-40); Joel dos Santos Lopes (036.384.380-90); Jonathan Farinha Ferreira (038.297.190-60); Pietro Giacomin Conte (028.209.920-48); Uilian Rodrigues Franca (036.322.180-80).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7020/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.859/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Augusto da Silva (120.038.776-73); Danilo Anderson de Freitas (102.404.714-82); Gabriel de Oliveira Goncalves (146.535.377-12); Jatniel de Melo Ferreira Batista (098.582.584-70); Jesival da Silva Junior (103.205.144-20); Leonardo Jean do Nascimento (125.582.986-90); Leonardo dos Santos de Souza (147.854.237-30); Maicon Mendes de Oliveira (021.599.120-69); Rafael Henrique dos Santos Leandro (050.812.951-67); Rodrigo Fernandes Prietsch (032.838.900-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7021/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.861/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Portugal e Silva Feitoza (419.598.128-07); Pedro Alecio Ribeiro Filho (105.579.226-07).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7022/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.863/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel Andre de Oliveira Magalhaes (110.251.757-78); Marco Antonio Ramon Haddad (127.731.877-84).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7023/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.868/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Anna Carolina Rezende (106.107.757-82); Ariel Primo Victor Pinto (323.512.848-44); Douglas Antonio da Silva (088.178.827-98); Rodrigo de Carvalho Barbosa (049.519.926-55); Ruben Jennings Cavalcante Filho (710.744.652-53); Wesley Alencar Lisboa (019.652.863-13); Yuri Rodrigues Fialho (019.106.163-89).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7024/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.869/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Eduardo Flores Savegnago (036.908.500-02).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7025/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.871/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Abner Pedro da Silva (119.512.836-35); Bruno Clayton Rodrigues de Melo (132.760.016-16); Douglas Henrique Leandro (134.937.656-65); Felipe Vitor de Medeiros (117.026.336-40); Gabriel de Mendonca Costa (130.694.406-65); Iago Lucas da Silva Faria (128.748.196-54); Jefferson Araujo da Silva (023.567.936-40); Lauro Cesar Violetti dos Santos (121.733.336-31); Luiz Carlos Fernandes Magalhaes (121.852.736-63); Marques de Oliveira Santana da Silva Junior (092.542.826-42).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7026/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.881/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Milton Braga dos Santos (136.927.356-85); Gilmar de Sant Anna Junior (135.497.126-42); Luiz Henrique de Almeida (021.038.846-39); Marcelo Augusto Tavares da Silva Sales (134.561.046-77); Nelinho Siqueira Carvalho (129.550.136-84); Paulo Victor de Melo (129.563.486-47); Ramirez Afonso de Oliveira (020.547.626-01); Saulo Sander Siqueira Borges (123.510.046-47); Wesley Felipe Damasio Almeida (129.555.376-75); Ygor Lucas Turquete Oliveira (075.576.336-01).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 7027/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.883/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Joao Pedro Ferreira (094.781.799-93).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7028/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.888/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andrea Abreu Costa (052.857.377-29).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7029/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.889/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carolina Camporese Franca Pinto (000.981.180-05); Diego Fernandes Marques (113.674.557-23); Francine Vilma de Oliveira (037.140.619-67).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7030/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.891/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Erika Taba Fuzisaki (317.597.088-52); Marianne Farache Camara de Oliveira (048.633.884-38).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7031/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.896/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Andre Guilherme da Silva Tavares (305.407.028-03); Bruno Seixas Gomes de Almeida (059.032.887-58); Diego Rabelo Damasceno (080.142.886-61); Ivan Candolo Nogueira (320.400.848-78); Joao Sergio Rio Rodrigues (730.871.908-10); Leandro Santos de Barros (128.870.267-12); Leonidas Cacciolari (317.907.888-03); Paulo Henrique Naves Silva (089.003.756-60); Vinicius Araujo Touza (111.417.537-40); Vinicius Ribeiro Gomes Silvino (099.789.747-33).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7032/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.899/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Ochsendorf Gomes e Souza (114.295.437-44); Douglas Rodrigues de Siqueira (318.559.638-25); Helio Gomes Magalhaes Neto (326.258.388-09); Joao Ricardo Vieira da Silva (347.410.578-79); Rafael Guedes Possani (321.981.968-08); Rodolfo da Silva Duarte (333.032.658-10); Sergio Ricardo Catharino de Mello (117.654.587-65); Wladimir Cecilio da Silva (086.882.898-08).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7033/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.906/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriano de Araujo Silva (118.992.157-00); Felipe Miguel Ribeiro (058.965.779-82); Leticia Conceição de Oliveira (136.312.857-44); Lucas Muniz Vellozo (150.086.827-25); Lucas Porto Nascimento (167.276.857-89); Matheus Carrilho Rodrigues (177.892.197-31); Reynald Steffane Higino da Silva (142.470.277-19); Thawann Hammer Amaro Cardoso (082.203.334-80); Wellington Santana Lopes (161.270.317-88); Yuri Lopes Nunes (159.847.357-33).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7034/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.908/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vitor Airosa Soares (092.002.487-48).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7035/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.910/2018-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Andrea Francisca Arantes Maciel (036.455.466-50).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7036/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.911/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleber Junior do Rosario (030.905.680-20); Higor Ferreira de Medeiros (147.608.077-13); Leandro Antunes Romero (031.426.290-33); Leonardo Iop Tavares (037.982.310-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7037/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.915/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cleber Meira Junior (436.464.748-90); Daire Carlos da Silva Junior (421.825.238-63); Hugo Souza Guerra (121.334.226-09); Jonathan Roosevelt Bastos dos Santos (124.503.196-11).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7038/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.917/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Daniel de Souza Dias (053.695.261-25); Filipe Matheus Noleto Gomes da Silva (026.827.171-28); Hudson Hederick Silverio de Almeida (100.799.976-43).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7039/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.918/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jefferson Balbino de Melo (120.405.206-94); Matheus da Silva Peçanha Campos (164.317.247-63); Rayel Piegas Cigana (021.733.430-09); Rubens Micael da Silva das Neves (384.548.208-76).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7040/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.919/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Juan Felipe Ribeiro Moco (092.404.004-19).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7041/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.920/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrew Luis Vivan da Silva (235.387.858-05); Damião Moraes Maia Junior (105.760.416-02); Jorge Bernard Fontella Christoff (026.953.900-09).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7042/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.942/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ailton Felipe de Oliveira (139.420.176-10); Erick Bruno Galdino de Lima (132.932.086-73); Gustavo Souza dos Santos (172.453.857-85); Igor Lorran Alves da Silva (021.110.646-10); Joao Pedro Ferreira (094.781.799-93); Walaques Jose da Silva (133.168.546-06).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7043/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.944/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fernando Moreira dos Santos (160.827.367-96); Ianca Maria Cavalcante Menezes (081.548.024-57); Marco Aurelio Kikuchi Porto (394.286.588-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7044/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.950/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hudson Santos da Silva (137.309.227-00); Lucas Soares Fagundes (165.176.597-90); Luis Felipe de Almeida Silva (032.742.052-90); Matheus Vilela Teixeira (161.447.037-56); Patrick Gomes de Paula (173.059.547-21); Pedro Henrique Iglesias Nascimento (149.469.137-00); Ricardo Alessandro da Silva Araujo (028.236.022-08); Richard Alexandre Quiala (168.469.627-51); Vitor Magioli Barbosa (161.417.117-31); Winnie Souza Freitas (144.035.047-79).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7045/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.953/2018-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan Robert de Araujo dos Santos (167.360.887-63); Andre Vitor de Jesus Sousa (071.729.195-21); Carlos Matheus Cartaxo Montenegro (617.027.883-85); Gabryel Alves Bittencourt (464.674.178-44); Jose Henrique Cibien Allemand (168.541.307-27); Marcio Luis da Costa Francisco (157.801.387-96); Miguel Angelo Petrovit Fernandes Ribeiro (134.451.507-02); Paulo Vitor de Souza Oliveira (143.832.027-21); Sandro Felippe Boy Lopes (146.546.767-08); Tiago Leite de Souza (158.756.227-84).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7046/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.955/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andrey Marques de Almeida (174.927.437-00); Vitor Emanuel Abdo (169.475.667-03).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7047/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.957/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Celia Krasota (494.585.821-72); Maria Isabel Mota Carneiro Sasaki (038.658.224-60).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7048/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.959/2018-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Abner Flores Leopoldino (119.670.606-90).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7049/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.960/2018-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Daniel Carlos de Freitas Honorio (135.620.877-05).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7050/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.961/2018-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Daniel da Cruz Diniz (442.717.598-80); Igor Almeida Bibiano de Moraes Silva (864.106.280-72); Juan Claudio dos Santos Conceição (162.788.967-10); Leonardo Renan Slim Wilin (042.121.720-03).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7051/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.015/2018-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gustavo Heydt Requia (001.202.530-54).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7052/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.026/2018-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre de Simone Fainstein (130.617.777-41); Antonio Guilherme do Paco Baylao (327.564.698-23); Catolino Honorato Silva dos Santos (370.639.248-85); Eduardo Passos Apoliano Gomes (008.679.893-60); Fernanda Faissol Pacheco Maia (095.908.067-83); Ivo Melo Pessotti (108.744.397-01); Larissa Moya de Almeida (044.827.419-14); Luiz Guilherme Assad Lemos (119.832.867-37); Matheus Meira Velloso Santos (015.317.235-51); Rogerio Lamblet da Silva (131.214.627-33).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7053/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.033/2018-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Andre Luiz Araujo Rosa (120.082.317-63); Gabriel Costa de Souza (149.549.107-22); Jefferson Gabriel de Souza (149.288.467-70); Lua Mesquita Vitor (142.256.247-65); Lucas Augusto dos Reis (455.640.388-00); Marcos Gabriel Kapitzky Ramos (147.533.687-00); Wescley Felipe Ribeiro Brandao (101.105.794-88).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 7054/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.036/2018-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Darlan Alberto Klein (043.236.510-90); Felipe do Carmo de Souza (028.162.390-20); Weslley Ignacheski (108.752.029-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7055/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.532/2018-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Maria Jose Gonçalves Silva (592.193.197-72); Odete de Godoy dos Santos (942.383.597-04).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7056/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas ou o advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.729/2018-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Andressa da Silva Viana (123.828.357-88); Dorcelina de Sá Pereira (052.037.887-31); Dorcelina de Sá Pereira (052.037.887-31); Energina dos Santos Bentes (506.859.961-15); Leda dos Santos Oliveira Sardou (069.066.367-66).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7057/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.544/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alda Borba Thomaz (341.639.228-06); Carmem Lucia Andrade de Carvalho Rodrigues (427.414.674-04); Cristiane Maria Andrade de Carvalho (890.258.064-49); Fatima Reijandes de Araujo Batista (741.859.267-15); Hecy Clemente Goncalves Camara (859.126.707-91); Lucy Alves de Sa Barreto (028.631.694-32); Maria Auxiliadora Quintela dos Santos (709.232.304-59); Maria Jose Leão Viana (028.563.012-15); Maria das Graças Sena da Silva (296.959.104-91); Maria do Carmo Alves Santos (026.631.054-06); Nedi da Luz Damasceno (213.116.840-34); Patricia Cascaes Sales (657.460.072-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7058/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.550/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aline Dayane Barbosa Sampaio (886.895.492-34); Ana Raquel Matos Moreira (096.034.197-88); Carla de Matos Moreira (036.443.797-93); Deisy Levachof Silva (410.565.587-68); Geraldo Golinelli (207.408.597-49); Greyce Gabriella Bastos Gomes (039.303.823-85); Maria Marli Cunha de Medeiros (718.276.507-10); Maria da Silva Lins (966.002.337-53); Maria de Lourdes Pinho de Salles (463.336.817-68); Maria de Lourdes Silva (055.654.534-61); Rosangela Cristina Mendes (781.573.664-53); Valcilea de Souza Medeiros (707.049.961-20); Valnicea de Souza Medeiros (004.234.421-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7059/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.553/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adelma Fernandes Grecoff (024.374.767-50); Celia de Jesus Santana (940.879.707-87); Cileia Auxiliadora de Souza (016.931.396-42); Cristiane Pereira da Silva (081.582.017-84); Francisca Lima de Oliveira (071.962.067-89); Indiara Borges dos Santos (052.088.987-80); Margareth Lima de Oliveira Correa Maia (313.831.651-49); Maria Jose da Silva (015.272.786-89); Nadia da Silva Marques de Souza (439.644.357-91); Nair Paim de Santana (843.238.097-00); Neusa de Oliveira Delfino (022.015.577-13); Valdira Melo dos Santos (052.076.477-33); Zuila Lima Oliveira Costa (218.703.497-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7060/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.561/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Lucia Reis da Costa (871.066.397-53); Angela Maria Moraes de Liz (204.279.050-87); Claudia Maria de Freitas Vieira Xavier (708.080.907-04); Eulina de Freitas Nobrega Cardoso (143.081.504-34); Janete Quiteria de Queiroz (260.994.544-20); Marcia Regina dos Reis Goncalves (800.311.967-72); Maria Vicente Cabral (709.217.764-20); Mariangela de Sousa Paula (362.056.647-04); Marilena Lima Machado (309.618.208-61); Nilce Pinho Beneciano Lopes (245.188.247-68); Tereza Cristina dos Reis Costa (708.089.377-15); Valderlucia Maria Ribeiro de Albuquerque Silva (712.667.474-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7061/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.567/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adenilde Sena Soares Viana (186.543.475-20); Antonia Juliana Almeida de Araujo (657.191.153-15); Arlete Barcelos Bottoni (773.698.157-49); Carmem Lucia Moraes Sperling (496.955.334-34); Cleide Almeida de Araujo (201.402.583-53); Elisete Barcelos Barrozo (802.605.607-82); Elizete Sena Gomes (027.184.577-59); Erecilda Barcelos Barrozo (027.344.657-60); Fatima Maria da Silva Celestino (006.509.377-16); Francisneire de Almeida Alexandre (165.673.823-68); Gildete Sena Gomes (524.087.527-87); Isabel Barros de Araujo (195.303.823-91); Juliana Rodrigues Felix (097.645.524-20); Leny Viana de Souza (889.296.207-87); Lucivanda Fernandes Costa Barbosa (425.911.393-34); Margarete Sena Gomes dos Santos (068.520.347-63); Maria Salete da Silva Medeiros (107.353.724-20); Neide Almeida de Araujo (980.952.187-15); Thaisa Rodrigues Felix Ribeiro (087.203.994-30).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7062/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.573/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cristiane Evangelista da Silva (101.149.707-77); Eleudeia Santos Dias Carneiro (035.400.697-55); Emilaine Moreira Machado (022.520.021-07); Fabiana Dias Alves (921.188.526-49); Fatima Priscilla da Silva (106.951.607-45); Georgiana dos Santos Rodrigues Lima (094.164.667-00); Maria Julia Bezerra (244.285.071-00); Maria de Lourdes Santos de Lima (083.063.437-19); Neuza Conceição Gomes de Siqueira (032.090.167-04); Rita Damiana Seabra Machado Gomes (729.591.507-91); Rose Cristina Evangelista da Silva (097.266.437-83); Saloma Evangelista da Silva (117.727.977-07); Sonia Maria Vilela da Silva (543.397.157-00); Valda Ataliba Lopes Brandao (298.595.734-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7063/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.576/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Edna Oliveira do Nascimento (868.927.467-72); Ednalva Guimaraes da Silva (387.327.424-87); Eunice Oliveira da Silva (042.718.917-97); Gloria Rita Fernandes de Aquino (074.980.897-77); Maria Aldenora Avelino da Silva (592.777.937-91); Marli Silva Marques Bastos (007.475.327-45); Marly de Freitas Salvador (778.810.107-97); Priscila da Silva Paulo (809.552.907-91); Rosangela Maria Guerra Batista Santana (743.223.117-68); Sueli Gomes Oliveira da Costa Sipauba (537.683.297-04); Tonia Maria Fernandes de Aquino (075.024.347-39).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7064/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.583/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dione Sokolovicz de Alencar (355.986.119-53); Eulalia Kollross (017.762.759-00); Karin Daiane da Silva (065.230.959-32); Luz Marina Linzmeyer (319.019.999-04); Marcia das Graças de Campos Schuster (751.925.869-68); Maria Germano da Silva Pereira (020.002.399-35); Maria Neci Lopes Velleda (906.295.660-20); Marlene Brum Lemos (860.028.309-44); Ony Saldanha Guadalupe (471.339.531-53); Sandra Mara Linzmeyer (664.399.229-04); Stella Maris de Alquini Seara (037.529.009-54).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7065/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.587/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Clotilde Almeida de Deus (506.828.491-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7066/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.590/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Carmen Tatiane de Almeida Carvalho (935.849.380-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7067/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.595/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alcides Reis de Souza (003.025.381-00); Claudia Souza dos Santos Oliveira Lindenberg (797.650.171-20); Ester Pinheiro da Silva (029.485.871-74); Isabelle Araujo Kalawatis (618.627.207-97); Joana Darc Cardoso da Silva (717.876.401-59); Luiza Lindenberg Pacheco (553.406.011-53); Maria Eunice de Souza do Couto (700.036.451-34); Maria Irene Cardoso da Silva (294.961.281-49); Maria Lucia Maciel Chaves (030.010.751-04); Maria Suely Cardoso da Silva (626.491.161-53); Maria Thelma Cardoso da Silva (434.414.401-53); Maria de Fatima Matos dos Santos (078.243.352-91); Maria do Perpetuo Socorro Cardoso da Silva (796.325.721-49); Maria do Socorro Oliveira Chaves (944.307.301-30); Norma Anadina Carneiro da Silva (072.340.187-00); Odysseia de Avila Gimenes (130.346.448-92); Sandra Conceição Carneiro Alves (564.055.881-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7068/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.599/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Miguel de Mendonca Oliveira da Silva (172.963.177-01).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7069/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.605/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ailton Carlos da Silva Alves (445.309.428-05); Ana Margareth Duarte Fontenele (184.946.841-91); Andrea Carla de Figueiredo Duarte do Nascimento (450.436.474-34); Cely do Carmo Ventura Barbosa (723.641.907-97); Jaciara Lurdes da Silva Alves (115.307.558-08); Jacira Suzete da Silva Alves (039.397.378-60); Jandira Juciara da Silva Alves (035.232.978-50); Louise Lampert Dias (082.997.944-12); Maria Alice Fontes Lins (642.080.955-04); Maria Cristina Wanderley Ferraz de Abreu (442.233.744-00); Maria de Lourdes Wanderley de Freitas (305.284.104-15); Marlene Rocha Paiva Nunes (410.820.012-87); Neusa Lustosa da Silva (324.912.636-53); Nilza Maria Araujo Campos (154.307.298-41); Noemi da Silva Braga Cardoso (247.703.371-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7070/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.609/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amanda Costa Oliveira (028.448.281-16); Ana Petronilia Sales Nunes (142.999.173-91); Arlete Regina Patricio Fernandes (390.177.379-72); Evania Ferreira dos Santos (163.069.293-04); Fabiana de Jesus Miranda (084.417.337-16); Lenice de Castro Buas (106.673.627-89); Liana Nascimento de Jesus (543.154.257-53); Maiara Stephanie da Silva Santos (064.375.693-01); Maria de Lourdes Teixeira de Azevedo (070.178.777-56); Simone Miranda de Faria (071.300.837-78); Sisleia Bionde de Melo (490.811.444-72); Suellen Costa Oliveira (012.070.391-28); Susi de Jesus Miranda (857.146.237-20); Valdelice Santos de Oliveira (530.600.755-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7071/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.615/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aimee Maria de Athayde Firmino (342.681.629-68); Ana Luiza Fonseca Ribeiro da Silva (121.503.737-69); Ana Paula Guerra Machado (037.459.747-27); Celia Regina Machado Marangoni (886.943.567-91); Columba Pacis Baptista de Souza de Santana (000.443.827-23); Lindalva Theodora Kizewsky da Silva (650.161.732-49); Maria Auzenete de Oliveira Lopes (037.231.647-65); Mirian Bitencourt Ribeiro (434.105.967-04); Normalia Nanci Pianco Lima (003.912.737-01); Regina Celia Barbosa de Sant Anna Halboth (671.402.974-87); Terezinha Souza Barbosa (442.661.894-00); Therezinha da Costa Bispo (885.371.615-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7072/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.619/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andrea Nascimento de Araujo de Santana (013.592.817-62); Enoi Furtado Dias (709.081.174-34); Fatima Pereira da Silva (965.692.717-68); Gabriel Augusto Rodrigues de Santana (129.425.157-08); Jacinta Ferreira da Silva (057.867.657-50); Juvanete Pereira da Silva (704.537.487-91); Maria da Penha Cassimiro da Silva (093.054.547-80); Maria de Fatima Andrade Monte da Silva (598.029.607-72); Mercedes Mendes dos Santos (141.241.221-87); Nara Lucia Lima Garcia (409.542.935-68); Valeria Santiago de Miranda (021.819.667-96).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7073/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.623/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cleuza da Silva Lopes (021.032.937-89); Edelzuita Ferreira da Silva (004.029.217-71); Gecilda Maria de Souza Penha (007.872.189-01); Ilk Silva Moraes Mello (135.372.957-58); Jandilma Rosas de Sant Ana (459.301.047-00); Jane Maria do Rosario Gomes de Sant Ana (880.913.767-15); Janice Maria Gomes de Sant Ana (008.844.357-41); Leila Melo Barros (365.942.532-04); Luciane da Silva Melo (450.268.662-04); Margareth de Britto (021.363.727-85); Neuda Goncalves do Nascimento de Lira (435.654.097-20); Rosane Pereira Francisco dos Passos (858.042.077-68); Zuleide da Silva Nascimento (858.829.337-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7074/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.630/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adalgiza Celina de Moura (839.830.744-72); Antonia Costa Raposo (139.182.904-25); Claudiane Medeiros de Azevedo Oliveira (073.829.574-46); Elza Rocha dos Santos (145.159.624-34); Esmeria Vieira Zanotelli (763.476.563-53); Gerlani Leite da Mata (657.570.334-87); Josefa Costa da Mata (707.256.834-49); Maria Correia dos Santos (618.254.334-53); Maria das Neves Dantas Soares (489.909.654-20); Mirian Mendonca Gerbase (352.054.664-72); Vitoria Gomes de Carvalho (009.306.304-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7075/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.632/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Gomes Peixoto (770.310.835-91); Angela Maria Gomes de Sales (632.941.094-15); Carmenzita Medeiros Santos (188.994.124-72); Elisamara Camara de Sales (125.567.824-04); Elzira Araujo de Albuquerque (620.707.204-97); Hedy Cyrne Dantas (791.024.764-87); Josefa Agripina de Sales (329.523.501-59); Katia Magaly Araujo da Silva (444.201.294-68); Luisamaro Jose Camara de Sales (125.567.534-98); Luiz Mario Jose de Sales (071.491.574-24); Maria Isabel do Nascimento (518.752.504-25); Maria Jaqueline Pessoa Militao (134.667.804-97); Maria das Graças Medeiros Santos (293.185.328-30); Marisa Sebadelhe Aranha (035.972.148-60); Nubia Cristina Araujo da Silva (230.229.734-20); Valeria Peixoto Meira (327.096.765-91); Vera Maria da Fonseca (130.455.474-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7076/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.637/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana da Conceicao Almeida Pinto (488.942.651-53); Anice Benedita de Almeida (177.951.331-34); Anne Elize Caceres Tamagusko Ota (023.632.771-20); Belkiss Souza Seidenfuss (883.105.901-72); Bernadette Elias da Silva (294.284.591-00); Carmen Lucia Missioneira Nogueira (613.829.061-53); Cristiane Deluqui da Silva (999.922.131-91); Dercelina Conradi Galiotto (692.897.519-91); Diana da Silva Galiotto da Rosa (006.322.400-32); Elisabeth Maria Elias Cardoso (998.258.131-72); Fabricio Julieber de Almeida Silva (042.936.621-38); Hirllandia Costa Silva (832.134.141-15); Ivone de Carvalho Marques (562.649.841-91); Lirian Mirelli Caceres Tamagusko Ota (014.562.621-06); Maria Helena Nogueira (437.386.211-72); Maria Sebastiana da Cruz Costa (362.373.961-87); Nilcelene Deluqui da Silva (943.231.941-53); Renata Barbosa Nogueira da Silva (544.166.391-04); Rosalina da Silva Souza (763.413.801-00); Rosane Costa (241.103.291-91); Vera Lucia Nogueira Ribas Souto (366.083.431-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7077/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.643/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria Sampaio Macedo (092.154.253-49); Ana Nery Gracya Barbosa (243.904.293-53); Claudia Pereira da Silva (335.831.021-34); Denise Salgado Benjamin (320.494.393-34); Hedores Marcya Gerzya Barbosa (677.936.734-68); Hedyna Maria Gerlya Barbosa (864.667.474-68); Helena Machado Borba (227.479.231-34); Katia Salgado Tavares (234.925.113-68); Maria Celia Barbosa (135.606.463-91); Maria Marques Viana Melo (749.005.013-87); Olinda Maria Guimaraes Pereira (267.160.463-72); Palmira de Oliveira Almeida (816.832.001-87); Rita de Kassia Fernandes de Almeida (650.541.483-53); Ronaldo Weslley Soares de Almeida (651.206.713-49); Rosa Angelica Cavalcante de Lima (227.627.953-20); Veronica Maria Barbosa Tavares (388.350.963-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7078/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.645/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Talita da Rocha Mendes (620.847.863-47).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7079/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.649/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eliceria Aparecida Rodrigues dos Santos (009.985.237-39); Enoema do Prado Bastos Tayer (009.972.109-07); Fabiola Uliano de Medeiros (023.699.467-09); Ilair Maria Viana (234.072.639-53); Ivone Uliano Faria (035.400.897-80); Juassema Siqueira Trindade (198.749.440-72); Luciane Kellen da Silva Nunes Baungarten (836.547.120-53); Maria Helena Camiloto de Castro (022.927.659-85); Marisa Goncalves Assumpcao (061.211.099-04); Marise Ribeiro Silva (451.941.579-91); Noeli Leal Tatsch (687.889.679-72); Rafaela da Silva Nunes Oneda (836.541.860-68); Regina Uliano Oliveira (029.662.606-61); Valeria Uliano Silveira (813.571.410-68).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7080/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.655/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cleusa Catarina da Costa Vieira (696.876.760-00); Cloenyr Leite Rodrigues (480.565.880-00); Clotilde Bonatto (306.971.400-59); Deborah Chagas Christo (000.115.347-10); Idalina Nunes Leite (669.556.370-53); Magda Roselane Oliveira Vargas (512.927.850-04); Vera Marlene Zacharias (943.309.721-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7081/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.658/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Elza de Oliveira Bento (065.411.688-14).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7082/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.663/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Arilza Silva da Costa (081.005.687-90); Beatriz Pamela Matias Sabino (428.707.868-32); Camila Lopes Liandro (126.929.147-59); Eliane de Gouveia Paes Barreto (009.777.484-72); Elsie Maria Paes Barreto Freitas (296.965.004-59); Elzira Ferreira Damico (787.501.998-20); Eneida Maria Paes Barreto (167.316.624-53); Eugenia Maria Manchester Queiroga (167.109.914-15); Eveline Maria Paes Barreto Pereira de Macedo (378.418.074-49); Ildete de Oliveira Fiuza (162.268.458-30); Jussara Maria Alves Viana Franca (470.599.749-20); Luzia da Silva Santos (533.765.607-49); Nely Angelo Prado (947.516.096-53); Rosilene Maria Galvão (794.910.814-20); Winnie de Freitas Paes Barreto (103.918.274-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7083/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.667/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Christina Mauricio Garcia Japiassu (436.376.632-87); Esmeraldina Rodrigues Melo (049.721.834-89); Janete Pinheiro da Costa Passos (768.543.962-04); Joaquina Fernandes da Rocha Rodrigues (105.860.877-02); Maria Lucia da Silva Nascimento (741.445.887-34); Mary Cristina dos Reis (937.578.757-53); Mirian Rosa Campos Rocha Brum (303.515.370-15); Regina de Andrade Ribeiro (003.758.117-10); Risomar Jales da Silva Ribeiro de Lima (906.362.017-91); Rosalis de Andrade Scarlateli (606.524.117-20); Rosele Bastos de Andrade (911.136.607-91); Zelita Maria dos Reis (002.503.707-27); Zilda Domingas do Nascimento (038.503.489-03).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7084/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.671/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andreia Jayme de Lima (671.593.899-72); Anna Paula Jayme de Lima (757.938.149-49); Cristiane Vitoria Gomes da Costa (182.463.127-82); Dayane Clidenor da Silva e Lima (057.523.879-81); Denizi Saibro de Oliveira (923.536.657-72); Eloeci de Almeida Sobrinho (044.708.087-33); Luciana Silva Carvalho (058.857.144-01); Luzia de Oliveira Carvalho (462.091.827-04); Magnolia Rocha Santos de Freitas (835.746.381-91); Maria Aparecida de Carvalho Cruz (092.187.647-56); Nilza Cassia Saibro Lazaro (535.611.047-20); Telma Regina da Silva Aguiar (728.054.557-20); Walmira Judith Marçal dos Santos (716.649.632-00); Wanda da Silva Braz (079.117.527-88).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7085/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.676/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria de Araujo (026.374.337-36); Dilma Maria de Araujo (068.852.017-07); Dulcinea Ramos Lima (916.937.567-49); Elaine Maria de Araujo (099.887.227-02); Flaviana Maria da Conceicao Felix (084.443.276-89); Lilian Maria Alves da Silveira Lopes (000.097.699-78); Lucas da Silva Felix (126.337.576-69); Maria Angelica Bispo de Oliveira (003.832.085-13); Matheus da Silva Felix (126.350.666-63); Nadia Maria Ribeiro de Sa (308.180.607-00); Naiane Nara da Silva Milome Ambrosio (025.963.271-63); Nair de Almeida Ambrosio (108.616.292-72); Pamara Regina Nogueira de Carvalho Felix (307.208.708-36); Patricia Ferreira de Melo (076.277.607-20); Rita de Cassia Sodre de Lima (010.858.307-48); Sergio Luiz da Conceição Felix (115.043.786-36); Solange Ferreira de Melo (877.831.937-49); Telma Lucia Machado Ferreira Batista (137.850.444-53); Wilma Lea de Melo (722.767.037-68); Wilma Sodre de Lima Castro (592.015.257-53); Wilsa Cleia Melo da Silva (587.935.857-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7086/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.681/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carla Cristina Gama Santos (016.840.367-63); Chiareli Zacarias Calisto (140.658.864-49); Denise Cristiane de Souza Machado (913.051.102-00); Edna Clea de Lima Machado (034.425.637-55); Florencia de Franca Bezerra Calixto (057.542.244-00); Gilmara Tereza Ventura Moreira (440.356.167-53); Josefina Maria de Souza (517.978.797-15); Magda Regina da Silva Brito (023.930.657-09); Marcia Cristina dos Santos Silva (709.970.127-49); Marcia Simone Rodrigues de Vasconcellos (042.796.947-61); Margareth dos Santos Silva (714.888.047-53); Maria Isabel Rodrigues de Brito (025.005.117-66); Maria de Fatima dos Santos (054.960.967-90); Maria de Fatima dos Santos Silva

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(608.726.167-20); Marizete Fernandes Apolonio (030.102.847-80); Monica Viviani Rodrigues da Silveira (953.155.357-20); Raissa Suzana dos Santos Machado (703.961.902-43); Sueli Marinho da Costa Silva (083.325.577-04); Vilma Bezerra de Souza (427.427.303-20); William Wallace de Souza Machado (913.050.472-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7087/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.686/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adelia Molina de Sousa (087.214.587-58); Ana Maria de Sousa Silva (004.528.887-94); Cintia Freitas Lucio da Silva (055.616.437-70); Danielle Ferreira Chavante (096.346.107-90); Delza Ribeiro Pinheiro (673.963.646-04); Dirce Pereira da Silva (077.846.767-86); Maria Cristina Rosendo de Miranda Silva (859.916.007-91); Noemi Chavante Passinho (988.214.667-87); Roberto Lucio Nunes da Silva (057.234.987-46); Silvia Alves da Rocha (093.872.527-01); Vera Lucia Pereira Laune (369.025.007-20); Violeta Correa de Souza (021.363.677-81).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7088/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.691/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carolina Maia Fernandes (045.352.047-21); Janayna Sangreman Jardim de Souza (986.269.224-34); Margarete Rose da Rocha Barbosa (689.429.237-04); Maria Emilia da Cunha Lima (021.468.087-80); Maria Imaculada de Araujo Queiroz (029.743.464-05); Maria da Ascensão de Carvalho Fortes (831.122.600-82); Regina Celia Farias de Lima (015.681.187-16); Severina Pereira Barbosa (974.462.207-59); Suzana de Lima Ferreira (010.289.587-22); Zelia Batista dos Santos (051.895.487-08).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7089/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.696/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Claudia Bacilicia Mesa (322.171.101-87); Denir Delfino da Silva (663.668.441-00); Elizete Santos Rodrigues (415.534.541-20); Estefany Carvalho Arsamendis (064.936.491-02); Evanir de Souza Costa (141.218.671-49); Hirineia Scipiao dos Santos (496.956.731-04); Kayoe Otta (444.870.291-04); Luiza Coelho Colraues (084.680.801-36); Maria Apparecida Aida Ferreira (529.285.191-49); Simone Maria de Castilho (555.550.636-87); Virginia Carrelo da Silva (178.644.881-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7090/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.702/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Esacy Costa Cavalcante (959.219.073-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7091/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.707/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Luiza Weitzel (034.238.646-80); Andreia Aparecida Ribeiro da Fraga (848.001.436-91); Ciria Almeron Ribeiro (051.268.846-03); Doroteia Maria de Oliveira (301.747.596-49); Guilhermina Delmonte Medeiros de Carvalho (005.742.946-43); Jonice Cenita de Paula Oliveira (514.359.186-49); Rosa Amelia Weitzel da Silva (605.830.966-20); Rosane Aparecida Weitzel (046.183.686-67); Rosineia Aparecida de Carvalho Maciel (174.461.108-48); Taina Serafim de Paula Gomes (019.876.786-21).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7092/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.710/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Cristina Silva (161.236.008-42); Aparecida Fujarra Pagano (296.629.058-71); Cristina Conte (130.823.818-55); Enedina Alpi Goncalves da Silva (062.724.618-44); Hannah Goncalves Rodrigues (470.842.348-96); Katia Simone Trindade Silva Xavier (094.244.388-85); Larissa Almendro Bernardo (442.772.868-52); Maria Ida Martins (152.596.414-34); Monalisa Cavalcanti Bueno de Lacerda (213.758.098-57); Raphael Moliterno Vicente Chagas Sereno (223.650.358-09); Teresinha de Jesus Landgraff Daher (906.797.768-34); Tereza Cesar Bernardo (081.044.018-07); Victoria Fernanda Martins Soares (499.423.838-32).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7093/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.715/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carmelita Almeida de Oliveira (111.076.197-00); Elza Ferreira Valentim (411.368.617-34); Leila Simões Sales (684.813.227-68); Leni de Carvalho Correa (808.926.477-87); Mara Lucia de Castro Tarrago Carvalho (191.540.627-72); Marcia Mariano de Andrade Coutada da Costa (608.152.137-00); Maria Apparecida Pimentel da Cunha (740.978.657-49); Rosangela Costa de Araujo (545.047.917-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7094/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.725/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Abigail Zaroni Lindenberg (279.791.778-27); Emilia Stelmach Duarte (668.288.990-91); Fatima Portela Evangelista (429.100.487-72); Ilza da Silva Amorim (750.718.867-15); Maria da Luz Goncalves Laurentino (027.692.154-26); Marina Melillo Carneiro (414.511.108-71); Nadir Abrahão Ribeiro de Queiroz (111.965.347-99); Palmira Gaspar Ribeiro (025.028.027-25); Solange Maria Mendes Batista (368.066.254-87); Suelena Maria de Moura Mendes (377.306.904-97); Vera Lucia Zacarias Fraga (567.100.035-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7095/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.729/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ailde Moreira de Aquino (548.155.927-72); Amanda Aires de Havena (059.675.107-96); Ana Maria de Abreu Carvalho (260.801.687-15); Aracy Souza Ferreira (894.939.155-49); Cecilia Correa Anselmo (664.825.939-68); Enedilce Barbosa de Moraes Souza (813.075.947-00); Iracema de Souza Paula (008.434.727-90); Isabel Cristina de Sousa Santos (031.209.834-03); Margareth do Nascimento Barbosa de Havena (027.927.157-31); Maria Rizalva Silva de Aquino (563.149.577-53); Oriolina Meira Sales (455.783.030-72); Sonia Gomes Cruz (640.156.105-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7096/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.731/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alexandre Jorge Silva de Araujo (838.258.274-53); Camila Chianelli da Cunha Soares (123.868.257-01); Clarice Ferreira Soares (194.292.267-11); Creuza Franca de Alexandria (069.157.427-86); Jesiete Soares Silva (867.128.454-91); Katia Bersot Justo (791.544.687-87); Kevyn Rodrigues Soares (194.295.907-90); Maria Beatriz Leitão Fernandes (092.325.997-08); Maria de Jesus de Souza (026.810.784-07); Marilda de Azevedo Barbosa (980.340.307-91); Marinalva Josefa de Oliveira (097.474.957-59); Sebastiana da Silva Lins (105.520.977-80); Thelma Mary Araujo de Oliveira (000.114.567-36).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7097/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.736/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alberto Silva de Souza (029.227.525-00); Ana Angelim Saldanha (010.451.603-85); Cira Barboza Varella (012.061.727-70); Debora Vianna de Oliveira (410.639.531-20); Eliane do Nascimento Barbosa (074.972.077-84); Euza do Nascimento Bayma (471.438.272-15); Felipe Santana de Souza (017.566.355-60); Iolanda Almeida de Souza (767.397.325-15); Isaura Crepaldi Silva (038.524.188-79); Maria Aparecida Alves Santos (051.851.527-37); Teresa Cristina Rodrigues (936.715.477-15); Teresinha Alexandre da Silva Caputo (278.137.547-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7098/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.744/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alda da Costa Almeida (954.021.527-72); Celina Leandro de Melo (440.011.852-53); Clea Soares Silva Almeida (035.026.778-24); Elma da Costa Almeida (954.086.737-15); Fatima Mendonca Lopes (896.018.237-00); Maria das Graças Silveira do Carmo (088.187.895-20); Maria de Jesus dos Santos Dantas (870.606.637-20); Regina Selma Bezerra Dantas (003.354.677-09); Rosa Guedes de Souza (070.230.527-80); Rosely Leandro de Melo (430.040.912-91); Teresinha de Jesus Souza Rodrigues (018.607.697-56); Vera Lucia Ferreira Pereira Matias (072.864.797-41); Vilma Leandro de Melo Ribeiro (075.446.237-42); Zila Martins da Silva (032.357.467-06).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7099/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.745/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Deise Lucia Sobrinho Taythson (980.852.127-49); Julia Silvana Santana dos Reis (178.617.642-49); Katia Leite da Silva (672.088.277-53); Lilian Pereira Machado (844.453.197-91); Mari Irene Marinho Cavalcanti (097.296.697-83); Maria Estrela dos Santos Reis (088.742.982-34); Maria Jose de Lima Messias (223.583.151-68); Maria de Lourdes da Conceição Santos (002.237.757-38); Maria do Rosário Portela Bond (091.744.147-80); Marta Soares de Araujo (096.757.987-26); Suely de Oliveira Santos (766.551.057-49); Vania Leite da Silva (672.088.517-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7100/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.753/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alzira Rosa Pereira (886.410.151-91); Ana Flavia Biehl de Lima (876.995.670-72); Elizabeth dos Santos Marques (390.410.771-20); Elza Gellis Addor (171.653.501-87); Fabiana Chamorro Fernandes (067.732.981-48); Ivanete Pinheiro de Aguiar (570.780.411-00); Izaura Pinheiro de Aguiar (938.854.231-20); Jesuina Aleluia de Oliveira (328.180.761-53); Jorge Rodrigues de Oliveira (585.263.827-72); Jucleide Kalife Coelho (597.481.416-91); Linda Camila Figueiredo Goncalves (005.234.882-20); Matheus Felipe dos Santos (056.772.781-57); Mauricio Henrique dos Santos Rodrigues (056.772.711-44); Sandra da Rocha Rubio dos Santos (119.916.048-23); Waldete Batista de Oliveira (632.617.660-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7101/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.755/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana de Oliveira Barbosa (645.601.551-00); Ana Lucia de Oliveira Barbosa (505.484.501-10); Celia Apparecida Teixeira (768.591.001-25); Celia Maria Delgado Onofre (483.223.181-20); Denise Dias Garufe (948.840.646-15); Francelina Gomes Sousa (478.036.066-87); Glaucia Mirtes Guimaraes Carneiro (153.885.731-68); Gloria Mirtes Guimaraes Carneiro (244.439.301-59); Katyellen Oliveira de Melo (042.257.881-99); Maria do Livramento Alves Costa (654.504.693-49); Mirna Caiado de Castro Guerra (006.603.081-18); Patricia Jose Barbosa Ribeiro (044.351.831-96); Raquel Bueno Sousa (835.257.181-87); Rita de Cassia Caiado de Castro Bernardes (387.863.111-15); Veronica Bueno de Sousa (014.949.681-85).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7102/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.761/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ancilene de Andrade Silva (200.749.302-06); Anselsa de Andrade Silva (229.992.642-91); Ansinelma de Andrade Silva (704.724.672-04); Dayane Moreira Maranhão (085.102.593-56); Karina Costa Maranhão (055.516.623-65); Ligia Araujo de Oliveira (160.529.192-72); Lucrecia Matos Leão (441.960.912-53); Luiza Falcão Barbosa Neta (027.881.772-67); Marly de Souza Barbosa (260.676.448-00); Neuza Nunes Romeiro Marques (204.156.642-68); Nilma das Graças da Silva Lima (274.981.072-87); Olinda Cruz da Silva (220.726.752-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7103/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.768/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Candida Nery de Oliveira Garcia Pimentel (047.123.368-46); Dirce Bensch Cravo (211.318.488-53); Elayr Gomes Pessoa Ramos (161.514.612-15); Eloisa Bensch Cravo (231.689.268-09); Eva de Almeida Ferreira (270.439.948-45); Evani Garbati Medeiros (106.215.678-17); Karla Francis Chaves da Silva (601.576.234-91); Lucia Porto Chaves da Silva (467.863.414-20); Maria Aparecida Borges Cordovil (136.439.568-19); Nadja Martins da Silva Andrade (148.861.568-35); Ricardo Guimaraes Pimentel (269.535.308-12); Rosely de Fatima Vasconi Martins (964.117.248-49); Thais Guimaraes Pimentel (295.276.208-21); Valeria Feijo de Souza (007.408.418-66).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7104/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.769/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ignez Arle Cazella (445.572.188-65); Janicy Christina Prado (009.212.046-63); Laura Lepique dos Santos (270.333.718-37); Lucinda Regina Prado (749.359.686-72); Luthero de Menezes Helfenstens (238.529.838-43); Maria Amelia Martins de Abreu (159.485.058-55); Maria Angelita de Souza Machado (263.168.728-01); Maria Etelvina da Ponte Brussolo (201.867.268-13); Maria Helena Souza Aranha Oliveira (182.332.128-30); Maria de Lourdes Lopes Zerbinato (149.654.668-70); Sandra Regina Prado (799.401.456-91); Silvana Aparecida de Azevedo (372.384.368-92); Sonia Regina Prado (313.604.756-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7105/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.774/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andrea Cristina Esteves da Silva (007.364.487-05); Monica Mendes Ponteiro (073.973.437-75); Nenci Nelia Mendes Ponteiro (722.687.007-04); Rita de Cassia Fernandes (042.804.047-04); Schirlei Costa Pereira (812.467.067-68); Sylvia Helena de Oliveira Murtinho (382.236.947-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7106/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.782/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Francisca das Chagas Vasconcelos de Souza (469.616.903-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7107/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.786/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Athanilda Silva Neves (016.027.477-09); Edna Neves Ribeiro (036.640.597-78); Evanira de Jesus Lima (075.052.387-52); Helenita Jesus do Espirito Santo (962.839.045-72); Herica Jesus Costa (616.928.755-15); Jane de Oliveira Santos Luiz (820.620.996-49); Maria Aldivane Gomes de Oliveira Lopes (010.979.607-14); Maria de Fatima Carneiro Ferreira (001.331.017-89); Maria de Fatima Gomes de Araujo (004.975.267-78); Neuza da Costa Reis (113.848.827-58); Rosana Gomes de Araujo (765.471.167-00); Rosangela de Araujo Maciel (085.351.507-73); Rosemary Gomes Barbosa de Oliveira (018.628.077-79); Solange Gomes de Araujo (554.473.927-72); Valdete Rosa de Oliveira (625.315.657-87); Zelia dos Santos Reis (610.447.687-20); Zenir Duarte do Espirito Santo Alves (835.356.757-15); Zenita Gloria Duarte do Espirito Santo (702.367.397-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7108/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.791/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dilma Batista dos Santos Alves (767.501.837-00); Elisa Reis de Sousa Lima (132.343.087-30); Elisabete Sonia Muller (468.227.559-34); Judith da Conceição dos Santos (092.801.087-27); Leda do Nascimento Barreto (544.308.795-91); Maria Cleide Felipe Moreira (351.956.901-97); Maria Lucia Augusta de Souza (863.922.807-82); Maria Teresa de Farias Oliveira (913.343.300-34); Neusa Santos de Medeiros (416.082.754-34); Onescina Luza de Souza Alencar (053.241.274-50).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7109/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.794/2018-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adelia Souza Conceição (142.288.207-19); Anaia Magalhaes Gianotti (105.734.007-33); Bianca Damiana Motta da Cruz (265.915.818-55); Cecilia Pereira de Morais (572.743.477-72); Clenilda Azevedo de Andrade (072.875.577-70); Diana Santana do Nascimento (816.220.747-34); Edna Silva do Nascimento (039.366.934-39); Genair Jose da Silva (796.455.347-04); Luana Rosa de Mattos (029.390.505-38); Maria Edilene de Oliveira Cruz (487.344.974-04); Myrthes Valentino Victorazzo (021.898.677-70); Norma Russ Maia (697.347.397-00); Rosana de Souza e Silva Rodrigues (074.324.937-23); Rosangela de Souza e Silva (084.459.947-60).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7110/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.801/2018-1 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alda Bondade Antenor Ferreira (071.310.487-20); Aldaclesia Bondade Antenor da Silva (058.019.607-08); Aldara Maria de Alcantara (807.351.427-34); Dirce Rodrigues de Queiroz (847.687.627-00); Luciene Oliveira da Silva Florindo (003.963.287-33); Marlene de Souza Antenor (023.020.647-63); Marly dos Santos Costa (640.918.997-49); Olga Santos (773.766.681-87); Patricia Regina dos Santos Lima (021.532.184-70); Pedro Francisco de Mello Amarante (142.736.637-32); Pietra Maria de Mello Amarante (142.737.967-08); Rosalina Goiana Maia (761.563.117-34); Zelia da Costa Gomes (034.448.257-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7111/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.803/2018-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Andrea Lucia Rodrigues do Nascimento (068.710.697-47); Cleonice Ribeiro Meyer (870.369.917-04); Fany Katarina Araujo de Matos (050.475.924-80); Francisca Tavares da Silva (430.398.554-68); Jandira Silva Santana (099.754.437-61); Maria Helena Vollmer Labarthe (011.789.997-69); Maria Lucia Seixas Soares (081.397.537-93); Marlene Flores Cardoso (004.592.059-19); Marli Dantas Pereira (605.935.987-68); Nilo Leite Dantas (383.740.487-00); Nizia Eugenia Machado Domingues (028.984.847-41); Virginia Lucia Silva Matos (008.994.394-54).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7112/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.811/2018-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Delma Maria Filter (815.389.791-87); Delza Mathias Esteves (617.469.831-91); Gilvanis Ferreira do Nascimento Aguiar (088.605.211-49); Izaura de Jesus Marques (603.213.421-00); Marcia Rosane Aguiar Bonissoni (247.720.891-87); Miria Ester de Aguiar (296.820.021-68); Rita de Souza Neiva (875.432.901-97); Rosa Sousa de Oliveira (665.462.491-20); Vanda Costa de Almeida da Silva (023.991.736-78); Vera Cruz de Andrade (656.255.951-00); Wanilda Pinheiro Chaves (276.493.421-15); Zelia Maria Neves da Silva (116.840.891-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7113/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.815/2018-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Brenna Crystina Freire Ferreira (076.907.943-19); Elane Cristina Siqueira Machado (034.152.804-89); Leticia Vasconcelos Machado (079.857.763-03); Margarida Maria Coelho Ferreira (013.302.763-53); Veronica Nunes do Nascimento (525.225.803-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7114/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.820/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Ana Izadora Dias (081.637.399-08); Zilda Maria Alves (399.382.399-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7115/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.825/2018-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Gislayne Guerreiro Ferreira Valerio (312.127.188-10); Joao Miguel de Souza Moreira (512.436.498-01); Maria Celia Santos Maltez (101.604.667-76); Maria de Lourdes Coutinho (732.723.108-00); Maria do Carmo Lopes dos Reis (152.349.338-06); Regina Maura Silva Alves (299.579.938-79); Ruth Assad Garcia (273.336.127-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7116/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.828/2018-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Cleusa Baeta da Silva Vieira (032.778.586-18); Elci Gomes do Nascimento Filha (018.660.937-03); Geny Nassar Moreira dos Santos (715.582.767-34); Grazielle Marques Vieira (075.517.027-09); Helena Nassar Moreira Goncalves (085.249.447-57); Hildigard Utzig Freitas (788.149.950-87); Lea Grana Puentes da Silva (606.113.327-87); Lilian Cristina Teixeira de Figueiredo (918.577.327-15); Lucia Nassar Moreira Carlos (102.753.487-25); Maria Auxiliadora Nassar Moreira (008.703.877-31); Maria Guilhermina Grossi (955.995.250-15); Maria da Penha Nassar Moreira (007.393.747-96); Maria das Graças Constantino Araujo (501.127.837-91); Nilce Evaristo da Silva (010.840.857-47); Nilma Borges da Silva (596.040.507-53); Nilva da Silva Borges (781.492.587-87); Penha Teixeira de Figueiredo (052.397.357-86); Stela Nassar Moreira da Silva (104.463.717-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7117/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.833/2018-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Ana Cristina Kuranaga dos Santos (293.971.428-28); Aparecida Amelia Studenski de Oliveira (593.014.737-04); Cristina Magalhaes Cesar Sena de Castro (790.730.697-34); Denise Delaney Amaral Rocha (304.742.722-49); Elisabeth Kuranaga dos Santos (319.434.128-63); Helena Claudia Chadud da Silva (871.175.257-20); Ilza da Fonseca Rocha (108.328.072-49); Maria Nazareth da Costa Barbosa (396.337.306-78); Maria da Conceição Studenski (023.330.687-01); Maria do Rosario Freire da Silva (031.067.992-34); Marilene Fonseca (699.253.726-15); Marilene Guimaraes de Lima (287.301.602-78); Patricia Kuranaga dos Santos (260.369.038-80); Patricia Magalhaes Cesar Kaufmann (111.358.698-20); Rosangela Regina Amaral Rocha (278.755.712-00); Vivianne Lima Gondim de Vasconcelos (032.344.814-31).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7118/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.837/2018-6 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Augusta Gil de Melo (070.050.697-73); Barbara Cristina Oliveira Silva Vasconcelos (011.561.497-46); Barbara Maria Acquarone Colaco Fiuza (084.624.917-03); Claudia Alves Correia de Moraes (917.406.307-34); Iricina de Souza Santos (368.690.822-00); Jeane de Matos Feijão (006.392.297-51); Jussara Silva Lopes (627.161.317-91); Maria Jose Ferreira da Costa Pires (289.212.321-68); Maria da Penha Santos Ramos (574.799.257-00); Marluce Oliveira de Lima (404.050.524-72); Renivalda Rodrigues de Macedo Pinto (133.059.805-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7119/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.839/2018-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Adeilza da Silva Darmasso (264.145.622-20); Aldeci Cerqueira Costa Santos (564.088.467-34); Aldeni Cerqueira Costa Santos (652.103.527-49); Arlete Cerqueira Santos (077.204.674-34); Benedita Ferreira Candido (013.399.577-10); Denilda Santos da Silva (381.742.272-53); Denize do Socorro Santos da Silva (280.091.852-72); Dorotea Santos da Silva (254.382.802-82); Heliane Quirina Bezerra Cabral (404.362.687-87); Laila Regilene Anunciação de Oliveira (013.007.355-54); Laize Regiane Anunciação de Oliveira (034.326.475-73); Liliane Jonas Bezerra Gama (705.373.217-72); Maria Aide Costa Potiguara (978.360.951-34); Maria Aparecida Alves Xavier (123.242.053-00); Maria do Socorro Ribeiro Matos dos Santos (291.158.924-68); Maria do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Socorro da Silva Moreira (713.918.513-15); Marilia Ferreira Candido (006.203.597-57); Marisa Ferreira Candido (774.803.097-91); Miriam das Graças Bezerra da Costa (346.081.847-68); Sayonara da Conceição Almeida (567.364.445-00); Teresa Neuman Alves Ferreira (123.248.173-49); Vanda Albuquerque de Lima (100.078.117-80).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7120/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.842/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adalto Pires dos Santos Coelho (857.651.095-27); Bernadete de Oliveira Duarte (343.193.609-15); Carmen Seda da Silva (119.822.017-11); Christiane Bezerra de Franca (109.639.388-35); Danielle Aparecida de Campos Sa (002.444.511-84); Emicielma Pires dos Santos Coelho (051.748.865-56); Eugenia Christina Bezerra de Franca Silva (088.879.108-98); Huldenize Bezerra de Franca Silva (087.636.808-90); Iara de Oliveira Duarte (591.171.769-72); Jane Pinheiro da Silva Coelho (583.031.037-68); Jeni Maria Alves Costa (716.767.837-68); Lidia Olindina Duarte (074.661.369-58); Maria Aguiar Torres da Silva (141.008.783-20); Maria Evangelina da Rocha Lessa (096.762.137-21); Miriani Martins Pinheiro (043.492.587-01); Raimunda Evangelista Pinheiro (228.462.802-82); Rosangela Duarte Nascimento (691.440.019-91); Solange de Oliveira Duarte (416.649.659-04); Therezinha Mendonca Viveiros (045.353.887-84); Vera Lucia de Oliveira Lapa (378.341.189-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7121/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.843/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Auta Pereira de Oliveira (038.642.329-61); Celia Vieira dos Santos (036.783.897-40); Edith Cabral Oliveira (001.024.527-84); Edna Nogueira Dantas (374.228.715-04); Eliana Nogueira Lemos (649.212.475-87); Elidiane Varanis Vera (950.071.721-20); Elizangela Mendes dos Santos Mendonca (082.569.717-46); Lucia Ribeiro Nogueira (309.632.065-91); Maria Helena Lima de Souza (093.079.877-50); Maria Zurilda Martins (035.608.249-07); Maria de Fatima Barbosa Pereira (748.842.397-68); Valneide Santos Barbosa (041.376.467-24); Vera Lucia Rodrigues Gosne (100.298.717-27).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7122/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.846/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alzira Vieira dos Anjos (400.208.197-49); Anailde Silva de Queiroz (520.626.357-53); Daisy da Silva Cardoso (048.159.487-63); Denise Soares Ferreira Graciano (857.810.457-91); Denize da Silva Cardoso (819.094.037-68); Elisangela Evangelista dos Anjos (026.136.777-32); Elizabeth Soares Ferreira (668.355.427-72); Julio Cesar Soares Ferreira (060.069.597-20); Luciana Pimenta Souza (105.071.987-51); Lucimar Pimenta Souza (083.549.457-82); Mariluce Silva Souza (117.059.777-74); Monica Soares Ferreira Vasconcellos (747.581.607-91); Natalia Silva Vieira do Nascimento (139.054.997-62); Neide Figueiredo Furtado (398.920.342-87); Patricia Bernardo de Figueiredo (851.212.237-49); Teresa da Conceição Pereira (735.758.367-87); Wanda Azevedo Paiva (711.138.437-72).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7123/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.847/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Fatima Cristina Miranda Durso (001.621.347-54); Georgina de Araujo Andrade (531.719.857-72); Jane Tupiara Fernandes Miranda (548.114.657-68); Juliana Angela Paes Bairros (095.728.087-45); Ligia Maria Andrade Sant Ana Carvalho (833.430.247-91); Lucelena Ferreira da Costa de Bairros (850.784.687-49); Lucieny da Conceição Paes Bairros (028.837.717-66); Maria Jose Martins Santos (427.341.187-34); Maria Nobre de Matos (028.589.038-75); Maria Sebastiana Garcia Lima (255.158.297-00); Marli Queiroz Valente (972.411.137-72); Michelle Pereira da Costa Correia (099.458.297-85); Ryan Cerqueira Figueredo (096.440.265-35); Tania Cristina Correia da Silva (755.010.157-49); Tatiany Paes Bairros (095.732.397-28); Viviane Cristina de Almeida Miranda (012.577.877-56).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7124/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.854/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aaron Raphael Oliveira de Souza (080.628.431-57); Fabricia de Jesus Barbosa (933.861.251-15); Ivana Lemos Vera Teixeira (495.241.431-00); Ivaneide Lemos Vera (019.681.331-00); Ivanise Lemos Vera da Silva (001.100.121-60); Maria Eduarda Pereira da Silva (086.536.281-50); Nivalda Aquino Maciel (448.458.471-91).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7125/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.857/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dioneia Goncalves da Costa (894.301.401-59); Eliane Jacques Medeiros (508.289.910-49); Elza de Castro Gama (082.011.517-71); Jheniffer Karolayne Fonseca Ribeiro de Souza (139.184.616-88); Leidia da Silva Freitas (585.810.301-49); Maria Auxiliadora Nascimento Vieira (063.517.761-71); Maria Helena Papini de Souza Moreira (484.601.251-49); Maria Jose de Oliveira Coimbra (788.455.641-34); Soeli Vilanova (707.103.251-34); Vilma Honorato Carnaiba (110.683.531-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7126/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.859/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amara Herminia de Oliveira Sousa (227.731.003-44); Anaile Oliveira Diniz de Lima (545.542.253-72); Antonia da Silva Medeiros (598.986.742-53); Cleojonas Cavalcante do Nascimento (451.106.033-91); Edna Maria Nascimento (125.878.854-34); Ednea Maria Howlett (128.471.434-91); Edneusa Maria Nascimento (234.122.244-72); Glaucia Maria de Brito Ferreira Monte (512.726.793-49); Irani Luciano Marques (321.961.303-97); Izaura Monteiro de Macedo Teixeira (357.799.771-00); Jandira da Costa Matos (710.579.943-91); Joana D Arc Cavalcante Nascimento (451.105.733-87); Jonasclea Cavalcante do Nascimento (451.105.493-20); Joneuda Cavalcante do Nascimento (473.607.043-91); Maria de Lourdes Araujo de Oliveira (197.414.052-00); Raimunda Tavares de Miranda Coelho (618.320.302-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7127/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.867/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria Godoy de Almeida (016.058.190-77); Ivete Teresa Severo (352.608.900-00); Maria Izabela Lacerda Castilhos (425.554.939-72); Maria Olina Fagundes de Quevedo (338.342.530-49); Marisa Fagundes Quevedo (301.616.900-25); Therezinha Lourdes Thome de Vasconcellos (011.127.350-11).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7128/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.869/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Darci Malachias Cardoso (221.539.088-33); Maria de Fatima Amgarten Torres (110.393.068-02).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7129/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.870/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dulce Adriana Ponde Serra (018.652.867-10); Elisabete Mauricio Ribeiro Neves (077.506.947-73); Fortunata Carrera Silveira (013.005.367-80); Helena Barbara Calil Nascimento (011.069.237-31); Izabel Calil Ferreira (408.141.147-68); Leidima Batista Borges (941.238.617-68); Lenir Cardoso dos Santos Lima (000.562.567-01); Lourdes Calil Ferreira (016.552.977-67); Luiza da Fontoura Guarana de Barros (024.774.427-16); Maria Beatriz dos Santos Oliveira (073.935.107-90); Nympha Silveira de Araujo (854.931.477-34); Rose Mary Catarino de Azeredo Pessanha (624.178.437-49); Sonia Maria Soares e Paiva (005.011.527-84).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACÓRDÃO Nº 7130/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.894/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Bruna Rafaela Rossana da Silva (044.315.224-17); Carla Silvana da Silva Martins (273.110.234-91); Claudia Rossana Muller (342.572.922-53); Daniele da Costa Martins (131.328.637-00); Edith Barros Fernandes (024.050.977-37); Estrela Dalva Rodrigues da Silva (344.776.594-15); Irene Morais da Silva e Souza (776.873.107-72); Joria Rubia Rodrigues da Silva (341.176.444-91); Jurema Moraes Correa (221.792.327-72); Lea Dias Limp (104.272.277-39); Maria Jose de Araujo Luiz (091.144.557-90); Marli de Almeida Moraes (314.377.297-20); Mary Sonia Braga (025.848.747-09); Miriam Lucia de Almeida Moraes (337.514.477-68); Romildes Batista Goncalves (757.486.066-15); Rosemere Camilo Melo de Jesus (456.158.884-15); Viviane de Almeida Moraes (029.152.417-67); Zilda Ribeiro da Silva Pinto (958.268.907-20).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7131/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.322/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Edelmita de Araujo Fernandes (084.646.357-10); Eliane Celestino Ribeiro Pinto (076.329.897-22); Elvira Dias de Andrade (257.874.977-91); Ilma de Maria de Lima e Silva (030.821.997-04); Ilza de Maria Lima de Mattos (181.267.407-44); Wilma Gonçalves Ricardo (360.481.787-00).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7132/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.323/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Elaine de Souza Cavalcanti (584.640.001-97); Katia de Brito Santos (002.398.817-70); Maria das Dores Brandao de Souza (341.164.437-00); Mariza Franco Costa de Alencar (599.902.607-53); Rosangela de Brito Santos (024.991.457-30); Sandra Santos da Silva (610.174.857-04); Sonia Borges Cecilio (128.879.197-68).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7133/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.328/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Denise da Silva Brandao (661.625.307-44); Elizabete Mutran Coimbra (017.751.382-91); Francinete Dantas Lopes (056.867.457-06); Ivonete Maria Bruno de Barros (021.248.867-89); Layde Magre Brandao (080.392.737-14); Lucila de Beaurepaire Pinto Peixoto (331.195.466-15).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7134/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.336/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Denise Cortes do Nascimento (002.847.280-20); Ronilda Bianco Borges (662.872.780-72); Rosalina Loreto Peres (567.691.050-04); Rosane Lese Corvalao (406.623.650-20); Suzana Pereira (390.083.550-00); Tereza da Silva Silveira (536.403.490-91); Therezinha Hoefling (383.974.390-72).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7135/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.337/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Angela Maria Rosado Telles (421.545.370-49); Celeide do Socorro Monteiro de Carvalho Deluca (433.731.941-72); Elaine Martins Dias Souza (370.499.090-68); Gildene Santos Deluca (495.694.817-49); Lindomar da Silva Romero (283.007.340-15); Maria Ione da Silva Efthymiatos (452.110.780-04); Maria da Conceição Teixeira Souza (462.672.710-72); Rea Nunes Galbinski (003.646.650-68); Rejane Nunes (180.486.250-91); Sabrina Hastenreiter Deluca Joao (576.558.201-04); Tamiris Devincenzi Paiva Souza (025.948.720-16).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7136/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.343/2018-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Murad Amaral Prado (532.029.456-53); Diva Santos de Assumpção (076.729.936-15); Leontina Prates Lemos (899.006.696-49); Maria do Carmo Murad Amaral (251.623.496-15); Marilene Eugênia Pereira de Novaes (379.784.036-53); Vicentina Maria José de Oliveira Pereira (210.260.336-91); Zelia Franco Rozas (236.742.881-68).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7137/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.348/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Iete Teresinha Pinheiro Beling (341.965.879-68); Neuza Maria Meurer (768.982.021-20); Silvia Helena Pinheiro Beling (093.011.188-58).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7138/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.353/2018-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Madelaine Beulque Bitencourt (387.647.410-87); Onizia Menezes Bitencourt (518.766.551-00); Vera de Fatima Paula Antunes (447.137.031-68).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7139/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.355/2018-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Amarilis Portugal Ferreira Venturini (398.221.681-87); Claúdia Quintella Gil (028.236.067-00); Elizabetth Maria Loureiro Gil (238.986.407-44); Maria Lúcia Sipaúba (177.312.083-20); Maria da Gloria Escovino de Vasconcellos (008.736.127-28); Matheus de Oliveira Carneiro (003.288.431-13); Ruth Marques Carneiro (153.676.731-04); Walkyria Vidal de Almeida Taguchi (392.449.621-87).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7140/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.356/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carmen Vieira Miguens (214.132.311-87); Luciana Faria Pereira (931.504.316-20); Maxima Coeli Carreiro Botelho (292.691.801-15); Ruth Faria Hecht (505.674.201-59); Suely Patzsch Furtado (564.925.881-34).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7141/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.363/2018-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Mariza de Melo Ramos (104.134.804-53); Moema de Melo Ramos (220.399.701-00); Silvia Maria Mattos Henriques de Araújo (187.358.515-20); Sônia Regina Silva de Matos (220.037.115-20).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7142/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.364/2018-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Lindacira Tavares Vilhena (384.525.702-44); Vera Lucia Tribuzy Ferreira da Costa (078.240.682-34); Yuriko Asano (890.103.374-72).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7143/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.367/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Carla Toscano Pimentel Appolinário Cerqueira (808.940.707-20); Cleide Maria Xavier Santos (540.101.367-15); Clemens Maria Xavier Abi Rihan (399.918.577-53); Cléia Maria Xavier da Rocha (028.478.387-08); Edna Maria de Vasconcelos (624.383.107-82); Gisele de Moura Santucci (758.946.297-72); Kátya Toscano Pimentel (774.162.957-34); Lucia Maria Vasconcelos (467.131.747-87); Maria Francisca da Silva (947.494.509-87); Rosa Maria Sá Santucci (463.452.807-04).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7144/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.369/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Arthur Augusto do Espirito Santo Cordeiro (063.224.247-77); Flávia Seifert Campanha de Barros (072.268.347-23); Glauciana Beraldo Gonçalves Cordeiro (078.674.487-13); Iracema Soares de Souza (023.474.667-04); Lucimar Souza Santos (751.791.137-68); Maria Cristina Santos Vieira (016.126.787-42); Maria Marcia Macedo (023.983.857-28); Maria Marlene Macedo de Oliveira (314.871.061-49); Maria Marli de Macedo Campos (014.808.459-14); Maria Marluce de Macedo (356.367.427-20); Maria Mirian de Macedo do Carmo (523.292.407-91); Maria Nazare de Macedo Manso (586.226.837-53); Maria Rita de Cassia Macedo (706.501.527-00); Nelma Souza Santos (746.073.591-49); Telma Santos Pessanha (830.181.587-68).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7145/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.374/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dirce Andruski (922.008.349-34); Lilian Guimarães Carneiro Maciel (467.675.171-00); Lucy Ferreira dos Santos Moreno (401.963.137-91); Maria Aparecida Aguena (082.931.768-65); Maria Aparecida de Azevedo (041.491.668-97); Neusa dos Santos Aguena Guimarães (259.270.748-47); Olivia Maria de Carvalho Almeida (273.616.428-88).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7146/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.375/2018-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Diogo Baltazar Pinho (332.138.808-17); Edilma Frassinette Delgado da Silva (085.476.104-72); Erika de Andrade Neves (494.476.881-87); Inacia Maria C. de Lima (057.799.274-05); Maria Helena P. de Oliveira (046.396.174-96); Marta Helena dos Santos Pinho (976.195.908-20); Roberta de Andrade Neves (573.227.751-04); Tathiana de Andrade Neves (516.780.471-04).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7147/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.379/2018-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Bruno Luiz da Cruz B de Souza (127.889.057-26); Edneide Gouveia da Silvva (265.616.544-04); Elenita da Cunha Quintanilha (902.380.797-91); Eliane Gouveia da Silva (193.541.934-04); Maria Auxiliadora Gonçalves Leite Caichiolo (128.009.451-68); Maria Thereza Motta Bomfim D'eça (052.553.907-71); Maria de Fátima de Souza Carvalho (792.760.241-15); Marluce Alves da Silva (325.487.964-34); Rita de Cássia Batista Valença (658.069.720-20).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7148/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.380/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Carina Salustiano (011.685.114-70); Ana Paula Cordeiro de Melo (064.381.844-89); Claudete Nunes Machado de Melo (199.680.784-68); Ema da Fonseca Mello (068.368.887-10); Ivonete de Lima Gil (014.409.897-02); Oswaltea Cavalcanti de Freitas (047.713.647-88); Rosy Cristina de Souza Machado (536.919.977-91).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7149/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.383/2018-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Clara Maria Pinto Loureiro (537.257.357-00); Clara Maria Pinto Loureiro (537.257.357-00); Dione Freire Pedreira (726.304.427-72); Lena Garcia Pinto (878.410.457-00); Leonilda Gongora Francioni (313.292.538-17); Oswaldina Garcia Pinto (102.282.337-04); Rísia Aurélia de Paula Ganimi Brisolla Diuana (708.129.427-87).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7150/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.417/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Maria Célia Bernardes Machado (085.923.571-87); Maria Helena Passos Borges (152.613.871-91); Maria Teresa Fleury Marcyk (811.930.920-00); Marline Gonzaga de Oliveira e Silva Silveira (179.232.121-04); Nilza de Rezende Ferreira Lopes (000.000.000-00); Sonia Gonzaga de Oliveira e Silva Lopes (658.069.641-91); Uiara Bernardes Borges (493.861.401-44).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7151/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento das interessadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.650/2018-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Eloa Popoviche de Bittencourt (352.685.140-91); Ivoty Machado da Silva (719.217.020-87); Lourena de Carvalho Brandolt Chagas (362.709.030-68).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7152/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno/TCU e no art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU 206/2007, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.652/2018-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Creusa Sete Menezes (075.768.254-56).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7153/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.458/2018-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Cristos Constantin Vozikis (905.726.707-10); Domingos Deodato da Silva Batista (130.954.988-53); Herbert Max Marinho (031.031.054-79); Jose Lopes da Silva (048.497.012-72); Juliano Nogueira Brasil (810.925.633-34); Paulo Sergio Cruz Freitas (656.089.762-15); Reynaldo Lopes da Silva Filho (319.544.137-34); Ricardo Wagner Brazil (029.791.326-32); Salvandir Hermenegildo (458.473.128-49); Waldomiro Rossetto (026.716.468-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Aeronáutica - MD/CA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7154/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.466/2018-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Atanagildo Oliveira dos Santos (760.442.977-72); Edson Ferreira da Silva (008.269.361-72); Joel dos Santos Barreto (048.462.657-49); Luiz Carlos Requeijo (002.662.054-53).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando da Marinha - MD/CM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500198

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7155/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de reforma constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.473/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessado: Lecilio Estrella de Sa (001.800.173-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7156/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.477/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Joaquim Arthur Licinio de Carvalho (056.776.530-04); Jorge de Oliveira (008.501.011-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7157/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.483/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Andre Luis do Nascimento Faustino (975.756.156-87); Fernanda Cristina Silva Coelho (968.335.301-06); Gustavo Vinicius Rios (099.858.236-05); Igmar Martins de Carvalho (770.599.056-34); Jorge Andre Souza Lopes (544.772.201-20); Jose Carlos de Sa Silva (345.081.043-04); Jose Varlei Souza da Costa (375.024.410-34); Luiz Oscar Marques de Castro Neri (011.986.187-95); Maximiliano Seragioli Maimoni (123.950.378-42); Sergio Ricardo Kelmer (899.151.436-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7158/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.487/2018-5 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adil Machado de Moura (472.934.890-72); Bruno de Paiva e Souza (039.679.436-07); Felipe Bejarano Farias de Resende (003.830.347-79); Iatha Anderson Moreira Coutinho (007.991.604-07); Ivan Mauricio Soares Andrade (042.544.491-00); Lidio dos Santos (028.745.720-63); Marcio Gilberto Barbosa da Cunha (981.034.587-91); Matheus Correia da Silva (090.580.429-52); Regina Celia Soares Farias (003.612.527-06); Romulo Cardoso da Silva (044.077.771-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7159/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.490/2018-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Admilson Candia (613.886.021-72); Agilson Avila da Cruz (643.794.420-04); Carlos Eduardo Gomes de Campos (055.202.737-58); Fabio da Silva Fonseca (025.809.205-01); Iago Rodrigues de Souza (047.096.121-02); Jonathan Rubens Amarante (158.241.087-90); Jose do Carmo Dias (002.461.662-15); Lucas Ribeiro Alvez (042.728.360-48); Oberlaelson Seixas Bianchini (224.255.947-87); Wanderson da Silva Broni (023.710.742-25).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7160/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.494/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Barbosa Leite (018.568.396-72); Edilson Viana da Silva (180.508.082-20); Edinaldo Ataide do Nascimento (201.662.496-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7161/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.500/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adriano Pires Ribas (111.554.269-91); Amilton Coelho de Lima (005.627.429-72); Genuino Sant Anna Filho (062.523.700-53); Geser Mendes de Souza (113.397.649-20); Godofredo Jose Kohler (061.429.907-15); Joao de Mattos (110.490.069-68); Leão Ferreira Lima (109.313.769-04); Luiz Ramirez (125.738.849-53); Manoel Jesuino Nascimento Filho (011.604.430-68); Valdir Raposo (060.428.489-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7162/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.506/2018-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Celso Alberto Ferreira Constante (181.799.247-34); Walkir Rodrigues Gomes (021.877.362-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7163/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.509/2018-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Alaor Lopes Bastos (125.656.609-87); Candido Vasconcellos de Azevedo (082.386.697-15); Celio de Castro (061.688.847-34); Celso Veronesi (109.816.839-91); Claudio Tadeu Petruy (297.574.447-15); Gentil Miguel Gil (113.952.909-97); Jose Roldão Pires dos Santos (112.352.689-34); Ladislau Wisniewski (097.822.810-34); Nelson Parisotto (008.756.510-20); Walter Vicente Vieira (007.989.089-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7164/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.517/2018-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Aldo Olli Zonta (045.411.970-49); Antonio Carlos da Silva (004.187.811-68); Edi dos Santos (059.037.420-68); Gilmar Jesus Goulart (060.001.856-34); Ivo Beck (035.274.330-15); Jose Dias dos Santos (045.858.010-49); Jose Miguel Zambelli (007.726.400-25); Moacyr Souza Cordeiro (065.941.310-87); Ruy Jose Pinto (039.775.790-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7165/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.519/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Adilson Falcão da Mota (007.424.810-34); Antonio Rodrigues Carvalho (154.832.230-04); Danilo Emilio Zuge (313.310.760-72); Milton Iensen de Mello (007.798.061-15); Moacir Larrea Fernandes (167.778.240-49); Noli Calegaro (006.424.870-49).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7166/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.525/2018-4 (REFORMA)
1.1. Interessados: Evoni Alcides Domingues (145.919.950-20); Gabriel Dembinski (059.356.600-91); Gaspar Silva de Oliveira (013.721.500-21); Herculano Pires da Silva (046.770.210-15); Ivo Farias Morel (155.107.350-15); Joao Francisco Pereira Ribeiro (059.354.660-15); Luiz Carlos de Avila (013.746.300-63); Luiz Giordano da Costa (048.258.101-87); Victor Supper Rist (060.388.757-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7167/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.533/2018-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alcendino de Matos (435.219.168-04); Edson Felix (041.161.518-15); Ildefonso Jose Rossato (115.514.458-91); Joao Bosco Rodrigues (192.271.088-15); Jose Alves (155.429.208-53); Manoel Machado Filho (160.882.128-53); Orlando Bento (140.250.438-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7168/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de reforma constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.535/2018-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Amauri dos Anjos (099.071.227-34); Carlos Alberto da Silva Faria (031.507.047-15); Hermes Felix da Silva (067.039.337-15); Isaias Nasciemnto (568.711.717-20); Joao Brasil Silva (072.835.987-15); Jose Paulo do Prado Dieguez (301.762.557-53); Luiz Carlos Picoli (172.802.657-15); Murilo Silva de Souza (031.711.757-20); Ney Evers (072.298.367-00).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7169/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012 com a redação dada pela IN/TCU 76/2016, em arquivar o presente processo sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito de R$ 9.711,90 (nove mil, setecentos e onze reais e noventa centavos), valor original em 18/2/2008, e de R$ 1.502,00 (um mil, quinhentos e dois reais), valor original em 18/7/2008, a cujo pagamento continuará obrigado o Sr. Felipe Eloi Muller, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos do art. 15, inciso I, da IN/TCU 71/2012 , de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.828/2018-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Felipe Eloi Muller (386.796.390-87).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Maria de Fátima Silva Reis, CRC/DF 6.069.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7170/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 7º, inciso II, da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.945/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fernando Bezerra de Souza Coelho (010.778.878-09); Odacy Amorim de Souza (774.793.514-53).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Petrolina/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7171/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea a, 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 6º, inciso II, da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao responsável e ao Ministério da Integração Nacional, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.856/2018-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Ferreira de Assunção (067.435.604-72).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bodó/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7172/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, 237, inciso III, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante, ao comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército, e à Caixa Econômica Federal, promovendo-se, em seguida o seu arquivamento, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com o parecer da Sefip:

1. Processo TC-010.952/2018-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: 5ª Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - 5ª PJM/RJ.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Defesa/Comando do Exército - MD/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. ao Comando do Exército que:

1.7.1.1. adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, mediante procedimento específico, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, as providências necessárias para afastar o acúmulo ilegal da remuneração concernente ao emprego público na Caixa Econômica Federal com os proventos relativos à reforma na patente de Aspirante a Oficial do Exército Brasileiro, percebidos pelo Sr. Carlos Rogério Sanches Rego (171.955.148-03), por contrariar o disposto no art. 37, § 10, da Constituição Federal;

1.7.1.2 informe a este Tribunal o resultado da medida constante do subitem precedente, ao término do referido prazo.

RELAÇÃO Nº 28/2018 - 2ª CÂMARA

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 7173/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.317/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Almir da Silva (CPF 297.566.775-20); Denise Maria Escudero Garcia (CPF 714.641.747-68) e Lucia Nolasco Ferreira (CPF 371.372.987-53).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Biblioteca Nacional - FBN/MinC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7174/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.331/2018-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Anete Fraporti Ribeiro (CPF 373.771.670-68).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Canoas - RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7175/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.336/2018-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Dejair Antônio de Lima (CPF 175.142.409-00) e Maria Alice Donini Rossito (CPF 305.312.179-49).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Londrina - PR.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7176/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.351/2018-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Amaro Acioli de Barros (CPF 170.595.694-72).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Garanhuns - PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7177/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.038/2018-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: João Rozendo Barbosa Godoy (CPF 231.505.050-20).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Pelotas - RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7178/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.221/2010-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lygia Angelina Donadio (CPF 043.797.997-00).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq/MCTIC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7179/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº

8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.034/2018-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Neida Pereira Búrigo (CPF 398.900.589-87).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Criciúma - SC.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 7180/2018 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, e nos arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação da legalidade, para fins de registro, do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.662/2018-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Vilma Zulian Cardoso (CPF 145.779.948-01).

1.2. Entidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Bauru - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 7181 a 7217, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 7181/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 026.884/2010-0.

1.1. Apensos: 020.117/2016-7; 015.063/2015-1; 005.136/2011-3; 016.597/2008-2; 012.409/2014-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Ministério Público Federal (CNPJ 03.636.198/0001-92) e Prefeituras Municipais do Estado de Mato Grosso (139 Municípios).

3.2. Responsáveis: Adilson Moreira da Silva (CPF 112.275.918-53); Andelson Gil do Amaral (CPF 087.353.178-76); Conspavi Construção e Participação Ltda. (CNPJ 36.946.218/0001-80); Cácila Marilia Pires Nassarden (CPF 292.795.851-34); Fernando Augusto Vieira de Figueiredo (CPF 830.583.201-59); Gervásio Madal de Assis (CPF 109.491.271-91); José Antonio Rosa (CPF 178.248.421-34); Orozimbo José Alves Guerra Neto (108.302.941-04); Quidauguro Marino Santos da Fonseca (086.183.051-20); Ryta de Cassia Pereira Duarte (CPF 537.774.331-87); Wânia Cristina Nunes da Conceição (CPF 468.992.351-53)

3.3. Recorrentes: Andelson Gil do Amaral (CPF 087.353.178-76); José Antonio Rosa (CPF 178.248.421-34); Fernando Augusto Vieira de Figueiredo (CPF 830.583.201-59); Orozimbo José Alves Guerra Neto (CPF 108.302.941-04); Gervásio Madal de Assis (CPF 109.491.271-91); Quidauguro Marino Santos da Fonseca (CPF 086.183.051-20); Cácila Marilia Pires Nassarden (CPF 292.795.851-34); Ryta de Cassia Pereira Duarte (CPF 537.774.331-87); Wânia Cristina Nunes da Conceição (468.992.351-53); Adilson Moreira da Silva (CPF 112.275.918-53).

4. Entidades: Caixa Econômica Federal; Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT; Secretaria Executiva do Ministério das Cidades.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal:

8.1. Flavio Jose Ferreira (3574/OAB-MT) e outros, representando Andelson Gil do Amaral.

8.2. José Antônio Rosa (OBA-MT 5493), em causa própria;

8.3. Fernando Augusto Vieira de Figueiredo (OAB-MT 7627-A), em causa própria;

8.4. Guilherme Lopes Mair (32261/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Andelson Gil do Amaral, José Antonio Rosa, Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, Gervásio Madal de Assis, Orozimbo José Alves Guerra Neto, Quidauguro Marino Santos da Fonseca, Adilson Moreira da Silva, Cácila Marilia Pires Nassarden, Ryta de Cássia Pereira Duarte e Wânia Cristina Nunes da Conceição, contra o Acórdão 7.249/2016-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas dos responsáveis, imputando, solidariamente, a alguns responsáveis o débito apurado nos autos e multas com fundamento nos art. 57 da Lei 8.443/1992 e, aos outros responsáveis a multa com fundamento no 58 da mesma Lei;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos pelos Srs. Orozimbo José Alves Guerra Neto, Gervásio Madal de Assis, Quidauguro Marino Santos da Fonseca, José Antônio Rosa Fernando Augusto Vieira de Figueiredo, Andelson Gil do Amaral, Adilson Moreira da Silva, Ryta de Cássia Pereira Duarte, Wânia Cristina Nunes da Conceição e Cácila Marília Pires Nassarden para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar conhecimento aos recorrentes, ao Procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso e aos órgãos/entidades interessados.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7181-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7182/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 033.513/2016-3

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Almir Liberato da Silva (CPF 034.255.092-68), Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (CNPJ 02.806.229/0001-43), José de Castro Correia (CPF 052.444.712-87), Luiz Irapuan Pinheiro (CPF 000.896.722-91), Miguel Ângelo da Silva (CPF 024.687.002-87) e Márcia Perales Mendes Silva (CPF 214.861.902-00).

4. Unidade: Fundação Universidade do Amazonas - Ufam.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM.

8. Representação legal: Rubenito Cardoso da Silva Junior (OAB/AM 4.947) e outros representando Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões; Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB/AM 4.331) e outros representando Almir Liberato da Silva; Marco Lúcio Souto-maior de Athayde (OAB/AM 4.522) representando Miguel Ângelo da Silva; Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB/AM 4.514) e outros representando José de Castro Correia.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada em cumprimento ao acórdão 11.841/2016 - 2ª Câmara, decorrente de representação da Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas - Secex/AM acerca de irregularidades na comprovação de despesas de convênios firmados entre a Fundação Universidade do Amazonas - Ufam e a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões - Unisol.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos II e III, alíneas "b" e "c" e § 3º, 18, 19, 23, inciso III, 26 e 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas de Miguel Ângelo da Silva e dar-lhe quitação;

9.2. julgar irregulares as contas da Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, de Almir Liberato da Silva, de Luiz Irapuan Pinheiro e de José de Castro Correia;

9.3. condenar a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, em solidariedade com Almir Liberato da Silva, computados os créditos indicados, ao recolhimento aos cofres da Fundação Universidade do Amazonas das quantias a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros legais das datas registradas até o dia do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
20/7/2009	50.000,00
17/8/2009	180.000,00
20/8/2009	170.000,00
11/11/2011	696.687,13
14/11/2011	696.687,13 C
30/11/2011	364.234,86
7/12/2011	150.000,00
7/12/2011	173.836,02
17/2/2012	165.994,63
17/2/2012	108.624,68
23/2/2012	15.000,00
24/2/2012	29.692,00
27/2/2012	27.500,00
29/2/2012	165.994,63 C
12/3/2012	160.548,75
12/3/2012	8.902,01
13/3/2012	95.101,00
14/3/2012	35.269,86
15/3/2012	35.269,86 C
16/3/2012	402.708,70
16/3/2012	429.626,73
20/3/2012	53.421,35
20/3/2012	25.506,46
27/3/2012	160.548,75
27/3/2012	160.548,75 C
27/3/2012	22.799,74
5/4/2012	163.986,59
9/4/2012	127.000,00
10/4/2012	159.081,17
20/4/2012	92.421,33
20/4/2012	2.171,73
20/4/2012	167.411,51
25/4/2012	92.421,33 C
25/4/2012	2.171,73 C
26/4/2012	68.539,00
14/5/2012	15.000,00 C
14/5/2012	25.506,46 C
14/5/2012	22.799,74 C
18/5/2012	160.700,32
28/6/2012	81.666,42
28/6/2012	80.187,00
28/6/2012	22.047,47
28/6/2012	36.050,00
29/6/2012	11.283,86
2/7/2012	43.836,83
3/7/2012	9.866,00
6/7/2012	114.845,49
9/7/2012	54.880,64
10/7/2012	154.259,12
10/7/2012	154.259,12 C
10/7/2012	152.162,58
11/7/2012	34.337,24
11/7/2012	10.753,71
11/7/2012	14.679,14 C
12/7/2012	29.543,92
16/7/2012	8.168,45 C
17/7/2012	44.802,55
7/8/2012	138.498,57
9/8/2012	100.000,00
9/8/2012	56.620,05
10/8/2012	156.000,00
13/8/2012	25.370,00
20/8/2012	120.633,00
21/8/2012	102.959,66
29/8/2012	68.180,00
30/8/2012	20.000,00
30/8/2012	30.000,00
30/8/2012	16.619,17
31/8/2012	20.000,00
31/8/2012	47.589,75
4/9/2012	40.000,00
11/9/2012	39.242,50
13/9/2012	24.369,21
13/9/2012	162.757,56
17/9/2012	39.242,50 C
27/9/2012	442.257,45
19/10/2012	155.581,35
23/10/2012	100.000,00
26/10/2012	68.754,23
29/10/2012	110.062,82
30/10/2012	20.122,00
5/11/2012	16.899,89
14/11/2012	169.058,77
14/12/2012	200.000,00
4/9/2013	100.000,00
4/9/2013	37.920,00
4/9/2013	188.933,00
4/9/2013	100.000,00 C
6/9/2013	37.920,00 C
6/9/2013	188.933,00 C
13/9/2013	100.000,00
16/9/2013	101.732,56
16/9/2013	57.546,95
17/9/2013	80.814,04
25/11/2013	45.151,95
25/11/2013	12.734,72
25/11/2013	11.497,81
25/11/2013	18.678,77
27/11/2013	93.233,20
18/12/2013	226.999,50
19/12/2013	196.246,48
13/1/2014	179.752,10

14/1/2014	250.885,71
15/1/2014	708.356,63
16/1/2014	178.692,80
10/9/2010	438.141,00
3/11/2010	928.914,30
5/11/2010	49.000,00
5/11/2010	22.085,70
9/4/2012	76.015,38
14/5/2012	80.439,56 C
14/5/2012	146.027,70 C
18/5/2012	4.424,18
21/5/2012	137.996,18
31/5/2012	8.031,52
5/6/2012	80.439,56
5/6/2012	146.027,70
5/6/2012	76.015,38 C
5/6/2012	4.424,18 C
5/6/2012	137.996,18 C
5/6/2012	8.031,52 C
14/11/2012	126.743,87
14/11/2012	126.743,87 C
1/2/2013	402.149,70
14/2/2013	9.728,35
14/2/2013	9.728,35 C
26/2/2013	105.855,00
26/2/2013	2.526,31
8/3/2013	2.526,31 C
13/3/2013	66.136,25
13/3/2013	13.094,22
13/3/2013	12.044,44
13/3/2013	64.150,25
13/3/2013	435.871,06
27/3/2013	89.319,62
5/6/2013	148.325,00
12/6/2013	227.357,39
12/6/2013	40.161,21
12/6/2013	82.265,00
14/6/2013	44.888,90
20/6/2013	89.416,80
20/6/2013	3.744,62
21/6/2013	10.468,36
18/7/2013	13.094,22 C
18/7/2013	12.044,44 C
28/8/2013	252.835,29 C
16/9/2013	33.378,89 C
20/9/2013	14.715,28 C
24/9/2013	187.975,44 C
8/10/2013	60.942,50 C
18/10/2013	11.911,05 C
22/10/2013	296.875,18 C
29/10/2013	83.350,73 C
19/11/2013	49.699,11 C
25/11/2013	45.151,95 C
27/11/2013	93.233,20 C
18/12/2013	226.999,50 C
10/2/2014	166.974,64 C
7/3/2014	252.835,29
7/3/2014	86.350,73
7/3/2014	49.699,11
7/3/2014	14.715,28 C
7/3/2014	82.265,00 C
7/3/2014	44.888,90 C
7/3/2014	10.468,36 C
7/3/2014	148.325,00 C
7/3/2014	105.855,00 C
20/5/2014	122.816,69 C

9.4. condenar a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, em solidariedade com Luiz Irapuan Pinheiro, ao recolhimento aos cofres da Fundação Universidade do Amazonas das quantias a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros legais das datas registradas até o dia do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
16/6/2009	300.000,00
23/6/2009	331.000,00
25/6/2009	100.000,00
8/7/2009	190.000,00

9.5. condenar a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, em solidariedade com José de Castro Correia, computados os créditos indicados, ao recolhimento aos cofres da Fundação Universidade do Amazonas das quantias a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros legais das datas indicadas até o dia do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
18/9/2015	93.233,20
18/9/2015	93.233,20 C
18/9/2015	287.873,00
18/9/2015	14.715,28
18/9/2015	22.085,70 C
18/9/2015	89.319,62 C
18/9/2015	89.416,80 C
18/9/2015	3.744,62 C
18/9/2015	93.233,20 C
22/4/2016	6.437,10

9.6. aplicar multas individuais de R$ 100.000,00 (cem mil reais) à Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões, R$ 90.000,00 (noventa mil reais) a Almir Liberato da Silva, R$ 10.000,00 (dez mil reais) a Luiz Irapuan Pinheiro e R$ 3.000,00 (três mil reais) a José de Castro Correia, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data dos pagamentos, se estes forem efetuados após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.7. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.8. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.9. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.10. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.11. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.12. remeter cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Amazonas, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7182-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7183/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.027/2016-6.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Francisco Carlos Macedo Tavares (054.124.803-06) e N J Construtora Ltda. - ME (04.241.616/0001-05).

4. Entidade: Município de Aurora/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará - Secex/CE.

8. Representação legal: Marcos Ronny Moura Saldanha, OAB-CE 9.837.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, em desfavor do Sr. Francisco Carlos Macedo Tavares, ex-prefeito de Aurora/CE, em face da não consecução do objeto do Convênio 5/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Francisco Carlos Macedo Tavares e da empresa N J Construtora Ltda. - ME, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas especificadas, até a data do efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, os valores já recolhidos, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data de Referência	Natureza
237.500,00	08/07/2008	Débito
140.582,40	21/06/2012	Crédito

9.2. aplicar, individualmente, ao Sr. Francisco Carlos Macedo Tavares e à empresa N.J. Construtora Ltda. a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com base no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7183-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7184/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.928/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessada/Recorrentes:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).

3.2. Recorrentes: Construtora Venâncio Ltda. (12.574.539/0001-33) e Joseph Wallace Faria Bandeira (072.516.025-04).

4. Órgão/Entidade: Município de Juazeiro/BA.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Sanzo Kaciano Biondi Carvalho (OAB/BA 14.640), Renata Silva Alves (OAB/BA 35.288) e outros, representando Joseph Wallace Faria Bandeira; Antonio Filipe Pontes Vasconcelos (OAB/PE 985-B), Antonio Paulo Berardo Carneiro da Cunha (OAB/PE 12.782) e outros, representando Construtora Venâncio Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os recursos de reconsideração interpostos por Construtora Venâncio Ltda. e Joseph Wallace Faria Bandeira contra o Acórdão 3.225/2017-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas - neste processo de tomada de contas especial -, condenou-os em débito e aplicou-lhes multa, ante a impugnação parcial das despesas realizadas no âmbito do Convênio 3.846/2001, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Juazeiro/BA, para execução de sistema de abastecimento de água naquela localidade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, e, no mérito, dar-lhes provimento, para tornar sem efeito o acórdão recorrido e autorizar novas citações dos responsáveis, nos termos dispostos no parecer do Ministério Público junto ao TCU (peça 118, itens 18 a 24); e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7184-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7185/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 003.955/2016-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Monitoramento (Aposentadoria).

3. Interessados: Aurora Sales da Silva (316.506.942-53), Eronilce Chaves da Costa (013.020.352-15), Manoel Rosas Pires (215.762.892-49) e Maria das Dores Silva (113.311.432-68).

4. Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de monitoramento autuado em cumprimento ao subitem 9.3.2 do Acórdão 387/2015-1ª Câmara (TC 021.843/2014-7), que tratou de representação autuada pela Sefip com o fito de apurar possível descumprimento do Acórdão 1.232/2004-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as concessões de aposentadoria a Aurora Sales da Silva, Eronilce Chaves da Costa, Manoel Rosas Pires e Maria das Dores Silva, dispensando o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas pelos Interessados, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso VIII, 250, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, e 15, inciso II, da Resolução do TCU nº 152/2002, em:

9.1. determinar à Fundação Universidade Federal do Acre que:

9.1.1. faça cessar os pagamentos relativos a URP (26,05%) nos proventos da Sra. Maria das Dores Silva;

9.1.2. proceda ao ajuste dos valores relativos aos quintos incorporados nos proventos da Sra. Maria das Dores Silva, conforme critérios relembrados no parecer constante da peça 18, em obediência ao Acórdão 3.004/2009-Plenário, com a alteração promovida pelo Acórdão 835/2012 -Plenário; e

9.1.3. emita novos atos de concessão de aposentadoria em favor das Sras. Eronilce Chaves da Costa e Maria das Dores Silva;

9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que:

9.2.1. promova a audiência dos gestores responsáveis pelo descumprimento parcial das determinações contidas nos subitens 9.3.1 e 9.3.2 do Acórdão 1.232/2004-1ª Câmara; e

9.2.2. realize diligência junto à Fundação Universidade Federal do Acre com vistas a obter esclarecimentos sobre a parcela no valor de R$ 3.735,83 nos proventos da Maria das Dores Silva, assim como cópia de eventual sentença judicial que embase seu pagamento.

9.3. dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e interessados.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7185-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7186/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.220/2015-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessado/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte (02.961.362/0001-74)

3.2. Responsáveis: Adriano da Silva Reis (471.861.271-34); Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Vida (06.248.032/0001-97).

4. Entidade: Ministério do Esporte (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do Ministério do Esporte em desfavor do Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Vida - IDAV e de Adriano da Silva Reis, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados daquela pasta ministerial por intermédio do convênio Siafi 714043/2009 cujo objeto era "o desenvolvimento de atividades recreativas e de lazer, por doze meses, em um núcleo, para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência, no município de Planaltina/DF",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Adriano da Silva Reis da presente relação processual;

9.2. considerar revel o Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Vida (CNPJ 06.248.032.0001-97), dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/1992 c/c o § 8º do art. 202 do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c" da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas irregulares as contas do Instituto de Desenvolvimento Ambiental - IDAV (CNPJ 06.248.032.0001-97), e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
99.900,00	9/4/2010

9.4. aplicar ao Instituto de Desenvolvimento Ambiental - IDAV (CNPJ 06.248.032.0001-97) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado pelo responsável, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, com fundamento no § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério do Esporte.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7186-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7187/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.739/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Regina Maria Siqueira Monteiro (030.499.302-68).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará em favor do ex-servidora Regina Maria Siqueira Monteiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e art. 262 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria da Sra. Regina Maria Siqueira Monteiro, em razão da averbação irregular de tempo de atividade rural sem o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias, negando-se o respectivo registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data em que o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará tiver ciência desta decisão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará que:

9.3.1. faça cessar, a partir da ciência do presente acórdão, os pagamentos decorrentes do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias, as providências adotadas nos termos dos arts. 45 da Lei 8.443/1992, 262, caput, do RI/TCU, 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007 e 15, caput, da IN/TCU 55/2007;

9.3.2. na hipótese de haver a comprovação do recolhimento indenizatório da contribuição previdenciária em questão, emita novo ato, submetendo-o ao TCU no prazo de trinta dias;

9.3.3. esclareça à Sra. Regina Maria Siqueira Monteiro que ela poderá adotar uma das seguintes opções:

9.3.3.1. comprovar o recolhimento previdenciário do tempo rural averbado (recolhido à época própria ou, posteriormente, de forma indenizada) e solicitar nova aposentadoria;

9.3.3.2. retornar imediatamente à atividade para completar o tempo necessário à aposentadoria, conforme as regras vigentes;

9.4. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Pará.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7187-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7188/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.025/2015-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (07.359.752/0001-92); João Luiz dos Santos Moreira (077.061.890-15); Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva (151.717.016-87).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo (vinculador).

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).

8. Representação legal:

8.1. Francisca Regina Magalhaes Cavalcante e outros, representando Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur), inicialmente em desfavor do Sr. Paulo Cesar Boechat Lemos da

Silva, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CBC&VB) e da CBC&VB, em razão de irregularidades na execução financeira do Convênio 1200/2008 (Siconv 700004/2008), que teve por objeto "apoiar a implementação do Projeto intitulado 11ª Fiaflora - Expogarden - Feira Internacional de Paisagismo, Jardinagem, Lazer e Floricultura",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retirar o Sr. Paulo César Boechat Lemos da Silva do polo passivo desta Tomada de Contas Especial;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. João Luiz dos Santos Moreira (CPF 077.061.890-15), gestor dos recursos e então presidente da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux à época dos fatos e da Confederação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux (CNPJ 07.359.752/0001-92), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, nos termos da legislação vigente:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
364.897,00	30/10/2008

9.3. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, multa individual ao Sr. João Luiz dos Santos Moreira, (CPF: 077.061.890-15) e à Federação Brasileira de Convention & Visitors Bureaux FBC&VB (CNPJ: 03.487.391/0001-09) no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando o prazo de 15 dias, a partir da notificação, para que, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendida a notificação.

9.5. autorizar, desde logo, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada uma, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso opte por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; e

9.6. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, cópia do presente acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da República em Minas Gerais; e

9.7. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Turismo.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7188-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7189/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.530/2018-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Eida Maria de Oliveira França (298.601.139-04).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam aposentadoria de ex-servidora vinculada à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, inciso III, e na Lei 8.443/1991, art. 1º, V, e 39, I e II, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse de Eida Maria de Oliveira França e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina que adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;

9.3.2. faça cessar os pagamentos à interessada no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. emita, no prazo de trinta dias, novo ato relativo à aposentadoria em exame, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU pelo Sistema de Atos de Pessoal (e-Pessoal).

9.4. dar ciência desta decisão à interessada e à Superintendência Estadual da Funasa no Estado de Santa Catarina.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7189-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7190/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.157/2014-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Secretaria-geral da Presidência da República (09.234.494/0001-43)

3.2. Responsáveis: Arcílio Bonifácio Catarino (106.546.741-91); Associação de Desenvolvimento e Descendentes de Furnas da Boa Sorte/MS (01.243.783/0001-05); Carlito Ribeiro Maciel (554.422.691-15).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

8. Representação legal:

8.1. Evelyn Zini Moreira da Silva Birelo (77690/OAB-PR), representando Eva Antonia Catarino, Cornelio Antonio Catarino e Jolcy Antonia Catarino de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, contra o Sr. Arcilio Bonifácio Catarino, ex-presidente da Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Descendentes de Bonifácio Lino Maria, José Matias Ribeiro e João Bonifácio Catarino Furnas da Boa Sorte, em solidariedade com essa entidade, ante a não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à Associação, por força do 28/2007-Siafi 599.758, com o objetivo de dar apoio financeiro ao projeto intitulado "Ará Ilu Ayê".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1 julgar irregulares as contas da Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Descendentes de Bonifácio Lino Maria, José Matias Ribeiro e João Bonifácio Catarino Furnas da Boa Sorte (CNPJ 01.243.783/0001-05) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e §5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-la ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
98.560,00	26.12.2007

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Carlito Ribeiro Maciel (CPF 554.422.691-15), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-lo, em solidariedade com a Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Descendentes de Bonifácio Lino Maria, José Matias Ribeiro e João Bonifácio Catarino Furnas da Boa Sorte (CNPJ 01.243.783/0001-05), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DE OCORRÊNCIA
610,00	20.2.2008
300,00	25.2.2008
2.000,00	12.3.2008
70.178,35	14.3.2008

9.3. aplicar ao Sr. Carlito Ribeiro Maciel (CPF 554.422.691-15) e à Associação de Desenvolvimento e Defesa dos Descendentes de Bonifácio Lino Maria, José Matias Ribeiro e João Bonifácio Catarino Furnas da Boa Sorte (CNPJ 01.243.783/0001-05), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao primeiro e de R$ 10.000,00 (dez mil reais) à segunda, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar aos responsáveis o pagamento das respectivas dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. arquivar o processo, sem julgamento de mérito, exclusivamente no que tange à Sra. Eva Antônio Catarino, administradora provisória do Espólio de Arcílio Bonifácio Catarino, em virtude da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, em relação a este responsável, nos termos do art. 212 c/c o inciso II do art. 169 do Regimento Interno do TCU;

9.7. encaminhar, com fundamento no art. 16, § 3º da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, cópia do presente acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da República em Mato Grosso do Sul; e

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR da Presidência da República.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7190-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7191/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.466/2014-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrentes: Marcélia Belém dos Santos (618.802.131-68) e Grupo Teatro Chama Viva (24.851.701/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Grupo Teatro Chama Viva.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Aline Ranielle Oliveira de Sousa Lima (4458/OAB-TO) e outros, representando Grupo Teatro Chama Viva e Marcélia Belém dos Santos.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto pelo Grupo de Teatro Chama Viva e por Marcélia Belém dos Santos contra o Acórdão 2.708/2017-TCU-2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, dar-lhe provimento, para:

9.1.1. tornar insubsistentes os subitens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 2708/2017-TCU-2ª Câmara;

9.1.2. julgar as contas dos responsáveis regulares com ressalva, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7191-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7192/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 003.651/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo.

3.2. Responsável: Bevilacqua Matias Maracaja (250.376.414-20).

4. Órgão/Entidade: Município de Juazeirinho - PB.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-PB).

8. Representação legal: Marco Aurélio de Medeiros Villar - OAB/SP 12902

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur, em desfavor de Bevilacqua Matias Maracaja, ex-Prefeito do Município de Juazeirinho/PB, em face da não aprovação da prestação de contas do Convênio 734007/2010, cujo objetivo era incentivar o turismo por meio da realização do projeto intitulado "I Festa da Palma", com vigência de 14/5/2010 a 18/8/2011, no valor total da avença foi R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), sendo R$ 100.000,00 (cem mil reais) à custa do concedente e R$ 5.000,00 (cinco mil reais) como contrapartida do convenente;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19, parágrafo único; 23, inciso III; 28, inciso II; 58, inciso I e II da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso II; 214, inciso III, 217 e 268 do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. considerar revel Bevilacqua Matias Maracaja;

9.2. julgar irregulares as contas de Bevilacqua Matias Maracaja;

9.3. aplicar a Bevilacqua Matias Maracaja a multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7192-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7193/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.204/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrentes: Ana Léa Moraes Martins (184.314.293-72), ex-Secretária de Educação, e Tereza Carlota Carvalho Caldas (094.829.703-49), ex-prefeita.

4. Órgão/Entidade: Município de Brejo-MA.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos.

8. Representação legal: Francisco Pestana Gomes de Sousa Júnior (OAB/MA 3.917).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos do Recurso de Reconsideração interposto por Ana Léa Moraes Martins, ex-Secretária de Educação, e Tereza Carlota Carvalho Caldas, ex-prefeita do Município de Brejo-MA, em face do Acórdão 5.433/2017-2ª Câmara, por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares, com imputação de débito solidário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992 e art. 285, caput, do Regimento Interno/TCU, conhecer do Recurso de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência do presente acórdão às recorrentes.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7193-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7194/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 012.434/2007-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Civil.

3. Interessados: Carla Beatriz Rigueira dos Santos (021.304.095-63); Matheus Gustavo Mendes Lobato (827.357.002-91); Nayla Nathalia Rigueira Cerqueira (021.304.145-67).

4. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensão civil instituída por ex-servidores vinculados à Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do mérito dos atos de concessão de pensão civil instituída por Sebastião Alves Lobato (CPF: 006.210.562-00), em favor de Matheus Gustavo Mendes Lobato, e por Wilson Alves de Andrade (CPF: 029.205.225-15), em favor de Nathalia Rigueira Cerqueira, por haverem atingido a maioridade;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituída por Sebastião Alves Lobato (CPF: 006.210.562-00), em favor de Carla Beatriz Rigueira dos Santos, negando-lhe o respectivo registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao órgão que:

9.4.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de pensão considerado ilegal, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência da deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique à beneficiária do ato considerado ilegal acerca do teor deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.5. encaminhe ao Tribunal o comprovante de que a interessada tomou ciência do inteiro teor desta deliberação;

9.6. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas nos subitens anteriores, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7194-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7195/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 018.726/2015-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (vinculador) (CNPJ 05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: José Jeová Souto Mota (CPF 275.952.263-68).

3.3. Recorrente: José Jeová Souto Mota (CPF 275.952.263-68).

4. Entidade: Município de Tamboril - CE.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (31566/OAB-CE) e outros, representando José Jeová Souto Mota.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Jeová Souto Mota contra o Acórdão 4.216/2017-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as suas contas, condenando-o ao recolhimento do débito de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e aplicando-lhe a multa do art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, c/c art. 285, do RI/TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Jeová Souto Mota para, no mérito negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento da deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7195-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7196/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 004.533/2013-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento - Ibrad (CNPJ 03.666.859/0001-22), Newton Lima Braga (CPF 003.292.075-04) e Suzana Beiro Renck Teixeira (CPF 369.577.800-82).

4. Unidade: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência República - Seppir/PR.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração.

8. Representação legal: Edilbert Simas Nunes (CPF 995.761.041-49) representando Newton Lima Braga.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial, instaurada pela então Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República - Seppir/PR em desfavor do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento - Ibrad e de seus ex-presidentes Suzana Beiro Renck Teixeira (de 27/4/2006 a 9/7/2007) e Newton Lima Braga (de 10/7/2007 a 9/7/2009) em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos do convênio 79/2006, celebrado para promover o projeto "Consciência Viva - 35 Anos do Dia Nacional da Consciência Negra".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19, 23, inciso III, 26, 28, incisos I e II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis Suzana Beiro Renck Teixeira e o Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Newton Lima Braga;

9.3. julgar irregulares as contas de Suzana Beiro Renck Teixeira e do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento;

9.4. condenar Suzana Beiro Renck Teixeira e o Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de cada data até a data do pagamento:

Data	Valor (R$)
20/12/2006	R$ 581.300,00
24/5/2007	R$ 65.742,36

9.5. julgar irregulares as contas de Newton Lima Braga e do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento;

9.6. condenar Newton Lima Braga e o Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da quantia de R$ 591.368,84 (quinhentos e noventa e um mil, trezentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora a partir de 24/5/2007 até a data do pagamento;

9.7. aplicar a Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento, Newton Lima Braga e Suzana Beiro Renck Teixeira multas individuais nos valores abaixo indicados, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data dos pagamentos, se estes forem efetuados após o vencimento do prazo abaixo estipulado:

Responsáveis	Valor (R$)
Suzana Beiro Renck Teixeira	R$ 250.373,01
Newton Lima Braga	R$ 224.791,12
Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento	R$ 475.164,14

9.8. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.9. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.11. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos respectivos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.12. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.13. enviar cópia deste acórdão ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal para as providências cabíveis;

9.14. dar ciência deste acórdão à Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7196-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes (Relatora).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7197/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo 000.440/2016-7.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Evaldo Gomes Bastos (190.711.593-53), José Ari Ramos Filho (193.072.173-00), Francisco Edvaldo Gomes Bastos (243.788.953-15), Maria das Graças Bastos Ferreira (709.518.883-15), Valdir Parente Machado (036.767.223-53), Geoplan S/C Ltda. (06.573.992/0001-22), João Bosco Andrade de Morais (057.744.203-10), Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda. (02.853.791/0001-28), Raimundo Morais Filho (433.818.713-15), J. R. F. Comércio e Serviços Ltda. (04.230.408/0001-00) e Valdivio Beserra da Silva Junior (548.989.273-00).

4. Entidade: Município de Irauçuba/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Representação legal: Inah Maria de Abreu, OAB/CE 7249; João Pereira do Rêgo Neto, OAB/CE 10.199; André Eduardo Villa Real Duarte, OAB/CE 27.432.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs contra o Sr. Antônio Evaldo Gomes Bastos, ex-prefeito de Irauçuba/CE (gestão 2001-2004), em face da impugnação total das despesas realizadas com recursos repassados àquela municipalidade à conta do Convênio PGE 161/2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Evaldo Gomes Bastos, José Ari Ramos Filho, Francisco Edvaldo Gomes Bastos, Maria das Graças Bastos Ferreira, Valdir Parente Machado, João Bosco Andrade de Morais, Raimundo Morais Filho, Valdivio Beserra da Silva Junior, e das empresas Geoplan S/C Ltda., Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda. e J. R. F. Comércio e Serviços Ltda.;

9.2. condenar os Srs. Antônio Evaldo Gomes Bastos, Francisco Edvaldo Gomes Bastos, Maria das Graças Bastos Ferreira, Valdir Parente Machado, João Bosco Andrade de Morais, Raimundo Morais Filho, Valdivio Beserra da Silva Junior; o espólio do Sr. José Ari Ramos Filho ou seus herdeiros legais, caso tenha havido a partilha de bens, até o limite do patrimônio transferido; as empresas Geoplan S/C Ltda., Proserves Serviços Comércio e Representações Ltda. e J. R. F. Comércio e Serviços Ltda., solidariamente ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das correspondentes datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento do débito ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
5/4/2002	48.654,88
3/5/2002	48.000,00

9.3. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida constante no subitem 9.2 deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7197-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7198/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.153/2015-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Global Comunicação e Assessoria Ltda. (09.048.720/0001-00); Multiserv Ltda. - (04.582.176/0001-50); R. Comunicações e Marketing Ltda. (07.371.506/0001-56); e Pedro Ferreira da Silva (286.354.853-00).

4. Entidade: Município de São Gonçalo do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex-SP).

8. Representação legal:

8.1. Andrei Furtado Alves (OAB/PI 14.019), representando Global Comunicação e Assessoria Ltda.

8.2. João Ulisses de Britto Azêdo (OAB/SP 3.446) e outros, representando R. Comunicações e Marketing Ltda.

8.3. Joaquim Barbosa de Almeida Neto (OAB/PI 5.688) e outros, representando Multiserv Ltda.

8.4. Valber de Assunção Melo (OAB/PI 1.934) e outros, representando Pedro Ferreira da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo - MTur, contra o Sr. Pedro Ferreira da Silva, Prefeito do Município de São Gonçalo do Piauí/PI, na gestão 2005-2012, em face de irregularidades na execução físico-financeira do Convênio 1.499/2009 (Siafi/Siconv 720161), que tinha por escopo incentivar o turismo, por meio do apoio ao projeto intitulado "São Gonçalo Folia";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir as empresas Global Comunicação e Assessoria Ltda., Multiserv Ltda., e R. Comunicações e Marketing Ltda. da relação jurídico-processual instaurada por esta Tomada de Contas Especial;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Ferreira da Silva, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 43.400,00 (quarenta e três mil e quatrocentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno) , o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 19/02/2010, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Pedro Ferreira da Silva a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, consoante previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 e no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7198-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7199/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 011.345/2015-2.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Teodora Josefa Bezerra Sousa (228.125.043-15), Município de São José do Piauí/PI (06.553.838/0001-99).

4. Entidade: Município de São José do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

8. Representação legal: Marcos Patricio Nogueira, OAB/PI 1.973, Emannuel Nogueira Lima, OAB/PI 5.884, Marcelo Vítor Coutinho de Araújo, OAB/PI 7.506, e Clemilton Veras Carvalho, OAB/PI 8.874.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS, em nome da Sra. Teodora Josefa Bezerra Sousa, ex-Secretária Municipal de Saúde de São José do Piauí/PI, em razão de ocorrências envolvendo o Programa de Saúde da Família - PSF e o recebimento indevido de recursos federais, no montante de R$ 627.440,00, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS da referida localidade, ao longo dos exercícios de 2008 a 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas b e c, 19, caput, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992 julgar irregulares as contas do Município de São José do Piauí/PI e da Sra. Teodora Josefa Bezerra Sousa, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas descriminadas até a data do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea a do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor do Fundo Nacional de Saúde - FNS, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
8.100,00	20/06/2008
8.100,00	23/07/2008
8.100,00	22/08/2008
8.100,00	30/09/2008
9.000,00	15/10/2008
9.000,00	28/11/2008
9.000,00	24/12/2008
9.600,00	29/12/2008
9.600,00	03/03/2009
9.600,00	31/03/2009
9.600,00	09/04/2009
9.600,00	11/05/2009
9.600,00	10/06/2009
9.600,00	10/07/2009
9.600,00	13/08/2009
9.600,00	14/09/2009
9.600,00	14/10/2009
9.600,00	20/11/2009
9.600,00	17/12/2009
9.600,00	20/01/2010
	DATA DA OCORRÊNCIA
2.000,00	25/01/2010
3.000,00	26/02/2010
9.600,00	26/02/2010
9.600,00	17/03/2010
3.000,00	01/04/2010
9.600,00	16/04/2010
3.000,00	22/04/2010
9.600,00	17/05/2010
3.000,00	25/05/2010
3.000,00	21/06/2010
9.600,00	30/06/2010
9.600,00	14/07/2010
3.000,00	14/07/2010
9.600,00	18/08/2010
3.000,00	31/08/2010
9.600,00	13/09/2010
3.000,00	13/09/2010
9.600,00	18/10/2010
3.000,00	27/10/2010
3.000,00	12/11/2010
9.600,00	12/11/2010
9.600,00	14/12/2010
3.000,00	31/12/2010
3.000,00	18/01/2011
9.600,00	03/02/2011
9.600,00	15/02/2011
3.000,00	22/02/2011
3.000,00	15/03/2011
9.600,00	15/03/2011
3.000,00	12/04/2011
9.600,00	12/04/2011
3.000,00	18/05/2011
9.600,00	18/05/2011
3.150,00	15/06/2011
10.050,00	17/06/2011
10.050,00	19/07/2011
10.050,00	17/08/2011
3.150,00	17/08/2011
10.050,00	20/09/2011
10.050,00	20/09/2011
.150,00	22/09/2011
10.050,00	13/10/2011
10.050,00	13/10/2011
3.150,00	13/10/2011
3.150,00	19/10/2011
10.050,00	17/11/2011
10.050,00	17/11/2011
VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
3.150,00	18/11/2011
10.050,00	15/12/2011
10.050,00	15/12/2011
3.150,00	15/12/2011
10.050,00	05/01/2012
10.050,00	05/01/2012
3.150,00	06/01/2012
10.050,00	29/02/2012
3.150,00	29/02/2012
10.050,00	29/02/2012
10.050,00	15/03/2012
10.050,00	15/03/2012
3.150,00	27/03/2012
3.150,00	16/04/2012
10.050,00	16/04/2012
10.050,00	16/04/2012
10.695,00	18/05/2012
3.345,00	21/05/2012

9.2. aplicar à Sra. Teodora Josefa Bezerra Sousa a multa prevista no arts. 19, caput, e 57 da Lei 8.443/1992, no montante de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3°, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7199-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7200/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 022.198/2016-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: João Antônio Desidério de Oliveira (013.366.223-34).

4. Entidade: Município de Palmácia/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte - Secex/RN.

8. Representação legal: João Antônio Desidério de Oliveira, OAB 12.342.

9. Acórdão:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas a e c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. João Antônio Desidério de Oliveira e condená-lo ao pagamento da quantia adiante discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data relacionada até a data da efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da respectiva notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, devendo ser abatida, na ocasião, a importância de R$ 289,57 (duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), já recolhida em 22/9/2014, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
700.000,00 (débito)	7/7/2008

9.2. aplicar ao Sr. João Antônio Desidério de Oliveira a multa, com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, com base no art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros; multa: atualização monetária), esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do RI/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7200-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7201/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.305/2017-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Maria Aparecida Panisset (CPF 323.959.817-53).

4. Entidade: Município de São Gonçalo - RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social junto ao então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (FNAS/MDS) em desfavor da Sra. Maria Aparecida Panisset, como ex-prefeita de São Gonçalo - RJ (gestões: 2005-2008 e 2009-2012), diante da parcial impugnação dos dispêndios mensais inerentes aos "coletivos" no Projovem Adolescente - PBV I a partir dos recursos repassados na modalidade fundo a fundo ao referido município sob o valor histórico de R$ 457.275,00, entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, dentro do Programa de Proteção Social Básica - PSB;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Maria Aparecida Panisset, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Maria Aparecida Panisset, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância ao Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor Histórico (R$)	Data de Referência
36.431,25	21/8/2008
65.325,00	15/9/2008
65.325,00	16/10/2008
65.325,00	17/11/2008
65.325,00	19/12/2008
65.325,00	10/2/2009

9.3. aplicar em desfavor da Sra. Maria Aparecida Panisset a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7201-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7202/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.011/2016-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Arquimedes Guedes Valença (CPF 024.001.204-63); Jonas Camelo de Almeida Neto (CPF 046.405.104-54).

4. Entidade: Município de Buíque - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).

8. Representação legal:

8.1. Gabriel Henrique Xavier Landim de Farias e outros, representando Arquimedes Guedes Valença.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor de Arquimedes Guedes Valença e de Jonas Camelo de Almeida Neto, como ex-prefeitos de Buíque - PE (gestões: 2001-2004/2005-2008/2017-2020 e 2009-2012/2013-2016, respectivamente), diante da parcial inexecução do objeto pactuado no âmbito do Contrato de Repasse nº 0170.498-81/2004 destinado ao apoio à construção do "Centro de Informações Turísticas e Pórtico da Cidade", tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 23/12/2004 a 30/8/2013, com a previsão do aporte total de R$ 283.461,32 por meio de R$ 226.204,00 em recursos federais e de R$ 57.257,32 em contrapartida municipal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Arquimedes Guedes Valença, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. considerar revel o Sr. Jonas Camelo de Almeida Neto, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.3. julgar irregulares as contas dos Srs. Arquimedes Guedes Valença e Jonas Camelo de Almeida Neto, nos termos dos arts. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da correspondente importância ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Valor (R$)	Data
12.422,05	25/4/2006
18.784,87	17/10/2006
27.040,61	14/1/2008

9.4. aplicar aos Srs. Arquimedes Guedes Valença e Jonas Camelo de Almeida Neto, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RITCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7202-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7203/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.658/2017-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Lúcia Helena de Liz Martins (CPF 490.365.309-97); Maria Amália Sasso de Marchi (CPF 250.890.219-53); Maura Sehnem Slaviero (627.166.389-34).

4. Órgão: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Chapecó - SC.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal:

8.1. José Augusto Alvarenga (9582/OAB-SC) e outros, representando Lúcia Helena de Liz Martins, Maura Sehnem Slaviero e Maria Amalia Sasso de Marchi.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadorias deferidas em favor de Lúcia Helena de Liz Martins, Maria Amália Sasso de Marchi e Maura Sehnem Slaviero pela Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III, da Constituição de 1988 e nos arts. 1o, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de aposentadoria em favor de Maura Sehnem Slavieiro (à Peça 20 sob o nº de controle 10094946-04-2008-000067-0), para lhe conceder o respectivo registro, ante a ressalva de a URP não mais estar sendo paga, a partir do ateste dado pela ficha financeira acostada à Peça 1;

9.2. considerar legal o ato de alteração de aposentadoria em favor de Maura Sehnem Slavieiro (à Peça 21 sob o nº de controle 10094946-04-2009-000001-0), para lhe conceder o respectivo registro;

9.3. considerar ilegais os atos iniciais de aposentadoria em favor de Maria Amália Sasso de Marchi (à Peça 18 sob o nº de controle 10094946-04-2008-000054-8) e de Maura Sehnem Slavieiro (à Peça 19 sob o nº de controle 10094946-04-2008-000071-8), para lhes negar os respectivos registros, deixando, contudo, de determinar a suspensão dos subsequentes proventos, em face da decisão judicial já transitada em julgado no âmbito da Ação Ordinária 2006.72.00.010155-0/JF-SC;

9.4. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria em favor de Maura Sehnem Slavieiro (à Peça 22 sob o nº de controle 10094946-04-2008-000077-7), para lhe negar o respectivo registro;

9.5. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Lúcia Helena de Liz Martins (à Peça 17 sob o nº de controle 10094946-04-2011-000001-0), para lhe negar o respectivo registro;

9.6. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula nº 106 do TCU;

9.7. determinar que a Gerência Executiva do INSS em Chapecó -SC adote as seguintes medidas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.7.1. dê ciência desta deliberação aos interessados listados nos itens 9.1 a 9.5 deste Acórdão;

9.7.2. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência deste Acórdão, os pagamentos decorrentes do ilegal ato indicado no item 9.5 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput e § 1º, do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.7.3. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada indicada no item 9.5 deste Acórdão, no prazo de 15 (quinze) contados da ciência desta deliberação, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.7.4. informe à Sra. Lúcia Helena de Liz Martins que ela pode optar por: (i) retornar à atividade para completar o requisito temporal para a sua aposentadoria, em consonância, todavia, com as regras vigentes no momento da nova concessão; (ii) permanecer aposentada em consonância com o parâmetro originalmente concedido, desde que promova o devido recolhimento, sob a forma indenizada, do correspondente período de atividade rural; devendo, em qualquer caso, exercer essa opção no âmbito da Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC, e não no bojo do presente processo; ou (iii) permanecer aposentada com os proventos proporcionais à razão de 26/30, e não de 27/30, a partir da exclusão da contagem especial do tempo de serviço em condições insalubres;

9.7.5. envie ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que a interessada indicada no item 9.5 deste Acórdão tomou ciência da presente deliberação;

9.8. orientar a Gerência Executiva do INSS em Chapecó - SC no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o correspondente ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, sem a irregularidade indicada nesta deliberação, caso a interessada opte pela redução da proporcionalidade nos proventos ou pelo recolhimento da correspondente contribuição previdenciária, em sintonia com o item 9.7.4 deste Acórdão, para que esse novo ato seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.9. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento das determinações proferidas pelo item 9.7 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7203-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7204/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.748/2017-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Dulce Gomes Madureira (CPF 211.353.716-87).

4. Entidade: Superintendência Estadual do INSS em Belo Horizonte - MG.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida em favor de Dulce Gomes Madureira pela Superintendência Estadual do INSS em Belo Horizonte - MG;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 71, III, da Constituição de 1988 e nos arts. 1o, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato inicial de aposentadoria em favor de Dulce Gomes Madureira (à Peça 4 sob o nº de controle 10804005-04-1999-000441-6), para lhe negar o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em sintonia com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da presente deliberação, a Superintendência Estadual do INSS em Belo Horizonte - MG adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrente do ilegal ato indicado no item 9.1 deste Acórdão, alertando que a autoridade administrativa omissa está sujeita à responsabilidade solidária pelo eventual débito subsequente, nos termos do art. 262, caput, e § 1º, do RITCU;

9.3.2. comunique o inteiro teor dessa decisão à interessada, alertando-a no sentido de que:

9.3.2.1. pode optar por: (i) permanecer aposentada com os proventos proporcionais à razão de 25/30 anos, em consonância com a Súmula nº 74 do TCU, ou (ii) permanecer aposentada em sintonia com o original ato de concessão, desde que promova o devido recolhimento da correspondente contribuição previdenciária, sob a forma indenizada, em relação ao período de atividade rural; devendo, em qualquer caso, exercer essa opção no âmbito da Superintendência Estadual do INSS em Belo Horizonte - MG, e não no bojo do presente processo;

9.3.2.2. o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a subjacente notificação, no caso de não provimento do aludido recurso;

9.3.3. encaminhe ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste Acórdão, os comprovantes de que a interessada indicada no item 9.1 deste Acórdão tomou a efetiva ciência da presente deliberação;

9.4. orientar a Superintendência Estadual do INSS em Belo Horizonte - MG no sentido de que, por força do art. 262, § 2º, do RITCU, o ato considerado ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato, sem a irregularidade indicada nesta deliberação, caso a interessada opte pelo recolhimento anunciado no item 9.3.2.1 deste Acórdão, para que esse novo ato seja submetido à apreciação do TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU; e

9.5. determinar que a Sefip promova o arquivamento do presente processo, sem prejuízo do monitoramento sobre a determinação prolatada pelo item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7204-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7205/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.749/2016-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Elizabete Maria Silva de Lima (CPF 386.406.004-49).

4. Entidade: Município de Bezerros - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex-CE).

8. Representação legal:

8.1. Luís Alberto Gallindo Martins (20189/OAB-PE) e outros, representando Elizabete Maria Silva de Lima.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em desfavor da Sra. Elizabete Maria Silva de Lima, ex-prefeita de Bezerros - PE (gestão: 2009-2012), diante da execução apenas parcial do objeto pactuado pelo Contrato de Repasse 213.551-70/2006 (Siafi 581448) destinado à construção e à urbanização do canal do Bairro do Salgado, no aludido município, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 28/12/2006 a 30/12/2011, com a previsão do aporte de R$ 1.462.500,00 em recursos federais e de R$ 109.193,70 em contrapartida municipal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Sra. Elizabete Maria Silva de Lima, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas da Sra. Elizabete Maria Silva de Lima, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alínea "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-la ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

Data	Valor (R$)
2/7/2008	164.160,80
8/8/2008	104.494,90
12/12/2008	514.054,55

9.3. aplicar em desfavor da Sra Elizabete Maria Silva de Lima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7205-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7206/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.145/2017-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (Secex-RJ).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações prolatadas pelo Acórdão 3.235/2017-TCU-2ª Câmara no âmbito do TC 035.725/2015-0, a partir das modificações introduzidas pelo subsequente Acórdão 7.217/2017-TCU-2ª Câmara, ao julgar a prestação de contas ordinária dos gestores da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para o exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações proferidas pelos itens 9.3.1, 9.3.2, 9.4.1 e 9.4.2 do Acórdão 3.235/2017-TCU-2ª Câmara em consonância com os ajustes efetuados pelo Acórdão 7.217/2017-TCU-2ª Câmara;

9.2. determinar, nos termos do art. 250 do RITCU, que, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ciência desta deliberação, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) apresente o aceite do

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

projeto executivo das obras no edifício Praia do Flamengo nº 200, a partir da elaboração prevista para 28/8/2017, além dos resultados das licitações com vistas à contratação de empresa especializada para a realização e o gerenciamento da correspondente obra, sem prejuízo de informar a atual situação da execução do plano de ação para o efetivo retorno da Finep à sua sede própria no edifício Praia do Flamengo nº 200, com o respectivo cronograma atualizado, devendo demonstrar a economicidade de todos os subjacentes atos de ida para o outro prédio e de retorno ao prédio original por meio do correspondente memorial de cálculo descritivo;

9.3. determinar que a Secex-RJ adote as seguintes medidas:

9.3.1. verifique a adequação das informações apresentadas pela Finep em atendimento ao item 9.2 deste Acórdão, cotejando-as com o cronograma inicial de execução do plano de ação para o retorno da Finep à sua sede no edifício Praia do Flamengo nº 200, com vistas a identificar os possíveis atrasos e os riscos na geração de prejuízos resultantes de eventuais atrasos, devendo a unidade técnica se manifestar conclusivamente sobre a economicidade de todos os subjacentes atos de ida para o outro prédio e de retorno ao prédio original, a partir das informações prestadas pela Finep em cumprimento ao item 9.2 deste Acórdão;

9.3.2. envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamenta, ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, à Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), para ciência e adoção das providências cabíveis; e

9.3.3. promova o apensamento dos presentes autos ao TC 035.725/2015-0, nos termos dos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259, de 7 de maio de 2014, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação prolatada pelo item 9.2 deste Acórdão.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7206-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7207/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 026.139/2015-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Nivaldo Lucio de Oliveira Junior (CPF 484.219.104-00); Ronaldo Nestor Borges do Amaral (CPF 019.343.684-15).

4. Entidade: Município de Correntes - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Representação legal: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32261) e outros, representando a Caixa Econômica Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em desfavor de Ronaldo Nestor Borges do Amaral (gestão: 2005-2008) e Nivaldo Lucio de Oliveira Junior (gestão: 2009-2012), como então prefeitos de Correntes - PE, diante da não consecução do Contrato de Repasse 178.782-05/2005 celebrado entre a Caixa, como mandatária da União representada pelo Ministério das Cidades, e o aludido município para a pavimentação de vias públicas sob o valor total de R$ 133.348,79, com R$ 121.875,00 em recursos federais, tendo a vigência do ajuste se estendido de 6/12/2005 a 30/12/2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar o presente feito em relação, apenas, ao Sr. Ronaldo Nestor Borges do Amaral (falecido), sem o julgamento de mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos art. 169, VI, e 212 do RITCU;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Nivaldo Lúcio de Oliveira Júnior, nos termos dos arts. 16, III, alínea "b", e § 2º, alínea "a", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para lhe aplicar a multa prevista no art. 58, I, II e III, da Lei nº 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento da dívida fixada por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida fixada por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. deferir o pedido de ingresso nos autos, como interessada, formulado pela Caixa Econômica Federal; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, ao representante do espólio de Ronaldo Nestor Borges do Amaral, para ciência, e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 209, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7207-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7208/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.178/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Henrique Fenelon de Barros Filho (CPF 124.894.924-20); José Mariano Lício dos Santos Neto - ME (CNPJ 04.738.017/0001-00); M Z da Cruz - Locadora - ME (CNPJ 08.404.760/0001-76); Via Loc Turismo Servicos Ltda. - EPP (CNPJ 07.239.492/0001-11).

4. Entidade: Município de Goiana - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (Secex-TO).

8. Representação legal:

8.1. Rodrigo Augusto de Oliveira (20859/OAB-PE) e outros, representando Henrique Fenelon de Barros Filho;

8.2. Rodrigo Rangel Maranhão (22372/OAB-PE) e outros, representando a Jose Mariano Lício dos Santos Neto - ME.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho, ex-prefeito de Goiana - PE (gestão: 2005-208), diante da parcial impugnação dos dispêndios realizados pelo aludido município no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - Pnate sob o valor total de R$ 264.215,60, durante o exercício de 2008, a partir do superfaturamento em contratações emergenciais;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho e as empresas Via Loc Turismo Serviços Ltda. e M Z da Cruz - Locadora - ME, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela José Mariano Lício dos Santos Neto - ME;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alínea "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, em solidariedade com a Via Loc Turismo Serviços Ltda., a M Z da Cruz - Locadora - ME e a José Mariano Lício dos Santos Neto - ME, ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.3.1. Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho em solidariedade com a José Mariano Lício dos Santos Neto - ME:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
27.949,36	28/7/2008

9.3.2. Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho em solidariedade com a Via Loc Turismo Serviços Ltda. - ME:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
20.896,90	24/3/2008

9.3.3. Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho em solidariedade com a M. Z. da Cruz Locadora - ME:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
29.904,00	30/12/2008

9.4. aplicar, individualmente, em desfavor do Sr. Henrique Fenelon de Barros Filho e da Via Loc Turismo Serviços Ltda., da M Z da Cruz - Locadora - ME e da José Mariano Lício dos Santos Neto - ME a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, sob os valores a seguir indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor da multa (R$)
Henrique Fenelon de Barros Filho	60.000,00
Via Loc Turismo Serviços Ltda.	10.000,00
M Z da Cruz - Locadora - ME	15.000,00
José Mariano Lício dos Santos Neto - ME	13.000,00

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.7. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7208-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7209/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.781/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Luzinaldo de Azevedo Guedes (CPF 350.582.503-49).

4. Entidade: Município de Sebastião Barros - PI.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do Sr. Luzinaldo de Azevedo Guedes, ex-prefeito de Sebastião Barros - PI (gestão: 2005-2008), diante da total impugnação dos dispêndios efetuados no bojo do Convênio nº 2068/2005 destinado a dar apoio técnico-financeiro para a "Conclusão de Unidade de Saúde" no aludido município, tendo a vigência do ajuste sido fixada para o período de 30/12/2005 a 20/12/2007, com a previsão do aporte de R$ 100.000,00 em recursos federais e de R$ 3.000,00 em contrapartida municipal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Luzinaldo de Azevedo Guedes, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Luzinaldo de Azevedo Guedes, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alínea "b", e 19, caput, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento das quantias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados desde as datas informadas até o efetivo

recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida importância ao Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

DATA	VALOR (R$)	D/C
14/1/2006	100.000,00	D
25/8/2008	3.001,49	C

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, ao Sr. Luzinaldo de Azevedo Guedes sob o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. determinar que a unidade técnica envie a cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7209-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 7210/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 000.607/2016-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Maria Lucivane de Souza (ex-prefeita, CPF 560.414.973-04)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pacujá/CE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/CE

8. Advogados constituídos nos autos: Marcela Leopoldina Quezado Gurgel e Silva (OAB/CE 18.971) e Sérgio Gurgel Carlos da Silva (OAB/CE 2.799).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de tomada de contas especial, agora em fase de análise de recurso de reconsideração, interposto por Maria Lucivane de Souza, ex-prefeita, contra o Acórdão 7.609/2017 - 2ª Câmara, que julgou irregulares suas contas e aplicou-lhe multa por irregularidades na gestão de convênio para a comercialização de produtos de pequenos agricultores familiares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Maria Lucivane de Souza, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterados os termos originais da deliberação recorrida;

9.2. dar ciência deste acórdão à recorrente.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7210-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7211/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-008.337/2016-0

2. Grupo I, Classe VI - Representação

3. Responsáveis: Neiva Gomes Moreira (ex-coordenadora de contratos, execução orçamentária e financeira, CPF 578.974.501-63); Klaus Vilar Wurmbauer (ex-coordenador-geral de logística, CPF 471.692.651-68); José Eduardo Lopes Mendes (ex-coordenador-geral de logística, CPF 239.909.021-72); Ednéia de Souza Costa (ex-coordenadora de desenvolvimento de recursos humanos, CPF 563.745.691-72); Edson Raimundo Machado (ex-coordenador-geral de recursos humanos, CPF 144.448.361-72); Paula Bertagni Togni (fiscal de contrato, CPF 669.930.831-91); e Micheline Ramos de Carvalho (fiscal de contrato, CPF 790.895.264-04)

4. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecexDefesa

8. Representação legal: Janaina Macedo Neves (37006/OAB-DF) e outros, representando Ednéia de Souza Costa.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada por determinação contida no Acórdão 3.607/2016 - 2ª Câmara, proferido no âmbito do TC-027.678/2011-3 (prestação de contas do órgão referente ao exercício de 2010), para a realização de audiências de gestores.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 12, § 3º, 28, inciso II, e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 46 da Lei 8.112/1992 e nos arts. 235, caput, 237, inciso VII e parágrafo único, e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2 acolher as razões de justificativa de Neiva Gomes Moreira e Klaus Vilar Wurmbauer;

9.3 rejeitar as razões de justificativa de Ednéia de Souza Costa, Micheline Ramos de Carvalho, Edson Raimundo Machado e José Eduardo Lopes Mendes;

9.4 aplicar multas aos responsáveis listados a seguir, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

RESPONSÁVEL	VALOR (R$)
Ednéia de Souza Costa	4.000,00
Edson Raimundo Machado	4.000,00
Micheline Ramos de Carvalho	4.000,00
José Eduardo Lopes Mendes	3.000,00
Paula Bertagni Togni	3.000,00

9.5 determinar o desconto da dívida na remuneração dos servidores, observadas as condições legais;

9.6 autorizar, desde já, a cobrança judicial, se necessária;

9.7 dar ciência deste acórdão à Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

9.8 encerrar o processo.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7211-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7212/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-017.999/2015-4

2. Grupo II, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Raimundo Matos da Silva (ex-prefeito, CPF 397.774.562-04)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Terra Alta/PA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada para apuração de suposto débito relativo ao Contrato de Repasse 164.086-78/2004, firmado entre o Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal, e a Prefeitura Municipal de Terra Alta/PA, para a construção de unidades hidrossanitárias domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas do responsável Raimundo Matos da Silva, dando-lhe quitação;

9.2. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7212-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7213/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.045/2015-8.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)

3. Embargantes: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A. (CNPJ 26.921.908/0001-21) e Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 37.396.017/0006-24).

4. Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES/GO)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Antônio Augusto Rosa Gilberti (11.703/OAB-GO) e outros, representando Hospfar Industria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A.

8.2. Lise Sepulvida Costa Povoa Franca (35.031/OAB-GO) e outros, representando ML Operações Logísticas Ltda..

8.3. Marcio Pacheco Magalhães (5795/OAB-GO), representando Fernando Passos Cupertino de Barros.

8.4. Marlus Vínicius da Silva Siqueira (32.670/OAB-GO) e outros, representando Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS relatados e discutidos os embargos de declaração opostos pela Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. em face do Acórdão 3.780/2018 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pela Hospfar Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. e rejeitá-los;

9.2. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela Medcomerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.;

9.3. dar ciência desta deliberação às embargantes.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7213-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7214/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.057/2018-4

2. Grupo II - Classe IV - Admissão

3. Interessados: Ana Beatriz Santos Correa (CPF 071.232.928-55), Angelo Sant'Anna de Pra (CPF 295.118.688-61), Daniel Dores Alves (CPF 090.777.557-80), Erica Maria Teixeira de Andrade (CPF

833.755.541-68), Fernando Laureano da Silva (CPF 072.605.024-52), Marcelo Henrique Autran Marçal (CPF 067.757.326-00), Marcos Cesar Vieira (CPF 624.014.759-15), Samuel Cafe Guedes (CPF 022.640.671-79) e Valdinelia Silva Gonçalves (CPF 790.019.045-72)

4. Unidade: Ministério da Fazenda

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Sefip

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de admissão de servidores pelo Ministério da Fazenda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 259, inciso I, e 260, § 6º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação de mérito do ato de admissão de Daniel Dores Alves, no cargo de Procurador da Fazenda Nacional 2ª Categoria, em 21/6/2010, ante as falhas observadas no preenchimento do formulário submetido à apreciação desta Corte de Contas, sob o número 29.134/2018, inserido como peça 9 destes autos;

9.2. considerar legal o ato de admissão de Daniel Dores Alves, no cargo de Assistente Técnico-Administrativo, autuado como peça 4 (número 25.920/2018), autorizando o registro;

9.3. considerar legais os atos de admissão de Ana Beatriz Santos Correa, Angelo Sant'Anna de Pra, Erica Maria Teixeira de Andrade, Fernando Laureano da Silva, Marcelo Henrique Autran Marçal, Marcos Cesar Vieira, Samuel Cafe Guedes e Valdinelia Silva Gonçalves, ordenando o registro.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7214-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7215/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 028.364/2016-3

2. Grupo II, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Walcir Oliveira da Costa (ex-prefeito, CPF145.377.962-00)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Irituia/PA.

5. Relator: Ministro José Mucio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/PA

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em razão da ausência de prestação de contas final, bem como de irregularidades na execução física do Convênio 0131/005, celebrado com o município de Irituia/PA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c", 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso III, 210, 214, inciso III, alínea "a", e 267 do Regimento Interno, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Walcir Oliveira da Costa, condenando-o ao pagamento da quantia abaixo discriminada, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original R$	D/C	Data da Ocorrência
60.000,00	D	8/11/2012
30,00	C	22/8/2014
4.793,11	C	29/8/2014

9.2. aplicar a Walcir Oliveira da Costa multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente a partir da data deste acórdão, se pago após o vencimento;

9.3 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7215-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7216/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.428/2015-0

2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Jorge Silva Dantas (CPF 133.691.484-04), Jasson Silva Gonçalves (CPF 215.984.364-49) e Flávio Almeida da Silva Júnior (CPF 469.247.604-49)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pão de Açúcar/AL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE)

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada em decorrência de supostas irregularidades relacionadas ao Convênio 0279/06, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Pão de Açúcar/AL com o objetivo de construir um sistema de esgotamento sanitário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 28, inciso II, e 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 212 e 267, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. aplicar a Flávio Almeida da Silva Júnior multa pelo não atendimento, sem causa justificada, à diligência do Relator promovida por meio dos Ofícios 1674/2017 e 2329/2017-TCU/SECEX-CE, arbitrando-lhe o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.2. fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. arquivar os autos, sem julgamento de mérito, em relação aos valores relacionados ao Convênio 0279/06, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, à Funasa, à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de Pão de Açúcar/AL, à Casal/AL, ao Governo do Estado de Alagoas, à Assembleia Legislativa de Alagoas e ao Ministério Público do Estado de Alagoas, alertando-os da necessidade da construção de uma solução política que viabilize a utilização do sistema já edificado, mas não colocado em operação.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7216-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 7217/2018 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 044.773/2012-9

2. Grupo I - Classe: II - Prestação de Contas (Exercício de 2011)

3. Responsáveis: Antônio Felipe Sanchez Costa, ex-diretor administrativo e financeiro (061.900.227-15); Francisco Elisio Lacerda, ex-diretor de planejamento (036.082.658-05); Hostílio Xavier Ratton Neto, ex-diretor de engenharia (431.742.807-53); Josias Sampaio Cavalcante Junior, ex-diretor de planejamento (381.024.981-53); José Eduardo Saboia Castello Branco, ex-diretor-presidente (311.020.507-68); José Francisco das Neves, ex-diretor-presidente (062.833.301-34); Luiz Carlos Oliveira Machado, ex-diretor de engenharia (222.706.987-20); Vera Lúcia de Assis Campos, ex-diretora administrativa e financeira (410.833.776-04)

4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia)

8. Advogados constituídos nos autos: Silvia Regina Schmitt (OAB/DF 38.717) e outros, representando Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; e Cleuler Barbosa das Neves (OAB/GO 17137), representando José Francisco das Neves.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de prestação de contas ordinárias da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. referente ao exercício de 2011.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, incisos I e III, alínea "b"; 17; 19, parágrafo único; 23, incisos I e III; e 58, inciso I; da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 1º, inciso I; 207; 209, inciso II; 210, § 2º; 214, incisos I e III, alínea "a"; e 268, inciso I; do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de José Francisco das Neves, Francisco Elisio Lacerda e Luiz Carlos Oliveira Machado, aplicando-lhes multa de, respectivamente, R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 8.000,00 (oito mil reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data desta deliberação até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. julgar regulares as contas de Antonio Felipe Sanchez Costa, José Eduardo Saboia Castello Branco, Josias Sampaio Cavalcante, Vera Lúcia de Assis Campos e Hostílio Xavier Ratton Neto, dando-lhes quitação plena;

9.3. dar ciência à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. sobre as seguintes impropriedades, apuradas no exercício de 2011:

9.3.1. falhas nos procedimentos de gerenciamento, supervisão e fiscalização dos contratos de supervisão e de execução de obras, em desacordo com o art. 9º, inciso II, da Lei 11.772/2008, acarretando os seguintes riscos de prejuízo aos cofres da Valec:

a) pagamento indevido de serviços de escavação, inclusive rebaixo, e aterro - Lote 6 (peça 8, p. 90-92) e Lote 12 (peça 8, p. 116-117);

b) realização de serviços de rebaixo em quantidades superiores ao exigido na especificação técnica -Lote 6 (peça 8, p. 93-94);

c) pagamento por profissional ausente, descumprindo preceito estabelecido em edital - Lote 9 (peça 8, p. 96-97);

d) pagamento indevido de parcela de horas-extras não previstas no edital - Lote 9 (peça 8, p. 97-98);

e) não realização da retenção dos pagamentos efetuados pelo transporte de dormentes - Lote 9 (peça 8, p. 98-99);

f) sobrepreço do orçamento-base, em desacordo ao Sicro II - Lote 9 (peça 8, p. 99-100);

g) pagamento indevido de escavação, transporte e aterro de 'folhelho' como de 3ª categoria - Lote 9 (peça 8, p. 100-102);

h) pagamento indevido por profissionais ausentes e com requisitos divergentes do edital - Lote 9 (peça 8, p. 102-103), Lote 12 (peça 8, p. 115-116);

i) elaboração de planilha com inconsistências e distorções quanto aos reajustes - Lote 10 (peça 8, p. 104-105), Lote 11 (peça 8, p. 110-111), Lote 2 (peça 8, p. 131-132), Lote 3 (peça 8, p. 136137), Lote 4 (peça 8, p. 142-143);

j) sobrepreço da planilha contratada em relação aos preços do Sicro - Lote 10 (peça 8, p. 105-106), Lote 11 (peça 8, p. 111-113), Lote 12 (peça 8, p. 117-118), Lote 2 (peça 8, p. 132-133), Lote 3 (peça 8, p. 138-139), Lote 4 (peça 8, p. 143-144);

k) utilização de equações paramétricas para reajustar os contratos, baseadas em índices de obras hidrelétricas - Lote 10 (peça 8, p. 106-107), Lote 11 (peça 8, p. 113-114), Lote 3 (peça 8, p. 137-138), Lote 4 (peça 8, p. 145);

l) pagamento indevido por equipamentos, em quantidades superiores ao estabelecido em contrato de supervisão - Lotes 10 e 11 (peça 8, p. 107-108); duplicidade de pagamento para a remuneração da alimentação - Lote 11 (peça 8, p. 109), Lote 2 (peça 8, p. 126), Lote 3 (peça 8, p. 133-134), Lote 4 (peça 8, p. 139-140);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018081500212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

m) precariedade do estado de conservação de equipamentos fundamentais para o controle de qualidade da obra - Lote 11 (peça 8, p. 114-115);

n) pagamento indevido por profissional ausente e superfaturamento nas medições - Lote 13 (peça 8, p. 119-120);

o) direcionamento na contratação de funcionários terceirizados - Lote 13 (peça 8, p. 120-121); pagamento em quantidades superiores ao estabelecido no orçamento contratado - Lote 14 (peça 8, p. 121-123);

p) sobrepreço e distorções de preços entre planilhas contratadas - Lotes 1 e S/N (peça 8, p. 123-125);

q) não atendimento ao Edital de Licitação 004/2004 no que se refere à experiência mínima da equipe técnica dos funcionários da supervisora - Lotes 1 e S/N (peça 8, p. 125-127), Lote 2 (peça 8, p. 127);

r) alteração irregular da data de referência para o reajuste do contrato - Lote 2 (peça 8, p. 129-131), Lote 3 (peça 8, p. 135-136);

s) aprovação de aditivo contratual com alteração irregular da data de referência para o reajuste de contratos - Lote 4 (peça 8, p. 141-142);

t) precariedade na fiscalização dos serviços - Lote 4 (peça 8, p. 145-147);

u) atividades sob a responsabilidade da Valec na FNS (peça 8, p. 5-6) e na Fiol (peça 8, p. 7-8), o que resultou em pendências de serviços (Lotes 10, 11, 12, 13, 14 e 16 da FNS) e trechos não concluídos (Ação 11ZH - FNS e 11 ZE - Fiol);

9.3.2. ausência do Plano Estratégico Institucional da Valec e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, em afronta ao princípio da eficiência na Administração Pública.

10. Ata n° 28/2018 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 7/8/2018 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-7217-28/18-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, José Múcio Monteiro (Relator) e Ana Arraes.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Augusto Nardes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro José Múcio Monteiro.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 10 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária das Câmaras

Aprovada em 9 de agosto de 2018.

(Assinado eletronicamente)

JOSÉ MÚCIO MONTEIRO
Presidente

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 64, DE 6 DE JULHO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no art. 4º, inciso II, do ADG nº 24/2017, no item 17.3 do edital do Pregão Eletrônico nº 043/2018, considerando o disposto no art. 2º, Parágrafo único, inciso VI da Lei nº 9.784/1999 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.008645/2018-71, aplica à empresa CONTROLWORKS SISTEMAS ELÊTRONICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.232.048/0001-74, com endereço na Avenida Novo Cancioneiro, nº 55, Jardim das Acácias, São Paulo-SP, CEP: 04.704-080, penalidade de MULTA no valor de R$ 21.575,04 (vinte e um mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 45 (quarenta e cinco) dias no âmbito da UNIÃO, por deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório, em descumprimento ao que estabelecem os itens 11.1 e 12.4 do edital do referido certame.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.563, DE 7 DE AGOSTO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, tendo em vista o PA n. 11.781/2017, resolve:

Art. 1º Remanejar as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

Item	Sequencial FC	Descrição e Origem FC	Descrição e Destino FC
1	4818	FC-04 de Supervisor do Núcleo de Atendimento de Trânsito - NUTRAN	FC-04 de Supervisor do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Trânsito CEJUSC-TRAN
2	3944	FC-02 do Núcleo de Atendimento de Trânsito - NUTRAN	FC-02 do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Trânsito CEJUSC-TRAN
3	2911	FC-03 do Núcleo de Redução a Termo e de Distribuição dos Juizados Especiais Cíveis e Fazendários- NURJEC	FC-03 do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Trânsito CEJUSC-TRAN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DES. ROMÃO C. OLIVEIRA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

1ª TURMA

DECISÃO Nº 2, DE 11 DE JULHO DE 2018

Processo Administrativo CFMV nº: 2346/2018. Interessado: Méd. Vet. Camila Costa Abreu. Assunto: Título de Especialista. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do pedido e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. José Arthur de Abreu Martins.

LUIZ CARLOS BARBOZA TAVARES
Presidente da 1ª Turma

DECISÃO Nº 3, DE 11 DE JULHO DE 2018

Processo Administrativo CFMV nº: 2347/2018. Interessado: Méd. Vet. Márcio Bernstein. Assunto: Título de Especialista. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer do pedido e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Francisco Atualpa Soares Júnior.

LUIZ CARLOS BARBOZA TAVARES
Presidente da 1ª Turma

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 89, DE 19 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2018.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional de dotações Orçamentárias do Exercício Financeiro de 2018, do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina no valor de R$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais);

Parágrafo Único - Para a abertura do presente Crédito Adicional serão utilizados recursos provenientes da redução/anulação de igual importância das dotações conforme abaixo.

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	ANULA
6.3.2.1.01.01.002	REFORMAS	75.000,00	
6.3.1.3.01.01.002	IMPRESSOS, FORMULÁRIOS E PAPÉIS	5.000,00	
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	5.000,00	
6.3.1.4.01.02.001	TAXA SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS	5.000,00	
6.3.1.3.02.06.005	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	2.000,00	
6.3.1.3.02.03.003	DIÁRIAS - COLABORADORES	20.000,00	
6.3.1.3.02.03.002	DIÁRIAS - CONSELHEIROS	20.000,00	
6.3.1.3.02.06.001	AUXÍLIO DESLOCAMENTO	8.000,00	
6.3.1.3.02.03.001	DIÁRIAS - FUNCIONÁRIOS	3.000,00	
6.3.1.4.01.02.002	DESPESAS COM COBRANÇA		48.000,00
6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES		75.000,00
6.3.1.3.01.01.019	PRÊMIOS, DIPLOMAS E MEDALHAS		10.000,00
6.3.1.6.01.01.001	INSS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS		10.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

MARCELLO ALEXANDRE SEEMANN

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE GOIÁS

PORTARIA Nº 73, DE 8 DE AGOSTO DE 2018

Revoga a Portaria CROGO-039/2016 publicada em 27/09/2016 no Diário Oficial da União. que ampliou e aprovou novas normas relativas aplicação do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC aos profissionais/entidades inscritas, e criação do Termo de Composição - TC.

O Presidente do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, no exercício de suas atribuições e competências, em conformidade com o Regimento Interno do Conselho Regional de Odontologia de Goiás, aprovado pela RES-CROGO-001/79,

Considerando as deliberações da 795ª Reunião Ordinária do Plenário CROGO realizada em 06 de agosto de 2018, que ampliou e alterou dispositivos da Portaria CROGO-039/2016 referente ao TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e TC - Termo de Composição, aprovou e, resolve:

Art. 1º. REVOGAR a Portaria CROGO-039/2016 e APROVAR a alteração e a criação de novos dispositivos inerentes à aplicação do TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e TC - Termo de Composição.

Art. 2º. O TAC - Termo de Ajustamento de Conduta e TC - Termo de Composição são medidas administrativas pré-processuais que objetivam prevenir a instauração de processo ético-disciplinar conforme prevê a Lei 7.347/85, podendo ser proposto por esta Autarquia Federal com o intuito de promover a proteção da saúde da população bem como zelar pelo perfeito desempenho ético da odontologia e pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente.

Art. 3º Ao denunciado/averiguado poderá ser permitido o direito de assinar o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta para as infrações constatadas ex-officio por este Regional.

§ 1º. A possibilidade de assinar o TAC será avaliada e necessitará de autorização expressa do Presidente da Comissão de Ética;

§ 2º. O denunciado/averiguado somente poderá assinar um novo TAC caso tenha transcorrido o prazo mínimo de 02 (dois) anos da data de assinatura do anterior, e desde que seja autorizado pelo Presidente da Comissão de Ética.

§ 3º. Após a assinatura do TAC, caso seja constatada a reincidência na prática das infrações cometidas, ou que estas não foram sanadas no prazo ofertado, será automaticamente instaurado processo ético-disciplinar, com a possibilidade de aplicação do agravante do art. 55, III do Código de Ética Odontológico em caso de eventual condenação.

Art. 4º. Poderá ser oportunizado o TC - Termo de Composição nos casos de denúncia oferecida por denunciante, desde que este manifeste expressamente interesse.

§ 1º. Nos casos em que for constatada infração de manifesta gravidade, eventual composição entre as partes não obstará obrigatoriamente a instauração de processo ético-disciplinar em desfavor do denunciado. Ficará a cargo da autoridade aplicadora do TC deliberar pelo prosseguimento do processo ex-officio ou por seu arquivamento.

Art. 5º. São requisitos para que as partes assinem o Termo de Composição - TC, ou que o (a) denunciado (a) assine o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC:

I - Autorização prévia expressa do Presidente da Comissão de Ética;

II - O profissional/entidade deverá estar adimplente com suas obrigações financeiras junto a este Regional na data de assinatura do TC/TAC;

Parágrafo único: Quando constatado pelo Setor de Fiscalização ou pelo Setor da Comissão de Ética que o profissional/entidade não está adimplente com suas obrigações financeiras, providenciará a notificação deste para que regularize sua situação financeira em até 10 (dez), para que consequentemente possa ser marcada a reunião.

Art. 6º. Após a assinatura do TAC/TC, o averiguado/denunciado deverá comprovar, mediante juntada de documentos e provas que julgar necessário, que regularizou as infrações constatadas. Caso não seja provada a regularização, será instaurado procedimento ético-disciplinar.

Art. 7º. As reuniões para assinatura do TAC/TC serão agendadas conforme disponibilidade da autoridade aplicadora designada para a aplicação dos referidos termos.

Parágrafo único: As reuniões serão marcadas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data de sua realização e as partes deverão ser notificadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. As notificações serão enviadas via e-mail ou realizadas via telefonema e serão certificadas nos autos por servidor da Comissão de Ética.

Art. 8º. Será envida cópia desta Resolução às partes a fim de resguardar a formalidade e legalidade da reunião.

Art. 9º. As reuniões para aplicação do TAC/TC poderão ser dirigidas pelo:

I - Presidente da Comissão de Ética;

II - Membro das Câmaras de Instrução designado pelo Presidente da Comissão de Ética;

III - Fiscal cirurgião-dentista;

IV - Conselheiro.

Art. 10º. A falta injustificada do profissional/entidade à reunião do TAC/TC acarretará em instauração do respectivo processo ético-disciplinar.

§ 1º. A falta injustificada do denunciante poderá ensejar o arquivamento da denúncia a depender de análise da autoridade aplicadora;

§ 2º. Eventual justificativa poderá ser protocolada no prazo de até 05 (cinco) dias após a data da realização da reunião.

Art. 11º. O TAC - Termo de Ajustamento de Conduta deverá apresentar os seguintes requisitos:

I - Reconhecimento pelo denunciado/averiguado da (s) infração (ões) cometida (s) e obrigação deste em regularizá-la (s), atendendo às disposições legais e demais normativas no prazo de 10 (dez) dias;

II - Pagamento de multa administrativa à título de indenização em conformidade com a gravidade da infração cometida, no valor mínimo de 01 (uma) anuidade e no valor máximo de 25 (vinte e cinco) anuidades a ser arbitrado pela autoridade aplicadora. Com o pagamento, os autos serão arquivados, contudo, caso não seja realizado, será instaurado processo ético-disciplinar;

III - Cláusula indicando a obrigatoriedade do infrator em publicar nas mídias sociais que continham as infrações cometidas o teor do TAC assinado, descrevendo, principalmente os artigos do Código de Ética Odontológico infringidos;

IV - Ciência de que o ato será publicado nas mídias sociais da autarquia, contendo a discriminação das infrações praticadas e do teor do acordo ou da eventual pena pecuniária aplicada, respeitando-se o sigilo quanto ao nome das partes.

Parágrafo único. Caso não seja aceito quaisquer dos requisitos acima, será determinado o prosseguimento do procedimento com a instauração do processo ético-disciplinar.

Art. 12º. Não será resguardado ao profissional/entidade inscrito, o sigilo previsto no artigo 57 do Código de Processo Ético-Odontológico - Res. CFO-59/2004 em razão do princípio da publicidade previsto na Lei 7.347/85.

Art. 13º. Não é obrigatório ao denunciado aceitar os termos do TAC/TC, podendo optar pelo prosseguimento do feito com a consequente abertura do processo ético-disciplinar.

§ 1º. Deverá constar nos autos que foi concedida a oportunidade de celebração do TAC/TC.

Art. 14º. A procuradoria jurídica do Conselho Regional de Odontologia de Goiás poderá participar e assessorar as reuniões.

Art. 15º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições constantes da PORTARIA CROGO 039/2016, publicada em 27/09/2016 no Diário Oficial da União.

RENERSON GOMES DOS SANTOS
Presidente do Conselho
CROGO 11337

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

1ª CÂMARA

ACÓRDÃO

RECURSO N. 49.0000.2017.008988-6/PCA. Recte: Ademir Tadeu de Oliveira (Adv.: Leonardo Elias Bittencourt OAB/SC 9815 e OAB/RS 105068ª). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina. Relator: Conselheiro Federal Bernardino Dias de Souza Cruz Neto (RR). EMENTA n. 064/2018/PCA. Recurso. Pedido de inscrição principal. Indeferido o pedido de inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Não comprovação do requisito objetivo previsto no art. 8º, inciso IV, da Lei nº 8.906/94. Aplicação do art. 7º, parágrafo único da Resolução n. 2/94. Recurso a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Santa Catarina. Brasília, 26 de fevereiro de 2018. Marcelo Lavocat Galvão, Presidente em exercício. Bernardino Dias de Souza Cruz Neto, Relator. PEDIDO DE REVISÃO N. 49.0000.2018.002851-8/PCA. Reqte: Joao Batista Mathias OAB/AC 1271 (Adv.: Jarbas Alberto Mathias OAB/SP 111805). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Acre. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre (PA). EMENTA n. 065/2018/PCA. Inexistência do instituto da Revisão de Representação. Inexistência de Decadência. Vício Insanável. Pedido de Transferência com antecedentes de ilegalidade. Mantido o cancelamento da inscrição face à não comprovação de domicílio. Improcedência do pedido de Revisão. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em negar provimento ao pedido de revisão, nos termos do voto do Relator. Brasília, 21 de maio de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.002046-4/PCA. Recte: Caixa Econômica Federal (Repte legal: Pascoal Zani - Gerente Regional Superintendência Regional Curitiba Oeste). Recdo: Marinilse Zabloski OAB/PR 67245. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Caupolican Padilha Junior (AM). EMENTA n. 066/2018/PCA. RECURSO VOLUNTÁRIO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO RECURSO PELA PARTE SUPOSTAMENTE VENCIDA. 1. O recurso voluntário pressupõe que a parte vencida demonstre interesse e apresente pedido de reforma da decisão no prazo instrumental adequado. 2. Não havendo pedido de reforma da decisão e nem demonstração de interesse da parte supostamente vencida em recorrer, impossível transformar ofício de esclarecimentos em peça recursal. 3. Recurso a que se nega conhecimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator. Impedida de votar a Representante da OAB/Paraná. Brasília, 25 de junho de 2018. Felipe Sarmento Cordeiro, Presidente. Caupolican Padilha Junior, Relator. RECURSO N. 07.0000.2014.001029-4/PCA. Recte: A.A.L.A. (Adv. Aldo Anibal Lopes Arrais OAB/DF 12567). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relator: Conselheiro Federal Rogério Magnus Varela Gonçalves (PB). EMENTA n. 067/2018/PCA. RECURSO AO CONSELHO FEDERAL. INCIDENTE DE INIDONEIDADE. HIPÓTESE DO ARTIGO 8º, § 4º, DO ESTATUTO DA OAB. TRÁFICO DE DROGAS. CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO. EXECUÇÃO DA PENA EM CURSO. IMPROVIDO. Não possui idoneidade moral bacharel em direito que é condenado pela prática de tráfico de drogas, cuja decisão transitou em julgado e cuja pena se encontra na fase de execução. Conforme decidiu esse Colegiado "não é a gravidade do crime que o qualifica como infamante, quando praticado por advogado, mas a repercussão inevitável à dignidade da advocacia. Por infamante, entende-se todo crime que provoque para o seu autor desonra, má fama (...)" (Ementa n. 89/2016/PCA, DOU S1 24.06.2016, p. 206-207, relator Conselheiro Marcelo Lavocat Galvão). Não caracteriza bis in idem a declaração de inidoneidade moral daquele que foi condenado criminalmente pela prática de crime infamante (tráfico de entorpecentes), no âmbito da OAB, já que se trata de procedimento previsto em lei para aferir o preenchimento de requisito essencial à inscrição nos quadros da Ordem (art. 8º, VI, EAOAB), não se confundindo com a pena aplicada no processo penal pelo Poder Judiciário. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 06 de agosto de 2018. Luiz Saraiva Correia, Presidente em exercício. Rogério Magnus Varela Gonçalves, Relator. REPRESENTAÇÃO N. 49.0000.2017.003445-4/PCA. Repte: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Repdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso do Sul. Interessado: Gilberto de Bazilio de Oliveira Junior OAB/MS 19802 (Adv.: Elenice Pereira Carille OAB/MS 1214, Jair de Alencar OAB/MS 2414). Relator: Conselheiro Federal Rogério Magnus Varela Gonçalves (PB). EMENTA N. 068/2018/PCA. Requerimento de inscrição principal com dispensa de exame de ordem. Incompatibilidade ao tempo do término do curso de direito. Delegado da Polícia Civil. Indeferimento. Aferição dos requisitos para inscrição como advogado quando cessada a incompatibilidade. Não há direito adquirido à dispensa do Exame de Ordem se, a época da Conclusão do Curso de Direito e ainda vigente o Estatuto Anterior (Lei 4.215/63), o requerente exercia atividade incompatível com a advocacia. Assim, a aferição dos requisitos para inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, deve ser feita quando cessada a incompatibilidade e sob as regras vigentes neste tempo. Necessidade da realização do exame de Ordem a teor do inciso IV, do art. 8º da Lei n. 8.906/94, e parágrafo único do art. 7º da Resolução n. 02/1994. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quórum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, pela procedência da representação, nos termos do voto do Relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso do Sul. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luiz Saraiva Correia, Presidente em exercício. Rogério Magnus Varela Gonçalves, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.002475-0/PCA. Recte: C. A. M. de A. (Advs.: Tamires David de Godoi OAB/SP 357010, Vitor May Xavier OAB/SP 281330 e OAB/RJ 216076). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheira Federal Adriana Rocha de Holanda Coutinho (PE). EMENTA n. 069/2018/PCA. Inidoneidade moral e dignidade da advocacia. Recorrente solicita inscrição sem cumprir os requisitos legais. Independência das instâncias administrativas e judicial. Inidoneidade configurada por existir condenação em processo de improbidade consequências idênticas à demissão a bem do serviço público. Inteligência do art. 8, VI, §§ 3º e 4º da Lei 8.906/94. Recurso negado. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luiz Saraiva Correia, Presidente em exercício. Adriana Rocha de Holanda Coutinho, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2018.002478-4/PCA. Recte: R. N. S. J. (Adv.: Fernando Alberto Alvarez Branco OAB/SP 175374, Jose Cardoso de Negreiros Szabo OAB/SP 86542). Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Joaquim Felipe Spadoni (MT). EMENTA n. 070/2018/PCA. Recurso. Idoneidade moral para inscrição nos quadros da OAB. Inclusão posterior de fatos sobre os quais não foi dada oportunidade de defesa. Violação ao contraditório e ampla defesa. Nulidade parcial do acórdão recorrido. Prescrição. Inocorrência. Inaplicabilidade do art. 43 da Lei 8906/94. Inidoneidade. Inocorrência. Demissão a bem do serviço público. A

declaração de inidoneidade depende da presença de elementos objetivos constantes dos autos. Inexistência. Recurso conhecido e provido para reconhecer a idoneidade moral do recorrente e deferir sua inscrição nos quadros da OAB, desde que preenchidos os demais requisitos legais. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luiz Saraiva Correia, Presidente em exercício. Joaquim Felipe Spadoni, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.004000-9/PCA. Recte: J. F. M. C. (Advs.: Filipe Bruno dos Santos OAB/MT 17327/O, Marçal Yukio Nakata OAB/MT 8745/B, Sidnei Guedes Ferreira OAB/MT 7900/O). Interessado: Hsbc Seguros Brasil S.A. (Adv.: Juliana Gomes Takayama OAB/MT 14119/O). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Fernando Santana Rocha (BA). EMENTA n. 071/2018/PCA. Recurso. Incidente de inidoneidade. Penalidade de exclusão resultante do reconhecimento da perda da idoneidade moral, em face de comprovada prática de crime, no âmbito de organização criminosa, confessada em delação premiada por parte do recorrente. Fato autônomo, gerador do incidente, que não se confunde com fatos precedentes, sujeitos à aplicação da sanção disciplinar de suspensão. Inexistência de violação ao princípio do non bis in idem, e de contrariedade com precedente do Conselho Federal. Perda da condição moral de exercício da advocacia. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 8º, § 3º da Lei n. 8.906/94, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Impedido de votar o Representante da OAB/Mato Grosso. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luiz Saraiva Correia, Presidente em exercício. Fernando Santana Rocha, Relator. RECURSO N. 49.0000.2018.004550-1/PCA. Recte: Felipe Santa Cruz - Presidente da OAB/Rio de Janeiro (GESTÃO 2016/2018). Recdo: Euripedes Peixoto Guimaraes Junior OAB/RJ 133835. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Breno Dias de Paula (RO). EMENTA n. 072/2018/PCA. Recurso. Incompatibilidade. Lei n. 11.415, de 15.12.2006. Exercício da advocacia a integrante do quadro do Ministério Público. Inscrição na Ordem antes da publicação da citada lei. Inexistência de direito adquirido. Jurisprudência pacífica da Primeira Câmara do CFOAB e da Súmula n. 02/2009 do OEP ratificam a incompatibilidade de quaisquer integrantes dos quadros do Ministério Público em quaisquer de suas esferas, nos termos do art. 28, II, do Estatuto da OAB. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Primeira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 6 de agosto de 2018. Luis Saraiva Correia, Presidente em exercício. Breno Dias de Paula, Relator.

Brasília, 14 de agosto de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Câmara

AUTOS COM VISTA

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO N. 49.0000.2016.011948-1/PCA. Recte: Marilena Indira Winter - Presidente da Câmara de Seleção do Conselho Seccional da OAB/Paraná. Recdo: José Carlos Gomes dos Santos OAB/PR 80068. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO N. 49.0000.2017.001468-4/PCA. Recte: E.A.L.J. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. RECURSO N. 49.0000.2017.002615-0/PCA. Recte: Genis Francisco Delfino OAB/GO 38560. Interessado: Conselho Seccional da OAB/Goiás. RECURSO N. 49.0000.2017.012088-1/PCA. Recte: Gleisson Gil dos Santos Silva OAB/RJ 169691. Recdo: Felipe Santa Cruz - Presidente do Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro (Gestão: 2016/2018). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro.

Brasília, 14 de agosto de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Câmara

DESPACHO

RECURSO N. 49.0000.2017.004132-2/PCA. Recte: Rodrigo de Oliveira Carvalho - Juiz de direito da 2ª Vara Civil da Comarca de Suzano/SP). (Advs.: André Luís Martins OAB/SP 192232, Renério Dias de Moura OAB/SP 162698. Recdo: Balssanufo Justino Ferreira Junior OAB/SP 219132. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Luis Augusto de Miranda Guterres Filho (MA). DESPACHO: Cuida-se de novos embargos de declaração, opostos pelo Juiz de direito da 2ª Vara Civil da Comarca de Suzano/SP - Exmo. Sr. Rodrigo de Oliveira Carvalho, dessa vez em face do acórdão de fls.230/232, pelo qual esta Primeira Câmara do Conselho Federal da OAB, por unanimidade, rejeitos os embargos de declaração anteriormente opostos, constatada a nítida pretensão a novo julgamento do mérito da causa pelo mesmo órgão prolator do acórdão embargado, circunstância essa que não se adéqua à natureza integrativa do recurso de embargos de declaração. (...) Destaco, ainda, por força do artigo 138, § 5º, também do Regulamento Geral, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios. Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelos órgãos julgadores da OAB, determino que, desde já, qualquer manifestação após a publicação da presente decisão ou ciência pessoal pelo advogado, seja, pelo princípio da fungibilidade, recebida como recurso (art.85,II, do Regulamento Geral), ainda que despida de suas formalidades legais, sem necessidade de nova manifestação desta Relatoria. E, caso não atendidas as formalidades legais, seja concedido prazo ao advogado, por publicação, para readequação da peça recursal, no prazo de 15 (quinze) dias, com posterior remessa ao Órgão Especial do Conselho Pleno deste Conselho Federal da OAB, ex officio, para o juízo de admissibilidade. Brasília, 03 de agosto de 2018. Luis Augusto de Miranda Guterres Filho, Relator.

Brasília, 14 de agosto de 2018.
FELIPE SARMENTO CORDEIRO
Presidente da Câmara

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br
http://www.in.gov.br